



VISITAÇÃO E TURISMO EM PARQUES NACIONAIS: O CASO DO PARQUE
NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA (RJ)

Eloise Silveira Botelho

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Junior

Rio de Janeiro

Maio de 2018

VISITAÇÃO E TURISMO EM PARQUES NACIONAIS: O CASO DO PARQUE
NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA (RJ)

Eloise Silveira Botelho

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Júnior, Dr.

Prof. Francisco de Paula Antunes Lima, D. Sc.

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, D. Sc.

Prof^a. Marta de Azevedo Irving, D. Sc.

Prof^a. Rita de Cassia Monteiro Afonso, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

MAIO DE 2018

Botelho, Eloise Silveira

Visitação e Turismo em Parques Nacionais: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ) / Eloise Silveira Botelho. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2018.

XVIII, 355 p.: il.; 29,7 cm.

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Júnior.

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2018.

Referências Bibliográficas: p. 324-352.

1. Visitação. 2. Turismo. 3. Parque Nacional. 4. Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.. I. Bartholo Junior, Roberto dos Santos. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

Aos quilombolas, aos pescadores artesanais, às iniciativas e às comunidades enraizadas no interior e entorno de parques, que resistem ou sofrem com o modelo de turismo predatório e hegemônico;

Aos analistas ambientais que se empenham para imprimir uma gestão participativa e de base comunitária.

AGRADECIMENTOS

À CAPES pelo privilégio de me conceder uma bolsa que permitiu me manter na cidade do Rio de Janeiro, e possibilitou que eu estudasse gratuitamente em uma das melhores instituições públicas de ensino e pesquisa do país, em meio a tanta mesmo adversidade e crises.

Ao professor e orientador Roberto Bartholo, pela confiança, pela disposição e paciência em ensinar o que está para além da sala de aula;

Aos membros da banca, pela leitura atenta e contribuições;

Em especial, à Prof. Marta Irving, que me convidou a refletir e aprender com o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba;

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, especialmente aqueles que lecionaram no *Studium*, pelas provocações e aprendizados;

Aos técnicos administrativos do PEP/COPPE/UFRJ, em especial, Fátima, Zui, Diego, Claudete, Roberta e Pedrinho, pela atenção dedicada no desempenho de suas funções administrativas;

Aos colegas do LTDS, pelo diálogo sobre conhecimentos diversos;

À Fernanda Barcelos, por me apresentar Quissamã;

À Vivian Pessanha e ao Jorge Pessanha, pelos serviços receptivos que me permitiram “entrar em campo”;

À Dona Leninha do Espaço Cultural José Carlos de Barcellos;

Aos funcionários da Prefeitura Municipal de Quissamã, especialmente do “Sobradinho”, pela acolhida e pela indicação de interlocutores e referências bibliográficas sobre o município.

Aos membros da Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho (ARQUIMA) e seus interlocutores, por me permitir entrar em campo e por me ensinar sobre turismo situado;

Ao meu “guia quilombola” que me apresentou ao quilombo e a interlocutores;

Aos Embaixadores de Jurubatiba, pelo interesse em colaborar com a pesquisa;

Aos pescadores da Lagoa de Carapebus, em especial a liderança, que com amor, me conduziu à Lagoa de Carapebus, me fazendo encantar pelo lugar;

Aos analistas ambientais do PNRJ, que deram todo o apoio para a realização da pesquisa;

Aos analistas ambientais do ICMBio, que compartilharam comigo a experiência de construção do projeto básico do Complexo Paineiras no Parque Nacional da Tijuca, em especial à Loreto;

Aos funcionários terceirizados do Parque Nacional da Tijuca, uma das motivações para a realização desta pesquisa;

Aos colegas do Departamento de Turismo da Universidade Federal de Juiz de Fora, que acompanharam o início dessa jornada;

Ao colegiado do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que autorizaram meu afastamento de seis meses para realizar a pesquisa de campo;

Especial agradecimento à Camila, à Flávia, ao Ivan, à Carla, à Vera, à Alice, pela inspiração, pelas trocas no que nos angustia e nos move;

Aos amigos do Rio, que me deram incentivos para chegar ao fim da jornada;

Às minhas amigas de Juiz de Fora, em especial à Marcolina, à Maurali, à Alê, à Carol e Marinete pelo acolhimento nas temporadas curtas em Minas;

Aos professores Vicente Pinto, Rachel Zacarias, José Silva Quintas, permanentes fontes de inspiração;

Ao Gláucio, por ser o meu companheiro nessa jornada;

À Juçara da Silveira e à Jurema Brasil (*in memoriam*), mulheres eternamente inspiradoras;

À minha família, mãe e pai, Ercília Maria e José Cláudio, irmãos Laura e Leandro, por serem meu porto seguro, e minha referência ética e de determinação, no trabalho e na vida pessoal. Muito obrigada;

À Mini Winnie e aos meus gatos, por serem meu acalento.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D. Sc.)

VISITAÇÃO E TURISMO EM PARQUES NACIONAIS: O CASO DO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA (RJ)

Eloise Silveira Botelho

Maio/2018

Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Júnior

Programa: Engenharia de Produção

Este trabalho investiga as potencialidades da visitação e do turismo no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PNRJ), administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), analisando as possibilidades de configuração de um “turismo situado”, na perspectiva da teoria dos “L simbólicos de pertencimento”. O estudo apoiou-se tanto em pesquisa bibliográfica como de campo para identificar um elenco de atores estratégicos significativos para tal configuração. Isto envolveu observação direta em eventos e reuniões, organização de oficinas com interlocutores, visitas *in loco* e entrevistas semi-estruturadas. Os atores identificados como protagonistas potenciais de um turismo situado foram o grupo de empreendedores “Embaixadores de Jurubatiba”, uma associação vinculada ao Quilombo Machadinha e grupos de pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus. Por fim, o estudo expressa propositivamente a possibilidade do ICMBio desenvolver no sítio uma gestão inovadora, atuando como agente articulador do desenvolvimento do “turismo situado” em parceria com o protagonismo de comunidades locais, e fazendo do Canal Campos - Macaé o vetor de integração de um complexo de “sítios simbólicos de pertencimento” que ultrapasse os limites do próprio PNRJ.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D. Sc.)

VISITATION AND TOURISM IN NATIONAL PARKS: THE CASE OF RESTINGA
DE JURUBATIBA NATIONAL PARK (RJ)

Eloise Silveira Botelho

May/2018

Advisor: Roberto dos Santos Bartholo Júnior

Department: Production Engineering

This work investigates the potential of visitation and tourism in the Restinga de Jurubatiba National Park (PNRJ), managed by the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio), analyzing the possibilities of framing a "situated tourism" in the perspective of the theory of "symbolic sites of belonging". The study relied heavily on both bibliographical and field research to identify a significant set of strategic actors for such proposal. This involved direct observation at events and meetings, organization of workshops with interlocutors, visits to sites and semi-structured interviews. The actors identified as potential protagonists of a situated tourism were the group of entrepreneurs "Ambassadors of Jurubatiba", an association linked to Quilombo Machadinha and groups of artisanal fishermen of the Carapebus Lagoon. Finally, the study proposes the possibility of ICMBio to develop an innovative management on the site, acting as an articulating agent for the development of "situated tourism" in partnership with the protagonism of local communities, and making the Campos - Macaé Canal the integration vector of a complex of "symbolic sites of belonging" that goes beyond the limits of the PNRJ itself.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
i. Implicação na pesquisa	1
ii. Problematização, justificativa, objetivos	3
iii. Pressupostos teórico-metodológicos	10
iv. Organização da tese.....	22
1 O FENÔMENO DO TURISMO E “SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO”: CONCEITOS E INICIATIVAS	24
1.1 O FENÔMENO DO TURISMO CONTEMPORÂNEO	24
1.2 CONCEITOS E INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	34
1.3 A TEORIA DOS “SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO” E O “TURISMO SITUADO”	46
2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DE PARQUES NACIONAIS	54
2.1 O TURISMO EM PARQUES E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS NO ÂMBITO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS	55
2.2 PARQUES NACIONAIS: OBJETIVOS, BALIZAMENTOS CONCEITUAIS E FUNÇÃO SOCIAL	66
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO EM PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS	76
2.4 AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM PARQUES NACIONAIS	96
3 CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA	107
3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO	107
3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS CONTEMPORÂNEOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO	126
3.2.1 Macaé	139
3.2.2 Carapebus	143
3.2.3 Quissamã	148
3.3 HISTÓRICO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PNRJ E RELEVÂNCIA PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA	168
3.4 CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO, DA VISITAÇÃO E DO TURISMO NO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA E ENTORNO	183
3.4.1 A autorização de serviços de transporte e condução de visitantes	191
3.4.2 O Programa de Uso Público	193
3.4.3 O Projeto Embaixadores dos Parques	200
3.5 O CANAL CAMPOS-MACAÉ E SUA SITUAÇÃO ATUAL	205
3.6 OS CANAIS COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NO EXTERIOR E BRASIL	219
4 INICIATIVAS LOCAIS E POSSIBILIDADES DE TURISMO SITUADO NO CONTEXTO DO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA	240
4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS LOCAIS	240

4.1.1	Os Embaixadores de Jurubatiba	241
4.1.2	O Quilombo de Machadinho	256
4.1.3	Os pescadores artesanais de Carapebus	279
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	299
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	305
	APÊNDICES	333
	ANEXOS.....	356

LISTA DE MAPAS E FIGURAS

Figura 1	Número estimado de visitas em Parques Nacionais (em milhões)	77
Figura 2	Número de visitas registradas no PNRJ	185
Figura 3	Localização do Canal Campos-Macaé na área do PNRJ	190
Figura 4	Localização do Canal Du Midi e Canal de Garonne, França	225
Mapa 1	Localização do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	126
Mapa 2	Trajeto histórico do Canal Campos-Macaé	206

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Parques Nacionais com maior número de visitas registradas	78
Tabela 2	Número de habitantes e área territorial dos municípios do entorno do PNRJ	127
Tabela 3	Desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano dos municípios do entorno do PNRJ	128
Tabela 4	<i>Royalties</i> e participações especiais dos municípios do entorno do PNRJ	132
Tabela 5	Desempenho na economia do turismo dos municípios do entorno do PNRJ	137
Tabela 6	Empresas e prestadores de serviços registrados no CADASTUR	138
Tabela 7	Visitação nos centros culturais e museus de Quissamã em 2016	163

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cronograma de pesquisa de campo	15
Quadro 2	Interlocutores das entrevistas, oficinas e visitas	18
Quadro 3	Tipos de atos administrativos do poder público para parcerias para prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais	83
Quadro 4	Serviços de apoio ao turismo nas modalidades Concessão, Permissão, Autorização	86
Quadro 5	Unidades de Conservação no município de Macaé	130
Quadro 6	Informações sobre meio ambiente nos municípios do entorno do PNRJ	131
Quadro 7	Fazendas históricas de Quissamã e características principais	161
Quadro 8	Uso e exploração de serviços de apoio no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	192
Quadro 9	Atividades de uso público, recreação e turismo realizadas e potenciais no PNRJ	196

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Cordões arenosos do PNRJ	108
Imagem 2	Canal Campos-Macaé em construção	115
Imagem 3	Gráfico representativo dos royalties e participações especiais dos municípios do entorno do PNRJ	132
Imagem 4	Usina de Carapebus.	147
Imagem 5	Casa Grande da Fazenda Machadinha em 1976 (frente)	153
Imagem 6	Casa Grande da Fazenda Machadinha em 2016 (fundos)	153
Imagem 7	Memorial Machadinha	157
Imagem 8	Moradias dos quilombolas do núcleo Machadinha reformadas	157
Imagem 9	Trecho do Canal Campos Macaé e ruínas da Usina Engenho Central (Quissamã)	164
Imagem 10	Atividade pedagógica com alunos de graduação	177
Imagem 11	Atividade pedagógica com alunos de graduação	177
Imagem 12	Paisagem do PNRJ	183
Imagem 13	Casas de veraneio na Lagoa da Praia de João Francisco no passado ...	184
Imagem 14	Casas de veraneio na Lagoa da Praia de João Francisco (2017)	184
Imagem 15	Sede do PNRJ e Bairro Lagomar (Macaé)	186
Imagem 16	Infraestrutura de apoio à visitaç�o na Lagoa de Jurubatiba	186
Imagem 17	Centro de visitantes da Praia de João Francisco	188
Imagem 18	Canal Campos-Maca�e no trecho em Campos dos Goytacazes	211
Imagem 19	Canal, Quilombo e Lagoa Feia ao fundo	212
Imagem 20	Canal Campos Maca�e no trecho urbano de Quissam�a e o Monumento ao Negro Escravizado	212
Imagem 21	Canal Campos Maca�e no trecho “Alto Grande”	212
Imagem 22	Canal Campos-Maca�e em trecho correspondente � Lagoa de Carapebus	213
Imagem 23	Canal Campos-Maca�e no trecho correspondente a Maca�e	214
Imagem 24	Passeio de barco pelo Canal Campos-Maca�e	216
Imagem 25	Passeio de barco pelo Canal de Bridgewater	221
Imagem 26	Passeio a p�e ao longo das margens do Canal de Bridgewater	221

Imagem 27	Vista aérea do Quilombo Machadinho – Núcleo Machadinho	263
Imagem 28	Angelim Amargoso (<i>Andira anthelmia</i>) localizado na “areia”	263
Imagem 29	Moradores pescando às margens do Canal Campos Macaé	265
Imagem 30	Vegetação aquática da Lagoa de Carapebus	289
Imagem 31	Carapeba (<i>Diapterus rhombeus</i>)	289
Imagem 32	Beleza cênica da Lagoa de Carapebus	290

LISTA DE ABREVIACÕES

Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho	ARQUIMA
Banco Interamericano de Desenvolvimento	BID
Cadastro Nacional de Unidades de Conservação	CNUC
Caixa Econômica Federal	CAIXA
Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais.	CNPT
Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	CMMAD
Communal Areas Management Programme for Indigenous Resources	CAMPFIRE
Comunidades Remanescentes de Quilombos	CRQ
Conselho Nacional de Meio Ambiente	CONAMA
Convenção da Diversidade Biológica	CDB
Coordenação de Concessão e Negócios	CONCES
Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo	COEST
Coordenação Geral de Educação Ambiental do IBAMA	NEA
Coordenação Geral de Uso Público e Negócios	CGUP
Coordenação Geral de Uso Público e Negócios	CGOP
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação e a Emissário de Tratamento de Efluentes do Terminal de Cabiúnas	DIMAN TECAB
Estados Unidos da América	EUA
Estudos Ecológicos das Lagoas Costeiras do Norte Fluminense	ECOLAGOAS
Federação Internacional de Futebol	FIFA
Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador	FEPTCE
Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente	FEEMA
Fundo Multilateral de Investimentos	FOMIN
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	ICMS
Índices de Desenvolvimento Humano	IDH
Instituto Brasileiro de Administração Municipal	IBAM
Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas	IBASE/RJ
Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal	IBDF
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE

Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis	IBAMA
Instituto Brasileiro do Turismo	EMBRATUR
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBIO
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	ICMBio
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro	INEA
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural	INEPAC
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro	INEPAC-RJ
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	INCRA
Instituto Virtual do Turismo	IVT
Ministério do Meio Ambiente	MMA
Ministério do Turismo	MTUR
Ministério Público Federal	MPF
Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé – UFRJ	NUPEM/UFRJ
Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	ODM
Organização das Nações Unidas	ONU
Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	UNESCO
Organização Mundial do Turismo	OMT
Organização Não Governamental	ONG
Parcerias Ambientais Público-Privadas	PAPP
Parque Nacional	PARNA
Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba	PNRJ
Petrobras Transporte S.A.	TRANSPETRO
Planejamento Nacional de Gerenciamento	GERCO
Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas	PNAP
Política Nacional do Meio Ambiente	PNMA
Política Nacional para os Recursos do Mar	PNRM
Produto Interno Bruto	PIB
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	PNUMA
Programa de Desenvolvimento do Turismo	PRODETUR
Programa de Parceria de Investimentos	PPI
Programa Ecológico de Longa Duração	PELD
Programa Nacional de Educação Ambiental	PRONEA

Quilombos no Projeto de Educação Ambiental	QUIPEA
Rango de Oportunidades para Visitantes em Areas Protegidas	ROVAP
Recreation Opportunity Spectrum	ROS
Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário	RED TUSOCO
Red de turismo Comunitario de America Latina	REDTURS
Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário	TURISOL
Rede Cearense de Turismo Comunitário	Rede TUCUM
Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Racial	SEPPIR
Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas	SEBRAE
Sistema de Informação Geográfica	SIG
Sistema Nacional de Unidades de Conservação	SNUC
Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	TCE-RJ
Termo de Ajustamento de Conduta	TAC
Turismo de Base Comunitária	TBC
União Internacional para a Conservação da Natureza	UICN
Unidade de Conservação	UC
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ
Universidade Federal Fluminense	UFF
World Tourism Organization	UNTWO

INTRODUÇÃO

i. Implicação na pesquisa

Essa tese de doutorado da área de Gestão e Inovação do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ estuda a visitação e as potencialidades turísticas do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PNRJ), buscando identificar iniciativas locais, existentes e potenciais, a fim de verificar se a noção de “turismo situado” pode ser uma alternativa de desenvolvimento local. A proposta desta tese é coerente com minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

A experiência de ter realizado intercâmbio cultural na Nova Zelândia em 1997, aos 16 anos, foi um evento marcante em minha formação como pessoa, turista, professora e pesquisadora. Tive, então, o privilégio de conhecer parques nacionais e a luta do povo maori por direitos sociais e afirmação cultural. Diferentemente de uma viagem turística “convencional”, experienciei trocas profundas que me enriqueceram como pessoa nos encontros com uma natureza exuberante e nas relações “face a face” com comunidades. O intercâmbio cultural me fez entender que viajar pode ser uma forma de “encontro com o outro” e, também, uma descoberta enriquecedora de novas dimensões da própria pessoa.

Essa experiência foi decisiva para as minhas escolhas acadêmicas e profissionais, pois fui guiada pela necessidade de compreender a relação entre áreas naturais protegidas, atores sociais do entorno e o Turismo. Em especial, interessa a mim entender a gestão da visitação e do turismo, os conflitos, as estratégias de participação das iniciativas locais. Nessas “buscas”, tive encontros fecundos com professores e seus projetos, que me guiaram e ajudaram em meu percurso formativo.

Cursei o Bacharelado em Turismo (entre 2000 e 2004 na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF) e, posteriormente, a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Ambiental (entre 2004 e 2006, também na UFJF); nesta oportunidade, estudei sobre as iniciativas locais de turismo no entorno do Parque Estadual de Ibitipoca, em Minas Gerais. No âmbito do Grupo de Pesquisa Núcleo de Educação em Ciência, Matemática e Tecnologia, parte da linha de pesquisa Educação Ambiental (UFJF) e coordenado pelo Prof. Dr. Vicente Paulo dos Santos Pinto, fiz parte da equipe do projeto de pesquisa e extensão Fortalecimento da Agricultura Familiar na Microrregião de Juiz de Fora-MG,

no qual identificamos as potencialidades e concebemos um roteiro de visitação aos agricultores familiares para conhecer o sistema de produção.

Em 2007, iniciei os estudos no Programa de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ), na linha de pesquisa em Comunidades, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Inclusão Social, sob a orientação da Prof. Dra. Marta Irving. Nessa oportunidade, integrei o Grupo Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/IP/UFRJ), no qual participei de diversos projetos de pesquisa – dentre eles, o projeto Observatório de Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social, em que me aproximei da realidade de gestão do Parque Estadual dos Três Picos, localizado na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, sobre o qual desenvolvi a pesquisa de Mestrado. Ao integrar este grupo, tive a oportunidade de compreender com mais profundidade as questões relacionadas à gestão de parques, sobretudo no que tange à participação social e à mediação de conflitos sociais no processo de apropriação e uso das áreas naturais protegidas.

Nesse mesmo período, também participei da equipe interdisciplinar do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), coordenado pelo Prof. Dr. Roberto Bartholo, do Programa de Engenharia de Produção, no âmbito do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (COPPE), da UFRJ. Nessa experiência, além de conhecer os estudos e reflexões do professor, fiz parte de uma equipe interdisciplinar que colaborou para a realização dos projetos intitulados Instituto Virtual de Turismo (IVT) e Indicadores de Sustentabilidade na Análise de Destinos Turísticos, ambos em 2008, nos quais foram desenvolvidas pesquisas sobre a comunidade no entorno de áreas protegidas em Paraty (RJ). Estes trabalhos foram fundamentais para que pudesse conhecer os fundamentos e princípios do Turismo de Base Comunitária e do turismo situado, além da relação com a Engenharia de Produção. O tema eleito para a pesquisa de doutorado, no entanto, emergiu a partir de uma experiência profissional mais recente, como técnica terceirizada do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro/RJ), entre os anos de 2010 e 2013, na Coordenação de Uso Público e Negócios. Essa área protegida constitui território de domínio público, administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e é um dos mais importantes atrativos turísticos da cidade do Rio de Janeiro e do país, pois é o parque nacional brasileiro mais visitado, com uma média de 3 milhões de visitantes ao ano. Dentre as diversas atribuições que realizei, uma atividade

exerceu em mim um maior envolvimento: a elaboração de projetos básicos para a delegação de bens e de serviços de apoio à visitação para a iniciativa privada, no modelo de concessão. Nesse trabalho, inquietou-me o fato de os projetos serem desenhados para a instalação de serviços e infraestruturas com o objetivo de atender ao mercado do turismo “convencional”, de grande escala, com negócios formalizados e serviços padronizados, visando apenas à eficiência financeira e de arrecadação.

Este trabalho surge, portanto, de uma inquietação pessoal sobre a relação entre populações e iniciativas locais e a gestão da visitação e do turismo em parques nacionais. Partindo da hipótese de que as estratégias adotadas pelo poder público para fomentar a visitação e o turismo em parques nacionais, como as concessões, tendem a excluir iniciativas locais da chamada economia informal da prestação de serviços de apoio, questionava-me se esta seria a única opção; se seria possível o desenho de um tipo de gestão em que iniciativas e comunidades locais, vinculadas simbolicamente ao território protegido, poderiam fomentar a visitação e o turismo.

Interessada nestas questões e atendendo à indicação da banca de qualificação, direcionei a atenção ao caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado na região Norte Fluminense do Estado, inserido na zona de influência do principal polo econômico da cadeia produtiva do petróleo. Essa Unidade de Conservação possui um contexto singular para refletir sobre as possibilidades de configuração de um tipo de visitação e de turismo vinculados às iniciativas e comunidades locais.

A partir dessa trajetória e desses questionamentos iniciais, recorri ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFRJ, na linha de pesquisa Estudos estratégicos e gestão de iniciativas sociais, integrante da área Gestão e Inovação. O processo de doutoramento possibilitou um olhar complexo e interdisciplinar sobre meu campo de investigação. Muitos encontros profícuos ocorreram nesta trajetória, perpassando a filosofia, as artes, o processo de trabalho, o exercício da crítica e da criatividade, o ofício acadêmico e a possibilidade de colaborar em projetos de pesquisa sob a coordenação do Prof. Bartholo. Essas, de fato, foram as bases fundamentais da construção desta tese.

ii. Problematização, justificativa e objetivos

A visitação e o turismo em parques nacionais têm sido reconhecidos em todo o mundo – e, mais recentemente, no Brasil – como alternativas viáveis que podem

conciliar proteção da natureza *in situ*, sensibilização da sociedade para a questão ambiental e geração de benefícios econômicos, tanto como apoio para a gestão quanto para a criação de emprego para as populações do entorno (DAVENPORT *et al.*, 2002; EAGLES, MCCOOL, HAYNES, 2002; KINKER, 2002; ICMBIO, 2011a; HVENEGAARD, HALPENNY, MCCOOL, 2012).

Diversos acordos internacionais relacionados à temática balizam o turismo como uma atividade que, contraditoriamente, é importante para proteção de áreas com diversidade biológica, ao mesmo tempo que é a razão de vários efeitos negativos que precisam ser monitorados, envolvendo múltiplos atores sociais nesse processo. Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem legitimado o estabelecimento de mecanismos para a gestão da visitação e do turismo em parques nacionais (SECRETARÍA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA, 2004; OMT/ONU, 2009; SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2015; HVENEGAARD, HALPENNY, MCCOOL, 2012).

Um dos temas centrais nesse debate é o procedimento de delegação de bens e serviços para a exploração da iniciativa privada por meio de concessões e outros instrumentos de gestão, que são avaliados como possíveis estratégias para equipar os parques e tendem a contribuir com a geração de recursos financeiros para o órgão gestor. O principal argumento se apoia no fato de que o órgão público pode se concentrar em suas atividades “de primeira ordem”, como proteção e fiscalização ambientais, e obter uma fonte de arrecadação financeira (SAPORITI, 2006; ROCKTASECHEL, 2006; RODRIGUES, 2009). Este modelo tem sido o principal mecanismo de fomento da visitação e do turismo em parques nacionais em diversos países, como Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Namíbia, Moçambique, Equador e Mongólia (THOMPSON *et al.*, 2014), e também no Brasil (KINKER, 2002; RODRIGUES, 2009). As primeiras experiências nesse sentido foram na década de 1990, tendo sido ampliadas a um maior número de parques nacionais a partir de 2010. Portanto, trata-se de uma realidade recente, considerando o contexto político-econômico em que o Estado assume um papel de agente incentivador de investimentos em parceria com a iniciativa privada (RODRIGUES, 2009; KINKER, 2002).

No país, por muitos anos, a infraestrutura e serviços de apoio à visitação nos parques nacionais brasileiros eram escassos ou inexistentes, com baixos índices de visitas. Isso decorre do fato de que os parques foram administrados de forma

centralizadora do contexto de desenvolvimento social do entorno, frequentemente sem diálogo com as populações locais, com ações focadas apenas na fiscalização, proteção e manejo, embora a visitação fosse um dos objetivos (KINKER, 2002). Nesse processo, eram recorrentes os conflitos entre a administração e as populações do entorno, devido às restrições de uso dos recursos naturais dos quais dependiam para a sua subsistência (DIEGUES, 2004).

Atualmente, está estabelecido na legislação brasileira que os parques nacionais têm o objetivo de proteger e de valorizar os recursos naturais e culturais, promovendo o desenvolvimento social e econômico do território por meio de atividades de proteção, pesquisa científica, educação, interpretação, recreação e turismo ecológico. Para tanto, são considerados fundamentais o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas (BRASIL, 2000).

Os parques nacionais são um tipo de território especialmente protegido e regulamentado pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) e pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Os parques nacionais estão presentes em todos os biomas brasileiros e são caracterizados pela diversidade de paisagens e de ecossistemas, o que proporciona uma ampla gama de atividades de recreação e lazer. O índice de visitas em parques nacionais tem crescido nos últimos anos: na comparação dos dados dos anos de 2015 e de 2016, houve uma leve alta no percentual, que passou de 8,07 milhões para 8,29 milhões. No entanto, apenas o Parque Nacional da Tijuca e o Parque Nacional do Iguaçu concentram cerca de 54% da visitação em relação a outros cinco parques nacionais registrados (ICMBIO, 2017). O aumento do número de visitas nos parques nacionais brasileiros nos últimos anos corrobora a necessidade de investimentos para equipar os parques com infraestrutura, equipamentos e serviços de apoio à visitação.

A visitação e o turismo podem gerar um efeito multiplicador na economia local (SOUZA *et al.*, 2017), podendo movimentar cerca de R\$ 4 bilhões por ano, gerar 43 mil empregos e agregar R\$ 1,5 bilhão ao Produto Interno Bruto (SOUZA, 2016). De fato, o crescente interesse pelo turismo emerge, sobretudo, em função de dados estatísticos que ressaltam o impacto econômico da atividade (HALL, 2001; CRUZ, 2001). Mas, apesar das inúmeras potencialidades para a consolidação da visitação e do turismo em parques nacionais por meio do procedimento de delegação de bens e serviços para a iniciativa privada, muitas críticas são trazidas à reflexão sobre o tema. A principal delas apoia-se

no argumento de que a ênfase na eficiência econômica engendra uma perspectiva elitista, excluindo grupos sociais com menor poder aquisitivo das possibilidades de uso e recreação, levando a questionar para quem são direcionados os benefícios (MORE, MANNING, 2004), tendendo a ignorar a complexidade dos fatos e a visão de conjunto (HALL, 2001; CRUZ, 2001) e levando a uma compreensão limitada dos parques como mercadorias (MACIEL, 2015). Sendo assim, não se pode negligenciar, nessa análise, a característica complexa e contraditória do fenômeno do turismo contemporâneo, sendo fundamental romper com visões e modelos deterministas que tendem a desconsiderar formas de organização social diversas, situadas e informais (ZAOUAL, 2008).

Nesse sentido, é importante considerar as diversas formas iniciativas para a organização do turismo, como aquele protagonizado por populações locais que interpretam o território dos parques nacionais como “sítios simbólicos de pertencimento”.

Zaoual (2003) interpreta os “sítios simbólicos de pertencimento” a partir da dialética entre o local e o global. O sítio é um lugar, tanto em sentido topológico quanto simbólico, em que atores sociais aderem a uma cultura, ideologia, constroem identidades, e atribuem significados e sentidos a uma determinada região, e definem soluções inovadoras, originais, próprias para questões relacionadas ao desenvolvimento. Caracteriza-se pelo “sentido de pertencimento” de atores sociais que funciona como “um marcador imaginário” em territórios de memória e histórias, impregnados de uma entidade intangível. O conjunto de atores sociais situados formam *comunidades*, compreendidas por Zaoual (2003) como grupos organizados a partir do enredamento em situações sociais, microculturas, religiões, constituindo uma “diversidade endógena”: são hábitos, rotinas e relações de confiança, cooperação e de reconhecimento, e de conflito. As comunidades estão propensas às trocas com “os outros”, tanto simbólicas quanto materiais, e, neste caso, o turismo pode ser uma experiência de intercâmbios profícuos, é o que entendemos neste trabalho por “turismo situado” (ZAOUAL, 2008), propondo uma releitura da compreensão sobre “turismo de base comunitária” (TBC).

Essas iniciativas são formas emergentes de organização social, em busca de soluções para problemas relacionados ao desenvolvimento local a partir de uma lógica situada e tem como pilares as trocas econômicas com base em arranjos locais, o intercâmbio cultural como oportunidade de encontros fecundos entre visitantes e

visitados e a valorização dos patrimônios cultural e natural locais (BARTHOLO, 2009; ZAOUAL, 2009).

Ainda não foram sistematizadas informações sobre as iniciativas que atuam na perspectiva do TBC nos parques nacionais brasileiros. Um levantamento preliminar realizado por Bursztyn e Sansolo (2010)¹ aponta que há uma vinculação territorial/espacial entre estas experiências e Unidades de Conservação. Tendo como objeto de análise as iniciativas apoiadas por meio de financiamento de projetos pelo Ministério do Turismo, em 2008, os autores identificaram que 54% delas estão inseridas no contexto de Unidades de Conservação (UC). Este dado reforça a necessidade de compreender melhor como as iniciativas de TBC se apoiam e utilizam estas áreas para o desenvolvimento de suas atividades, bem como que tipos de arranjos institucionais são firmados junto à gestão dos parques.

Com base nesses antecedentes, e tendo em vista que as atuais políticas públicas de visitação e turismo em parques nacionais têm privilegiado as concessões como proposta de fomento da visitação e do turismo, é importante refletir sobre as possibilidades de inserção das iniciativas locais, a fim de verificar se a noção de “turismo situado” pode se expressar nesse contexto como um modelo alternativo.

O caso escolhido para estudar o tema é o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PNRJ), localizado no litoral nordeste do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo parte da planície fluvial e marinha dos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, e com uma extensão territorial de 14.922 hectares (ICMBIO, 2008).

O PNRJ foi criado em 1998², sendo o mais recente dessa categoria de manejo no Estado do Rio de Janeiro. A principal motivação que levou pesquisadores a se mobilizarem para criar o PNRJ foi a necessidade de proteger os ecossistemas costeiros, caracterizados por extensas áreas cobertas por restingas e lagoas, diante da iminente pressão antrópica decorrente da exploração dos campos de petróleo (ESTEVEES, 2011). Mas esse processo foi permeado de conflitos e desprovido de debates ampliados aos mais diversos atores sociais afetados pela criação da UC, como daqueles que realizam a pesca de subsistência na Lagoa de Carapebus. Desde então, os pescadores artesanais possuem autorização temporária para realizarem seu ofício nessa Lagoa (VAINER,

¹ Bursztyn e Sansolo (2010) analisaram os seguintes aspectos: foco dos projetos; localização geográfica; relação com áreas protegidas e comunidades tradicionais; origem da operação turística; tipos de propriedade e formas de gestão dos empreendimentos; atividades de planejamento participativo (BURSZTYN; SAN SOLO, 2010).

² Decreto s/nº de 29 de abril de 1998.

2010; LEAL, 2013). No entanto, como a pesca é uma atividade considerada ilegal em um parque nacional, os pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus precisarão, na ótica do ICMBio, desenvolver em um futuro próximo novas formas de renda e subsistência.

No que tange aos objetivos relacionados à visitação e ao turismo, o PNRJ não dispõe, atualmente, de infraestrutura e equipamentos suficientes e serviços de apoio à visitação regulares. Apesar disso, moradores do entorno e turistas regionais frequentam as áreas de praias, restingas e lagoas costeiras. Duas principais estratégias têm sido adotadas para suprir essa necessidade: a implementação do sistema de parceria com a iniciativa privada, cedendo à tendência adotada pelo ICMBio em outros parques nacionais; e, em paralelo a isso, a realização de projeto em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) para fomentar a cadeia produtiva de pequenos empreendedores do turismo, que é o projeto Embaixadores dos Parques.

A região onde o PNRJ está inserido é considerada pouco “atraente” aos olhos do mercado de turismo convencional, tendo em vista que os equipamentos hoteleiros formais são escassos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016) e as praias de costa não são balneáveis (ESTEVES, 2011). Mas os municípios que possuem interseção com o território do PNRJ resguardam, ao menos parcialmente, bens e manifestações histórico-culturais dos séculos XVIII e XIX, testemunhos de um período áureo do ciclo econômico do açúcar, que tornou a região influente politicamente perante a Corte Imperial (MARCHIORI, 1987; RUA, 1996; DA CRUZ, 2006). Nesse contexto, cabe destacar o Canal Campos Macaé, importante obra de engenharia do período imperial, construído e operado entre 1837 e 1872, e que tinha o objetivo de escoar a produção de açúcar até o porto de Macaé, cuja porção mais bem conservada está em território do PNRJ (ICMBIO, 2008; WEICHERT, 2008; PENHA, 2012; BARCELOS, 2016).

Na região em estudo, as iniciativas para a promoção do turismo são pontuais e dependem do equilíbrio da economia do petróleo, uma vez que os *royalties* e as participações sociais são a principal fonte de financiamento de projetos para a pasta (NEVES, GANTOS, 2015). Caso exemplar são os projetos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de Quissamã na última década com o objetivo de re-funcionalizar solares para fins turísticos, estabelecer roteiros pelo Canal Campos-Macaé e

espetacularizar a comunidade quilombola da Fazenda Machadinho como um “complexo turístico-cultural” (DA SILVA, 2009).

A visitação e o turismo são frequentemente citados como atividades que podem gerar novas fontes de renda para a população, tanto em substituição à pesca nas lagoas da região como também enquanto alternativa futura quando chegar o esgotamento dos campos de exploração do petróleo na região. Assim, há uma expectativa de que investimentos em equipamentos, infraestrutura e serviços possam fazer do PNRJ um importante atrativo turístico regional (ESTEVEZ, 2011). Esse cenário ilustra a dificuldade recorrente da gestão de muitos parques nacionais com relação à tradução das complexidades envolvidas no processo de criação e de gestão (FARJALLA *et al.*, 2013). Verifica-se, pois, que a instituição de um parque nacional é capaz de imprimir dinâmicas no processo de desenvolvimento social, realçando a importância estratégica do diálogo permanente com os diversos atores sociais situados.

Considerando essa problemática, emerge no debate sobre visitação e turismo em parques nacionais o esforço por compreender as possibilidades de um “turismo situado” como estratégia de desenvolvimento. Diante disso, **duas questões necessitam ser confrontadas**: a noção de “turismo situado” pode ser significativa para práticas turísticas no contexto do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ)? Em caso afirmativo, que configurações um “turismo situado” pode adquirir ali?

A tese teve como **objetivo geral** investigar o contexto da visitação e do turismo no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ) e analisar as possibilidades de configuração de um “turismo situado”. Seus **objetivos específicos** foram: i. compreender o turismo e as visitas no contexto do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ); ii. analisar as iniciativas locais, existentes e potenciais e as possibilidades de configuração de um “turismo situado”; iii. Oferecer subsídios teóricos-analíticos sobre “turismo situado” para a gestão pública de parques nacionais brasileiros, sobretudo no caso estudado.

Essa temática se filia aos objetivos da linha de pesquisa Estudos estratégicos e gestão de iniciativas sociais, da área de Gestão e Inovação do Programa de Doutorado em Engenharia de Produção, que visa, numa abordagem interdisciplinar, desenvolver estudos sobre diversos setores de atividades econômicas e modos de organização social, na busca por soluções para problemas relacionados ao cotidiano complexo da sociedade contemporânea. Acreditamos que o trabalho propõe uma “gestão inovadora” de parques

nacionais, o que, conforme propõem Béguin e Pueyo (2011), requer um empenho por colaborar não somente apresentando proposições sobre como agir *na* concepção de um tipo de turismo, mas também atuar sobre o próprio processo de concepção. Isto implica realizar uma leitura da experiência humana, considerando os vínculos simbólicos, culturais e afetivos com os sítios. A seguir, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa.

iii. Pressupostos teórico-metodológicos

A tese resultou da articulação entre uma análise teórica sobre a visitação e o turismo em parques nacionais e uma pesquisa de campo sobre iniciativas locais no PNRJ e seu entorno.

Uma importante categoria de análise foi a noção de “sítio simbólico de pertencimento”. A abordagem da pesquisa foi primordialmente qualitativa, visando facilitar a interação dialogal com realidades diversas (BOGDAN & BIKLEN, 1994; VASCONCELOS, 2002; MAXWELL, 2013). Dados quantitativos não foram ignorados quando se evidenciaram relevantes e pertinentes (caso dos registros de índices de visitas no PNRJ e nos estabelecimentos turísticos, apresentados no Capítulo 3). Diante da ausência de levantamentos anteriores publicados sobre iniciativas locais e potencialidades de um turismo situado no contexto do PNRJ, a pesquisa assumiu um caráter exploratório e descritivo. Segundo Veal (2011), a pesquisa exploratória pode ser considerada como aquela que procura descobrir, descrever ou mapear padrões de comportamento em áreas ou atividades que não foram previamente estudadas. Os fenômenos de lazer e turismo são passíveis de constantes mudanças. Por esse motivo, existe um grande esforço das pesquisas em rastrear – ou monitorar – padrões básicos de comportamento.

A pesquisa apresentou um recorte temporal transversal, com o processo de pesquisa construído concomitantemente à ocorrência do fenômeno em foco (VASCONCELOS, 2002). O tempo do fenômeno estudado se refere ao início das ações de fomento ao turismo no PNRJ (2008) até o presente momento (2017), que inclui as ações realizadas pela atual gestão da UC.

O tipo de pesquisa foi o estudo de caso, que permite que, a partir do levantamento do maior número de informações possíveis, uma questão – as

possibilidades de fomento da visitação e do turismo situado no contexto do PNRJ – seja estudada de forma aprofundada (VASCONCELOS, 2002). Assim, buscou-se compreender um fenômeno complexo em curto espaço de tempo, apresentando questões com foco em problemas contemporâneos, levando em consideração as opiniões (senso comum) de forma crítica, conforme exposto por Loureiro, Azaziel e Franca (2007, p. 11):

as opiniões dos agentes são registradas como percepções que condicionam a solução de problemas, visto que acreditam nela ou, de qualquer modo, usam-nas para argumentar a respeito da situação estudada, negando ou afirmando conflitos, bem como propondo soluções para eles, de acordo com a sua percepção em relação aos seus interesses em comparação com os dos outros.

As generalizações dos resultados da pesquisa foram realizadas a partir do contexto das políticas públicas de fomento à visitação e ao turismo em parques nacionais brasileiros, além das abordagens teóricas, considerando as subjetividades do pesquisador e do grupo pesquisado, seguindo os pressupostos dos paradigmas da complexidade e das teorias de base interpretativa (LOUREIRO, AZAZIEL, FRANCA, 2007). As conclusões são relativizadas, pois é reconhecida a característica provisória do fenômeno.

Com relação aos instrumentos de pesquisa, foram utilizados: pesquisa bibliográfica e documental; entrevistas; oficinas; observação direta de reuniões; visitas *in loco* e diário de campo. O uso destes instrumentos ocorreu conforme as seguintes etapas metodológicas principais: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) caracterização detalhada do objeto de estudo; 3) elaboração e preparação dos instrumentos de pesquisa; 4) pesquisa de campo, envolvendo observação direta e realização de entrevistas e oficinas; 5) sistematização e análise das informações obtidas.

A primeira fase deste trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica e documental, buscando atender ao seguinte objetivo específico: interpretar o fenômeno do turismo no contexto de parques nacionais a partir da noção de “sítios simbólicos de pertencimento”, buscando problematizar as bases conceituais e algumas experiências em curso no Brasil e no mundo. Nessa etapa, contamos com levantamentos e análises junto a diversas fontes de pesquisa, bem como a seleção, leitura crítica e sistematização do material bibliográfico e documental selecionado sobre o tema e, também, sobre o PNRJ, visando à consolidação do referencial teórico. Os documentos analisados foram relatórios

técnicos do ICMBio, INEPAC, IPHAN e Prefeitura Municipal de Quissamã, bem como o Plano de Manejo e o Programa de Uso Público do PNRJ, além de outros relatórios e dados estatísticos.

Para tanto, foi utilizado o mapeamento sistemático da literatura (PROENÇA JUNIOR, SILVA, 2016) como instrumento de pesquisa bibliográfica e documental. Com esse instrumento, pretendeu-se alcançar o “estado da literatura” relativo ao tema da pesquisa, sendo o pesquisador “capaz de explicar documentadamente os limites e os critérios de sua busca, de sua coleta e da seleção de referências a serem trabalhadas”.

Seguindo a metodologia dos autores, o mapeamento sistemático ocorreu em cinco fases:

a) A busca por referências envolvendo a consulta a fontes alinhadas com o que seja prioridade e prática de um determinado grupo de estudiosos (MAXWELL, 2013; PROENÇA JUNIOR, SILVA, 2016). Assim, foram considerados: livros especializados de autores nacionais e estrangeiros; fontes indexadas (artigos científicos, nacionais e estrangeiros, disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES); literatura cinza (artigos e contribuições em eventos científicos, vídeos, relatórios técnicos e *posts* em grupos de discussão mantidos no Facebook³); grupos de pesquisa e respectivos trabalhos acadêmicos disponibilizados na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (dissertações e teses); além de *sites* governamentais e não-governamentais na Internet.

O material bibliográfico foi identificado por pesquisa com palavras-chave nos idiomas português e inglês, segundo a perspectiva conceitual adotada, sendo as categorias de análise: turismo de base comunitária (e palavras correlatas, como turismo comunitário, ecoturismo de base comunitária, turismo de base local); parque nacional (e no plural); parceria para a prestação de serviços de apoio à visitação (com enfoque em políticas públicas direcionadas aos parques nacionais).

b) Foi realizada a coleta de referências para um repositório organizador com o uso de um *software* a fim de facilitar filtragem de referências (PROENÇA JUNIOR, SILVA, 2016). Assim, foi utilizada a ferramenta Mendeley⁴ para importar parte das referências pesquisadas. No programa, foi criada uma pasta por coleção para cada categoria de análise em separado (Ex.: TBC, Parques Nacionais, Parcerias). As obras

³ Grupos relacionados aos temas “TBC”, “Parques Nacionais”, “Unidades de Conservação”, “ICMBio”, “Turismo em áreas protegidas”. Esses grupos são coordenados por diferentes atores ligados ao poder público federal, interlocutores de iniciativas locais de TBC, pesquisadores e grupos livres de pessoas interessadas nos temas.

⁴ Mendeley Desktop 1.15.2 (2016).

foram organizadas por “autor-título-ano-fonte-data de adição”; tipo (livro, seção de livro, artigo em periódico, artigo em jornal/revista, documentos e relatórios, legislação, vídeos etc); e grupos (introdução ao assunto; história do assunto; os clássicos do assunto; as questões contemporâneas do assunto; o futuro do assunto; o *handbook* do assunto).

c) Posteriormente, foi realizada a filtragem das referências: seleção de quais referências ler, de que maneira e para que fins, ajuizando quando ampliar, restringir e encerrar o seu processamento de mais referências. Depois, admitiram-se diferentes formas de apreciação do conteúdo para produzir sua classificação no mapeamento sistemático (PROENÇA JUNIOR, SILVA, 2016; ADLER, VAN DOREM, 1990).

A partir da leitura analítica das obras selecionadas como as mais importantes para a pesquisa, buscou-se por obras citadas nas referências, tais como “raízes e ramos”, mantendo o processo de identificação de fontes pertinentes ao projeto de pesquisa como recursivo (PROENÇA JUNIOR, SILVA, 2016).

Com relação à metodologia sugerida por Proença Junior e Silva (2016), foi realizada a pesquisa sobre a legislação federal pertinente e sobre o acervo documental relativos ao PNRJ: plano de manejo, decretos, portarias, relatórios, projetos, documentos administrativos internos referentes à visitação e ao turismo e demais registros impressos, em mídia computadorizada e audiovisuais (jornais, revistas, vídeos). A principal fonte institucional de consulta foi a gestão do PNRJ; além da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP), vinculada à Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)⁵ e, ainda, as demais instituições com atuações na referida área protegida, tais como Universidades e Institutos de Pesquisa, ONGs e iniciativas locais. Todo o material bibliográfico, documental e da legislação específica identificado nesta primeira fase serviu, em parte, para a identificação de potenciais informantes sobre o tema tratado na pesquisa.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na descrição detalhada do objeto de estudo, que envolveu a descrição das características do PNRJ: contextualização histórica e geográfica; caracterização da importância ecológica; caracterização socioeconômica da área de inserção; breve histórico da gestão; caracterização do uso

⁵ A DIMAN constitui órgão específico singular e a ela “compete planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades relativas a um grupamento de processos organizacionais de trabalho estabelecidos para o Instituto nas suas inter-relações técnico-finalísticas e administrativas” (Decreto Nº 7.515, de 8/07/2011).

público, da visitação e do turismo. Buscou-se também identificar os atores sociais implicados nas ações de fomento da visitação e do turismo e aqueles considerados, inicialmente, como iniciativas locais e comunidades, dentro de critérios estabelecidos por meio da fundamentação teórica.

A terceira etapa consistiu na elaboração e preparação dos instrumentos de pesquisa de campo, dos quais foram utilizados a observação direta, diário de campo, entrevista e oficinas. Para tanto, dois passos foram essenciais: primeiramente, a intenção de pesquisa foi apresentada ao chefe do PNRJ e demais analistas ambientais, no sentido de verificar o interesse e a disponibilidade de apoio logístico para a realização das atividades de campo; com a resposta positiva, a pesquisa foi registrada no SISBIO/ICMBio⁶.

A quarta etapa da pesquisa envolveu o trabalho de campo, com observação direta e realização de entrevistas e oficinas com os sujeitos selecionados para a pesquisa. Para a entrada no campo, foi contratada uma guia de turismo, nascida e criada em Quissamã, para que, num primeiro momento, fosse feito o reconhecimento dos atrativos turísticos e, em seguida, apresentação de atores-chave. Outra estratégia foi a participação, na condição de ouvinte, de reuniões do Conselho Consultivo e Câmara Temática de Uso Público do PNRJ, a partir das quais foi permitido conhecer outros atores-chave para o turismo na região, sobretudo de Carapebus e Macaé, que eram membros ativos nesses espaços. Por meio dessa participação, tomou-se conhecimento também das ações e projetos em curso referentes ao fomento à visitação e ao turismo na UC. Os interlocutores foram selecionados com base no critério de participação ativa ou em potencial em ações dirigidas ao fomento da visitação e do turismo no PNRJ.

O trabalho de campo foi realizado conforme as datas apresentadas no Quadro 1, disponível na página a seguir. A cada deslocamento para o campo, eram realizadas diversas atividades (observação direta, entrevistas, oficinas, visitas) programadas previamente.

⁶ “O Sisbio é um sistema de atendimento à distância que permite a pesquisadores solicitarem autorizações para coleta de material biológico e para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais e cavernas. (...)” (ICMBIO, 2015. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/saiba-mais.html>. Acessado em 19/01/2016). A presente pesquisa possui a autorização de n. 55166-1.

Quadro 1 – Cronograma de pesquisa de campo

Data	Instrumento	Atividade
24/07 a 26/07/2016.	Observação direta	1. Reunião da Câmara Temática Uso Público – PNRJ/ICMBIO (Macaé). 2. Reconhecimento do campo: PNRJ (Praia de João Francisco, Lagoa de Carapebus, Visgueiro, Canal Campos Macaé). 3. Reconhecimento do campo: Quilombo Machadinha e Centro Cultural Sobradinho (Quissamã).
31/07/2016.	Observação direta	4. Reunião do Conselho Gestor do PNRJ (Macaé).
31/08 e 01/09/2016.	Observação direta Entrevista	5. Reunião Câmara Técnica PNRJ (Macaé). 6. Entrevista com Analistas ambientais do ICMBio. 7. Entrevista no Centro Cultural Sobradinho (Quissamã). 8. Entrevista no Quilombo Machadinha (Quissamã).
14/09 e 15/09/2016.	Pesquisa documental Observação direta	9. Reconhecimento do campo: Espaço Cultural José Carlos Barcellos (Quissamã). 10. Reconhecimento do campo: Quilombo Machadinha (Quissamã).
28/09 e 29/09/2016.	Pesquisa documental Observação direta Entrevista	11. Reconhecimento do campo: Espaço Cultural José Carlos Barcellos (Quissamã). 12. Entrevista com Analistas ambientais ICMBio (Macaé). 13. Entrevista no Núcleo de pescadores (Carapebus).
12/10/2016.	Observação direta Entrevista	14. Reconhecimento do campo: Atividade de educação ambiental no PNRJ (Macaé). 15. Reconhecimento do campo: Canal Campos Macaé (PNRJ). 16. Entrevista sobre Embaixador do Parque.
13/10/2016.	Observação direta Entrevista Oficina	17. Oficina no Quilombo Machadinha. 18. Reconhecimento do campo: vivência do Pernoite Quilombola.
14/10/2016.	Observação direta Entrevista Oficina	19. Reconhecimento do campo: Sítio Boa Vista (e cozinha de farinha do Bonfim), Mutum, Bacurau, Sítio Santa Luzia e por onde passa o canal. 20. Entrevista com quilombolas. 21. Oficina com moradores de Machadinha.
16/11/2016.	Observação direta Entrevista	22. Entrevista com representante do Centro Cultural do Sobradinho (Quissamã). 23. Entrevista com representante da Prefeitura Municipal na área de Turismo (Quissamã). 24. Entrevista com Embaixadores do Parque.
17/11/2016.	Observação direta Entrevista	25. Entrevista com representante da Prefeitura Municipal na área de Cultura (Quissamã). 26. Visitas ao campo com representante do Quilombo Machadinha
18/11/2016.	Observação direta Entrevista Oficina	27. Entrevista com representante da Prefeitura Municipal, na área de meio ambiente (Carapebus). 28. Entrevista com representante de pescadores. 29. Oficina com pescadores artesanais. 30. Visita ao campo com pescadores artesanais.
13 e 14/12/2016.	Observação direta Entrevista Oficina	31. Visita ao campo com pescadores artesanais. 32. Entrevista com representantes da Prefeitura Municipal de Carapebus (área de Turismo e Planejamento Urbano). 33. Entrevista com Embaixadores do Parque. 34. Oficina de roteiros de visitação no Canal com comunidades – Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, Associação de

		Remanescentes do Quilombo Machadinha (ARQUIMA), Pescadores Artesanais.
12	a	Observação direta
17/01/2017.		Entrevista Oficina
		35. Entrevista com representante SEBRAE (12/01/2017). 36. Sobrevoos (17/01/2017). 37. Entrevista com Embaixador do Parque (Macaé) (17/01/2017).

Fonte: Elaborado pela a autora (2018).

A observação direta permitiu que, a partir do papel de espectadora, fosse possível a aceitação pelo grupo, conforme propõe Spradley (1979). Com este instrumento, foi possível a aproximação do cotidiano do campo e a verificação das diferentes práticas e técnicas sociais, culturais e simbólicas dos atores sociais, além do fenômeno do turismo.

Durante todo o trabalho de campo, foi mantido um diário, no qual foram registradas as impressões e vivências durante o processo de pesquisa. Conforme as orientações de Emerson, Fretz & Shaw (2011), foram anotados no diário de campo a descrição da experiência; os diálogos realizados; caracterização, esquemas locais e comentários. As notas de campo forneceram uma descrição importante sobre os acontecimentos presenciados e facilitaram a identificação dos atores-chave e a compreensão das dinâmicas, subjetividades e acontecimentos referentes ao PNRJ e às comunidades. As notas de campo foram complementadas com o registro de fotografias. Com relação às entrevistas, foi elaborado um roteiro semi-estruturado com base nos objetivos da pesquisa, bem como na pergunta-problema e nos dados empíricos pesquisados nas fases anteriores. Outras perguntas e questionamentos foram realizados, com o intuito de esclarecer alguma questão em particular.

A pesquisa adotou procedimentos éticos estabelecidos para o campo social. Os procedimentos e instrumentos de pesquisa adotados não implicaram em qualquer risco ou prejuízo – físico, psicológico, moral ou financeiro – para os participantes da pesquisa. No caso das entrevistas e oficinas, os participantes das entrevistas assinaram o Termo de Consentimento de Informação (Apêndice 1). Neste documento, os participantes receberam explicações orais e escritas sobre o objetivo, métodos e como os resultados são publicados e disponibilizados aos participantes. Para a maior parte das entrevistas, assim como para as oficinas, obteve-se autorização para gravação e, neste caso, foram transcritas.

O Quadro 2, na página a seguir, apresenta o perfil dos interlocutores das entrevistas, oficinas e visitas a campo.

As oficinas foram realizadas em dois momentos: primeiramente, com o objetivo identificar os sítios junto às comunidades; num segundo momento, para analisar, em conjunto, as possibilidades de desenvolvimento do turismo situado. Assim, foram realizadas três oficinas: a) no Quilombo Machadinha, em dois dias, com a participação de 12 quilombolas, no Memorial Machadinha; b) com seis pescadores artesanais, em uma manhã, na Praia de Carapebus; c) na sede do PNRJ, com a participação de quatro analistas ambientais, um interlocutor dos pescadores artesanais, dois interlocutores do Quilombo Machadinha, três interlocutores dos Embaixadores do Parque.

As oficinas realizadas com as comunidades de pescadores e quilombolas tiveram perguntas orientadoras, que envolveram os seguintes temas: o interesse em receber visitantes e turistas; as condições para recepção de visitantes e turistas; o significado simbólico do sítio; experiências anteriores; e os lugares especiais e atividades permeadas de significado simbólico que teriam interesse em apresentar a visitantes e turistas.

Para a oficina realizada na sede do PNRJ, foram realizadas perguntas orientadoras com as seguintes temáticas: possibilidades e dificuldades para o fomento do turismo situado; a identificação de sítios simbólicos de pertencimento e histórias a eles vinculadas; ações necessárias e atores sociais a serem envolvidos.

Quadro 2 – Interlocutores das entrevistas, oficinas e visitas

Interlocutor	Instrumento	Instituição	Faixa etária	Vínculo com o PNRJ
1.	Entrevista, oficina, visitas.	ICMBio.	50 – 60	Chefe do PNRJ
2.	Entrevista.	SEBRAE.	50 – 60	Coordenadora do Projeto do SEBRAE.
3.	Entrevista e oficina.	Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Carapebus. Empreendedor da comunidade Embaixadores de Jurubatiba.	30 – 40	Conselheiro do PNRJ.
4.	Entrevista e oficina.	Secretaria de Turismo da Prefeitura Municipal de Carapebus. Empreendedor da comunidade Embaixadores de Jurubatiba.	40 – 50	Conselheiro do PNRJ.
5.	Entrevista.	Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Carapebus. Empreendedor da comunidade Embaixadores de Jurubatiba.	40 – 50	Conselheiro do PNRJ.
6.	Entrevista, oficina, visitas.	Guarda Municipal de Carapebus. Embaixador de Jurubatiba.	30 - 40	Conselheiro do PNRJ.
7.	Entrevista e visitas.	Vereador da Prefeitura Municipal de Quissamã. Embaixador de Jurubatiba.	40 - 50	Roteiros turísticos pelo Canal Campos Macaé e PNRJ,
8.	Entrevista e visitas.	Funcionário da Secretaria Municipal de Cultura de Quissamã.	30 – 40.	Trabalhou para o PNRJ.
9.	Oficina.	Pescador artesanal autorizado.	80 – 90.	Pesca na Lagoa de Carapebus.
10.	Oficina	Pescador artesanal autorizado.	50 – 60.	Pesca na Lagoa de Carapebus.
11.	Oficina.	Pescador artesanal autorizado.	30 – 40.	Pesca na Lagoa de Carapebus.
12.	Entrevista, oficina, visitas.	Pescador artesanal autorizado.	50 – 60.	Pesca na Lagoa de Carapebus.
13.	Entrevista.	Funcionário da Secretaria Municipal de Turismo de Quissamã.	40 – 50.	Não identificado.
14.	Entrevista e visitas.	Fiscal da Vigilância Sanitária de Macaé. Embaixador de Jurubatiba.	40 - 50	Conselheiro do PNRJ.

15.	Entrevista, oficina, visitas.	ARQUIMA (Associação de Remanescentes do Quilombo Machadinha).	20 – 30	Aproximação recente da presidência da ARQUIMA.
16.	Oficina, visitas.	ARQUIMA.	20 – 30	Aproximação recente da Secretaria da ARQUIMA.
17.	Oficina, visitas.	ARQUIMA.	40 – 50	Não possui.
18.	Oficina, visitas.	Diretora do Memorial Machadinha	50 – 60	Não possui.
19.	Oficina, visitas.	CRQ Machadinha.	40 – 50	Não possui.
20.	Oficina.	CRQ Machadinha.	30 – 40	Não possui.
21.	Visitas e entrevista.	CRQ Machadinha.	80 – 90	Não possui.
22.	Visitas.	CRQ Machadinha.	50 – 60	Não possui.
23.	Entrevista	Projeto PDA Mata Atlântica	50 – 60	Consultor.

O conteúdo apresentado pelos participantes durante a oficina foi apenas oral para os interlocutores, mas foi feito o registro em gravação de áudio e em anotações pessoais rápidas; posteriormente, o áudio foi transcrito em texto e as notas expandidas. Para complementar as entrevistas e oficinas, também foram realizadas visitas aos atrativos, pessoas e espaços identificados pelos atores sociais, sendo os “guias” as lideranças das comunidades. Nestas vivências, foi possível conhecer outros membros das comunidades, conversar, conhecer práticas de lazer, moradias, modos de produção de alimentos, de subsistência. Este material foi registrado por meio de fotografias e notas de campo.

Todo material obtido foi organizado através das técnicas de seleção, sumarização, indexação, segmentação, codificação e interpretação, tendo como critério as categorias de análise mencionadas anteriormente (EMERSON; FRETZ; SHAW, 2011).

Cabe ressaltar que, para colaborar na fundamentação e considerando a ausência de dados estatísticos sobre as visitas no PNRJ, foi feito um acordo com o ICMBio para que fosse feito o registro com base em tabela desenvolvida para esta pesquisa. Assim, a contagem de visitantes se deu a partir de duas fontes: 1) o registro da entrada de pedestres, ciclistas e motociclistas e carros de passeio na sede do PNRJ, localizada em Macaé, a única que possui guarita e segurança patrimonial; e 2) o pagamento de Guia de Recolhimento da União, proporcional ao valor anunciado como cobrança de ingresso na UC. Cabe salientar que estimou-se o número de visitantes a partir da observação do cotidiano da visitação no acesso à sede do PNRJ, considerando que a cada veículo há dois passageiros, em média⁷. O material de pesquisa obtido com as entrevistas, oficinas, observação direta e notas de campo, assim como o registro do número estimado de visitas, foram utilizados na etapa seguinte.

Sendo assim, na quinta etapa, os dados foram tratados com base no método de análise de conteúdo (FRANCO, 2008). Segundo esta autora, esta técnica tem como ponto de partida a mensagem, expressão das representações sociais, que é construída por processos sociocognitivos na prática social cotidiana de determinado contexto histórico e as condições em que os atores sociais, emissores das mensagens, estão inseridos (econômicas e socioculturais). Buscando identificar o significado, o sentido, o

⁷ No mês de abril de 2017 houve troca da vigilância e os novos vigilantes não fizeram o controle total, resultando no número abaixo da média (média de 10 pessoas por dia, que é o número de funcionários que entram na unidade). Cabe salientar que na sede do PNRJ localiza-se a Lagoa de Jurubatiba, muito utilizada por moradores vizinhos à UC.

contexto e os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas, foi possível realizar a inferência, a partir da organização e a classificação de atores sociais (PNRJ, comunidades, representantes do poder público municipal) e temas (“sítios simbólicos de pertencimento”, “turismo”, “comunidades”).

Para tanto, procedeu-se, primeiramente, com a leitura flutuante e escolha dos documentos (BARDIN *apud* FRANCO, 2008). Posteriormente, formularam-se hipóteses, fornecidas pelo quadro teórico: tem turismo? Tem comunidade? Tem sítio simbólico de pertencimento? Franco (2008), citando Bardin (1997), reforça essa ideia: “é interrogarmo-nos: será que é verdade, tal como seguido pela análise *a priori* do problema e pelo conhecimento que dele possui, ou como as minhas primeiras leituras me levam a pensar que é?”. Por fim, foram definidas as categorias a partir dos discursos, e comparação com a fundamentação teórica, definidas pela pertinência e relevância.

As evidências identificadas ao longo da pesquisa (entrevistas, oficinas, notas de campo, análise bibliográfica e documental, dentre outros) foram reunidas e, por fim, convergidas em uma síntese, relativa e provisória, apresentada e divulgada no quarto capítulo.

É importante mencionar que a pesquisa trouxe desdobramentos para a realidade investigada, sobretudo na fase de pesquisa de campo. Através das oficinas foi possível o identificar e o registrar dos sítios simbólicos de pertencimento, bem como o desenhar de uma proposta inicial de roteiros de visitação, construído em conjunto com os interlocutores de ambas as comunidades e demonstrando, então, que há um potencial não conhecido por guias, agências e folhetos turísticos. Além disso, por intermédio da pesquisa de campo, o ICMBio e a Associação de Remanescentes do Quilombo Machadinha (ARQUIMA) iniciaram uma aproximação, anteriormente inexistente, a fim de verificar as possibilidades de visitação em ambas as áreas protegidas.

A pesquisa deu início ao registro de visitas no acesso ao PNRJ em Macaé, cuja continuidade foi assumida pelo ICMBio, permitindo que fosse estimado o número total de visitas ao longo do ano de 2017. Além disso, a pesquisa serviu de estímulo para que a gestão do PNRJ se articulasse junto às prefeituras municipais para verificação das condições de preservação e manutenção do Canal Campos-Macaé.

Como em todo trabalho de pesquisa, foram encontradas algumas dificuldades ao longo do percurso, que são reconhecidas como limitações da tese. A principal delas foi a realização de parte da pesquisa de campo em período de campanha eleitoral no âmbito municipal. Isso refletiu na indisponibilidade de alguns interlocutores em conceder

entrevistas por estarem trabalhando nas campanhas e, em alguns casos, em discursos de conteúdo apenas político-eleitoral, não fornecendo dados que pudessem ser aproveitados na análise. Também é importante reconhecer que, devido ao tempo exíguo e distância do campo, não foi possível aprofundar nos estudos sobre outros grupos sociais, como ciclistas, agricultores familiares de assentamentos rurais e outros membros dos Embaixadores de Jurubatiba. Acredita-se que estes podem ser objeto de estudos futuros com vistas a enriquecer o debate sobre a visitação e o turismo no PNRJ e sítios simbólicos de pertencimento, nesse contexto.

iv. Organização da tese

A tese está organizada, além desta introdução e considerações finais, em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O fenômeno do turismo e ‘sítios simbólicos de pertencimento’: conceitos e experiências”, aborda a compreensão do turismo e seus efeitos sobre os territórios. É apresentado e discutido o par conceitual “turismo convencional” / “turismo de base comunitária”. Discorre sobre a diversidade de iniciativas e experiências locais, na perspectiva teórica dos “sítios simbólicos de pertencimento” de Zaoual, que serve de chave interpretativa para apresentar a proposição de um “turismo situado” como estratégia de desenvolvimento local.

O segundo capítulo, “Conceitos e experiências de turismo de base comunitária no contexto de parques nacionais”, trata sobre a origem e definição dos parques nacionais enquanto áreas protegidas presentes em todo mundo e também no Brasil. Este capítulo debate sobre o contexto atual das políticas públicas e ações para fomentar a visitação e o turismo nessas áreas e reflete criticamente sobre as possibilidades de parcerias com a iniciativa privada. Também, analisa criticamente as possíveis articulações entre iniciativas de TBC e parques nacionais, apresentando exemplificações em diferentes contextos e países.

O terceiro capítulo da tese tem como foco o PNRJ. Faz uma breve apresentação de aspectos históricos e das características socioeconômicas dos municípios abrangidos pela Unidade de Conservação, além da apresentação do modelo de gestão do PNRJ, abordando seus projetos e ações dirigidos para a visitação e turismo. O capítulo também discute a situação atual do Canal Campos-Macaé e faz breves indicações sobre o uso turístico de canais.

O quarto capítulo dá atenção particular à análise das possibilidades de desenvolvimento do turismo situado no contexto do PNRJ, identificando três iniciativas potenciais de "base comunitária": os Embaixadores de Jurubatiba; o Quilombo Machadinha; e os Pescadores Artesanais de Carapebus. A pesquisa de campo priorizou a escuta dos interlocutores a elas atrelados, buscando compreender suas formas de organização e seus vínculos com localidades com "sítios simbólicos de pertencimento". Esta foi a base a partir da qual se buscou apontar para caminhos potenciais de implementação de um "turismo situado" no contexto do PNRJ.

1 O FENÔMENO DO TURISMO E “SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO”: CONCEITOS E INICIATIVAS

Este capítulo tem por objetivo interpretar o fenômeno do turismo a partir da noção de “sítios simbólicos de pertencimento”, buscando problematizar as bases conceituais e as experiências em curso, no mundo e no Brasil. Busca-se a compreensão do turismo enquanto fenômeno social, complexo e contraditório, bem como refletir sobre efeitos e externalidades no que tange às dimensões culturais, sociais, econômicas e ecológicas. Aponta-se para a necessidade de inovar nas estratégias, concepções e diretrizes de desenvolvimento do turismo, desde uma perspectiva não hegemônica. Assim, defende-se a ideia do “turismo situado” de Zaoual como um modo de organização social para o desenvolvimento do turismo, em que os aspectos inerentes às realidades locais e suas diversidades e as relações estabelecidas entre visitantes e visitados nos sítios são valorizados por meio do intercâmbio cultural, do diálogo e do protagonismo das comunidades locais.

1.1 O FENÔMENO DO TURISMO CONTEMPORÂNEO

O crescente interesse acadêmico, governamental, privado e público pelo turismo enquanto atividade econômica a ser desenvolvida nos territórios⁸ ocorre em decorrência, muitas vezes, das estatísticas divulgadas por organismos internacionais ligados ao setor (HALL, 2001; CRUZ, 2001).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) demonstra a importância econômica da atividade ao apresentar números significativos no contexto da economia mundial. O setor do turismo representa 10% do Produto Interno Bruto mundial, gerando um em

⁸ Por território utilizaremos o conceito tratado por Cruz (2005), que recorre a Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001), em *O Brasil – território e sociedade no início do século XXI*. Por território entende-se o espaço geográfico socialmente produzido resultante de um processo de uso pela sociedade e pelas empresas ao longo do tempo. Esta categoria faz emergir outra, a do “território negligenciado”, segundo o qual a autora define como território “não exatamente sem uso, mas de algum modo esquivado, como uma espécie de reserva de valor ou, meramente, como uma porção do espaço sobre a qual não recaíram os interesses de sujeitos sociais hegemônicos” (CRUZ, 2005, p. 28). Segundo Santos e Silveira (2001 *apud* CRUZ, 2005, p. 29), os territórios “são os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluídas a legislação civil, fiscal e financeira que, juntamente com o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico”.

cada 11 empregos diretos, indiretos e induzidos. A atividade é interpretada como um tipo de exportação que apresenta números significativos no comércio mundial. Em volume de negócios, é igual ou, em alguns casos, até mesmo supera, o das exportações de petróleo, alimentos e automóveis. Em exportações, o turismo significa 7% do total no comércio internacional das exportações e 30% especificamente do setor de serviços, movimentando 1,4 bilhões de dólares. O turismo é, assim, uma das principais fontes de arrecadação de muitos destinos que, segundo a OMT, oferecem cada vez mais roteiros turísticos diversificados, tornando os destinos competitivos (UNWTO, 2017).

As estatísticas apontam que a atividade econômica do turismo é crescente em todos os continentes, apesar das constantes crises que atravessam alguns países. A demanda internacional cresceu 3,9% em 2016, atingindo a 1.235 milhões de chegadas de turistas internacionais. Na América do Sul, o número de chegadas de turistas internacionais aumentou 6% em relação ao ano anterior (UNWTO, 2017). No caso brasileiro⁹, houve uma diminuição de desembarques internacionais de passageiros (4,20%) e de desembarques domésticos de passageiros (8,08%), porém houve um aumento da receita cambial (US\$180, ou 3%) em comparação ao mesmo período (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017), que correspondeu à temporada entre os principais megaeventos que o país hospedou – Copa do Mundo FIFA de Futebol, em 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016. Durante estes eventos, o Rio de Janeiro registrou recorde histórico de turistas, principalmente estrangeiros. Segundo a Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro (Riotur), 1.17 milhão de pessoas visitaram a capital fluminense em agosto deste ano, sendo 410 mil estrangeiros, com gasto médio de US\$135,80 por dia (PORTAL BRASIL, 2016).

Diante das perspectivas de crescimento da economia do turismo, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou o ano de 2017 como Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, justificado pela ideia de que “a indústria do turismo” tem potencial para “contribuir para a luta contra a pobreza e promover a compreensão mútua e o diálogo intercultural” (UNESCO, 2017).

No entanto, esses dados e diretrizes em torno do fomento do turismo podem conduzir a interpretações equivocadas sobre a atividade, limitando-a somente ao aspecto

⁹ Segundo dados do Ministério do Turismo (2016), em 2015, o número de desembarques internacionais de passageiros foi de 10.538.012; enquanto que em 2016, este dado foi de 10.094.438. Com relação aos desembarques domésticos de passageiros, em 2015, foi de 94.453.798, e em 2016 foi de 86.813.288. Com relação à receita cambial, os gastos de turistas no Brasil foram de US\$5.844 em 2015, e US\$6.024 em 2016. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

econômico e incumbindo-a de uma função de panaceia para as crises e problemas contemporâneos – expressos pelos altos índices de desigualdade social, aumento do movimento migratório devido a guerras, terrorismo e epidemias, além dos graves problemas ambientais como a poluição, o aquecimento global e a redução da biodiversidade (HALL, 2001; CRUZ, 2001). Essa interpretação é reforçada por Zaoual (2006) na sua crítica às teorias econômicas tradicionais, que, a partir de um modelo determinista, hegemônico e homogeneizante, tendem a reduzir os fenômenos econômicos a aspectos relacionados à concorrência, ignorando a complexidade dos fatos e a visão de conjunto.

A análise dos efeitos do turismo sob a perspectiva estritamente econômica está diretamente relacionada à interpretação conceitual que se dá ao fenômeno. No campo teórico dos estudos sobre o Turismo, ainda é necessário definir, com bases metodológicas sólidas, um conceito (ANDRADE, 2008; URRY, 1996; LOHMANN, PANOSSO NETTO, 2008).

Para fundamentar este trabalho, parte-se, inicialmente, da descrição conceitual definida pelos organismos oficiais, que enfatiza a dicotomia oferta/demanda, para gerar dados estatísticos, sobretudo econômicos. A Organização Mundial do Turismo (OMT/ONU) interpreta o turismo como:

(...) um fenômeno social, cultural e econômico que implica o movimento de pessoas para países ou lugares fora do seu ambiente habitual para fins pessoais ou empresariais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou excursionistas, residentes ou não residentes) e o turismo tem a ver com suas atividades, algumas das quais envolvem despesas de turismo. (UNWTO, 2014)

O Ministério do Turismo do Brasil adota a conceituação do Instituto Brasileiro do Turismo (EMBRATUR), que definiu a atividade como:

(...) uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações compra e venda de serviços turísticos efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita. (EMBRATUR, 1992 *apud* MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017)

Avalia-se, pois, que esta conceituação possui uma visão em que predominam os interesses do mercado convencional do turismo, os quais têm servido de embasamento para as diretrizes das políticas públicas e para as ações de planejamento.

Seguindo esta linha de pensamento, porém numa perspectiva acadêmica, Lohmann e Panosso Neto (2008) admitem que “nem toda viagem é um meio de deslocamento turístico”. Os autores definem turismo a partir do sujeito visitante, que se desloca temporariamente de um ponto A ao B, considerado nas estatísticas de turismo, podendo pernoitar no local visitado (turista) ou não (excursionistas e cruzeiristas).

Andrade (2008) realiza uma crítica a esta proposta, explicando que os problemas em relação à conceituação do turismo originam-se ainda nos primórdios do fenômeno ainda no século XVIII na Inglaterra, quando a preocupação em torno das viagens limitou-se às normas, legislações e sistemas econômicos para o controle da atividade, e não os princípios teóricos que fossem capazes de fundamentar conceitualmente o fenômeno. Isso resultou em definições doutrinárias incompletas, distanciadas da teoria e da prática, a fim de resolver problemas legais. Assim, para o autor, as conceituações de turismo são ora viciadas e restritas a turismo como apenas uma relação direta entre viagem e permanência fora do local de residência, ora generalistas tendo como base a análise de comportamentos e motivações específicas e individuais.

Os conceitos de turismo demonstram um posicionamento estritamente economicista, que pode reduzir sobremaneira a complexidade em torno do fenômeno (NOGUERO, 2010). Moesch (2002, p. 15) explica que isso decorre devido ao fato de os esforços em sistematizar informações partirem, prioritariamente, do setor produtivo, precisa ser relativizado na produção do conhecimento, pois o caráter humano do fenômeno é um dos seus epicentros – afinal, “são as pessoas que se deslocam, não as mercadorias”. Ao propor a interdisciplinaridade como superação da fragmentação dos estudos e da especialização disciplinar, a autora compreende o turismo como:

(...) uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição intera-se uma prática social com base cultural com herança histórica a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, p. 9)

A definição de Moesch (2002) destaca o caráter complexo do fenômeno turístico, que envolve aspectos sociais, culturais, econômicos e ecológicos; para a sua contribuição, é necessário o aporte interdisciplinar.

Na análise de Andrade (2008) sobre o fenômeno do turismo, é fundamental que se considere três aspectos: a) o sujeito, como autor do ato de viajar; b) o espaço, por onde desloca, consome e utiliza o tempo; e (c) o fator caracterizado pela variabilidade. Em busca de um conceito capaz de descrever o fenômeno turístico, Andrade (2008, p. 37) considera as diversas escolas e diferentes abordagens¹⁰, discorrendo sobre suas definições. Porém, afirma que a definição que melhor traduz a finalidade e diversidade de sua natureza é a de Mathiot, que entende o fenômeno como: “o conjunto de princípios que regulam as viagens de prazer ou de utilidade, tanto no que diz respeito à ação pessoal dos viajantes ou turistas como no que se refere à ação daqueles que se ocupam em recebê-los e facilitam seus deslocamentos”. Sendo assim, o autor interpreta que o turismo é característico da sociedade de consumo, sendo o fenômeno um “produto composto ou uma combinação de bens e serviços” que envolvem deslocamentos, transportes, alojamentos, alimentação, atividades relacionadas a visitas, lazer e entretenimento (ANDRADE, 2008, p. 38).

Nessa mesma linha de interpretação, Krippendorf (2001) compreende o turismo a partir do turista que, segundo o autor, é um indivíduo que vive no contexto capitalismo urbano-industrial e que busca, por meio de um movimento pendular entre trabalho-moradia, se distanciar do seu cotidiano em seu tempo livre; as viagens turísticas são, portanto, o meio: é o que o autor intitula de “maquinaria das férias ou ciclo da reconstituição”. Instituída pela “indústria do turismo”, que forja a capacidade de escolha do turista, a motivação principal que guia o ato de viajar está baseada na valorização do “ter” em vez do “ser”. Assim, o turista serve-se apenas a si próprio e a sua própria cultura como referencial único, sem preocupar-se em interagir ou intercambiar com a cultura do local visitado ou se destituir dos vícios do cotidiano. Diante da crise da sociedade industrial, Krippendorf (2001) propõe uma mudança no paradigma das viagens, com o objetivo de proporcionar experiências autênticas a turistas e populações autóctones, tornar o turista mais responsável e desenvolver o turismo de forma “harmoniosa”, não o considerando como um fim em si, mas sim uma atividade em meio a outras que compõem os sistemas econômicos locais.

¹⁰ Considera-se que existem conceituações do tipo etimológica, funcional (Escola de Berlim), estrutural e a partir da definição do público turístico (turistas, excursionistas, visitante) (ANDRADE, 2008).

Partindo também do contexto do capitalismo contemporâneo, porém com uma abordagem crítica fundamentada no marxismo, Ouriques (2005) busca compreender o fenômeno do turismo a partir da sua complexidade. O autor situa o turismo nos modos de produção capitalista, afirmando que essa atividade é capaz de produzir e de reproduzir a exploração e a alienação, mesmo não se caracterizando pela produção de mercadorias materiais. Ele analisa o turismo como “uma forma específica de produção das relações sociais de exploração capitalistas (por meio da transformação das relações de trabalho ‘tradicionais’ em relações assalariadas) e, não menos importante, como expressão da tendência imperiosa de mercantilização de tudo, inclusive da paisagem” (OURIQUES, 2005, p. 88). O autor considera que, apesar do poder econômico do capitalismo em se apropriar das manifestações culturais, da natureza e até mesmo dos habitantes locais para a produção de mercadorias, há uma tendência de que as contradições do turismo sejam percebidas e questionadas por pessoas e comunidades. Esta pode ser uma abertura para a construção de novos modos ou formas de organização do turismo na contemporaneidade.

Independente da abordagem metodológica e conceitual sobre o fenômeno do turismo, é consenso entre os pesquisadores e organismos oficiais que a atividade pode gerar – ou até mesmo intensificar – processos de desigualdades sociais e de degradação do patrimônio e de recursos naturais e culturais nos destinos turísticos. Gastón, Cañada e Argüello (2007) desconstruem o discurso de que o turismo traz prosperidade e progresso aos destinos e afirmam que isso precisa ser questionado, para que sejam fomentadas propostas autênticas, considerando que existem diversidades sociais e culturais. Numa perspectiva de análise do “turismo de massa” – ou “turismo convencional”, conforme alguns pesquisadores –, os autores afirmam que os serviços turísticos geram emprego, mas na maioria das vezes exploram a força de trabalho dos locais em funções com baixa qualificação e, portanto, com menores salários. De um modo geral, o trabalho na prestação de serviços turísticos é resultante da substituição das atividades tradicionais, como a pesca e a agricultura – e, para que a prestação de serviços turísticos tenha “qualidade”, é preciso investimentos que normalmente são feitos por empresários externos à localidade, que apenas exploram as potencialidades do território sem, de fato, contribuir para o desenvolvimento local.

Ainda sobre o turismo de massa, Gastón, Cañada e Argüello (2007) afirmam que, em geral, o poder público, acreditando na promessa de desenvolvimento econômico por meio do turismo, busca atender aos interesses da iniciativa privada e,

assim, realiza investimentos em infraestrutura; estes, no entanto, concentram-se em áreas destinadas ao uso turístico, abrindo oportunidades para a especulação imobiliária e negligenciando outras áreas do território. Assim, há maior valorização das terras e aumento do custo de vida para a população local; e, com o maior número de pessoas no destino turístico, há aumento do consumo de água e luz, além de maior geração de resíduos, acarretando diversos problemas ambientais e conflitos sociais. Assim, num modelo de desenvolvimento do turismo nesses padrões, o território destinado à produção do turismo vira mercadoria: natureza e cultura são estereotipadas para o rápido consumo, com acesso mediado pelo poder aquisitivo e, portanto, excludente. Essas afirmações podem ser confirmadas a partir de diversos estudos empíricos realizados em todo mundo e também no caso brasileiro.

Hall (2001), ao discorrer sobre políticas, processos e diretrizes do planejamento do turismo, aponta os problemas relativos ao desenvolvimento da atividade em Noosa, no estado de Queensland, na Austrália. A especulação imobiliária do litoral em área de instabilidade geológica provocou erosões e, conseqüentemente, grande impacto ambiental. Além disso, os meios de hospedagem com instalações simples e diárias acessíveis a um público maior foram substituídas por instalações luxuosas e resorts, provocando um processo de exclusão social das oportunidades de investimento e limitação de consumo a uma demanda exclusiva. Nesse sentido, é fundamental que o processo de planejamento tenha como diretrizes centrais a democratização dos acessos e possibilidades igualitárias de investimento e de consumo no turismo a um maior público possível.

Urry (1996) trata, em *O olhar do turista*, sobre as características do turismo no contexto das sociedades contemporâneas, sua importância para os territórios e a capacidade que possui de provocar mudanças culturais, sociais e econômicas nos territórios. Com base nessas temáticas, o autor apresenta resultado de pesquisas empíricas realizadas em diversos países e destinos turísticos refletindo sobre os efeitos do turismo nos territórios, considerados complexos e contraditórios. Destaca que os benefícios econômicos proporcionados pelo turismo não correspondem às expectativas, pois os investimentos realizados, sobretudo no caso dos países ditos “em desenvolvimento”, foram realizados por companhias com grande força econômico-política dos países europeus e estadunidenses, ficando a maior parcela das receitas sob seu poder. Este é o caso das Ilhas Maurício, em que 90% das receitas advindas do turismo internacional são repatriadas para empresas com sede em outros países, ou das

Ilhas Fiji, em que os investimentos em equipamentos para o desenvolvimento do turismo (aeroportos, campos de golfe, hotelaria de luxo) não beneficiam a população local e a riqueza gerada por meio da atividade é distribuída de forma desigual. Além disso, Urry (1996, p.p. 92-93) destaca que a mão de obra é despreparada e acaba por reproduzir “o caráter servil do anterior regime colonial”.

Em estudos mais recentes, Cañada e Gastón analisam o mito do “efeito multiplicador do turismo”, em que o turismo seria capaz de impulsionar o desenvolvimento de outros setores da economia, promulgado por Archer (1976, 1977 *apud* CAÑADA, GASTÓN, 2016). O mito do efeito multiplicador do turismo está no fato dos estudos não considerarem as externalidades¹¹ em torno do consumo turístico. Com base em estudos sobre o turismo no contexto do Mediterrâneo catalão, os autores afirmam que, antes da entrada do turismo, ainda na década de 1950, a transformação da economia da região de pesca artesanal e agricultura, que historicamente gerou emprego para trabalhadores e deu vida às suas aldeias costeiras, desapareceu. O desenvolvimento do turismo foi viabilizado através do estabelecimento de infraestrutura turística e rodoviárias que afetaram drasticamente os ciclos naturais de reabastecimento da areia costeira, fazendo desaparecer as praias. Estas precisam ser constantemente recuperadas antes da temporada de verão iniciar, processo realizado através de bombeamento de areia do fundo do mar, o qual degrada o ecossistema marinho. A dependência econômica em torno do turismo, na Catalunha, passa por cima das denúncias de movimentos socioambientais dessa prática e prevalece nas decisões governamentais. Além disso, os autores afirmam que o turismo desencadeou o processo de especulação imobiliária, transformando a orla em espaço exclusivamente turístico, expulsando os moradores locais e aldeias de pescadores. Mas, como afirmam Cañada e Gastón (2016, p. 6), “esta relação inversamente proporcional entre o turismo e a pesca costeira não é uma peculiaridade catalã”.

No contexto latinoamericano, o processo de “colonização turística” também é um fato a não ser ignorado. Coriolano e Sampaio (2012) apontam que o processo de planejamento de destinos turísticos no modelo “convencional” – tais como Cancun, Los Cabos, Cozumel, no México; Varadero e Cayo Coco, em Cuba; Aruba, nas Bahamas – levou à construção de territórios para atender exclusivamente aos interesses dos

¹¹ Externalidades são os custos devidos a impactos que afetam a terceiros sem a devida compensação (OLIVEIRA, 2000).

especuladores imobiliários, gerando, conseqüentemente, desigualdades territoriais de infraestruturas alocadas pelo Estado.

No Brasil, esse processo se deu, sobretudo, ao longo da costa, o qual possibilitou a urbanização dos litorais baseada na verticalização, com expropriação das colônias de pescadores que deram lugar a meios de hospedagem de bandeiras internacionais, estabelecendo padrões de luxo, criando problemas e conflitos junto às populações tradicionais¹² em torno da posse e direito de uso da terra (CORIOLANO, SAMPAIO, 2012). Especificamente na região do nordeste, um dos principais polos de turismo “sol e praia” do país, Coriolano (2012) denuncia que as políticas de veraneio em torno do “turismo convencional” favoreceram transformações no território que excluíram as populações residentes do processo de produção e consumo do lazer turístico.

Processo semelhante ao caso do nordeste brasileiro se deu na região sudeste, conforme análise presente no estudo recente realizado por Marcondes (2017, p. 85) sobre a luta de populações tradicionais caiçaras da península de Juatinga frente à expansão do capital em Paraty, um dos principais¹³ destinos turísticos do Estado do Rio de Janeiro. Durante todo o ano, milhares de turistas são atraídos em busca das paisagens naturais, edificações históricas e eventos culturais. A pesquisadora afirma que “a cidade vende a história e a cultura de sua população” por meio das diversas lojas de *souvenirs* e de restaurantes de culinária típicos da cultura das comunidades tradicionais locais (caiçaras, quilombolas e indígenas). Ela discorre sobre como os representantes dessas culturas transformadas em mercadorias foram afastados de suas atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca, e, atualmente, trabalham como pedreiros, caseiros de residência de veranistas, tendo no turismo a fonte de renda. Nesse contexto, a população tradicional adquiriu um custo de vida em ascensão, mas sem acesso a serviços públicos básicos. Também são constantes as ameaças de perda de seus territórios tradicionais

¹² Populações tradicionais são aquelas que “apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável”, representados por caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes (ARRUDA, 1999). Segundo a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, estes grupos são culturalmente diferenciados e se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007b).

¹³ Com essa expressão, quer-se dizer sobre a prioridade de investimento em políticas públicas de fomento ao turismo, segundo o Mapa Brasileiro de Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017). Além disso, segundo Marcondes (2017), Paraty configura produto turístico presente nos guias de turismo e nos “cardápios” das principais operadoras turísticas do país. O destino oferece beleza natural formada por um conjunto de elementos geográficos como praias, montanhas florestadas de Mata Atlântica e cachoeiras.

para grandes empreendimentos e áreas naturais protegidas que, diante da influência de poder dos interesses econômicos, inevitavelmente se tornam instrumentos de proteção frágeis. O turismo também se tornou fonte de introdução de novas necessidades mercadológicas e muitos jovens já não possuem o interesse pelos conhecimentos dos mais velhos, adotando práticas da cultura hegemônica.

Diante do exposto, verifica-se que o deslocamento temporário do seu local de origem motivado a conhecer “o outro” envolve o estabelecimento de infraestrutura, serviços e equipamentos, além da produção mercadológica de produtos turísticos através da apropriação de recursos naturais e culturais, trabalho realizado por meio de políticas públicas e investimentos privados, que instituem no território uma forma de organização social: o turismo. A produção e consumos turísticos provocam, reforçam e instituem efeitos de ordens sociais, econômicos, culturais e ambientais que afetam e influenciam os diferentes atores sociais.

Com base no exposto, entende-se que o fenômeno do turismo pode ser organizado de diferentes formas, sendo o “turismo de massa” uma delas. Conforme assinalam Zaoual (2008) e Urry (1996), o turismo de massa objetiva o lucro imediato a partir da venda em grande escala e de maneira padronizada, o que gera o esgotamento dos recursos, a marginalização social e a uniformização da cultura, transformando o patrimônio cultural e natural local em mercadoria.

Nesse sentido, neste trabalho interpreta-se que, além de uma atividade econômica, o turismo constitui um fenômeno social em que as interações sociais e as experiências culturais adquiridas durante uma viagem podem ser a essência que guia a motivação do turista, encoberta pela massificação produzida pelas operadoras turísticas, associadas a redes hoteleiras e companhias aéreas.

Assim, trata-se de um fenômeno complexo e paradoxal, permeado por conflitos e contradições (CRUZ, 2012) e inserido na crise civilizatória contemporânea; seus efeitos sobre os territórios estão diretamente relacionados a esse contexto (KRIPPENDORF, 2000). De um modo geral, afirma-se que o planejamento do turismo pode apresentar respostas para parte dessas crises – ao dinamizar a economia e contribuir para a geração de emprego –, mas, na maioria dos casos, é fator contribuinte para a ameaça ao patrimônio cultural e natural das populações locais (HALL, 2001). Nessa linha de análise, Zaoual (2006, 2008) afirma que a crise civilizatória tem provocado um momento de transição bastante significativo, no sentido em que segmentos da sociedade tem questionado o modelo civilizatório e buscado criar formas

de desenvolvimento e organização social baseados na mudança nos valores e sentidos dados às necessidades contemporâneas e, também, às atividades econômicas, sendo uma delas o turismo. Nesse caso, há um movimento em torno do interesse pelo autêntico, pelo intercâmbio cultural, em que visitantes e visitados estão mais “disponíveis” para o diálogo, para aceitar a contingência de linguagens, de culturas, enfim, para se compartilhar sentidos e estabelecer uma interlocução com os “sítios simbólicos de pertencimento”.

Nessa mesma direção, percebe-se um movimento de oposição ao modelo de turismo convencional por parte de grupos sociais. Estes têm afirmado a recusa à interpretação e à produção do turismo *apenas* como atividade econômica. Busca-se, de maneira geral, o direito de criar modelos e estratégias próprias de desenvolvimento do turismo, de modo que possam distribuir, de forma justa e igualitária, os benefícios econômicos para grupos sociais que, muitas vezes, estão excluídos do mercado convencional (CAÑADA, GASTÓN, 2016; ZAOUAL, 2008). Diante da característica complexa e paradoxal do fenômeno do turismo contemporâneo, emerge a necessidade de se debater sobre as diferentes interpretações teóricas e estratégias de fomento do “turismo de base comunitária” – ou TBC.

1.2 CONCEITOS E INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Observa-se, por meio de pesquisas empíricas, que o TBC é protagonizado por comunidades locais e, em alguns casos, representantes de povos e populações tradicionais. Neste item, busca-se compreender o TBC de forma crítica, a partir da análise das definições teóricas e das formas de organização social, tendo como principal eixo teórico o entendimento de Zaoual (2006, 2008) sobre os “sítios simbólicos de pertencimento”.

Na literatura científica, há variações terminológicas na conceituação sobre TBC, tais como “turismo comunitário”, “turismo rural comunitário”, “turismo solidário”, “ecoturismo de base comunitária”, dentre outros. Rezende (2012) envidou esforços na compilação e categorização das abordagens teóricas sobre o TBC e, segundo ele, as interpretações em relação ao conceito ou ao significado do TBC estão diretamente ligadas ao posicionamento político-ideológico de seus autores. Diante da diversidade de

interpretações sobre o fenômeno do TBC, destacaremos algumas para representar esta característica.

O TBC pode ser interpretado como um tipo de turismo responsável, que busca a redução da pobreza, ou “*pro poor*”, por meio de um aumento de benefícios para a população pobre, independente do tipo de empresa turística ou do tipo de turismo (PRO POOR TOURISM, 2017)¹⁴. Segundo Bursztyn e Sansolo (2010), o grupo “*Pro poor tourism*” tem desenvolvido projetos e programas de voluntariado a partir de uma perspectiva assistencialista na África, Ásia e Caribe, com poucos resultados na transformação social dos assistidos.

A partir de um olhar empresarial, o TBC pode ser traduzido como um tipo de turismo desenvolvido *nas* comunidades, utilizando as peculiaridades locais como produtos turísticos, com participação de atores sociais públicos e de pequenos empreendimentos ou microempresas formalizados e organizados em associações ou cooperativas. Esta é a ideia que Mielke (2009) defende, ao abalzar sobre a necessidade de que as iniciativas busquem formalizar, qualificar e planejar as iniciativas como empreendimentos e negócios. Entende-se que essa abordagem sobre o fenômeno do TBC não traduz sua especificidade, não distinguindo enquanto forma de organização social e engajamento comunitário. Além disso, defende uma perspectiva de um protagonismo que se limita ao empreendimento, não transcendendo para as esferas da subjetividade em torno das trocas simbólicas entre visitantes e visitados.

Em uma perspectiva distinta de Mielke (2009), outros autores também abordam a questão do cooperativismo e associativismo no turismo como outra forma de produção da atividade, porém utilizam como fundamento os princípios da economia solidária para caracterizar as iniciativas de TBC.

Ramiro (2010) realizou estudo sobre o fomento do cooperativismo popular de serviços de turismo em áreas com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), avaliando a possibilidade de atenuação da pobreza a partir da adoção do modo de produção dos bens e serviços com base nos princípios da economia solidária. O autor parte da ideia de que a atividade turística pode gerar, sim, muitos empregos e, por exigir pouca qualificação, é uma valiosa ferramenta para a inserção de iniciativas locais organizadas no mercado de trabalho e na sua cadeia produtiva. Com o apoio do

¹⁴ Segundo Bursztyn e Sansolo (2010), o grupo Pro-poor tourism é formado pelos institutos de pesquisa em turismo International Centre for Responsible Tourism (ICRT), o International Institute for Environment and Development (IIED) e o Overseas Development Institute (ODI).

Ministério do Turismo e programas para a inclusão social, no âmbito do Plano Nacional de Turismo (2007 - 2010), o autor estudou o caso de iniciativas localizadas no entorno dos Parques Nacionais Lençóis Maranhenses (no Estado do Maranhão), Serra da Capivara, Delta do Parnaíba (ambos no Estado do Piauí) e Jericoacora (no Estado do Ceará), todos inseridos em contextos com IDH considerados baixos. Como resultado da pesquisa, sugere-se que, para que as cooperativas se consolidem, é fundamental a promoção de cursos de formação para a melhor qualificação dos serviços turísticos e, assim, a criação de maiores condições para a concorrência entre destinos turísticos da região Nordeste. Além disso, identificou-se que as maiores lacunas são a ausência de diálogo entre as políticas públicas de fomento do turismo e de proteção do meio ambiente, o que gera, como consequência, a carência de infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade. Reconhecendo a importância e mérito do trabalho, avalia-se, porém, que esta análise realizada por Ramiro (2010) está impregnada de um discurso político difuso, que defende as cooperativas como iniciativas de TBC no contexto da economia solidária, ao mesmo tempo em que busca enquadrá-las no “cardápio de destinos” preferenciais como produtos turísticos homogeneizados, sem considerar as especificidades.

Na esteira dessa discussão, Betti (2012) afirma que os princípios da economia solidária devem ser a principal diretriz do TBC, pois, segundo ela, há maior valorização da autonomia dos sujeitos, da cooperação e busca-se a distribuição equitativa dos benefícios. Porém, acredita-se que, ao aplicar o conteúdo teórico em casos empíricos, é possível que nem todas essas características e correlações com a economia solidária se manifestem, tendo em vista o caráter diverso das iniciativas e a interdependência com o contexto em que estão inseridas. Questiona-se, ainda: as iniciativas de turismo que não se delimitam nas diretrizes da economia solidária não poderiam ser consideradas TBC? Não seria essa abordagem, portanto, limitadora e impositiva diante da diversidade de iniciativas?

Outra fragilidade da abordagem consiste na transformação de “qualidades solidárias em mercadoria” e transferência da responsabilidade para o indivíduo, que deve se comportar de forma mais solidária (WELLEN, 2008). Ora, tornar as práticas econômicas solidárias em atrativo turístico é uma contradição com os seus pressupostos de superação do capitalismo; e prever que turistas, após a experiência junto às iniciativas de TBC, teriam um comportamento “mais solidário” é algo difícil de garantir.

Neste trabalho, entende-se que a abordagem que enfatiza o movimento social de resistência ao “turismo de massa” como um tipo de enfrentamento político-ideológico apresenta-se como um dos caminhos mais coerentes para a interpretação sobre as iniciativas de TBC, em complementaridade à teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, sobretudo considerando o contexto socioeconômico e de exploração do turismo no Brasil. Cruz (2009) realiza uma análise sobre o processo social e histórico em torno das políticas públicas hegemônicas de produção do espaço turístico no país. A autora explica que é nesse contexto que emergem as iniciativas de TBC como uma resposta a esse cenário, o que pode apontar para uma proposta de fomento turístico inovadora.

Nessa mesma linha de análise, Coriolano (2009) afirma que as políticas públicas de fomento do turismo na região do nordeste brasileiro serviram, ao menos, para criar a recusa, por parte de populações tradicionais, ao modelo convencional, que prima pela instalação de hotéis de luxo de bandeiras internacionais. As populações locais organizaram-se na luta contra a especulação imobiliária e a favor da sua permanência nos territórios pesqueiros, mantendo suas práticas tradicionais, e o TBC veio a reboque desta luta, moldado de acordo com as necessidades identificadas pela população local. Atualmente, as populações locais estão organizadas em redes de turismo, o que colabora não somente para o fortalecimento dos destinos a partir de uma proposta integrada, mas também para dar visibilidade às lutas sociais e políticas das comunidades tradicionais dessa região do país para a manutenção da cultura vinculada ao território.

Processo semelhante também ocorreu na região litorânea no Estado do Rio de Janeiro. Costa, Catão e Prado (2009) fazem uma análise dos conflitos que emergiram do crescimento do fluxo turístico na Ilha Grande (Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro) e avaliam que esse processo serviu de base para a construção de uma dinâmica social diferenciada, que foi capaz de unificar a população de uma praia específica da Ilha – a Praia do Aventureiro, onde o “turismo convencional” não trouxe grandes alterações na organização social historicamente estabelecida – em torno da luta pela permanência da comunidade em seu local de origem.

Irving (2009) complementa as análises ao afirmar que o TBC é, assim, a interpretação local do turismo numa contraposição à globalização, em que as populações exercitam protagonismo no desenvolvimento de modelos endógenos de turismo. Corroborando essa ideia, Giampiccoli e Mtapuri (2017) garantem que, mesmo diante da variedade de abordagens e conceitos teóricos fundamentados a partir de

diversas experiências de TBC em todo o mundo por eles estudadas, é possível identificar características comuns das iniciativas de TBC: igualdade, educação, proteção ambiental, empoderamento e o caráter endógeno das iniciativas constituem os pilares do fenômeno. Os autores sugerem um sistema de classificação das iniciativas de TBC, que pode servir a toda a cadeia produtiva do turismo.

Assim, Mtapuri e Giampiccoli (2014) sistematizam os modos de administração e estruturação da propriedade e do empreendimento das iniciativas de TBC. Com relação a sua origem, estas podem ter sido criadas “de fora para dentro” – ou seja, a partir de uma demanda identificada por um agente externo para a população local – ou no seu interior – a partir de uma necessidade da população. Em relação ao apoio e parcerias, podem envolver representantes do poder público, de organizações não governamentais, outras iniciativas comunitárias locais e empresas privadas, podendo ser esses atores internos ou externos às populações locais e as parcerias do tipo formal ou informal. As configurações de como os acordos interinstitucionais são estabelecidos ajudam a definir se as iniciativas são geradas a partir de uma perspectiva “*top-down*”, ou “*bottom-up*”. Com relação à configuração do mercado abrangido, este pode ser do tipo turismo doméstico ou internacional, com escala do empreendimento variada (micro e pequena, ou em expansão). Com base na sistematização desses aspectos, os autores problematizam a questão da informalidade do empreendimento e as consequências da formalização e relacionam esse processo com o desenvolvimento comunitário de forma holística (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014).

Além do aspecto apresentado por Rezende (2012), Bursztyn e Sansolo (2010) afirmam que as diversas abordagens teóricas apresentadas estão diretamente relacionadas à variedade de formas de organização e de serviços, pois a base conceitual surge das experiências e contextos socioeconômicos vivenciados pelos sujeitos locais, e não o contrário. Essa diversidade influi, invariavelmente, na interpretação dos casos estudados e nos conceitos traduzidos por pesquisadores, sobretudo com relação ao sentido atribuído às subcategorias “comunidade”, “experiência” e “segmentação de mercado”.

Organizações não governamentais em todo o mundo também se articulam em torno das práticas e busca de definições sobre TBC. Estas são organizadas de diferentes formas: seja como representação organizada das iniciativas locais; em rede; ou instituições não vinculadas diretamente às iniciativas, mas que apoiam ou agenciam visitas às iniciativas.

Ao olhar para as iniciativas de TBC na América Latina, Maldonado (2014) afirma que estas são relativamente recentes, porém vêm crescendo em número desde a década de 1990. Com o crescimento e maior visibilidade, o mercado convencional passou a se apropriar de forma equivocada do termo. Nesse contexto, as populações locais – formadas por camponeses e indígenas – organizaram-se em redes¹⁵ e declararam três aspectos fundamentais que constituem o TBC, por meio da Declaração de San José: 1) o patrimônio pertencente à população local, que faz autogestão dos recursos e protagoniza o processo; 2) a forma de gestão é realizada de acordo com práticas democráticas e solidárias, tanto no trabalho quanto na distribuição de benefícios; 3) o propósito que se persegue no TBC é o bem estar da população local, somando a outros aportes para contribuir com o objetivo geral do bem viver.

O turista que pratica este tipo de turismo possui motivações específicas. Está interessado em aprender com o destino e com as pessoas do lugar, a partir da interação mediada pela sua participação nas atividades locais (agricultura, caminhada, contemplação de fauna e flora; visita a espaços sagrados, atividades recreativas e desportivas), que leva a desvendar aspectos culturais autênticos e vinculados à ancestralidade da população local, compondo o que a REDTURS entende por atrativos, que são o “patrimônio comunitário” (MALDONADO, 2014).

No contexto da América Latina, Maldonado (2014) afirma que o TBC emerge da necessidade das comunidades indígenas e camponesas – historicamente excluídas, discriminadas e empobrecidas por processos econômicos, sociais e políticos – organizarem-se para oferecer o turismo como uma fonte de renda complementar, sem que isso significasse o abandono de suas atividades tradicionais (agricultura, caça, pesca, extrativismo florestal), que são a base para provisão de alimentos e formas de vida. Além disso, o TBC emerge de uma luta pela terra e pelos territórios, e tem se expandido como uma alternativa ao turismo convencional, seguindo a tendência do mercado voltado para o ecoturismo envolvendo pequenos grupos que viajam em busca de culturas autênticas em destinos alternativos. Nesse contexto, os micro e pequenos empreendimentos, bem como iniciativas não formais, assumem um papel relevante no

¹⁵ A Rede de Turismo Comunitária na América Latina (REDTURS) constitui uma “rede de comunidades camponesas e indígenas, instituições de apoio e recursos humanos que compartilham uma visão sobre o desenvolvimento sustentável do turismo. (...). O principal objetivo da REDTURS é a promoção de oportunidades de negócios das comunidades da América Latina, para melhorar suas condições de vida e de trabalho”. Disponível em: <http://www.redturs.org/documentos/Trifoliar-Spanish-p1-p2.pdf> Acessado em out/2017.

mercado de turismo mundial, sendo a base que sustenta grandes empresas multinacionais.

Ainda na conjuntura latinoamericana, as iniciativas de TBC também se organizaram em redes nacionais. No Equador, a Federación Plurinacional de Turismo Comunitario del Ecuador (FEPTCE) iniciou suas atividades na década de 1980 e, atualmente, está presente em todas as regiões do país. Reúne 106 iniciativas comunitárias de origens indígenas, afro-ecuatorianas, camponeses e montugias (mestiço), que historicamente foram marginalizadas economicamente e registram altas taxas de mortalidade infantil, analfabetismo e migração. Numa perspectiva de autogestão do turismo e de intercâmbio cultural, oferecem serviços de turismo, de guiamento e de hospedagem e também atuam na reintrodução de práticas tradicionais de manejo da terra para a melhoria da agricultura nas diferentes regiões (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 2012; BURSZTYN, SAN SOLO, 2010).

Na Bolívia, as iniciativas estão organizadas por meio da Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário (Tusoco), criada em 2003, que reúne 22 empreendimentos administrados por camponeses e indígenas em diferentes regiões do país com o objetivo de diversificar a economia. Por meio da articulação de uma rede de empreendimentos de TBC, oferece serviços, pacotes e roteiros turísticos envolvendo transporte, hospedagem e alimentação e guias locais. Atua na promoção do TBC, entendendo-o como uma ferramenta para alcançar o desenvolvimento econômico, social e cultural das comunidades indígenas envolvidas (RED TUSOCO, 2017).

No contexto brasileiro, duas iniciativas de TBC organizadas em rede se destacam: a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede TURISOL) e a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM).

A Rede TURISOL surgiu em 2003, fruto da articulação de nove projetos e organizações presentes em sete estados e 59 municípios, que visam ao fortalecimento do TBC no Brasil. Entre 2008 e 2010, por meio do Projeto Bagagem¹⁶, recebeu apoio do Ministério do Turismo para estabelecer uma estratégia para a gestão e articulação, que teve como um dos principais resultados a realização de um evento e uma publicação sobre as iniciativas pioneiras da Rede. Esta, no entanto, perdeu força ao longo dos anos e uma nova tentativa de reativação aconteceu em 2015, com a realização de um

¹⁶ O Projeto Bagagem “é uma ONG cuja missão é fomentar o turismo de base comunitária como ferramenta para valorização e desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil”, instituída em 2002, promove “viagens solidárias” por comunidades no Brasil (PROJETO BAGAGEM, 2017). Disponível em: <http://bit.ly/2ARZLSF>. Acesso em: 03 dez. 2017.

encontro e promulgação de uma carta de intenções. Porém, sem uma liderança capaz de mobilizar as iniciativas e sem captação de recursos para a realização de projetos em conjunto e uma política pública que poderia dar suporte às ações, a Rede Turisol encontra-se, atualmente, “hibernada” (REDE TURISOL, 2015; FONTOURA, 2009).

Organizada em nível regional, a Rede TUCUM foi criada em 2008 por grupos de comunidades da zona costeira do Ceará na luta contra os efeitos negativos do “turismo convencional”. Para a instituição, o TBC é, assim, uma “estratégia de garantia de território e uma oportunidade para as populações tradicionais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, estruturas e serviços turísticos propostos” (REDE TUCUM, 2017, s/p). Entretanto, atualmente, apesar de a Rede Tucum desempenhar um papel importante na mobilização pela garantia de direitos aos territórios e enfrentamento do turismo convencional, algo que há de comum entre as iniciativas, estas não têm colaborado entre si, devido a dificuldades de comunicação e à ausência de recursos financeiros para tal (URANO, 2016).

Sobre as redes de iniciativas de TBC no contexto das populações tradicionais da América Latina, Palacios (2016) avalia que o turismo não é capaz de resolver todos os problemas sociais, políticos e econômicos que estas populações vivenciam, mas pode servir de estratégia para reivindicar direitos e tornar os enfrentamentos mais visibilizados entre turistas e população do país anfitrião. Ainda assim, as iniciativas de TBC carecem de políticas públicas capazes de apoiar e fomentar esta forma de organização social do turismo.

Apesar do papel importante que tem no contexto local, ainda são poucos os países que possuem políticas públicas para o TBC no contexto latinoamericano. Segundo Maldonado (2015), alguns países latinoamericanos possuem esses recursos, mas as diretrizes e legislações voltadas para a operação das iniciativas de TBC e os incentivos para seu desenvolvimento não estão definidos ou são muito incipientes.

No caso brasileiro, as políticas públicas em âmbito nacional ainda não possuem ações consolidadas que visam fomentar o TBC. Desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, o principal lema das políticas públicas tem sido a descentralização da gestão e a criação de roteiros regionalizados, tendo como meta o aumento do número de turistas internacionais e dos índices do turismo doméstico, dinamizando a economia e, conseqüentemente, gerando benefícios sociais, como a inclusão social e a redução da pobreza (BARRETO FILHO, 2009; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013). Em 2008,

após o lançamento dos planos nacionais de turismo (2003/2007 e 2007/2010) é publicada a Lei Geral do Turismo¹⁷, que estabelece a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do governo federal em relação ao planejamento e estímulo do setor de turismo (BRASIL, 2008). Na avaliação de Orpheu e Cambell (2009), há uma lacuna entre a política pública e o plano. A Lei Geral do Turismo estabelece, em seu artigo 5º, parágrafo VI, a prerrogativa de “envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica” e, segundo os autores, “o Plano Nacional de Turismo ignora por completo as comunidades”. Sobre o Plano e sobre a crítica a ele, questiona-se: a que comunidades o documento se refere? Que comunidades são ignoradas? São questões em aberto e que precisam ser melhor investigadas, considerando a diversidade de conceitos e de realidades.

Orpheu e Cambell (2009) também criticam o fato de representações de iniciativas organizadas de TBC não comporem o quadro do Conselho Nacional de Turismo¹⁸, órgão colegiado que visa assessorar o Ministério do Turismo em suas decisões políticas, desde sua implementação. Segundo os autores, por essas razões expostas não se pode afirmar que existe, no Brasil, uma política pública para o apoio e fomento das iniciativas de TBC.

As ações do governo federal em torno do TBC se realizam de forma pontual. Entre 2005 e 2007, ocorreu o financiamento de projetos de organizações não governamentais no âmbito de chamadas voltadas para a segmentação de mercado. Em 2008¹⁹, o Ministério do Turismo lançou um edital para a seleção de propostas de projetos com o objetivo de apoiar o desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária no país, estando contextualizado nas políticas públicas presentes no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma viagem de inclusão (PNT 2007/2010) (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010), embora não fosse uma ação presente neste documento. Nesse contexto, o órgão executivo reconheceu as experiências de TBC e ampliou seu contexto, de modo que pudesse contemplar a diversidade de características e possibilidades. Sendo assim, o Ministério do Turismo define TBC como descrito a seguir:

¹⁷ Lei Nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.

¹⁸ O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a atribuição de assessorar o ministro de Estado do Turismo na formulação e na aplicação da Política Nacional de Turismo e dos planos, programas, projetos e atividades derivados. Sua formação é composta por representantes do governo federal e dos diversos segmentos do turismo. O Conselho é hoje integrado por 70 conselheiros de instituições públicas e entidades privadas do setor em âmbito nacional. Disponível em: <http://bit.ly/2zV7o69>. Acesso em: 30 out. 2017.

¹⁹ Edital 01/2008 do Ministério do Turismo, disponível em:

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008, p. 1).

Com base nessa descrição, 50 projetos (do total de 500 recebidos) foram selecionados²⁰. Na região Sudeste, oito projetos foram contemplados, sendo quatro somente no Estado do Rio de Janeiro (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009). O perfil das entidades proponentes era, predominantemente, de representantes do terceiro setor, sobretudo associações locais – de moradores, cooperativas e ONGs de grande porte representantes de comunidades. Devido ao grau de exigências da legislação federal, alguns entraves burocráticos impediram que alguns dos projetos selecionados pudessem receber os recursos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

O edital de apoio às iniciativas de TBC pode ser considerado como uma das mais importantes ações do governo federal em prol dessa forma de organização desde a criação do Ministério do Turismo. Bursztyn (2012, p. 44) avalia que o lançamento do edital de apoio ao TBC pelo Ministério do Turismo pode ser considerado “um importante marco: *um início de política pública* voltada para a estruturação e fortalecimento do TBC no Brasil”. Da mesma forma, a divulgação colaborou para dar visibilidade ao TBC, tanto na mídia comercial especializada quanto em relação ao reconhecimento interno no âmbito do próprio MTUR, mas não foi possível aferir se a publicidade gerou algum impacto junto à demanda turística.

Além do reconhecimento e maior visibilidade adquirida, os 50 projetos apoiados permitiram traçar um perfil do TBC a partir de uma amostra que se imagina ser pequena diante da diversidade territorial do Brasil. Sendo assim, tomando por base as iniciativas de TBC que receberam apoio do Ministério do Turismo, Bursztyn e Sansolo (2010) buscam descrever o cenário desse fenômeno no contexto brasileiro. É interessante notar que, segundo os autores, mais da metade das iniciativas de turismo de base comunitária contempladas localiza-se no interior ou no entorno de parques nacionais e outras

²⁰ As iniciativas contempladas, presentes em 19 unidades da federação, receberam o repasse de R\$ 3,3 milhões, para 22 convênios formalizados em 2008; e R\$ 2,8 milhões, para 20 iniciativas que tiveram o convênio assinado em 2009 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010).

Unidades de Conservação. Além disso, eles destacam que as iniciativas são protagonizadas por atores sociais e populações tradicionais que estão, de alguma maneira, “situacionalmente afetados pelo turismo” e que, em grande parte, possuem forte vinculação com lutas sociais²¹. Em geral, são iniciativas que ocorrem em circuitos não-convencionais da economia, mas que, articulados em rede, buscam o fortalecimento para se manterem. Os serviços oferecidos propõem uma relação direta entre visitantes e visitados, em uma noção de intercâmbio cultural.

Nos anos seguintes à abertura do edital, a principal estratégia adotada foi a divulgação em eventos e feiras de turismo²² sobre as iniciativas de TBC no âmbito dos demais destinos turísticos, de forma regionalizada, de acordo com o principal eixo da política pública nacional desde a criação do Ministério. Mas o principal equívoco das ações do Ministério do Turismo foi vender o TBC “na mesma prateleira de outros produtos turísticos, como hotéis de selva, *resorts* ou qualquer outro destino de turismo de massa à venda nas operadoras e agências espalhadas pelo país” (BURSZTYN, 2012, p.32), não considerando, portanto, as especificidades locais das iniciativas.

Após cerca de dez anos desde a primeira ação governamental para apoiar as iniciativas de TBC, o Ministério do Turismo inseriu o Plano Nacional de Turismo (2013/2016)²³ e indicou como ação necessária a ser desenvolvida o fomento a projetos e ações para o desenvolvimento local, com ênfase na qualificação da produção para a melhoria da qualidade dos serviços turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Dentro do objetivo de “estimular o desenvolvimento sustentável da atividade turística”, uma das estratégias é aquela que visa “fomentar o turismo de base comunitária” por meio do apoio a projetos ou ações que visem “a organização e qualificação da produção, melhoria da qualidade dos serviços, incentivo ao

²¹ Lutas pelo direito à terra, contra a especulação imobiliária, pela proteção da base dos recursos naturais para subsistência, pela memória cultural, pela educação (BURSZTYN, SANSOLO, 2010).

²² Mostra de Turismo de Base Comunitária em feiras de turismo, tais como: IV Salão de Turismo Roteiros do Brasil (São Paulo, 2009); Adventure Sports Fair (São Paulo, 2009); Festival de Turismo de Gramado (Rio Grande do Sul, 2009); V Salão do Turismo Roteiros do Brasil (2010, São Paulo); Festival de Turismo das Cataratas (2010, Paraná); 34º Encontro Comercial da Braztoa (2010, São Paulo). Também se considera o material promocional sobre os projetos apoiados pelo Ministério do Turismo (BURSZTYN, 2012).

²³ O documento relativo ao planejamento do turismo em âmbito nacional mais recente é o Plano Nacional de Turismo do quadriênio 2013–2016, construído de acordo com as orientações do governo federal e alinhado ao Plano Plurianual 2012/2015. Este plano visou consolidar a Política Nacional de Turismo e define as “diretrizes que devem nortear o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a participação e diálogo com a sociedade; a geração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o incentivo à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento”, destacando a contribuição do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017).

associativismo, cooperativismo, empreendedorismo, formação de redes, estabelecimento de padrões e normas de atendimento diferenciado e estratégias inovadoras”. O objetivo é garantir a inserção das iniciativas na cadeia produtiva do turismo, com a geração de trabalho e renda, e a valorização da cultura e do modo de vida local (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013).

Embora não seja possível averiguar os resultados dessa ação estratégica do Plano Nacional de Turismo, avalia-se que as ações implementadas não constituem políticas públicas consolidadas – envolvendo estratégias, metas e financiamentos. Além disso, não foi possível identificar, nos documentos analisados, políticas, estratégias ou ações direcionadas para as especificidades das iniciativas de TBC. É provável que isso se deva, segundo Brandão (2014, p. 10), à grande influência de grupos empresariais nas ações do Ministério do Turismo e que, por isso, a ideia de “segmentar” tem por finalidade “agrupar indivíduos que possuam características que satisfazem pesquisas mercadológicas a fim de constituir ‘produtos’ mais condizentes com a realidade e anseios de seus consumidores”.

Nesse sentido, pergunta-se: considerando que as experiências de TBC tendem a não seguir os ditames do mercado convencional do turismo, que pasteuriza as experiências com a finalidade única de eficiência econômica, de que forma evitar com que sejam apropriadas e configuradas como mais um produto turístico inovador e “alternativo”, sobretudo no contexto dos parques nacionais?

Atualmente, avalia-se que há um retrocesso nas ações, reconhecimento e conquistas das iniciativas de TBC junto ao Ministério do Turismo, tendo em vista que esta não é uma pauta das mais recentes políticas públicas promulgadas. Em 2017, foi lançado o Programa Brasil Mais Turismo, que é um “pacote de medidas para impulsionar o turismo no país a partir de fomento do turismo internacional” que desconhece as propostas contidas no plano nacional do governo anterior. Dentre as estratégias, destacamos duas propostas, inter-relacionadas, que estão em curso: 1) a mudança na Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008) cujo objetivo é desburocratizar processos; 2) o fortalecimento de parcerias público-privadas, ampliando investimentos e compartilhamento de custos em projetos de infraestrutura, promoção e qualificação do turismo, em consonância com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI) (BRASIL MAIS TURISMO, 2017)²⁴.

²⁴ Programa Brasil Mais Turismo, disponível em <http://www.turismo.gov.br/brasilmaisturismo/>. Acesso em: 30 out. 2017.

As atuais propostas governamentais para o setor de turismo agravam ainda mais a situação de marginalidade das iniciativas de TBC frente às políticas públicas. Avalia-se que o governo, ao garantir maior liberdade econômica às empresas por meio da desburocratização e tornar a iniciativa privada parceira nos investimentos públicos, prioriza um modelo de turismo baseado na hegemonia dos grandes grupos empresariais, ignorando os esforços que vêm sendo realizados pelas iniciativas de TBC, envolvendo o enfrentamento para a garantia de direitos sociais de uso e ocupação do território para a manutenção das expressões culturais, e acesso e uso dos recursos naturais protegidos historicamente por eles.

Diante de um cenário político que está na contramão de um processo de crescente visibilidade das iniciativas por turistas e pela mídia, é urgente “a estruturação e implementação de políticas públicas específicas a essa nova realidade permeada de demandas, igualmente específicas, que são reivindicadas pelos sujeitos sociais que estão imersos nesse cenário” (CRUZ; COSTA NOVO; DA SILVA, 2014, p. 105). Maldonado (2014) identifica as principais lacunas na gestão de iniciativas de TBC no contexto latinoamericano e avalia que os investimentos podem ter como finalidade a organização em associações e cooperativas a fim de garantir a capacidade de autogestão, de eficiência na prestação de serviços e equilíbrio administrativo-financeiro, com apoio no financiamento de projetos e comercialização.

Isso sugere uma mudança necessária no que tange às políticas públicas e ações de organizações não governamentais que apoiam as iniciativas, no sentido de que devem atuar preferencialmente nas demandas locais para o fortalecimento das iniciativas, desde uma perspectiva do lugar, interpretando o fenômeno do TBC como um modo de organização social do turismo que valoriza o sentido de pertencimento, a identidade e o intercâmbio cultural, para além dos aspectos econômicos ou meramente operacionais. Nesse sentido, sugere-se como chave interpretativa das práticas e conceituações do TBC a teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento” de Zaoual (2003, 2006).

1.3 A TEORIA DOS “SÍTIOS SIMBÓLICOS DE PERTENCIMENTO” E O “TURISMO SITUADO”

Com base na antropologia-filosófica, Zaoual (2003, 2006) parte da reflexão de que o modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao conjunto dos países dos

continentes africano, asiático e sul-americano produz um processo de ocidentalização no mundo por meio da globalização e tem gerado consequências “desastrosas”, com o desrespeito à diversidade de culturas, civilizações e religiões. Esse processo tem origem na crise paradigmática das ciências ocidentais, em que a ciência econômica, cada vez mais abstrata e dedutiva, exerce um poder de dominação da civilização global, impondo a ideologia do “pensamento único”, da divisão e especialização estanque do conhecimento, o que dificulta a compreensão dos fatos do mundo globalizado. Como consequência desse processo, há uma tendência de uniformização, ocidentalização do mundo, dificultando que outras formas de agir e de pensar sejam praticadas, resultando em graves problemas ambientais e conflitos sociais. Mas, ao mesmo tempo em que isso tem levado a um tipo de fracasso o desenvolvimento globalizado dos países do Sul, as tensões provocadas têm possibilitado a recomposição das dinâmicas informais da economia e reação das sociedades, que reafirmam o direito de exercerem suas identidades.

Como proposta de enfrentamento da crise civilizatória, Zaoual (2003) defende que é preciso desconstruir o paradigma do mercado como único modelo e estabelecer um paradigma plural, baseado na interdisciplinaridade, interculturalidade e na interação com os atores da situação. Nesse processo, a teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento” constitui um modelo teórico-conceitual que fornece as bases necessárias para que os sujeitos locais busquem a aproximação dos “espaços vividos” em suas economias “informais”, evidenciando suas engenhosidades e capacidades de solucionar e de construir formas de desenvolvimento, direcionados aos fatos e às suas realidades. Zaoual (2003, p. 21) afirma que, “assim, à medida que cresce o global, também se amplia o sentimento do local”.

É com base na análise desse contexto que Zaoual desenvolve a teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento” como uma nova visão sobre a economia e nova proposta de gestão de iniciativas locais e de territórios. Parte-se do entendimento de que, ao contrário do que afirmam os economistas clássicos, a economia não é um “ente” separado da sociedade, conduzindo-a. A economia está intimamente inserida ou nela imersa, envolvendo também valores, crenças dos atores locais e, portanto, a economia é diretamente proporcional às diversidades locais (THIOLLENT, 2006).

Zaoual (2003) traduz os sítios simbólicos de pertencimento como “a teoria do local” em sua dialética com o global. O sítio constitui um lugar em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país) e também simbólico (adesão a uma cultura,

uma ideologia, religião); remete a significados específicos definidos pelos atores sociais que, com base na construção da identidade, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora, e procuram soluções inovadoras, originais, próprias para os problemas. Zaoual (2003, p. 16) reconhece que toda cidade, ou outro tipo de espaço, possui uma identidade coletiva própria. Porém, “a diversidade é sempre onipresente e infinita” e se manifesta nos sítios, decorrente do sentido de pertencimento de grupos, redes, bairros, situações sociais, microculturas, religiões, formando assim uma “diversidade endógena” de cada sítio, que funciona como “um marcador imaginário” do espaço vivido, impregnado de uma entidade imaterial (ou intangível), configurando as comunidades.

O sítio é singular e pode ser tanto fechado, quanto aberto; neste caso, aberto às trocas com o meio ou outros sítios. As trocas (de mercadorias, simbólicas ou de outro tipo) ocorrem com base em hábitos, rotinas e relações de confiança, cooperação e de reconhecimento, a partir do enredamento do conjunto de atores sociais situados em territórios de memória e histórias. O mercado pode ser assim considerado, segundo Zaoual (2003), uma entidade social construída pelas dinâmicas e interações sociais.

A Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento fornece o embasamento teórico para o conceito de “turismo situado” (ZAOUAL, 2008) e também fundamenta o entendimento de TBC defendido neste trabalho. O autor aplica a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento na análise sobre economias locais e turismo na sociedade contemporânea, tentando decifrar as novas dinâmicas turísticas.

Segundo Zaoual (2008), o processo de ocidentalização do mundo também repercute no fenômeno turístico. O paradigma clássico do mercado turístico busca o lucro imediato com a venda em grande escala e, para atender a este volume, é preciso uniformizar os processos econômicos, massificar as dinâmicas locais e padronizar as relações sociais entre visitantes e visitados. Em decorrência da busca pela rentabilidade máxima dos serviços turísticos, ocorre a marginalização econômica e social dos atores locais, bem como a exploração sem limites dos patrimônios naturais e culturais dos destinos turísticos, esgotando os recursos e destruindo identidades culturais do sítio, que são as bases da atratividade. O autor chama a atenção para o fato de que esse processo leva ao fim do desejo de descoberta “do outro”, na medida em que o foco do turismo passa ser somente a comercialização, desconsiderando o intercâmbio cultural, a busca pela autenticidade, dando lugar a uma “ilusão, uma artificialidade que a demanda evita progressivamente” (ZAOUAL, 2008, p. 59). Segundo este autor, a tendência que o

mercado do turismo de massa tenta impor ao sítio e ao fenômeno do turismo constitui sinais claros da crise civilizatória e, assim, considera-se que é incompleto por não levar em consideração os aspectos que compõem os sítios.

Por outro lado, Zaoual (2008) afirma que a sociedade tem demonstrado uma rejeição ao paradigma massificado dos serviços, a partir de uma crescente demanda por novas dinâmicas no mercado. A demanda turística tem manifestado motivação por um “turismo de profundidade”, em que há maior interesse pela cultura dos sítios e pelo ambiente, o que demonstra a necessidade de referências simbólicas e autênticas do sítio. Busca-se novas aproximações e intercâmbios culturais, pois visitantes e visitados estão mais disponíveis para dialogar e compartilhar os aspectos culturais e estabelecer interlocuções com o sítio simbólico de pertencimento. Assim, o “turismo situado” constitui uma “nova tendência”, em que os turistas atuam de forma responsável e solidária em seus intercâmbios com outros mundos. A descoberta mútua da diversidade, através do diálogo, é a raiz que motiva o turismo.

Assim, Zaoual (2008, p. 68) afirma que o serviço turístico é um dos serviços mais relacionais que existe, em que a base da relação é o intercâmbio de natureza simbólica antes de ser monetária. Bartholo (2009, p. 45) complementa essa ideia ao afirmar que o lugar “encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade”. Isso quer dizer que o encontro entre visitantes e visitados possui forte relação com o sentido de *lugar*, mas não o que é metricamente calculado pelo espaço-tempo e que pode ser planejado ou controlado; ao contrário, são encontros e diálogos permeados de espontaneidade.

A partir disso, conclui-se que as ideias de Zaoual (2008) sobre “turismo situado” e as reflexões de Bartholo (2009) em torno da essência do turismo – o encontro e o diálogo – podem ser relacionadas com o conceito de “turismo de base comunitária”. A partir dessa perspectiva, a principal característica do TBC constitui os padrões relacionais estabelecidos entre visitantes e visitados nos serviços turísticos não programados previamente (e, possivelmente, impossíveis de serem programados). As práticas no âmbito das iniciativas turísticas de base comunitária exigem, então, “uma permanente interlocução, e uma pactuação negociada de compromissos” (BARTHULO, 2009, p. 51). Para o autor, o *diálogo* é uma característica intrínseca do TBC, pois fomenta as relações interpessoais entre visitantes e visitados, tornando possível o encontro com a alteridade. Acrescenta-se que no encontro e por meio do diálogo é possível que turistas tomem conhecimento, refletindo criticamente sobre a realidade

local, e, eventualmente, engajem-se no apoio às lutas sociais que estão presentes nas populações locais, normalmente marginalizadas do contexto dos investimentos públicos e dos planos e programas sociais.

Para tanto, é preciso a superação das relações programadas. Bartholo (2009) sugere, pois, a antropologia filosófica de Martin Buber para fundamentar a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Zaoual. Na obra *Eu-Tu*, Buber (2001) disserta sobre o caráter relacional da condição humana: o homem se realiza na relação com a alteridade, ou seja, o homem é um ser que existe *na relação com o outro*. Para ele, existem dois tipos de relação: Eu-Tu e Eu-Isso. Na relação do tipo Eu-Tu, o Eu encontra o Tu, de modo que a *interlocução* é o canal de acesso à alteridade. O encontro face a face se dá no “*entre*”, que é o intervalo da relação Eu-Tu. A relação Eu-Tu é, portanto, dual e vinculante, de modo que o Eu permite que o Tu realize sua própria alteridade e o Eu se reconheça e se faça reconhecido *pelo e no* outro. Já nas relações do tipo Eu-Isso não há vinculação, pois o Eu constrói a representação do Tu a partir da experiência, da análise, da instrumentalização. O ente “*issificado*” é anônimo, um simples artigo de troca com fins utilitários e monetários (BUBER, 2001).

Com base nessa interpretação, Bartholo (2009) analisa que nas relações promovidas pelo “turismo situado de base comunitária” há maior preponderância para uma relação do tipo “Eu-Tu” entre visitante-visitado. O diálogo é aberto à “proximidade do em tudo diferente”, da alteridade do outro e proporciona a mútua compreensão. Construído e reconstruído nos espaços relacionais inter-humanos, o diálogo exige um tipo de liberdade, que é o desapego das certezas fixas e pré-estabelecidas e uma disponibilidade para renovar encontros com alteridades diversas, o que envolve riscos e surpresas, próprios das relações dialogais autênticas (BARTHOLO, 2013).

Ainda em acordo com a abordagem de Zaoual (2008) e Bartholo (2009, 2013), cabe comentar a respeito de algumas características dos serviços de TBC que complementam o entendimento que se busca para o caso estudado neste trabalho. Nesse sentido, Bartholo, Bursztyn e Cipolla (2009) entendem que os serviços de TBC são *relacionais*. Isso quer dizer que são desenhados e planejados pelos anfitriões, com uso de técnicas e conhecimentos produzidos a partir de suas experiências, recursos próprios e locais, com a participação de vários membros de um grupo, que definem os detalhes do processo de prestação de serviços. No contexto da visitação, algumas atividades que compõem o cotidiano dos anfitriões são abertas à participação dos visitantes. Assim, a relação entre visitantes e visitados tende a ser uma “*interação face-a-face*”, baseada na

troca de conhecimentos, saberes e experiências. Segundo Cipolla (2009), o caráter relacional proporcionado pelos serviços pode resultar no arranjo de relações mais espontâneas, personalizadas e, conseqüentemente, mais intensivas entre visitantes e visitados.

Outro aspecto interessante de se evidenciar é o fato de as iniciativas de TBC, no contexto brasileiro, possuírem forte relação com movimentos sociais (BURSZTYN, SAN SOLO, 2010) – e, nesse caso, os visitantes podem ter uma experiência turística mais engajada e crítica, menos passiva e contemplativa (BOTELHO, MACIEL, 2015). Nesse sentido, Bursztyn (2012) destaca que o protagonismo das populações locais neste processo é de fundamental importância para a consolidação da proposta do TBC, sendo que o nível de envolvimento tende a definir, também, a capacidade dessas mesmas populações em influenciar e decidir sobre as propostas e modelos do desenvolvimento local dos sítios. Assim, o “sucesso” das iniciativas de TBC pode não ser quantificado ou medido apenas a partir do cálculo das receitas, mas também de outros aspectos, subjetivos e simbólicos. Porém, não se pode negligenciar a dimensão econômica do TBC, embora não seja essa a “essência” desse “negócio”, uma vez que os serviços turísticos, muitas vezes, são apenas uma forma complementar de renda.

Em uma linha de análise crítica, Zapata *et al.* (2011) alertam para o fato de que a proposta de desenvolvimento do TBC possui baixo impacto econômico no que se refere à geração de emprego e renda e tempo de vida dos pequenos negócios, decorrentes da dependência de fundos e apoio institucional externo à população local ou à ausência de formação e habilidades na operação dos serviços. A partir do caso da Nicarágua, os autores afirmam que o modo pelo qual as iniciativas nascem – seja por fomento de políticas públicas, ações do tipo “*top-down*” ou por iniciativas de base, o chamado “*bottom-up*” – há possibilidades de resposta diferenciada em relação à expectativa de sobrevivência do negócio, crescimento e impactos positivos na economia local.

Não se pode deixar de considerar as limitações relativas ao impacto econômico do TBC – sobretudo em seus aspectos positivos. É preciso avaliar as externalidades negativas advindas da adoção do turismo em geral em seus impactos sobre o modo de vida das populações locais, sobretudo as comunidades tradicionais que possuem vínculos de pertencimento com os sítios abertos a visitação. Embora seja uma premissa comumente assumida a desejabilidade das atividades de subsistência tradicionais serem mantidas, é um desafio permanente conciliá-las com as demandas impostas pelo turismo, em particular, a capacidade de carga dos sítios e precariedade dos controles

sobre os fluxos turísticos nas altas temporadas. Além disso, questiona-se também a prevalência pelo trabalho nos serviços turísticos em detrimento às atividades tradicionais: até que ponto estariam as comunidades dispostas a essa troca para atender à demanda de turistas? Estariam as comunidades capazes de decidir ou seria esta mais uma forma de imposição pelo mercado? Se as práticas tradicionais não podem ser mais realizadas, qual seria o sentido da visitação *de base comunitária*, na perspectiva do *turismo situado*?

No debate em torno do TBC, não se pode negligenciar o risco de entender este fenômeno como uma panaceia (CRUZ, 2009; PEREIRA, 2016). Nessa direção, Blackstock (2005) alerta para o fato de que a população anfitriã não constitui um bloco homogêneo, destituída de disputas e conflitos internos, o que pode, de alguma maneira, influenciar nas decisões sobre os rumos do TBC e atender a interesses de grupos específicos em detrimentos da coletividade. Também é preciso considerar as limitações das iniciativas de TBC com relação ao controle de fluxos, demandas e ofertas no contexto do mercado global do turismo e sua capacidade de influenciar e decidir nas políticas públicas – que, em geral, são coniventes com o turismo hegemônico. A autora alerta para o fato de que é comum que pesquisadores foquem no fomento do TBC, argumentando no sentido de torná-lo mais aceitável para os moradores, sem problematizá-los a partir da compreensão da realidade local.

Com base no exposto, é preciso reconhecer que não é possível advogar deliberadamente a favor do TBC; é preciso analisar criticamente o fenômeno a partir do contexto local, buscando elementos que o justifiquem com base nas demandas locais por justiça social, igualdade de acessos aos recursos e de reconhecimento do patrimônio cultural e natural locais.

Diante da diversidade de concepções atribuídas ao TBC pelos diferentes autores, é possível afirmar que há uma direta relação com a diversidade de possibilidades de organização das iniciativas, justificada pelo caráter “não-planejável”, não hegemônico e baseado na espontaneidade das relações sociais estabelecidas no diálogo com o outro, conforme aponta Zaoual (2003, 2006, 2008). Ainda assim, algumas características do TBC tendem a preponderar em diferentes gradações.

As iniciativas devem ser consideradas, então, como organizações situadas, que mantêm num dado sítio simbólico de pertencimento práticas e formas de organização que lhes sejam autênticas, independentemente de qualquer modelo teórico normativo que as defina. O “turismo situado” seria, então, caracterizado diversidade de formas de

organização social comprometidas com a afirmação identitária do sítio. Todas elas estabelecem relações dialogais entre *sujeitos situados e turistas interessados* em conhecer, experimentar, trocar, engajar-se e intercambiar conhecimentos, culturas, práticas.

Analisando sob o aspecto dos serviços turísticos, defende-se como característica do “turismo situado” a contraposição ao “turismo convencional”, em que há um protagonismo dos atores sociais situados que, necessariamente, possuem enraizamentos no local visitado, de modo que são os autores do processo criativo do desenho e da formatação dos serviços, e não os agentes externos, como comumente ocorre no padrão de desenvolvimento do turismo convencional. Nesse processo, os anfitriões decidem a respeito dos serviços (hospedagem, transporte, alimentação, entretenimento ou outro) que irão oferecer, com que regularidade e como será distribuído o trabalho. A autogestão constitui um instrumento precioso nesse processo, pois é fundamental para a diversificação da economia local, sem necessariamente substituir as atividades tradicionais. Dessa forma, o TBC tende a contribuir de forma mais efetiva para a manutenção do patrimônio natural e cultural locais, podendo se tornar um movimento de resistência frente aos megaprojetos turísticos e de especulação imobiliária, colaborando também para uma distribuição menos desigual dos benefícios econômicos e sociais. A hospitalidade está presente na relação entre turistas e comunidades locais, manifestada pelo compromisso com o lugar na proteção e reconhecimento do patrimônio natural e cultural dos sítios. Em síntese, interpreta-se o TBC a partir da ideia de “turismo situado” (ZAOUAL, 2008), um modo de organização social do turismo que prima pela qualidade da experiência turística e no qual a motivação principal é a autenticidade, diversidade e novas aproximações com “o outro”.

A reflexão acerca do TBC ganha complexidade quando abordada no contexto de parques nacionais, tendo em vista os fundamentos legais e as diretrizes políticas em torno do fomento da atividade nestas áreas protegidas. Nesse sentido, partindo da crítica e das bases conceituais apresentadas, no próximo capítulo será apresentado como o fenômeno do turismo é interpretado nos parques nacionais, debatendo sobre as concepções históricas e políticas públicas atuais.

2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DE PARQUES NACIONAIS

A temática em torno do fomento da visitação e do turismo em parques nacionais e a inserção de iniciativas locais neste processo são amplamente debatidas por diversos autores e representantes governamentais e supragovernamentais. Nessa direção, a visitação e o turismo são compreendidos como atividades que podem ser realizadas nos parques nacionais, desde que atendendo a uma série de normas, a fim de garantir a proteção da natureza *in situ* e também proporcionar a geração de emprego e renda para as populações locais (DAVENPORT *et al.*, 2002; LINDBERGH, HUBER JR., 2002; KINKER, 2002; EAGLES, MCCOOL, HAYNES, 2002; JUFFE-BIGNOLI *et al.*, 2014; ICMBIO, 2011). Essa compreensão, muitas vezes ingênua, limita-se na avaliação dos impactos econômicos que o turismo pode gerar em parques nacionais, desconsiderando as formas de desenvolvimento local já estabelecidas e os sítios simbólicos de pertencimento.

No contexto dos parques nacionais brasileiros, ainda não existem dados sistematizados e informações consolidadas sobre as iniciativas de TBC no Brasil. Entretanto, o levantamento preliminar realizado por Bursztyn e Sansolo (2010)²⁵ afirma que há uma vinculação territorial/espacial entre estas experiências e áreas protegidas²⁶. Tendo como objeto de análise as iniciativas apoiadas por meio de financiamento de projetos pelo Ministério do Turismo em 2008, os autores identificaram que 54% delas estão inseridas no contexto de Unidades de Conservação. Este dado revela a necessidade de compreender melhor como as iniciativas de TBC se apoiam e utilizam estas áreas para o desenvolvimento de suas atividades, bem como que tipo de arranjos institucionais são estabelecidos para tal.

Considerando que a criação e a gestão de unidades de conservação imprimem uma dinâmica no processo de desenvolvimento no território onde se estabelecem

²⁵ Bursztyn e Sansolo (2010) analisaram os seguintes aspectos: foco dos projetos; localização geográfica; relação com áreas protegidas e comunidades tradicionais; origem da operação turística; tipos de propriedade e formas de gestão dos empreendimentos; atividades de planejamento participativo.

²⁶ O termo “áreas protegidas”, adotado internacionalmente, é utilizado no Brasil de forma mais restrita, e engloba as unidades de conservação, as terras indígenas e os territórios quilombolas (LEUZINGER, 2010).

(FRANCO; DRUMMOND; NINIS, 2006), que configurações são possíveis entre as iniciativas de TBC e essas áreas, especificamente os parques nacionais, considerando o compromisso de desenvolvimento social estabelecido em lei? Sendo assim, com base na teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”, este capítulo tem por objetivo interpretar o fenômeno do TBC no contexto de parques nacionais, problematizando as atuais políticas públicas de fomento à visitação no contexto brasileiro.

Para debater essas questões, é necessário primeiramente compreender a origem e definição dos parques nacionais enquanto áreas protegidas presentes em todo o mundo, para então debater sobre o contexto atual das políticas públicas e intervenções para fomentar o turismo nessas áreas e refletir criticamente sobre as possíveis articulações com as iniciativas de TBC e o compromisso com o desenvolvimento local.

2.1 O TURISMO EM PARQUES E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS NO ÂMBITO DOS ACORDOS INTERNACIONAIS

Os parques nacionais são um tipo de área protegida criada com a finalidade precípua de proteção de fragmentos da biodiversidade (BUTCHER *et al.*, 2012; BRUNER *et al.*, 2001) e também de paisagens notáveis cenicamente (PRATES; SOUSA, 2014). Instituídos em todo o mundo e também no Brasil, recai sobre o território uma legislação específica, que determina e regulariza o uso e os modos de apropriação dos recursos naturais, estabelecendo, assim, uma dinâmica específica no desenvolvimento local.

Atualmente, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) organiza e estabelece diretrizes internacionais para a definição de tipos e categorias de áreas protegidas que são classificadas de acordo com seus objetivos de manejo. O padrão da UICN é reconhecido internacionalmente, tanto pela ONU, quanto por governos nacionais, sendo cada vez mais incorporados a legislações de diversos países. Sendo assim, de acordo com esta instituição, área protegida é “um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerenciado, através de meios legais ou outros meios efetivos, para alcançar a conservação a longo prazo da natureza com

serviços ecossistêmicos e valores culturais associados”²⁷ (IUCN, 2017). Dentre as sete categorias definidas pela UICN, os parques nacionais constituem grandes áreas naturais ou naturais próximas reservadas para proteger os processos ecológicos em larga escala, juntamente com o complemento de espécies e ecossistemas característicos da área, que também fornecem a base para oportunidades espirituais, científicas, educacionais, *recreativas* e de visitantes compatíveis com o meio ambiente e culturalmente compatíveis (IUCN, 2017, grifo nosso)²⁸.

O objetivo primeiro dessas áreas é “proteger a biodiversidade natural, juntamente com sua estrutura ecológica subjacente e apoiar os processos ambientais, e promover a educação e a *recreação*” (IUCN, 2017, grifo nosso). Destacamos o fato de a recreação ser considerada uma das funções dos parques nacionais, associada à proteção de fragmentos da biodiversidade.

Mas a concepção de “parque nacional” tem uma longa história. Há indícios de que na Índia se protegia áreas naturais há mais de dois mil anos; na Europa, há cerca de mil anos áreas foram protegidas com a destinação de uso das classes sociais superiores para a caça de animais silvestres; as populações da região do Pacífico e do continente africano também criaram áreas protegidas e de cunho sagrado. Assim, antes mesmo da Idade Moderna, as áreas protegidas já existiam como “artefato cultural” em populações locais em todo o mundo, sendo, portanto, um paradigma de proteção da natureza e da cultura “universal” (EAGLES, MCCOOL, HAYNES, 2002; DAVENPORT, RAO, 2002).

Em uma perspectiva contemporânea, a concepção de parques e outras áreas protegidas é originalmente criada e disseminada em diversos países pela ideologia preservacionista estadunidense²⁹ em meados do século XIX, quando a natureza passou a ser valorizada pelo seu aspecto selvagem e intocado (DIEGUES, 2004) em meio a uma crescente degradação (SIMON, 2005). Nesse período histórico, a perspectiva ideológica era de um Estado forte, com o papel de garantir o bem-estar de seus cidadãos, sendo uma de suas funções públicas a criação de parques como algo benéfico para todos (MORE; MANNING, 2004). Assim, é disseminada a ideia de conservação da natureza

²⁷ Tradução livre do original “*a protected area is a clearly defined geographical space, recognised, dedicated and managed, through legal or other effective means, to achieve the longterm conservation of nature with associated ecosystem services and cultural values.*”

²⁸ IUCN. Protected Area Categories. Disponível em: <http://bit.ly/2zJ3RLA>. Acessado em 15/nov/2017.

²⁹ A concepção preservacionista é orientada pela ideia imposta pela sociedade industrial moderna de que estabelecimento de áreas naturais “vazias”, com o objetivo de proteger fragmentos exemplares da biodiversidade e de servir para a contemplação e para o lazer, não permitindo a habitação de populações que tradicionalmente instituíram “engenhosos sistemas de manejo” (DIEGUES, 2004, p. 11).

para o bem comum de todos, inclusive das futuras gerações, reafirmando o caráter público da natureza e o controle estatal sobre as terras públicas (SIMON, 2005). Num contexto de expansão urbana e industrial, e estreitamente relacionado à ideia de nação sob o moderno conceito de estado soberano (DAVENPORT; RAO, 2002), o primeiro parque nacional criado com base nessa concepção foi o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América. Mas esse processo envolveu a exclusão das populações tradicionais, nativas do território, para dar lugar às populações urbanizadas, motivadas à prática de lazer e de recreação em áreas naturais (DIEGUES, 2004; EAGLES, MCCOOL, HAYNES, 2002).

Posteriormente, em diversos países – e também em suas colônias – foram criados parques nacionais e outras áreas protegidas: em 1866 foi instituído na Austrália o Parque Nacional Blue Mountains, com o objetivo de proteção e turismo; no Canadá, o Parque Nacional de Banff, em 1885; em 1894, o Parque Nacional de Tongariro foi estabelecido na Nova Zelândia, área sagrada do povo maori; e na África do Sul foram instituídas inúmeras áreas protegidas nos últimos anos do século XIX (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002).

Nesse processo histórico, a criação de parques e outras áreas protegidas em todo o mundo apresenta aspectos em comum: 1) o protagonismo do poder público no processo de criação; 2) a delimitação de áreas com grandes extensões territoriais de ambiente natural, sem intervenção industrial; 3) o acesso a todas as pessoas, com restrições de uso direto dos recursos naturais (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002). Dessa maneira, os parques nacionais têm em sua gênese a funcionalidade de manter intocada a biodiversidade e a possibilidade da recreação em contato com ambientes naturais (DAVENPORT; RAO, 2002); sendo assim, “desde o início, as visitas a parques e o turismo foram pilares centrais do movimento dos parques nacionais” (EAGLES; MCCOOL; HAYNES, 2002, p. 8).

Ainda que os parques nacionais permitam a visitação e o turismo, consideradas atividades de uso indireto dos recursos naturais, a base ideológica representa o paradigma da dicotomia entre sociedade e natureza na contemporaneidade (GUATTARI, 1991; MORIN, KERN, 2003), alicerçada na exclusão social das populações tradicionais e historicamente estabelecidas no território (DIEGUES, 2004). Sendo assim, essa é a concepção que embasa a criação de parques nacionais e tem sido amplamente debatida por determinados segmentos da sociedade – como governos, movimentos sociais e representantes da Academia – no sentido de reforçá-la ou

transformá-la. Sendo assim, na contemporaneidade, o modelo de áreas protegidas emerge da repercussão da crise civilizatória e de esforço, por parte da ONU, para conciliar com o desenvolvimento econômico e a proteção da biodiversidade (IRVING *et al.*, 2006; QUINTAS, 2009).

Em uma perspectiva histórica, durante muitas décadas e por meio de várias estratégias, buscou-se atender a essa necessidade³⁰. Em 1971, a ONU criou o Programa Homem e a Biosfera, que propõe estratégias de proteção da natureza em todo o mundo a partir da criação de Reservas da Biosfera, o que, para Glon (2016), representa a associação entre proteção da biodiversidade e valorização das populações locais. No ano seguinte, a UNESCO promulgou a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural com o objetivo de incentivar a preservação, por meio de um sistema de proteção permanente com base em métodos científicos e modernos, a partir de três princípios: universalidade, em referência à identidade das nações, partilhado por todos; excepcionalidade, testemunho único da diversidade da criação humana; e diversidade natural, cultural, imaterial (UNESCO, 1972). Essa convenção permitiu a ampliação da compreensão sobre patrimônio, anteriormente limitada a edificações, documentos e objetos. A partir desse momento, diversos sítios naturais foram reconhecidos como patrimônio da humanidade, com enorme valor para o turismo. A chancela da UNESCO dá ao patrimônio uma visibilidade para investidores econômicos e atrativos culturais em função do fluxo de visitante, pois “o turismo cultural é um dos principais subprodutos da classificação de um sítio como patrimônio da humanidade” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 26).

Cabe destacar, para fins deste trabalho e tendo em vista o caso estudado sobre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional – Convenção de Ramsar. Inicialmente, esta Convenção foi instituída para proteger os *habitats* aquáticos importantes para a conservação de aves

³⁰ A primeira conferência da ONU que visou ao debate sobre a questão ecológica, demonstrando preocupação em nível internacional, foi em 1968, em Paris, intitulada Conferência da Biosfera. Motivada pelas predições catastróficas do Clube de Roma, organização não governamental que elaborou o relatório “Limites do Crescimento”, a ONU realizou nova conferência, em 1972, em Estocolmo (Suécia), que incluiu a dimensão ambiental na proposta de desenvolvimento e importância do papel da Ciência, da Tecnologia e da Educação, a partir de três ações principais: o Relatório “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), e que trouxe a proposta de Desenvolvimento Sustentável; a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com objetivo de capacitação; e o Programa de Observação da Terra (Earthwatch), a fim de monitorar as diversas formas de poluição da Terra. Outros eventos com menor repercussão foram: Encontro de Belgrado (1975); a Conferência de Chosica (1976); e a Conferência de Tbilisi (1977) (CARVALHO, 2002).

migratórias, estando em vigor desde 1975³¹. Mais recentemente, o sentido da convenção foi ampliado para abarcar as áreas úmidas³² e incorporar, na proposta de conservação e uso sustentável, o bem-estar das populações humanas que delas dependem.

Mas o debate ganha maior atenção dos representantes governamentais com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92, promovida pela ONU no Rio de Janeiro, em 1992. Nessa conferência, foram acordados diversos compromissos globais³³ e, entre eles, destacam-se, para este trabalho, a Agenda 21 e a Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

A Agenda 21 tem por objetivo estabelecer um plano para o futuro envolvendo o planejamento de ações e responsabilidades definidas e concretas de curto, médio e longo prazos em diferentes níveis de administração: global, nacional, regional e local, envolvendo a participação social e as dimensões social, política, econômica e cultural (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 1997). Porém, o instrumento demonstrou-se genérico e de difícil aplicabilidade (CARVALHO, 2002).

Mas a CDB³⁴ constitui, até os dias atuais, um documento importante para as estratégias de proteção da biodiversidade e desenvolvimento do turismo. A CDB estabelece que os países assinantes devem criar sistemas próprios de proteção e de uso sustentável da biodiversidade (MMA, 2000). Irving (2013) e Prates e Sousa (2014) avaliam que a CDB colaborou para impulsionar o debate em torno da questão ambiental

³¹ A Convenção de Ramsar foi incorporada como arcabouço legal no Brasil em 1996 pela promulgação do Decreto nº 1.905/96 (BRASIL, 1996).

³² “As zonas úmidas são áreas de pântano, charco, turfa ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, com água estagnada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo áreas de água marítima com menos de seis metros de profundidade na maré baixa. (...) As zonas úmidas fornecem serviços ecológicos fundamentais para as espécies de fauna e flora e para o bem-estar de populações humanas. Além de regular o regime hídrico de vastas regiões, essas áreas funcionam como fonte de biodiversidade em todos os níveis, cumprindo, ainda, papel relevante de caráter econômico, cultural e recreativo. Ao mesmo tempo, atendem necessidades de água e alimentação para uma ampla variedade de espécies e para comunidades humanas, rurais e urbanas”. O Brasil conta com 22 unidades de conservação encobertas pela Convenção de Ramsar e o PNRJ não está incluído, até o momento (MMA, 2017). Atualmente, existem 2.288 sítios Ramsar, cobrindo uma superfície total de 220.922,033 hectares e 169 países signatários (RAMSAR, 2017).

³³ A Rio-92 estabeleceu a Carta da Terra, a Agenda 21, a Convenção das Mudanças Climáticas e a Convenção da Diversidade Biológica. Integrando a programação, ocorreu o Fórum Global, que envolveu a participação de representantes de organizações não governamentais de diversos países (CARVALHO, 2002).

³⁴ A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado da Organização das Nações Unidas, estabelecido durante a ECO-92 – a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em 1992. O tratado da CDB está organizado sobre três princípios: conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos. É considerado um dos mais importantes instrumentos internacionais relacionados ao meio ambiente, pois serve de arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2000).

e dos problemas ambientais contemporâneos, entendendo a criação de parques nacionais e outras áreas protegidas como uma estratégia eficaz.

Após os anos 1990, diversos acordos e compromissos foram pactuados globalmente com o objetivo de cessar a perda da biodiversidade, proteger o patrimônio cultural e minimizar os índices de pobreza e problemas sociais relacionados.

Em 2000, a ONU estabeleceu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a serem atingidos até 2008, a fim de combater a pobreza, a fome, a doença, o analfabetismo, a desigualdade de gênero e a degradação ambiental (OMT/ONU, 2009). Mas os ODMs e suas estratégias de implementação para o alcance das metas fracassaram devido ao não cumprimento, pelos diferentes países, dos acordos estabelecidos nos encontros. Segundo Rezende (2007), isso se deveu, sobretudo, aos problemas políticos acumulados e entraves macro-estruturais, como a extrema desigualdade social na América Latina e África, sendo a solução essencialmente política.

Outro marco histórico importante na proteção da biodiversidade por meio da criação de parques nacionais e outras áreas protegidas é a 10ª Conferência das Partes da CDB, que instituiu o Plano Estratégico de Biodiversidade. Nesse documento, foi proposto um novo conjunto de metas, as Metas de Aichi³⁵, a serem cumpridas até 2020, a fim de cessar a perda da diversidade biológica e promover o uso sustentável dos recursos naturais. Em destaque, a meta 11, que estabelece o compromisso de criação de novas áreas protegidas, inclusive ampliando as áreas em território marinho e costeiro, em sítios com relevância ecológica, buscando a conectividade de áreas, e efetividade e equidade da gestão.

Buscando compreender a relação entre as Metas de Aichi e o turismo, Hvenegaard, Halpenny e McCool (2012) destacam que o aumento do número de áreas protegidas deverá ocorrer em lugares que já são habitados, o que exigirá soluções para integrar pessoas e áreas protegidas, sendo que o uso público e o turismo podem ser componentes importantes das políticas e estratégias a serem adotadas. O turismo em áreas protegidas pode também trazer benefícios econômicos, os quais precisam ser

³⁵ As Metas de Aichi são compostas por 20 proposições contendo objetivos a longo prazo, com cinco objetivos estratégicos: “tratar das causas fundamentais de perda de biodiversidade, fazendo com que as preocupações com a biodiversidade permeiem governo e sociedade; reduzir as pressões diretas sobre a biodiversidade e promover o uso sustentável; melhorar a situação da biodiversidade, protegendo ecossistemas, espécies e diversidade genética; aumentar os benefícios de biodiversidade e serviços ecossistêmicos para todos; e aumentar a implantação, por meio de planejamento participativo, da gestão de conhecimento e capacitação”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

distribuídos para garantir a equidade da gestão. A atividade turística pode ainda colaborar para a sensibilização da sociedade sobre a importância da biodiversidade, por meio da visitação e da interpretação ambiental em parques e outras áreas protegidas. Os autores citam também o compromisso que a “indústria do turismo” deve ter com a redução dos níveis de poluição, gerenciamento do número de visitantes e controle de atividades recreativas, além de outras formas de impacto sob a biodiversidade.

Buckley (2012) complementa essa ideia ao afirmar que o turismo tem um papel importante no debate em torno da proteção da biodiversidade a partir da expansão das áreas protegidas, a fim de atender as Metas de Aichi, podendo ser interpretado como uma ameaça ou uma oportunidade. O que determina a forma como o turismo se dá nos parques nacionais e outras áreas protegidas é o cenário político, social e econômico local, podendo variar nos diferentes países, regiões e localidades. Independente de como é interpretado, fato é que o turismo constitui um componente fundamental na conservação da biodiversidade e que deve ter atenção dos diferentes atores sociais implicados, em diferentes níveis e instâncias administrativas e políticas.

Um dos mais recentes dispositivos globais na busca da solução para a crise civilizatória é o tratado Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, instituído pela ONU em 2015. A partir de uma agenda de compromissos – a Agenda 2030 – são propostos 17 objetivos a serem atendidos, dentre os quais destacam-se: a erradicação da pobreza; o emprego digno e crescimento econômico; o consumo e a produção responsáveis.

Para Quintas (2008), no entanto, em uma análise crítica sobre esses acordos, poucos foram os resultados gerados até o momento para interromper o cenário de crescimento da degradação da biodiversidade, dos índices de aquecimento global e de desigualdade social. O autor afirma que as previsões do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), em 2007, as perspectivas da humanidade para os próximos cem anos são preocupantes, pois “20% do contingente mais rico da população mundial são responsáveis por 86% de todo consumo privado no Planeta, enquanto os 20% mais pobres consomem apenas 5%”, o que revela abissal desigualdade social.

Os dados apresentados pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN)³⁶ sobre as áreas protegidas reforçam este cenário, pois, apesar ter ocorrido uma

³⁶ A IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) é a mais antiga organização ambiental global do mundo, composta por representantes governamentais, ONGs, setor privado e voluntários. As atividades da IUCN inclui o apoio à pesquisa científica, gerenciamento de projetos de campo e

ampliação do número e extensão de áreas protegidas nos últimos anos, as metas a serem atingidas ainda estão distantes de serem alcançadas. O mais recente relatório que avalia as Metas de Aichi (UNEP WCNC, IUCN, 2016) revela que a porcentagem de territórios marinhos, de água doce, terrestres e de montanha protegidos aumentou entre 1990 e 2000, mas o crescimento diminuiu desde 2006. O número de áreas protegidas cresceu, sobretudo, no domínio marinho, onde a proteção aumentou 25% nos últimos 15 anos e o nível de cobertura de área protegida é maior entre os países ricos economicamente, em detrimento dos países do sul. Segundo o relatório da IUCN de 2014, entre 2010 e 2014, o território composto por áreas protegidas terrestres aumentou cerca de um milhão quilômetros quadrados, e 126.000 quilômetros quadrados desde 2012. No total, 20,6 milhões de quilômetros quadrados (15,4%) das áreas terrestres e marinhas são agora protegidas. Para cumprir a Meta 11, que envolve o total de 17% de áreas terrestres e marinhas do planeta, ainda seriam necessários 2,2 milhões de quilômetros quadrados de áreas protegidas, segundo os cálculos e metodologias adotadas pela IUCN (JUFFE-BIGNOLI *et al.*, 2014).

Bensusan (2014) avalia que as áreas protegidas vêm se expandido em todo o mundo, porém, apesar de cobrir uma porcentagem significativa da superfície terrestre, não tem conseguido deter a perda da biodiversidade, sendo necessário, portanto, repensar esse instrumento. Se as áreas protegidas são tidas como um entrave ao desenvolvimento na ótica de governantes, populações do entorno e tomadores de decisão, é preciso diálogo para que sejam estabelecidas conexões com qualidade de vida e modelos de desenvolvimento que abarquem as dimensões sociais, econômicas e culturais.

Nessa discussão, Irving *et al.* (2013, p. 29-30) lembram que, muito embora as áreas protegidas constituam uma das mais importantes e eficazes estratégias de proteção da biodiversidade, um dos grandes desafios no que se refere a sua administração e implementação é a complexidade de mediar diversos interesses e intencionalidades dos diferentes interlocutores envolvidos, considerando as especificidades regionais. Nesse sentido, as políticas públicas devem se alinhar para uma *gestão social da biodiversidade*, “uma vez que não se pode negligenciar a relação entre natureza e cultura (...)”.

envolvimento do poder público, ONGs, países membros das Nações Unidas e as empresas em conjunto para desenvolver políticas, leis e melhores práticas (IUCN, 2016).

A ONU, por meio das diversas Convenções relacionadas à temática da biodiversidade, tem reconhecido o turismo como uma atividade estratégica para proteção e também a razão de vários impactos negativos quando não gerido “de forma eficaz” e “rotineiramente monitorado” (CDB, 2015, p. 9). Sendo assim, a ONU, em conjunto com a Organização Mundial do Turismo (OMT), assinala em diversos documentos a preocupação com os impactos do turismo e promulga diretrizes e recomendações para o desenvolvimento da atividade em áreas protegidas e demais biomas considerados frágeis.

As Diretrizes da CDB sobre Diversidade Biológica e Desenvolvimento do Turismo destacam a necessidade de envolver os diversos atores sociais na “promoção da infraestrutura e no ordenamento do território com base nos princípios de conservação e uso sustentável da biodiversidade” (SECRETARÍA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA, 2004, p. 9). Já o “Guia de boas práticas do turismo para natureza e o desenvolvimento” apresenta uma compilação de boas práticas “para promover a conservação da biodiversidade e redução da pobreza em vários setores de desenvolvimento” (OMT/ONU, 2009, p. ii). Mais recentemente, o “Manual de aplicação das orientações da CDB sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo” dirige-se aos diversos atores envolvidos com o desenvolvimento do turismo em áreas de biodiversidade vulnerável (SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, 2015).

A Agenda 21 também foi incorporada pela “indústria do turismo” quando a OMT, o Conselho Mundial de Turismo e Viagens (WTTC) e o Conselho da Terra (Earth Council), lançaram, em 1996, um programa setorial para o “desenvolvimento sustentável do turismo” intitulado “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável”. A proposta, dirigida a governos e representações das organizações da indústria turística, consiste em incorporar as premissas do desenvolvimento sustentável ao setor turístico, a fim de proteger os recursos naturais, culturais e sociais que o constituem (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010a). Segundo Amaral (1998), a Agenda 21 trata o turismo como uma prática que pode estar comprometida com a proteção da biodiversidade, com responsabilidade social e com o desenvolvimento local.

Além dessas diretrizes, é importante destacar a Declaração de Durban³⁷. Especificamente com relação ao tema do turismo, Deroose considera que o congresso trouxe avanços para o debate sobre a inserção social no processo de desenvolvimento da atividade em áreas protegidas, em que se colocou em questão “quem controla e quem se beneficia com empreendimentos de turismo e ecoturismo”, fato este relacionado às “grandes concessões privadas para operar as operações de negócios” turísticos (DEROSE, 2004, p.p. 20-21).

Os sítios Ramsar também são considerados como exemplares que, em futuro próximo, serão provavelmente áreas para as quais haverá expansão da demanda turística, considerando o interesse pela experiência turística envolvendo os recursos hídricos e seu atrativo estético, tais como recifes de corais, praias, lagos e rios. Em 2012, na 11ª reunião da Conferência das Partes de Ramsar (que ocorreu em Bucareste, na Romênia), o “turismo das zonas úmidas” foi tratado formalmente, reconhecendo, de um lado, os potenciais riscos ambientais e, de outro, o potencial do turismo como oportunidade econômica em apoio aos meios de subsistência e culturas locais. Sendo assim, a Convenção indica como uma das estratégias chave o envolvimento das populações locais na tomada de decisões e políticas públicas e planejamento que garantam o gerenciamento do turismo em áreas sensíveis e a proteção dos direitos sociais, por meio de pequenas, micro ou empreendimentos. Essas estratégias têm sido adotadas com sucesso, segundo a OMT/UNWTO (2012), no Parque Nacional de Arbustos Tubataha (Filipinas) e no Parc Nacional das Quirimbas (Moçambique), em que parte das taxas cobradas são destinadas para a subsistência das populações locais.

Nesse trabalho, apesar do esforço para realizar um levantamento bibliográfico em torno dos acordos e convenções sobre parques nacionais e outras áreas protegidas e o fomento ao turismo, reconhece-se sua limitação, pois isso poderia ir além dos objetivos propostos. Mas considera-se importante apontar os principais documentos que tangenciam a matéria em análise. Verifica-se, pois, que o turismo possui estreita relação com as diretrizes para a proteção e gestão de parques nacionais. É um fenômeno reconhecido nos debates e diretrizes estabelecidas pelos organismos internacionais, sendo uma atividade que precisa de regulamentação para que os efeitos sobre a

³⁷ Resultante do V Congresso Mundial de Parques, promovido pela UICN em 2003, na África do Sul. Com o tema “Parques nacionais: benefícios para além das fronteiras”, o congresso obteve a participação de diferentes segmentos e atores sociais e promoveu diversos debates que resultaram em acordos e recomendações relativas à inserção das populações locais no processo de desenvolvimento social a partir das áreas protegidas (BENSUSAN, 2014)

biodiversidade sejam controlados, sobretudo aqueles causados por operadoras e visitantes. Da mesma forma, há uma preocupação para que o turismo em parques nacionais seja uma oportunidade para gerar emprego e renda para as populações locais. Porém, as diretrizes parecem apresentar um viés *top down*, uma vez que as bases endógenas de desenvolvimento e os vínculos sociais de pertencimento dessas populações não são mencionados como aspectos essenciais nos processos de planejamento do turismo em parques nacionais e outras áreas protegidas.

Por tudo o que foi exposto, entende-se que a crise civilizatória é reconhecida pelas políticas públicas e dispositivos globais de proteção da biodiversidade, e os acordos são esforços no sentido de estabelecer estratégias em comum para a solução dos problemas socioeconômicos a ela relacionados. Mas as estratégias têm sido frustradas por não conseguirem alcançar aos objetivos e metas postas, o que revela que o caminho viável para uma solução está para além do estabelecimento de tecnologias ecologicamente viáveis e da compatibilização entre proteção da natureza e desenvolvimento econômico; trata-se de uma questão de cunho político que perpassa por decisões ideológicas em torno da distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos da biodiversidade, sendo fundamental, portanto, rever o modelo de desenvolvimento hegemônico imposto, no caso estudado neste trabalho, às populações locais no contexto dos parques nacionais e outras áreas protegidas.

A criação, o estabelecimento e a gestão de parques nacionais e outras áreas protegidas têm sido algumas das estratégias de atendimento aos acordos e dispositivos globais para a proteção da biodiversidade e desenvolvimento socioeconômico, sendo o turismo considerado uma atividade que pode ser implementada e pode gerar receitas para a administração, trazendo efeitos positivos para a economia local. Nessa linha de pensamento, as populações locais poderão se beneficiar, sobretudo, como empregados do setor de turismo. Mas este viés estritamente econômico atribuído ao turismo não coloca em debate que as populações locais, ao substituírem suas práticas tradicionais de subsistência para atuarem como trabalhadores, podem não ser abarcadas por uma distribuição justa e equitativa dos benefícios econômicos advindos da exploração da biodiversidade protegida pelo turismo. Da mesma forma, não se considera os aspectos sociais e culturais imbuídos nas relações historicamente estabelecidas por essas populações com o território, onde estão estabelecidos modos de sobrevivência e subsistência diversificados, que precisam ser considerados no processo de estabelecimento de áreas protegidas.

Diante dos resultados apresentados nos respectivos relatórios de avaliação das metas e acordos que indicam que as metas têm sido frustradas, é necessária a implementação de modelos de gestão inovadores que, conforme apontam Irving *et al.* (2003), perpassa por uma gestão social da biodiversidade, sem dicotomias entre sociedade e natureza. Isso exige, também, a reforma do pensamento; conforme Morin e Kern (2003, p. 160), isso inclui gerar um pensamento do contexto e do complexo, ou seja: articular o conhecimento em um contexto planetário, sem separar a política, a geografia, a economia, a proteção da “bio-socio-diversidade”; ir à raiz dos problemas e ser multidimensional, sistêmico, “ligar o que está separado e compartimentado” na reflexão e na ação, respeitar o diverso e reconhecer o uno.

Nesse sentido, é preciso problematizar o modelo de turismo que tem sido implementado nos parques nacionais e outras áreas protegidas. Conforme será exposto a seguir, há uma tendência de homogeneizar as soluções para os problemas relacionados ao turismo, indicando como modelo único a parceria com a iniciativa privada para viabilizar a visitação nessas áreas, tendo como risco potencial desse processo a exclusão socioeconômica das populações locais (MORE; MANNING, 2004). Daí, os diversos compromissos globais, acordos e metas ficam comprometidos, sobretudo aquelas relacionadas à erradicação da pobreza e distribuição justa e equitativa dos benefícios advindos da proteção da biodiversidade.

2.2 PARQUES NACIONAIS: OBJETIVOS, BALIZAMENTOS CONCEITUAIS E FUNÇÃO SOCIAL

O debate sobre o turismo em parques nacionais tem interpretado esta atividade como potencialmente geradora de impactos negativos e como prática social capaz de contribuir para o atendimento de algumas das metas e objetivos estabelecidos nos diversos acordos internacionais. Conforme Eagles, McCool e Haynes (2002), este relacionado é complexo e por vezes contraditório, sendo fundamental, portanto, considerar o turismo como componente estratégico no estabelecimento e gerenciamento de parques nacionais.

No contexto brasileiro, o uso dos parques nacionais e outras áreas protegidas com objetivos de turismo, lazer e visitação é relativamente recente, sobretudo se considerarmos os fundamentos legais que normatizam essas atividades.

Sob a ótica governamental, no Brasil, a criação, implantação e gestão de áreas protegidas, notadamente as Unidades de Conservação³⁸, constituem uma das principais estratégias adotadas pela política pública de meio ambiente brasileiras (LEUZINGER, 2010; BENSUSAN, 2014). Este processo é regulamentado pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002) e pelo Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP – Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006).

É importante considerar que a Lei do SNUC estabelece o compromisso de proteger e valorizar os recursos naturais e culturais por meio do desenvolvimento social e econômico do território, podendo estar associado à promoção de atividades de educação, interpretação, recreação e turismo ecológico (Artigo 4º da Lei 9.985/2000). Para tanto, são considerados fundamentais o apoio e a cooperação de organizações não-governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, atividades de educação, manutenção e de recreação e turismo ecológico (Artigo 5º, inciso IV da Lei 9.982/2000) (BRASIL, 2000).

Atualmente, constam 2.148 Unidades de Conservação registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC³⁹, sendo que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁴⁰, órgão executivo vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, é responsável por manejar 327 unidades de conservação

³⁸ Unidade de Conservação constitui “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

³⁹ Relatório Parametrizado levantado a partir do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, em 05 de novembro de 2017, às 15h.

⁴⁰ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade constitui uma “autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de: executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União; fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental; exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União; e promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreacionais, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas” (BRASIL, 2007).

que abrangem mais de 79 milhões de hectares do território nacional (MMA, 2018⁴¹; SOUZA *et al.*, 2017). Além dos parques nacionais, o SNUC designa outras 11 categorias de Unidades de Conservação que são divididas em dois grupos, com objetivos de manejo e formas de uso e proteção distintos (Proteção Integral ou Uso Sustentável)⁴².

Dentre as categorias de Unidades de Conservação do SNUC, o Parque Nacional constitui um campo interessante para estudos e pesquisas sobre turismo e desenvolvimento social, pois tem como base histórica e legal o objetivo da preservação da diversidade biológica e das paisagens naturais associada às finalidades de recreação e de turismo ecológico em seu território. De acordo com a Lei do SNUC, o Parque Nacional tem como objetivo básico:

(...) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (BRASIL, 2000)

Quando criados pelo Estado ou pelo Município, as UC dessa categoria são denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal. Em todo o país, existem 418 parques registrados no CNUC, sendo 73 sob a responsabilidade administrativa do ICMBio (MMA, 2018)⁴³.

O Parque Nacional constitui um território de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas. A UC deve ser manejada e ações planejadas devem ser instituídas por meio da elaboração e implementação de planos de manejos que contenham zoneamento, em que serão determinadas áreas que podem ser visitadas e outras consideradas intangíveis, tendentes à preservação da biodiversidade. Isso porque o impacto causado pela visitação pública

⁴¹ Dados levantados a partir do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, em 02 mar. 2018.

⁴² As unidades de conservação do grupo de Proteção Integral têm por finalidade a preservação da natureza e compreendem cinco categorias (Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre.) que se diferenciam pelo grau de restrição do uso indireto dos recursos naturais (inclusive a visitação), propósitos de proteção e tipo de propriedade (se pública ou privada). As unidades de conservação do grupo de Uso Sustentável, que têm por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais contam com sete categorias de manejo (Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural). Podem ser de domínio público ou privado e, em geral, são admitidas atividades de visitação e turismo de forma controlada (BRASIL, 2000).

⁴³ Dados levantados a partir do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, em 02/mar/2018 às 15h.

é, em muitos casos, bastante significativo, demandando estudos técnicos que viabilizem a compatibilização entre preservação ambiental e presença humana (LEUZINGER, 2010).

Para atender ao objetivo de realização atividades de educação, de interpretação, de recreação e de turismo ecológico do parque nacional, é necessária uma série de investimentos em infraestrutura, serviços e facilidades específicas para oferecer condições de segurança e qualidade da experiência aos visitantes nessas atividades de recreação.

É nesse sentido que a categoria Parque Nacional se diferencia das demais UC, pois a sua principal característica é a proteção da biodiversidade associada às atividades de educação, de interpretação, de recreação e de turismo ecológico. Para compreender os objetivos dos parques nacionais, cabe mencionar os fundamentos legais e conceituais do que venha a ser recreação, turismo ecológico, interpretação e educação ambiental, embora não seja o objetivo desta tese a discussão teórica e o aprofundamento nestes conceitos.

Segundo Rodrigues (2009), os termos “uso público” e “visitação” são frequentemente utilizados nos documentos legais e institucionais que tratam do planejamento e da gestão da visitação em unidades de conservação.

No documento “Diretrizes para visitação em unidades de conservação”, elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e publicado em 2006, o termo “visitação” é compreendido como “o aproveitamento e a utilização da UC com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” (MMA, 2006, p. 9). Sendo assim, visitante é “a pessoa que visita a área de uma UC de acordo com os propósitos e objetivos de cada área. O visitante pode ter várias motivações: lazer, conhecimento, recreação, contemplação, entre outras” (MMA, 2006, p. 9). Sendo assim, o visitante não habita a UC, e visita a UC por motivações diversas, com exceção da motivação de trabalho ou lucro (HORNBACK, EAGLES, 1999). O propósito da visita pode ser diverso. Interpreta-se, portanto, que o visitante pode ser tanto um morador do entorno da UC quanto um turista – e, neste caso, ambos são tratados de forma equânime pela gestão da UC, considerando as suas diversas motivações, usos e os objetivos de manejo e normas de visitação do referido Parque Nacional (RODRIGUES, 2009).

O turista, por sua vez, tendo em conta o conceito do MMA (2006, p. 9), é o “indivíduo que se desloca para um local diferente de sua residência habitual, motivado

por diversos interesses. Durante a sua permanência no local visitado, o turista pode precisar da contratação de alguns serviços para completar a sua visita, como: hospedagem, alimentação, aluguel de equipamentos, compra de lembranças e presentes, contratação de guias e monitores, entre outros”.

Sendo assim, nesse processo são acionados para consumo uma série de serviços e equipamentos, tais como hospedagem, alimentação e restauração, transportes e mobilidade, lazer e entretenimento (UNWTO, 2008), tendendo a utilizar serviços e equipamentos exclusivos para turistas (como, por exemplo, meios de hospedagem e guiamento). De acordo com Rodrigues (2009, p. 64), “do ponto de vista da gestão do parque nacional, todos são visitantes, independentemente da origem, da motivação e do segmento do turismo (ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural)”. Mas planejar o turismo em parque nacional exige uma complexidade na relação com prestadores de serviços, equipamentos turísticos e infraestrutura local, que interfere sobremaneira no processo de desenvolvimento local, pois a cadeia produtiva do turismo é acionada, engrenando uma rede de serviços, equipamentos e produtos que transpõem os limites da UC, assim como dos municípios por ele abrangidos – é o caso do Parque Estadual de Ibitipoca, em Minas Gerais, que em 2016 teve seu principal atrativo fechado para manutenção, trazendo apreensão para empreendedores locais (OLIVEIRA, 2016). É uma realidade o fato de que estas UC são o principal atrativo de uma região e que uma série de empreendimentos depende das decisões tomadas pela gestão do uso público, ou da dinâmica de visitação, como por exemplo, a sazonalidade em função de determinado atributo natural, como no caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão (LEITE, 2017).

Embora o termo “uso público” seja largamente utilizado em diversos documentos, leis e diretrizes tanto no âmbito nacional quanto no internacional (FURTADO *et al.* 2005; MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006; BRASIL, 2000; BRASIL, 2002; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010; BRASIL, 1979; EMBRATUR, 2002), não foi possível identificar um trecho que configure seu significado exato. A partir da interpretação dos conceitos, é possível apreender que “uso público” se refere ao uso indireto dos recursos naturais de parques nacionais por meio da visitação, recreação e turismo, incluindo os serviços em apoio, com motivações diversas, bem como atividades relacionadas à pesquisa e educação. Nelson (2012) afirma que “o uso público pode se dar de várias formas e engloba toda atividade que pode ser desenvolvida na UC (...), pode ser turismo, visitas educativas, educação ambiental,

pesquisa entre outras”. Reforçando essa ideia, Rodrigues (2009, p. 62) propõe uma abordagem abrangente do termo, para “indicar a utilização das unidades de conservação pelo público, por meio da visitação e do turismo, independentemente da motivação/atividade (contemplação, recreação, esporte, observação de aves) ou do segmento do turismo em questão (ecoturismo e turismo de aventura)”, sendo que recreação e visitação “caracterizam o uso público nos parques nacionais e são utilizadas com frequência na gestão das UC”. Segundo essa mesma autora, o termo “recreação” sugere que houve uma “importação” da abordagem estadunidense para se referir às atividades lúdicas realizadas no tempo livre dedicado ao lazer.

Quase sempre associado ao termo “lazer”, recreação é, para Marcellino (2007, p. 2), com base nas ideias de Dumazedier, “um componente do lazer – criar de novo, dar vida nova, com novo vigor, como pode ser, também, de outras esferas de manifestação humana”. Seguindo essa mesma ideia, o autor afirma que lazer é uma cultura vivenciada de forma desinteressada, no tempo livre das obrigações diversas, estabelecido em contexto valores sociais e histórico específicos, em que é portador de um aspecto educativo.

Sendo assim, entende-se que o conceito de lazer proposto por Marcellino (2007) possui relação estreita com as diretrizes para a educação ambiental, conforme pressupostos dispositivos globais (Encontro de Belgrado, 1975; Conferência de Chosica, 1976; Conferência de Tbilisi, 1977) e diretrizes nacionais (Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA, 1994; e Política Nacional de Educação Ambiental, Lei 9.795/1999).

Considerando as diretrizes centrais do PRONEA e as orientações da Política Nacional de Educação Ambiental, educação ambiental refere-se a uma prática social cujo objetivo é o desenvolvimento das habilidades e competências que podem ser apreendidas e reinventadas pela humanidade no processo de produção da cultura e na relação da vida social com o ambiente. Segundo esses documentos, os pressupostos da educação ambiental somente se sustentam a partir de ações e práticas educativas voltadas não somente à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais, mas sobretudo por meio da participação social de atores sociais diversos, a fim de superar o atual modelo de sociedade (BRASIL, 1994; BRASIL, 1999). Essa abordagem enfatiza o caráter processual da educação, considerando a complexidade dos aspectos sociais e econômicos da questão ambiental (BOTELHO; MACIEL, 2015).

A partir do exposto, destaca-se que, embora as atividades de educação ambiental em parques, em geral, estejam associadas à interpretação ambiental - sendo, portanto, atividades de uso público -, estas possuem finalidades, alcances e métodos diferenciados. Sendo assim, cabe aqui explicar brevemente o contexto das atividades de Interpretação Ambiental.

As primeiras iniciativas de Interpretação Ambiental foram planejadas pelo Serviço de Parques Nacionais dos Estados Unidos⁴⁴, em 1919. A partir da década de 1960, Freeman Tilden avançou na sua sistematização ao publicar o livro *Interpreting Our Heritage* (PROJETO DOCES MATAS, 2002). No contexto brasileiro, a Interpretação Ambiental é definida como instrumento que possibilita “representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e a natureza, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local” (MMA, 2006). Assim, trata-se de uma ferramenta para estimular novos sentidos e percepções, provocar o interesse e colaborar para o envolvimento do visitante.

A interpretação ambiental não pode ser confundida com informar ao visitante. Seu objetivo é ir além, provocando a percepção e o interesse do visitante (PROJETO DOCES MATAS, 2002), pois “responde à necessidade de interação com o parque nacional, transformando o contato recreativo em educativo, na medida em que as técnicas são instrutivas do ponto de vista da possibilidade do contato com os elementos naturais e culturais” (BOTELHO; MACIEL, 2015, p. 847). Sendo assim, a interpretação ambiental visa possibilitar a compreensão e o reconhecimento da importância do patrimônio natural e cultural do parque nacional.

Segundo o documento “Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros” (Decreto 84.017 de 21 de setembro de 1979), os parques nacionais devem dispor de infraestrutura, equipamentos e serviços para o atendimento de seus objetivos. Sendo assim, devem ser implementados programas de interpretação ambiental que devem dispor de centro de visitantes para a recepção e orientação do público, bem como de serviços de hospedagem, estacionamento, alimentação e souvenir, caso o entorno não os

⁴⁴ O instrumento Interpretação Ambiental foi primeiramente utilizado nas áreas protegidas dos Estados Unidos, quando, em 1919, o Serviço de Parques Nacionais deste país iniciou o planejamento de atividades guiadas para visitantes em que se fomentavam curiosidades e questionamentos de maneira informal. Mas, na década de 1960, o norte-americano Freeman Tilden, considerado “pai” da Interpretação Ambiental, sistematizou as práticas no livro *Interpreting Our Heritage* (PROJETO DOCES MATAS, 2002). A proposta foi incorporada na América Latina e adaptada ao contexto regional (VASCONCELLOS, 2006).

ofereça. Da mesma forma, os parques devem oferecer aos visitantes trilhas e mirantes, visando à realização de atividades ao ar livre, como “passeios, caminhadas, escaladas, atividades de contemplação, filmagens, fotografias, pinturas, piqueniques, acampamentos e similares, devem ser permitidos e incentivados, desde que se realizem sem perturbar o ambiente natural e sem desvirtuar as finalidades dos Parques Nacionais” (BRASIL, 1979). Por conseguinte, os parques nacionais são espaços territoriais protegidos em que um tipo de *uso público* dos recursos naturais e culturais neles contidos pode ser usufruído por meio de práticas de lazer, educação e turismo, o que exige investimentos em infraestrutura e serviços.

As atividades de uso público com fins de lazer realizadas nos parques possuem aproximação com a concepção de “turismo ecológico” ou “ecoturismo”. Rodrigues (2009) lembra que o termo “turismo ecológico”, utilizado na lei do SNUC como um dos objetivos dos parques nacionais, baseia-se no contexto histórico específico das décadas de 1980 e 1990, em que este era o termo mais utilizado na literatura sobre turismo em áreas naturais, com ênfase nos aspectos ecológicos da fauna e da flora.

O termo “ecoturismo” foi utilizado pela primeira vez em 1983, por Cebállos-Lascuráin (RODRIGUES, 2009), tendo sua consolidação a partir de 1990 (DRUMM; MOORE, 2003). Rodrigues (2009) explica que o conceito de ecoturismo incorporou aspectos sociais e culturais que passaram a ser uma preocupação do movimento ambientalista da época, no contexto da Rio 92, fazendo com que o termo “turismo ecológico” caísse em desuso. Assim, o termo “eco” incorporado ao “turismo” traduziria as dimensões da sustentabilidade (social, ecológica, econômica, cultural) em contraponto ao “turismo de massa” (PIRES, 2002; IRVING, 2002).

É possível denotar a relação entre turismo e a proposta de sustentabilidade, no contexto da década de 1990, pela definição de ecoturismo proposta pela UICN no contexto do Congresso Mundial de Parques, realizado em 1996:

Viagem ambientalmente responsável e visitação a áreas naturais a fim de desfrutar e apreciar a natureza (e qualquer característica cultural nelas existente, tanto passada quanto presente), que promova a conservação, tenha uma visitação de baixo impacto e promova de maneira benéfica o envolvimento socioeconômico ativo das populações locais. (UICN *apud* DRUMM; MOORE, 2003)

O conceito adotado pela UICN pode ser interpretado como uma “ideia-força”, que concebe um tipo de turismo capaz de equilibrar as dimensões sociais, ecológicas,

econômicas e culturais, aproximando-se do conceito de sustentabilidade. Porém, este ainda não foi alcançado em realidade, tendo em vista os múltiplos problemas e desafios de gestão do turismo presentes em diversos casos.

Nessa mesma direção, Western (2002) afirma que o ecoturismo corresponde a um tipo de viagem especializada realizada em áreas naturais por grupos pequenos, sensibilizados com os problemas ambientais e que desejam consumir serviços com responsabilidade social e comprometido com a proteção da natureza. A partir do conceito pioneiro proposto pela organização não governamental The International Ecotourism Society⁴⁵, para a qual ecoturismo é uma “viagem responsável a áreas naturais, visando a preservar o meio ambiente e a promover o bem-estar da população local”, o autor reforça o potencial econômico como geração de emprego para a mão-de-obra “engajada na indústria de viagens” e entrada de divisas do exterior (WESTERN, 2002, p. 17). Western afirma ainda que o ecoturismo constitui um tipo de turismo em que as instalações arquitetônicas são “ecoeficientes” e as áreas naturais possuem um número máximo de turistas que pode suportar, considerando o valor estético da paisagem protegida e dos aspectos culturais a ela associados. A proposta de Western aproxima-se do conceito adotado nas políticas públicas brasileiras.

O documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, elaborado em 1994 pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, afirma que ecoturismo é “um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2010, p. 9). Atualmente, o Ministério do Turismo trata o ecoturismo como um segmento de mercado, ou seja, com base em aspectos que definem as características da oferta, perfil e motivações da demanda turística. Essa delimitação tem finalidade mercadológica, no sentido de definir o processo de produção, distribuição, precificação, venda e consumo, buscando adequação entre oferta e demanda (COBRA, 2001). Portanto, na proposta de segmento de mercado “ecoturismo”, sobressai o sentido comercial em detrimento das questões éticas de proteção da natureza e valorização do intercâmbio cultural entre visitantes e visitados.

⁴⁵ A definição mais recente da ONG para Ecoturismo é “[o] ecoturismo agora é definido como ‘viagem responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, sustenta o bem-estar das pessoas locais e envolve interpretação e educação’ (TIES, 2015). A educação deve incluir o pessoal e os convidados.” Disponível em: <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acesso em: 05 nov. 2017.

Dessa maneira, interpreta-se que ecoturismo é um segmento de mercado que delimita um nicho de mercado cuja motivação principal é usufruir de serviços turísticos embasados em uma proposta vinculada à busca pela “sustentabilidade” da relação com a natureza, transformada em *commodity* para atender a um imaginário idealizado (IRVING, 2002).

Nessa direção, Serrano (2001 *apud* RODRIGUES, 2009) afirma que a tendência é a homogeneização dos lugares e seus atrativos e serviços para a produção de mais uma mercadoria a serviço do mercado tradicional, o que distancia da proposta inicial do ecoturismo, turismo ecológico, dos pressupostos da sustentabilidade ou de uma ideia de construção de outro paradigma de sociedade. Sendo assim, entende-se que o “ecoturismo” emergiu como uma tendência de mercado dos anos 1990, substituindo o “turismo ecológico” – que, até então, era a proposta inovadora entre os anos 1970 e 1980, tendo os parques nacionais como território “foco” da exploração comercial.

Com relação às atividades de turismo realizadas em parques nacionais, Rodrigues (2009) ressalta que o produto “parque nacional” possui elementos objetivos (infraestrutura, equipamentos e serviços), subjetivos/imateriais (sentimentos relacionados à liberdade, tranquilidade, retorno às origens) e essenciais (fauna, flora, água), sendo estes últimos o que diferencia o consumo deste “produto”. Quando o parque nacional se torna “mercadoria” para a exploração comercial do mercado de turismo; a relação entre visitante e sítio visitado pode ser de cidadão e/ou de consumidor, dependendo da experiência de uso e apropriação do espaço público, o que sugere direitos e responsabilidades diferenciadas. O desafio, nesse sentido, consiste em estabelecer processos e serviços capazes de equilibrar as dimensões do público – vinculado aos sentidos de responsabilização, de patrimônio, de respeito e de equidade – e do privado – relativo às questões comerciais, do lucro, da individualização, a satisfação imediata das necessidades (RODRIGUES; IRVING; DRUMMOND, 2010a).

Nesse contexto, é importante compreender os conceitos que balizam os objetivos dos parques nacionais e fundamentam as políticas públicas de fomento à visitação e ao turismo. Nessa direção, a visitação em parques nacionais pode ser uma via estratégica de proteção da natureza, pois o visitante-cidadão pode articular a realidade que vive – e os problemas e conflitos ambientais recorrentes – com a necessidade de proteção dos recursos naturais, criando vínculos pessoais de pertencimento com a área protegida (BOTELHO *et al.*, 2016). Não se pode negligenciar, ainda, o artigo 225 da Constituição

Federal⁴⁶, do qual é possível inferir que o parque nacional possui significado de patrimônio público, ou seja, bem comum de uso coletivo, de todos para todos.

Assim, é importante que os aspectos do “bem comum” e do “público” sejam incorporados nas estratégias e processos de planejamento do uso público em parques nacionais, conforme apontam Rodrigues, Irving e Drummond (2010b). Isso demanda, necessariamente, uma abordagem complexa para incorporar direitos e responsabilidades individuais e coletivas, a fim de garantir o direito de acesso, a diversidade de oportunidades de visitação, a garantia do espaço público para o lazer, entre outros aspectos.

Nesse sentido, é preciso compreender o contexto histórico das políticas públicas de fomento do turismo nos parques nacionais brasileiros e a situação atual, buscando analisar as estratégias para as parcerias com as iniciativas de turismo de base comunitária.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO EM PARQUES NACIONAIS BRASILEIROS

O processo histórico de criação de parques nacionais brasileiros inicia-se em 1937, com a instituição do Parque Nacional de Itatiaia pelo poder público. Segundo Diegues (2004), entre as décadas de 1930 e 2000, esse processo foi protagonizado pelo poder público de forma centralizadora, frequentemente sem consulta às populações abrangidas, impondo a elas restrições de uso dos recursos naturais dos quais muitas dependiam para subsistência.

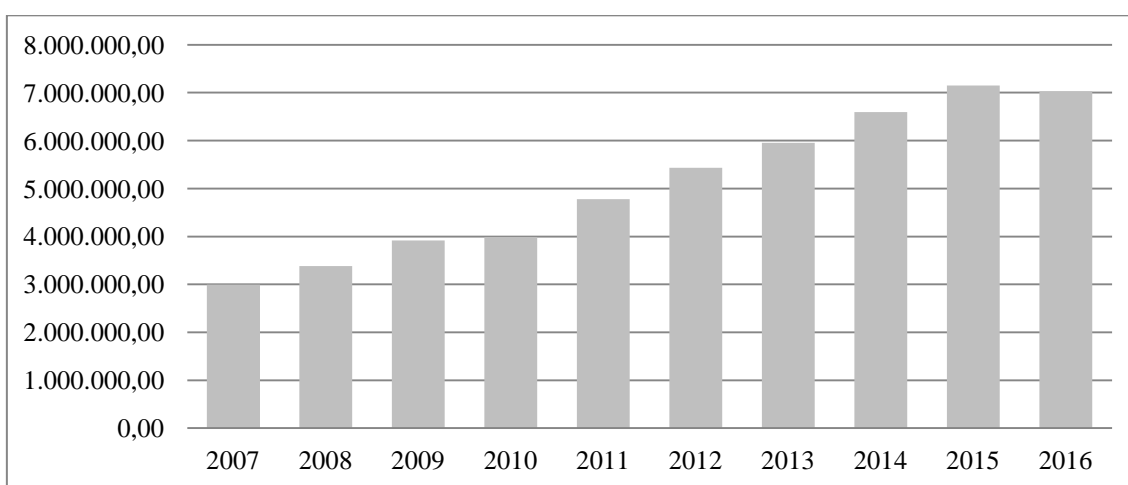
Sendo assim, por muitos anos, os parques nacionais foram administrados sem a participação social da população do entorno, com ações focadas para a fiscalização ambiental, proteção e manejo. A visitação foi interpretada como uma possível ameaça à preservação dos recursos naturais e, portanto, não foi incentivada. Até a década de 1990, a maior parte dos parques nacionais brasileiros “sofreram” com os resultados colhidos desse processo: rejeição simbólica por parte da população do entorno e carência de infraestrutura e serviços para a visitação, o que repercutiu no isolamento dos

⁴⁶ “Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

parques nacionais no processo de desenvolvimento social regionalizado e em baixos índices de visitação durante muitos anos (KINKER, 2002).

Nos últimos dez anos, o ICMBio envidou esforços para coletar e sistematizar os dados referentes ao número de visitas nos parques nacionais. Essa informação ainda está limitada a apenas 62 do universo total de UC, entre parques nacionais e outros tipos de UC, pois há ainda obstáculos⁴⁷ com relação à coleta de dados (SOUZA *et al.*, 2017). Conforme aponta a Figura 1, os números de visitas registrados nos parques nacionais são crescentes:

Figura 1 - Número estimado de visitas em parques nacionais



Fonte: ICMBio, 2016 (adaptado pela autora).

Em 2007, foram registradas 2.997.450 visitas em parques nacionais e, em 2016, este número saltou para 7.031.211. Ainda que esta variação considere os parques que passaram a ter e, até mesmo passaram a aprimorar, os sistemas de controle de visitação, ela representa 57,36% de visitas a mais em nove anos. Cabe destacar uma pequena variação negativa (-1,65%) entre os anos de 2015 e 2016, em que os parques nacionais tiveram, respectivamente, 7.149.112 e 7.031.211 visitas. Os parques nacionais com maior número de visitas registradas são o Parque Nacional da Tijuca (RJ) e do Iguazu (PR), que concentram cerca de 70% do total da visitação.

As primeiras iniciativas com o intuito de fomentar o turismo nos parques com impacto na instalação de equipamentos, infraestrutura e serviços em apoio à visitação e, portanto, aumento do número de visitas, foram no Parque Nacional do Iguazu (Estado

⁴⁷ Os obstáculos a que se referem são as limitações de recursos materiais e humanos que muitas administrações de parques possuem para controlar o número de visitas em diferentes pontos de acesso.

do Paraná, com 185.262 hectares), a partir do procedimento de parceria com a iniciativa privada por meio de concessão de bens e serviços.

Tabela 1 – Parques Nacionais com maior número de visitas registradas

Parque Nacional	Número de visitas (Ano base – 2016)
Tijuca (RJ)	2.720.517
Iguaçu (PR)	1.560.792
Jericoacoara (CE)	780.000
Marinho de Fernando de Noronha (PE)	389.744
Brasília (DF)	265.518
Serra dos Órgãos (RJ)	162.868
Chapada dos Guimarães (MT)	158.365

Fonte: ICMBio, 2016a (adaptado pela autora).

Gorini, Mendes e Carvalho (2006) afirmam que, embora criado em 1939, só em 1967 foram iniciados os trabalhos de regularização fundiária, estando sua situação legalizada atualmente. As Cataratas do Iguaçu são um atrativo turístico para o qual existe uma demanda internacional, o que explica o número de visitantes e a receita gerada; por esta razão o Parque Nacional do Iguaçu é o pioneiro em concessão de serviços de apoio à visitação no Brasil, tendo se inspirado em casos nos Estados Unidos. Esse processo ocorre em um contexto político-econômico, sobretudo na década de 1990, contemplando diversas áreas da administração pública, inclusive a área ambiental, e surge a partir da instituição do Estado Moderno, em que o Estado “grande”, “incompetente” e “caro” é substituído por um mais “competitivo” e “eficiente”, assumindo um papel de agente incentivador de investimentos em parceria com a iniciativa privada (DERANI, 2002).

Esse modelo também foi incorporado na gestão ambiental, tendo como desenho a prestação de serviços de forma descentralizada e de execução indireta, sobretudo nos parques nacionais brasileiros. O documento “Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação”, publicado pelo Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – então responsável pela administração das Unidades de Conservação –, foi o estudo que fundamentou as primeiras ações nessa direção (IBAMA/GTZ, 1999; RODRIGUES, GODOY, 2013).

A política pública que promove a parceria com a iniciativa privada para a exploração comercial e o uso de bens e serviços tem como base o distanciamento do Estado das atividades operacionais, mantendo a titularidade da propriedade, que permanece pública. Sendo assim, se difere da privatização, pois não implica na venda do patrimônio público (DERANI, 2012).

As bases legais que definem os instrumentos adotados pelas políticas públicas de fomento ao turismo em parques nacionais são a Constituição Federal (1998) e também as bases do Direito Administrativo e do Direito Ambiental. No caso do Direito Administrativo, baseia-se na Lei n.º 8.987, de 1995, conhecida por Lei das Concessões⁴⁸, que é utilizada “por analogia”, e também a Lei n.º 8.666 de 1993, conhecida por Lei das Licitações e Contratos. Também são utilizadas a Lei n.º. 9.074 (1995), que dá diretrizes para a concessão e permissão de serviços públicos; e a Lei n.º. 9.491 (1997) que altera o Programa de Desestatização estabelecido no início da década de 1990. Além dessas, a partir das possibilidades de contratos com as organizações da sociedade civil, as parcerias se fundamentam na Lei n.º 13.019 de 2014, conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto Federal n.º 8.726, de 2016, que a regulamenta, estabelecendo como instrumentos o Acordo de Cooperação, para parcerias sem recursos financeiros; e o Termo de Fomento e de Colaboração, para parcerias com recursos financeiros (ICMBIO, 2017a). Não existe, ainda, uma diretriz específica para os casos dos parques nacionais e outras áreas protegidas, além daquilo que está estabelecido pela Lei 9.985 (2000), a Lei do SNUC (ICMBIO, 2017).

Com relação ao Direito Ambiental, as parcerias se fundamentam na Lei 9.985, de 2000, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, especificamente o Artigo n.º 33⁴⁹, e o Decreto 4.342, especificamente o Artigo n.º 35. De acordo com a referida legislação, a exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos a partir dos recursos naturais, cênicos ou culturais destinados às atividades de visitação depende de prévia autorização do órgão gestor, estando previsto no Plano de Manejo da Unidade e consultado o Conselho Gestor (BRASIL, 2000; ICMBIO, 2016b).

⁴⁸ BRASIL. Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

⁴⁹ “Art. 33. A exploração comercial de produtos, subprodutos ou serviços obtidos a partir dos recursos naturais, biológicos, cênicos ou culturais ou da exploração da imagem de unidade de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, dependerá de prévia autorização e sujeitará o explorador a pagamento, conforme disposto em regulamento.” (BRASIL, 2000)

A relação entre o poder público e a iniciativa privada, no âmbito da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais, pode ocorrer de duas formas: 1) parceria para a prestação de serviços de turismo, na qual o setor privado utiliza a propriedade pública para oferecer serviços de hospedagem, alimentação, souvenir; 2) parceria para o manejo, na qual o setor privado representa função pública em nome do governo para administrar e financiar as áreas protegidas, incluindo funções como proteção, fiscalização e manutenção de infraestrutura (RODRIGUES, GODOY, 2013).

Para o primeiro cenário, para que a parceria com a iniciativa privada ocorra, o órgão gestor deve apresentar a necessidade de exploração comercial por meio de estudos de viabilidade econômica e investimentos e deve permitir a participação de pessoas físicas e/ou jurídicas, de acordo com a legislação vigente sobre licitações públicas e demais normas em vigor (BRASIL, 2002). Nesse caso, as possibilidades de parceria com a iniciativa privada em unidades de conservação são: concessão, permissão, autorização, parceria público-privada, parceria com organização da sociedade civil.

A concessão é um instrumento pelo qual o poder público, ente concedente, delega ao poder privado (pessoa jurídica ou consórcio de empresas), mediante processo licitatório que demonstre a capacidade de desempenho, a prestação do serviço. Assim, o serviço é público, executado pelo privado, em nome do concedente, com prazo determinado e sujeito à regulamentação e fiscalização. De acordo com a Lei de Concessões, há duas possibilidades de concessão: a) a concessão de serviço público, que prevê a prestação de serviço público; e b) a concessão de serviço público precedida de execução de obra, envolvendo construção, reforma, conservação ou ampliação de bem público. Em ambos os casos, é função do poder público fiscalizar a administração, contabilidade, recursos aplicados e rentabilidade do serviço. Nesse processo, é fundamental que o poder público faça com que o concessionário cumpra com os direitos dos usuários, destinatário do serviço público, conforme preceitua o artigo 7º da Lei de Concessões. É também função do poder público fixar as tarifas de forma a permitir a remuneração do capital investido pelo concessionário (ROCKSTAEHEL, 2006). O contrato da concessão é de longo prazo e o processo é competitivo (ICMBIO, 2016b).

Com relação à modalidade de permissão, cabe destacar que não há um consenso sobre sua aplicabilidade entre os juristas de Direito Administrativo. Segundo conceito adotado por Rockstaechel (2006, p. 93), a permissão é um “ato administrativo unilateral, discricionário e precário”. Nesse caso, o poder público, por meio de licitação ou

chamamento público (nos casos de não exclusividade), delega à pessoa física ou jurídica a execução de serviços de interesse coletivo ou o uso especial de bens públicos, podendo ser a título gratuito ou remunerado e revogado ou modificado a qualquer tempo pelo poder público. Desde essa perspectiva de interpretação da lei, o serviço prestado possui o interesse público da coletividade que irá usufruir das vantagens de uso, ou seja, atende à necessidade de serviço de utilidade pública (ROCKSTAECHEL, 2006). O contrato da permissão é de curto prazo, e envolve baixo investimento na UC (ICMBIO, 2016b).

Na permissão, assim como na concessão, as condições e prazos devem equilibrar a rentabilidade e a recuperação do investimento, a fim de atrair a iniciativa privada. Segundo a autora, tanto a concessão quanto a permissão podem ser utilizadas, respeitando as diferenças, para distintas modalidades de serviço, tais como alimentação (restaurantes, lanchonetes), hospedagem (hotel, pousada, abrigo, camping), transporte rodoviário, ferroviário, aéreo (van, jardineiras, teleféricos, bondes), atividades recreativas (como o montanhismo) e serviços (guiamento, lojas, centro de visitantes e de eventos) (ROCKSTAECHEL, 2006).

No processo de licitação para a concessão e permissão de uso e exploração de bens e serviços em apoio à visitação em parques nacionais, a elaboração de projetos básicos é determinante. Os projetos básicos têm por objetivo caracterizar a obra e/ou o serviço objeto da licitação. De acordo com a Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), o projeto básico é um documento técnico que tem como fundamento estudos preliminares que indicam a necessidade do objeto a ser licitado, a viabilidade técnica e o impacto ambiental, sendo parte anexa do edital. Para cumprir suas funções legais e administrativas, deve apresentar, sumariamente: a necessidade da licitação e a definição do objeto; critérios de escolha da proposta; a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução; o conjunto de responsabilidades das partes e os procedimentos de gerenciamento e fiscalização. No desenho dos projetos básicos, a definição do objeto é um item fundamental, em que devem ser observadas três elementos principais: a adequação técnica à necessidade; a garantia da competitividade e a economicidade do poder concedente (COSTA JUNIOR, 2014). Segundo este autor, é na definição do objeto que ocorre a maioria das falhas no processo licitatório. Isso porque, segundo ele, a identificação da necessidade e o desenho do objeto e respectivas regras da disputa podem direcionar a um perfil específico de prestador de serviço, afastando possíveis interessados. O projeto básico é, portanto, peça importante para orientar a realização de todos os procedimentos administrativos – e, se falho ou incompleto, pode

comprometer o processo licitatório e, até mesmo, os objetivos da administração, que podem não ser atendidos.

Sendo assim, a elaboração de projetos básicos deve considerar os objetivos dos parques nacionais; dentre eles, está o incentivo à recreação e ao turismo ecológico e o compromisso com o desenvolvimento local (Art. 4º da Lei do SNUC). Dessa maneira, o projeto básico é um instrumento que irá definir as características dos serviços de apoio à visitação em parques nacionais e, em decorrência disso, os tipos de empreendimentos que serão operacionalizados e o grau de investimento necessário, exigindo deles a comprovação técnica e financeira, considerando a raridade do objeto e a especificidade dos serviços.

Já com relação à autorização, trata-se de um ato administrativo em que o poder público, por ato unilateral, precário e discricionário, consente a um particular o uso do espaço público para a realização de uma atividade, prestação de serviço, para uso exclusivo ou de interesse coletivo, porém, privativo, de caráter emergencial ou transitório. Apesar de não exigir licitação, pode-se determinar critérios para a escolha do autorizatário e que este seja credenciado e controlado. Nessa linha de análise, este instrumento adequa-se às situações em que o serviço não necessita ser executado pelo poder público e nem carece de especialização. Por não atribuir privilégios em detrimento da administração, dispensa a licitação para deferimento. No caso dos parques nacionais, a autorização é utilizada, por exemplo, para a prestação de serviços relacionados a atividades recreativas (passeio embarcado, canionismo) e serviços de apoio (guiamento e condução de visitantes) (ROCKTAESCHEL, 2006; ICMBIO, 2017). Por ser um serviço de baixa complexidade e exigir investimentos de pequena monta para a autorização, o ICMBio tem adotado o cadastramento para o controle e a publicação em portaria para homologação (ICMBIO, 2016b).

Além dos três atos citados e comentados a partir de Rockstaechel (2006), observa-se uma tendência no uso do instrumento parceria público-privada e parceria com organizações da sociedade civil na administração e prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. Está em curso, no âmbito do ICMBio, o Projeto Parcerias Ambientais Público-Privadas (PAPP), que consiste em um estudo para criação de política pública de parcerias ambientais público-privadas, viabilizado por recursos financeiros advindos do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID), do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CAIXA), sob a responsabilidade executiva do Instituto Brasileiro

de Administração Municipal (IBAM). O PAPP visa ao “estabelecimento de modelos de gestão fundamentados no estabelecimento de arranjos institucionais e modelos de parcerias capazes de ampliar processos de visitação, oportunidade de inclusão socioprodutiva e de assegurar meios efetivos de conservação do ambiente e da biodiversidade”. Sendo assim, os arranjos e modelos de parcerias com o setor privado e o terceiro setor em estudo podem se realizar com ou sem fins lucrativos (PAPP, 2017; ICMBIO, 2017a).

O Quadro 1 resume as características dos atos administrativos que o poder público tem adotado para estabelecer parcerias para prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais.

Quadro 3 – Tipos de atos administrativos do poder público para parcerias para prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais

Instrumento	Interesse	Licitação	Contrato	Obra
Concessão	Público	Sim, sendo do tipo concorrência ou leilão	Bilateral	Sim
Permissão	Público	Sim	Unilateral precário	Não
Autorização	Privado	Não	Não	Não
Parceria público-privada	Em estudo pelas instituições promotoras			
Parceria com organizações da sociedade civil				

Fonte: ROCHTAESCHEL (2006); PAPP (2017); ICMBIO (2017a).

Pelo que se verifica nos últimos dez anos, a principal política pública para o fomento ao turismo em parques nacionais é aquela orientada para a parceria com a iniciativa privada para a exploração comercial e o uso de bens e serviços em apoio à visitação (RODRIGUES, 2009). As experiências em curso no Parque Nacional do Iguaçu (PR) na década de 1990 e, mais recentemente, nos parques nacionais da Tijuca (RJ) e Fernando de Noronha (PE), demonstram que o ICMBio tem privilegiado as concessões como modelo para a delegação de uso e de exploração de bens e de serviços.

Sob a perspectiva de gestão do ICMBio, a missão institucional visa proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental, aspectos entendidos como convergentes, em que o uso público constitui uma importante ferramenta de

conservação, de aproximação e envolvimento com a sociedade e de indução do desenvolvimento econômico. Considerando isso, o ICMBio utiliza como instrumento para atender à missão institucional as parcerias com a iniciativa privada, visando a uma experiência mais diversificada do visitante nas UC (ICMBIO, 2017a).

Em 2008, os Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo lançaram, em conjunto, o Programa de Turismo nos Parques, que se baseou em estudos realizados no Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais, o qual estabeleceu prioridades para 25 Parques Nacionais, com o objetivo de equipar os parques nacionais com infraestrutura e serviços de apoio à visitação a partir da parceria com a iniciativa privada, somando um total de R\$ 668 milhões (ICMBIO, 2008; GIRARDI, 2014). Com a aproximação da realização da Copa do Mundo da FIFA, em 2012, o programa passou a se chamar Parques da Copa e reduziu o aporte de recursos para R\$ 10,4 milhões, bem como o número de parques que seriam atendidos, envolvendo apenas aqueles próximos às 12 cidades-sede (GIRARDI, 2014). Por fim, o programa não foi executado na íntegra e apenas R\$ 1 milhão foi efetivamente empenhado nos Parques Nacionais de Anavilhanas (AM) e de Itatiaia (RJ) (ALENCAR, 2014).

Entre os anos de 2010 e 2015, o ICMBio lançou editais para a concessão de serviços de apoio à visitação e firmou contratos com a iniciativa privada em quatro parques nacionais: Parque Nacional da Tijuca (RJ), em 2012 e 2014; Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), em 2010; Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE), em 2010; e Parque Nacional do Iguaçu (PR), em 2010 e 2015. Atualmente, o cenário das concessões de serviço de apoio à visitação em parques nacionais está conforme o Quadro 2.

Já com relação aos investimentos do tipo PAPP, está previsto que os parques nacionais do Jaú e Anavilhanas (AM), Parque Nacional de São Joaquim (SC), Aparados da Serra e de Serra Geral (RS), e Parque Nacional de Itatiaia (MG, RJ) recebam investimentos até 2018 (ICMBIO, 2017a).

A definição do instituto mais adequado para a prestação do serviço público pelo ente privado depende da interpretação, por parte dos doutrinadores do Direito Administrativo, sobre qual deve ser o papel do Estado, bem como sobre que características devem diferenciar as diversas modalidades (RODRIGUES, 2009). Nesse sentido, constitui um desafio garantir que o Estado “assegure os direitos difusos e coletivos, que seja capaz de prestar o serviço público adequado e de harmonizar os

diversos interesses relacionados ao acesso dos espaços e recursos naturais de uso comum” (RODRIGUES; GODOY, 2013, p.p. 77-78).

Porém, é possível afirmar que cada modalidade de delegação de uso do bem público e exploração de serviços públicos por terceiros possui características que definem a natureza jurídica da parceria, a estabilidade do vínculo e o prazo de utilização pelo ente privado, o modelo de outorga e o tipo de remuneração, dentre outras. No caso dos parques nacionais, alguns fatores relacionados ao empreendimento e serviço a ser prestado no parque nacional contribuem para a definição sobre que modalidade adotar, tais como: envergadura do investimento financeiro do empreendimento e/ou serviço; número total de usuários (atual e futuro); estimativa da arrecadação bruta do serviço prestado; unicidade do serviço na área; e escala de oferta do serviço (RODRIGUES, 2009; RODRIGUES, GODOY, 2013). Botelho e Rodrigues (2016, p. 286) destacam ainda que, além desses aspectos, deve-se apreciar a possibilidade de participação das iniciativas locais a partir de um planejamento da administração da UC que considere o contexto socioeconômico, o perfil das iniciativas, as potencialidades e os desafios da oferta local. Segundo as autoras, “esses aspectos são relevantes no processo de delegação dos serviços, pois podem promover a inserção qualificada e autônoma das iniciativas locais”.

O Quadro 4, na página a seguir, representa um esforço para sistematizar o cenário atual das parcerias entre poder público e a iniciativa privada em parques nacionais brasileiros.

A análise dos dados apresentados no Quadro 2 indica que as concessões em parques nacionais abrangem os serviços que exigem investimento em obras, equipamentos e contratação de funcionários, e ocorrem em parques nacionais em que há maior “apelo” como produto turístico pela ótica do mercado convencional. Na observação de Botelho e Rodrigues (2016), esses parques também são aqueles com atratividade relevantes no contexto nacional e internacional (especialmente Tijuca e Iguaçu) e maior fluxo de visitantes (Cf. Tabela 1). Os serviços se referem a: alimentação (lanchonetes, restaurantes, café); acesso e transportes (estacionamento, cobrança e controle de ingresso, transporte interno); informação e entretenimento (passeio de barco, centro de visitantes, *rafting*, cachoeirismo, voo panorâmico, rapel, canoagem, ciclismo, lojas, postos de informação); proteção e manejo (manutenção de trilhas); e hospedagem (camping, abrigo de montanha).

Quadro 4 – Serviços de apoio ao turismo nas modalidades Concessão, Permissão, Autorização

Parque	Contrato	Ano
1. Iguaçu (PR)	Concessão para 05 pessoas jurídicas.	1998, 2002, 2010 e 2015.
2. Tijuca (RJ)	Concessão para 02 pessoas jurídicas.	2012 e 2014.
3. Noronha (PE)	Concessão para 01 pessoa jurídica.	2010.
4. Serra dos Órgãos (RJ)	Concessão para 01 pessoa jurídica.	2010.
1. Lençóis Maranhenses (MA)	Autorização para 450 pessoas físicas.	2010.
2. Serra dos Órgãos (RJ)	Autorização para 31 pessoas físicas.	2010.
3. Marinho Fernando de Noronha (PE)	Autorização para 212 pessoas físicas.	2011.
4. Restinga de Jurubatiba (RJ)	Autorização para 45 pessoas físicas.	2012.
5. Abrolhos (BA)	Processo de autorização em andamento.	2012.
6. Chapada dos Veadeiros (GO)	Autorização para 50 pessoas físicas.	2013.
7. Itatiaia (RJ/MG)	Autorização para 29 pessoas físicas.	2013.
8. Chapada dos Guimarães (MT)	Autorização para 84 pessoas físicas.	2014.
9. Serra da Canastra (MG)	Processo inicial de cadastramento.	2013.
10. Ubajara (CE)	Processo inicial de cadastramento.	2013.
11. Serra da Capivara (PI)		2014.
12. Ilha Grande (MS, PR)	Autorização para 01 empreendimento.	2015.
13. Cavernas do Peruaçu (MG)	*	2015.
14. Emas (GO)	*	2016.
15. Jericoacoara (CE)	*	2016.
16. Caparaó (ES/MG)	*	2016.
17. Tijuca (RJ)	*	2016.
18. Chapada dos Veadeiros.	*	2013, 2016.

Fonte: Informações obtidas junto à Coordenação de Concessões e Negócios, da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGUP) do ICMBio.

Observação: * não há informações oficiais sobre o *status* de execução da portaria.

Observa-se que, com relação ao instrumento de permissão, este foi adotado no Parque Nacional de Brasília (DF), porém o contrato foi finalizado e está prevista uma

concessão (SANTOS, 2017). Portanto, pode-se inferir que há uma insegurança jurídico-administrativa em adotar o instrumento de permissão, atendendo apenas em casos emergenciais, como expôs Rockstaechel (2006).

Com relação aos serviços de apoio ao turismo na modalidade autorização, verifica-se que este está presente em 18 parques nacionais e abrange um maior número de prestadores, neste caso, como pessoa física. Os serviços são variados e, de acordo com Botelho e Rodrigues (2016), se referem a: condução de visitantes; passeios em veículos tracionados, como barcos; mergulho; foto e filmagem subaquática; transporte interno; canionismo; e atividades náuticas de lazer. A condução de visitantes é o serviço mais frequentemente adotado nesta modalidade e, por não exigir equipamentos e infraestrutura, é burocraticamente mais simples de executar. Ainda segundo as autoras, os parques com maior número de autorizações são aqueles localizados em regiões menos populosas, o que entendem como uma “janela de oportunidade” para o desenvolvimento de iniciativas de turismo a partir de associações e de cooperativas e de prestadores de serviços de pequeno porte.

Pelo exposto, percebe-se que a política pública de fomento ao turismo em parques nacionais praticada pelo ICMBio tem buscado implementar as autorizações nas UC com maior potencial para a geração de receitas as concessões e naqueles com menor fluxo de visitantes. Em ambos os casos, a justificativa para a implementação das parcerias é o potencial econômico que as unidades podem gerar a partir do turismo.

Em recente pesquisa que avalia os efeitos econômicos dos gastos de visitantes de parques nacionais, Souza *et al.* (2017, p. 8) conclui que “cada real investido no ICMBio produziu R\$ 7 em benefícios econômicos para o Brasil”. Os dados apresentados pelo estudo chamam a atenção:

os visitantes gastaram R\$ 1,1 bilhão nos municípios de acesso às UC. A contribuição total desses gastos para a economia nacional foi de 43 mil empregos, R\$ 1 bilhão em renda, R\$ 1,5 bilhão em valor agregado e R\$ 4,1 milhões em vendas. O setor de hospedagem registrou a maior contribuição direta, com R\$ 267 milhões em vendas diretas, seguido pelo setor de alimentação com R\$ 241 milhões.

O estudo, que adaptou o método *Money Generation Model* (MGM2) de Stynes *et al.* (2000), adotado pelo Serviço de Parques Americano, utiliza os dados de visitação em UC do ICMBio de 2015 para estimar os gastos dos visitantes que, com base em métodos de multiplicadores econômicos, definiram os efeitos econômicos. Assim, o

estudo busca reforçar os benefícios do efeito multiplicador da visitação, que geram impactos econômicos que “afetam diretamente a gestão das UCs e os empreendimentos turísticos, além de afetar, indiretamente, outros tipos de negócios e comunidades locais” (SOUZA *et al.*, 2017).

Com base nos resultados, Souza *et al.* (2017) argumentam que, caso ocorram investimentos adicionais em uso público em UC, os índices de visitação irão crescer e poderão provocar, em consequência, a expansão das economias locais, “gerando benefícios para as comunidades locais e assegurando o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos”.

O estudo apresentado pelo ICMBio é direcionado a “tomadores de decisão, administradores, comunidades locais e o público em geral”, embora ele interesse, diretamente, aos possíveis candidatos para as concessões previstas no programa de concessão para os parques do ICMBio, também lançado em 2016, servindo como balizamento científico para justificar e assegurar os investimentos. Isso contribui, de fato, para estimativas sobre o potencial econômico da visitação nas UC brasileiras. Porém, sua interpretação não pode ser isolada e, necessariamente, deve estar acompanhada de outros estudos capazes de avaliar os efeitos sociais e culturais da visitação e do turismo nessas áreas protegidas. Com isso, ter-se-ia uma análise não fragmentada, em que seriam também consideradas as externalidades do processo de desenvolvimento do turismo por meio da parceria com a iniciativa privada.

Nesse caso, poderiam ser questionados em que medida a visitação/turismo nas UC gera mais benefícios econômicos, sociais e culturais que outra atividade produtiva, como aquelas que tradicionalmente são realizadas pelas populações do entorno – a pesca, por exemplo. Da mesma forma, poderiam ser estudadas as condições do trabalho gerado, a absorção da população nativa e sua propensão para o trabalho não-tradicional, tendo em vista a tendência de precarização do trabalho no mercado de turismo, conforme aponta Ernest e Cañada (2017).

Com relação à criação de produtos associados à visitação e ao turismo, poderiam ser estudados onde e em que condições estes são fabricados, numa lógica que considera os tempos e ritmos da natureza e do trabalho coletivo, ou em uma espécie de “esteira de linha de produção”, na perspectiva da modernização industrial. Por fim, o enfoque meramente econômico atribuído à visitação e ao turismo nas UC preocupa, pois, além de limitar a análise e, assim, desconsiderar os aspectos sociais e culturais igualmente relevantes, tende a compreender – ou fazer com que o mercado de investidores

compreenda – os parques (e as outras UC conforme considera o estudo) como meros recursos que precisam ser produzidos por meio de investimentos privados para transformá-los em mercadorias. Desconsidera-se os parques como espaços de convivência, de trocas, de pertencimento, de aprendizagem e de vínculos afetivos, aspectos estes criados por meio de relações historicamente estabelecidas e, também, pela contemplação e uso recreativo, no caso de visitantes turistas. A visitação em parques nacionais não se limita a gastos; nela, são estabelecidos vínculos, criados desde a experiência a partir da vivência no meio físico-natural, mediada pela cultura, pelo encontro com o outro.

Assim, os resultados da pesquisa de Souza *et al.* (2017), limitados a uma perspectiva econômica, convergem para a política pública atualmente adotada pelo ICMBio. A política está baseada na apropriação dos bens públicos e torná-los mercadoria, colocando os parques em um sistema de financeirização na lógica do mercado, conforme aponta Maciel (2015) em estudo sobre o caso do Parque Nacional da Tijuca. Diante disso, infere-se que as concessões de serviços em parques têm como finalidade principal a arrecadação financeira do órgão público, tendo o turismo como instrumento para tal, e não unicamente visa fornecer infraestrutura e equipamentos para apoiar a visitação.

A título de exemplo da contradição da política pública de concessões em parques, citaremos o destaque feito por Botelho e Rodrigues (2016) sobre a publicação de Thompson *et al.* (2014), em que relatam uma pesquisa realizada com 20 concessões na região do Delta de Okavango, em Botswana. Foi constatado que, embora 90,6% da mão de obra dos empreendimentos concessionados sejam cidadãos de Botswana, apenas 58,3% dos rendimentos obtidos pela visitação ficam entre esses sujeitos. Este cenário é ainda pior para as mulheres, que representam mais de 50% da mão de obra das concessões, mas somente 42,2% dos rendimentos são a elas destinados. Uma forma encontrada pelos gestores públicos para contornar o desequilíbrio da distribuição de benefícios econômicos é a exigência feita às concessionárias com relação ao estabelecimento de um plano de emprego, remuneração e capacitação para as populações locais (THOMPSON *et al.*, 2014). Ainda assim, gerar emprego e renda não parece ser o suficiente para a distribuição justa e igualitária dos benefícios econômicos, visto que parte é de baixa remuneração e exige apenas habilidades operacionais (BOTELHO, RODRIGUES, 2016).

Mas a principal justificativa que apoia a delegação de serviços públicos a entes privados é a de que a administração estatal é ineficiente em relação a sua atividade fim (manejo e proteção da biodiversidade) e despreparada para a gestão de atividades-meio, como a visitação e serviços turísticos. Entende-se, assim, que a parceria do poder público com a iniciativa privada pode mobilizar o capital privado para investimentos visando a melhoria da qualidade da infraestrutura e dos serviços, permitindo que a administração pública focalize em suas atividades fins, como a conservação (ROCKTAESCHEL, 2007; RODRIGUES, 2009).

Para Kinker (2002), com a parceria do poder público com a iniciativa privada para a prestação de serviços turísticos em parques nacionais, os recursos naturais e culturais passam a adquirir um valor econômico e, assim, há uma forte tendência de que obtenham maior reconhecimento enquanto patrimônio, tanto por parte dos turistas quanto por parte da população local, dos empresários e, até mesmo, pelo poder público. No caso do Parque Nacional, esse valor está relacionado à visitação, pois seus recursos são passíveis de exploração para a produção da visitação a partir do implemento de infraestrutura e serviços de apoio. Portanto, o novo efeito multiplicador engendrado na economia local resulta na apropriação mercadológica do bem público – o Parque Nacional – por empresas que prestam serviços turísticos, conforme aponta o estudo de Souza *et al.* (2017).

Rodrigues e Godoy (2014) debatem sobre os efeitos socioeconômicos da atuação pública e privada na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. Segundo as autoras, alguns aspectos devem ser levados em consideração no desenho de serviços de parceria entre poder público e iniciativa privada. É preciso que a remuneração pela prestação de serviços assegure o equilíbrio econômico financeiro dos serviços contratados, que envolve encargos do concessionário e a outorga a ser paga por meio de tarifas cobradas dos usuários. Estas tarifas não podem atingir valores que inibam a visitação ou que destoam do contexto socioeconômico em que o parque está inserindo, garantindo, assim, o acesso a todos no espaço público, atendendo a critérios de qualidade, segurança e frequência. Nesse sentido, o estudo de viabilidade econômica pode contribuir para avaliar e definir a modalidade de delegação mais adequada, cruzando os aspectos relativos aos preços dos serviços, ao equilíbrio econômico-financeiro do negócio e à capacidade de suporte do meio físico-natural.

É preciso reconhecer que os arranjos institucionais de parceria com a iniciativa privada, sobretudo nas modalidades de concessão e permissão, trazem contribuições

para a gestão de parques. Em geral, os aspectos positivos estão relacionados à questão econômica da gestão, sobretudo em relação à dependência dos subsídios públicos para a administração. Um dos aspectos positivos do arranjo de parceria é o fato de que a receita obtida com a prestação de serviços pode incrementar com recursos humanos e materiais a gestão dos parques, cobrindo custos que antes eram da responsabilidade do ente público e que agora podem ser alocados para a realização de atividades fins, como a proteção e o manejo (SAPORITI, 2006; ROCKTASECHEL, 2006; RODRIGUES, 2009). Da mesma forma, a iniciativa privada dispõe de recursos e estratégias mais adequadas para atender às demandas de consumidores, fazendo parte de seu escopo e missão a operação turística, o desenvolvimento de produtos, marcas e serviços, aspectos fundamentais no contexto do mercado competitivo do segmento de mercado do ecoturismo (RODRIGUES, 2009).

Com isso, a parceria entre o poder público e a iniciativa privada pode engendrar, na economia local, efeitos socioeconômicos diversos, devido ao efeito multiplicador característico do setor de serviços turísticos (RODRIGUES, 2009; SOUZA *et al.*, 2017). Porém, é fundamental o estudo de cada caso, em uma escala local, considerando as especificidades sociais, econômicas, culturais e paisagísticas. Nessa direção, o modelo de concessão tem sido questionado enquanto modelo único.

Rodrigues e Godoy (2014, p. 82) ponderam que as concessões, ao gerarem receitas por meio do pagamento de tarifas, também geram despesas com relação ao manejo de impactos, manutenção de infra, serviços de vigilância e portaria, entre outros, que são custos que serão assumidos pelo poder público e não pelo concessionário. Assim, é fundamental que o equilíbrio econômico-financeiro do negócio exceda os seus custos, “para que efetivamente gerem benefícios para as áreas protegidas, ao invés de as áreas protegidas simplesmente subsidiarem esta atividade”.

Além disso, as autoras apontam que, conforme Furtado (2007), o poder público não pode utilizar a concessão como instrumento de arrecadação de receitas, pois o interesse primário deve ser o interesse público. Quando o concessionário paga ao poder concedente pelo contrato de concessão, está, na verdade, onerando o visitante, que teria o direito a tarifas módicas.

Rodrigues e Godoy (2014) consideram que o principal desafio da implementação da política pública é equacionar o conflito envolvendo os papéis e os interesses do poder público/interesse público e da iniciativa privada/interesse privado de lucro mercadológico. Para tanto, o parâmetro a ser utilizado na contratação é o de que,

por se tratar de um parque nacional, deve-se garantir o interesse público. Uma das estratégias possíveis é a oferta de diversas opções de serviços, capazes de atender a diferentes padrões aquisitivos e podendo, inclusive, estabelecer tarifas diferenciadas – horários, dias e períodos específicos – de acordo com a sazonalidade da demanda. Para tanto, isso requer um trabalho por parte do poder público que envolve estudo do mercado e dos aspectos socioeconômicos da região, indo além da definição do objeto ou da atividade a ser concedida. Assim, o papel do Estado consiste em definir o instituto mais adequado com base nos estudos técnicos e normatizar e fiscalizar os contratos de parceria. Com isso, a tendência é de que haja um aumento na regulação do Estado, e não sua retirada e diminuição. Mas se não há acompanhamento do crescimento do Estado nessa direção, há a probabilidade de que o interesse público seja substituído, gradativamente, pelo interesse privado, fazendo com que o parque nacional tenha sua função social submergida.

Mas, de acordo com More e Manning (2004), o poder público pode – ao desenvolver habilidades e competências para lidar com a iniciativa privada, tais como planos de negócios, sistemas de arrecadação e ter expertise com a parceria com a iniciativa privada – assumir um caráter empresarial, o que coloca em cheque a função pública dos parques nacionais. A partir de estudo com base nos casos da gestão de áreas protegidas nos Estados Unidos e Canadá, os autores afirmam que a ênfase na eficiência econômica na gestão pode “promover o elitismo”, restringindo os benefícios dos parques apenas para classe social privilegiada, ignorando a crescente desigualdade social e reforçando uma perspectiva excludente. Nesse sentido, os autores argumentam que “a igualdade de acesso é a principal função da gestão do setor público dos parques” precisa ser garantida, a fim de distribuir, de forma justa, os benefícios advindos da proteção da biodiversidade para todos.

O modelo de negócio instituído pela concessão tende a acentuar as desigualdades socioeconômicas, reproduzindo um modelo presente em diversos destinos turísticos: a de inserção da população local apenas como empregados assalariados em ocupações pouco valorizadas nas hierarquias da gestão, tais como cozinheiros, faxineiros, recepcionistas, dentre outros. Além disso, as iniciativas de base comunitária, como associações e cooperativas, bem como modos de organização não formalizados, não conseguem competir no processo de licitação para a delegação de bens e de serviços de apoio à visitação em parques nacionais, seja por não atenderem aos quesitos de investimento financeiros ou por formalização. Ainda que sejam

necessárias em vários parques nacionais, na medida em que essas iniciativas de base local fornecem condições de visitação ao prestarem serviços de alimentação, de hospedagem, de transporte, bem como guiamentos e passeios, há uma tendência de que sejam substituídas por empreendimentos concessionados ou, quando muito, ignoradas pelas políticas e ações do órgão executivo, considerando as estratégias recentemente adotadas nos parques nacionais.

As bases legais sobre as quais foram elaborados os projetos básicos e as licitações, criadas e utilizadas para orientar as atividades relativas aos transportes, como as concessões de estradas, não se encaixam integralmente na realidade da gestão ambiental pública. Esta possui uma característica diferenciada, bastante complexa, por envolver os aspectos não somente relativos à proteção da natureza ou a prestação de serviços comerciais, mas também atenção com relação às demandas por participação social e distribuição justa de benefícios advindos do fomento do turismo e da visitação nessas áreas.

Além disso, não se pode negligenciar que os modelos de negócios adotados nesses parques são desenhados para atender a um elevado número de visitantes, a partir de uma perspectiva do turismo de massa. Com isso, a tendência é a de que o desenho dos serviços turísticos, baseado na eficiência, qualidade e otimização das receitas, seja de padronização. Nesse caso, é provável que a inserção do empreendimento em um parque nacional seja uma especificidade ignorada, ou ainda que os aspectos naturais e culturais relacionados à área natural protegida sejam convertidos em estereótipos, numa espécie de “artesanato de aeroporto”⁵⁰.

Cabe destacar que as concessionárias contratadas para atuar nos Parques Nacionais do Iguaçu, da Tijuca e Marinho de Fernando de Noronha fazem parte do mesmo grupo empresarial. Inicialmente formado por empresários paranaenses, o grupo Cataratas do Iguaçu S.A atua, desde 1998, na prestação de serviços de atendimento ao turista no Parque Nacional do Iguaçu por meio de concessão. Em 2008, o grupo institui o segundo negócio, a EcoNoronha, que venceu o processo licitatório para a concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha. Em 2012, o grupo Cataratas do Iguaçu S.A. formou sociedade com o Consórcio Paineiras-Corcovado, composto pelas empresas BellTour e ESFECO S.A. para assumir a concessão do Complexo Paineiras, um centro de serviços turísticos para acesso e

⁵⁰ A interpretação sobre a ideia de “artesanato de aeroporto” é apresentada por Maria Cecilia Loschiavo e discutida por Gauer (2015) em uma análise sobre as políticas de incentivo ao artesanato no Brasil.

apoio ao Morro do Corcovado no Parque Nacional da Tijuca. Também neste Parque, é sócio de outra concessão, a do Trem do Corcovado, juntamente com a ESFECO (que administra o Trem do Corcovado desde 1979). Assim, o grupo Cataratas do Iguaçu S.A. é responsável pela administração de serviços turísticos de três parques nacionais, sendo dois os mais visitados do Brasil. O grupo Cataratas do Iguaçu S.A também é sócio em outras concessões para atendimento ao turista e visitante, como o Aquário do Pantanal (MS), o Marco das Américas (PR) e o AquaRio (RJ), sendo este último em parceria com as empresas ESFECO e Bell Tour, que operam o Complexo Paineiras no Parque Nacional da Tijuca (AQUARIO, 2016; CATARATAS DO IGUAÇU, 2016; O GLOBO, 2014).

Ou seja, dos quatro contratos de concessões realizados pelo ICMBio, três são firmados com o mesmo grupo empresarial. Isso sugere uma monopolização das concessões, gerada pela *expertise* adquirida pelos empresários na administração de serviços de apoio à visitação nos parques nacionais, concentrada naqueles mais atraentes economicamente. Além disso, o visitante encontrará, nos diferentes parques, um mesmo padrão de operacionalização de serviços, colocando em questão se as especificidades regionais são valorizadas nos atendimentos.

Nessa perspectiva, o desenho de serviço nos moldes do turismo de massa objetiva o lucro imediato a partir da venda em grande escala e de maneira padronizada, o que gera o esgotamento dos recursos, a marginalização social e a uniformização da cultura, conforme aponta Zaoual (2008).

Ainda na análise das atuais políticas públicas de fomento do turismo em parques nacionais, sob o ponto de vista institucional, o ICMBio acredita estar colaborando para o fortalecimento do TBC ao exigir do concessionário, por meio dos contratos, requisitos como aquisição de insumos locais, disponibilização para a venda de artesanato local nas lojas de conveniências e contratação de mão de obra local. O ICMBio adotou também o critério de “indicadores de bonificação” para avaliar a gestão socioambiental do concessionário. Este deve implementar estratégias que busquem: a eficiência da gestão ambiental (tais como a implantação e manutenção de sistema de gestão da qualidade ambiental); maior agregação de valor na região (com o fomento da compra ou venda de produtos elaborados localmente); e maior benefício social (tais como, geração de empregos locais e capacitação de mão de obra local). Os projetos básicos das concessões também devem conter quesitos referentes às melhorias ambientais, tais como apoio e participação em projetos de pesquisa aplicada na UC –

uso público, capacidade de carga, monitoramento de impactos e ecologia e conservação – e investimentos em bens e serviços voltados para a proteção da unidade de conservação concessionada (ICMBIO, 2017a).

Essas estratégias, embora importantes, não são suficientes para evitar as externalidades causadas pela implementação de negócios e serviços turísticos no modelo convencional no contexto dos parques nacionais brasileiros. Por meio de ações de responsabilidade socioambiental, as empresas assumem um papel que não é delas, o de promover o desenvolvimento local, mas mantém o caráter privado desse processo. Na verdade, essas ações interessam, sobretudo, às próprias empresas, pois adquirem uma “imagem positiva” perante os usuários/visitantes, mas as obrigações assistencialistas são incapazes de alterar a realidade das condições sociais locais e de exclusão social dos direitos de uso e de empreendimento nos parques.

Além disso, no processo de transformação do espaço para a produção do turismo por meio das concessões em parques, há forte tendência de que as populações locais fiquem submetidas a um modelo de desenvolvimento local “alienígena”. Assim, os aspectos culturais da forma de organização do trabalho também podem ser prejudicados, na medida em que a população local precisa se adaptar – em termos de conhecimento, habilidades, competências e uso de tecnologias – para atender a um novo padrão de produção e de trabalho.

Outra lacuna identificada é a apropriação do espaço pelo público, tanto pela população local quanto por visitantes. É preciso reforçar a ideia de que os parques constituem um bem público, conforme apontam Rodrigues, Irving e Drummond (2010a). Sendo assim, questiona-se: com as concessões, a população se vê como parte do parque que é público? O modo pelo qual os serviços de apoio à visitação em parques têm sido implementados facilita a compreensão do visitante/usuário da função pública do parque? Sendo assim, a função pública dos parques nacionais pode ficar comprometida com as concessões.

Diante do exposto, avalia-se, pois, que os instrumentos de parceria com a iniciativa privada deve ser um meio para fomentar o turismo nos parques, não sua finalidade, como parece insistir as ações recentes do ICMBio. Reconhece-se que as parcerias com a iniciativa privada podem contribuir para equipar os parques nacionais, possibilitando a visitação, mas é essencial aferir, em cada caso, as consequências sociais, culturais e econômicas na dinâmica de desenvolvimento local antes mesmo da sua implementação nos parques.

Da mesma forma, é preciso avaliar as possibilidades de fomento do turismo sob uma perspectiva do sítio, considerando os vínculos sociais, afetivos e econômicos da população local com o parque nacional, afastando projetos hegemônicos do processo de desenvolvimento. Neste caso, os instrumentos de parceria para empreendimentos de pequeno e médio porte poderiam garantir a heterogeneidade de desenhos de projetos básicos, maior número de propositores e diversidade de atividades, de serviços e de operacionalização dos atendimentos, adequando-se às características locais dos sítios/parques. É nesse sentido que a proposta de fomento do turismo de base comunitária, ou “turismo situado” (ZAOUAL, 2003, 2006, 2008), deve ser considerada no âmbito das políticas públicas e da gestão ambiental dos parques nacionais brasileiros. O próximo item aborda algumas experiências que demonstram a possibilidade de inserção de iniciativas de TBC no desenvolvimento do turismo em parques nacionais, no exterior e no Brasil.

2.4 AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM PARQUES NACIONAIS

Em diversos países, a relação TBC e parques nacionais é uma realidade que empenha, também, a definição de estratégias diversas para superar diversos obstáculos na inserção das iniciativas no processo de fomento do turismo nessas áreas protegidas.

No contexto do continente africano, muitos são os projetos que buscam inserir as populações locais no processo de fomento do turismo em parques nacionais, considerando que essas áreas protegidas possuem um apelo enquanto produtos turísticos do mercado convencional do turismo internacional.

Segundo Sansolo e Cruz (2011), em uma perspectiva contemporânea, o mercado vem convertendo os grandes parques nacionais africanos em “atrativos turísticos”, incorporando-os em seus roteiros internacionais e, assim, instituindo um modelo de turismo “de fora para dentro”, atendendo, portanto, a demandas exógenas. Não é demais lembrar que o continente africano possui uma rica história pré-colonial com diferentes modos de organização social e grande diversidade cultural, resultante das relações estabelecidas com o meio-físico natural e com outros povos, através das migrações ao longo do tempo. Os resquícios culturais, sociais e ambientais desse processo histórico vêm sendo incorporados por organizações locais no processo de construção de

propostas de TBC. Citando a entrevista com a geógrafa britânica Louise Dixey para o Instituto Virtual do Turismo (IVT), Sansolo e Cruz (2011) informam que países como Zâmbia, África do Sul, Botsuana, Uganda e Namíbia desenvolveram iniciativas de TBC, em que as populações locais têm o uso e/ou direitos de propriedade dos recursos (tangíveis e intangíveis) e, através de associações e representações, desempenham um papel direto nas tomadas de decisão, direção e gestão dos empreendimentos turísticos, de modo que são beneficiadas diretamente com a atividade. Frequentemente, as iniciativas de TBC possuem vínculos e/ou proximidades com áreas protegidas, revelando que a questão ambiental está presente na construção das territorialidades locais, o que expressa as contradições inerentes a esse processo.

Complementando essa ideia, Ahebwa e Van Der Duim (2013) apontam que as políticas de gestão de parques nacionais do continente africano evoluíram desde uma perspectiva preservacionista para um modelo capaz de incorporar a melhoria da qualidade de vida local. Os autores discutem as implicações do empreendimento de turismo de base comunitária do Bwindi Impenetrable National Park, na Uganda, para a qualidade de vida das populações locais. O estudo realizado indica que a iniciativa de TBC conseguiu estimular o emprego local, gerar renda, prestar serviços sociais locais e financiar outros projetos de desenvolvimento, associando a manutenção de meios de subsistência comunitários e as necessidades de conservação da área protegida. Para tanto, três fatores foram fundamentais, segundo os autores: a) o atendimento a aspectos básicos de qualquer outra empresa de turismo, tais como localização, o acesso direto ao mercado, visibilidade na Internet e capacidade de competir com empreendimentos de *high luxury*; b) a integração da iniciativa com outros serviços de turismo e programas sociais, tais como educação e desenvolvimento agrícola; c) e o fato de a associação que coordena o empreendimento ter se fortalecido institucionalmente antes mesmo de implementar os serviços turísticos.

No estudo realizado por sobre conceitos e iniciativas de TBC, Burzstyn e Sansolo (2010) citam a Uganda Community Tourism Association, que representa cerca de 70 grupos no país, oferecendo apoio na comercialização de serviços como hospedagem, caminhadas pela natureza, a experiência cultural, artesanatos, passeios e outras atividades culturais em aldeias no entorno de parques nacionais.

Iori (2012) investiga as possibilidades de equilibrar a conservação da natureza, o investimento privado em turismo e o direito das populações locais no caso do Simien Mountains National Park, localizado na Etiópia. Como resultado da pesquisa, apreende-

se que, embora parte da população local compartilhe de atividades turísticas junto com operadores turísticos, a participação local no turismo ou qualquer tomada de decisão em relação ao parque nacional é inexistente. O TBC é frequentemente indicado pelas autoridades governamentais e as agências de desenvolvimento como uma solução, mas as populações locais desejam, sobretudo, se envolver em projetos que assegurem um meio de subsistência. Portanto, o TBC é “apenas uma parte da resposta para uma existência equilibrada entre a conservação da natureza, o investimento privado em turismo e o direito das comunidades locais, mas não totalmente”. Para o fomento do turismo no Simien Mountains National Park, a autora aponta que é importante que sejam realizadas melhorias na hospedagem comunitária existente e, como apoio, devem ser estimuladas as pequenas empresas turísticas locais, por meio de financiamentos, e os investimentos privados externos. Iori (2012) destaca que o turismo local somente será viabilizado por meio de participação social nos processos de desenvolvimento local.

Sebele (2010), em estudo sobre iniciativas de TBC no contexto do Khama Rhino Sanctuary Trust, em Botsuana, afirma que, ainda que os benefícios com relação à proteção dos recursos naturais e à melhoria dos meios de subsistência das populações locais possam ser identificados, há muitos desafios a serem superados para a inclusão social na gestão ambiental da área protegida. Segundo o estudo, no ponto de vista das representações das populações locais, os benefícios advindos com os empreendimentos de TBC estão limitados a apenas uma parcela da população do entorno da área protegida, pois estes carecem de habilidades administrativas e competências de gerenciamento – e, portanto, capacidade de gerar emprego e renda. Outro desafio a ser superado se refere ao envolvimento dos locais na tomada de decisões e sua aproximação com a gestão da área protegida em questão. Nesse sentido, a pesquisadora ressalta que é fundamental a implementação de políticas públicas capazes de potencializar as habilidades e competências das populações locais de modo que se tornem participantes ativos do processo e possam, assim, distribuir de forma mais equânime os benefícios advindos do turismo.

Ainda no contexto do continente africano, observamos outros casos em que as populações do entorno ou interior de parques nacionais desenvolveram empreendimentos de TBC como estratégia de subsistência. Mahony e Van Zyl (2001) investigam as políticas públicas de fomento ao turismo *pro poor* no contexto do grupo Makuleke, localizada no extremo norte do Kruger National Park, na África do Sul, em uma área de alto valor para a conservação e com potencial turístico significativo. A

iniciativa de TBC dos Makuleke surgiu em consequência do processo de restituição da terra, no qual a população ganhou a total propriedade da terra sob a condição de manter a conservação e, assim, o turismo surgiu como uma alternativa viável. Em parceria com a iniciativa privada, a população mantém *lodges* do tipo *high luxury* e, por meio de uma associação local, gerencia uma pousada e oferece roteiros guiados. Os resultados da pesquisa apontam que os programas Spatial Development Initiative e Community-Public-Private-Partnership, no contexto da política pública Black Economy Empowerment, que visa apoiar pequenos e micro empreendimentos gerenciados pela população negra, têm contribuído para gerar benefícios sociais e econômicos significativos para as populações rurais e, portanto, colabora para amenizar os índices de pobreza, sobretudo nas áreas onde as populações locais são proprietárias dos investimentos.

No Zimbábue, o programa Communal Areas Management Programme for Indigenous Resources – CAMPFIRE – é considerado um modelo de gerenciamento comunitário de recursos naturais. O programa tem por objetivo aliviar a pobreza de populações rurais por meio da autonomia no gerenciamento de recursos, em especial animais silvestres – que são o “produto favorito” do “turismo de safári” (LOGAN, MOSELEY, 2002). De acordo com Duim e Ahebwa (2013), 80% da receita advinda das atividades de visitação vinculada à caça são destinados diretamente às populações e, coletivamente, elas decidem o que fazer com o dinheiro, e o restante atende a conselhos distritais para fins administrativos e para gerenciamento de projetos. Ao analisar o programa CAMPFIRE e seus objetivos, Logan e Moseley (2002) concluem que esforços ainda são demandados para o efetivo alívio da pobreza, no sentido de que é necessário reestruturar as composições administrativas e legais que são dependentes das políticas públicas de desenvolvimento e de proteção da natureza.

O que se observa, nos casos mencionados, é que há demanda para as experiências que conjugam TBC e áreas naturais protegidas, porém as iniciativas dependem de apoio externo para se manterem e/ou precisam estar integradas a empresas vinculadas ao turismo convencional para serem comercializadas. Um fator preponderante são os modos de organização social, autonomia e a capacidade de influenciar nas decisões em um contexto das contradições presentes no modelo hegemônico do turismo de safári e de luxo. Outro fator comum às iniciativas citadas é que, historicamente, a criação de áreas protegidas no modelo estadunidense retirou as possibilidades de subsistência das populações locais. Mas, atualmente, o TBC é

frequentemente entendido como uma via alternativa frente a índices de pobreza alarmantes, embora seja um desafio a ampliação dos benefícios a uma maior parcela da população. A partir dos estudos, percebe-se, também, que o TBC é incapaz de resolver, por absoluto, os problemas sociais e econômicos estabelecidos ao longo do processo histórico neste continente.

Nos casos latinoamericanos, cabe destacar as políticas públicas do Equador para o manejo comunitário do turismo em áreas protegidas. Por meio do Programa de Pequeñas Donaciones e da Asociación de Ecoturismo de Ecuador, foi instituído um convênio para o fortalecimento das capacidades de organizações comunitárias por meio da certificação de normas de ecoturismo. Assim, o turismo em áreas protegidas pode ser realizado a partir da gestão comunitária das atividades recreativas. Esse modelo visa à conservação do ambiente, buscando minimizar impactos para a valorização dos recursos naturais e culturais a partir da participação direta da população nas decisões (ASEC/PPD/OMT, s/d).

De acordo com os documentos pesquisados, a missão da política pública consiste em uma busca permanente de mecanismos que permitam alcançar os objetivos de desenvolvimento planejados, de modo que o turismo possa ser uma ferramenta para: a) alcançar a sustentabilidade; b) a construção da interculturalidade; c) a luta contra o racismo; d) a aplicação dos direitos fundamentais, tanto dos seres humanos como da natureza, estando diretamente relacionado com a Constituição do Equador. Com base nisso, a política pública visa apoiar empreendimentos de TBC, fornecendo os parâmetros e as diretrizes que se apoiam nos seguintes princípios: atendimento às políticas do empreendimento comunitário; qualidade dos serviços e responsabilidade com os visitantes; conservação e manejo dos recursos naturais, de acordo com a legislação; gerenciamento dos impactos ambientais e culturais; tratamento dos rejeitos; gerenciamento de grupos. As populações locais definem e detalham como se dá a operação dos serviços e as regras de uso dos recursos naturais e culturais (ASEC/PPD/OMT, s/d).

No contexto brasileiro, apesar de as populações locais historicamente oferecerem serviços complementares para a visita nos parques – tais como de serviços de hospedagem, alimentação e transporte – seja de forma organizada ou informal, ainda não existem políticas públicas consolidadas que visam à inserção das iniciativas de TBC no fomento do turismo nessas áreas.

A cartilha “Turismo de base comunitária em unidades de conservação: princípios e diretrizes”, produzida pelo ICMBio, reconhece que as comunidades tradicionais residentes nas Unidades de Conservação estão encontrando no Turismo de Base Comunitária (TBC) uma alternativa de renda, uma oportunidade de valorizar a própria cultura e uma forma de integrar os jovens ao modo de vida local (ICMBIO, 2017b).

Segundo o documento, muitos gestores de UC do ICMBio visualizam possibilidades de envolvimento da população local/do entorno como uma via possível para “fortalecer os programas de visitação, diversificar as atividades desenvolvidas e agregar valor à experiência dos visitantes”, além de “incrementar a renda desses moradores e aproximá-los positivamente da gestão das UC, aumentando, assim, o apoio local a estas áreas protegidas” (ICMBIO, 2017b, p. 8).

A cartilha tem por objetivo estabelecer um marco referencial para o TBC nas UC, direcionado para os gestores a fim de orientar a sua implementação, e visa contribuir para o alcance dos objetivos do SNUC e para a inserção das áreas protegidas no contexto do desenvolvimento local. É resultante de um reconhecível esforço institucional do ICMBio em buscar o seu entendimento sobre o TBC. Este processo se iniciou em 2011, por ocasião do Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária em Reservas Extrativistas⁵¹, do qual derivou um grupo de trabalho formado por servidores vinculados aos diferentes departamentos que tratam do manejo de UC, ações socioambientais e uso público em parceria com o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT)⁵² e por representantes de povos e populações vinculadas às UC federais. Após um período de inação, o Grupo de Trabalho resurge em 2016 com nova composição para dar continuidade à proposta, com a colaboração pontual de atores externos ao GT.

⁵¹ O seminário teve por objetivo “debater o ecoturismo de bases comunitárias como instrumento de gestão nas Resex a partir da vivência dos participantes”, visando “definir, de forma coletiva, diretrizes institucionais para a implantação de projetos desses tipos nas reservas extrativistas administradas pelo ICMBio”. O evento contou com a participação de 50 pessoas, “representantes das Coordenações do ICMBio relacionados ao tema, gestores de unidades de conservação com experiências de ecoturismo de base comunitária, representantes do poder público, ONGs, associação de moradores, extrativistas e especialistas no tema” (ICMBIO, 2011).

⁵² “O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) é um dos 11 centros nacionais de pesquisa e conservação do Instituto Chico Mendes, que tem como objetivos: promover pesquisa científica em manejo e conservação de ambientes e territórios utilizados por povos e comunidades tradicionais, seus conhecimentos, modos de vida e de organização social, além de formas de gestão dos recursos naturais, em apoio ao manejo das Unidades de Conservação federais” Fonte: <http://bit.ly/2BoE8WW>. Acesso em: 27 nov. 2017.

Para o ICMBio, TBC se refere a:

[...] um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação.

A partir do conceito balizador, são estabelecidas três diretrizes e onze princípios, nos quais serão baseadas as políticas, normas e regulamentações a serem desenvolvidas no futuro. As diretrizes definem a “maneira apropriada de se proceder, visando alcançar um objetivo” e orientam gestores de UC para:

- 1) a participação social e organização comunitária, o que envolve a avaliação do interesse da população em projetos de TBC e do nível de organização social, podendo ser formal ou informal. Sendo assim, o ICMBio deve garantir os espaços de participação social no contexto da gestão da UC, como os conselhos, e buscar parcerias para promover a implementação e manutenção das iniciativas de TBC.
- 2) a qualificação da experiência, a fim de garantir o protagonismo comunitário na gestão das iniciativas, por meio de ações educativas direcionadas para gestores, populações, parceiros e demais atores, realizadas através dos processos formativos vinculados ao Programa de Educação Ambiental e Pesquisa;
- 3) a gestão da UC, em que as iniciativas de TBC devem estar de acordo com os objetivos de manejo da UC e as normas do plano de manejo, apoiadas em mecanismos de monitoramento de impactos da visitação e da gestão dos empreendimentos.

As propostas de TBC devem se basear ou desencadear processos que busquem atender aos seguintes princípios:

- A conservação da sociobiodiversidade;
- O reconhecimento, divulgação e valorização da história e da cultura;
- O protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo;
- A equidade social e a justa partilha dos benefícios;
- O bem comum acima de interesses pessoais;
- A transparência na disponibilização de informações ambientais, sociais e financeiras;

- A partilha cultural e trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida;
- A atividade complementar de geração de renda, visando ao fortalecimento e à valorização dos ofícios e modos de vida local;
- O processo educativo para todos os envolvidos;
- A valorização das culturas em sua dinâmica própria;
- O processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da população, da UC e do mercado.

Algumas experiências com iniciativas de TBC em parques são reconhecidas pelo ICMBio. No Parque Nacional do Juruena, em Barra de São Manoel (MT), é possível conhecer as práticas de produção de farinha, experimentar a gastronomia local e fazer trilhas em matas nativas e cachoeiras (ICMBIO, 2017). Outros exemplos citados nos documentos consultados são os Parques Nacionais dos Lençóis Maranhenses (MA), do Jaú (AM) e da Chapada Diamantina (BA), que têm desenvolvido formas de TBC.

Em paralelo ao lançamento da cartilha, o ICMBio publicou um edital para apoiar projetos de fomento do TBC em UC. São contempladas quatro UC para desenvolver projetos que possam ser replicados a outras áreas.

Em análise sobre este processo – ainda recente, considerando o contexto temporal desta tese – entende-se que o lançamento da cartilha pelo ICMBio é um reconhecimento formal da contribuição das iniciativas de TBC para a visitação em parques nacionais e outras áreas protegidas. Esse reconhecimento é, no entanto, tardio, levando em consideração os demais esforços dos órgãos ambientais em fomentar o turismo e a visitação nos parques nacionais, como a política de concessões que, conforme exposto, iniciou-se na década de 1990 e tomou novo fôlego a partir de 2010.

Por estar direcionada “principalmente aos gestores”, a cartilha esclarece sobre as características elementares das iniciativas de TBC, o que facilita o seu reconhecimento no cotidiano da gestão para analistas ambientais, que, muitas vezes, não possuem informação anterior sobre o tema. No entanto, a publicação da cartilha e do edital não estão vinculados a uma política pública ou programa de uso público, e questiona-se a capilaridade da sua apropriação das diretrizes e dos princípios pelos analistas ambientais e pela população local no cotidiano dos 74 parques nacionais e nas práticas de visitação. É preciso, portanto, que a publicação desta cartilha esteja atrelada a ações de

capacitação de analistas ambientais que colaborem para o reconhecimento, tutela e estabelecimento de mecanismos para a parceria com as iniciativas.

Com relação à abordagem conceitual do TBC, avalia-se que as características descritas atendem, de maneira geral, aos conceitos e interpretações sobre as práticas traduzidas por pesquisadores, conforme exposto no Capítulo 1. No entanto, deixa transparecer que, caso determinada iniciativa não atenda um ou outro critério, não poderá ser considerada “TBC”, sobretudo no contexto do edital, que visa destinar recursos para fomento. Sendo assim, tende tanto a desconsiderar a diversidade de características, própria deste modo de organização do turismo (BURZSTYN, 2012), quanto a enquadrá-la em conceitos e modelos, divergindo novamente da sua essência, conforme aponta Zaoual (2008), incorrendo no risco de pasteurização e tratando o TBC como mais um segmento de mercado.

Com relação ao edital, outra contradição se refere ao mencionado “protagonismo comunitário” das iniciativas de TBC. Uma vez que o edital é destinado para candidaturas de projetos vinculados a UC do ICMBio, sendo os proponentes analistas ambientais, há dúvidas se esta não seria uma perspectiva *top down* – e, neste caso, de que forma esse critério será incorporado nas ações a serem desenvolvidas.

Questiona-se, ainda, de que modo as diretrizes para o TBC em UC se relacionam com as demais ações implementadas pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGOP/ICMBIO) para fomentar o turismo nos parques nacionais, em especial as concessões: ocorrem em paralelo ou se sobrepõem? São convergentes ou divergentes? Serão estabelecidos mecanismos para a formalização das parcerias com as iniciativas de TBC? Tendo em vista que as intencionalidades das concessões e seus desdobramentos sobre os territórios estabelecem um modelo desigual socialmente, as diretrizes para o TBC revelam uma contradição das políticas públicas para o fomento do turismo em parques nacionais.

Considerando ser este um fato recente, é preciso que o tempo transcorra para conhecer como as diretrizes e princípios serão consolidados na prática de gestão dos parques nacionais e das iniciativas de TBC. Ainda assim, reforça-se o fato de que a publicação da cartilha é um importante passo para a construção de uma necessária política pública de fomento do TBC em parques nacionais, mas por si só não é suficiente para que isso ocorra. Para que não seja apenas uma “declaração de boas intenções”, é preciso que as iniciativas de TBC conquistem um espaço dentro do

organograma institucional do ICMBio⁵³, com programa geral de apoio e projetos construídos localmente em conjunto com as populações locais, nas diversas formas de organização social para a prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais.

Os parques nacionais constituem uma expressão da contradição da sociedade contemporânea. A base ideológica de sua criação é a expropriação da terra das populações para uso exclusivo de determinados grupos sociais, para fins de lazer e recreação, em detrimento da subsistência. Ao se tornarem mercadoria por meio das concessões, passam a ser entendidos como produtos turísticos, produzidos por empresários e consórcios, e consumidos por determinada parcela da sociedade que consegue acessar esse tipo de lazer. Nesse processo, não se pode negligenciar que os parques tornaram-se, contraditoriamente, espaços de vida, sítios simbólicos de pertencimento de grupos que buscam por experiências na natureza e nas expressões culturais vinculadas a ela, um lugar para contemplação, reflexão, e que podem, de alguma maneira, contribuir para melhor compreensão da sua função pública, que é a proteção e a pesquisa sobre a biodiversidade, a promoção do desenvolvimento local e servir como espaço de lazer, recreação, turismo e educação ambiental.

A inserção das iniciativas de TBC no processo de prestação de serviços de apoio à visitação em parques pode engendrar novos sentidos, significados e interpretações sobre essas áreas protegidas – tanto no contexto das populações locais, quanto dos visitantes e, também, da gestão pública – como sítios simbólicos de pertencimento. A interpretação dos parques como sítios simbólicos de pertencimento, mediada pelas iniciativas de TBC, tende a considerar a diversidade e o contexto das práticas sociais, econômicas e culturais dos atores sociais locais. Os parques, enquanto sítios, constituem espaços de compartilhamento de crenças, de conhecimentos, de comportamentos e de práticas sociais em que se prepondera os padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados.

Os parques nacionais são espaços potenciais para as práticas do “turismo situado” por meio das iniciativas de TBC, em que os serviços são, sobretudo, um intercâmbio de natureza simbólica, antes de ser monetária.

⁵³ No organograma do ICMBio, A CGUP é uma coordenação vinculada à Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), que por sua vez está ligada à presidência da instituição. A CGUP possui dois departamentos: a Coordenação de Concessão e Negócios (CONCES) e a Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST) (ICMBIO, 2017). Disponível em: <http://bit.ly/2ADFGZL>. Acessado em 28/nov/2017.

Diante dos argumentos expostos, os próximos capítulos abordam o estudo de caso no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (RJ). São apresentados o contexto socioeconômico de inserção da UC e suas características, bem como são analisadas as experiências de visitação e turismo junto às populações locais.

3 CONTEXTO E CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA

Esse capítulo aborda o contexto em que o PNRJ está inserido, realizando uma breve apresentação dos aspectos históricos e as características socioeconômicas dos municípios abrangidos pela unidade de conservação, com destaque para os aspectos relacionados ao turismo. Também discorre sobre os principais atributos identificados sobre a gestão do PNRJ, com enfoque nos projetos e ações de uso público, visitação e turismo desenvolvidos pelo ICMBio, desde sua criação até o momento atual. A análise aqui apresentada se baseia principalmente nas bases conceituais expostas nos capítulos anteriores, bem como em revisão bibliográfica sobre o caso e informações obtidas a partir da pesquisa de campo.

3.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO TERRITÓRIO

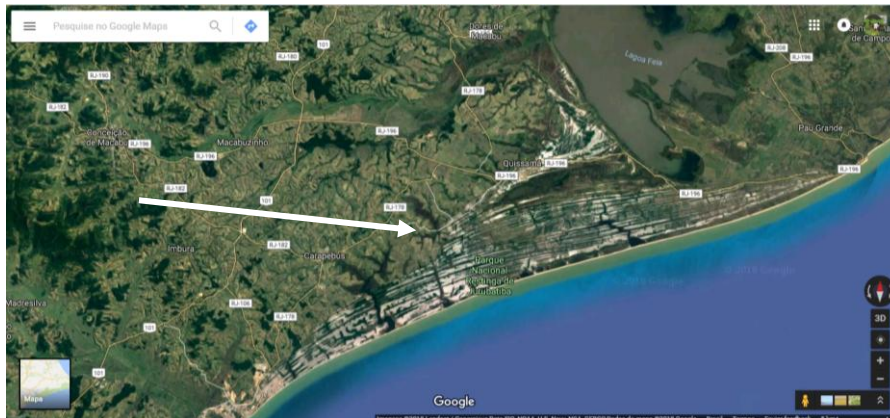
O uso e a ocupação humana de determinado espaço geográfico entrelaçam-se à formação geológica (LAMEGO, 1974). No contexto da região do Norte Fluminense, a composição geológica que determinou as características do meio físico natural influenciou também a organização social e cultural dos diversos grupos ao longo da história. Como fruto da ação e da criação humana, as especificidades desse espaço geográfico justificam sua proteção, por lei, por meio da criação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. Compreender como se deu esse processo é fundamental para analisar o fenômeno relacionado ao uso público, à visitação e ao turismo nessa região atualmente.

A zona costeira onde o PNRJ está inserido apresenta elevada fragilidade, resultante de uma dinâmica marítima e climática singular que modela constantemente as formas do relevo (FOLHARINI *et al.*, 2014). Na perspectiva da Ecologia, é considerado um ambiente relativamente recente se comparado a outros ecossistemas (ESTEVES, 2011).

Esse ambiente formou-se a partir de depósitos arenosos nas planícies costeiras e ocorreu em períodos geológicos diferentes, sendo o mais recente o período Quaternário, datado de 5.100 anos atrás (ESTEVES, 2011). Uma característica fundamental que identifica as diferentes eras geológicas são os cordões arenosos, formados a partir da variação do nível do mar. No caso da área abrangida pelo PNRJ, são identificados três

cordões arenosos distintos, o que sugere que a região passou por pelo menos três períodos de variação do nível do mar. Com a ação das correntes marinhas para dentro da zona costeira, houve o transporte de diferentes tipos de areia. Em outros períodos, as correntes marítimas recuaram, fazendo com que as areias transportadas fossem retidas nas barreiras geográficas. Entre os cordões arenosos (indicados na Imagem 1 com seta branca), formaram-se depressões que, ao longo do tempo, tornaram-se ecossistemas aquáticos e semiaquáticos, como brejos e lagoas, com diferentes níveis de salinidade e extensão e também acumularam material orgânico suficiente para a colonização de diversas espécies vindas de outros ecossistemas, como Cerrado, Mata Atlântica e Caatinga, por meio da sucessão ecológica. As lagoas de água salgada foram formadas pelo isolamento de baías marinhas por sedimentos arenosos; já as lagoas doces, geralmente com área mais extensa, foram formadas por represamento dos rios e suas fozes (ESTEVES, 2011).

Imagem 1 – Cordões arenosos do PNRJ



Fonte: Google, 2018 (adaptado pela autora).

Segundo Esteves (2011), a disponibilidade de sedimentos arenosos, as correntes próximas à costa, a flutuação do nível do mar e as “armadilhas naturais” que retiveram os sedimentos arenosos deram origem ao ambiente caracterizado como *restinga*.

A definição do termo *restinga* é objeto de controvérsias e divergências entre pesquisadores de diferentes áreas, que variavam desde definições generalistas, apenas geomorfológicas, ou de caráter estritamente da Ecologia (PEREIRA; SOUZA; VIEIRA, 2011).

Pela Ecologia, Esteves (2011, p. 19) define *restinga* como “mosaico de ecossistemas terrestres, com diferentes formações vegetais; ecossistemas semiaquáticos,

como brejos e aquáticos, como as lagoas, que ocorrem em planícies arenosas costeiras”. Para Pereira, Souza e Vieira (2011, p. 1), a definição encontrada na resolução CONAMA n.º. 303 (BRASIL, 2002) é multidisciplinar e, portanto, caracteriza um ambiente e não somente um substrato geomorfológico; segundo a resolução, restinga é definida como:

(...) Depósito arenoso paralelo a linha da costa, de forma geralmente alongada, produzido por processos de sedimentação, onde se encontram diferentes comunidades que recebem influência marinha, também consideradas comunidades edáficas por dependerem mais da natureza do substrato do que do clima. A cobertura vegetal nas restingas ocorre em mosaico, e encontra-se em praias, cordões arenosos, dunas e depressões, apresentando, de acordo com o estágio sucessional, estrato herbáceo, arbustivos e arbóreo, este último mais interiorizado.

Soffiati (2005) nos informa que, na região do Norte Fluminense, estão situados os dois maiores ecossistemas de restinga do Estado: ao sul, de Macaé a Quissamã, com formação geológica mais antiga, porém bem preservada; e ao norte, se estendendo do Cabo de São Tomé até a Praia de Manguinhos, com formação geológica recente. Segundo o autor, a restinga é o terceiro ecossistema que mais sofreu alterações devido às atividades humanas, sendo um ambiente explorado pelos povos dos sambaquis, pelos índios goitacás e, a partir do século XVII, pelos emigrantes europeus e seus descendentes.

Lamego (1974, p. 67) afirma que as características do meio físico-natural dessa restinga do Norte Fluminense determinou aos seus habitantes um isolamento forçado e impôs uma orientação econômica e social: “foi esse forçado isolamento pelos fatores naturais que lhe incutiu a pertinácia para a conquista da terra e o tornou essencialmente objetivo, apegado à lavoura e ao comércio”.

Soffiati nos conta que, no período da pré-colonização europeia, a faixa de restinga onde atualmente se encontra o Parque Nacional foi habitada, inicialmente, pelos índios da nação Goitacás. Os goitacás formavam um grupo cultural de origem macro-jê, circundado pelo grupo Tupi⁵⁴. Seu território abrangia desde Cabo Frio até o Rio Paraíba do Sul, descrito pelo naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1818,

⁵⁴ Existem diferentes formas de classificação e identificação dos grupos indígenas brasileiros (SANTOS, 2012). Uma delas é o agrupamento das tribos ou sociedades através das afinidades linguísticas que podem ser consideradas pertencentes ao mesmo tronco genealógico, tais como Tupi, Macro-Jê, Aruak, Karib, Tukano, Pomo, Guaykur (MACHADO, 2017).

como uma “imensa planície que se estende do mar às montanhas entre o Paraíba e o Rio Macaé ou mesmo o Rio São João” (2009, p. 43).

Com base em estudos realizados por Soffiati (1998) e Bueno (1999), Esteves (2011) apresenta as principais características dos habitantes do período pré-colonial. Os Goitacás eram considerados “exímios guerreiros” (ESTEVES, 2011, p.p. 24-25); viviam em guerra entre si, mas entre os inimigos de outras nações, como os Tamoios, nunca foram vencidos – e quando derrubavam o inimigo, comiam suas carnes, quase cruas, em ritual, a fim de adquirir suas qualidades morais.

Em relato sobre a habilidade na guerra, os Goitacás foram considerados pelo Frei Vicente de Salvador (1564 – 1639) como “homens mais anfíbios do que terrestres”, sendo as lagoas um ambiente de refúgio seguro contra os homens brancos (ESTEVES, 2011, p. 25).

Não praticavam agricultura, mas também não eram nômades; esta característica se deve à abundância de espécies para a subsistência, fazendo com que desenvolvessem habilidades para as atividades relacionadas à coleta de frutos, à pesca e à caça. Eram considerados bons corredores e excelentes nadadores, atributos condizentes com quem habita a planície costeira formada por lagoas, brejos e moitas, o que Esteves (2011) entende ser uma relação equilibrada com o ecossistema da região. Ao final do século XVIII, estima-se que a população dos Goitacás era de 12 mil índios (BUENO *apud* ESTEVES, 2011). Os índios moldaram seus hábitos de vida às características da restinga.

Mas, com a chegada dos primeiros colonizadores europeus e o estabelecimento de uma nova organização social de uso e ocupação do território, deu-se início ao processo de alteração das características naturais dos ecossistemas de restinga e a extinção dos Goitacás. No século XVIII, as ordens religiosas jesuíticas (Benedictinos, Capuchinhos e Carmelitas) ocuparam as planícies costeiras da então capitania de São Tomé, em terras concedidas pelo rei de Portugal, para iniciar o processo de colonização por meio da catequese dos índios a fim de ocupar suas terras para a prática da agricultura e da pecuária. Em seguida, os europeus ocuparam a região com o objetivo de estabelecer sesmarias, com o investimento na agricultura de abastecimento para a colônia. Os colonizadores utilizavam pólvora, veneno nos alimentos e roupa contaminada com vírus da varíola para combater os “exímios guerreiros” e a estes não restavam opções: ocupariam os sertões para fugir dos colonizadores até serem dizimados. Com base nisso, Esteves (2011, p. 26) afirma que, “com a chegada do

colonizador europeu, teve início não somente o processo de alteração das características naturais dos ecossistemas da Restinga de Jurubatiba, mas também a extinção de seus primeiros habitantes: os índios Goitacás”.

Recorremos novamente a Lamego (1974) para compreender os primórdios da colonização nessa região. Martim Afonso de Souza e Pero Góis da Silveira eram “guerreiros natos”, que chefiaram a frota de colonização ao receberem a doação da Capitania de São Tomé, onde fixam as primeiras instalações em 1538. Mas as tentativas de se fixar nas terras frustraram-se devido a três fatores principais: a falta de recursos para tocar os engenhos; as características geológicas daquela região que dificultavam a atracação de embarcações; e a resistência dos indígenas. Gil de Góis, filho do capitão-mor, herdou a capitania anos depois e também obteve insucesso ao tentar se relacionar com os índios goitacás, que reagiram às barbaridades acometidas pelos colonizadores com o seu povo. Ao abandonar as terras, estas retornaram à Coroa. A região permaneceu sem penetração colonial devido à fama guerreira dos índios e às condições geográficas. Somente com a presença e dominação dos índios pelos jesuítas, em 1619, retornou o interesse por nova ocupação da terra.

Em 1627, o então Governador Martim de Sá dividiu a capitania em sesmarias⁵⁵, requeridas e doadas aos “sete capitães”: Miguel Aires Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Correia de Sá, Manuel Correia e Duarte Correia. O relato do roteiro das viagens constitui um rico registro do processo de colonização, analisado com cuidado por Lamego (1974). Segundo este autor, o fim único da colonização foi o abastecimento de gado para o Rio de Janeiro, o que gerou o interesse de novos moradores para o arrendamento de terra para a pecuária e, posteriormente, surgiram os primeiros engenhos de açúcar – e, assim, as primeiras vilas (LAMEGO, 1974; FARIA, 2006).

Durante os séculos XVI e XVII, a principal área da lavoura açucareira era o recôncavo da Guanabara, apesar das terras já cansadas, e em segundo, Campos dos Goytacazes, que tinha função de culturas de subsistência com terras férteis. Mas já na primeira metade do século XVIII os produtores de Campos investiram na melhoria de técnicas de fabricação de açúcar e superaram o centro açucareiro do recôncavo em produção, adquirindo o status de principal zona canavieira fluminense (PENHA, 2012).

⁵⁵ Cabe aqui uma observação de Faria (2006), para quem as capitanias hereditárias foram divididas a partir do litoral, em paralelo, sendo seu interior a ser desbravado. Isso refletiu no processo de constituição de vilas e cidades, no período colonial, pois tornava difícil precisão das propriedades, provocando muitos conflitos de interesses e disputas políticas e econômicas.

Nesse período, a lavoura açucareira no Norte Fluminense atingiu um alto grau de prosperidade – proporcionada, em parte, pela queda da produção no Nordeste do país e pela expansão da ocupação humana pelo interior do Brasil devido à corrida pelo ouro nas Minas Gerais (PARANHOS, 2006).

As vilas e cidades eram isoladas e as trocas comerciais se davam, sobretudo, entre cidade e metrópole, mas pouco entre cidades. Na segunda metade do século XVIII, formou-se, nas palavras de Faria (2006, p. 76), uma “importante tríade na distribuição de produtos da região para o Rio de Janeiro”: Campos dos Goytacazes, que se despontou como centro comercial; São João da Barra, onde se localizava importante porto; e Macaé, anteriormente uma aldeia indígena, mas que se tornou um importante posto para cobrança de impostos da exportação de produtos. A cidade de Macaé, criada em 1814, tinha como distritos Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu.

Segundo Lamego (1974), a ocupação do território no Norte Fluminense foi influenciada pelas características geográficas compostas pelas restingas, que eram as únicas estradas possíveis, e muitas lagoas e brejos. Esteves (2011), numa análise sobre os possíveis impactos ocorridos nos ecossistemas naquele período, chama atenção para o fato de que diversas lagoas e brejos foram drenados ou aterrados com o objetivo de eliminar o foco de epidemias, como a febre palustre e, também, para expandir as propriedades para a prática da agricultura, anexando as terras férteis dos tabuleiros e planícies aluviais. A restinga, por ser considerada como “terra pobre” para a produção agrícola, era destinada para a pecuária, atividade menos lucrativa que logo não prosperou, o que foi um fator importante, segundo Esteves (2011), para a manutenção do que hoje se reconhece como Restinga de Jurubatiba.

Esse cenário dificultava a expansão das trocas comerciais de gêneros alimentícios, materiais da construção civil e naval, metais, tecidos e escravos. O transporte de mercadorias era feito por mar, em pequenas e médias embarcações, ou por meio terrestre, com o uso de mulas (PENHA, 2012). Lamego (1974) relata que, na década de 1820, a família Carneiro da Silva construiu uma estrada que ligava Campos dos Goytacazes a Niterói, a fim de estreitar as relações com a corte, com o aterramento de trechos alagáveis e a construção de pontes.

Após dez anos, no entanto, a ausência de manutenção da estrada tornou-a intransponível e novas reivindicações em torno de alternativas de comunicação foram feitas pela população. Assim, à medida que Campos dos Goytacazes ganhava destaque na produção e comercialização de produtos, os produtores e comerciantes pressionavam

o governo imperial por uma alternativa que superasse as dificuldades da navegação costeira, que não apresentava segurança e navegabilidade (FARIA, 2006).

A partir da década de 1840, as cidades, distritos e vilas que surgiram adquiriram importância comercial e também política. Por meio de representações junto à administração das províncias, os “barões do açúcar” buscavam defender interesses locais e regionais do centro-leste e norte na busca por melhorias e expansão nos transportes e tráfego de mercadorias, tendo em vista a expansão da agricultura cafeeira, canavieira e o comércio e exportação de produtos regionais (WEICHERT, 2005; PENHA, 2012; PARANHOS, 2006, p. 4).

Nesse contexto, surgia uma importante liderança local: José Carneiro da Silva⁵⁶, Barão e Visconde de Araruama, deputado da Assembleia Provincial fluminense, chefe político regional vinculado ao partido conservador. Iniciou sua trajetória com a criação de gado, fundando o primeiro engenho de açúcar em Quissamã em 1798 (PENHA, 2012).

José Carneiro da Silva era representante de uma aristocracia rural enriquecida pela produção de açúcar. Proprietário da fazenda Quissamã, principal da região na primeira metade do século XIX, símbolo da grandeza e do poderio patriarcal da dinastia dos Araruama, que mantinha, por exemplo, os mesmos hábitos de consumo ostentados pela Corte (MARCHIORI, 1987). Era defensor do trabalho escravo, com o argumento de que os africanos viviam em “estado de barbárie” devido às constantes guerras internas e que era vantajoso para os negros serem escravizados e transportados para as nações ditas “cultas e civilizadas”. Mas uma das mais importantes atuações foi no cenário político, no sentido de empreender esforços para a abertura de caminhos na região com a construção de estradas, pontes e esgotamento de pântanos, com permanente aproximação com a corte portuguesa. Um desses esforços resultou na construção do Canal Campos Macaé (PENHA, 2012).

A construção do Canal Campos-Macaé (ou Macaé-Campos) foi então protagonizada por José Carneiro da Silva, que angariou um vultoso crédito do governo

⁵⁶ Filho de Manuel Carneiro da Silva e proprietário da Fazenda Quissamã, freguesia de Macaé. Seu pai era contratador de diamantes da região de Minas Gerais e tinha atuação como capitão dos índios, agricultor e produtor de anil e algodão, comercializados no Rio de Janeiro. Foi proprietário da fazenda Mato de Pipa, uma das primeiras construções que deu origem ao núcleo urbano de Quissamã. Foi casado com Ana Francisca de Velasco Távora Barcellos Coutinho, que era “herdeira do Morgado de Capivari, e da ‘nobreza da terra’ fluminense dos senhores de engenho”. (PENHA, 2012, p. 47). É a mais antiga casa de senhor de engenho em bom estado de conservação na região do norte fluminense, construída entre 1777–1782, tendo sido tomada pelo IPHAN em 1985 (MAPA DE CULTURA, 2017).

imperial, sendo uma das obras mais onerosas aprovadas pela recém-formada assembleia provincial fluminense (PENHA, 2012).

Em documento intitulado “Memórias sobre canais e estradas e a utilidade que resulta a Civilização a Agricultura e ao Commercio a construção destas obras”, de 1836, José Carneiro da Silva disserta sobre a construção de canais, diques, aquedutos e galerias subterrâneas e demais sistemas de canalização presentes na Europa e América do Norte, e exalta “a chegada deste espírito de indústria ao Brasil”, citando a construção de diversos canais em Cabo Frio, Araruama e Campos dos Goytacazes. Aponta, nesse documento, para a necessidade de construção de um canal ligando Niterói e Campos, que poderia “facilitar o comércio visando o avanço do país no ‘caminho a indústria e da civilização’” (PENHA, p.p. 47-48, 2012).

Em 1837, a Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro expediu a autorização provincial para estudo da planta para a construção do canal (PENHA, 2012). O engenheiro português Henrique Luiz de Niemeyer Bellegarde, do Imperial Corpo de Engenheiros e chefe da 4ª seção de Obras Públicas da Província do Rio de Janeiro, integrou a comitiva de D. João VI para elaboração dos primeiros estudos com o fim de traçar a linha do canal (PENHA, 2012; FARIA, 2006).

O estudo realizado por Bellagarde reforçou a necessidade de encurtar distâncias entre sertões e cidade – ou produtores e consumidores – e sugeriu a criação de um sistema de canais para a navegação interior que, interligando com rios e lagoas existentes, “estimulariam a produção, aumentariam o número de fazendas, dinamizando assim o comércio e as trocas” (FARIA, 2006, p. 84). A autora analisa que Bellegarde possuía o interesse em criar uma rede urbana, ordenada e hierarquizada pela circulação, através dos diferentes meios de comunicação (como canais navegáveis e estradas – chamadas de caminhos públicos gerais), tendo a cidade de Campos como centro (ou “Cabeça de rede”), devido à sua posição geográfica favorável às trocas comerciais com as aglomerações vizinhas e com as províncias fronteiriças do Espírito Santo e Minas Gerais. Mas a morte do Eng. Bellagarde, em 1839, devido à febre palustre (muito comum naquela região naquela época em função aos diversos brejos e lagoas), adiou ainda mais o trabalho final de execução da planta do canal (PENHA, 2012).

Segundo relatório do senador Aureliano de Souza e Oliveira, apresentado na Assembleia Legislativa Provincial em março de 1846, o Canal Campos Macaé teria “41.779 braças – 8.039 em águas limpas navegáveis e 33.740 de percurso escavado” (ou 76,4054352 quilômetros). Apenas o Canal de Suez era maior do que a proposta em

curso no Brasil à época⁵⁷. A conclusão do canal brasileiro tinha previsão de ocorrer entre os anos de 1848 e 1849, mas a navegação foi estabelecida apenas no início da década de 1860 e as obras do canal foram oficialmente terminadas em 1872 (PENHA, 2012, p. 5).

Weichert (2005) analisa que a realização da obra se apresentou difícil sob vários aspectos: técnicos, como dificuldade com a importação de maquinário, funcionários capacitados, operação e manutenção do canal; climáticos, como excesso de chuvas e secas; e também políticos e econômicos. Dentre as dificuldades técnicas, o autor avalia que a maior dificuldade foi a retirada de água para permitir a escavação, que deve ter sido manual, ou seja, com pás e enxadas, e remoção em lombo humano ou de animal, ou arraste em couro. Penha (2012) complementa afirmando que algumas lagoas, que deveriam conservar parte das águas, ficaram secas devido às escavações e, portanto, ficaram impedidas de navegação. A Imagem 2 retrata parte do trabalhoso processo de escavação:

Imagem 2 – Canal Campos-Macaé em construção



Fonte: Câmara de Vereadores de Campos dos Goytacazes, 2017.

Em estudos realizados por Weichert (2008), não foram identificados registros sobre uso de equipamentos a vapor para a escavação do canal: “certo é que a ‘força motriz de toda obra foi o negro escravo. Foi graças a esses homens, sem nome, sem memória, sem direitos, sem glória, que se realizou a obra’”. Mas Penha (2012) defende

⁵⁷ O Canal Suez possui 160 quilômetros de extensão, tendo sido construído entre 1859 e 1869 com uso de empregados, máquinas a vapor e tecnologia engenheiral para a realização do trabalho em solo seco, o que teria facilitado bastante se comparado ao caso do Campos-Macaé (WEICHERT, 2008).

outra tese. Segundo ela, o uso de trabalho escravo na obra de construção do canal não é certeza, uma vez que não foram encontradas informações em fontes primárias. Não era comum o registro, em relatórios e atas, sobre o uso de mão de obra escrava em obras públicas.

O cenário, à época, era favorável ao uso do trabalho escravo, uma vez que havia escassez de mão de obra na província e a contratação de operários nessa região era difícil. Além disso, em obras que estavam distantes do controle provincial e a cargo dos arrematantes era provável o uso de mão de obra, preferencialmente, escrava. Mas os relatórios das obras analisados por Penha (2012) indicam que haveria 600 pessoas trabalhando nas escavações, sendo 300 operários do canal, o que aponta para a possibilidade de que tenha sido utilizada mão de obra tanto de colonos quanto de escravos. Segundo Penha (2012, p. 109, grifo nosso):

[...] Em virtude da política de imigração levada a cabo pela administração provincial na década de 1840 e considerando-se ainda o envolvimento de Aureliano nas questões do canal, a mão de obra tenha sido constituída também de colonos estrangeiros, além de africanos livres, ingênuos, libertos e homens livres, **contrariando a ideia corrente entre memorialistas e historiadores locais de que as escavações do canal tenham sido realizadas apenas pelo braço escravo.**

O uso de mão de obra escrava poderia, também, diminuir os custos da construção do canal, que eram superiores às demais obras em andamento na província e, até mesmo, à renda total da província (PENHA, 2012).

A princípio, a obra foi fracionada entre 40 fazendeiros e comerciantes locais que assumiram os trabalhos de escavação do canal. Os contratos foram assinados entre os investidores e a província, com definições sobre o trecho e especificações técnicas sobre rebaixamento, extensão, largura, bem como o prazo para a conclusão do trabalho e ressarcimento das despesas realizadas.

Em 1847, D. Pedro II buscou examinar pessoalmente o andamento das obras. Penha (2012, p. 110, grifo da autora) relata o roteiro percorrido pelo Imperador:

A Comitiva chegou a Macaé dia 21 de março e desembarcou no trapiche de Jacomo Ratton, comerciante Frances residente na cidade. No outro dia, D. Pedro II seguiu em viagem pelo canal até o porto do **Barreto** em uma prancha, parando para almoçar na fazenda do Tenente Coronel Joaquim de Sousa Meirelles, na localidade de **Jurubatiba** e prosseguindo até Quissamã onde pernitoiu na residência do barão de Araruama. Ao amanhecer, a comitiva seguiu pelo canal, passando por **Macabu** e desembarcando no local

denominado **Travage** de onde prosseguiu viagem por terra, fazendo outro pernoite na fazenda do **Queimado**, pertencente ao Sr. Manoel Antonio Ribeiro de Castro. Na manhã do dia 25 de março chegaram à vila de São Salvador dos Campos dos Goytacazes. Ainda de acordo com o relato, o imperador percorreu mais da metade do trecho navegando pelo canal antes de prosseguir de carruagem por 4 léguas e meia. De volta ao canal, a comitiva desembarcou nas terras do Visconde de Araruama, em Quissamã, antes de recomeçar a viagem chegando, finalmente, a Campos.

Nos relatos sobre a visita de D. Pedro II à região, consta também que ele teria sido padrinho de casamento do filho do Conde de Araruama, o Sr. Bento Carneiro da Silva, com a D. Rachel, filha do Barão de Muriaé (PENHA, 2012), o que denota o prestígio político que a família Carneiro da Silva teria junto à Corte.

Apesar da visita do Imperador à região, em muitos trechos as obras do canal estavam abandonadas ou paralisadas. Em outras seções, onde já poderia ocorrer a operação, a navegação estava interrompida devido ao mal estado de manutenção do canal. Segundo as fontes pesquisadas por Penha (2012, p. 155), os moradores colaboravam para desaparecer a regularidade e taludes necessários à sustentação da terra, o que dificultava o livre trânsito do canal. Os moradores se apropriaram do canal e passaram a utilizá-lo para pastarem e atravessarem o gado ou utilizarem como bebedouro destes animais. Construíram eles mesmos pontes, amarravam canoas e também praticavam a pesca, com uso de redes e juquiás, o que colaborava para o movimento de terra no fundo do canal. Para a autora, este é, na verdade, “um primoroso relato dos costumes agrários que regiam o trabalho, a sobrevivência e o lazer dos habitantes da região por onde se estendeu o canal”. Algumas medidas, como multa e prisão, foram expedidas em regulamentos a fim de preservar o canal e tentar controlar o uso habituais dos moradores.

A situação de abandono do canal se agravou entre 1849 e 1850, quando os recursos que incluíam despesas das obras e indenizações a arrematantes se exauriram e muitos investidores foram, aos poucos, desistindo do empreendimento (WEICHERT, 2008). Outras justificativas foram a necessidade de escavações mais profundas e a dificuldade de abertura, o que, em alguns contratos, significou o aumento do valor da obra e da indenização a ser paga. Mas José Carneiro da Silva arrematou os trechos do canal com as obras atrasadas ou paralisadas e tomou para si a continuação das mesmas, ficando a obra seu “patrimônio quase exclusivo”. Isso foi motivo de manifestação contrária ao canal por parte de alguns líderes políticos contrários ao “entrelaçamento

entre empresas particulares e os interesses públicos” (...) [que] apresentavam limites bem tênues” (PENHA, 2012, p. 119).

Assim, até a década de 1850, a promessa de “progresso” proporcionada pela navegação pelo canal Campos Macaé não foi cumprida, apesar dos esforços políticos e econômicos do Visconde de Araruama. Com a morte de José Carneiro da Silva em 1864, alguns políticos passaram a questionar o fato de a obra sido executada sem que houvesse estudo prévio detalhado. A crítica ao canal foi reforçada pelo momento político, em que o grupo político conservador ligado ao Visconde perdia força para a onda liberal. Mesmo diante desse cenário, o canal foi inaugurado em 2 de dezembro de 1861, aniversário do Imperador, com a conclusão do último trecho. Porém, apenas alguns trechos eram navegáveis, pois ainda era preciso que as águas do Rio Paraíba fossem introduzidas ao canal. Nessa época, as estradas de ferro D. Pedro II e Cantagalo eram os principais meios de transporte de acesso à região (PENHA, 2012).

Em 1866, a navegação ainda não era contínua no percurso completo do canal, atendendo somente ao escoamento da produção no interior das localidades da região. Nesse período, as estradas de ferro D. Pedro II e de Cantagalo permaneciam como as principais estradas da província (PENHA, 2012).

Após os investimentos e desgastes para a manutenção e operação do canal, a administração da província decidiu realizar a concessão para a exploração de navegação a vapor, em que os entes privados estariam autorizados a cobrar uma taxa de trânsito. Nesse período, o canal sofria com os mesmos problemas: obstrução dos cursos d’água, pouca capacidade de reboque por vapores em período de seca, conflitos envolvendo pescadores na Lagoa de Carapebus em relação à abertura da barra e as constantes enchentes (PENHA, 2012).

Nos trechos navegáveis, Weichert (2008) nos conta que as embarcações tinham dimensões variadas. Para o transporte de passageiros, utilizavam-se pranchas, embarcações mais compridas do que a largura nominal do canal e que, portanto, eram construídas com duas proas para não ser necessária a manobra. Nos trechos escavados e onde havia bom estado de conservação dos caminhos, o sistema de propulsão era a sirga, em que “traciona-se por cordas a embarcação da margem por humanos ou animais. Nos lagos não era possível. Outros recursos eram o remo e as varas” (WEICHERT, 2008, p. 280).

A expectativa era que, com o término das obras, a navegação e o transporte aumentassem, o que ocorreu em 1872, quando se deu início ao tráfego regular a vapor,

com integração com a navegação marítima em Macaé com destino ao Rio de Janeiro (WEICHERT, 2008). Mas para Penha (2012, p. 187) não se pode interpretar que a *conclusão das obras do canal* (grifo da autora) foi o equivalente a “entrega da obra aos seus usuários em condições adequadas”, pois, segundo ela, eram diversos os problemas com a drenagem e a administração provincial havia cessado as despesas com a obra.

A derrocada do uso do canal teve início após três anos de dada por finalizada a sua construção. Há diferentes interpretações sobre os motivos que levaram ao esquecimento do Canal Campos-Macaé como via para o transporte fluvial de cargas e passageiros.

Segundo Lamego (1974), a principal causa para o desuso do Canal foi, além do assoreamento e da obstrução por vegetação devido à ausência de manutenção, a inauguração da estrada de ferro Leopoldina, herdeira da Macaé-Campos, com percurso que chegaria até Niterói, com mais comodidade e rapidez.

Essa interpretação é reforçada por estudo mais recente, realizado pelo já citado Karlheinz Weichert (2008). Segundo este autor, a rescisão do contrato com a empresa exploradora do serviço em 1874 – e, portanto, o retorno do canal para o domínio da administração provincial⁵⁸ – e a chegada da ferrovia Macaé-Campos tornaram a concorrência como via de transporte desleal, fazendo o canal cair em “desuso” e até no “esquecimento”. Comparando o tempo de viagem entre os meios de transporte, pelo canal o trajeto teria uma duração de 10 a 13 horas, enquanto que, por via férrea, levaria cerca de 4 horas. Além disso, os ramais foram construídos junto aos armazéns de açúcar dos engenhos e alguns tinham suas próprias vias férreas integradas à Ferrovia Macaé-Campos.

Segundo a análise de Penha (2012, p. 187), “uma das conclusões que chegamos no presente trabalho: a de que as dificuldades da manutenção do canal, combinada às vantagens oferecidas pelo uso da linha férrea concorreram, *juntas*, para o seu abandono”. A autora afirma que as ferrovias provocaram uma crise em diversos portos e cidades fluminenses ao final do século XIX. Somado a isso, ocorreu a crise do café, com declínio da produção, do transporte e também das exportações. Na análise de Penha (2012), “a derrocada do Canal Campos-Macaé não se deu exclusivamente pela mera competição entre transporte fluvial e via férrea”, pois o Canal já apresentava

⁵⁸ Com a falência da companhia União Industrial, última concessionária, a última solução dada ao canal foi a encampação, ou seja, “saía ele das mãos de cessionários dos serviços de manutenção ficando, exclusivamente, a cargo da administração provincial. Pouco fez a província em prol da navegação sob seu controle”. Em 1885, o Almanak refere-se ao canal como “abandonado” (PENHA, 2012, p. 236).

diversos problemas na sua manutenção e operação desde o início da navegação na década de 1850, obstáculos estes nunca superados pela administração provincial; o canal, portanto, nunca teria atendido aos objetivos que levaram a sua construção.

Penha (2012, p. 194) explica ainda que a construção da ferrovia pelo governo teve por objetivo o favorecimento da oligarquia agroexportadora de café e de açúcar, pois “a província remunerava as companhias de estradas de ferro mesmo que seu funcionamento fosse deficitário”. Assim, explica-se também o fato de o antigo grupo de Quissamã apostar no canal desde a década de 1830 e, em meados de 1870, após a morte de Jose Carneiro da Silva, decidira pela aplicação dos capitais familiares na Companhia de Engenho Central de Quissamã, inaugurada em 1877, com garantias de juros do governo imperial. O perfil do investimento foi basicamente em terras, animais e escravos e ações no Engenho Central de Quissamã.

Diante dos argumentos expostos pelos autores, denota-se que tanto a construção do Canal Campos Macaé quanto a chegada da Ferrovia Macaé-Campos, na região do Norte Fluminense, foram resultados de um esforço político da aristocracia rural escravista para atender aos próprios interesses econômicos, beneficiando suas terras e o escoamento de suas produções. Esse “modelo de desenvolvimento” não atendeu, portanto, à promessa de “progresso” para toda uma população, entre trabalhadores e pequenos agricultores.

No final do século XIX, os representantes da aristocracia rural do Norte Fluminense continuavam a exercer suas influências políticas em busca de benefícios para seus empreendimentos. Instalado nas proximidades do Canal Campos Macaé, o Engenho Central de Quissamã é considerado por Paranhos (2006, p. 6) como um dos “marcos decisivos na história da agricultura brasileira” devido, sobretudo, à inovação no processo de produção, tendo sido, segundo Ruas (1996), o primeiro da América Latina com características de cooperativa.

O contexto histórico em que o Engenho Central foi constituído é paradoxal, pois, apesar das inovações no emprego de modernas tecnologias no processo de produção industrial, seus proprietários, representantes da aristocracia rural de Quissamã, defendiam publicamente o trabalho escravo, tendo sido largamente aplicado na produção agrícola⁵⁹ (MELO, 2006).

⁵⁹ Segundo Marchiori (1987), quando da instalação do Engenho Central de Quissamã, foi feito um acordo entre os representantes da elite canavieira e o governo imperial, de modo que a mão de obra escrava não poderia ser utilizada e, em troca, ficava assegurada a política de juros baixos para a Companhia.

A criação de engenhos centrais⁶⁰ ocorreu também em Campos dos Goytacazes e São João da Barra, como demonstra Paranhos (2006). Para além da introdução de novos equipamentos e de técnicas modernas no processo de produção do açúcar⁶¹, como a máquina a vapor, a criação de engenhos centrais envolveu a concentração de capitais público e privados em um único investimento e a substituição dos primitivos engenhos de pequenos produtores, tornando-os em fornecedores de cana de açúcar.

Os engenhos centrais funcionavam, assim, como um centro de produção e de consumo, o que provocava o estabelecimento de infraestrutura e criação de serviços para apoiar a cadeia produtiva, de modo que toda a vida social, econômica e política dos funcionava em torno deles.

O período entre 1850 e 1920 é conhecido como o “ciclo áureo do Norte Fluminense”, devido à percepção de uma economia dinâmica, diversificada e articulada, que contribuiu para o crescimento da importância da província do Rio de Janeiro (CRUZ, 2006). São construídas, nesse período, luxuosas sedes de fazendas cujas arquiteturas traduziam a pujança econômica vivenciada pela aristocracia rural (RUA, 1996).

Mas, devido à interdependência e forte correlação entre as economias, as crises pelas quais passaram o então Estado do Rio de Janeiro afetaram a região do Norte Fluminense, sobretudo aquela relacionada à da lavoura do café da década de 1930. Com a perda progressiva da importância do setor açucareiro regional no contexto nacional, cria-se a referência de uma ideia do Norte Fluminense como “região-problema” (CRUZ, 2006, p. 38).

Após uma longa estagnação econômica, a elite açucareira econômica envidou esforços com o intuito de resgatar o “orgulho regional”⁶², apoiada na ideia de progresso, modernidade e sociedade urbano-industrial, tendo como estratégias a captação de

⁶⁰ Os engenhos centrais diferenciavam das usinas. Enquanto os primeiros “consistiam em modernas fábricas de moagem de cana, de propriedade particular, mas de caráter semioficial, mesmo porque eram obrigados a moer cana de terceiros”; a usina, “ainda que apresentasse características semelhantes com relação à estrutura de funcionamento, era totalmente particular, possuindo lavouras próprias e moendo cana de terceiros se assim lhe aprouvesse” (PARANHOS, 2006, p. 6).

⁶¹ A inovação das técnicas seria a separação das atividades industriais das agrícolas com o objetivo de racionalizar o processo de produção. Porém, o que ocorreu de fato foi que os proprietários do Engenho Central mantiveram seus plantios e enviam a cana para o processamento. Com isso, um pequeno grupo da elite local mantinha o controle de todo o processo de produção de açúcar (MARCHIORI, 1987).

⁶² O reconhecimento do regionalismo apoiou-se na posição de autoridade das elites, legitimada pela sociedade. A denominação “Norte Fluminense” era amplamente reconhecida na imprensa, nas relações sociais, autoridades e interlocutores de problemas, embora não fosse usada oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Da década de 1970 até os dias atuais, a região teve diferentes configurações territoriais e diferentes classificações político-administrativas (CRUZ, 2006).

recursos federais, como o PROÁLCOOL, e a aliança com setores da imprensa, técnicos políticos locais. Com isso, as elites açucareiras mantiveram o controle sobre as estruturas socioeconômicas e sobre o processo de desenvolvimento, baseados no conservadorismo, na tutela, no patrimonialismo e no corporativismo (CRUZ, 2006).

O PROÁLCOOL deu “novo fôlego” econômico à região do Norte Fluminense a partir de incentivos fiscais e financeiros para a modernização do complexo cana-açúcar-álcool, com a mecanização de parte do processo produtivo como melhoria de espécie e destilação de álcool (RUA, 1996). Mas também trouxe consequências sociais para o desenvolvimento local, como destacam Souza e Ponciano (2006). Segundo estes autores, o PROÁLCOOL colaborou para a expansão da monocultura de cana de açúcar, substituindo as lavouras de subsistências e culturas tradicionais, como a mandioca. Devido à mecanização das lavouras de cana e sua característica sazonal, ocorreu uma redução proporcional da população ocupada na agricultura e aumento da precarização do trabalho, sem que houvesse absorção desses trabalhadores rurais nas oportunidades de emprego que surgiam na zona urbana.

Mas, mesmo com os recursos investidos, o Norte Fluminense vivenciou nova crise na virada da década. A região perdeu terreno no mercado sucroalcooleiro de São Paulo, que se demonstrou mais dinâmico, moderno e mais preparado para a concorrência regional e nacional. Esse processo, associado à sensibilidade do mercado externo e variações climáticas, levou à nova estagnação econômica. O mercado de trabalho tornou-se restrito, o que aprofundou a sua precarização, gerando pobreza e exclusão social. O fim da ditadura militar significou o término da fonte de diversos recursos que financiaram o desenvolvimento da região e o prestígio social das elites açucareiras, reconhecidas, até então, como lideranças representantes dos interesses regionais (CRUZ, 2006). Cabe destacar, também, que o ciclo do açúcar no Norte Fluminense deixou um “rastro de destruição” sobre os ecossistemas locais, com pequenos e grandes impactos ecológicos percebidos até os dias atuais pela população, tais como inundações frequentes, perda de fertilidade do solo e extinção de espécies (ESTEVEZ, 2011, p. 38).

A partir dos anos 1980, novas mudanças ocorreram com o início da exploração de petróleo na Bacia de Campos e, conseqüentemente, do pagamento de *royalties*⁶³ e

⁶³ “Os *royalties* pagos aos estados e municípios servem, ou deveriam servir, para compensar estes entes dos danos (ambientais e danos relativos ao adensamento urbano) efetivos e potenciais causados pela

participações especiais⁶⁴, ao final desta década, para os municípios produtores e confrontantes, trazendo, segundo Rua (1996), uma perspectiva de crescimento econômico sem a dependência exclusiva dos engenhos centrais. A escolha pelo município de Macaé⁶⁵ como sede das instalações para atendimento da indústria do petróleo fez com que acirrassem as diferenciações e polarizações internas da região, uma vez que as elites açucareiras de Campos e demais municípios perdem importância econômica e prestígio político (CRUZ, 2006).

Esse novo cenário que se abriu coincidiu com a proclamação da Constituição da República de 1988, em que os municípios ganharam centralidade administrativa para a aplicação de recursos e execução de políticas públicas e, assim, poderiam gerir os recursos provenientes dos *royalties* e das participações especiais. Mas a década de 1990 foi marcada, contraditoriamente, pelo aumento da arrecadação financeira dos municípios produtores e confrontantes por *royalties* e pela acentuação das desigualdades sócio-espaciais, pobreza, exclusão e problemas sociais associados (CRUZ, 2006).

Com relação à arrecadação financeira dos municípios, destacamos a análise de Serra e Terra (2006), que afirmam que as regras de rateio dos *royalties* e participações especiais geraram receitas públicas elevadas para um determinado grupo de municípios. Alguns municípios, como Quissamã e Carapebus, beneficiários dos *royalties* e participações especiais, não abrigam em seus territórios atividades econômicas relacionadas ao setor do petróleo. Esses são municípios de base agrícola-industrial, tendo como principais atividades a lavoura, a pecuária, a fabricação e o refino de açúcar.

Os maiores empregadores nesses são as respectivas as administrações públicas municipais. Em Carapebus, esse percentual chega a 91,94% da população empregada na Prefeitura Municipal; em Quissamã, 55,20% dos empregados. São índices altos se comparados a outros municípios também petroleiros, como Cabo Frio, que possui

presença da atividade de exploração e produção de Petróleo e Gás sobre os territórios” (SERRA; TERRA, p. 290).

⁶⁴ Serra e Terra (2006, p. 276) explicam que participação especial “é uma renda petrolífera que, diferentemente dos *royalties*, incide sobre o lucro da atividade de exploração e produção dos campos de elevada produção e rentabilidade. Embora menos conhecidas, as participações especiais já geram receitas mais volumosas do que as dos *royalties*”.

⁶⁵ Serra e Terra (2006, p. 275) discutem sobre a instalação, em meados dos anos 1970, da unidade de exploração e produção de petróleo e gás (E-P) da Petrobrás no NF, afirmando haver “forte controvérsia” que envolve argumentos técnicos, vinculados à lógica de produção industrial (existência de portos, localização em mar aberto – Campos – ou enseada – Macaé – e proximidade da sede); e políticos, na qual os usineiros de Campos teriam rejeitado a Petrobrás com receio de perderem controle sobre a mão de obra, considerada como “exército de reserva” sujeita à sub-remuneração e sazonalidade de produção.

15,52%, e Campos dos Goytacazes, com 12,09%, considerados estes os menores índices dos municípios analisados. O que os autores querem demonstrar com esses dados é que Quissamã e Carapebus, focos do presente estudo, foram incluídos como “produtores” por um determinismo físico (proximidade dos campos petrolíferos) e não em função dos efeitos impactos da exploração e produção de petróleo sobre os seus territórios. Isso não significa que não sofram externalidades negativas, mas estas ocorrem invariavelmente em menor grau nestes municípios⁶⁶.

De fato, ainda que temporárias, devido à característica finita desse recurso, as receitas petrolíferas deram ao grupo de municípios produtores e confrontantes ampla capacidade de investimentos e execução de políticas públicas. Porém, isso não foi o suficiente para sanar as desigualdades sócio-espaciais – ao contrário, elas têm se aprofundado, conforme explica Cruz (2006).

Segundo este autor, o “desenvolvimento” que os *royalties* trouxeram limitou-se ao crescimento urbano, associado ao aumento da máquina pública municipal, sendo as prefeituras um dos maiores empregadores formais. Ocorreu também aumento de investimentos em projetos de urbanização, como asfaltamento de ruas, implantação de sistemas de energia elétrica e saneamento básico. Porém, esses investimentos não são realizados seguindo um planejamento e diretrizes de ordenamento do uso do espaço e não há controle social sobre o uso dos recursos. Como consequência desse processo, “a expansão da infraestrutura urbana segue de forma caótica, inadequada, insuficiente e segregadora” (CRUZ, 2006, p. 63).

A atividade petrolífera manteve-se restrita ao território de Macaé e do seu entorno imediato, e não absorveu a força de trabalho local, formada por cerca de 25 mil ex-trabalhadores da monocultura de cana com baixos níveis de escolaridade. Estes se encontravam despreparados para a indústria petrolífera e para a concorrência dos imigrantes, os quais, atraídos pelo “novo eldorado” da extração de petróleo do Norte Fluminense, vivem até os dias atuais em situação de miséria em favelas e loteamentos clandestinos (CRUZ, 2006), como é o caso do Bairro Lagomar em Macaé⁶⁷. Alguns programas do governo do Estado foram instituídos com o objetivo de estimular a

⁶⁶ São nítidas as transformações em Rio das Ostras e Conceição de Macabu, transformadas em cidades-dormitórios e polarizados por Macaé, devido à grande demanda por moradia nesta (SERRA; TERRA, 2006).

⁶⁷ O bairro Lagomar é o mais populoso de Macaé, com cerca de 40 mil habitantes. Dentre os principais fatos noticiados no jornal local “O Debate On”, estão: ausência de saneamento básico, coleta de lixo, abastecimento de água e urbanização de ruas; ausência de áreas de lazer e escolas; e são frequentes as notícias sobre a criminalidade (FONTES, 2017; FONTES, 2016; FERNANDES, 2016; FONTES, 2017).

geração de emprego por meio da agricultura, como o Rio Cana, que visou à revitalização da cultura canavieira a partir da reativação de uma antiga usina transformada em cooperativa, e o Frutificar, com estímulo à produção de frutas⁶⁸; mas ambos programas geraram volumes insignificantes de empregos, de acordo com Cruz (2006).

Segundo Esteves (2011), os incentivos governamentais para a fruticultura possibilitaram a expansão da área plantada para o ambiente de restinga, o que colocou em risco a integridade ecológica de diversas espécies. Porém, o cultivo nos areais não prosperou devido ao alto custo de investimento na produção, que tornou inviável economicamente o negócio. Com relação aos impactos sobre o meio físico-natural, Esteves (2011) afirma que o inchaço populacional ocorrido tem acarretado a ocupação das áreas de restingas, manguezais, florestas e brejos por loteamentos, estradas e áreas industriais e, também, o lançamento de efluentes domésticos e industriais nos corpos d'água, inclusive nas proximidades de áreas protegidas por lei e no patrimônio, como o Canal Campos-Macaé.

Mas a perspectiva de crescimento econômico do Estado do Rio de Janeiro – e, em especial, da região do Norte Fluminense – tem se demonstrado, a partir dos anos 2000, bastante dependente da indústria do petróleo com forte concentração econômica nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé (SILVA NETO, 2006). É nesse contexto socioeconômico, resultante da organização social e cultural dos diversos grupos ao longo da história no Norte Fluminense, que o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba é instituído, em 1998, sendo fonte de muitos conflitos sociais e resistente a diversos problemas ambientais e importantes desafios a serem superados para o seu estabelecimento ao longo da década de 2000.

⁶⁸ Segundo Almeida (2009, p. 13), o Programa Frutificar teve por objetivo a produção, processamento e comercialização de frutas tropicais e sucos para os mercados interno e externo, a fim de aumentar a oferta de trabalho e renda na área rural do Norte Fluminense. No caso específico de Quissamã, as primeiras lavouras foram de maracujá e abacaxi, mas foi a plantação de coco que alcançou maior produtividade, devido à “estrutura física de Quissamã, formada por vastos ambientes de restinga”. Porém, devido aos requisitos solicitados aos candidatos para serem beneficiados com a execução da política pública de incentivo à fruticultura, o programa beneficiou, sobretudo, grandes e médios produtores e aqueles organizados em cooperativa, o que fez com que mantivesse o *status quo* das desigualdades sociais presentes nessa região desde o período colonial.

e Quissamã, que compõem o território protegido pelo PNRJ, somam 240.329 mil habitantes (IBGE, 2016), representando cerca de 30% do total, sendo estes os municípios que registraram um crescimento da população acima da média da região (FIRJAN, 2016), conforme mostra a Tabela 2:

Tabela 2 – Número de habitantes e área territorial dos municípios do entorno do PNRJ

Município	Macaé	Carapebus	Quissamã	Total
População (2010)	206.728 hab.	13.359 hab.	20.242 hab.	240.329 hab.
Área da unidade territorial (2015)	1.216,846 km ²	308,130 km ²	712,867 km ²	2237,843 km ²
Densidade demográfica (2010)	169,89 hab/km ²	43,36 hab/km ²	28,40 hab/km ²	241,65 hab/km ²

Fonte: IBGE, 2016.

Macaé possui o maior número de habitantes (206.728 hab.) e a maior extensão territorial (1.216,846 km²), sendo o município mais povoado (169,89 hab./km²). Este dado não significa, necessariamente, uma maior pressão antrópica para a proteção do PNRJ, pois o território municipal abrangido pela UC corresponde apenas a 1%.

O município de Carapebus, que tem 34% de seu território protegido pelo PNRJ, possui o menor número de habitantes (13.359 hab.) e menor área da unidade territorial (308,130 km²) quando comparado aos demais, mas possui densidade demográfica maior (43,36 hab/km²) quando comparada a de Quissamã.

O município de Quissamã possui densidade demográfica equivalente a 28,40 hab/km², sendo aquele que possui maior área protegida pelo PNRJ, correspondendo a 65% do seu território. Tem mais habitantes (20.242 hab.) e maior extensão territorial (712,867 km²) quando comparado a Carapebus.

Com relação à riqueza produzida pela região Norte Fluminense, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), destaca-se que, em 2013, esta representou 14,8% do total do Estado, o que equivaleu a R\$ 92,9 bilhões. Os municípios mais populosos (Campos dos Goytacazes e Macaé) respondem por 83% do PIB no Norte Fluminense, com R\$ 58.249 e R\$ 19.181, respectivamente. Os dados relativos aos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã estão disponibilizados na tabela da próxima página.

Quando comparados os três municípios em análise, há uma diferença significativa no PIB: Quissamã é o município com maior PIB (R\$ 106.455,30), seguido por Macaé (R\$ 88.863,40) e Carapebus (R\$ 35.821,41). Porém, em uma comparação *per capita*, Macaé está em 13º lugar, seguido por Quissamã (65º lugar) e Carapebus (77º

lugar de 92) no *ranking* em relação ao PIB dos demais municípios do Estado (IBGE, 2017).

Tabela 3 – Desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano dos municípios do entorno do PNRJ

Município		Macaé	Carapebus	Quissamã	Fonte
PIB per capita (2015)		R\$ 88.863,40	R\$ 35.821,41	R\$ 106.455,30	IBGE, 2017.
Ranking PIB Estadual (2015)		13º lugar.	77º lugar.	65º lugar.	
Participação dos setores na economia (2013)	Comércio e serviços	34,6%	27,3%	25,9%	SEBRAE, 2016.
	Indústria	37,5%	54,7%	66,4%	FIRJAN, 2016.
	Agropecuária	0,2%	1%	1%	
	Adm. pública	11,6%	14,4%	4,9%	
	Impostos	16%	2,6%	1,7%	
IDHM	1991	0,534	0,412	0,406	IBGE, 2013.
	2000	0,665	0,579	0,561	
	2010	0,764	0,713	0,704	
Coefficiente Gini (2010)		0,56	0,42	0,53	IBGE, 2013.

Fonte: IBGE, 2016

Os setores com maior participação na economia dos três municípios é a indústria. Em Macaé, os setores de comércio e serviços e indústria possuem, respectivamente, índices relativos a 34,6% e 37,5%, sendo que este último é menor quando comparado aos demais municípios – que são, em Carapebus, referentes a 54,7% e, em Quissamã, a 66,4%. Cabe ressaltar a relevância que a indústria do petróleo e gás possui para a região e os municípios estudados que, juntamente com Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras e São João da Barra, constituem a Zona de Produção Principal da Bacia de Campos (SEBRAE, 2015). A indústria do petróleo tem o potencial para engendrar na economia local outros setores, como o de serviços, o que justifica, possivelmente, o percentual semelhante entre os setores no caso de Macaé.

Com relação ao setor agropecuário, este possui baixa participação nos três municípios analisados (Macaé com 0,2%; Carapebus e Quissamã com 1%). Considerando que este setor foi, até o terceiro quartel do século XX, muito significativo para a economia da região, percebe-se que foi substituído pela indústria e serviços, acompanhando a tendência de muitos municípios brasileiros. Mas chama atenção que, nos três municípios em análise, os setores da administração pública e os impostos possuem maior participação na economia que o setor da agropecuária (FIRJAN, 2016).

O cenário da economia reflete no Índice de Desenvolvimento Humano, cujo indicador possui curva ascendente entre 1990 e a última década nos três municípios analisados. Comparando os três municípios, Macaé possui o maior IDH (0,764), seguido por Carapebus (0,713) e Quissamã (0,704), com taxas semelhantes de crescimento ao longo dos anos. Os índices atingidos na última década situam os três municípios na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799) (ATLAS, 2017). Porém, se considerarmos o Coeficiente Gini⁷⁰, que mede o grau de concentração de renda, verifica-se que, apesar do município de Macaé possuir o maior IDH, possui também o maior índice de desigualdade social (0,56). Carapebus é o município em que a desigualdade de renda entre os mais ricos e os mais pobres é menor (0,42) quando comparada ao índice dos municípios de Quissamã (0,53) e de Macaé (ATLAS, 2017).

A interpretação dos indicadores sociais pode ser associada à análise dos dados relativos ao ambiente e ao desempenho da indústria petrolífera. Sobre as informações relativas ao ambiente, destacam-se neste trabalho o ICMS Ecológico (ou ICMS Verde)⁷¹, o percentual de moradores urbanos com acesso a água ligada à rede, ao esgoto sanitário adequado e ao serviço de coleta de resíduos. Uma das bases para o cálculo do ICMS Verde é a parcela de área protegida, sendo este um dos fatores considerados “mais importantes, uma vez que, quanto maior a área da UC, maior será a sua contribuição para o valor total dos índices de áreas protegidas” (CEPERJ, 2017). Sendo assim, a presença do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba no território dos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã colabora para o percentual do ICMS Ecológico, que corresponde, respectivamente, a 1,1492; 1,2072 e 2,3733.

⁷⁰ “É um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar” (IBGE, 2013).

⁷¹ O ICMS Ecológico constitui um cálculo com base em um conjunto de critérios ambientais para a repartição de uma parcela dos recursos financeiros entre os municípios. No Rio de Janeiro, criado pela Lei Estadual n° 5.100 (04/10/2007), considera no seu cálculo as áreas pertencentes às unidades de conservação ambiental (45%); a qualidade ambiental dos recursos hídricos (30%), o saneamento básico (coleta seletiva, coleta de óleo vegetal, coleta e tratamento de efluentes) (25%) e a formação de um sistema municipal de meio ambiente, resultando no Índice Final de Conservação Ambiental (IFCA). Os objetivos do ICMS Ecológico são “ressarcir os municípios pela restrição ao uso de seu território, no caso de unidades de conservação da natureza e mananciais de abastecimento; e recompensar os municípios pelos investimentos ambientais realizados, uma vez que os benefícios são compartilhados por todos os vizinhos, como no caso do tratamento do esgoto e na gestão adequada de seus resíduos, corroborando o princípio do protetor-recebedor originado do princípio da precaução”. Em 2017, o município do Estado do Rio de Janeiro com maior ICMS Ecológico é Cachoeiras de Macacu (4,4246) e aquele com menor índice é Italva, com (0,0717) (CEPERJ, 2010).

Os municípios de Carapebus e Quissamã não abrigam outras unidades de conservação além do PNRJ, mas o município de Macaé possui em seu território outras dez UC além do PNRJ.

Quadro 5– Unidades de Conservação no município de Macaé

Unidade de Conservação	Esfera adm.	Decreto de criação
1. Reserva Biológica União*	ICMBIO	Decreto s/n Diário Oficial 22/04/1998
2. Área de Proteção Ambiental de Macaé de Cima**	INEA	Decreto 29.213, Diário Oficial, 14/09/2001.
3. Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana	Secretaria Municipal de Ambiente de Macaé - RJ	Lei ordinária 1.216/1989, Diário Oficial 15/09/1989.
4. Área de Proteção Ambiental do Sana		Criação Lei ordinária 2.172/2001 Diário Oficial 30/11/2001.
5. Parque Natural Municipal do Estuário do Rio Macaé		Criação Lei ordinária 3.146/2008 Diário Oficial 18/12/2008.
6. Parque Natural Municipal Atalaia Gualter Corrêa de Faria		Criação Lei ordinária 1.596/1995, Diário Oficial 27/05/1995.
7. Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Sumidouro e Sítio Peito se Pomba	ICMBIO	Portaria 156-N Diário Oficial 19/11/1998.
8. Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Barra do Sana	ICMBIO	Portaria 65-N Diário Oficial 28/07/1999.
9. Reserva Particular do Patrimônio Natural Ponte do Baião	INEA	Criação Portaria 256 Diário Oficial 21/07/2011.

Observação:

* Os demais municípios abrangidos pela UC são: Casimiro de Abreu (RJ), Macaé (RJ), Rio das Ostras (RJ).

** Os demais municípios abrangidos pela UC são: Bom Jardim (RJ), Cachoeiras de Macacu (RJ), Casimiro de Abreu (RJ), Macaé (RJ), Nova Friburgo (RJ), Silva Jardim (RJ), Trajano de Moraes (RJ).

Fonte: MMA, 2017.

As UC possuem categorias com relativa variedade de objetivos e tipo de proteção por grupo. Das dez UC presentes no município de Macaé, três são do grupo de Uso Sustentável (Áreas de Proteção Ambiental). As demais são de Proteção Integral, sendo uma Reserva Biológica, com uso público restrito; três parques, em que o uso público é permitido; e três Reservas Particulares do Patrimônio Natural, em que o uso público depende do interesse do proprietário. O dado referente ao número de UC presentes em Macaé chama atenção, pois estas foram criadas após o início da

exploração petrolífera. Isso pode significar um esforço do poder público e, também, de proprietários privados, para garantir a conservação *in situ* diante de um possível quadro de avanço no processo de ocupação humana do território para atender à indústria petrolífera, podendo colocar em risco as áreas naturais remanescentes do Bioma Mata Atlântica e Marinho. Esse quadro também revela que, no contexto da gestão ambiental, há um enorme desafio institucional posto, tendo em vista a necessidade de enfrentamento de conflitos sociais e problemas ambientais resultantes do processo de adensamento urbano em Macaé, conforme apontado por Cruz (2006).

Nesse cenário, outra informação importante é o saneamento básico, que se refere às informações sobre acesso à água, esgotamento e coleta de resíduos sólidos e energia. O cenário dos municípios do entorno do PNRJ é conforme o Quadro 6:

Quadro 6 – Informações sobre meio ambiente nos municípios do entorno do PNRJ

Município	Macaé	Carapebus	Quissamã	Fonte
ICMS Ecológico	1,1492	1,2072	2,3733	CEPERJ, 2010.
Esgoto adequado (2010)	82,3%	78,5%	85,9%	IBGE, 2017.
Acesso à água (2010)	76,7%	53,8%	96,3%	PORTAL ODM, 2017.
Coleta de resíduos sólidos e energia.	98,6%	97,7%	99,3%	

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

No município de Macaé, o índice referente ao acesso à água é de 76,7%, o que significa que houve redução se comparado ao ano de 1991 (87,6%), fazendo com que o município não tenha atendido a meta de reduzir à metade, até 2015, a proporção da população sem acesso à água. Com relação ao esgoto adequado, os habitantes de Macaé são atendidos em 82,3% dos casos, de modo que houve um pequeno avanço se comparado a 1991, em que este índice era de 80,6%. O município de Quissamã demonstra-se melhor preparado nos quesitos, atingindo quase a totalidade dos índices de acesso à água, esgoto adequado e coleta de resíduos. Neste município, chama atenção o fato de que em 1991 apenas 6,0% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de esgoto adequada, e em 2010 este índice subiu para 85,9%. Com relação ao município de Carapebus, chama a atenção os baixos índices para a questão relativa ao acesso à água. Neste município, em 2000, apenas 35,9% dos moradores urbanos tinham acesso à rede de água geral e, em 2010, este percentual subiu para 53,8%, que corresponde, ainda, a um índice baixo quando comparado aos demais municípios do entorno do PNRJ. O dado relativo ao acesso de moradores urbanos atendidos com água é aquele com menor

percentual nos três municípios e a coleta de resíduos sólidos e energia é o índice com mais alto percentual em todos os municípios estudados.

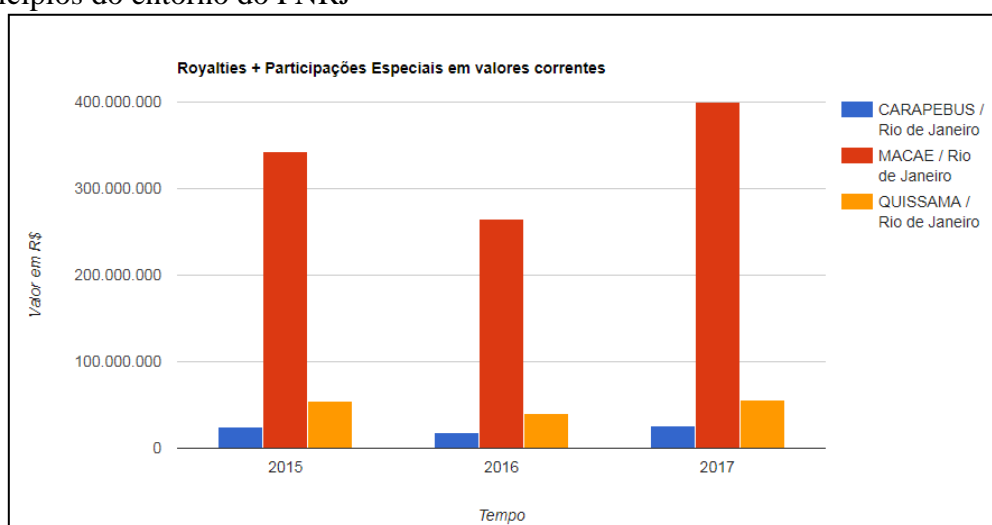
As informações relativas ao recebimento de *royalties* e participações especiais e ao desempenho na economia do turismo são analisadas em paralelo, uma vez que o turismo é frequentemente citado como atividade econômica que substituirá, no futuro, a indústria do petróleo. Nesse contexto, é comum o discurso sobre a necessidade de investimentos do poder público das receitas advindas dos *royalties* e das participações especiais para que a atividade turística possa se desenvolver. A seguir, são apresentados os dados relativos a essa questão (Tabela 4 e Imagem 3) e o contexto atual dessas atividades econômicas nos municípios do entorno do PNRJ.

Tabela 4 – *Royalties* e participações especiais dos municípios do entorno do PNRJ

Beneficiário / Estado	Ano	Royalties + PE
Carapebus	2015	R\$ 24.529.504,60
	2016	R\$ 18.362.193,08
	2017	R\$ 26.308.767,54
Macaé	2015	R\$ 343.414.987,49
	2016	R\$ 265.087.097,60
	2017	R\$ 399.573.689,57
Quissamã	2015	R\$ 54.621.192,70
	2016	R\$ 40.089.495,04
	2017	R\$ 55.412.769,79

Fonte: Cruz; Shimoda, 2018.

Imagem 3 – Gráfico representativo dos *royalties* e participações especiais dos municípios do entorno do PNRJ



Fonte: Cruz; Shimoda, 2018.

A Tabela 4 e a Imagem 3 apresentam dados relativos à arrecadação (valores nominais correntes) de *royalties* e participações especiais entre os anos 2015 e 2017, tendo como beneficiários os municípios do entorno do PNRJ que compõem a Bacia de Campos. Esses dados demonstram que nos anos 2015 e 2017 a arrecadação foi maior que em 2016 (CRUZ; SHIMODA, 2018).

Atualmente, a economia do petróleo exerce uma significativa influência para o desenvolvimento local dos municípios do entorno do PNRJ (BARBOSA; DA SILVA, 2017). Como exemplo dessa dependência, pode-se citar a recente crise econômica e financeira pela qual passou a Petrobrás, uma das mais importantes empresas petrolíferas com base nessa região⁷².

Em março de 2014, a Polícia Federal, conjuntamente com o Ministério Público Federal, iniciou uma operação com o objetivo de investigar um suposto esquema de corrupção na Petrobrás envolvendo diretores da estatal, empreiteiras e políticos, que pode ter desviado cerca de R\$ 10 bilhões em licitações fraudadas, superfaturamento do valor de obras e pagamento de propinas. Em 2015, a Petrobrás divulgou, com atraso, o balanço financeiro do terceiro semestre de 2014, sem a revisão e aprovação de auditores independentes, o que provocou instabilidade no mercado financeiro e causou a queda das ações da empresa⁷³.

Além disso, nesse mesmo período ocorreu uma grave crise internacional no setor como consequência da queda acentuada do preço do barril de petróleo – associada ao câmbio da moeda americana, ocasionou a diminuição das atividades de todas as petrolíferas em todo mundo, com atraso na execução de projetos de extração de petróleo de custo alto, como no caso do pré-sal brasileiro (BASTOS; DA ROSA; PIMENTA, 2016).

Para Ghirardi (2015), além da investigação policial e da crise internacional do petróleo, outro fator colaborou para as dificuldades financeiras da Petrobrás: a intervenção do governo federal nas decisões executivas relacionadas às políticas de

⁷² “Hoje, sob a responsabilidade da Petrobras, a Bacia de Campos tem 44 campos em operação, com 775 poços, dos quais 591 são poços produtores. São 14 plataformas fixas, 39 semissubmersíveis, 21 unidades flutuantes de Produção, Estocagem e Transferência de Óleo (FPSOs), 16 unidades flutuantes de Produção (FSU) e duas unidades de Estocagem e Transferência de Óleo (FSO). Além disso, a Bacia conta com duas Unidades de Manutenção e Segurança (UMS), que são responsáveis por obras de reparo nas unidades de produção”. Outras empresas *offshore* são: Petrobras, YPF, Shell, Halliburton, Chevron, FMC, Devon, Acergy, BP, Pride, Statoil Idro, Aggreko, Esso, Falk Nutec, Texaco, Sub Sea 7, Repsol, Transocean, OGX, Cooper Cameron, Schlumberger e Aker Kvaerner (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2017).

⁷³ UOL. Quer entender o que acontece na Petrobras?. **Artigo online.** Disponível em: <http://bit.ly/2m18cUj>. Acesso em: 20 fev. 2017.

preços e de compras entre 2011 e 2014, que manteve os preços domésticos dos combustíveis em níveis muito inferiores aos do mercado externo.

Além dos prejuízos financeiros passados pelos investidores e da instabilidade no cenário político brasileiro de um modo geral, outras consequências afetam diretamente o dia a dia da população. A instabilidade política impõe um ritmo moderado e lento às decisões governamentais e investimentos privados, reforçando o aumento da taxa de desemprego, considerando a importância econômica da estatal e a capilaridade que a cadeia produtiva do setor de petróleo e gás possui.

Além disso, a desvalorização de *royalties* e participações especiais aos municípios, ocorrida devido à queda do valor do petróleo e do câmbio do dólar ao longo de 2015, trouxe significativos impactos nas administrações públicas dos municípios de Macaé, Quissamã e Carapebus, com consequências para o cotidiano dos habitantes (SIQUEIRA, 2015).

Em 2015, a arrecadação caiu 35% em relação ao ano anterior e foi necessário cortar os gastos públicos em áreas estratégicas para a população, como educação, saúde e saneamento básico, além dos contratos com funcionários terceirizados das prefeituras, alguns dos maiores empregadores da região (ROSA, 2016).

Os investimentos privados também foram reduzidos nos municípios produtores de petróleo. Em Macaé, entre 2015 e 2016, além de dezenas de lojas comerciais fechadas, oito hotéis interromperam suas atividades e o setor imobiliário adiou diversos lançamentos. O número de sondas ou plataformas em operação caiu de 57 para 13. Nesse município, em 2015, 12.168 empregos formais foram extintos. Em Quissamã, foi registrado o fechamento 53 estabelecimentos em 2015⁷⁴ (ROSA, 2016; BARBOSA, DA SILVA, 2017).

Mas, a partir do segundo trimestre de 2016, o repasse de receitas oriundas do processo de produção e de comercialização do petróleo extraído da Bacia de Campos aumentou, o que pode sinalizar uma recuperação da economia dos municípios do Norte Fluminense. As projeções sobre o volume dos repasses são otimistas, apesar de depender das cotações internacionais da *commodity* (SIQUEIRA, 2016). Como resultado da crise política de 2015, foi sancionada a Lei 13.365/2016, que permite a exploração nas áreas de pré-sal por outras operadoras além da Petrobras. Assim, atendendo aos interesses do empresariado estrangeiro a partir da adesão ao regime de

⁷⁴ Não foram encontrados dados sobre o município de Carapebus.

concessão para exploração do petróleo, a perspectiva é a de retomada dos investimentos em 2017 e 2018.

Nesse sentido, o cenário de crise vivenciado nos últimos anos demonstra que os municípios produtores possuem forte dependência econômica da cadeia produtiva do petróleo e poucos investimentos foram realizados a fim de criar e manter atividades econômicas que irão substituir, no futuro próximo, esta atividade econômica, que explora um recurso finito. Isso se deve, sobretudo, a dois fatores: a) a destinação de recursos em obras e empreendimentos não prioritários, por parte do poder público, tais como a construção de um ginásio poliesportivo em detrimento a projeto de mobilidade urbana, em Macaé; b) e o despreparo para o momento de poucos recursos com a diversificação das atividades econômicas como, por exemplo, os poucos investimentos para fomentar o turismo, a pesca e a agricultura (ROSA, 2016).

Diante do exposto, o contexto socioeconômico dos municípios em que o PNRJ está inserido ilustra o paradoxo existente entre o imperativo da proteção da biodiversidade e as demandas de desenvolvimento econômico em função da exploração econômica do petróleo, o que reflete a tendência de aumento da pressão antrópica sobre os recursos naturais e, por conseguinte, sobre a UC, reforçando a ideia de alternativas econômicas para o desenvolvimento local.

O turismo é frequentemente citado como uma atividade econômica a ser fomentada nos municípios produtores de petróleo e que poderia atender à demanda de desenvolvimento, com minimização dos impactos negativos (HARTOG, 2011; MAGALHÃES, 2015; FONTES, 2016; SIQUEIRA, 2017). Esses municípios possuem atributos históricos e naturais com grande potencial, o que representa um aspecto fundamental para torná-los destinos turísticos. O PNRJ pode ter um papel significativo nesse processo, seja pela sua beleza cênica e possibilidades de uso público e lazer, seja pelas propostas de investimentos em infraestrutura em curso.

Porém, os projetos e ações em políticas públicas e de investimentos privados não têm sido planejados pelos municípios de forma conjunta, o que resulta em níveis diferenciados de desenvolvimento do turismo, refletindo também na dinâmica de visitação no PNRJ.

No âmbito das políticas públicas do governo federal⁷⁵ para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, os municípios de Macaé, Carapebus e

⁷⁵ A política pública de turismo em nível federal tem como um dos objetivos estratégicos a estruturação dos destinos turísticos, a fim de apoiar o desenvolvimento das regiões turísticas, por meio do

Quissamã estão inseridos no Programa de Regionalização do Turismo⁷⁶ e compõem a região turística da Costa do Sol⁷⁷.

A região da Costa do Sol é caracterizada por diversas lagoas costeiras, com balneários com baixa e média densidade de ocupação junto ao litoral. Turistas e veranistas que visitam a região são originários, sobretudo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, e buscam atividades de lazer, recreação e esportes aquáticos, tais como pesca, banho de mar, passeios de barco e mergulho, dentre outros (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016). O Ministério do Turismo, em conjunto com a Secretaria de Turismo do Estado, não consideram os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã como destinos turísticos consolidados e, portanto, não constituem prioridade de investimentos advindos do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio de Janeiro – PRODETUR-RJ⁷⁸. Sendo assim, avalia-se que as diretrizes de regionalização do turismo no Estado do Rio de Janeiro ainda concentram investimentos e esforços no desenvolvimento do setor em determinados polos, como a capital fluminense, e os municípios de Paraty e de Angra dos Reis e, em um segundo plano, os municípios de Itatiaia e Resende. Mas os programas e ações governamentais de desenvolvimento do turismo não têm como foco apoiar o fortalecimento e a consolidação das iniciativas de base local e comunitárias, que permanecem “invisíveis” para as políticas públicas no âmbito estadual.

De acordo com o Mapa do Turismo Brasileiro⁷⁹, que classifica os destinos turísticos de acordo com o fluxo turístico e o número de empregados em

planejamento, organização e gestão territorial e institucional das regiões turísticas. As principais ações deste objetivo estratégico são: “apoio à sensibilização e mobilização das comunidades, do fortalecimento de instâncias de governança, do apoio à elaboração e implementação de planos estratégicos de desenvolvimento do turismo, da formalização de redes de relacionamentos, da realização de estudos e eventos para subsidiar a implementação das ações de regionalização do turismo e, sobretudo, da articulação interna com os demais programas do Ministério do Turismo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

⁷⁶ O Programa de Regionalização do Turismo tem como objetivo principal apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir do enfoque territorial sob a perspectiva do desenvolvimento regional, segundo as recomendações da Organização Mundial de Turismo e de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Turismo, estabelecida pela lei 11.771/2008 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

⁷⁷ A Região da Costa do Sol é composta por 13 municípios: Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, Araruama, São Pedro da Aldeia, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Maricá, Saquarema, Macaé, Quissamã e Carapebus.

⁷⁸ Os municípios do entorno do PNRJ não compõem o foco do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR-RJ), embora parte da Região Costa do Sol, do qual fazem parte, seja abrangida pelo Programa – que são apenas os municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, Araruama, São Pedro da Aldeia e Casimiro de Abreu, totalizando sete destinos turísticos.

⁷⁹ “O Mapa do Turismo Brasileiro é o instrumento instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013 e suas atualizações, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo. É o Mapa do

estabelecimentos de hospedagem, os municípios localizados no entorno do PNRJ possuem diferentes qualificações: Macaé é qualificado na categoria “B”; Carapebus na categoria “E” e Quissamã na categoria “D”, de acordo com o Tabela 5.

Tabela 5 – Desempenho na economia do turismo dos municípios do entorno do PNRJ

Município	Macaé	Carapebus	Quissamã
Desempenho na economia do turismo	B	E	D

Fonte: Ministério do Turismo, 2017.

Considerando que, segundo o Ministério do Turismo, a categorização é um instrumento importante, pois “permite tomar decisões mais acertadas e implementar políticas que respeitem as peculiaridades dos municípios brasileiros”, otimizando a distribuição de recursos públicos; até o momento, não foram identificados nenhum programa, projeto ou ação realizados nos municípios resultante da categorização. É importante considerar que os critérios⁸⁰ utilizados para a classificação dos municípios é abrangente e simplificador, pois elege como meio de avaliação apenas os serviços de hospedagem formalizados, que servem turistas com diferentes motivações, incluindo o segmento de negócios. Assim, não leva em conta a infraestrutura não formalizada, que fica invisibilizada no contexto dos serviços disponíveis.

A partir das informações obtidas junto ao CADASTUR e organizadas na Tabela 6, é possível verificar o número de empresas e prestadores de serviços registrados no Ministério do Turismo⁸¹, nos municípios respectivos:

Turismo Brasileiro que define o recorte territorial que deve ser trabalhado prioritariamente pelo Ministério. É um instrumento de ordenamento e auxilia tanto o Governo Federal, quanto os Estados no desenvolvimento das políticas públicas para o turismo” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

⁸⁰ Os critérios utilizados e as fontes para informação são: número de ocupações formais no setor de hospedagem (fonte: Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego); número de estabelecimentos formais no setor de hospedagem (fonte: RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego); estimativa do fluxo turístico doméstico (Estudo da Demanda Doméstica – fonte: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/MTur); estimativa do fluxo turístico internacional (Estudo da Demanda Internacional – fonte: FIPE/MTur). (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

⁸¹ O Cadastur constitui um sistema para o cadastro de pessoas físicas e jurídicas com atuação no setor de turismo. Tem por objetivo “promover o ordenamento, a formalização e a legalização dos prestadores de serviços turísticos no Brasil, por meio do cadastro de empresas e profissionais do setor”. Segundo as Leis nº 11.771/08 e nº 8.623/93, o registro no CADASTUR é obrigatório para: agências de turismo; meios de hospedagem (albergue, condo-hotel, flat, hotel urbano, hotel de selva, hotel fazenda, hotel histórico, pousada, resort e cama & café); guias de turismo; transportadoras turísticas; acampamentos turísticos; organizadoras de eventos; parques temáticos.

Tabela 6 - Empresas e prestadores de serviços registrados no CADASTUR

Serviço⁸²	Macaé	Carapebus	Quissamã	Total por serviço
Meios de Hospedagem	25	0	0	25
Agência de Turismo	14	2	1	17
Guia de Turismo	13	0	6	19
Transportadora Turística	8	0	2	10**
Locadora de veículos*	7	0	0	7***
Organizadoras de eventos	3	0	1	4
Prestador de serviço de evento*	2	0	2	4
Total por município	72	2	12	86

Fonte: MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016 (Adaptado pela autora).

Notas:

* Os registros não são obrigatórios e, portanto, é possível que existam outros prestadores de serviços que optaram pelo não cadastramento.

** Frota com total de 88 veículos.

***Frota com total de 302 veículos.

A partir da análise dos dados apresentados na Tabela 6 e com base nas informações disponibilizadas pelo Ministério do Turismo, podemos verificar que Macaé concentra o maior número de prestadores de serviços formalizados e registrados no CADASTUR (cerca de 83%), abrangendo a maior variedade de serviços – com destaque para o serviço de hospedagem, que participa com o percentual de quase 30% do total de prestadores presentes no entorno do PNRJ. Ao contrário de Macaé, o município de Carapebus possui um número reduzido de prestadores de serviços registrado – duas agências de turismo em operação, o que representa menos de 3% do total de prestadores presentes no entorno do PNRJ. O município de Quissamã possui 12 empresas e prestadores de serviços cadastrados (cerca de 14%) e se pode constatar que apenas não há registros dos serviços de meios de hospedagem e locadora de veículos.

Certamente, o Município de Macaé obteve o grau “B” devido à presença de diversos empreendimentos do setor de hospedagem formalizados que atendem às diversas empresas e seus funcionários que atuam na cadeia produtiva do petróleo. Os municípios de Carapebus e Quissamã destacam-se, respectivamente, pelos aspectos naturais e culturais, mas possuem número restrito de empreendimentos formalizados. A seguir, serão apresentadas as principais características dos municípios relacionadas à atividade turística.

⁸² Nos municípios estudados, não foram encontrados registros no CADASTUR para as seguintes categorias: restaurantes, cafeterias e bares; prestador especializado em segmentos turísticos; empreendimento de apoio ao turismo náutico ou à pesca desportiva; acampamento turístico; casa de espetáculos & equipamento de animação turística; empreendimento de entretenimento e lazer & parque aquático; centro de convenções; parque temático.

3.2.1 Macaé

Macaé é um município conhecido popularmente como “a capital nacional do petróleo” e, devido à extensão e capilaridade das atividades petrolíferas, diversas empresas e prestadores de serviços instalaram infraestruturas de hospedagem, alimentação e transporte para viajantes a negócios. Sendo assim, os equipamentos turísticos têm a finalidade de atender à indústria petrolífera, o que torna a vocação turística de Macaé como destino de “turismo de negócios” (BARBOSA; DA SILVA, 2018).

Nesse contexto, tanto o poder público municipal quanto a sociedade civil organizada mantêm estruturas para desenvolver políticas para o turismo em Macaé. A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Renda, mantém um Secretário Municipal Adjunto de Turismo. Vinculado a esta Secretaria, está o Conselho Municipal de Turismo, que administra o Fundo Municipal de Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2017).

O município de Macaé ainda não possui um Plano Municipal de Turismo, porém o Plano Diretor⁸³ traça os objetivos, estratégias e ações da política municipal de turismo, vinculando-a a outras políticas igualmente importantes para o desenvolvimento local, como aquelas relativas ao meio ambiente e ao lazer.

Para fortalecer o desenvolvimento do turismo em Macaé, em 2008 foi fundado o Macaé Convention & Visitors Bureau⁸⁴, que desenvolve, em conjunto com os empresários do setor, diversas ações para fomentar o turismo.

O município é conhecido por possuir “a segunda maior rede hoteleira do Estado do Rio de Janeiro”, com meios de hospedagem de diversos portes, de bandeiras nacionais e internacionais, que somam, de acordo com a Prefeitura Municipal, 4.300 unidades habitacionais e 12 mil leitos. O setor é responsável por 10% do PIB municipal, com crescimento de 7% a 9% ao ano, com ocupação de 100% das unidades nos dias úteis para acomodação de funcionários não residentes em Macaé. No setor de

⁸³ O Plano Diretor de Macaé foi instituído pela Lei Complementar nº 076 /2006, disponível em <http://bit.ly/2lYj4kw>. Acesso em: 02 mar. 2017.

⁸⁴ Em 2008, foi fundado o Macaé Convention & Visitors Bureaux, associação sem fins lucrativos formada por empresários que compõem o setor de turismo e que têm por objetivo “promover o desenvolvimento econômico e social de Macaé através do apoio à atividade turística, incentivando a ocorrência de eventos de todos os tipos, promovendo, no estado do Rio de Janeiro, no Brasil e no exterior, os atrativos turísticos e a infra-estrutura do município”. Informações disponíveis em <http://bit.ly/2miSnI3>. Acesso em: 02 mar. 2017.

alimentação, há dois polos gastronômicos, o da Praia dos Cavaleiros e Macahé Antiga (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2017).

Com vistas a atender à realização de eventos, está instalado em Macaé o “terceiro maior centro de convenções do Estado”, onde ocorre a feira internacional Brasil *Offshore*, considerada a “terceira maior do mundo no setor de petróleo e gás”⁸⁵. Outros espaços para eventos são o Parque de Exposições Latiff Mussi e o Estádio Cláudio Moacyr de Azevedo, utilizados para fins de lazer, prioritariamente. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ, 2016).

Com relação aos meios de transporte, cabe destacar que o aeroporto de Macaé é considerado “o maior da América Latina em número de decolagens e pousos de helicópteros”, além dos voos comerciais regulares (BRASIL OFFSHORE, 2016). Distante quatro quilômetros do Centro de Convenções e a cinco quilômetros do Centro da cidade de Macaé, possui a capacidade de atender a 200 mil passageiros por ano⁸⁶. O município também possui acesso hidroviário, como o Porto Marítimo de Imbetiba, porém não atende a passageiros, sendo considerado a principal infraestrutura para a logística de materiais necessários à dinâmica de produção do petróleo no país (SIQUEIRA, 2014). Já o acesso rodoviário a partir da capital do Estado (da qual dista 182 km) é feito pela Rodovia BR-101, RJ-106 (Amaral Peixoto) e RJ-168 (Rodovia do Petróleo).

O turismo com fins de lazer responde por uma parcela menor do fluxo de hóspedes no município, em que se contabiliza cerca de duas mil pessoas durante a alta temporada na região serrana. Estes concentram-se na Área de Proteção Ambiental do Sana, onde fica reunida a maior parte das pousadas (BRASIL OFFSHORE, 2015) e no Parque Natural Municipal Fazenda do Atalaia, com diversas cachoeiras e trilhas onde se pode praticar atividades de montanhismo.

Além disso, o município de Macaé dispõe de nove praias ao longo de 23 quilômetros de costa, com quiosques e restaurantes, sendo as principais: Barra de Macaé, Imbetiba, São José do Barreto, Praia do Forte, Lagomar, Prainha do Farol, Campistas, Praia do Pecado e a Praia dos Cavaleiros. Também possui edificações que constituem o patrimônio histórico-cultural do município, tais como: Forte Marechal

⁸⁵ Na 8ª edição de 2015, a feira Brasil *Offshore* recebeu 53.192 visitantes, 700 expositores nacionais e 150 expositores internacionais durante quatro dias que geraram um impacto de cerca de 54 milhões de reais em negócios (BRASIL OFFSHORE, 2015).

⁸⁶ Dados informados pela INFRAERO, administradora do Aeroporto. Disponível em: <http://bit.ly/2miy2jp>. Acesso em: 22 fev. 2017.

Hermes (construído no século XVIII, reformado em 1910); Igreja Sant'ana (1896, tombada pelo IPHAN em 1979); Obelisco do Centenário (1813); Palácio do Legislativo (1927); Ruínas do Farol de Imbetiba (1880); Solar dos Melo (1891, atualmente Museu da Cidade de Macaé); Palácio dos Urubus (de 1870, em processo de arruinamento, apesar do tombamento pelo INEPAC em 1978). Em relação ao patrimônio imaterial de Macaé, destacam-se a Sociedade Musical Lyra dos Conspiradores (1882), Boi Pintadinho Suave Veneno (1989) e Sociedade Musical Nova Aurora (1873) (MAPA DE CULTURA, 2017; IPHAN, 2016).

Em 2015, o município foi promulgado a “de interesse turístico”, sancionado pela Lei Estadual 891, de 16 de dezembro de 2015, justificado pelo extenso parque hoteleiro e pelos atrativos naturais e histórico-culturais. O reconhecimento insere o destino no mapa turístico junto a outros em que a atividade já é consolidada, como Paraty e Búzios, o que pode incentivar melhorias a fim de diversificar a economia da “capital do petróleo” (MAGALHÃES, 2016).

Apesar das possibilidades de visitação e turismo que Macaé apresenta através dos diversos atrativos e patrimônios natural e histórico, a dependência do setor do turismo em relação à cadeia produtiva do petróleo ainda é grande. Com a crise do setor petrolífero, iniciada em 2013, ocorreu demissão em massa de trabalhadores das empresas *offshore*, e os hotéis assistiram à diminuição da ocupação e das receitas, com queda registrada de 30% nas reservas. Devido a isso, diversos hotéis reduziram o quadro de funcionários, cancelaram investimentos de expansão e projetos de construção de novos meios de hospedagem foram suspensos (G1 REGIÃO DOS LAGOS, 2014; MACAÉ NEWS, 2014).

Diante da crise do petróleo e da necessidade buscar fontes alternativas para manter a receita, o Macaé Convention & Visitors Bureau, com base em estudo de mercado realizado em 2013, tem buscado diversificar os produtos turísticos e divulgar as potencialidades ainda pouco exploradas pelos “turistas de negócios”, tais como as atividades relacionadas ao lazer no mar, lagoas e serra. Como exemplo dessa iniciativa, em 2016 a entidade firmou parceria com o empresariado e o poder público municipal para atender a turistas regionais, tais como a realização de eventos de lazer nos finais de semana nos hotéis, de roteiros turísticos no centro histórico de Macaé e região e, também, em áreas naturais protegidas, como a Área de Proteção Ambiental Arquipélago

de Santana e Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba⁸⁷. Não se sabe, porém, os resultados alcançados com estas iniciativas.

Sendo assim, apesar de Macaé ter vocação para o turismo de negócios, tem potencial para o desenvolvimento de outros segmentos. O principal desafio é, segundo Hartog (2011), modificar a imagem que turistas têm do destino, muito associada aos negócios. É igualmente necessário o planejamento dos atrativos e a melhoria da infraestrutura de apoio, considerada deficitária, o que poderá estimular os turistas de negócios a prolongarem a estadia para conhecer os atrativos turísticos voltados para o lazer.

No contexto da crise do “turismo de negócios” fortemente vinculada à crise da cadeia produtiva do petróleo, e diante da necessidade de diversificar a economia por meio do estímulo à visitação e ao turismo voltado para atividades de lazer, o PNRJ tem um potencial ainda pouco vislumbrado pelas políticas públicas municipais e pelos investimentos privados. Os principais motivos que podem justificar o “distanciamento” do município e da iniciativa privada em relação às possibilidades de “explorar” o uso público, lazer e turismo no PNRJ são relacionados ao acesso, à infraestrutura e à participação social no processo de gestão.

Como exposto anteriormente, apenas 1% do território do município é protegido pelo PNRJ, o que corresponde, basicamente, à área da Lagoa de Jurubatiba. O acesso à Lagoa por Macaé se dá pelo Bairro Lagomar, em que são recorrentes os problemas de segurança e criminalidade, de acesso à água e saneamento básico.

Mas é neste local, na Lagoa de Jurubatiba, onde foram investidos recursos para a construção de infraestrutura de apoio à visitação, com espaços para a instalação de exposição, de lanchonete e para recreação. No entanto, estes equipamentos nunca foram utilizados pelos visitantes, pois não foi autorizada, ainda, a realização de contrato de parceria junto à iniciativa privada para a operação dos serviços, sendo alvo de deterioração por intempéries e por atos de vandalismo, o que também afeta a visitação e o turismo no PNRJ.

Cabe ressaltar, também, que o fomento ao turismo e à visitação no PNRJ parece não ser prioridade das políticas públicas municipais e estratégias de comercialização do setor privado, uma vez que, dentre os documentos e instituições mencionados anteriormente, não foram encontradas evidências e menções sobre a UC. Nesse sentido,

⁸⁷ Informações retiradas do *site* Visite Macaé (disponível em: <http://bit.ly/2ILsu2Y>; acesso em 22 fev. 2017) e no *site* Macaé News (disponível em: <http://bit.ly/2kSzBYa>; acesso em: 22 fev. 2017).

é fundamental uma maior aproximação dos entes públicos e privados no sentido de definir as prioridades de gestão e investimentos, como o Conselho Municipal de Turismo e o Conselho Consultivo do PNRJ.

Assim, o turismo tem sido internalizado como uma “oportunidade de a cidade criar uma nova base para as atividades econômicas locais” (SIQUEIRA, 2017), com o objetivo de aproveitar os equipamentos instalados inicialmente para atender à cadeia produtiva do petróleo para fins de lazer sazonal, mas o PNRJ ainda precisa ser visibilizado como um atrativo turístico potencial.

3.2.2 Carapebus

Carapebus é um dos mais recentes municípios emancipados do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido elevado a esta categoria pela Lei Estadual nº 2417, de 19 de julho de 1995, desmembrando-se de Macaé (IBGE, 2017). A emancipação partiu de uma demanda dos habitantes do então distrito, motivados pela necessidade de que fossem realizados investimentos advindos do repasse de *royalties* e participações especiais ao município (CASTRO, 2015). Contudo, Castro (2015), em análise sobre as potencialidades para o desenvolvimento do turismo, considera que a emancipação de Carapebus não garantiu que os problemas relacionados à infraestrutura e serviços públicos fossem solucionados e o município ainda carece de políticas públicas para o desenvolvimento local e também para o turismo.

Com relação às políticas públicas que influem no desenvolvimento do turismo no município, cabe destacar a Lei Orgânica Municipal de Carapebus, instituída em 20 de maio de 1998, que, em seu capítulo VII, estabelece medidas gerais para o estabelecimento da política para o setor de turismo, considerada atividade essencial ao desenvolvimento econômico e social e à preservação do patrimônio cultural e natural do município. A vocação turística da cidade não foi determinada pela Lei e deverá ser definida com base na identificação da demanda, trabalho a ser realizado. E ainda caberá ao município o estabelecimento de infraestrutura de apoio, a definição de um calendário de eventos, a formação de recursos humanos para o setor, o incentivo fiscal para os empreendimentos e serviços turísticos no município (CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, 1998). Segundo Castro (2015), desde a emancipação do município até 2015, nenhuma ação foi realizada pelos governos municipais no sentido de implementar

uma política de turismo, gerando diversas dificuldades para que a atividade se desenvolva.

Mas, em 2016, foi criado o Conselho Municipal de Turismo de Carapebus – COMTURC, através da Lei Municipal 642/2016, formado por membros vinculados às secretarias municipais e da sociedade civil organizada. Tem como finalidade desenvolver e implementar a Política Municipal de Turismo a fim de contribuir para criar novas fontes de renda para a população. Dentre as ações em curso, está a revisão do projeto de lei que prevê a formação do Fundo Municipal de Turismo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, 2016) e a elaboração do Plano Municipal de Turismo (informação verbal de interlocutor P4 – Embaixadora do Parque). A criação do Conselho de Turismo é fundamental para a definição de diretrizes e de estratégias para o desenvolvimento da atividade turística, com base na elaboração do Plano. Sendo assim, avalia-se que os atores sociais vinculados ao desenvolvimento do turismo em Carapebus possuem uma grande oportunidade para debater e definir, com a participação social, de que forma se dará o desenvolvimento do turismo local, considerando o caráter inicial do processo, ao contrário do que ocorre em Macaé, por exemplo.

Também cabe destacar que, em 2006, foi elaborada pela Prefeitura Municipal de Carapebus uma série de recomendações para o uso público do PNRJ na área do município com o título “Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Carapebus”⁸⁸. A proposta teve por objetivo de “superar a dicotomia entre o planejamento da UC e do entorno, bem como de integrar a conservação da natureza à cultura local”, a partir da indicação da necessidade de se criar e estabelecer roteiros de visitação para integrar os atrativos do Parque àqueles localizados no entorno (PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS, 2006).

O documento apresenta diversas ações a fim de valorizar os aspectos culturais e naturais de Carapebus e a melhoria das condições de lazer, com a instalação de infraestrutura de apoio – como banheiros, centro de visitantes e estacionamento – em diferentes pontos. Dentre as diretrizes encaminhadas, destaca-se o “Complexo

⁸⁸ Este documento foi elaborado em decorrência das mobilizações feitas aos atores sociais do entorno do PNRJ a partir do Projeto Turismo sustentável de base comunitária na região do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: projeto piloto Quissamã. Este projeto foi financiado pelo Subprograma Projetos Demonstrativos – PDA, do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente. Foi implementado entre 2005 e 2008 pela Organização não-governamental 3 H’s. (Informação verbal Interlocutor P. 23).

Carapeba”, proposta que envolve a criação de um núcleo para a memória, a pesquisa e o desenvolvimento da pesca tradicional da região e a elaboração de produtos turísticos, tais como roteiros náuticos nas lagoas e no Canal Campos-Macaé, além de roteiros a pé no “Conjunto histórico do Caxanga” – bairro tradicional dos pescadores – e no “Conjunto Histórico do Açúcar” – local que abriga uma série de edificações e ruínas em memória do ciclo do açúcar no município. A proposta é de suma importância para a integração entre Parque e atrativos do entorno, e está fundamentada na valorização dos aspectos culturais característicos de Carapebus e no fomento da economia local, além de poder oferecer ao visitante uma experiência de turismo situado.

Nesse contexto, dentre os municípios do entorno do PNRJ, Carapebus é aquele que apresenta o estágio mais embrionário em relação aos investimentos estatais e privados para o desenvolvimento do turismo, apesar do patrimônio natural e cultural.

Segundo dados do Ministério do Turismo, Carapebus apresenta a categoria “E” na classificação do desempenho da economia do turismo, tendo apenas dois prestadores de serviços – agências de turismo – cadastrados. Esses dados não correspondem com aqueles apresentados por Castro (2015), que identificou que no município há apenas três pousadas: Pousada da Beth, com 20 suítes; Pousada Vale do Arrebal, com 10 suítes; e Pousada EcoRural Rancho Ouro Preto, com 8 suítes. Castro (2015) afirma que o município também apresenta uma infraestrutura de apoio deficitária, apesar do patrimônio natural e cultural, que poderia ser aproveitado para o turismo.

De fato, Carapebus é rico em patrimônio natural e cultural. Além do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, que cobre 34% do território do município, cabe destacar como atrativo do município sua Lagoa homônima. A Lagoa de Carapebus, que tem seus afluentes localizados na região central do município e percorre perpendicularmente até a costa onde está o limite do PNRJ, representa um inestimável valor simbólico para os habitantes. Pinto (2008, p. 27) ressalta que a Lagoa de Carapebus “é o elemento de maior expressão no território municipal”.

Sob o aspecto paisagístico, a Lagoa de Carapebus ocupa grande extensão do território municipal: é a sétima maior lagoa do Estado do Rio de Janeiro, com 6,70 Km² de área, um perímetro de 52,5 quilômetros de extensão. Constitui espaço de valor simbólico e econômico para os moradores de Carapebus e visitantes, sendo o mais importante balneário da região. Devido às condições marítimas que não favorecem o banho de mar, diversas atividades de lazer, recreação e esportivas ocorrem na lagoa e no seu entorno, tais como banho, remo, vela, *kitesurf*, *windsurf*, caiaque, lanchas, passeios

de bugre pela praia e churrasco (PINTO, 2008; CASTRO, 2015; SEBRAE, 2014). Nesse local, estão estabelecidos bares e restaurantes que atendem aos visitantes durante a temporada de verão e fins de semana, sendo também fonte de renda para moradores locais.

Cabe ressaltar que a Lagoa de Carapebus é, também, fonte para o sustento de muitas famílias que, há diversas gerações, pescam nesse local, mesmo antes da criação do PNRJ. Conforme será abordado a seguir, um grupo de 20 pescadores artesanais conquistaram o direito de manter suas atividades na área da lagoa correspondente ao PNRJ por meio da celebração do Termo de Ajustamento de Conduta, em 2010. Essa lagoa é uma das mais ricas em peixes em toda a região (ICMBIO, 2008) e leva este nome devido à Carapeba (*Diapterus sp.*), espécie de peixe muito valorizada economicamente e que, juntamente com robalo (*Centropomus sp.*), tainha (*Mugil sp.*) e traíra (*Hoplias malabaricus*), são os que mais contribuem para a renda dos pescadores (SANTOS, 2008).

Parte da área utilizada pelos pescadores artesanais corresponde ao Canal Campos-Macaé, que possui um dos trechos navegáveis entre a Lagoa de Carapebus e a Lagoa Paulista. O canal é frequentemente citado, nas folheterias e guias turísticos de Carapebus, como um dos atrativos turísticos, devido ao seu valor histórico-cultural e paisagístico.

Com relação às edificações históricas religiosas, são destacadas a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Glória (1955) e a Igreja de Nossa Senhora da Conceição (construída entre 1865 a 1882), localizada no Bairro do Caxanga e patrimônio de grande valor simbólico para os moradores (MAPA DE CULTURA, 2017).

Em Carapebus ainda podem ser encontradas edificações que compõem parte do patrimônio histórico-cultural relacionado à memória do ciclo econômico da cana-de-açúcar. A Usina de Carapebus, fundada em 1927, encontra-se próxima ao Córrego da Maricota, afluente da Lagoa de Carapebus. Foi a principal fonte de empregos do então terceiro distrito de Macaé, com alta capacidade de produção de açúcar e melado. Atualmente, a edificação pertence ao Grupo Othon, que possui diversos empreendimentos turísticos. Em 2001, a Usina teve sua função desativada, com a promessa de retorno às atividades em 2003, fato que nunca ocorreu, sob a justificativa de baixa produção (CAMPAGNAL, 2008). Atualmente, a edificação encontra-se em processo de degradação e desmanche de equipamentos. A Imagem 4 retrata a referida usina.

Imagem 4 – Usina de Carapebus



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A Estação de Carapebus foi inaugurada em 1874 pela Companhia Estrada de Ferro Macaé a Campos, e tinha ramais que ligavam até a Usina de Carapebus. O prédio da antiga Estação Ferroviária, onde se localiza atualmente a Estação Cultural, foi reformado em 2001 e é destinado a exposições artísticas, aulas de música e reuniões. (ICMBIO, 2008).

O antigo Cine Carapebus, cinema que compunha o conjunto arquitetônico da Usina, foi inaugurado em 1947 e foi um importante espaço de lazer para os moradores do então distrito. Apesar de a edificação manter as características originais do estilo *art-déco*, não há uso público ou privado, estando suas instalações em estado de degradação (ICMBIO, 2008).

Além disso, as antigas fazendas e suas sedes constituem parte da memória local relacionada ao ciclo da cana-de-açúcar. A Fazenda de São Domingos, uma das mais prósperas do século XVIII na monocultura canavieira, mantém suas características originais. A Fazenda São Lázaro mantém o cultivo de coco e árvores frutíferas. A Fazenda Retiro é uma propriedade particular localizada às margens da Lagoa de Carapebus e possui um atracadouro muito utilizado durante a temporada de verão para fins de lazer (ICMBIO, 2008).

Carapebus é o único município do entorno do PNRJ que não possui nenhum patrimônio material ou imaterial tombado pelos órgãos públicos em nível estadual e federal – com exceção apenas do trecho 2 do Canal Campos-Macaé, que abordaremos no item 3.5. Este fato justifica, em parte, a situação de deterioração em que se encontram os poucos exemplares da memória cultural local.

Os eventos constituem importantes formas de sociabilidade e celebração da população local. No verão, são organizados pela Prefeitura *shows* musicais com a

participação de artistas locais. São comuns as festas religiosas (Nossa Senhora da Glória, em agosto, e Nossa Senhora da Conceição, em dezembro) e as festas rurais, como as cavalgadas e as competições rurais – pista de laço e provas de tambor⁸⁹. No período de Carnaval, ocorre o desfile do bloco do Boi Pintadinho Juruba, com grande adesão dos moradores desde a concepção da fantasia do boi. A manifestação cultural existe há mais de 30 anos, e há 15 anos foi conferido este nome em homenagem ao Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (MAPA DE CULTURA, 2017).

De fato, o PNRJ possui uma relação estreita com os habitantes do município de Carapebus, seja como patrimônio natural e cultural, seja como fonte de muitos conflitos, conforme explicitado anteriormente. Segundo Pinto (2008, p. 36), compreendendo a área da UC e sua zona de amortecimento (10 quilômetros do entorno da UC), cerca de 80% do território do município está subordinado à legislação e normas de manejo do PNRJ, “sendo esta uma das grandes preocupações da comunidade”. Diante da imposição legal que o parque estabeleceu a partir da sua criação para o município, o turismo é compreendido como uma alternativa econômica necessária, que tem potencial para diversificar a economia local, para proteger o patrimônio natural e para valorizar o patrimônio cultural.

3.2.3 Quissamã

Atualmente, Quissamã é um dos municípios do entorno do PNRJ em que foram realizadas as mais significativas intervenções governamentais a fim de fomentar o turismo, sobretudo nos primeiros anos da década de 2000.

O município de Quissamã pode ser acessado por duas rodovias, a RJ-196 e a RJ-178. Foi emancipado de Macaé em 1989, em um contexto a recém-instituída Constituição de 1988 atribuía ao município autonomia financeira e administrativa. Incentivados pela possibilidade de recebimento de *royalties* e participações especiais advindos da exploração do petróleo na Bacia de Campos, o processo de emancipação envolveu grande mobilização popular, tendo sido o primeiro prefeito eleito o bisneto do Visconde de Quissamã, da família Carneiro da Silva (NEVES, GANTOS, 2015; SEBRAE, 2014).

⁸⁹ A prova de laço consiste em laçar um bezerro em tempo cronometrado; e a de tambor consiste em uma competição em que os cavaleiros contornam tambores em menor espaço/tempo possível. Disponível em <http://www.ctpaulocunha.com.br/servico.asp?cod=1>. Acesso em: 05 mar. 2017.

Ao longo de sua curta trajetória de autonomia administrativa, os diferentes governos envidaram esforços em encontrar uma vocação econômica para Quissamã, com investimentos para o desenvolvimento da agroindústria de coco e de abacaxi, indústria têxtil e também no turismo (SEBRAE, 2014). No mesmo período da emancipação municipal, foi criado o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o que reforçou, no âmbito do governo municipal, a expectativa de “alavancar” a economia por meio do turismo na região.

Assim, no início da década de 2000, no contexto de criação e consolidação da gestão do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, somaram-se o interesse político do governo municipal em investir no turismo enquanto atividade econômica, bem como a realização de projetos de organizações não governamentais em parceria, o que favoreceu o desenvolvimento da atividade.

Em 2002, a organização não governamental Amigos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, com o apoio do Fundo Nacional de Meio Ambiente, executou um projeto com o objetivo de colaborar para a consolidação da gestão do PNRJ junto aos demais atores locais. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Quissamã, o então Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos/Unidade Macaé, NUPEM/UFRJ, bem como representantes do sistema “S” (SEBRAE/RJ e o SENAC), elaborou o Plano de Sustentabilidade do Entorno do PNRJ, que continha um diagnóstico socioambiental sobre as fragilidades e potencialidades do entorno da UC e recomendações para o desenvolvimento do “turismo sustentável de base comunitária” (FERREIRA; MELLO, 2002). Uma das ações realizadas no âmbito deste projeto foi o “curso de capacitação de guias locais”, no qual, além de aulas teóricas, foram oferecidas visitas técnicas a destinos turísticos consolidados. Nesse processo, foram elaborados dois roteiros turísticos, um envolvendo o PNRJ e fazendas históricas e outro a história e cultura do ciclo de açúcar em Quissamã. Esses roteiros foram executados a título de experiência e representantes dos descendentes das famílias de Quissamã – tanto da aristocracia rural e quanto de negros escravizados – foram “caracterizados como o Visconde de Ururay e a Viscondessa, filha do Duque de Caxias, acompanhados das mucamas” receberam os visitantes em uma encenação (MELLO *et al.*, 2005).

Em reforço às ações para o desenvolvimento do turismo em Quissamã, em 2005, a organização não governamental Homem, Habitat, Harmonia – 3H’s, captou recursos junto ao Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA) do Ministério do Meio

Ambiente⁹⁰ para a execução do projeto “Turismo sustentável de base comunitária na região do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: Projeto Piloto Quissamã”, com o objetivo de “contribuir para a construção de um modelo de Turismo Sustentável de Base Comunitária”. Com o projeto, esperava-se como resultados: o fortalecimento de um fórum de gestão local; a geração de trabalho e renda; a consolidação do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba; e a preservação do patrimônio histórico e cultural (PDA MATA ATLÂNTICA, 2003).

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Quissamã elaborou, em 2005, o documento “Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Quissamã”, o qual foi resultado de um processo de “planejamento participativo”, de modo que a “vem confirmando a escolha da população local pelo turismo sustentável de base comunitária como atividade econômica a ser desenvolvida”. Contudo, não são explicitados que representantes de que instituições participaram do processo, nem a metodologia utilizada para a elaboração do documento.

Em resumo, são indicadas diretrizes e estabelecidas normas para a visitação do PNRJ correspondente ao território de Quissamã as quais serviram, naquele momento, como base para a elaboração do Plano de Manejo do PNRJ. A participação social é estabelecida como premissa essencial para o desenvolvimento do turismo no PNRJ e entorno, de modo que sejam criadas parcerias entre pescadores, sistema “S” e empresários locais. Também inspirados pela experiência do turismo no Parque Nacional do Pantanal Matogrossense, são indicados os produtos turísticos que podem ser oferecidos aos visitantes do PNRJ, como roteiros náuticos, equestres e em bugres, infraestrutura e serviços necessários para a implementação, divulgando o PNRJ como destino para as práticas de ecoturismo e de observação de aves em associação com atividades relacionadas à cultura local. Sendo assim, embora generalistas, as diretrizes presentes na “Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Quissamã” trazem contribuições para o planejamento do PNRJ, no sentido de produzir a UC como produto turístico.

⁹⁰ O Subprograma Projetos Demonstrativos foi criado em 1995 e envolveu “o Governo Brasileiro, organismos de cooperação internacional representando os países do G7 e as redes de Ongs e Movimentos Sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA). Implementado pelo Ministério do Meio Ambiente no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), recebe apoio principalmente da Cooperação Internacional Alemã e tem como principais desafios demonstrar, por meio de experiências inovadoras, a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável” (MMA, 2017).

Ainda com o objetivo de dar continuidade ao processo de desenvolvimento do turismo em períodos subsequentes aos projetos coordenados pelas organizações não governamentais, a Prefeitura Municipal de Quissamã utilizou parte das receitas provenientes dos *royalties* e participações especiais para o investimento em ações com o objetivo de restaurar o patrimônio quissamaense, sobretudo aquele relativo ao ciclo econômico do açúcar. Algumas edificações do período áureo do açúcar, conhecidos por “casarões”, foram adquiridas e reformadas pela Prefeitura, depois refuncionalizadas com o objetivo de promover a cultura e o turismo e, também, atender às necessidades administrativas da prefeitura (NEVES; GANTOS, 2015).

Parte dos bens pertencentes ao mais influente ator político da região, Visconde de Araruama, foram desapropriadas e refuncionalizadas pela Prefeitura Municipal durante os governos de Octávio Carneiro da Silva (1996, 2000, 2012) e José Armando Carneiro da Silva (2004, 2008). O Museu Casa Quissamã e a Fazenda Machadinha são alguns dos principais símbolos do passado, representando a opulência da aristocracia açucareira do Norte Fluminense, a exploração do sistema de trabalho escravo e seus distintos modos de vida de ambos grupos sociais.

A edificação onde hoje funciona o Museu Casa de Quissamã foi residência da família de Visconde de Araruama. Em ruínas, a casa e a fazenda foram desapropriadas pela Prefeitura em 2006, tendo sido restauradas e ambientadas com móveis e decoração originais dos séculos XVIII e XIX (MAPA DE CULTURA, 2017). O Museu tem como tema principal o retrato a aristocracia açucareira de Quissamã, especialmente a referida família, e é um dos principais pontos de visitação turística do município, tendo recebido, segundo dados obtidos junto à Secretaria Municipal de Cultura para esta pesquisa, 2000 visitantes em 2016. Nos jardins do Museu localizados à frente da sede da antiga fazenda, há um exemplar da espécie arbórea baobá (*Adansonia digitata*), nativa do continente africano. Não há registro do plantio, mas estima-se que este ocorreu em 1863 (TCE-RJ, 2007), possuindo provável relação com os negros escravizados.

A Fazenda Machadinha constitui outro importante sítio destinado à visitação turística, atualmente, em Quissamã. Localizada às margens da Lagoa Feia, a propriedade foi adquirida no segundo ou terceiro quartel do século XVIII, pelo Capitão

João Carneiro da Silva⁹¹, e sempre se manteve entre os herdeiros, até o falecimento de Ana Francisca do Souto Queiroz Matoso, em que a propriedade foi transferida para a Companhia Engenho Central de Quissamã (INEPAC, 1979). Antes mesmo da emancipação municipal, a intenção de fomentar o turismo no então distrito de Macaé estava presente em algumas ações de organismos estatais de proteção do patrimônio.

Em 1979, o solar foi tombado como patrimônio cultural pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC-RJ), quando foi considerado em “estado de abandono”, mas possível de ser reformado. No processo consta a descrição detalhada da arquitetura exterior e interior, bem como de posses tais quais louças, cristais e mobiliário. Mas a propriedade, ao deixar de abrigar a dependência administrativa da Usina, passou a ser depredada por visitantes e por familiares dos empregados que residiam ao redor, o que colaborou para o aceleramento da degradação (INEPAC, 1979).

O processo de tombamento, que inicialmente considerava proteger somente o solar que foi residência da família Carneiro da Silva, por fim abarcou também as construções do entorno, já que estas compunham o conjunto das fazendas construídas antes da Abolição da Escravidão (1888). Sendo assim, foram incluídos sob o amparo do tombamento a capela (construída anteriormente à sede da fazenda, datada de 1833), a edificação fronteira à sede (armazém) e “vilas de habitação de empregados ou senzalas”, a paisagem incorporada pela Lagoa Feia de modo que não possa ser desfigurada e impedida a visibilidade da sede e, também, foram incorporados trechos do Canal Campos-Macaé. Cabe destacar, neste caso, que “considerando a importância histórica do Canal Macaé-Campos e sua inquestionável vinculação à Fazenda Machadinha”. O Canal é interpretado como “o elemento animador” para a construção do solar, devido a sua proximidade com a entrada nobre e de outra edificação, que se suponha ser o engenho (INEPAC, 1979, p. 29, 30). As Imagens 5 e 6 destacam a Casa

⁹¹ João Carneiro da Silva foi contratador de diamantes da Coroa Portuguesa, tendo sido herdado pelo filho, Manoel Carneiro da Silva, fundador da Fazenda Mato de Pipa, onde habitava, tendo sido a Fazenda Machadinha utilizada para pequenas temporadas e moenda de cana-de-açúcar no pequeno engenho. E, em 1789, após a morte de Manoel Carneiro da Silva, passou a ser administrada pelo segundo filho, João Carneiro da Silva, o Barão de Ururaí, que em 1798 construiu novo engenho. Em 1851, foi herdado pelo sobrinho Manoel Carneiro da Silva, o Visconde de Ururaí, que mandou construir o solar em 1863, inaugurado em 1868. Este era filho de Manoel Carneiro da Silva, o Visconde de Araruama, que mandou construir o Canal Campos-Macaé. Ana Francisca do Souto Queiroz Matoso, nora do Duque de Caxias, herdou a propriedade em 1917, e a conservou até 1924, data de sua morte (INEPAC, 1979).

Grande da Fazenda Machadinho quando de seu tombamento em 1976 e as ruínas que se encontram quarenta anos após.

Imagem 5 – Casa Grande da Fazenda Machadinho em 1976 (frente)



Autor: Lílian Jansen. Fonte: INEPAC, 1976.

Imagem 6 – Casa Grande da Fazenda Machadinho em 2016 (fundos)



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Até a primeira década de 2000, as edificações presentes no ambiente da fazenda, tais como as senzalas, o armazém, a cavalaria e a capela de Nossa Senhora do Patrocínio, mantiveram-se conservadas pelos moradores locais, mesmo que precariamente. Em 2001, quando o solar da Fazenda Machadinho se encontrava em processo de arruinamento e o Engenho Central de Quissamã, cujo proprietário estava em vias de falência, a Prefeitura Municipal de Quissamã adquiriu o bem tombado, com a finalidade de produzir ali um “complexo turístico”.

Em paralelo ao processo de projeção de Machadinho em complexo turístico, especificamente em 2004, os moradores que habitavam as terras na Fazenda Machadinho iniciaram, por meio do Programa Brasil Quilombola⁹², coordenado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Racial (SEPPPIR, Ministério dos Direitos Humanos), a ação para o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombos. Sendo assim, somente em 2006 a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão de auto-reconhecimento para as comunidades de Machadinho, Mutum, Boa Vista, Bacurau e Sítio Santa Luzia.

Desde uma perspectiva legal⁹³, as comunidades remanescentes de quilombos (CRQ) constituem territórios especialmente protegidos habitados por “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, mantendo tradições culturais, de subsistência e religiosas de seus descendentes africanos escravizados ao longo dos séculos.

Mesmo depois de concluído o processo de reconhecimento do Quilombo Machadinho, esse processo sofreu resistência da Prefeitura Municipal de Quissamã – que, segundo Silva (2009, p. 95), afirmava que os moradores da Fazenda não eram quilombolas por nunca terem “fugido” e, portanto, eram “descendentes de escravos que continuaram habitando nas senzalas, e prestando serviço ao antigo senhor, mesmo após a abolição da escravatura, pois sempre foram bem tratados pelos senhores”.

⁹² “O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas”, que são: 1) acesso à terra; 2) infraestrutura e qualidade de vida; 3) inclusão produtiva e desenvolvimento local; 4) direitos e cidadania (DA COSTA, 2014).

⁹³ O Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Somam-se a essa afirmação os discursos de empresários do setor de turismo, como agências e guias de turismo locais e, também, escritores contratados pela Prefeitura Municipal à época para contar a história da Fazenda Machadinha:

Com complexo cultural de Machadinha, hoje completamente contextualizado no segmento histórico de Quissamã, como ponto de referência par quem quer seguir a trilha dos fatos, começou a ser erguido em 1863. (...) **Muitos chamam hoje Machadinha de Quilombola. Vai lá que isso tenha um certo charme. Mas Machadinha nunca foi Quilombo, e tão pouco existem narrativas dando conta de escravos que fugiram das senzalas.** O Visconde de Ururai não era afeito e violência e assim não delegava a pela de sua mão de obra a feitores. As senzalas tradicionais se caracterizam por portas inteiras, sem janelas, um desenho prisional de arquitetura, objetivo era impedir qualquer plano de fuga. Mas reparem em Machadinha, que as janelas amplas são conjugadas com as portas. Pelas janelas o vento de liberdade já começava a entrar, pois alguns escravos chegaram inclusive a ganhar terras do Visconde. Pelas janelas elas miravam de certa forma outra expectativa que ali começava a desenhar sua paisagem, as janelas, nunca jaulas. Os negros que moram ao redor da Casa Fazenda de Machadinha, descendem dos escravos da fazenda. Habitam o espaço de seus antepassados, em outro tempo. (...) (BALBI, 2011)

Mas, segundo a Associação Brasileira de Antropologia, ao se referir a quilombos, não se pode pensar que se trata de resíduos de uma ocupação populacional do passado, nem de grupos isolados e população homogênea (OLIVEIRA, 1997). A ideia concebida de que os quilombos se constituíram por negros escravizados fugidos e de insurreições está equivocada e superada, tendo em vista que muitas “terras de preto” são resultantes de doações de terras a partir da desagregação de fazendas, compra de terras pelos próprios escravos ou que foram conquistadas por meio da prestação de serviços, inclusive de guerra, e originadas de propriedade de ordens religiosas. Assim, os quilombos foram, para muitos, uma única forma de sobreviver em liberdade, sendo, portanto, uma importante estratégia de organização comunitária (BRASIL, 2013).

Apesar do discurso ainda presente no contexto local, a Prefeitura reconhece, mesmo que tardiamente e pela força de meios legais, a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das antigas senzalas de comunidade quilombola existente no Complexo Cultural Fazenda Machadinha, através do Decreto Municipal nº1070/2008 (MUSEUS DO RIO, 2017).

Nesse mesmo período, nomeadamente entre 2006 e 2008, a Prefeitura Municipal de Quissamã, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, deu

continuidade à proposta de reforma de parte das edificações. Assim, refuncionalizou o salão comunitário, cavalaria e senzalas para atender à finalidade de visitação turística, transformando o local em Complexo Cultural da Fazenda Machadinha (SONEGHETTI, 2016).

A cavalaria foi reprojeta arquitetonicamente para funcionar como restaurante, onde foi desenvolvido, entre 2008 e 2012, o projeto Raízes do Sabor, coordenado pela Prefeitura Municipal com o objetivo de “resgatar” a culinária quilombola. Nesse contexto, os moradores locais eram contratados pela Prefeitura para cozinhar e fazer apresentações culturais, como o jongo, fado e Boi Malhadinho (SONEGHETTI, 2016; MACHADO, 2006); ali também funcionava um espaço para venda de artesanato (SILVA, 2016). Atualmente, apesar da ausência da manutenção pelo poder público municipal, o local é utilizado esporadicamente pela Associação Remanescente do Quilombo da Machadinha para organização de eventos comunitários e turísticos. O armazém funciona, atualmente, como bar, concedido pela Prefeitura Municipal à exploração de um morador de Quissamã, sem vínculo com o quilombo.

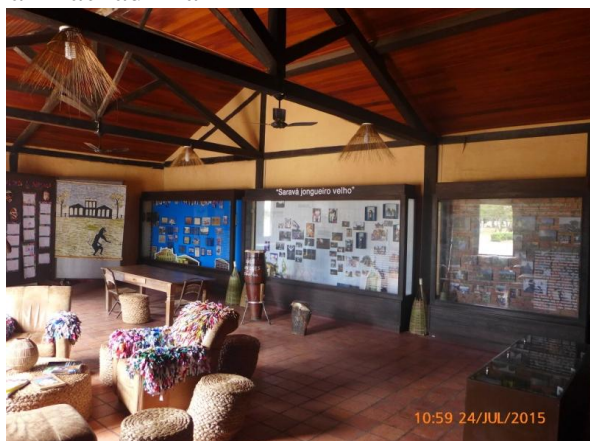
O salão comunitário, onde eram realizadas celebrações culturais dos quilombolas, foi refuncionalizado como Memorial de Machadinha, onde existe uma exposição sobre os negros africanos, o trabalho escravo no Brasil e elementos artísticos, como máscaras de madeira, instrumentos musicais e fotografias originadas de Angola, sem qualquer relação com a cultura local⁹⁴. As senzalas, que foram habitadas pelos descendentes dos atuais moradores desde os tempos do trabalho escravo até hoje, foram reformadas e expandidas, mantendo a finalidade de moradia. As Imagens 7 e 8 apresentam as “senzalas” e o interior do Memorial Machadinha.

Após a reforma das edificações, a Prefeitura criou o “produto turístico” a ser comercializado por guias e operadores locais no Complexo Cultural de Machadinha. Sendo assim, “capacitou” os moradores locais para atuarem como “guias” e criou um circuito para a visitação das edificações reformadas. O circuito envolvia o Memorial Machadinha, o armazém, as ruínas da casa da Fazenda Machadinha e a Capela Nossa

⁹⁴ Diz-se que o nome “Quissamã” foi atribuído aos “Sete Cavaleiros” que, ao desbravarem a região, encontram um negro entre uma aldeia indígena e, ao questionarem a sua origem, o negro que fugia da escravidão teria respondido ser de Kissama, localizado em Angola (LAMEGO, 1974). Segundo relatos dos interlocutores locais para esta pesquisa, a Prefeitura Municipal de Quissamã, com base nesse registro histórico, enviou em missão para Angola pesquisadores, fotógrafos e a então diretora da Fundação de Cultura de Quissamã, esposa do então prefeito Armando Carneiro, para encontrar “vestígios históricos” do comércio de negros escravizados para o Brasil, especificamente Quissamã. As peças artísticas que compõem a exposição no Memorial Machadinha originam desta viagem.

Senhora do Patrocínio, terminando com almoço das comidas elaboradas por meio do projeto Raízes do Sabor no Restaurante Casa de Artes e apresentação do grupo cultural Tambores de Machadinha. Este grupo é composto por um número pequeno de moradores idosos, que ensinam a dança e os cantos aos jovens.

Imagem 7 – Memorial Machadinha



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Imagem 8 – Moradias dos quilombolas do núcleo Machadinha reformadas



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A formação deste grupo cultural e as apresentações do jongo para turistas ocorreram no bojo do processo de transformação de Machadinha em complexo cultural. A tradição das danças advém dos antigos moradores locais, consideradas manifestações culturais locais espontâneas. Segundo Lima (2011), por um período de tempo essas manifestações foram gradualmente substituídas por práticas outras, perdendo a importância no cotidiano dos moradores locais. Mas, no âmbito do projeto “Turismo sustentável de base comunitária na região do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: Projeto Piloto Quissamã”, coordenado pela organização não-governamental

3H's, foi formado o grupo cultural Tambor de Machadinho, que era contratado pela Prefeitura para realizar apresentações culturais para turistas participantes dos roteiros turísticos e, também, em eventos que ocorriam em Quissamã e em outros municípios. A autora considera que esse processo resultou na “reinvenção da tradição” com base em “novos parâmetros”, que envolvem a caracterização dos dançantes como os escravos do século XIX, “descalços e com roupas brancas”, o que não era necessário anteriormente (LIMA, 2011, p. 136).

O processo de reconhecimento da comunidade como quilombola, que ocorreu em paralelo à transformação da Fazenda Machadinho em complexo turístico, não gerou resistência à proposta de uso e ocupação do território para fins turísticos. Ao contrário, este processo serviu para que a Prefeitura transformasse o espaço e os quilombolas em atrativos turísticos, sem que os sujeitos pudessem, ao menos, serem protagonistas.

Assim, a Fazenda Machadinho, transformada em complexo turístico, tornou-se um dos principais atrativos de Quissamã, sendo peça fundamental na interpretação sobre o ciclo econômico do açúcar, junto com os demais patrimônios representativos da aristocracia rural escravocrata do século XIX, desta região do Norte Fluminense. A intencionalidade da Prefeitura, no entanto, não corresponde com a proposta de tornar os sujeitos – neste caso os quilombolas – protagonistas do processo de organização e prestação dos serviços turísticos.

Ainda sobre a Fazenda Machadinho e o reconhecimento dos moradores locais como quilombolas, cabe ressaltar que, mais recentemente, dois projetos incidem sobre este território: o projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos, coordenado pela Universidade Federal Fluminense com o apoio do Ministério da Cultura, por meio de sua Secretaria de Políticas Culturais; e o projeto Quilombos no Projeto de Educação Ambiental – QUIPEA, sob a responsabilidade da Shell Brasil. Descreveremos, brevemente, a respeito dos objetivos e atividades desenvolvidas sobre ambos.

Realizado entre 2015 e 2016, o Projeto Prospecção e Capacitação em Territórios Criativos teve por objetivo mapear agentes dos territórios dos Quilombos de Machadinho (Quissamã), da Serrinha (Rio de Janeiro) e Campinho (Paraty) e realizar encontros e capacitações de agentes locais em diferentes níveis (artístico e cultural, organizacional e de gestão) a fim de consolidar redes, revisitar memórias das comunidades e manter vivas e dinâmicas as tradições, as festas, os folguedos, a culinária, o artesanato, as danças populares (G1 NORTE FLUMINENSE, 2015; UFF

NEWS, 2017). Como principais resultados, o projeto promoveu dois eventos, o Encontro de Saberes Locais do Quilombo da Fazenda Machadinho, em que foram apresentados aos visitantes as manifestações culturais do quilombo (tais como o fado, o jongo, boi malhadinho, a culinária) e, também, rodas de conversa com moradores locais e pesquisadores. O projeto teve como desdobramento a publicação de contos no livro *Flores da senzala*, de autoria de Dalma dos Santos, moradora e diretora do Memorial de Machadinho, além da inauguração do receptivo de pernoite no Quilombo Machadinho, o Pernoite Quilombola, em que moradores coordenam a oferta de hospedagem com café da manhã, na perspectiva da hospitalidade local.

Pode-se afirmar também que as intervenções realizadas pelo projeto Territórios Criativos provocaram nos quilombolas o anseio de organização social. Sendo assim, em outubro de 2015, um grupo formado por representantes das cinco comunidades que compõe o Quilombo Machadinho criou a Associação de Remanescentes de Quilombo de Machadinho – ARQUIMA, que tem por objetivo “promover a valorização da cultura afrobrasileira, desenvolver estudos, cursos, seminários e atividades culturais e pedagógicas para conscientização e emancipação humana e social” (MACAÉ NEWS, 2015).

O projeto Quilombos no Projeto de Educação Ambiental – QUIPEA, que ocorre desde 2010, envolve o desenvolvimento de ações e processos educativos com o objetivo de estimular a participação qualificada nas decisões públicas que afetam os 21 quilombos localizados na área de influência dos empreendimentos da Shell Brasil nos oito municípios da Bacia de Campos. Trata-se de medidas mitigadoras para a compensação ambiental relativa às atividades de exploração e produção de petróleo da Shell Brasil, a fim de diminuir os impactos das atividades petrolíferas sob as comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares. Em Quissamã, o projeto atende ao Quilombo Machadinho, que inclui as cinco comunidades: Machadinho, Bacurau, Sítio Santa Luzia, Mutum e Boa Vista.

O projeto está em sua terceira fase e tem por objetivo “fortalecer a identidade quilombola e promover sua ancestralidade, através da promoção de espaços de participação para a tomada de decisão sobre a gestão de seus territórios”, a partir da implementação de atividades educativas, envolvendo a realização atividades culturais e articulação com outros movimentos e projetos de educação ambiental.

Outros casarões das antigas fazendas canavieiras compõem, com menos destaque, o circuito turístico local, tendo sido transformados em museus e centros culturais, incluindo propriedades de representantes da família que têm protagonizado, historicamente, o poder político e econômico de Quissamã.

A Fazenda Mato de Pipa é a única residência rural originária do século XVIII (tendo sido erguida entre 1777 e 1782) existente na região Norte Fluminense, à parte das edificações de cunho religioso (LAMEGO, 1974). É uma das mais importantes obras arquitetônicas do município, pois representa a matriz da família Araruama, em torno da qual se deu o povoamento do que seria hoje Quissamã, e cujo desmembramento de terras doadas pelo Visconde a seus filhos para a construção de novos engenhos originam-se a Fazenda Machadinho e a Fazenda Mandiquera (CALVANTE, 1987). A Fazenda Mato de Pipa é propriedade privada e está aberta à visitação quando agendada previamente, por meio dos guias de turismo e operadores locais.

Além de fazendas Machadinho, Quissamã e Mato de Pipa, outras fazendas sedes de fazendas do século XIX e XX que cultivavam cana-de-açúcar estão abertas à visitação também com agendamento prévio. As fazendas ainda guardam características originais, como casa-grande, senzalas, capelas, jardins e palmeiras imperiais. As fazendas representam a opulência dos produtores rurais, formando um interessante “conjunto” arquitetônico sobre a memória deste importante ciclo econômico, que contribuiu para destacar Quissamã no cenário político nacional do século XIX. Em resumo, podem ser destacadas as seguintes fazendas, de acordo com o Quadro 5, apresentado na próxima página.

No meio rural, a Fazenda São Miguel oferece infraestrutura e serviços para recepção de turistas e visitantes. Esta fazenda é de propriedade da família Carneiro da Silva, que historicamente produz cana-de-açúcar e também tem marcado presença na administração pública, com cargos no âmbito da Prefeitura, conforme exposto anteriormente. Em 2010, poucos anos após o fechamento do Engenho Central de Quissamã, foi fundado o Novo Engenho São Miguel, que produz cachaça, açúcar mascavo, melado e rapadura, e compõe o circuito turístico das folheterias produzidas pela Prefeitura (UOL, 2013).

Quadro 7 – Fazendas históricas de Quissamã e características principais

Bem	Características
1. Fazenda Mato de Pipa	Única residência rural originária do século XVIII (tendo sido erguida entre 1777 e 1782) existente na região Norte Fluminense, à parte das edificações de cunho religioso. É uma das mais importantes obras arquitetônicas do município, pois representa a matriz da família Araruama, em torno da qual se deu o povoamento do que seria hoje Quissamã, e cujo desmembramento de terras doadas pelo Visconde a seus filhos para a construção de novos engenhos originaram a Fazenda Machadinha e a Fazenda Mandiquera. Tombada pelo IPHAN em 1976 e pelo INEPAC em 1985. Em bom estado de conservação.
2. Fazenda Santa Francisca	Erguida em 1852, a edificação encontra-se em excelente estado de conservação. A casa e o jardim são mantidos a partir das características originais, com árvores centenárias. A festa em homenagem a Santo Antônio é tradição, quando os fiéis, em procissão, deixam a capela da Casa Grande e passam pelas antigas senzalas.
3. Fazenda Mandiquera	Solar em estilo neoclássico, inaugurado em 1875. A edificação é “considerada uma obra monumental para os padrões da oligarquia canavieira da época”. O sítio histórico formado pelo conjunto arquitetônico e paisagístico da Fazenda Mandiquera foi tombado pelo IPHAN em 1976 e pelo INEPAC em 2007, mas está em avançado de deterioração da edificação.
4. Chácara São João	Erguida em 1882, a casa de estilo rural-urbano está localizada na área central de Quissamã. Junto a outras edificações, compõe uma paisagem que caracteriza o cenário de época.
5. Fazenda São Manoel	Erguida em 1886, a sede possui visão para os vales dos rios Macabu e do Meio. Em ótimo estado de conservação.
6. Fazenda São Miguel	Foi a primeira residência do barão e visconde de Quissamã. O solar, erguido em 1908, é um “típico representante da arquitetura do fim do ciclo da cana-de-açúcar”.
7. Fazenda Trindade	Erguida em 1909, a sede possui estilo romântico do fim do século XIX. O conjunto é formado também por moradias de colonos e uma antiga casa de farinha. A fazenda é residência e produz coco, abacaxi e gado.
8. Casa da Família Silva	Construída em 1920. Localizada na área central de Quissamã, compõe o conjunto paisagístico cultural local.

Fonte: Mapa de Cultura (2017); TCE-RJ (2003); IPHAN (2016). Adaptado pela autora.

Além das fazendas citadas, há ainda outras sedes e edificações residenciais do período pertencente ao ciclo econômico da cana-de-açúcar que não se encontram em estado de conservação favorável à preservação da memória social e não constituem bens protegidos por legislação específica com o objetivo de resguardar o patrimônio material. Na área central, no entorno da Praça Brigadeiro José Caetano, onde pode ser feito um roteiro turístico a pé, é possível visitar as casas da Família Silva e na Chácara São João para conhecer objetos, documentos e móveis originais da época, que remontam à história de Quissamã. Também compõe o cenário bucólico da área central a Igreja Matriz Nossa Senhora do Desterro, inaugurada em 1924, e o coreto, em formato de cruz, pouco comum em construções do tipo que, devido aos detalhes arquitetônicos, foi tombado pelo INEPAC em 1985.

Há ainda outras edificações históricas que compõem o circuito turístico da área central. A edificação onde atualmente está alocado o Centro Administrativo da Prefeitura de Quissamã foi reformada em 1991. O local foi inaugurado em 1870 para funcionar como estabelecimento escolar para os descendentes Araruama e, posteriormente, funcionou como escola pública para sediar o Convento Nossa Senhora dos Anjos entre 1903 e 1972 (TCE-RJ, 2007; TCE-RJ, 2015).

Atualmente, Quissamã possui dois centros de educação e cultura, sendo um público municipal e outro privado. O primeiro é o Centro Cultural Sobradinho, edificação da década de 1970, residência de Francisca Romana do Patrocínio, dama de companhia da baronesa de Villa Franca, e de seu sobrinho, José David Paula. Foi adquirida pela Prefeitura em 2005 e restaurada, mantendo as características arquitetônicas originais, para abrigar oficinas educacionais e culturais (dança, música, teatro, artes plásticas), e possui salão de exposições, sala de música, biblioteca infantil, sala multimídia, sala de leitura e um mini-palco para atividades teatrais. Ali também funcionam o cinema municipal, a Biblioteca Pública Municipal de Quissamã, além de um restaurante e café (MAPA DE CULTURA, 2017). O Centro Cultural abriga uma réplica da Estação Freguesia da Estrada de Ferro Agrícola, inaugurada em 1877 junto ao Engenho Central de Quissamã, com o objetivo de servir como “ponto de resgate da memória de um povo”. A réplica da Estação da Freguesia, o cinema municipal e o Centro Cultural Sobradinho são considerados pela Prefeitura Municipal como mais um dos “pontos de visitação turística” (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, 2009), revelando o interesse do governo local em fomentar o turismo.

Outro local que compõe o circuito de visitação, sobretudo de estudantes e pesquisadores,   o Espaço Cultural José Carlos Barcellos, fundado em 1995 por iniciativa privada. O projeto Quissamã Memória Viva, coordenado pela proprietária do Espaço, tem por objetivo coletar, tratar e disponibilizar diversos fatos, dados, e elementos culturais (documentos, fotografias, plantas arquitetônicas, postais, pinturas, moedas, materiais de constru o, instrumentos musicais e mapas) relativos   história de Quissamã – desde os tempos áureos do ciclo econômico do a ugar até os dias atuais. Devido   relevância do conteúdo que arquiva, em 2014, recebeu o pr mio nacional Brasil Criativo, dando ao município o reconhecimento inédito em todo o Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ, 2007).

Em resumo, pode-se afirmar que os principais atrativos turísticos de Quissamã são centros culturais e museus, de onde se pode mensurar, em média, o número de visitantes – podendo ser estes turistas, moradores locais, estudantes e pesquisadores e demais sujeitos interessados em conhecer a história e o patrimônio cultural do município. A Tabela 6 apresenta o número de visitantes em 2016:

Tabela 7 – Visitação nos centros culturais e museus de Quissamã em 2016

Local	Número de visitantes
Museu Casa Quissamã	2000
Memorial Machadinha	1088
Centro Cultural Sobradinho	372
Espaço Cultural José Carlos Barcellos	294

Fonte: Prefeitura Municipal de Quissamã (2017) e Espaço Cultural José Carlos Barcellos (2017), adaptado pela autora.

Outros patrimônios históricos que possuem relação com o ciclo econômico do açúcar são o Engenho Central de Quissamã, inaugurado em 1877 e pioneiro na América do Sul, que acolhia a produção canavieira da região. Apesar da sua importância histórica, que representou a opulência da economia canavieira no século XIX, o engenho foi desativado em 2002 e local está abandonado; os bens, tais como maquinário e locomotivas, estão em estado de deterioração. Associadas ao Engenho Central, estão as infraestruturas de transporte de cana, cargas e de passageiros, que são o Canal Campos-Macaé, ao qual dedicaremos um capítulo, e a Estação Ferroviária de Conde de Araruama (TCE-RJ, 2007). A Imagem 9, na próxima página, representa a relação entre o Canal Campos Macaé e as ruínas da Usina.

A antiga Estação Ferroviária de Conde de Araruama passou por uma restauração em 2010 e, atualmente, funciona ali um café. A Estação Ferroviária foi inaugurada em 1875, com 40 quilômetros que cruzavam as fazendas (Mandiquera, Machadinha, Melo, Quissamã, São Miguel, Santa Francisca, Monte do Cedro, Boa Esperança) até o Engenho Central, tendo viabilizado o transporte de carga e passageiros entre os séculos XIX e XX (TCE-RJ, 2007).

Imagem 9 – Trecho do Canal Campos Macaé e ruínas da Usina Engenho Central (Quissamã).



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Além da extensa lista contendo as edificações histórico-culturais refuncionalizadas para fins turísticos, cabe destacar também os aspectos do patrimônio histórico-cultural imaterial de Quissamã. Além do jongo, também constitui uma prática cultural dos quilombolas o fado. Mattoso (2003) explica que o fado pode ser considerado um “conjunto de danças encadeadas, também conhecido como suíte, dançada ao som de viola e adufe, hoje substituído pelo pandeiro”, um bailado de origem afro-brasileiro, ainda presente em Quissamã. Segundo o autor, o fado desapareceu em outros municípios do Norte Fluminense e correu risco de “esquecimento” pela população. No caso do fado em Quissamã, isso não ocorreu, pois a Prefeitura Municipal, à época, buscou incentivar a manifestação popular com apresentações culturais pagas aos seus integrantes, bem como a promoção de oficinas. Mattoso (2003) afirma também que, ainda que as ações da Prefeitura tirassem a espontaneidade do fado e, portanto, isso pudesse significasse uma reinvenção da cultura local, o desenvolvimento da atividade turística em Quissamã propõe ser uma “alternativa de resgate e manutenção do bailado e seu sentido de identidade cultural ativo”.

Outra manifestação cultural em Quissamã é o Boi Malhadinho. Atualmente, os diferentes grupos – Maranhão, Celebridade, Diamante Negro, Vlad, Vai Quem Quer, e Surubim – formados por integrantes fantasiados incorporam os personagens e tocam instrumentos, dançam e brincam com os foliões durante o Carnaval (TCE-RJ, 2007). Tradicionalmente, o Boi Malhadinho de Quissamã fazia parte dos folguedos relacionados às festas de São João e Santo Antônio e tinha como função, além do entretenimento, de arrecadar doações e estimular a solidariedade entre vizinhos para a realização artística de dançarinos, atores e artesãos. Porém, devido às dificuldades

financeiras, e considerando a atenção dada pela Prefeitura para a realização de blocos de Carnaval em detrimento aos grupos do Boi, gradualmente esta manifestação foi sendo substituída, com alterações dos costumes relacionados. Atualmente, a Prefeitura Municipal de Quissamã apoia financeiramente os grupos culturais para o desfile durante o Carnaval (AZEVEDO, 2004; G1 NORTE FLUMINENSE, 2014). Ainda sobre os aspectos relacionados ao patrimônio cultural imaterial, cabe destacar a Banda Musical União Quissamaense, considerada pela Prefeitura Municipal como “um dos mais relevantes patrimônios culturais imateriais do Município, cuja história se confunde com a própria história de Quissamã”. Tendo sido fundada em 1915, denominada inicialmente como Sociedade Musical de Quissamã, apresentava-se em recepções de autoridades e festas religiosas, especialmente a festa de Nossa Senhora da Penha, em que os componentes se deslocavam até o bairro da Penha por meio de balsa, pelo canal Campos-Macaé. Com poucas interrupções ao longo da história de mais de cem anos de existência, em 1965 teve apoio do Engenho Central de Quissamã para retomar as atividades que continuam até hoje, com ensaios semanais, em sede próxima (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, 2017).

Na categoria “patrimônio natural”, fazem parte dos circuitos turísticos praias e lagoas, embora não seja esta a que possui maior destaque dos folhetos publicitários, guias turísticos e operadores locais. Além das lagoas que constituem parte do território protegido pelo PNRJ, há ainda a Lagoa Feia, que faz limite territorial com Campos dos Goytacazes. É a segunda maior lagoa doce do Brasil, com espelho d’água de 16 mil hectares e profundidade média de 1m a 2m. Mas, devido ao uso indevido e às obras de drenagem, assoreamento e construção de canais com o intuito de controle de cheias e saneamento, a Lagoa Feia vem perdendo, gradualmente, em termos de extensão e, conseqüentemente, em termos de biodiversidade. À medida que há a diminuição do nível das águas, os fazendeiros ampliam gratuitamente suas propriedades (SOFIATTI, 2013).

Os balneários de João Francisco, Barra do Furado e Praia do Visgueiro, localizados no entorno imediato do PNRJ, possuem restaurantes e quiosques e algumas residências de pescadores. Durante a temporada de verão, a Prefeitura Municipal organiza eventos locais com fins de entretenimento. Em Barra do Furado, é sediada, anualmente, uma das etapas do Campeonato Brasileiro de Surf Profissional e também

outros eventos com competições do esporte de menor porte (MAPA DE CULTURA, 2017; SEBRAE, 2014).

Com os investimentos na reforma e refuncionalização do patrimônio histórico-cultural de Quissamã, além da parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a Prefeitura Municipal de Quissamã desenvolveu três roteiros turísticos. Os roteiros são comercializados pelo receptivo local (duas agências de turismo) que solicitam agendamento prévio para a visita aos atrativos e divulgados por meio de folheteria específica, que destaca que Quissamã é “uma cidade reconhecida pela boa aplicação dos *royalties* do petróleo no bem-estar da população e no desenvolvimento sustentável” (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, s/d).

O roteiro turístico Complexo Cultural Fazenda Machadinho, que compõe a categoria “cultura”, envolve a visita nos seguintes atrativos turísticos: Casa de Artes Machadinho e jongo, Capela Nossa Senhora do Patrocínio, Culinária Raízes do Sabor, o Solar em ruínas e artesanato. Já no Roteiro Histórico o turista visita a Casa Mato de Pipa, Espaço Cultural José Carlos Barcellos, Fazenda São Miguel, Igreja Nossa Senhora do Desterro, Centro Cultural Sobradinho, Museu Casa de Quissamã e Casa da Família Silva. E, no roteiro da categoria Natureza, o visitante tem possibilidade de conhecer dezesseis lagoas costeiras, fauna e flora “exuberantes”, o Canal Campos-Macaé e o Centro de visitantes na Praia de João Francisco.

É importante destacar que, mesmo com tantas atividades já realizadas e com um potencial para o desenvolvimento da atividade turística, a Prefeitura Municipal de Quissamã não dispõe de um Plano Municipal de Turismo.

Ao longo das atividades de campo para esta pesquisa, tomou-se conhecimento sobre a elaboração da proposta do Plano Municipal de Cultura que estava em curso. A partir da análise do documento, agora publicado, percebe-se que às diretrizes para o desenvolvimento da cultura foram incorporadas propostas relacionadas à atividade turística, considerando a complexidade do fenômeno e suas características e potencialidades no município de Quissamã. As ações propostas no Plano de Cultura buscam valorizar os vários grupos e diversas iniciativas locais que produzem e praticam dança, teatro, música e literatura e, também, as diferentes manifestações culturais – tais como o fado, boi malhadinho, jongo –, interpretando a atividade turística como um instrumento capaz de dar visibilidade e, também, de motivar as práticas culturais locais.

Portanto, dentre as ações de incentivo, estão propostas para a realização de eventos, a programação de roteiros de visitação, a comercialização de produtos culturais, divulgação e comunicação das ações. Cabe destacar, ainda, duas propostas que interagem diretamente com este estudo: o “estímulo ao uso do Canal Campos-Macaé” e o “incentivo ao turismo de base comunitária no Quilombo Machadinha”, de modo que seja garantido “através de lei específica que as pessoas da comunidade Machadinha sejam as responsáveis pelo gerenciamento dos espaços culturais do seu complexo”, tais como a utilização do Restaurante Casa de Artes Machadinha, a formação de guias locais e a elaboração de roteiro turístico cultural no Complexo Cultural Fazenda Machadinha e entorno.

Diante do exposto, é possível afirmar que, em Quissamã, inicialmente foram feitas intervenções públicas que produziram o município como um *destino turístico*, de modo que empresários e iniciativas locais pudessem *empreender* o patrimônio natural e histórico-cultural por meio de roteiros turísticos. Mas as intervenções da Prefeitura não proporcionaram autonomia para empresários e iniciativas locais, tão necessária para que o turismo pudesse ser uma atividade importante para o município a partir das premissas do “*turismo situado*”. Isso fica evidenciado nas mudanças de governo, tanto da Prefeitura quanto do PNRJ, que alteraram de maneira significativa a dinâmica da atividade, com o fechamento de centros de visitantes e espaços de lazer durante o fim de semana ou permanentemente (como o centro de visitantes do PNRJ na Praia de João Francisco, o restaurante Casa de Artes da Prefeitura) e, também, a não realização de eventos e apresentações culturais com os grupos de jongo e fado da comunidade quilombola de Machadinha. Assim, as atividades turísticas em Quissamã estão, atualmente, adormecidas, não podendo ser consideradas responsáveis por, no futuro, substituir, ainda que parcialmente, a renda advinda de *royalties* e participações especiais advindas da exploração do petróleo.

No caso de Macaé e Carapebus, em que também são comuns os discursos do turismo como “atividade econômica do futuro” destes municípios para quando a exploração do petróleo se findar, o cenário desponta-se ainda mais “nebuloso”. Isso porque o patrimônio natural e cultural tem seu potencial negligenciado pelas intervenções públicas e privadas, considerando o fato de não ter havido, ao longo da história de exploração do petróleo e pagamento de *royalties* e participações especiais, nenhuma política pública capaz de projetá-los como espaços de visitação ou turismo.

Diante do exposto, avalia-se que as intervenções e as políticas públicas e privadas para o fomento do turismo nos municípios em que o PNRJ está inserido não estão consolidadas e, portanto, não se pode afirmar que o turismo é uma atividade que irá responder à demanda de justiça intergeracional advinda da exploração do petróleo nesta região no futuro.

A análise sobre o cenário relativo às intervenções públicas e privadas com o objetivo de fomentar o turismo nos municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, e que implicam diretamente na visitação no PNRJ, permite afirmar que cada destino não poderá viabilizar, isoladamente, a atividade. Mas é possível que, de forma associada, os municípios possam vir a se constituir como “um único destino turístico” na medida em que há serviços, equipamentos e infraestrutura que se complementam e, também, com uma oferta diferencial que os unifica, o PNRJ e o Canal Campos-Macaé. O turismo neste destino turístico e a visitação nesta UC poderão ser viabilizados caso sejam envidados esforços entre os diversos atores sociais para a construção de uma política pública de forma integrada, em que as dinâmicas sociais, culturais e econômicas locais sejam priorizados e valorizados neste processo.

As iniciativas de base local têm um papel fundamental neste processo, no sentido de que podem fomentar o turismo situado, não homogeneizante e não homogeneizador da cultura e das dinâmicas econômicas e sociais locais. Sendo assim, nesse processo de fomento do turismo no destino turístico onde o PNRJ está inserido, é preciso, também, que seja construída uma prática de gestão de parque inovadora, considerando que esta categoria de unidade de conservação impõe o desafio de associar a proteção da biodiversidade com o desenvolvimento social, tendo o turismo, a visitação e o uso público como um dos objetivos a serem cumpridos. Nesse sentido, serão apresentadas, a seguir, as características ecológicas, culturais e históricas do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, bem como a atual dinâmica de visitação.

3.3 HISTÓRICO DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO PNRJ E RELEVÂNCIA PARA A PROTEÇÃO DA NATUREZA

O PNRJ situa-se no litoral nordeste – ou região das Baixadas Litorâneas – do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo o território dos municípios de Macaé (1%),

Carapebus (34%) e Quissamã (65%), com uma extensão de 14.922 hectares, envolvendo uma grande diversidade de *habitats* (ICMBIO, 2016). Este parque tem um papel fundamental na proteção dos ecossistemas costeiros e se destaca na conservação das restingas⁹⁵ e lagoas costeiras do Estado do Rio de Janeiro, atualmente com níveis altos de degradação por diversas ações antrópicas (ICMBIO, 2008).

O PNRJ foi criado pelo Decreto s/nº de 29 de abril de 1998, sendo o Parque Nacional mais recentemente criado do Estado do Rio de Janeiro (ICMBIO, 2008). Por ter sido criado ainda na década de 1990, em que os órgãos governamentais e movimentos da sociedade civil organizada já haviam experienciado a implementação de outros quatro parques nacionais no Estado do Rio de Janeiro, já eram conhecidos os problemas e conflitos que poderiam ocorrer ao longo do processo, decorrentes da contraposição de um paradigma conservador e preservacionista (LEAL, 2013). Apesar de sua recente criação, o processo seguiu o mesmo modelo e concepção das primeiras áreas protegidas no Brasil, tendo como inspiração o modelo estadunidense de 1872, considerando a incompatibilidade entre a presença humana em seus limites (COSTA; YU-MING; SANCHEZ, 2015).

O contexto em que surge a ideia de criação de uma área protegida na região Norte Fluminense foi o de expansão da indústria do petróleo. Com a instalação da Petrobrás e a chegada de mais de quatro mil empresas pertencentes à cadeia produtiva do petróleo, sobretudo no município de Macaé, transformações significativas de ordem econômica, social, cultural e ecológica ocorreram – e ainda ocorrem – nessa região. A ameaça aos recursos naturais tornou-se latente, com efeitos mais significativos na parcela mais pobre da população (LEAL, 2013).

O processo de criação do PNRJ foi protagonizado por pesquisadores que desenvolviam pesquisas nesse importante “laboratório natural”, tendo como motivação principal a proteção do patrimônio genético de seres vivos e de compostos bioativos originados de espécies vegetais, muitos deles ainda desconhecidos pelas Ciências Naturais, porém muito utilizados pela população local por gerações como fitoterápicos para o tratamento e controle de doenças.

Pode-se afirmar que, desde a colonização portuguesa na região até os dias atuais, a área que hoje se nomeia por Restinga de Jurubatiba manteve-se, de uma forma geral,

⁹⁵ Restingas são tipos vegetacionais localizados sobre formações sedimentares arenosas costeiras, de origem recente (período quaternário).

protegida. Esteves (2011)⁹⁶ explica que isso se deveu, sobretudo, às características do meio físico-natural, que dificultaram o acesso ou não apresentaram interesses econômicos relevantes, atravessando os ciclos da pecuária, do açúcar e, mais recentemente, do petróleo, pelos quais a região passou. Conforme já se explicou anteriormente, o litoral do Norte Fluminense é caracterizado pela ausência de enseadas, com praias profundas e ondas fortes, o que traz limitações para a construção de portos e dificulta seu uso como balneário – consequentemente, não atraindo o interesse para a especulação imobiliária. Além disso, o solo é arenoso, pobre em matéria orgânica e sais minerais, característica que desestimulou a implantação da agropecuária.

O reconhecimento da importância ecológica da restinga ocorreu a partir dos primeiros estudos, realizados pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) em 1979, que, com base em levantamentos preliminares sobre os aspectos ecológicos, indicaram a necessidade de preservação. Outros estudos, publicados por pesquisadores nas décadas seguintes, sugeriram a preservação de áreas contínuas da restinga do então município de Macaé que, com maior detalhamento, apresentaram propostas para a criação de uma área protegida devido ao seu elevado grau de preservação, elevada biodiversidade e enorme potencial para a pesquisa científica (VAINER, 2010; ESTEVES, 2011).

Esses estudos iniciais foram fundamentais para a elaboração de uma proposta para a criação de uma Unidade de Conservação, encaminhada ao então Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)⁹⁷ em 1986. Porém, a proposta encontrou diversas barreiras burocráticas e, por fim, não se obteve êxito nessa primeira tentativa. Uma segunda tentativa foi realizada por grupos de ambientalistas de Macaé,

⁹⁶ Notas sobre Francisco Esteves – é notória a colaboração do Professor Francisco de Assis Esteves para o avanço da pesquisa no país e no exterior, sobretudo no que tange à Ecologia de Lagoas Costeiras Brasileiras e ao largo conhecimento construído sobre a Restinga de Jurubatiba, tendo contribuído enormemente para a criação do PNRJ e sua proteção contra o processo de desenvolvimento decorrente do ciclo econômico do Petróleo no Norte Fluminense. Porém, sua visão sobre a relação sociedade-natureza é dicotômica e antropocêntrica, apoiada numa ideia de “crise da biodiversidade”, em que os impactos sobre o meio físico-natural são causados pelo “consumo insustentável da sociedade moderna” e pela “pobreza dos países em desenvolvimento” (ESTEVES, 2011, p. 64). Essa visão difere da corrente de pensamento seguida pela autora deste trabalho, que defende a ideia de que os impactos sobre o meio físico-natural são práticas de determinado grupo de atores sociais, no contexto de uma crise civilizatória (QUINTAS, 2009; MORIN, KERN, 2003). Reconhecendo, então, o protagonismo deste importante pesquisador para o processo de criação e proteção do PNRJ, iremos selecionar parte de sua produção científica para contextualizar sobre a Unidade, com essa importante ressalva de cunho ideológico.

⁹⁷ O Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), entidade autárquica integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura, dedicou-se a “formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do País” (BRASIL, 1967).

que encaminharam uma proposta ao governo do Estado do Rio de Janeiro para a criação de uma área protegida de uso restritivo (Reserva Biológica) envolta por uma ampla, de uso sustentável (Área de Proteção Ambiental), que também não se sucedeu.

Em 1992, a região e seus ecossistemas foram proclamados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), como Reserva da Biosfera⁹⁸, por ocasião da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92) (ICMBIO, 2008), o que deu maior visibilidade às peculiaridades geológicas e biológicas desta região.

Sendo assim, foi dada a continuidade para a realização de pesquisas científicas na área de Ecologia e, em 1992, foi estabelecido um convênio entre Petrobrás e a Universidade Federal do Rio de Janeiro para a implantação do projeto de pesquisa “Estudos Ecológicos das Lagoas Costeiras do Norte Fluminense” (ECOLAGOAS), que subsidiou diversos trabalhos científicos e, também, a construção da sede do Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé (NUPEM/UFRJ).

O aumento do número de pesquisas científicas na área de restinga no Norte Fluminense foi fundamental para que os pesquisadores pudessem reunir os dados que justificassem a criação de uma unidade de conservação. Porém, somente após o encaminhamento da proposta ao IBAMA, em 1997, foi realizada uma reunião para a comunicação sobre a intenção de se criar uma unidade de conservação, com participação de políticos locais, proprietários de terras e pesquisadores.

Mesmo com a oposição expressa de prefeitos, que argumentaram que o estabelecimento de uma unidade de conservação “engessaria o desenvolvimento econômico da região” e que, no caso do município de Carapebus, 60% do seu território se tornaria uma UC de Proteção Integral, o grupo de pesquisadores deu continuidade à proposta, com a definição da categoria de UC como “parque nacional”, demarcação da área, sugestão de nome e divulgação de suas intenções na imprensa. Esteves (2011, p. 77) menciona que este processo foi realizado em caráter de urgência e sob “grande estresse emocional”, devido ao “frágil apoio dos três municípios em torno da ideia”. Sendo assim, em ato solene, foi assinado o decreto de criação do PNRJ em 29 de abril

⁹⁸ A Lei nº 9.985/00 define em seu artigo 41 que: “A Reserva da Biosfera é um modelo, adotado internacionalmente, de gestão integrada, participativa e sustentável dos recursos naturais, com os objetivos básicos de preservação da diversidade biológica, o desenvolvimento de atividades de pesquisa, o monitoramento ambiental, a educação ambiental, o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das populações.”. Através do Programa Homem e Biosfera (MaB – Man and Biosphere), foi criada a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e foram reconhecidas as restingas como ecossistemas ligados à Mata Atlântica, incluindo a área de Jurubatiba em sua Zona Núcleo 1 (ICMBIO, 2008).

de 1998, sendo o único com o objetivo de proteger os ecossistemas de restinga e um dos poucos a proteger os ecossistemas costeiros (ESTEVEZ, 2011, p. 81).

Esse processo revela que a criação do PNRJ atendeu prioritariamente aos interesses da comunidade científica da área de conhecimento das Ciências Biológicas e da Biodiversidade. Porém, os esclarecimentos e debates ampliados aos mais diversos atores sociais afetados pela criação de uma unidade de conservação, como os pescadores (estudados por Leal, 2013), foram insuficientes, contendo, portanto, fragilidades no processo de consulta pública para legitimar o reconhecimento dessa área protegida por lei.

Segundo Vainer (2010), a participação social dos atores locais somente se deu a partir da elaboração do Plano de Manejo, em 2000. Tendo em vista a pouca oportunidade de diálogo no momento de proposição para a criação da Unidade, o processo de elaboração do documento foi marcado por conflitos e disputas por legitimação de interesses e formas de apropriação material e simbólica do território dos diferentes sujeitos.

Em paralelo a esse processo de planejamento, foi necessária a constituição do Conselho Consultivo do PNRJ. Este processo, considerado um modelo de instância consultiva, foi coordenado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE/RJ) e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental (NEA) da Gerência Executiva Estadual do IBAMA, tendo sido concluído em 2002 com a publicação da Portaria n. 97, em 06 de agosto⁹⁹ (LOUREIRO *et al.*, 2003). Apesar dos avanços ocorridos no fortalecimento de uma gestão democrática do PNRJ (FARJALLA *et al.*, 2013), o conselho consultivo assumiu dinâmica própria e, segundo Siqueira (2009), passou a enfrentar algumas dificuldades, sobretudo no que tange à assimetrias com relação aos conhecimentos técnicos, políticos e legais entre os conselheiros e representatividade das instituições e alguns atores sociais.

Devido aos diversos impasses encontrados ao longo do processo, somente em 2008, quase 10 anos após a criação do Parque¹⁰⁰, foi publicado o Plano de Manejo. Em

⁹⁹ “O projeto atendeu a dois objetivos interconexos: (1) formulação das bases conceituais e metodológicas que situam a educação ambiental no âmbito da Gestão Ambiental Democrática de Unidades de Conservação, tendo, como espaço institucional privilegiado para isso, os conselhos consultivos ou deliberativos previstos no Snuc; e (2) realização de um planejamento participativo com os(as) conselheiros(as) do Parna da Restinga de Jurubatiba, definindo um plano de ação para o fortalecimento do seu conselho consultivo, que começou a ser implementado nesse Parna em 2003” (LOUREIRO *et al.*, 2003, p. 5).

¹⁰⁰ Portaria n.54, de 01 de agosto de 2008. Ocorreu uma solenidade para a entrega aos representantes legais do poder executivo municipal, em solenidade no dia 25 de abril de 2008 (VAINER, 2010).

uma análise crítica sobre este documento estratégico, Vainer (2010) analisa a perspectiva empresarial proposta para a gestão de uma Unidade de Conservação e Medeiros e Pereira (2011) indicam a lacuna em relação ao zoneamento e às proposições para o manejo do Parque¹⁰¹, o que ilustra uma dificuldade recorrente de muitos parques nacionais com relação à tradução das complexidades envolvidas no processo de gestão (FARJALLA *et al.*, 2013).

O Plano de Manejo indica diversas ações estratégicas que visam a atender os objetivos de gestão do PNRJ. Dentre as ações previstas, está o Programa de Uso Público do PNRJ, que tem por objetivo ordenar o uso do Parque pelos visitantes, oferecendo infraestrutura e serviços para as atividades de recreação e turismo nos recursos naturais e histórico-culturais, tais como caminhadas, banhos nas lagoas costeiras, piquenique e contemplação da natureza. O Programa tem como uma de suas diretrizes o desenvolvimento do turismo no PNRJ com vistas à geração de renda, de forma integrada com o seu entorno e com a participação do poder público municipal nas ações, conforme destacado a seguir:

Objetivos específicos:

- Promover o manejo adequado do uso público no interior do Parque, ordenando o uso atual e criando novas oportunidades e alternativas, de acordo com o zoneamento e as diretrizes estabelecidas neste Plano de Manejo, visando equilibrar as expectativas dos visitantes e demais usuários e a manutenção das condições e atributos naturais do Parque.
- Implantar infraestrutura mínima e equipamentos necessários para a abertura do Parque ao público.
- **Gerar renda para o Parque e sua região (grifo nosso).**
- Promover o fortalecimento e a integração com o entorno.
- Oferecer oportunidades de recreação e turismo no Parque, com base nos seus atrativos naturais, tais como: lagoas costeiras de grande beleza cênica, espécies endêmicas e diversidade de aves, entre outros.
- Oferecer serviços e facilidades aos turistas nacionais e estrangeiros que valorizem a cultura regional e local.
- **Promover o envolvimento do poder público municipal com o Programa de Uso Público, visando uniformizar os procedimentos para realização das atividades no Parque (grifo nosso).**
- **Promover a integração do Parque com os projetos de desenvolvimento do turismo no seu entorno, aproveitando as oportunidades existentes, através de uma abordagem conservacionista (grifo nosso).**

101 Destaca-se o debate em torno do zoneamento, em que a faixa de amortecimento sob o município de Carapebus cobria quase 80% de seu território. Dessa forma, foi feito um redelineamento e, assim, os vetores de expansão e adensamento urbano do município se dão na direção oposta ao parque (SEBRAE, 2014).

- Conhecer o perfil do visitante e promover a compatibilização de suas expectativas e necessidades com as diretrizes deste Plano de Manejo.
- Garantir a satisfação e a segurança dos visitantes.
- Incentivar o voluntariado no Parque, visando a contribuição da sociedade nas atividades de apoio ao manejo e gestão da visitação.

Dentre as ações delineadas, destacam-se aquelas que se aproximam dessas diretrizes: a criação de uma câmara temática sobre uso público e turismo que, por meio da participação em reuniões poderia proporcionar o debate e a construção de projetos e propostas pelos atores sociais locais relacionadas ao desenvolvimento do turismo no PNRJ de forma integrada com o entorno; a realização de pesquisas para identificar o perfil do visitante, pois através dos resultados é possível identificar oportunidades de negócios a serem realizados por meio de diferentes arranjos institucionais de parcerias com entes privados; e o cadastramento e treinamento de guias de turismo e condutores ambientais, devido à possibilidade de geração de renda (ICMBIO, 2008). Mas o Plano de Manejo não detalha os projetos e não indica as ações que deverão ser realizadas para cada zona de uso intensivo, ou seja, aquelas com a finalidade de uso público.

Após os esforços de criação da UC e de estabelecimento dos instrumentos de gestão, o principal desafio para a gestão do PNRJ parece ser, no contexto atual, o avanço da expansão urbana de forma desordenada, na direção da área de restinga e nos limites do Parque, promovidos pela indústria petrolífera (como o Distrito Industrial de Cabiúnas, em Macaé) e estabelecimento de segundas residências (loteamentos de balneários litorâneos) (VAINER, 2010), “o que representa uma séria ameaça aos ecossistemas locais” (FARJALLA *et al.*, 2013, p. 243).

A região de inserção do PNRJ possui uma especificidade ecológica que justifica a proteção da sua biodiversidade em diferentes esferas. No âmbito internacional, possui destaque na estratégia de conservação das Reservas da Biosfera, em especial da Mata Atlântica. Está inserido na Zona Núcleo I, representando aproximadamente 3,3% da área total protegida da RBMA, sendo o município de Quissamã aquele com maior porção em sua superfície, cerca de 73% (ICMBIO, 2008)¹⁰².

¹⁰² O Brasil é signatário de diversas convenções internacionais para a proteção da diversidade biológica e cultural. Dentre estes, há alguns desses que dialogam diretamente com os objetivos do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, considerando sua importância para a proteção da diversidade biológica, conforme a seguir: Convenção para a Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas dos Países da América (1940); Programa Homem e a Biosfera (MAB), da UNESCO (1971); Convenção de Ramsar ou Convenção sobre Zonas Úmidas (1971); Convenção sobre Patrimônio Natural Mundial – WHC (1972); Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de fauna e flora silvestre – CITES, (1973); Convenção da Biodiversidade – CDB (1992); Agenda 21 (1992) (ICMBIO, 2008).

Na esfera federal, o PNRJ destaca-se por contribuir para a principal estratégia de conservação da diversidade biológica implementada no país, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), ao proteger um frágil e constantemente ameaçado ambiente de restinga e demais ecossistemas associados à Mata Atlântica. Apesar de haver, no Sistema, outras UC que protejam a restinga, como o PARNA Lagoa do Peixe, o PNRJ é o único no país criado especificamente com este objetivo (ICMBIO, 2008).

Ainda no âmbito federal, a Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Planejamento Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), corrobora a proteção do território do PNRJ. Essa lei compõe as políticas públicas de proteção dos recursos naturais brasileiros, como a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM) e da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Segundo a referida Lei, cabem aos Estados e Municípios instituir os respectivos Planos Estaduais ou Municipais de Gerenciamento Costeiro, em que poderão ser previstos a criação de Unidades de Conservação nos ambientes costeiros (FREITAS, 2015).

No domínio do Estado do Rio de Janeiro, o PNRJ é considerado a Unidade de Conservação Federal que abrange o trecho mais preservado de restinga, embora este seja um dos ecossistemas historicamente mais degradados e ameaçados do Estado e, também, do país (ICMBIO, 2008). Assim, em todas as esferas, o PNRJ exerce importante papel no âmbito da estratégia nacional de conservação dos ecossistemas costeiros.

O PNRJ está inserido na Macro-região Ambiental MRA-5¹⁰³, ou Macroregião Macaé - Lagoa Feia, que é formada pela Bacia do Rio Macaé, Lagoa Feia e Zona Costeira adjacente. Abrange uma superfície aproximada de 6.561.92 km², o que corresponde a 15 % da área do Estado do Rio de Janeiro e concentra a maior quantidade de lagoas no Estado (ICMBIO, 2008). Devido à abundância hidrográfica da região, acompanhada do mosaico de vegetação, o PNRJ é indicado para se tornar um sítio da convenção de Ramsar¹⁰⁴ para áreas úmidas (SEBRAE, 2014).

¹⁰³ O Decreto Estadual N.º 26.058, de 14/03/2000, da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro (SEMADS), divide o território do Estado em sete macro-regiões ambientais como estratégia para planejamento e gestão ambiental. Com um total de 11 municípios pertencentes a esta Macro-Região onde se insere o PNRJ, aqueles que possuem seu território integralmente situado nesta Macro-Região Ambiental são: Macaé, Carapebus, Quissamã e Conceição de Macabu. Aqueles que possuem território parcial são: Casemiro de Abreu, Nova Friburgo, Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes, Trajano de Moraes, Santa Maria Madalena e São João da Barra.

¹⁰⁴ A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, mais conhecida por Convenção de Ramsar, foi estabelecida em fevereiro de 1971, tendo sido incorporada no Brasil através do Decreto n.º

Nesse contexto, o PNRJ é objeto de inúmeras pesquisas científicas, sobretudo aquelas com enfoque nas áreas de Ciências Biológicas e de Biodiversidade com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as restingas, sua conservação e manejo (ICMBIO, 2008).

Segundo Esteves (2011), o ecossistema de restinga, protegido pelo PNRJ, caracteriza-se pela diversidade geomorfológica de inúmeros corpos d'água, tais como lagoas costeiras, lagunas, áreas alagadas, brejos e poças, temporários ou permanentes. Com relação às lagoas costeiras, essas podem variar de 14 a 18, dependendo do período de maior ou menor pluviosidade. Também possuem variações de salinidade (hipersalina, salobra e de água doce). Por exemplo, a Lagoa das Garças atinge, em período de estiagem, 170 gramas de sal por litro, enquanto que no mar encontram-se 35 gramas por litro. Algumas são alimentadas pelas águas do mar, em períodos de ressaca ou quando ocorre a abertura da barra. Outras, são alimentadas a partir de rios e possuem variedade de salinidade de acordo com a proximidade do mar, como é o caso das lagoas de Jurubatiba, Carapebus e Paulista. Há ainda aquelas cujo principal aporte de água é o lençol freático e possuem cor escura, como as lagoas Comprida e Preta (ESTEVES, 2011). Essa variedade de ambientes lagunares abriga uma diversidade de espécies da fauna¹⁰⁵ e da flora¹⁰⁶, terrestres e aquáticas, sendo algumas destas endêmicas, raras ou ameaçadas de extinção, o que “(...) torna a área desta UC única no litoral brasileiro, pelo fato de ser biogeograficamente diferenciada e de grande importância ecológica” (FARJALLA *et al.*, 2013, p. 235).

Cabe ressaltar, também, que a diversidade de características das lagoas, de plantas e espécies da fauna, como as aves, torna o PNRJ uma área potencial para o desenvolvimento de atividades de recreação e lazer associadas à interpretação

1.905/96; constitui um tratado intergovernamental promover a conservação e o uso racional de áreas úmidas, bem como o bem-estar das populações humanas que delas dependem, e reconhece a importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas (MMA, 2017).

¹⁰⁵ O PNRJ é considerado um dos últimos habitats para várias espécies da fauna de restinga do país, considerando sua extensão e nível de preservação. O crustáceo *Diaptomus azureo* é espécie endêmica das lagoas Jurubatiba e Comprida. As borboletas *Parides ascanius* e *Mimoides lysithous harrisianus* podem ser encontradas na área do PNRJ, embora estejam extintas em outras regiões do país. As espécies de sapo *Rhinela pygmaea*, o lagarto-da-cauda-verde (*Cnemidophorus littoralis*) e a largatixa-de-areia (*Liokaemus lutzae*) são espécies endêmicas do Estado do Rio de Janeiro. Mas os destaques são as aves, como o sabiá-da-praia (*Mimus gilvus antelius*), praticamente extinta em outras regiões, e as aves aquáticas como o gavião caramujeiro (*Rostrhmus sociabilis*), jaçanã (*Jacana jacana*), biguá (*Phalacrocorax brasilianus*), colhereiro (*Platalea ajaja*) (ESTEVES, 2011).

¹⁰⁶ Com relação às espécies florísticas, destacam-se potencial para o uso do homem como alimento, uso de madeira e paisagismo. As principais formações são de beira de praia, moitas, com destaque para o abaneiro-da-praia (*Clusia hilariana*), a palmeira anã guriri (*Allagoptera arenaria*), a aroeira-mansa (*Schinus terebinthifolius*) e bromélias-tanque (*Aechmeanudicaulis*) (ESTEVES, 2011).

ambiental. Estas atividades, quando desenvolvidas de forma contínua e associadas a um programa ou projeto pedagógico, são capazes de levar o visitante a uma compreensão crítica da realidade em que o Parque está inserido, como por exemplo, o contexto dos problemas e conflitos sociais decorrentes da instalação da cadeia produtiva do petróleo e os esforços para a proteção desse importante ambiente natural.

No PNRJ, são frequentes as atividades pedagógicas envolvendo alunos de escolas públicas e privadas, em diferentes níveis de ensino. Algumas dessas atividades são desenvolvidas no âmbito do Projeto ECO Lagoas, desenvolvido pelo NUPEM/UFRJ (Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Sócio-Ambiental de Macaé) e do PELD (Programa Ecológico de Longa Duração), atendendo a alunos e professores do ensino médio do município de Macaé e de outros da Região Norte Fluminense (VAINER, 2010). Nessas atividades, que têm como público-alvo alunos do ensino fundamental de Macaé, os principais temas abordados são a flora da restinga, como a clusia, o guriri, a bromélia e o cactus, suas adaptações e interações em geral. Entre 2002 e 2004, foram atendidos cerca de 5.600 alunos (ICMBIO, 2008).

Outras atividades pedagógicas são desenvolvidas por analistas ambientais do PNRJ (Imagem 10 e 11). Em 2016, foram realizadas 75 atividades envolvendo cerca de 1.900 alunos de instituições de ensino particulares e públicas localizadas no entorno, sobretudo crianças e adolescentes, com idade entre 9 e 12 anos. Também são demandadas pelas instituições de ensino superior atividades pedagógicas relacionadas à compreensão dos ecossistemas de restinga e lagoas costeiras.

A atividade normalmente possui o seguinte roteiro: palestra de apresentação com distribuição de material gráfico contendo informações sobre o Parque; visita à torre de observação para visualização de parte da área de restinga protegida e sobre o uso e ocupação do território no Bairro Lagomar em Macaé; interpretação da maquete; e realização de trilha a pé e embarcada à Lagoa de Jurubatiba e ao Canal Campos-Macaé.

Imagem 10 e 11 – Atividade pedagógica com alunos de graduação



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Os principais temas abordados durante a atividade são: a importância da proteção da diversidade biológica; as características das espécies de fauna e flora e suas adaptações para a sobrevivência no ambiente de restinga; o contexto de inserção do Parque frente ao modelo de desenvolvimento gerado pela indústria petrolífera; e problemas e conflitos ambientais. Em relação a este tema em específico, são abordados, de forma crítica, o trabalho do ICMBio envolvendo os licenciamentos ambientais para a indústria do petróleo e a relação de dependência do Parque com a Petrobrás, a qual ameaça a biodiversidade do Parque com os empreendimentos que realiza, ao mesmo tempo em que financia parte dos recursos usados na gestão e administração do Parque e proteção dos recursos naturais. Outro tema recorrente na realização de atividades pedagógicas é o uso dos recursos naturais por pescadores, caçadores e moradores do bairro Lagomar, que vivem em situação precarizada, sem acesso à água e saneamento básico, o que invariavelmente atinge o lençol freático, que também atende a uma das lagoas do parque.

Mas ainda são poucas as atividades de educação ambiental envolvendo os atores sociais implicados nos problemas ambientais e conflitos sociais do Parque. Embora o Parque tenha, atualmente, atuado junto aos pescadores de Carapebus que possuem autorização temporária para pesca dentro da Unidade, as ações de Educação Ambiental estão relacionadas apenas à participação dos membros do conselho consultivo nas reuniões ordinárias, que ocorrem bimestralmente.

O contexto em que o PNRJ está inserido, que gera fortes pressões resultantes da instalação da cadeia produtiva do petróleo, bem como a ausência de mobilização e informação e o pouco diálogo entre os diversos atores sociais no início do processo de criação, resultaram em diversos conflitos sociais e problemas ambientais, segundo alguns presentes, até os dias atuais.

Segundo o Plano de Manejo (ICMBIO, 2008), as atividades ou situações conflitantes são aquelas que não condizem com os objetivos de criação de uma unidade da categoria “Parque Nacional”. Além daquelas atividades comuns a outros parques nacionais – tais como atividade agropecuária dentro da área do Parque; a extração de espécies vegetais e caça de animais silvestres; atividades de lazer não autorizadas ou predatórias –, há também aquelas em que o poder público, em diferentes instâncias, é o principal agente causador/gerador. Este é o caso, por exemplo, da Petrobras Transporte S.A. (TRANSPETRO), responsável pelo Emissário de Tratamento de Efluentes do

Terminal de Cabiúnas – TECAB. Foram instalados dutos de emissário de água oriunda da exploração de petróleo na Bacia de Campos, que percorre dez quilômetros dentro dos limites da UC até desaguar no oceano (ICMBIO, 2008), e são frequentes os vazamentos (VAINER, 2008). Outro problema ambiental que também envolve os entes públicos é aquele relacionado ao despejo pela Prefeitura Municipal de Carapebus de efluentes domésticos sem tratamento na Lagoa de mesmo nome.

A Lagoa de Carapebus é alimentada pelo córrego da Maricota e possui uma área de aproximadamente dez quilômetros quadrados que se estende desde o perímetro urbano até a área de restinga dentro dos limites do PNRJ, formada por vários córregos e ligada ao canal Campos-Macaé (MAPA DE CULTURA, 2017). Constitui uma das principais áreas de lazer do município, onde está localizado o Balneário da Lagoa de Carapebus, com áreas para churrasco, quiosques, restaurantes e casas de segunda residência¹⁰⁷. É também frequentada por pescadores artesanais, sendo considerada uma das mais ricas em peixes de toda a região¹⁰⁸.

Santos (2008), em estudo que buscou avaliar o conflito ambiental envolvendo os pescadores artesanais e a criação do PNRJ, descreve que os pescadores artesanais constituem um grupo de trabalhadores que utilizam técnicas com baixo poder de predação estando diretamente relacionada ao modo de vida tradicional da região. Na pesca artesanal, emprega-se força de trabalho familiar ou vizinhança, e a produção possui destino ao mercado interno, constituindo um importante complemento à renda familiar e nutricional às famílias de baixa renda.

Segundo Santos (2008), os pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus são, em sua maioria, em idade adulta, analfabetos ou analfabetos funcionais, e obtêm a metade da renda familiar através da pesca. A maioria dos pescadores que utilizam a Lagoa está vinculada à Associação de Pescadores de Carapebus, que, segundo o estudo realizado em 2008, contava com 68 membros. De acordo com a análise apresentada, o Parque foi criado dentro de uma área que é utilizada historicamente pelos pescadores artesanais, por várias gerações. Mas, atualmente, apenas um pequeno grupo de pescadores utiliza a área do Parque para a pesca, pois, segundo eles, esta área é mais rica em peixes de maior valor comercial (SANTOS, 2008).

¹⁰⁷ No balneário de Carapebus, não há sistema de tratamento de esgoto, e alguns utilizam fossa séptica. Porém, não é o suficiente, uma vez que o lençol freático é superficial (SANTOS, 2008).

¹⁰⁸ De acordo com Diegues (2004), pesca artesanal é aquela realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil.

Além disso, os pescadores costumam, a cada dois anos, demandar a “abertura da barra”, ou seja, o rompimento dos cordões arenosos que separam as lagoas costeiras do mar adjacente. Embora este possa ser um fenômeno natural¹⁰⁹, no PNRJ é, muitas vezes, provocado por pescadores para possibilitar a entrada de recursos pesqueiros (como siris, camarões e peixes marinhos) nas lagoas ou para diminuir o volume das águas, que, no caso de cheia das lagoas, ocasiona o alagamento de diversas moradias localizadas no seu entorno. Mas, quando realizada pela ação humana, a abertura da barra causa diversos impactos negativos para o ecossistema local¹¹⁰ e, devido a isso, essa prática tem sido fortemente reprimida pela gestão do PNRJ, sendo autorizada somente quando há pesquisas científicas que comprovem os impactos positivos (FARJALLA *et al.*, 2013).

Sendo assim, o conflito envolvendo pescadores artesanais e Parque reside, portanto, entre a necessidade de subsistência de um grupo que historicamente usa os recursos naturais e os interesses e objetivos legais de proteger integralmente o mesmo recurso natural, por parte do ICMBio. Diante desse conflito, Santos (2008) indica, em seu estudo, a promoção de um Termo de Ajustamento de Conduta.

Este Termo de Ajustamento de Conduta foi celebrado em 2010 entre ICMBio e pescadores e com mediação do Ministério Público Federal, com vigência de dois anos, com o objetivo de autorizar por um período determinado a continuidade da pesca artesanal dentro da área do Parque na Lagoa de Carapebus (ICMBIO, 2016; REIS, 2010). Os pescadores autorizados deveriam seguir regras estabelecidas no acordo, tais como o ponto de partida das embarcações, potência do motor e cumprimento a um horário de trabalho, a fim de evitar conflitos de uso da Lagoa com as embarcações turísticas (FARJALLA *et al.*, 2013).

No site institucional do ICMBio, o acordo com os pescadores artesanais de Carapebus é divulgado como uma ação que avança ao compatibilizar proteção dos recursos naturais e comunidades tradicionais, ao afirmar que “Jurubatiba é um dos três parques nacionais brasileiros onde é possível observar a **coexistência da preservação do ambiente com o desenvolvimento sustentável de uma população de pescadores**”

¹⁰⁹ “Provocado pela elevação da pressão hidroestática do corpo hídrico, em função do aumento de nível das águas, geralmente associado a condições de elevada pluviosidade” (FARJALLA *et al.*, 2013, p. 253).

¹¹⁰ Os impactos relatados por pesquisadores são: mudanças repentinas na estrutura física das lagoas e teores de salinidade, alterando a composição da fauna e flora local, extremamente frágil e vulnerável (FARJALLA *et al.*, 2013).

(ICMBIO, 2017, grifo nosso). Mas, para os pescadores, a solução encontrada não está próxima de um acordo que satisfaça os interesses de uso e apropriação do território.

O conflito social envolvendo o PNRJ e os pescadores emerge, inicialmente, durante o processo de criação do parque, pois não foram informados nem consultados. Os embates continuaram ao longo de anos, com as constantes fiscalizações consideradas por eles como truculentas e, também, na definição de critérios que determinaram as famílias que seriam atendidas pelo acordo (LEAL, 2013).

O acordo abrangeu apenas 25 das 73 famílias inicialmente cadastradas, pois foram aquelas que conseguiram atender aos quesitos para comprovar a subsistência com a atividade pesqueira dentro da área do parque antes mesmo da sua criação. Segundo Leal (2013), essa definição não foi assimilada pelos pescadores como critério para definição dos direitos de uso do recurso natural e acabou por dividir o grupo.

Mas os pescadores relatam dificuldades de provimento do sustento da família apenas com a pesca. Para Leal (2013), isso decorre de dois principais motivos: a degradação ambiental da Lagoa de Carapebus e a pesca predatória de anos atrás repercutem nas condições da pesca atualmente, que está mais difícil; as oportunidades de trabalho, normalmente associadas à cadeia produtiva do petróleo, é maior, sobretudo entre os filhos de pescadores, e as possibilidades de seguir a profissão dos pais é cada vez menor, diante dos conflitos recorrentes.

Ao longo de seis anos desde a assinatura do TAC, a pesca na Lagoa de Carapebus dentro dos limites do PNRJ não foi monitorada pelos órgãos competentes (ICMBio ou MPF), nem por pesquisadores que argumentaram a favor do acordo. Com isso, não é possível avaliar os impactos – positivos ou negativos – na qualidade de vida e subsistência dos pescadores e suas famílias, os desdobramentos na economia local e o uso dos recursos naturais, como a quantidade de peixe e época.

A vigência do Termo expirou e, então, o ICMBio iniciou um processo para reavaliação. Para o ICMBio, é reconhecível que o Parque foi criado em um espaço anteriormente utilizado por pescadores. Porém, o argumento do ICMBio para o estabelecimento de critérios rígidos para a renovação do TAC apoia-se, principalmente, no argumento de que a pesca em unidade de conservação de proteção integral infringe a Lei 9.9885/2000, que dispõe sobre o uso direto e indireto dos recursos naturais em unidades de conservação e que, portanto, os pescadores teriam o “privilegio” de utilizar a área do parque para a subsistência. Nesse sentido, precisam comprovar a dependência da pesca para o sustento da família, não podendo ter nenhuma outra atividade de

remuneração, como comércio, cargo em prefeitura ou aposentadoria, como é o caso de alguns pescadores “privilegiados”. Sendo assim, é preciso identificar quais dos pescadores que assinaram o TAC em 2013 enquadram-se no perfil da subsistência para que estes possam renovar o acordo e passem por um processo de transição para outra atividade de subsistência. Uma das alternativas sugeridas pelo ICMBio é a de que os pescadores passem por uma formação específica para atender a turistas e visitantes em passeios pela Lagoa de Carapebus em médio prazo.

Porém, os pescadores argumentam que, inicialmente, o direito de pesca em área do Parque seria hereditário, o que difere do acordo que o ICMBIO quer celebrar atualmente. Além do mais, devido à ausência de tratamento do esgoto e à poluição dos recursos hídricos, a Lagoa de Carapebus vem perdendo a piscosidade. Com a pesca menos farta do que já foi no passado, os pescadores se veem obrigados a encontrar formas de sustento complementares.

A relação entre pescadores e Lagoa de Carapebus é mais profunda do que uma fonte de renda, conforme compreendido pelo ICMBio. Possui, sobretudo, um valor simbólico, conforme declarações: “todos devem amar o que faz e com a pesca não é diferente. É uma relação de amor, tradição e vida que com palavras se torna difícil explicar o que sentimos ao entrar no rio” (Jorge Barcelos, para REIS, 2010).

Diante do exposto, o uso da Lagoa de Carapebus pelos pescadores constitui um conflito recente e ainda sem encaminhamentos legais definitivos e sem mediação dos diferentes interesses. Em uma análise geral, os conflitos sociais e os problemas ambientais em relação ao uso e apropriação dos recursos naturais no PNRJ demonstram a necessidade de diálogo permanente com os diferentes grupos sociais do entorno. Evidencia, também, a importância que essa área protegida exerce nos modos de vida e no processo de desenvolvimento social local.

Esses conflitos precisam ser considerados na análise sobre as possibilidades de desenvolvimento da visitação e do turismo no PNRJ e seu entorno, tendo em vista o caráter complexo da gestão de parques nacionais. No próximo item, são apresentadas as características do uso público relacionado à visitação e ao turismo nessa UC.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO USO PÚBLICO, DA VISITAÇÃO E DO TURISMO NO PNRJ E ENTORNO

A característica principal do PNRJ que justifica a criação de uma unidade de conservação desse tipo é a beleza cênica evidenciada pela paisagem, formada por planícies compostas pela restinga e lagoas, que formam um horizonte plano e uniforme, conforme demonstra a Imagem 7.

Imagem 12 – Paisagem do PNRJ



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A diversidade paisagística se dá pelas características de cada uma das 18 lagoas que, conforme explicado anteriormente, podem ser: doce, salobra, salinas ou hipersalinas, profundas ou rasas e, com isso, também variam as espécies de fauna e flora que complementam o panorama.

As características do meio físico natural determinam as práticas de uso público, recreação e lazer no PNRJ. A Restinga de Jurubatiba apresenta uma transição entre o clima úmido e clima seco do litoral nordestino, com temperatura elevada durante o verão, mas o mar é “pouco convidativo” ao banho (ICMBIO, 2008). Assim, os banhistas frequentam as lagoas costeiras dessa região durante o verão, sendo esta uma prática realizada historicamente, conforme a Imagens 13 e 14 a seguir.

Mais recentemente, o PNRJ foi oficialmente aberto ao uso público em 2012, quatro anos após a sua criação, mas sua visitação com objetivos turísticos e de lazer ainda é considerada incipiente (G1 REGIÃO SERRANA, 2014).

Imagem 13 – Casas de veraneio na Lagoa da Praia de João Francisco no passado



Acervo: Arquivo Público Estadual.
Foto: Autor Desconhecido.
Fonte: Quissamã Memória Viva/ECJCB, 2016.

Imagem 14 – Casas de veraneio na Lagoa da Praia de João Francisco (2017)



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Ainda não foi realizada nenhuma pesquisa de longo prazo com o objetivo de sistematizar o perfil do visitante. Mas, com base em dados disponibilizados pelo ICMBio, é possível diagnosticar que o principal público do Parque é composto por moradores do entorno e veranistas com casas de segunda residência nos balneários (ICMBIO, 2016). Com base em entrevistas com os interlocutores para esta pesquisa, também foi detectado que empresários locais programam excursões e formam grupos para visitar o parque, abarcando o mercado regional, sobretudo, e, com menos frequência, internacional.

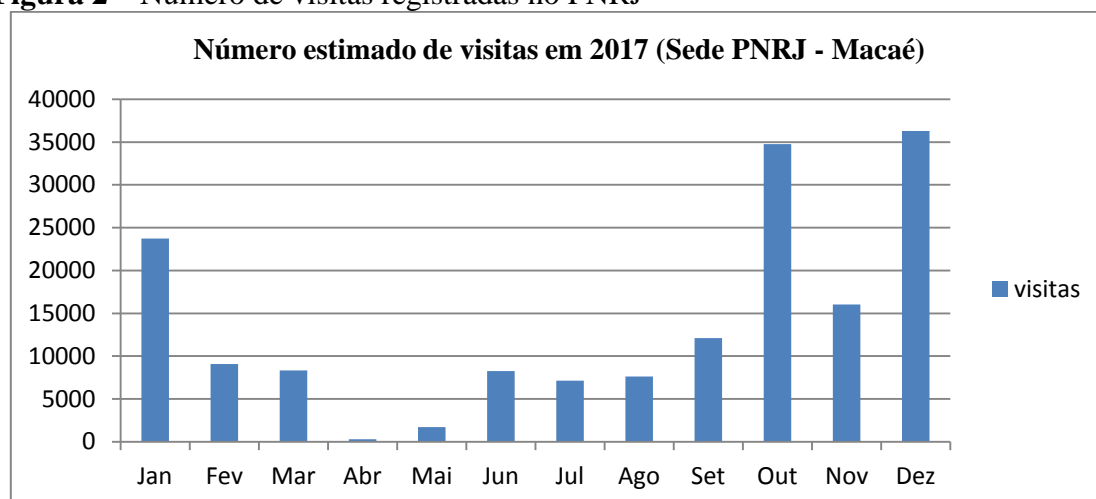
Mas ainda são poucas as agências de turismo que ofertam o PNRJ como parte de seus produtos. Isso decorre, sobretudo, em função da precariedade da infraestrutura e serviços atuais, sobretudo aqueles relacionados à comunicação e acesso, tais como: ausência de sinalização em trilhas e rodovias e restrição de acesso para veículos 4x2; funcionamento de centro de visitantes em apenas em horário comercial; distribuição de folheteria limitada; ausência de transporte público para acessar as áreas de lazer (BARCELOS, 2016). Além disso, devido à carência de funcionários para o monitoramento do uso público para toda a extensão territorial do PNRJ, e considerando o ambiente adverso da restinga¹¹¹, o ICMBio recomenda que o visitante comunique com antecedência sobre sua estadia, o que pode desestimular a visita.

Atualmente, a visita no PNRJ depende dos balneários localizados no seu entorno, onde a visita é intensiva, a saber: Lagoa de Jurubatiba (com acesso principal pelo município de Macaé); Lagoa de Carapebus (com acesso principal pelo

¹¹¹ Temperaturas elevadas, areia e ausência de sombra.

município de Carapebus); Praia de João Francisco e Praia do Visgueiro (ambas com acesso principal pelo município de Quissamã). A Figura 2 representa o número estimado de visitas registradas no ano de 2017, por mês:

Figura 2 – Número de visitas registradas no PNRJ¹¹²



A partir da interpretação do gráfico, infere-se que os meses com o maior índice de visitas são correspondentes à temporada de veraneio. O número de visitas é de 165.437, durante todos os meses do ano. Desses, apenas 73 visitantes pagaram pela entrada no PNRJ. Isso demonstra a pouca efetividade no controle de visitantes, característica que a gestão tem poucas condições de solucionar devido aos poucos recursos (humanos e tecnológicos) para tal. O controle de visitantes é realizado, principalmente, na sede do PNRJ, onde fica localizada a Lagoa de Jurubatiba.

A Lagoa de Jurubatiba está a 17 quilômetros da sede do município de Macaé, a apenas 800 metros do Bairro Lagomar (GONÇALVES, 2013). Nesse local, há um centro de visitantes que ocupa a mesma edificação da sede administrativa. A edificação, que atende aos aspectos construtivos de acessibilidade e sustentabilidade¹¹³, é resultante da celebração de TAC do Ministério Público Federal em Macaé (MPF/RJ) com a Petrobras S/A, tendo sido inaugurada em 2014. A estrutura possui área administrativa, guarita para controle de visitantes, maquete do Parque, e auditório para 70 pessoas onde ocorrem palestras, cursos, reuniões e a recepção de grupos organizados para as atividades de pedagógicas de interpretação ambiental.

¹¹² Segundo o ICMBio (2017), no mês de abril houve troca da vigilância e os novos vigilantes não fizeram o controle total, resultando no número abaixo da média, estando, portanto, o valor subestimado.

¹¹³ Aqui, refere-se a edificações com aproveitamento de água pluvial, tratamento de esgoto, uso de energia renováveis, dentre outros.

Há, também, uma estrutura para a operação de lanchonete, de loja de souvenir e de exposição, localizada nas proximidades da Lagoa de Jurubatiba. No entanto, esse serviço nunca esteve em operação e encontra-se, atualmente, em estado de abandono, embora esteja em curso o processo para licitação da oferta de serviços. Enquanto isso, os visitantes compram alimentos e bebidas oferecidos por ambulantes.

Imagem 15 – Sede do PNRJ e Bairro Lagomar (Macaé)



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Imagem 16 – Infraestrutura de apoio à visitação na Lagoa de Jurubatiba



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

A Lagoa de Jurubatiba é uma importante área de recreação frequentada pelos moradores do bairro Lagomar¹¹⁴, que a utilizam para a realização de atividades esportivas (caminhadas, corrida, bicicleta), banho, piquenique e acesso ao mar para pescaria amadora (fora dos limites do parque). Segundo um interlocutor P14, o acesso ao Parque pelo bairro Lagomar não inspira segurança e desestimula o uso da Lagoa de Jurubatiba pelo público-alvo do seu negócio, que estaria disposto a pagar pelos serviços de apoio à visitação que oferece.

A Lagoa de Jurubatiba é uma das mais profundas do PNRJ e tem um formato alongado e ramificado, com área de 0,34 km² (PEREIRA, MARTINS, 2012); tem potencial para oferecer diversas oportunidades de recreação, que poderiam ser estimuladas pelo PNRJ aos atuais frequentadores, tais como trilhas e acesso ao Canal Campos-Macaé.

Outro núcleo de visitação do PNRJ é a Lagoa de Carapebus. De contorno ramificado e água doce, é a maior lagoa do parque (6,5 km² de extensão e 2,4 de profundidade) (PEREIRA, MARTINS, 2012). Somente uma parte da Lagoa está dentro

¹¹⁴ Segundo representantes do PNRJ, a construção de moradias precarizadas foi freada pela instalação oportuna de um duto da TRANSPETRO S.A., o que impediu a expansão de residências para dentro dos limites da UC.

dos limites do Parque, sendo que, neste trecho, há uma ligação com o Canal Campos-Macaé.

O acesso é feito por uma estrada parcialmente calçada que liga o bairro Caxanga, no município de Carapebus, ao Balneário de Carapebus. Este é uma das áreas com presença de casas de veraneio, domicílios de pescadores, alguns bares e restaurantes. Há também infraestrutura de banheiros públicos, mesas para piquenique, área para a prática de esportes e recreação e churrasqueiras, construídos pela Prefeitura Municipal de Carapebus para atender à população que frequenta o local de forma intensiva no verão e finais de semana. A infraestrutura presente no entorno da Lagoa de Carapebus está fora dos limites do Parque e sua ingerência diz respeito à Prefeitura Municipal, que é responsável por regular e fiscalizar o uso.

Devido ao aumento do fluxo de visitantes durante o verão, os órgãos da Prefeitura e o ICMBIO organizam operações para fiscalizar e ordenar o uso do local, como coleta adequada de lixo, regulação do uso de som automotivo e delimitação de áreas livres para churrasco e para os bares (EXPRESSO ON LINE, 2013).

Ao norte do Balneário de Carapebus, é possível acessar outras quatro lagoas com grande beleza cênica: Encantada, Paulista, Comprida e Amarra Boi. A Encantada, hipersalina e de pouca profundidade (30 cm), é uma das poucas lagoas costeiras do PNRJ que possui águas cristalinas, devido ao sedimento formado por grãos de areia grossos. A Lagoa Comprida, de contorno ramificado e formato alongado, possui água doce, com coloração escura semelhante ao café. São desenvolvidas pesquisas científicas nessas duas lagoas, motivo pelo qual a visitação é restrita. Já a Lagoa Amarra Boi possui área de 0,32 km² e profundidade de 1,5m, apesar de suas águas não serem perenes (PEREIRA, MARTINS, 2012). Segundo o ICMBIO (2016), as Lagoas Encantada e Paulista possuem grande potencial para estruturação da visitação, em que podem ser recuperadas as edificações resultantes da indenização de antigo proprietário.

A Praia de João Francisco, localizada a 13 quilômetros da região central de Quissamã, é o principal balneário do município. Também apresenta infraestrutura de bares e restaurantes e algumas casas de veraneio, todos localizados nos “bolsões” fora dos limites do Parque. Nesse local, há quiosques, banheiros e piscina infantil, sendo um território de ingerência da Prefeitura Municipal de Quissamã. Durante o período de verão, a Prefeitura promove eventos gratuitos com música, atividades lúdicas e esportivas que atraem turistas regionais, além da população local (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, 2017).

Além dessa infraestrutura, há um centro de visitantes de propriedade da Prefeitura Municipal de Quissamã que, atualmente, está fechado e em estado de abandono. Segundo o interlocutor P8, devido à crise econômica causada pela diminuição do recebimento de *royalties* e participações especiais, não é possível manter o centro de visitantes em operação.

Imagem 17 – Centro de visitantes da Praia de João Francisco



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Além dessas infraestruturas, em 2012, anunciou-se a construção um Mirante de Observação e Visitação Turística, a se localizar na Praia de João Francisco, às margens da Lagoa da Garça. O projeto foi desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Quissamã em parceria com o ICMBio, tendo sido aprovado para receber recursos do Fundo de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Ambiente, em decorrência da obra de implantação do Complexo Logístico e Industrial Farol/Barra do Furado. A torre terá 26 metros de altura, formato hexagonal e dois objetivos centrais: o monitoramento e fiscalização do Parque e a interpretação ambiental para visitantes (CORDEIRO, 2012).

Porém, segundo o interlocutor do ICMBio para esta pesquisa, a obra não foi executada pela Prefeitura Municipal de Quissamã no prazo acordado e os recursos foram repassados para outro empreendimento, ficando o centro de visitantes inacabado. A expectativa é de que a obra seja finalizada a partir de novas compensações ambientais advindas da indústria do petróleo.

A partir do Balneário de João Francisco, é possível acessar as Lagoas da Garça e Bezerra, ao sul; e as Lagoas Piri Piri, Maria Menina e Robalo, ao norte. A Lagoa da Garça possui água doce, por ser alimentada pelo lençol freático e águas pluviais, e é bastante rasa (30 cm de profundidade) e com área de 0,64 km², tamanho médio se comparado às demais Lagoas do Parque. Nesse local, é possível fazer as trilhas da Garça (com 2330 m) e da Bezerra (com 1318 m). Para acessar as lagoas localizadas ao

norte do Balneário, é preciso percorrer uma trilha para veículos tracionados com uma extensão de mais de cinco quilômetros. A Lagoa do Robalo e Piri Piri possuem pouca profundidade (20 cm e 40 cm, respectivamente) e seu uso é para fins de pesquisa científica. A Lagoa do Robalo também pode ser acessada pelo Balneário do Visgueiro (PEREIRA, MARTINS, 2012).

O Balneário da Praia do Visgueiro também possui casas de veraneio e de pescadores, além de alguns bares e restaurantes, localizados nos “bolsões” fora dos limites do Parque. O local é frequentado principalmente pela população residente, formada por pescadores (PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ, 2017).

A partir do Balneário da Praia do Visgueiro, é possível acessar três lagoas com característica hipersalina através de uma trilha com uso de veículo tracionado: Visgueiro (com extensão de 1,42 km² e profundidade de 10 cm); Pires (área de 1,62 km² e profundidade de 40 cm) e Preta (com área de 5,3 km² e profundidade de 60 cm) (PEREIRA, MARTINS, 2012). Devido às características do meio físico-natural, não é possível banhar-se nas lagoas. Sendo assim, o uso público caracteriza-se por passeios de bugre, quadriciclos e motos na área de restinga, realizados por pequenos grupos individuais ou grupos organizados, sobretudo nos fins de semana durante a temporada de verão.

Portanto, o parque oferece diversas oportunidades de uso público: há lagoas para a prática de esportes e atividades de recreação náuticos (Jurubatiba, Carapebus, Amarra Boi); outras são muito rasas, mas possuem grande beleza cênica e seu valor é paisagístico (Encantada, Garças, Piripiri, Robalo, Visgueiro, Pires, Preta), e em outras podem ser oportunizadas as atividades de interpretação ambiental, como aquelas onde ocorrem pesquisas (Lagoa Comprida). Também a combinação de atividades, como a realização de trilhas terrestres (a pé, e por via rodoviária nas trilhas Bezerra, Estivinha e Barrinha) e trilhas aquáticas (diversos tipos de embarcação permitidos) nas Lagoas (Jurubatiba, Carapebus, Amarra Boi, Garças, Preta), é uma atividade com grande potencial turístico devido à evidência que pode dar às características do ambiente da Restinga de Jurubatiba.

É importante ressaltar que, embora os serviços e a infraestrutura localizados nos balneários sejam precários e necessitem de melhorias (BARCELOS, 2016), podem ser considerados como importantes apoios para a visitação até que o PNRJ viabilize os investimentos necessários para incentivar o uso público em lagoas e trilhas.

Além dos balneários e lagoas que já atraem visitantes, um dos trechos mais bem preservados do Canal Campos-Macaé está dentro do território do PNRJ (BARCELOS, 2016). A Figura 10 representa a localização do Canal Campos-Macaé na área do PNRJ.

Figura 3 - Localização do Canal Campos Macaé na área do PNRJ



Fonte: Barcelos, 2016.

No território do PNRJ, o trajeto do histórico Canal Campos-Macaé passa por trechos retilíneos, escavados pela ação humana e, também, trechos curvilíneos, referentes às ramificações das Lagoas de Jurubatiba, de Carapebus e Paulista que foram aproveitadas para a navegação.

Em recente pesquisa, Barcelos (2016), em método desenvolvido pela autora, avaliou a potencialidade do uso turístico do Canal Campos-Macaé. Como resultado, Barcelos avalia que o este pode ser considerado “um atrativo de grande valor ambiental, porém pouco estruturado turisticamente”, pois possui, como ponto forte, a qualidade cênica/estética e como ponto fraco, a qualidade da infraestrutura de apoio e informação sobre o atrativo. É preciso, portanto, que sejam realizadas intervenções em infraestrutura turística para que possa ser desenvolvido o turismo organizado, ou seja, “trabalhando o atrativo como um produto turístico dentro de um pacote predefinido” (BARCELOS, 2016, p. 6; p. 82).

Diante do exposto, avalia-se que o parque é frequentado por moradores do entorno com o objetivo de lazer, tendo como apoio a precária infraestrutura localizada nos “bolsões”. Admite-se que o turista – aquele que se desloca do seu local de origem para um destino com objetivo de recreação e lazer – ainda é um visitante esporádico, mesmo com o potencial paisagístico e recreativo que o Parque possui.

Sendo assim, devido à situação atual da oferta de infraestrutura e serviços do PNRJ, somada ao conjunto de características do meio físico natural, uma estratégia que poderia ser adotada para viabilizar a visitação em uma perspectiva de curto prazo; seria a operação de visitadas agenciadas, com o objetivo de garantir uma experiência segura ao visitante. Com relação às carências referentes à gestão do uso público no PNRJ, é importante ressaltar que estas são muito comuns a diversos outros parques nacionais brasileiros e a busca por soluções depende, necessariamente, de um planejamento estratégico integrado aos setores públicos e privado em médio e longo prazo.

Com base na descrição das atividades de uso público que já ocorrem e da infraestrutura em apoio à visitação existente, é possível afirmar que o PNRJ constitui uma importante área de lazer para a população do Norte Fluminense. Devido às características do ambiente de restinga associado às especificidades das atividades de lazer existentes, o uso público no PNRJ demanda o estabelecimento de infraestrutura e serviços a fim de tornar a visitação diversificada e acessível para os diferentes grupos sociais, e vinculada a uma proposta de desenvolvimento situado do turismo junto aos municípios limítrofes.

Com o objetivo de fomentar o turismo e a visitação no Parque, o ICMBio, enquanto gestor da UC, tem desenvolvido três ações principais: a) a autorização de serviços de transporte e condução de visitantes; b) Programa de Uso Público; e c) Projeto “Embaixadores dos Parques”.

3.4.1 A autorização de serviços de transporte e condução de visitantes

Em 2012, o ICMBio implantou a portaria¹¹⁵ que institui normas e procedimentos para o credenciamento e autorização de serviços de condução de visitantes e transporte com fins turísticos. Segundo a portaria, os passeios são permitidos entre quinta-feira e domingo, além de feriados e datas comemorativas, mas os usuários podem solicitar a permissão para a realização de passeios em outros dias da semana.

Nessa portaria, também são instituídas as normas de cobrança de ingresso para visitação no PNRJ, em que devem pagar apenas aqueles que utilizam carro tracionado, bugre ou barcos, não havendo cobrança para os passeios a pé nas trilhas e outros casos

¹¹⁵ Portaria Nº 01, de 05 de janeiro de 2012.

em que a visitação está isenta de taxas¹¹⁶. Porém, nas atividades de observação participante realizada como parte da pesquisa de campo deste trabalho, não foi notada nenhuma estrutura/serviço capaz de controlar o acesso de veículos ou o recolhimento de taxas de ingresso.

As atividades de uso público também são definidas: a) caminhadas nas trilhas; b) passeios de caiaque nas lagoas; c) passeios de barco entre as lagoas de Carapebus e Paulista, passando por uma porção ainda preservada do canal Campos-Macaé; d) passeios de bugre (ou outro carro tracionado), entre o balneário de João Francisco (Quissamã) e a Lagoa Preta, com opção de banho. Para todos os passeios, o visitante pode, facultativamente, contratar um condutor local com formação em cursos oferecidos pelo ICMBio (ICMBIO, 2016). Parte dessas atividades são oferecidas por agentes privados, conforme quadro a seguir:

Quadro 8 – Uso e exploração de serviços de apoio no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Serviço	Instituição	Instrumento	Observação
Passeio em 4x4	Pessoa física	Autorização.	3 autorizações.
Condução de visitantes	Pessoa física	Autorização.	40 autorizações.
Passeio de barco	Pessoa física	Autorização.	2 autorizações.

Fonte: Rodrigues, Botelho (2015).

Porém, o interlocutor P14, dos 50 condutores locais que realizaram o curso, apenas 20 entregaram a documentação necessária para a autorização e, atualmente, apenas 10 operam serviços de forma eventual no interior do Parque. O alto grau de desistência em operar no parque se deve, segundo o interlocutor, à ausência de turistas interessados em visitá-lo e, portanto, aplicação de um investimento sem expectativa de retorno. Em geral, o morador dos municípios do entorno do Parque “não vê o Parque como um local de lazer”, sendo os destinos turísticos comuns aqueles da Região dos Lagos (Búzios, Cabo Frio ou Arraial do Cabo) e a Região Serrana (Área de Proteção Ambiental do Sana).

¹¹⁶ Os casos os ingressos em Parque Nacionais não são cobrados são: visitante brasileiro ou ao estrangeiro que demonstre possuir residência permanente no Brasil com idade igual ou superior a 60 (sessenta anos); crianças com até doze anos de idade incompletos desde que acompanhadas de um adulto; estudantes e acompanhantes cujo estabelecimento de ensino regular agende previamente junto à administração das unidades de conservação a realização de atividades de educação ambiental; populações tradicionais extrativistas beneficiárias da unidade de conservação; colaboradores ou membros de instituições colaboradoras; pesquisadores autorizados pelo Instituto Chico Mendes para realizar pesquisas na unidade de conservação; servidores de órgãos públicos, desde que a serviço; guias e condutores de visitantes (ICMBIO, 2016).

Na perspectiva da atual gestão do PNRJ, o Programa de Uso Público, que encontra-se em processo de implementação, cuja proposta é apresentada a seguir (informação verbal do interlocutor P1).

3.4.2 Programa de Uso Público

O Programa de Uso Público constitui uma proposta de planejamento estratégico do PNRJ vinculado ao Plano de Manejo, com o objetivo de viabilizar a implementação de infraestrutura e serviços para apoiar e aprimorar a visitação como, por exemplo, equipamentos de alimentação, Centro de Visitantes, construção de trilhas e de estradas de acesso (ICMBIO, 2016).

Em 2016, iniciou-se a elaboração do Programa de Uso Público pela equipe de analistas ambientais, com a consulta e colaboração de membros da Câmara Temática de Uso Público¹¹⁷ e aprovação pelo Conselho Consultivo. Posteriormente, foi enviado para a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBIO para homologação (ICMBIO, 2016).

A elaboração do programa de Uso Público foi realizada com base na metodologia ROVAP (Rango de Oportunidades para Visitantes em Areas Protegidas) ou a sigla em inglês ROS (Recreation Opportunity Spectrum). Esta é uma ferramenta que pode ser incorporada nas metodologias de planejamento de áreas protegidas e visa identificar o espectro de oportunidades recreativas que podem se organizar em zonas de manejo dentro de um contexto regional, considerando indicadores como “naturalidade, evidência de atividades humanas, distância de áreas humanizadas, tipo de acesso, número de pessoas encontradas, nível de infraestrutura, presença de pessoal da UC e outros são considerados” (ICMBIO, 2011).

Essa ferramenta baseia-se na premissa de que a atividade de uso público somada à infraestrutura resulta em uma experiência de visitação. Sendo assim, é necessário um estudo que busque verificar a infraestrutura existente quais são desejáveis, no sentido de manter o que já existe (se for satisfatório) ou ajustar a infraestrutura existente com as expectativas dos visitantes. A infraestrutura e os serviços em apoio à visitação

¹¹⁷ A Câmara de Uso Público do Conselho Consultivo do Parque conta com a participação de membros do Conselho Consultivo, e é representada por empresários locais e representantes das prefeituras municipais.

oferecidos aos visitantes podem influenciar na experiência dos visitantes, trazendo diversos benefícios (MARTY; BEARD; THOMPSON, 2017).

No caso do PNRJ, o processo de elaboração envolveu o levantamento preliminar das atividades de uso público existentes com identificação por meio de Sistema de Informação Geográfica – SIG. A partir do levantamento inicial, foi confrontado o atual uso público das áreas selecionadas com as atividades e normas previstas no PM, verificando: a compatibilidade entre uso atual e zoneamento da UC; a necessidade de continuidade das atividades de uso público nas áreas estudadas; e se as atividades estariam adequadas com as normas. Ao final, foram eleitas 108 atividades e estruturas para 10 lagoas pertencentes ao território do PNRJ com uso público permitido, das quais 87 foram efetivamente incorporadas, com apenas 18% das propostas rejeitadas. Também foram realizadas visitas técnicas para identificação da infraestrutura necessária para apoio às atividades de lazer e recreação. Os resultados foram compilados em um documento, apresentado e debatido em reuniões com os membros da Câmara Temática de Uso Público e do Conselho Consultivo, quando foram recolhidas as sugestões e feita a aprovação do documento final (ICMBIO, 2016).

O documento demonstra a necessidade de ordenamento das atividades de uso público e de aprimoramento de infraestrutura. Identifica, também, as áreas e as atividades que deverão ser estudadas a fim de verificar a viabilidade econômica de negócios para o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para algumas delas e de incentivo às atividades que proporcionariam maior conhecimento sobre a UC e/ou ambiente de restinga.

O Programa de Uso Público busca ordenar e incentivar as atividades de lazer que a população do entorno já realiza, bem como visa criar novas variedades de experiência dos visitantes, como trilhas fluviais, trilhas para ciclismo e trilhas equestres (ICMBIO, 2016).

A definição das parcerias com a iniciativa privada foi planejada considerando a facilidade de acesso e previsão de fluxo de visitantes, o que, a princípio, daria viabilidade econômica ao empreendimento. Assim, as áreas com uso intensivo e acesso a carros comuns serão destinadas à exploração de terceiros, os quais ficarão responsáveis por instalar infraestrutura (banheiros, pias, mesas e equipamentos para churrascos), operar serviços (tais como lanchonete e loja de souvenir, aluguel de caiaque, acampamento) e fazer a manutenção do equipamento (ICMBIO, 2016).

As oportunidades de negócios no interior do Parque, bem como o arranjo institucional que será estabelecido entre ICMBio e iniciativa privada dependem do estudo de viabilidade econômica (ICMBIO, 2016). Mas o interlocutor P1 afirma que a parceria com a iniciativa privada “não significa que virão grandes empresas” para implementar os negócios, e que o “ideal” seria priorizar os pequenos empresários que já possuem empreendimentos no entorno do Parque ou, até mesmo, “empreendimentos comunitários”. Segundo ele, para que isso ocorra, é preciso garantir desde o início do processo de planejamento a participação deste perfil de negócio, a fim de evitar que grandes empresas passem a operar serviços turísticos substituindo os empreendimentos locais, como ocorre na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo, em que a empresa Macuco possui operações em passeios de barcos nesta UC e também no Parque Nacional do Iguaçu (Informação verbal, P1).

As atividades de uso público identificadas como existentes e potenciais estão descritas no Quadro 7, que aparece a partir da próxima página.

A partir do quadro, é possível afirmar que o Programa de Uso Público busca manter as práticas já existentes no PNRJ. Cabe destacar que, sobretudo no verão, é comum o uso de veículos tracionados para o deslocamento pela restinga. Visitantes utilizam bugres, quadriciclos e motos para percorrer trilhas e acessar áreas menos adensadas de visitantes. As lagoas costeiras oferecem aos visitantes oportunidades de lazer, tais como banhos nas lagoas, passeios de caiaque e esportes náuticos, como o *kitesurfing*, vela e prancha a remo (*stand-up paddle*).

As práticas de lazer e recreação no PNRJ possuem influência da cultura local. Exemplo disso é realização de churrascos, acampamentos, as cavalgadas e a “praiada”. Segundo o PUP, a “praiada” consiste em “um acampamento na praia ou próximo dela, realizado por famílias e/ou amigos que residem na região do Parque”. É mais frequente no trecho de litoral compreendido entre a Lagoa Paulista e o Balneário do Visgueiro, entre os municípios de Carapebus e de Quissamã (ICMBIO, 2016).

Outras atividades, tais como os eventos esportivos e culturais na Lagoa de Carapebus e os passeios organizados por grupos de ciclistas ocorrem de forma esporádica, mas a tendência é que aumente a frequência. Nesse caso, ICMBio e os grupos organizados precisam estabelecer um diálogo para o atendimento das normas de proteção e de uso da UC.

Quadro 9 – Atividades de uso público, recreação e turismo realizadas e potenciais no PNRJ

Atividade	Onde	Perfil do visitante	Sazonalidade	Impacto negativo	O que precisa	Observações
Camping	Próximo às lagoas.	Família.	Verão e Carnaval.	Destinação incorreta do lixo, pesca, não há área delimitada.	Ordenamento do uso das áreas e destinação correta do lixo.	Atividade que ocorre historicamente.
Ciclismo	Estradas com trechos saibrados.	Grupos organizados.	Fins de semana.	Não mencionado.	Não mencionado.	Atividade potencial. É preciso incentivar e ordenar.
Praia	A praia ocorre nos municípios de Carapebus e Quissamã, principalmente no trecho de litoral entre a lagoa Paulista e o balneário do Visgueiro.	Grandes grupos.	Passam períodos longos no verão.	Veículos grandes, caminhonetes e caminhões.	Estabelecimento de regramento para a sua prática.	Prática recorrente e cultural dos moradores da região.
Churrasco	Próximo às lagoas.	Família.	Verão, fins de semana.	Destinação incorreta do lixo; uso da madeira nativa; sombreamento..	Delegação de serviços a terceiros para manutenção e controle sem onerar o ICMBio.	Prática recorrente e cultural dos moradores da região, associada ao banho.
Trilhas fluviais	Canal Campos-Macaé, L. Carapebus e L. Paulista	Não mencionado.	Período de pouca chuva o canal fica raso.	Não mencionado.	Realizar novos testes em outros lugares potenciais.	“Possibilitar ao visitante conhecer as lagoas costeiras de outro ângulo”. (p. 12)
Banho	A Lagoa de Jurubatiba recebe cerca de 2000 visitantes por dia. A Lagoa de Carapebus – “atrai banhistas de	Moradores do entorno.	Verão, fins de semana.	Não mencionado.	Não mencionado.	“Esta atividade tem grande importância na região”. “O mar é bravo, com correntes e ondas fortes que quebram próxima à

	forma intensa”.					faixa de areia”. É comum o afogamento no mar. “É um dos principais destinos de banhistas na região”. (p. 14)
Trilhas à cavalo	Trechos dentro do parque.	Grupos organizados que percorrem grande trecho em evento comemorativo – cavalgadas.	Eventos comemorativos.	Desordenada.	Não mencionado.	Não existem grupos organizados para passeio.
Passeio veículos	Estradas de acessos municipais, trilhas e variantes.	Não mencionado.	Verão, fins de semana.	Trilhas abertas em variantes, ocorre trânsito em cima de lagoas secas. Diferentes graus de intensidade.	Se bem ordenada, tem grande potencial, deve ser desenvolvida e aprimorada.	“O ordenamento desta atividade com o estabelecimento de trilhas motorizadas para serem utilizadas por veículos apropriados possibilita uma gama de oportunidades de visitação maior e mais adequada às condições locais”
Trilhas caminhada	Não mencionado.	Não mencionado.	Horários e estações de temperatura amena.	Não mencionado.	Interpretação ambiental.	Conciliar atividade física com conhecimento sobre o ambiente de restinga.
(Cont.)						

Caiaques, prancha a remo, kitesurf, pedalinho, vela	Lagoa de Carapebus e Lagoa de Jurubatiba.	Iniciativa do próprio visitante. Já uma pessoa autorizada para aluguel. “Dezenas de praticantes”.	Esporádica em determinadas regiões do parque.	Não mencionado.	Não mencionado.	Atividades náuticas não motorizadas.
Eventos – esportivos e culturais	L. Carapebus	Não mencionado.	Não ocorrem com frequência.	Não mencionado.	Não mencionado.	Tendem a aumentar.

Fonte: ICMBIO, 2016. Adaptado pela autora.

Chama a atenção que o Canal Campos-Macaé seja pouco aproveitado pelos visitantes para as atividades recreativas, mesmo considerando seu diferencial de atratividade, em que é possível associar um conteúdo histórico a uma paisagem natural singular. Segundo o ICMBio, o uso recreativo do Canal possibilitaria ao “visitante conhecer as lagoas costeiras [a partir] de outro ângulo” (ICMBIO, 2016, p. 12). A proposta de criação de trilhas fluviais poderia potencializar a visita neste patrimônio histórico cultural.

As trilhas fluviais constituem o estabelecimento de percursos a serem realizados de forma embarcada (barcos motorizados, canoas, caiaques, etc.) pelo ambiente aquático da restinga. Para tanto, o Programa de Uso Público indica que é preciso, além da implementação de embarcadouros, verificar a viabilidade de ampliação da extensão da trilha para outros trechos e, também, de realização do percurso nas diferentes estações do ano, devido à possibilidade de diminuição da profundidade em período de estiagem.

Os principais resultados alcançados com o processo de planejamento do Programa de Uso Público foram a participação de um determinado grupo de atores sociais e a incorporação de suas sugestões, o que contribui para dar um caráter “local”, “enraizado” ao uso público na UC. Porém, é preciso reconhecer que o processo de planejamento poderia ter envolvido um maior e mais diversificado número de atores sociais, o que poderia gerar resultados complementares ao que se obteve.

A expectativa do PNRJ e dos atores sociais que participaram do processo é de que a execução do programa de Uso Público seja capaz de apoiar as atividades de uso público e recreação que ocorrem atualmente e que, em um futuro próximo, possam atrair turistas brasileiros e estrangeiros. Para tanto, é fundamental que “não só o Parque Nacional esteja estruturado para a visita, mas que a cadeia do turismo no seu entorno esteja também estruturada e integrada com a gestão da UC” (PUP/PNRJ, p. 14). O projeto Incentivo ao Turismo em UC, coordenado pelo SEBRAE/RJ, visa apoiar a formação da cadeia produtiva do turismo, incentivando e capacitando os pequenos e micro empresários dos municípios limítrofes ao PNRJ.

3.4.3 O Projeto Embaixadores dos Parques

O Projeto Embaixadores dos Parques é o nome adotado pela gestão do PNRJ em referência ao projeto “Fomento do Turismo em Unidades de Conservação e entorno”, proveniente de um convênio entre SEBRAE e MMA/ICMBio. Este projeto tem o objetivo de estimular a integração entre seis Unidades de Conservação¹¹⁸ e os pequenos negócios da cadeia produtiva do turismo de seu entorno, visando ao “desenvolvimento turístico das regiões envolvidas, o fortalecimento da marca Parque como atrativo âncora, a capacitação e a competitividade das empresas participantes” (SEBRAE, 2017)¹¹⁹. O Projeto origina-se de um convênio firmado em 2008 entre os Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente e o SEBRAE Nacional. Segundo a interlocutora P2, a ideia de desenvolvimento de um projeto com a cadeia produtiva do turismo no entorno dos Parques surgiu com a notícia de que o Brasil sediaria dois dos maiores eventos mundiais – a Copa do Mundo FIFA de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Diversas operadoras de turismo inseridas no mercado turístico mundial demandaram do governo brasileiro informações sobre os produtos que poderiam ser oferecidos durante os megaeventos que poderiam ser de interesse do público-alvo, com foco no Ecoturismo e Turismo de Aventura, tendo em vista a já conhecida “natureza exuberante” do Brasil, porém limitada a dois atrativos naturais, Cataratas do Iguaçu, no Paraná, e a Floresta Amazônica, ao norte do país. Iniciou-se em 2008, então, uma negociação entre Ministério do Meio Ambiente/ICMBio e Ministério do Turismo e SEBRAE para investir em programas de implementação de equipamentos e serviços nos Parques Nacionais brasileiros. Inicialmente, houve uma resistência do SEBRAE em participar do projeto, tendo em vista a sua aderência ao tema “pequenos negócios” e “nenhuma aproximação com a questão ambiental” (informação verbal, P2).

Mas devido a problemas envolvendo o Ministério do Turismo, o convênio foi interrompido. Com a aproximação dos Jogos Olímpicos, foi retomado com uma nova abordagem, envolvendo apenas as UC do Estado do Rio de Janeiro, e não mais os

¹¹⁸ As UC abrangem os seguintes territórios municipais: Parque Nacional da Tijuca, localizado na capital do Estado; Parque Nacional da Serra da Bocaina (Paraty, Angra dos Reis no Estado do RJ e São José do Barreiro, Ubatuba, Cunha, Areais no Estado de São Paulo); o Parque Nacional de Itatiaia (Itatiaia e Resende no Estado do RJ e Itamonte e Bocaina de Minas no Estado de MG); o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (Guapimirim, Magé, Petrópolis, e Teresópolis); e a Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo (Arraial do Cabo), além do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

¹¹⁹ SEBRAE. **Setor de Turismo no Rio de Janeiro: projetos desenvolvidos**. Disponível em: <http://bit.ly/2jlfN3>. Acesso em 20 jan. 2017.

parques nacionais localizados próximos às capitais que sediaram a Copa do Mundo da FIFA.

O PNRJ é uma das seis UC selecionadas para o projeto, tendo sido desenvolvido entre 2014 e 2016 e tendo como público-alvo os pequenos negócios na área de turismo. Coube ao SEBRAE RJ regional a identificação e a seleção das pessoas e empresas para a participação. A partir do banco de dados de empresas cadastradas no SEBRAE, o critério utilizado foi a seleção de empresários formalizados, preferencialmente que já tivessem participado de projetos e programas do SEBRAE e que tivessem condições de receber visitantes dentro de padrões de qualidade estabelecidos.

O projeto atendeu às diretrizes firmadas no convênio entre SEBRAE e Ministério do Meio Ambiente, seguindo, em geral, o mesmo padrão para todas as UC envolvidas, mas com adaptações em relação às demandas identificadas pelos participantes. Assim, ao longo de dois anos, foram desenvolvidas algumas ações que com o objetivo de apoiar os empreendedores com disponibilização de conhecimento técnico especializado, a fim de possibilitar o acesso ao mercado turístico e a diversificação de produtos com base na constituição de uma identidade associativa.

Inicialmente, o projeto elaborou uma pesquisa com o objetivo de compreender as impressões de moradores, turistas e empresas com relação ao PNRJ, a fim de embasar estratégias e ações para o fomento da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC. A pesquisa foi elaborada e aplicada por uma consultoria contratada pelo SEBRAE, tendo o trabalho de campo sido realizado durante o mês de abril de 2014, envolvendo uma pesquisa do tipo *survey* com moradores, turistas, e empresas. O estudo analisa e indica estratégias relativas à promoção de ações de integração entre o PNRJ e a cadeia produtiva do entorno a fim de aproveitar as potencialidades turísticas da região. A pesquisa realizada com moradores identificou que os habitantes dos municípios vizinhos ao PNRJ reconhecem a “natureza do lugar como algo exuberante”, mas associam o Parque a uma opção de lazer, sendo poucos aqueles que conhecem ou já visitaram. As dificuldades relacionadas ao acesso e à falta de guias de turismo são apontadas como os principais fatores que explicam a não visitação à UC. Apesar do desconhecimento a respeito do Parque, os moradores veem com otimismo o desenvolvimento do turismo na região, podendo trazer benefícios sobretudo de ordem econômica, como o crescimento do comércio local e da oferta de emprego.

Com relação aos turistas, a pesquisa realizada pelo SEBRAE identificou que os turistas que visitam a região do PNRJ possuem, em geral, formação educacional de

nível superior e viajam motivados pelo lazer em áreas naturais. Indicam que os principais pontos a serem melhorados são o acesso à informação (promoção externa e sinalização interna), melhoria de acessos aos locais de visitação e necessidade de melhoria no receptivo (guiamento, segurança, acompanhamento profissional).

A pesquisa também buscou compreender a interpretação dos empresários que atuam formalmente no mercado turístico dos municípios que circundam o PNRJ. Os principais problemas relatados pelos 56 empresários participantes foram relacionados à escassez de mão de obra especializada e ausência de plano de comunicação que divulgue o destino e o parque como atrativo. Poucos são os empresários que possuem relacionamento colaborativo com outras empresas e é inexpressivo o relacionamento com o PNRJ. Os empresários não distribuem material informativo sobre o Parque, não recomendam a visita a seus clientes e não o consideram como um atrativo que pode trazer benefícios ao seu negócio (SEBRAE, 2014, p. 59). O SEBRAE avalia este cenário como um entrave para a formação da cadeia produtiva do turismo, pois há uma fragmentação do trabalho que deve ocorrer de forma conjunta entre poder público e setor privado.

Também foram realizadas entrevistas de cunho qualitativo com formadores de opinião locais em que foram avaliadas as possibilidades de investimentos e os prováveis benefícios de um projeto de integração do PNRJ com a comunidade local. De um modo geral, os entrevistados relataram que o PNRJ está próximo a importantes centros consumidores e que, devido às características naturais, culturais e históricas da UC, há possibilidades de exploração comercial com a venda de passeios de bugre e esportes náuticos, por exemplo, porém ainda não existem roteiros prontos e prestadores de serviços organizados. As principais carências se referem à infraestrutura do PNRJ e do entorno, à ausência de comunicação e de conhecimento da população do entorno sobre o parque, além de questões relacionadas às responsabilidades do poder público municipal, como ausência de saneamento básico, de acesso e de transporte e de segurança.

Em seguida, foram delineadas as ações que seriam desenvolvidas junto aos empresários locais selecionados para serem Embaixadores dos Parques. Dentre elas, foi realizada uma visita técnica com objetivo de *benchmarking*¹²⁰ na região turística da Patagônia (Argentina e Chile). A visita a esses destinos justificou-se, segundo a

¹²⁰ *Benchmarking* é um procedimento em que há uma avaliação contínua e sistemática com o objetivo de conhecer e comparar as estratégias, procedimentos, produtos, dentre outros, de concorrentes ou organizações com características semelhantes para que possa servir de referência para melhorar o rendimento e a competitividade no mercado (SEBRAE, 2017).

interlocutora P2, pois o destino é fortemente dependente do turismo nas áreas protegidas locais e as iniciativas pública e privada desenvolveram uma estratégia de distribuição do lucro advindo das operações turísticas que poderiam servir de inspiração para o caso do PNRJ, na perspectiva do SEBRAE. Também foi realizada uma visita técnica ao Parque Nacional Aparados da Serra, localizado no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo P2, a visita se justificou pela similaridade que existe no contexto socioeconômico e turístico dessa UC. Os municípios do entorno possuem taxa de pobreza significativa e há forte dependência econômica do fluxo de visitantes para o parque nacional¹²¹. Os serviços turísticos não são sofisticados e atendem a um público-alvo com perfil semelhante ao PNRJ.

Também foi realizado um *fampress*¹²², em que foi oferecido a cerca de dez jornalistas dos principais meios de comunicação da capital do Estado um roteiro turístico com o objetivo de apresentar os serviços e produtos turísticos da região. Como resultado, foram publicadas quatro reportagens sobre o PNRJ e os atrativos do entorno em três veículos midiáticos diferentes, com abrangência regional e nacional.

Em uma análise sobre as reportagens, foram destacados os aspectos ecológicos e paisagísticos da “natureza selvagem” do PNRJ, com poucas informações sobre as possibilidades de visitação. As reportagens elaboram um discurso que fragmenta a percepção do leitor/visitante sobre a relação entre o PNRJ e o entorno e seus atrativos, isolando a UC do contexto em que está inserido. Também reproduzem um discurso turístico que busca apenas “encantar” o “cliente” em potencial, inclusive com informações equivocadas¹²³, e não *informar* sobre a visitação nas áreas de lazer e as possibilidades de uso público pelo turismo regional.

O Roteiro Sete Capitães é o principal produto resultante do projeto Embaixadores dos Parques. Este consiste em um roteiro turístico com atividades

¹²¹ O Parque Nacional dos Aparados da Serra faz limite com dois municípios: Cambará do Sul (RS), que possui IDHM a 0,697 e incidência de pobreza de 22,19%; e Praia Grande (SC), com IDHM a 0,718 e incidência da pobreza de 24,96%. Comparativamente, os municípios do entorno do PNRJ apresentam Índice de Desenvolvimento Humano e incidência de pobreza em menores taxas, indicando melhores condições de qualidade de vida (IBGE, 2013, IBGE, 2000).

¹²² *Fampress* ou *Press trip* – constitui uma ferramenta de marketing com o objetivo de apresentar informações qualificadas sobre o destino turístico a jornalistas, fotógrafos e formadores de opinião, para que possam gerar mídia sobre o destino turístico com fins comerciais em veículos de comunicação e imprensa (SEBRAE, 2017).

¹²³ Mattoso (2016) informa que o Quilombo Machadinho não é quilombo, embora haja semelhanças culturais entre quilombos e os descendentes de negros que ali permaneceram na senzala. Outro equívoco cometido pelo autor, e também por Maia (2016), é afirmar que o Canal Campos-Macaé teria sido construído por negros escravizados e substituído como via fluvial pelo modal ferroviário, questão essa desconstruída por Penha (2012), mas ainda não incorporada pelo discurso turístico, talvez por ser menos atraente para a mídia.

programadas a serem executadas em três dias, utilizando serviços de transporte, de alimentação, de hospedagem e de agenciamento dos “embaixadores”. Dentre as atividades promovidas, está a visita a atrativos e a espaços patrimoniais do município de Quissamã, tais como Estação de Trem Conde de Araruama, Museu Casa de Quissamã. No Complexo Turístico de Machadinho poderão ser visitadas a Casa de Artes, o Memorial Machadinho e assistir a uma roda de jongo. Com relação aos atrativos relacionados à gastronomia regional, o serviço refere-se a um café colonial no Centro Cultural Sobradinho, almoço em restaurante local especializado em peixes na Lagoa de Carapebus e degustação de cachaças e cervejas artesanais no alambique do Engenho São Miguel. As atividades programadas relacionadas ao PNRJ são a realização de trilhas em veículo tracionado pela restinga associado com trilha fluvial pelo Canal Campos Macaé.

A parceria entre SEBRAE e PNRJ desenvolveu, também, material midiático para melhorar a comunicação com o público-alvo, tais como: folhetos informativos sobre os empreendedores locais e seus serviços que foi distribuída em eventos nacionais e internacionais que ocorreram na região e na capital, além de mapas e empreendedores e vídeo promocional que estão em processo de finalização. Segundo P2, como resultado espera-se que o projeto possa ter colaborado para o estímulo a novos produtos turísticos capazes de fortalecer e fomentar o setor de turismo nos municípios ao redor do PNRJ, a fim de ampliar as oportunidades de trabalho e de renda, e gerar maior competitividade e lucratividade para as micro e pequenas empresas dessa região, com ampliação do número de visitantes na UC.

Chama atenção que o Projeto Embaixadores dos Parques limitou-se a um grupo de empresários, privilegiando aqueles formalizados e que já haviam passado por capacitações com o SEBRAE. Cabe destacar que, mesmo deixando de abranger outros empresários e atores sociais não formalizados, o Projeto optou por envolver um grupo que precisa de cursos para a melhoria da qualidade dos serviços e produtos. Assim, o projeto inclui pequenos empresários que vêm apoiando a visitação e o turismo no entorno e também no Parque.

Observa-se que o projeto foi instituído no PNRJ não por este ser uma demanda urgente da UC, e sim para cumprir um contrato fechado em gabinete distante do contexto socioeconômico e da gestão ambiental pública.

Apesar de ainda ser necessário compreender a vinculação das iniciativas com as UC, que é um dos objetivos que se busca alcançar com a presente pesquisa, pode-se

afirmar que esta iniciativa simboliza, em parte, o potencial existente para a prestação de serviços em apoio à visitação nos Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro.

3.5 O CANAL CAMPOS-MACAÉ E SUA SITUAÇÃO ATUAL

O Canal Campos-Macaé constitui um bem de valor histórico, paisagístico e engenheiral com potencial para visitação com fins turísticos, de lazer e esportes, caso fossem realizadas ações para a sua conservação e obras para viabilizar a visitação e o turismo (TEIXEIRA, VIEIRA, 2005; BARCELOS, 2016).

Conforme exposto anteriormente, a construção do Canal Campos-Macaé foi resultante da atuação da aristocracia rural do Norte Fluminense para fins de transporte de produtos agropecuários e passageiros ainda no século XIX. Embora o transporte tenha sido realizado entre 1861 a 1867, Penha (2014) afirma que a navegação era insuficiente e irregular, pois era recorrente a obstrução pelo desmoronamento de suas margens em vários pontos, sendo, portanto, sua manutenção bastante dispendiosa ao Estado. Em 1875, o transporte pelo canal já não era viável economicamente, e retornou para o controle da administração provincial - que, nesta época, concentrava-se na implementação e expansão de ferrovias, com vistas a atender aos interesses de cafeicultores. Sendo assim, a inviabilidade de navegação e a conjuntura política e econômica da segunda metade do século XIX favorecia a implementação de ferrovias, colaborando para o abandono e esquecimento do Canal Campos Macaé (PENHA, 2012).

A obra de engenharia, considerada uma das mais importantes do país devido à sua extensão, complexidade e limitações tecnológicas impostas à época, resistiu às intempéries e ao abandono ao longo de décadas. Karlheinz Weichert aprecia o canal como uma “obra ciclópica¹²⁴”, sendo “a mais importante obra de engenharia do século XIX, realizada por brasileiros com dinheiro brasileiro”, tendo sido importado apenas as ferramentas da Inglaterra e a mão de obra, que foi feita parcialmente por negros africanos escravizados (PENHA, 2012).

Atualmente, possui 100,5 quilômetros, e percorre os municípios de Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus e Macaé. Do total de sua extensão, 17 quilômetros

¹²⁴ Uma construção ciclópica refere-se a um “tipo de edificação que se faz com grandes pedras sem que haja, entretanto, uso de argamassa ou cimento para fixá-las”, comum aos povos do mar (WIKIPEDIA, 2017). O termo também faz referência a uma obra grandiosa, em referência à força e vigor dos gigantes mitológicos Ciclopes (HOUAISS, 2010; DICIONÁRIO INFORMAL, 2017).

solicitou o tombamento do Canal Campos-Macaé pelo IPHAN, em 2000 (processo IPHAN 1462-T-00/Memo 291/2000) e pelo INEPAC em 2002 (Processo INEPAC n. E. 18/001134/2002), de modo a impedir que obras o descaracterizassem ainda mais¹²⁶ (INEPAC, 2002; TEIXEIRA, VIEIRA, 2005). Este processo foi permeado de disputas de interesses sobre o uso e ocupação do território, envolvendo o poder público municipal de Campos dos Goytacazes, que tentava aprovar, junto à opinião pública, o projeto para a cobertura do Canal, e o Grupo Informal, que lutava, de forma isolada, para evitar a descaracterização e desvalorização do patrimônio.

O tombamento justifica-se, pois o Canal reveste-se de importância histórica e, nos dias atuais, possui potencial de uso turístico, perpassando o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. E, ainda que atualmente esteja degradado, o tombamento certamente poderia colaborar para a desaceleração do processo de destruição do bem ou, até mesmo, a sua reversão (IPHAN *apud* TEIXEIRA, VIEIRA, 2005; INEPAC, 2002). Segundo o processo de tombamento do IPHAN¹²⁷, o Canal Campos-Macaé “é um *corpo vivo*, devendo o tombamento contemplar o canal como um *continuum*”, tornando o processo complexo e inovador, pois, segundo Teixeira, Vieira (2005, p. 177), “não se trata apenas de um bem histórico, mas de um bem que está vivo e possui uma dinâmica própria”. Assim, para a Prefeitura Municipal de Goytacazes, o tombamento representou um “empecilho” para as intencionalidades dos projetos urbanísticos na área (TEIXEIRA; VIEIRA, 2005).

O processo de tombamento surgiu diante da possibilidade de descaracterização do Canal Campos-Macaé em Campos dos Goytacazes ou, ainda, da sua degradação enquanto corpo hídrico e obra de engenharia. Assim, ainda que seja relevante, partiu de uma demanda de um grupo social – pesquisadores – e não envolveu a população, que parece desconhecer o processo e seu significado, nem resultou numa apropriação social do bem como um patrimônio e representação de uma memória social.

¹²⁶ O tombamento foi aprovado pelo INEPAC em processo que tramitou por um mês em caráter de urgência e incluiu também o Canal do Cula, localizado no município de Campos dos Goytacazes. O Canal do Cula é indicado pela Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos como “Sítio Geológico do Brasil”, candidato ao registro como Patrimônio Mundial da UNESCO. No âmbito federal, existe um processo com pedido de tombamento do Canal Campos-Macaé pelo IPHAN, de 2000, porém este processo encontra-se no *status* “instrução” e não foi concluído ainda, não tendo sido possível o acesso ao documento (INEPAC, 2002).

¹²⁷ O processo de tombamento do Canal Campos-Macaé no IPHAN possui *status* de “Instrução”, o que nos induz a entender que não está concluído (IPHAN, 2017). Foram feitas diversas tentativas de acesso ao material junto à Instituição, sem sucesso.

Mas, apesar do tombamento pelos órgãos públicos em defesa do patrimônio cultural brasileiro e estadual, foram realizadas intervenções pontuais, com o objetivo de utilizá-lo principalmente como canal de drenagem. Nos trechos onde há concentração urbana, o canal encontra-se poluído, assoreado, eutrofizado¹²⁸ e modificado em seu traçado original e, em outros, não há circulação da água, “caracterizando um quadro de total insalubridade para a população ali residente” (AGEVAP, 2006, p. 20).

O estado em que se encontra o Canal atualmente deve-se, sobretudo, às ações e inações dos diversos órgãos públicos ao longo de décadas. Supõe-se que o abandono emerge, inicialmente, da indefinição sobre a quem deveria ficar a cargo a sua manutenção e limpeza, tendo sido o governo estadual omissivo quanto aos ecossistemas hídricos do Norte Noroeste Fluminense (SOFFIATI, 1996, 2007).

Em 1935, foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, transformada, em 1940, no então Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), vinculado ao Ministério do Interior, com o objetivo de realizar obras de dragagem e drenagem; incorporou o Canal Campos-Macaé em uma rede com mais de 1.350 quilômetros como canal de drenagem, considerando que as chuvas e recorrentes enchentes nas áreas de planície traziam prejuízos às plantações de cana de açúcar. Contudo, segundo Soffiati (1995), nas intervenções do DNOS em nome do “saneamento” não eram observados os empregos adequados de juízo técnico e de normas legais, e este órgão agia exclusivamente a partir dos interesses econômicos dos usineiros e latifundiários da região Norte Fluminense. Um exemplo disso é a construção, na década de 1970, de comportas que escoam água da Lagoa Feia para o mar, o que baixou o nível da água e, com isso, aumentou o território das propriedades particulares que se encontram às margens.

O DNOS foi extinto em 1990, tendo sido criado em seu lugar a Secretaria de Desenvolvimento Regional, órgão federal que assumiu em parte suas atribuições. Nesta época, foram realizadas algumas obras para limpeza e dragagem através de convênio entre poderes federal e estadual, o que não significou, de fato, uma responsabilização sobre a propriedade do Canal Campos-Macaé (SOFFIATI, 1996). Para o autor, os

¹²⁸ “Em ecologia, chama-se eutrofização ou eutroficação ao fenômeno causado pelo excesso de nutrientes numa massa de água, provocando um aumento excessivo de algas. Estas, por sua vez, fomentam o desenvolvimento dos consumidores primários e eventualmente de outros elementos da teia alimentar nesse ecossistema. Este aumento da biomassa pode levar a uma diminuição do oxigênio dissolvido, provocando a morte e conseqüente decomposição de muitos organismos, diminuindo a qualidade da água e eventualmente causando alteração profunda do ecossistema. O excesso de nitratos lixiviados também promove a ocupação por plantas superiores onde estas geralmente não ocorriam, e dessa forma também sufocam ambientes anteriormente equilibrados” (WIKIPEDIA, 2017).

órgãos executivos estaduais vinculados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente seriam os reais responsáveis pela manutenção integral do Canal, envolvendo desde os estudos técnicos, controle do fluxo hídrico, até o licenciamento ambiental para a dragagem e recuperação de margens e diques. Mas as obras de limpeza do canal sempre foram relegadas a segundo plano pelos órgãos públicos, gerando diversos problemas de saúde na população devido à qualidade da água e à presença vetores, como ratos e mosquitos. Nos dias atuais, a gestão ambiental do Canal é realizada pelo poder público municipal nos trechos em áreas urbanas e pelo poder público estadual em áreas rurais.

Cabe lembrar que os Comitês de Bacias Hidrográficas, instituídos através da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997) que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, têm como objetivo estabelecer um plano de recursos hídricos da bacia hidrográfica, bem como acompanhar sua implementação e arbitrar conflitos pelo uso da água, estabelecer mecanismos e sugerir os valores da cobrança pelo uso da água, entre outros (ANA, 2011). A Bacia Hidrográfica na qual o Canal Campos-Macaé está inserido, em maior parte do seu traçado, é a Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana¹²⁹. E, embora seja reconhecido pelo INEA¹³⁰ que “os rios e sistemas lagunares da região estão com qualidade comprometida, carecendo de maiores investimentos em operação e manutenção dos canais, esgotamento sanitários, proteção e recuperação da vegetação”¹³¹, não foram encontradas informações sobre programa ou projeto específicos para a manutenção e recuperação do Canal Campos-Macaé.

O Canal Campos-Macaé constitui, portanto, um bem pelo qual não há um ente público ou privado responsável pela sua manutenção enquanto obra de engenharia e pela sua proteção enquanto bem histórico-cultural. Assim, os diversos representantes dos organismos públicos e privados realizam intervenções pontuais, sem continuidade e sem integração ou coordenação das ações. Nesse sentido, é importante compreender a atual situação do Canal nos municípios e territórios que percorre, a saber: Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e Macaé.

¹²⁹ De acordo com Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos n. 107, de 22 de maio de 2013.

¹³⁰ O Instituto Estadual do Ambiente foi criado pela Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, sendo submetido a regime autárquico especial e vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente, com a função de “executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2007).

¹³¹ INEA. Disponível em: <http://bit.ly/2s5oJFr>. Acesso em: 26 mai. 2017.

Apesar de os municípios de Campos e de Macaé emprestarem seus nomes ao patrimônio, é justamente neles que o Canal está mais degradado e é frequentemente tratado como “valão”.

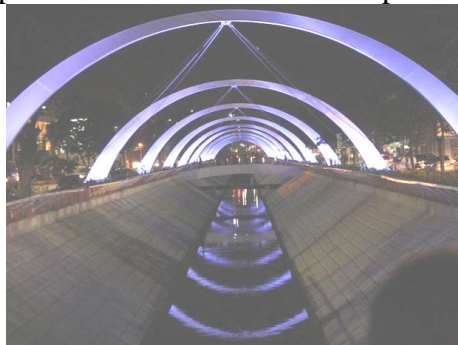
O trecho do Canal no centro de Campos dos Goytacazes é popularmente chamado por “Beira-Valão” – termo pejorativo que remete ao significado atribuído ao patrimônio (MORETTO, 2010). Na região central, o Canal foi coberto pela Prefeitura Municipal para criar espaço para lojas, quiosques e estacionamento, espaço conhecido por Parque Alberto Sampaio. Foram instalados taludes de concreto, ornamentação florística e arcos iluminados, o que permitiu “a consolidação como o novo cartão postal da cidade”, na visão da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (MACHADO, 2011). Para Esteves (2011, p. 46), a obra para “revitalizar” o Canal significou uma “absoluta falta de conhecimento da sociedade no trato da história de uma região”. Complementando esta visão, Soffiati (1995, p. 56) julga que a intenção da Prefeitura era apenas de cobrir o canal, para “esconder a sujeira, não para removê-la”. Os trechos que estão descobertos também foram modificados em relação à construção original (SOFFIATI, 2007), mas, mesmo após as obras, não são realizadas limpezas e drenagens com a devida frequência (FREITAS, 2015).

Já na área rural de Campos dos Goytacazes, não há intervenções da Prefeitura, apesar dos apelos de produtores de cana-de-açúcar. Quintino, Almeida e Oliveira (2007) relatam que, em períodos de estiagem, o assoreamento agrava a ausência de água para a irrigação; no período de alto índice pluviométrico, o Canal não tem servido para drenar o solo. Devido à ausência do poder público municipal na manutenção, grupos do setor primário da economia campista formam uma “força tarefa” a fim de diminuir os prejuízos nas plantações do setor sulcroalcooleiro. Mas estas são, em geral, ações pontuais, que não resolvem o problema de forma eficaz e permanente.

Teixeira e Vieira (2005, p. 177) afirmam que a política pública de proteção do patrimônio cultural fomentada pela Prefeitura Municipal à época pode ser interpretada como controversa, na medida em que projeta a “revitalização” do Mercado Municipal com o objetivo de transformá-lo em “centro gastronômico”, porém trata o Canal – que é o patrimônio que justificou, historicamente, a instalação do Mercado – como um “valão inconveniente”. As autoras alegam, ainda, que “há uma certa dificuldade em detectar quais parâmetros norteiam a determinação do que deve ser preservado ou não”. Essa contradição representa, pois, que não há uma política pública voltada para a proteção do patrimônio histórico-cultural no contexto do processo de planejamento urbano do

município de Campos dos Goytacazes. A Imagem 18 retrata a situação do Canal Campos-Macaé no município de Campos dos Goytacazes, em reforma realizada em 2015:

Imagem 18 – Canal Campos-Macaé no trecho em Campos dos Goytacazes.



Autor: Divulgação/SECOM. Fonte: FREITAS, 2015.

Esteves (2011) avalia que, em Quissamã e Carapebus, o estado de conservação do Canal é razoável, quando comparado aos trechos urbanizados dos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, mesmo que nos segmentos rurais ainda existam trechos assoreados e densos de taboas (plantas de pântanos, da espécie *Typha domingensis*).

Devido ao fato de o Canal ter sido projetado para atender ao transporte de produtos originados das fazendas de cana-de-açúcar, em Quissamã seu trajeto percorre casarões e passa na região central, estando, assim, próximo a espaços e instituições frequentados pelos habitantes, visível e presente no cotidiano local. Essa característica colabora para o potencial de uso para fins de lazer e turismo, pois o Canal compõe o conjunto de bens patrimoniais preservados de um mesmo período histórico.

Nesse município, o trecho do canal Campos-Macaé inicia-se na Lagoa Feia, percorrendo as seguintes localidades: Quilombo Machadinha (incluindo os cinco agrupamentos de residências e as ruínas da antiga sede da Fazenda) (Imagem 12); o Museu Casa de Quissamã; o Monumento em Homenagem ao Negro Escravizado (Imagem 13); a região central, onde há um atracadouro nas proximidades do Centro Cultural Sobradinho; a Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); as ruínas do Engenho Central de Quissamã; a Vila Operária do Carmo e a Capela do Carmo; o Horto Florestal; proximidades da Fazenda Mantiquera; a Capela de Nossa Senhora da Penha; seguindo por trechos de fazendas que atualmente servem para pastagem de gado e cultivo de frutíferas, atravessando diversas pontes. No trecho conhecido por Alto

Grande há elevação do terreno, que foi escavado, e as margens do Canal foram recobertos por vegetação arbórea, formando “túneis” de grande beleza paisagística (Imagem 14). O trajeto segue até a ponte do Imbuí, que é limite com o município de Carapebus.

Imagem 19 – Canal, Quilombo e Lagoa Feia ao fundo



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Imagem 20 – Canal Campos Macaé no trecho urbano de Quissamã e o Monumento ao Negro Escravizado



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Imagem 21 – Canal Campos Macaé no trecho “Alto Grande”



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

No município de Carapebus, o Canal Campos-Macaé é formado a partir da ligação artificial das lagoas Paulista, de Carapebus (Imagem 15). Sendo assim, o Canal perpassa apenas dentro dos limites do território do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, distante da área urbana em cerca de 50 quilômetros. Especificamente no percurso entre as Lagoas Paulista e de Carapebus, as margens do canal são mais elevadas, e com vegetação arbórea, formando “túneis” onde se pode verificar as escavações realizadas no século XIX.

É importante considerar que o percurso melhor conservado do Canal Campos-Macaé é aquele correspondente ao território protegido pelo Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PENHA, 2014; BARCELOS, 2016), especificamente no fragmento entre as Lagoas Paulista, de Carapebus e Jurubatiba. No contexto do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, o Canal Campos-Macaé percorre apenas cerca de cinco quilômetros de extensão, estando inserido na Zona Histórico-Cultural e sendo considerado, portanto, como “patrimônio cultural material”, reconhecido pelo seu “valor histórico local e regional, além de constituir belíssimo atrativo paisagístico”. Nesse sentido, constitui um dos objetivos do PNRJ proteger e recuperar o Canal Campos-Macaé, viabilizando a visitação turística, com finalidade educativa e motivada pelos seus atributos naturais e culturais (ICMBIO, 2008, p. E3-99).

Imagem 22 – Canal Campos-Macaé em trecho correspondente à Lagoa de Carapebus



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Seguindo ao sul da Lagoa Jurubatiba, o Canal Campos-Macaé adentra o território do município de Macaé, passando por segmentos urbanizados, especificamente nos bairros de São José do Barreto, Aeroporto, Vila Badejo e Nova Holanda, até desaguar no Rio Macaé. Nesse percurso, encontra-se poluído por óleo, esgoto doméstico e resíduos sólidos, o que colabora para o estabelecimento de criadouros de insetos vetores de doenças tropicais, como febre amarela e dengue (ESTEVEES, 2011; RIBEIRO-DIAS, FIGUEIRÓ, GRENHA, 2012).

A situação de conservação do Canal em Macaé pode ser lida como crítica, pois é “considerado um dos recursos hídricos mais degradados do município” (FONTES, 2013). Isso porque, devido à ausência do poder público na prestação de serviços básicos, tais como coleta de resíduos e saneamento básico, a população do entorno do Canal utiliza-o como “bota-fora” e nas residências mais próximas ao recurso despejam esgoto *in natura*. Além disso, o poder público não realiza limpezas para a retirada de

plantas aquáticas e obras para o desassoreamento, o que colaboraria para aumentar a vazão. Sendo assim, são frequentes as notícias sobre o estado de degradação em que o Canal se encontra no município de Macaé (CHAVES, 2011; FONTES, 2012, 2013, 2015; FERNANDES, 2014). A Imagem 16 demonstra o trecho em questão:

Imagem 23 – Canal Campos Macaé no trecho correspondente a Macaé



Fonte: SIQUEIRA, 2017.

Por fim, pode-se afirmar que não existe uma política pública para a manutenção do Canal Campos-Macaé, nem enquanto um bem do patrimônio histórico-cultural, nem como canal de drenagem, ou atrativo turístico.

Mas pesquisadores apontam sobre a possibilidade de revitalizar o Canal Campos-Macaé. Segundo dados de pesquisas realizadas NUPEM/UFRJ, mesmo nos trechos mais críticos, não é raro encontrar peixes, aves aquáticas e jacarés de pequeno porte, especialmente após o período de chuvas, que proporciona a diluição do esgoto e oxigenação. Para Esteves (2011), a presença de peixes e demais tipos de fauna leva a crer na possibilidade real de revitalizar, numa perspectiva da Ecologia, o Canal Campos-Macaé.

Somando-se à “riqueza ecológica” sob a proteção do PNRJ (ESTEVES, 2011) e o seu “inegável valor histórico, como uma das maiores obras de engenharia civil brasileira do século XIX”, considera-se que o Canal Campos-Macaé pode ser “restaurado para finalidades culturais e turísticas” (INEPAC, 2002, p. 4).

Diversos pesquisadores já apontaram o potencial existente para o uso do Canal Campos-Macaé para fins de lazer e turismo, sobretudo no trecho entre os municípios de Quissamã e Carapebus, sendo necessárias intervenções para a sua recuperação e revitalização (ecológica e engenheiral) (WEICHERT, 2005; TEIXEIRA, VIEIRA, 2005; ESTEVES, 2011; BARCELOS, 2016). Os processos de tombamento do IPHAN e INEPAC também assinalam para a possibilidade de turismo e lazer no Canal Campos-

Macaé com finalidades culturais (INEPAC, 2002; TEIXEIRA, VIEIRA, 2005), mas as iniciativas e investimentos do poder público, da sociedade civil organizada e da iniciativa privada, nesse sentido, foram pontuais e sem continuidade, até o momento.

Ainda na década de 1990, um grupo de turistas se aventurou em percorrer o Canal em canoas do tipo canadense, partindo da Fazenda Machadinha em direção sul, sendo necessário, em certos trechos, percorrer por via terrestre devido a impedimentos vegetação. De acordo com Weichert (2005, p. 298), os pesquisadores relataram que:

(...) nos quilômetros que precedem a chegada à Lagoa de Carapebus, para a sua construção no século XIX – e a floresta avança seus falhos mais altos sobre o Canal, criando um corredor de indescritível beleza (...) trata-se um ambiente que, à semelhança de um templo, convida à contemplação.

Esta parece ter sido a primeira iniciativa, com registro, em torno do uso do Canal para fins de contemplação e lazer, e demonstra a especificidade da experiência da visitação. Porém, nessa “expedição” o que se destacou, além da paisagem, foram as dificuldades encontradas pelos participantes para realizar o percurso, tendo em vista a ausência de manutenção do canal artificial à época.

A iniciativa pioneira com o objetivo de realizar passeios turísticos no Canal foi da Prefeitura Municipal de Quissamã. Com base em um projeto específico, que definiu a infraestrutura necessária, o modelo operacional da atividade, a capacidade de carga e o modelo para o monitoramento do atrativo, foi proposta a concessão de serviço de Passeio de Barco no Canal Campos Macaé, especificamente na parcela do canal que está dentro do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (AMBIENTAL CONSULTORIA, s/d).

O roteiro tinha como ponto de partida o píer localizado no centro de Quissamã, com chegada à Lagoa de Carapebus, em um percurso total de 37,8 quilômetros, com tempo estimado em duas horas de passeio. O retorno era realizado por terra, em veículo que aguardaria os visitantes na Praia da Lagoa de Carapebus. Era possível também que o passeio fosse realizado nos dois sentidos, ou seja, começando em Carapebus e finalizando em Quissamã (AMBIENTAL CONSULTORIA, s/d). Apesar da proposta inicial do roteiro não contemplar o Quilombo Machadinha, os moradores locais relataram que foram realizados passeios com partida no centro de Quissamã, que incluía almoço na Casa de Artes e apresentação de jongo (Informação verbal P15, P16, P17).

Para a viabilização dos passeios, a Prefeitura de Quissamã realizou intervenções para a limpeza do Canal no trecho entre Quilombo Machadinho e limites territoriais com o PNRJ (Ponte do Imbuí). A limpeza era realizada por pescadores de Quissamã, contratados pela Prefeitura em períodos de defeso (Informação verbal P1). Além disso, foram instalados atracadouros em pontos estratégicos para embarque e desembarque, como no centro, no Horto Municipal e nas proximidades do Quilombo Machadinho, onde também estava em curso uma série de ações com o objetivo de transformar o local em atrativo turístico. A partir de um processo licitatório, a Prefeitura concedeu à empresa Jurubatiba Turismo o direito de uso e exploração do Canal Campos-Macaé, a qual adquiriu embarcação e realizou passeios entre os anos de 2008 e 2012. A imagem 24 retrata um dos passeios realizados pela empresa:

Imagem 24 – Passeio de barco pelo Canal Campos-Macaé



Fonte: Jurubatiba Turismo, 2010.

Portanto, a intervenção não foi motivada, prioritariamente, pela necessidade de proteger o patrimônio histórico-cultural e preservar a memória social, mas sim de produzir um atrativo e diversificar a oferta turística num contexto em que a atividade era interpretada, pelo poder público municipal, como uma das prioridades de governo.

Com relação às propostas de intervenção do PNRJ no Canal Campos-Macaé, estas estão presentes no Plano de Manejo (2008) e o Programa de Uso Público (2016), o qual visa especificar as ações e projetos necessários contidos no primeiro documento. De acordo com o Plano de Manejo, deve-se promover e ordenar o desenvolvimento de atividades de turismo, lazer e recreação no Canal Campos-Macaé a fim de valorizar este patrimônio histórico e cultural, por meio de implantação de “trilhas fluviais” entre as Lagoas Paulista e Carapebus (ICMBIO, 2008). Considera-se, no entanto, que o uso do Canal para a realização de trilhas fluviais depende do índice pluviométrico, tendo em

vista que, em tempos de estiagem, o nível da água pode estar muito baixo, impedindo a passagem de barcos e até mesmo canoas.

O Programa de Uso Público propõe a diversificação de atividades de uso público das trilhas fluviais pelo Canal, tendo em vista a experiência de visitação que pode proporcionar, como, por exemplo, a associação de trilhas fluviais com trilhas terrestres. No detalhamento do Programa, é especificada apenas a instalação de infraestrutura e serviços de apoio à visitação para as oito áreas recreacionais definidas¹³² a serem implementadas por meio da parceria com a iniciativa privada, e estas podem facilitar o uso do Canal.

Porém, não são detalhadas que atividades de uso público poderão ser realizadas e exploradas comercialmente no Canal Campos-Macaé, e não se vislumbra a possibilidade de que os futuros concessionários utilizem este patrimônio como um atrativo. Entende-se que no Programa de Uso Público deveria ser proposto, de maneira mais detalhada, de que forma seria possível o uso de trilhas fluviais pelo Canal Campos-Macaé, interligando as Lagoas de Jurubatiba, Carapebus e Paulista: de que forma o visitante pode utilizar a trilha fluvial? Que tipos de embarcação? Quais as atividades recreacionais possíveis? De que forma a parceria com instituições privadas ou da sociedade civil poderia explorar comercialmente atividades de uso público no Canal Campos Macaé, no contexto do Parque? Não parece estar claro, assim, as propostas para o uso público no Canal Campos Macaé, um importante atrativo para o PNRJ e região.

A partir de uma orientação voltada para o planejamento do turismo, Barcelos (2016) observa que o Canal tem mais possibilidade de ser explorado como um atrativo a ser visitado dentro de um pacote predefinido, organizado e operado por agências de turismo, tendo em vista que, para a visitação realizada de forma espontânea ou independente, seriam necessárias diversas intervenções relacionadas à disponibilização de informações e implementação de infraestrutura. O encaminhamento que Esteves (2011) faz complementa essa ideia, ao afirmar que o Canal poderia ser espaço para a prática de atividades de lazer e esportes, como caminhadas, a partir da implementação de projeto urbanístico nas margens, ou esportes aquaviários, como canoagem e remo.

Tendo em vista o valor histórico para a memória social do Norte Fluminense, a visitação no Canal em trilhas fluviais possui grande oportunidade de interpretação ambiental. A interpretação ambiental poderia ser realizada ao longo das trilhas fluviais,

¹³² As áreas recreacionais são: Lagoa de Jurubatiba; Lagoa Comprida; Lagoa de Carapebus; Lagoas Encantada e Paulista; Lagoas das Garças e Bezerra; Maria Menina; Visgueiro e Pires; Lagoa Preta;

destacando-se o fato de o Canal Campos-Macaé ser uma grande obra de engenharia que possibilitou a união de lagoas e o saneamento de pântanos. Outro ponto a ser interpretado é o fato de o Canal ter representado a solidificação de uma sociedade escravista, formada pela elite aristocrática rural, lavradores e comerciantes locais, homens pobres e livres, no contexto do progresso da indústria e do comércio regionais, conforme destaca Penha (2012, 2014) em seus estudos.

Numa perspectiva da operação do serviço, Weichert (2005) afirma que a navegação do Canal poderia ser realizada em caiaques ou em embarcações com propulsão silenciosa e não poluidora, envolvendo também outros atrativos naturais – como a Lagoa Feia, praias, plantações de cana de açúcar e frutas – e culturais – os solares, a Usina, dentre outros –, o que poderá trazer impactos positivos para a economia do município de Quissamã, sobretudo.

Tais sugestões e encaminhamentos revelam o contexto complexo que corrobora a necessidade de definição do Canal Campos-Macaé como patrimônio histórico-cultural que possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo, revelando as peculiaridades da história, da cultura, da natureza e das pessoas do Norte Fluminense. Diante desse contexto, pergunta-se: em que medida o Canal Campos-Macaé constitui um patrimônio histórico-cultural no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento do turismo? Que papéis devem ser desempenhados pelo poder público (municipal, estadual e federal), pela sociedade civil e pela iniciativa privada na proteção e valorização do patrimônio, diante do potencial para uso recreativo, para lazer e turístico?

É necessário, primeiramente, que os órgãos públicos definam sobre a responsabilidade pela gestão ambiental do Canal Campos-Macaé, para que sejam realizados projetos a fim de solucionar os problemas ambientais e de saúde pública a ele relacionados (saneamento básico, desassoreamento, limpeza de resíduos sólidos e de plantas aquáticas e manutenção de margens). Também é fundamental que as intervenções sejam realizadas de forma contínua, integrando políticas públicas de meio ambiente, de planejamento urbano e de proteção do patrimônio histórico-cultural realizadas por meio de processos participativos, a fim de promover a tomada de decisões entre diferentes atores sociais sobre o seu uso potencial, como o lazer e o turismo.

O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba tem um papel fundamental nesse sentido, na medida em que pode agregar, por meio de instrumentos de gestão

participativa, os atores sociais diversos implicados no contexto do Canal Campos-Macaé, considerando que este corresponde ao trecho mais bem conservado, sendo também um dos seus principais atrativos.

A ideia de atribuir um uso turístico e de lazer ao Canal Campos-Macaé pode ser inspirada nos mesmos canais que serviram de modelo para a sua construção. Penha (2014) debruça sua análise no contexto histórico em que foram construídos canais na Inglaterra, França e Estados Unidos da América, ainda no século XVIII e XIX, levantando também informações sobre as características das obras de engenharia. Com base nesses estudos, verificou-se que os canais Bridgewater (Inglaterra), Deux Mers (França) e Canal do Erie (Estados Unidos) atualmente tiveram sua funcionalidade revertida para fins turísticos e de lazer, aproveitando o potencial de atratividade da paisagem, com investimentos públicos e privados para a instalação de infraestrutura, serviços e equipamentos específicos para lazer, estando alguns deles inseridos no contexto de áreas naturais protegidas. Sendo assim, cabe se inspirar nas experiências de turismo em canais para pensar sobre o potencial pouco aproveitado do Canal Campos-Macaé.

3.6 OS CANAIS COMO ATRATIVOS TURÍSTICOS: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS NO EXTERIOR E BRASIL

Conforme apontado por Penha (2014), a Inglaterra, precursora da Revolução Industrial, iniciou tardiamente (se comparado a outros países europeus) a construção de canais como vias de transporte, isso porque o país já dispunha de uma rede de ferrovias que interligava os centros urbanos, majoritariamente localizados à costa, que também possuíam portos marítimos e fluviais. Sendo assim, a construção de canais se deu para atender à demanda de investidores que exploravam jazidas de hulha e reduzir os custos com o transporte. O Canal de Bridgewater foi construído neste contexto e é o primeiro construído no país, e se tornou um marco para o transporte, dando início à “febre dos canais” (PENHA, 2014).

O Canal Bridgewater possui 65 quilômetros que se estendem desde Runcorn até Leigh no Noroeste da Inglaterra. A sua construção, iniciada em 1759 pelo Duque de Bridgewater, teve por objetivo o transporte de hulha entre Worsley, onde se localizavam

as minas, e as áreas industriais de Manchester (PENHA, 2014; BRIDGEWATER CANAL, 2017).

Inaugurado em 1761 com presença de grande público interessado em admirar a obra de engenharia, foi apelidado como “Duke's Cut” e foi avaliado como um dos “mais influentes monumentos de transporte” em uma época que as vias rodoviárias eram mal conservadas e ineficientes para o transporte de bens pesados, volumosos e de baixo valor como o carvão. Assim, o Canal de Bridgewater é considerado um elemento fundamental que colaborou para a expansão da industrialização do século XVIII e para a comunicação entre cidades, distritos e minas, além de ser uma respeitável obra de engenharia civil devido à complexidade da obra que impôs diversos desafios e possibilitou o avanço do conhecimento neste campo (NEVEL; TERRY, 2012, p. 59). No auge da produção de hulha, o tráfego pelo Canal de Bridgewater chegou a mais de três milhões de toneladas, o que reforça sua importância econômica à época. O transporte de mercadorias ocorreu até 1830, quando o uso do canal como via para o transporte de hulha foi ameaçado pelas disputas políticas no parlamento inglês em torno da construção de ferrovias entre Liverpool e Manchester (PENHA, 2014; BRIDGEWATER CANAL, 2017).

Na primeira metade do século XX, o sistema econômico baseado na industrialização entrou em colapso e crises econômicas e sociais colaboraram para a degradação urbanística e desvalorização econômica das áreas centrais das cidades e, neste contexto, o Canal de Bridgewater e sua parcela na região central de Manchester (KAZIMIERCZAK, 2012). Durante a Segunda Guerra Mundial, é retomada a funcionalidade do Canal como via para o tráfego de mercadorias, época em que a maior parte da rede do canal foi nacionalizada (KAARISTO; RHODEN, 2017).

Décadas depois, sobretudo entre 1980 e 1990, surgem os primeiros programas de recuperação urbanística de áreas industriais e a modernização da área central, com a patrimonialização e refuncionalização de instalações para atender às demandas pelas atividades relacionadas a lazer, esportes e turismo (KAZIMIERCZAK, 2012; KAARISTO, RHODEN, 2017; BRIDGEWATER CANAL, 2017).

Com o objetivo de resguardar as edificações e obras de engenharia que contemplam um período histórico de grande importância econômica, social e cultural para a Europa, o conjunto histórico da área central de Manchester foi refuncionalizado como atrativo cultural para fins turísticos. Foi criado, assim, o Castlefield Urban Heritage Park (ou Parque do Patrimônio Urbano), com 73 hectares, que envolve uma

ampla área da cidade que inclui as ruínas de um forte de origem romana, o braço oriental do Canal de Bridgewater e estação ferroviária da Liverpool Road Railway (Estrada de Ferro de Liverpool, de 1830), refuncionalizada no século XX como Museu Ciência e Indústria de Manchester (ou MOSI). Nas imediações do museu, existem também pontos de interesse turístico, tais como meios de hospedagem, clubes e centros desportivos e recreativos (ABAD, 2002; SCHMIDT, BENITO, 2012; KAZIMIERCZAK, 2012).

Nesse contexto, o Canal de Bridgewater e seu entorno passam a ter nova funcionalidade, a do lazer e do turismo, planejado como “elemento integrador de todas as áreas industriais” localizadas na região de Manchester (KAZIMIERCZAK, 2012, p. 15). O processo de “refuncionalização e recuperação” das margens do Canal tem por objetivo implantação da Rota de Bridgewater (ou Bridgewater Way), e envolve a parceria entre investidores privados, empresas e autoridades públicas locais, através do Bridgewater Canal Trust. Ao longo de toda a extensão das margens do Canal, há ciclovias, áreas para caminhada e pontos de acesso ao Canal, formando um “corredor verde” que agrega museus e centros de artes, instituições de pesquisa e ensino, além de interligar vilas, rodovias, pontes e aquedutos, inserindo a região nos circuitos nacionais e internacionais de trilhas de longo percurso. O objetivo é produzir o Canal de Bridgewater como um atrativo turístico capaz de revelar a história industrial do Canal e da região e de dinamizar a economia local através do fomento ao comércio, serviços e geração de emprego e renda (THE BRIDGEWATER TRUST, s/d). A seguir, imagens que visam divulgar o uso turístico e de lazer do Canal de Bridgewater.

Imagem 25 – Passeio de barco pelo Canal de Bridgewater



Fonte: Bridgewater Canal, 2017.

Imagem 26 – Passeio a pé ao longo das margens do Canal de Bridgewater



Fonte: Bridgewater Canal, 2017.

Às margens do Canal – ou *waterfronts*¹³³ – foram criados espaços públicos ajardinados que atraem visitantes e turistas para a prática de atividades como caminhadas, ciclismo, pesca, contemplação e gastronomia, pois existem diversos cafés e restaurantes instalados nos antigos armazéns industriais (KAZIMIERCZAK, 2012, p. 15; KAARISTO, RHODEN, 2017). O visitante é incentivado a consumir no comércio do entorno, a visitar museus, centros de artes e parques, centros de convenções, vilas e populações locais e o patrimônio histórico-cultural relacionado à Revolução Industrial. Dentre estes, cabe destacar o Aqueduto Móvel de Bartun (Bartun Swing Aqueduct), considerado uma “obra-prima” de engenharia¹³⁴ (BRIDGEWATER CANAL, 2017).

Após um período de navegação inviabilizada, atualmente toda a rede de canais do Reino Unido, incluindo o Canal de Bridgewater, está limpa e é utilizada como circuito turístico (KAZIMIERCZAK, 2012). No Reino Unido, atualmente, o uso de canais para o lazer atrai cerca de 19,5 milhões de visitantes por ano (CANAL & RIVER TRUST *apud* KAARISTO; RHODEN, 2017), embora seja muito provável, segundo Kaaristo e Rhoden (2017), que este número seja subestimado, tendo em vista que quase a metade dos 64,6 milhões de habitantes do Reino Unido reside no entorno de até oito quilômetros de uma via navegável. No caso específico do Canal de Bridgewater, existem mais de 32 mil barcos com licença na rede do canal, incluindo diversos tipos, funcionalidades e modos de uso: barcos de pequeno e médio porte; cruzeiros fluviais; barcos-casa; barcos de segunda-residência; barcos em copropriedade de grupos para fins de férias; barcos-restaurantes; barcos com amarração fixa ou semi-fixa, dentre outros. Complementando a cadeia produtiva do turismo náutico em canais, há empresas que oferecem serviços variados, como passeios; aluguel de embarcações; manutenção (abastecimento de combustível, marinas, limpeza e destinação de resíduos); centros de informações *online* sobre rotas, atrativos, e serviços de transporte, alimentação e hospedagem¹³⁵ (CANAL & RIVER TRUST *apud* KAARISTO, RHODEN, 2017).

¹³³ Para Kazimierzak (2012), *waterfronts* são áreas urbanas que possuem contato com a água, planejadas como espaços para lazer e turismo. Interpretamos, portanto, *waterfronts* como território de uma cidade próxima a rio, lagos, lagoas ou mar que passou por um processo de planejamento urbanístico para receber empreendimentos do setor de turismo, entretenimento e lazer.

¹³⁴ Foi construído entre 1893 e 1894 para transpor o Canal de Bridgewater sob o Canal de Manchester. O aqueduto consiste em uma grande calha de ferro (com cinco metros de largura, dois metros de profundidade e 71 metros de comprimento), cuja água é conduzida por maquinaria hidráulica, fornecida por bombas eletricamente acionadas, permitindo a navegação de embarcações de pequeno porte e dando continuidade ao Canal de Bridgewater e, assim, permitir que navios de grande porte possam navegar no Canal de Manchester (VISIT MANCHESTER, 2017).

¹³⁵ O site está disponível no endereço eletrônico acessado pelo link: <http://www.bridgewatercanal.co.uk/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

Além dos serviços turísticos e atrativos relacionados ao patrimônio industrial, o Canal de Bridgewater dispõe de paisagens e registro de espécies da fauna e flora importantes para a biodiversidade deste país, compondo, assim, o potencial de atratividade da região (BRIDGEWATER CANAL, 2017). Embora não sejam mencionados nos roteiros de visitação vinculados ao Canal de Bridgewater,   preciso destacar que nas proximidades da cidade de Manchester existem diversas áreas naturais protegidas, como o Peak District National Park e o Kinder Scout National Nature Reserve, ambos distantes cerca de 55 quilômetros (cerca de 1 hora via rodoviária) da região central.

O Canal   de propriedade e a navega o e a manuten o são operadas pela empresa Bridgewater Canal Company Limited, que faz parte do Grupo Peel, uma das principais empresas de infraestrutura, imobiliário e de investimento no Reino Unido. Há, ainda, o Bridgewater Canal Trust, um conselho que se reúne semestralmente para tomada de decisões a respeito das políticas de uso e manuten o do canal. A receita obtida para a manuten o do Canal de Bridgewater e seu entorno adv m da cobrança de taxas referente ao uso de embarca es de recreio e pesca, bem como outros usos não turísticos, como para drenagem e venda de água para resfriamento de equipamentos industriais (BRIDGEWATER CANAL, 2017).

Para Nevel e Terry (2012), o turismo e a visita o em canais podem fornecer aos turistas e às popula es locais uma forma inovadora de interpretar as histórias e as pessoas locais, encorajando-as a ter um interesse e engajamento na prote o do patrimônio. Fallon (*apud* KAARISTO; RHODEN, 2017) complementa esta ideia ao afirmar que o turismo e a visita o em canais podem proporcionar experiências de *slow tourism*, como um contraponto da vida cotidiana com ritmo acelerado do mundo orientado para a tecnologia contemporânea.

Sendo assim, o Canal de Bridgewater   um ícone da revolu o industrial europeia (NEVEL, TERRY, 2012). Ao ser reconhecido como patrimônio histórico-cultural que expressa um contexto histórico de domínio econômico e de afirma o da modernidade nesta área da Inglaterra, foi convertido como atrativo turístico a partir de investimentos em equipamentos, infraestruturas e serviços que possibilitaram novos usos do espaço, novas apropria es da cultura e novas funcionalidades, evitando, assim, o risco de esquecimento e conseqüente degrada o. Este processo foi viabilizado pelo investimento de capital produtivo privado, que vislumbrou a possibilidade de

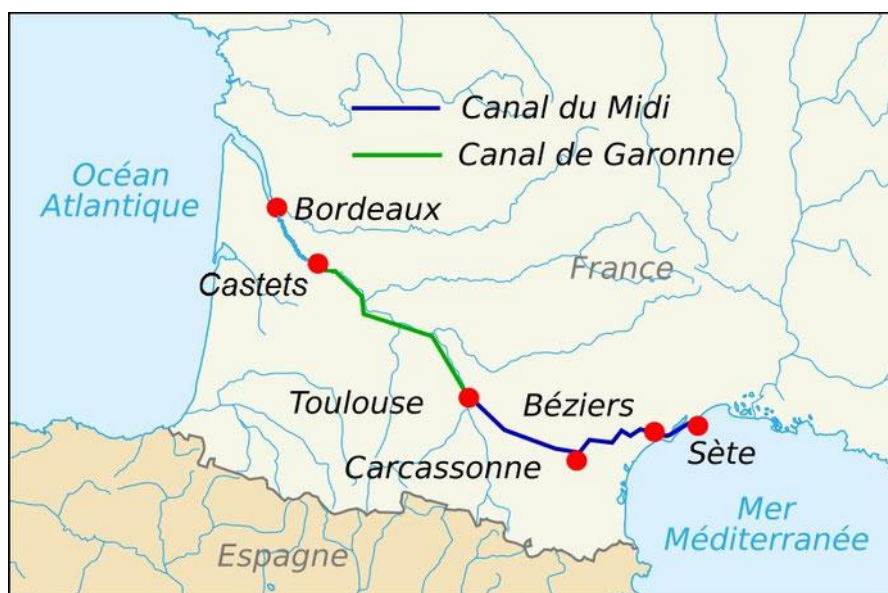
exploração comercial e lucro associada à proteção e divulgação do patrimônio industrial.

No final do século XIX, França, Holanda, Inglaterra e Estados Unidos construía caminhos navegáveis, momento que Penha (2014) intitula como “febre dos canais”. Mas a construção de canais no contexto inglês ocorre quase 150 anos após os canais da França. Nesse período, no Brasil, havia um esforço político das elites agropecuárias em modernizar o país, tal como José Carneiro da Silva, que buscava apoio político na Corte para a construção do Canal Campos-Macaé, ao exaltar o fato de que os países europeus esta já era uma realidade – como na França, que já possuía 64 canais concluídos e 18 estavam com sua construção em andamento, além de 14 em projeto (PENHA, 2014).

No contexto francês, destacam-se o Canal Du Midi, localizado na parte oriental do país, e de Garonne localizado na região ocidental. Juntos, formam o Canal Deux Mers – ou *dois mares*, numa livre tradução – que atravessa a região de Midi-Pyrénées de norte a sul em uma extensão total de 360 quilômetros. Devido à localização geográfica estratégica e perpassando cidades com importância econômica e política, como Garonne, Toulouse, Bordeaux e Sète, a motivação principal para a construção de um canal foi a de viabilizar o fluxo de mercadorias – sobretudo, vinho e cereais – permitindo a comunicação entre o Oceano Atlântico e o Mar Mediterrâneo no sudoeste da França, onde antes havia apenas uma estrada precária e o transporte pelo Rio Garone era dificultado pelo fluxo inconstante. A construção de canais foi uma solução estratégica para evitar a navegação em águas abertas como o estreito de Gibraltar e o contorno da península Ibérica tendo; assim, as motivações eram de ordem econômica, militar e política (BALLESTER, 2016; CHANTILLON, 2012; CANALFRIENDS GUIDE, 2017; VISIT TOULOUSE, 2017).

O Canal de Garonne percorre a região da Gironda, aproveitando parcialmente o curso do Rio Garone que possui um estuário que deságua na Baía de Biscaia, no Oceano Atlântico. O Canal de Garonne vai de Castets en Dorthe à Toulouse, onde se inicia o Canal de Midi, o qual segue até Sète, localizada na Região de Languedoque-Rossilhão, porta de entrada para o Mar Mediterrâneo, conforme imagem a seguir que ilustra sua localização (BALLESTER, 2016; CHANTILLON, 2012; CANALFRIENDS GUIDE, 2017).

Figura 4 – Localização do Canal Du Midi e Canal de Garonne, França.



Fonte: Canal De Garonne, 2017.

O Canal du Midi, alimentado pelo Lago de Saint Ferreol, teve sua construção autorizada pelo rei da França, Louis XIV, em 1666, sob a responsabilidade de Pierre-Paul Riquet; em 1681, foi inaugurado com navegação em seu trecho completo, ligando as cidades de Sète e Toulouse, unificando as regiões ocidental e oriental através de canais. O Canal Du Midi possui cerca de 240 quilômetros de extensão, com diversas estruturas que viabilizam a navegação, consideradas “joias do patrimônio fluvial” que despertaram a curiosidade e admiração dos visitantes quando da sua abertura. O trajeto conta com 63 eclusas, 160 pontes, sete pontes sob o canal e um túnel.

Riquet e seus herdeiros tiveram, por muitos anos, o direito de exploração do Canal Du Midi. Para manter o funcionamento da hidrovia, a administração regionalizada contava com funcionários contratados para operar barcos e todo o sistema de transporte. Esse modelo de gestão gerou forte ligação entre funcionários e suas famílias e o território do canal, formando uma “sociedade fechada” com total controle da hidrovia. Às margens do Canal, foi programado um sistema de plantio de árvores de diversas espécies para evitar o assoreamento da bacia, proporcionando grande beleza cênica, que passou a caracterizar a paisagem da região Sul da França (CHANTILLON, 2012, p. 20).

Décadas após a inauguração do Canal Du Midi, o acesso ao Atlântico ainda era dificultado, pois o Rio Garonne tinha fluxo fluvial irregular e esporádico. Daí, surge a necessidade de construção do Canal de Garonne, em paralelo ao curso do rio. Esse

canal, que teve sua construção encabeçada por Jean-Baptiste de Baudre entre os anos de 1838 e 1856, possui 193 quilômetros de extensão em paralelo ao Rio Garonne, evitando seu curso turbulento. É composto por 143 estruturas, sendo 83 pontes e sete pontes sob o canal e 53 eclusas, além de aquedutos, em que se destaca pela arquitetura o Aqueduto Agen ou de Moissac, construído inteiramente em pedra (CHANTILLON, 2012).

Embora um estudo realizado à época¹³⁶ tenha apontado que a construção do Canal de Garonne seria mais vantajosa economicamente que a de uma ferrovia, ambos os projetos foram implementados e inaugurados no mesmo ano, em 1856. No ano seguinte, foi inaugurada a Estrada de Ferro Bordeaux-Toulouse, com a linha entre Bordeaux e Sète, completando assim a ligação Atlântico-Mediterrâneo, a qual foi duplamente assegurada (CANAL DE GARONNE, 2017; CHANTILLON, 2012).

A política de incentivo à construção de ferrovias na França foi iniciada em 1842 e esteve diretamente relacionada aos interesses de grupos empresariais e banqueiros, que agiram politicamente com o objetivo de influenciar nas decisões governamentais em favor de seus interesses. Associado a problemas financeiros e dificuldades técnicas em realizar as obras para a finalização do Canal de Garonne, a concorrência com a ferrovia tornou-se inevitável. Para suprimir as ameaças, o Estado ofereceu, em 1852, a concessão simultânea entre a Estrada de Ferro Bordeaux-Toulouse e o Canal de Garonne para a Companhia da Estrada de Ferro Du Midi – ou Compagnie des Chemins de Fer du Midi. Mas é a própria administração privada que faz do transporte hidroviário menos vantajoso economicamente, tendo marginalizado seu uso ao ferroviário, sendo este favorecido em políticas de preços e pela tecnologia (velocidade e segurança) no transporte de passageiros e de mercadorias (CHANTILLON, 2012; CANAL DE GARONNE, 2017).

Na segunda metade do século XIX, as atividades de transporte por via fluvial diminuíram em 37%. Em um contexto de expansão industrial no Sul da França e considerando a necessidade apontada pelos investidores de ampliação do sistema de transporte, a política comercial da Companhia da Estrada de Ferro Du Midi foi questionada pela Câmara de Comércio e Indústria, que solicitou ao governo francês a intervenção no monopólio e denunciou a necessidade de modernização dos canais.

¹³⁶ Memória elaborada por Alexandre Doin em 1832, em que o autor discorreu em detalhes sobre todas as vantagens do futuro canal, comparando os custos de navegação com os da ferrovia (CANAL DE GARONNE, 2017).

Depois de vários anos de negociações, o parlamento francês autorizou a recompra dos canais e, assim, o Estado assumiu o destino do sistema fluvial por um século (entre os anos de 1898 e 1998), aumentando o tráfego fluvial e o volume de mercadorias transportadas e modernizando a infraestrutura e a frota. Nos anos seguintes, as modernizações no uso da tecnologia – tais como uso de barcos a vapor a partir da década de 1930 e automatização de eclusas na década de 1970 – perpetuaram o uso do Canal Dex Mers e, com isso, chamou a atenção da opinião pública sobre a necessidade de salvaguardar o patrimônio. A partir dessa década, o uso do Canal passa a ter mais ênfase nas atividades relacionadas ao lazer e ao turismo, como passeios de barco, pesca e aluguel de barcos, o que deu início ao processo de comercialização como produto turístico (CHANTILLON, 2012; CANALFRIENDS GUIDE, 2017).

Em 1991, foi criado o Voies Navigables de France¹³⁷, órgão público responsável pela gestão de hidrovias da França e, portanto, pela administração do Canal Deux Mers. Com isso, sua gestão foi ampliada com o incremento das atividades de turismo e lazer, envolvendo, também, o desenvolvimento social do entorno. Isso possibilitou o fortalecimento dos vínculos afetivos das populações, com o engajamento na proteção e manutenção das estruturas, paisagem e águas do Canal, bem como admiração por Riquet como “ídolo nacional”. Iniciou-se, assim, um movimento para a candidatura do Canal a sítio do patrimônio mundial da UNESCO (CHANTILLON, 2012, p. 37).

Assim, em 1996, o Canal Du Midi e sua rede de canais (360 quilômetros de extensão e suas 328 estruturas, tais como eclusas, aquedutos, pontes, túneis, dentre outros) foram reconhecidos como Patrimônio Mundial da Humanidade da UNESCO¹³⁸. O Canal Du Midi é tido como um dos “feitos mais notáveis da engenharia civil nos tempos modernos” devido à tecnologia empregada, que foi de grande importância para o avanço da Revolução Industrial na Europa e, combinada com outras características –

¹³⁷ O VNF tem como principais responsabilidades: a operação, manutenção, restauração e extensão de uma rede de 6700 km de vias e estruturas (eclusas, barragens, canais, pontes); o aprimoramento da área adjacente (lado terra); e promover o transporte e o turismo fluvial. O VNF recolhe impostos, taxas e possui direitos sobre a ingestão de água e estruturas hidráulicas, de navegação e de ocupação de vias públicas (CHANTILLON, 2012).

¹³⁸ O reconhecimento do Canal Du Midi como patrimônio mundial se justificou a partir dos critérios culturais da UNESCO, quais sejam: “(i) representar uma obra-prima do gênio criativo humano; (ii) mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou em uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, das artes monumentais, do planejamento urbano ou do desenho de paisagem; (iv) ser um exemplo de um tipo de edifício ou conjunto arquitetônico, tecnológico ou de paisagem, que ilustre significativos estágios da história humana; (vi) estar diretamente ou tangivelmente associado a eventos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, com trabalhos artísticos e literários de destacada importância universal” (UNESCO, 2017).

como a atenção nos detalhes no *design* arquitetônico e na ambiência paisagística com o entorno –, fizeram desta obra de engenharia uma “obra de arte” (UNESCO, 2017).

Chantilon (2012, p. 20) observa que a “etiqueta de prestígio” gerou importantes consequências. Primeiramente, a gestão do patrimônio foi assumida pelo poder público, que se empenha em realizar intervenções com o objetivo de fazer a manutenção necessária para a proteção, recuperação e restauração. A segunda consequência refere-se ao aumento significativo do número de turistas em todo o canal e, com isso, o maior interesse econômico relacionado ao turismo fluvial. Além disso, o turismo ao longo do Canal Du Midi representa, em muitos casos, a principal atividade econômica, fundamental para o desenvolvimento de vilas e cidades, tanto no contexto urbano quanto rural do sul da França. Assim, nesse novo ciclo econômico que margeia o Canal Du Midi, impõe-se um enorme desafio: o equilíbrio entre a exploração da atividade turística e a natureza e a proteção do patrimônio herdado de Riquet.

Seguindo essa perspectiva, Haschar-Noé (2007) aponta que o título atribuído ao Canal Du Midi como Patrimônio da Humanidade representou um reconhecimento desta obra de engenharia. Porém, também ressignificou sua funcionalidade – que, atualmente, está relacionada ao turismo, lazer e comércio. Em estudo realizado pela autora, que buscou analisar os diferentes usos sociais do Canal du Midi e compreender os processos de decisão em torno do planejamento do espaço público urbano pelos atores políticos e institucionais, identificou que a sua classificação como Patrimônio Mundial da Humanidade agravou uma série de conflitos envolvendo atores com interesses de uso do espaço público para fins privados e comerciais e para a realização de práticas de lazer como direito social. Para a autora, o Canal Du Midi, além de exercer influência na organização do espaço público, possui um importante papel de representação da “identidade local”, especialmente o centro histórico e econômico de Toulouse e região (HASCHAR-NOE, 2007).

A atratividade exercida pelo Canal Du Midi é grande, sendo um dos “locais preferidos dos habitantes de Toulouse” para a realização de atividades ao ar livre (TOULOUSE VISIT, 2017). Tanto o é, que seus frequentadores organizaram uma plataforma virtual colaborativa para usuários e visitantes que desejam obter informações atualizadas sobre equipamentos, infraestrutura, serviços e eventos ao longo do Canal Deux Mer, o Canal Friends Guide¹³⁹ (CANALFRIENDS GUIDE, 2017).

¹³⁹ O site colaborativo pode ser acessado através do link www.canalfriends.com.

Assim, ressignificado para o turismo a partir da patrimonialização, o Canal Deux Mers e seu entorno oferecem condições infraestruturais e comerciais para que seus visitantes possam realizar atividades diversas a pé, de barco e bicicleta. Pode-se fazer percursos curtos ou caminhadas de longo percurso, e também é comum a realização de eventos esportivos, como corridas e outras competições patrocinadas. São também frequentes os passeios de barco, em que se pode utilizar embarcação própria, alugada ou, ainda, contratar um passeio em cruzeiros organizados por uma das quarenta operadoras turísticas locais. Destaca-se o circuito de bicicleta Rota Verde, que segue ao longo do Canal Deux Mers em percurso com inclinação suave, com paisagem formada por vilas e cidades com arquitetura histórica e oferta de equipamentos, serviços e infraestrutura especializados para o público-alvo (CANAL DEUX MERS A VELO, 2017).

No conjunto da atratividade produzida pelo Canal Deux Mers, organizou-se o espaço para o entretenimento de turistas, com a instalação de museus e em barcos instalados às margens funcionam restaurantes, bares, cafés e lojas de especialidades gastronômicas locais. Os visitantes são ainda mais estimulados a visitarem o Canal durante o verão francês, quando são realizados festivais de música e eventos que buscam evidenciar a arquitetura histórica por meio de espetáculos de som e luz (TOULOUSE VISIT, 2017). Em pesquisa realizada por Chantillon (2012), realizou-se um levantamento que identificou que 350 empresas tinham suas atividades vinculadas ao turismo fluvial no Canal Deux Mers, e se concluiu que este é um dos principais polos receptores do turismo nacional e internacional da França.

O Canal Deux Mers possui uma gestão organizada por região e tem como missão a integração das atividades econômicas e sociais locais a partir da participação social. De acordo com Chantillon (2012, p. 75), a principal estratégia de governança do Canal Deux Mers é a descentralização da gestão, em que cabe às partes locais interessadas definir e implementar as estruturas mais adequadas aos desafios e metas que escolheram para sua proteção.

Um dos principais atores sociais, neste sentido, é a associação de moradores (Association des Communes du Canal des Deux Mers). A associação, criada em 1994, consiste na representação de 148 vilas e cidades e tem estado envolvida em todos os projetos de desenvolvimento do patrimônio e proteção do meio físico-natural, cultural e arquitetônico do Canal Deux Mers. Atua na governança do Canal, em conjunto com os

representantes do poder público em nível regional, local e em parceria com a Voies Navigables de France (CHANTILLON, 2012).

Mas, segundo Ballester (2011), existem ainda muitos desafios para a gestão deste patrimônio, tais como: a gestão da paisagem urbana do entorno, de modo a não permitir construções elevadas ou tráfego de veículos intenso nas avenidas; manutenção da arborização, eliminando um fungo que devastou, no início do século XXI parte da flora presente nas margens do canal; e limpezas constantes para evitar o assoreamento em trechos do canal. Ballester (2011) avalia que os canais, como importantes corredores ecológicos, podem possibilitar a implementação de políticas ambientais específicas, de modo a valorizar o Canal como patrimônio paisagístico urbano presente no cotidiano dos moradores locais.

E, assim, tanto o Canal Du Midi quanto o seu “irmão menos famoso”, o Canal de Garonne, possibilitaram o fomento de um novo ciclo econômico para a região sul da França: o turismo. Por tudo o que foi exposto sobre o Canal Deux Mers, há evidências para se interpretar que este patrimônio constitui, atualmente, um dos principais atrativos turísticos da região sul da França, apoiado em investimentos públicos e privados no processo de produção do turismo e entendido como bem comum pela população residente.

Os Estados Unidos da América (EUA) também seguiram a “tendência” de construção de canais a partir do exemplo europeu, que provou a viabilidade econômica do transporte por via hidroviária de águas interiores. O Canal do Erie desponta nesse contexto, seja pelos aspectos históricos em torno da sua construção e uso com finalidade industrial, seja pelo atual uso com a finalidade de lazer e turismo. Backley (2015) afirma que o Canal do Erie constitui uma das “oito maravilhas do mundo moderno”, sendo uma das mais importantes realizações arquitetônicas e engenharias que representa a era moderna.

Localizado ao Norte dos EUA, no Estado de Nova Iorque, o Canal do Erie conecta o Lago Erie, a oeste, ao rio Hudson, a leste, e compõe uma rede de canais. O contexto histórico de construção deste importante canal está relacionado à recém-emancipação como colônia inglesa, no início do século XIX. A construção do Canal do Erie “garantiu a pujança econômica de Nova Iorque”, o que possibilitou a expansão da malha fluvial e lacustre a oeste e da cidade de Nova Iorque, onde se localizava um importante porto de exportação de mercadorias para a Europa, “sendo o principal suporte econômico para o desenvolvimento após a independência” (PENHA, 2012, p.

58). Além disso, possibilitou a colonização em direção ao oeste do país, fomentando a economia por meio do comércio e da indústria através da realização de grandes programas de construção, tendo sido utilizado por missionários, comerciários e exploradores (MCGREEVY *apud* WIDDIS, 2010). Com a construção do Canal do Erie, formou-se uma nova rota pelo interior, que passou a competir com os mercadores que embarcavam os produtos norte-americanos pelo porto no Rio São Lourenço, no Canadá, que até então monopolizava todo o comércio do oeste e Grandes Lagos (BLACKLEY, 2015).

Além disso, a construção do Canal do Erie teve uma importância política para o desenvolvimento de Nova Iorque como um centro comercial tanto para o Estado quanto para a Nação. O Canal possibilitou o fluxo de matéria-prima vinda da região oeste para os portos do Atlântico, onde seriam transformados em manufaturas para a exportação, possibilitando o surgimento de novos empreendimentos e negócios (MCGREEVY *apud* WIDDIS, 2010; BLACKLEY, 2015).

No contexto estadunidense, a primeira proposta para a construção de um canal para atender as demandas comerciais surgiu na década de 1780, no Estado de Nova Iorque, quando as vias e acessos eram precários e, ao mesmo tempo, a Grã-Bretanha vivia a “febre dos canais”. Porém, o pedido de recursos pelo governo do Estado de Nova Iorque foi negado pelo governo federal. Nesse período e nas décadas subsequentes, empresas que tinham o interesse em colonizar áreas remotas dos EUA já utilizavam os rios como vias para transporte de cargas, por meio de canoas e embarcações de pequeno porte que, posteriormente, foram substituídas por embarcações maiores para atender a necessidade capacidade de carga maior. Mas eram comuns os problemas relacionados à estabilização das embarcações devido às corredeiras e às águas turbulentas dos rios; assim, iniciou-se a construção de pequenos canais, de eclusas e demais obras que visaram a melhoria da navegação. Uma nova tentativa para a construção do Canal do Erie foi realizada em 1807, quando foi autorizada a realização de uma pesquisa para verificar a viabilidade da obra (BLACKLEY, 2015; ERIE CANAL MUSEUM, 2017).

Penha (2014) descreve que a iniciativa para a construção do Canal partiu de grupos privados que buscaram apoio político e financeiro do Estado sob a justificativa de que a construção de um canal facilitaria no processo de ocupação e conquista das terras do oeste da América do Norte, propiciando, assim, a integração entre a região leste e oeste e, também, conexão com os centros internacionais do comércio (PENHA,

2012)¹⁴⁰. No contexto político, uma das “peças-chave” foi DeWitt Clinton, liderança que influenciou a decisão sobre a construção do Canal do Erie no âmbito do Estado de Nova Iorque, quando o governo federal negou a distribuição de recursos, mas agiu politicamente para que garantisse os recursos necessários no âmbito do Estado de Nova Iorque. DeWitt Clinton foi membro da comissão que supervisionou os estudos iniciais sobre a viabilidade do Canal, tendo sido também legislador do Estado de Nova York, senador dos EUA, prefeito da cidade de Nova York e, no mesmo ano do início da construção do Canal, Clinton foi eleito governador do Estado de Nova Iorque (BLACKLEY, 2015; ERIE CANALWAY, 2017).

As obras iniciaram-se em 1817, sob a responsabilidade do engenheiro Benjamin Wright, e contaram com milhares de trabalhadores para a escavação e impermeabilização com pedras. Muitos trabalhadores, imigrantes e nativos do Estado de Nova Iorque faleceram durante as obras devido aos riscos que esta apresentava (ERIE CANALWAY, 2017; BLACKLEY, 2015; MCGREEVY *apud* WIDDIS, 2010).

Em 1821, alguns trechos já eram navegáveis. A demanda por esta via de transporte e comunicação foi tão grande que cidades e vilas pressionaram o Estado para a ampliação do Canal, com o objetivo de formar vias e conexões complementares e, assim, constituir uma rede de canais. Assim, o Canal do Erie teve dimensões ampliadas gradualmente, a fim de atender à demanda crescente de transporte de mercadorias, tanto em termos de comprimento e atendimento de vilas e cidades industriais, quanto em termos de largura e profundidade e estruturas como eclusas, que foram fundamentais para equalizar o nível da água. Quando dado por finalizado em 1825, o Canal do Erie atingiu 580 quilômetros de extensão entre Albany e Buffalo, unificando o Lago Erie com o Rio Hudson. Quando foi inaugurado, as incômodas e longas viagens de trem ou diligência foram substituídas por viagens pela metade do tempo, e as taxas de frete caíram para apenas dez por cento do seu custo anterior, proporcionando o aumento da margem de lucro (ERIE CANALWAY, 2017; ERIE CANAL MUSEUM, 2017; BLACKLEY, 2015).

O transporte e comércio de mercadorias viabilizados pelo Canal do Erie permitiram que a cidade de Nova Iorque se tornasse um importante centro comercial e industrial e, conseqüentemente, com notabilidade econômica e influência política na cena nacional, ofuscando outras cidades como Nova Orleans, Filadélfia, Boston e

¹⁴⁰ Em um paralelo com a realidade brasileira, segundo a autora, estes também foram os elementos necessários para a construção do Canal Campos-Macaé, conforme exposto anteriormente.

Baltimore. O Canal do Erie exerceu também importante função como canal de comunicação entre as regiões leste e oeste do país, colaborando para a circulação de ideias e informações – tais como reformas sociais, abolicionismo, direitos das mulheres e movimentos religiosos (BLACKLEY, 2015; ERIE CANALWAY, 2017).

Blackley (2015) avalia que a construção do Canal do Erie teve, também, um impacto social e cultural no Estado de Nova Iorque e na nação. Diversas cidades e vilas estabeleceram-se ao longo do Canal ou se expandiram, com aumento populacional significativo. Como consequência disso, o autor aponta que a construção do Canal do Erie proporcionou a diferenciação econômica e cultural do Norte em relação ao Sul dos EUA: a construção do Canal preparou as cidades do Norte para a industrialização, contrastando com a economia agrícola do Sul e, com isso, fortaleceu o sentimento de orgulho entre os habitantes do Estado de Nova Iorque. Os benefícios alcançados pela construção do Canal do Erie modificaram, também, a forma como a nação percebia o financiamento público de grandes projetos, considerando, então, um projeto de grande notabilidade totalmente financiado pelo governo estadual (BLACKLEY, 2015; MCGREEVY *apud* WIDDIS, 2010).

Apesar do desenvolvimento econômico e social proporcionado pelo Canal do Erie às cidades e vilas estabelecidas ao longo do seu trecho, no final do século XIX as atividades econômicas relacionadas ao uso do canal como via de transporte declinaram e, em decorrência, os efeitos sociais, políticos e econômicos abalaram o Norte dos EUA. Duas razões principais são apontadas para justificar tal declínio: primeiramente, o fato de várias outras vias aquáticas terem sido construídas com o objetivo de realizar trocas comerciais através dos Grandes Lagos, como a via aquática St. Lawrence Seaway, em 1959, que criou novas rotas comerciais entre EUA e Canadá e reduziu o tráfego no Canal do Erie; e, em segundo, assim como nos países europeus, as vias aquáticas artificiais foram substituídas pela tecnologia do transporte ferroviário com máquinas a vapor, trazendo maior velocidade e eficiência no transporte de mercadorias, sobretudo porque não havia interferência da sazonalidade, como no caso das vias fluviais durante o inverno (BLACKLEY, 2015).

Aos olhares contemporâneos, o Canal do Erie constitui uma herança histórica, que atualmente pode ser visitado e conhecido. Em 1996, o Sistema de Parques Nacionais dos EUA (National Parks Service) declarou o Canal do Erie como área protegida na categoria *National Heritage Corridor*, que tem por objetivo proteger os atributos históricos, culturais e naturais que, combinados, formam paisagens de grande

relevância nacional¹⁴¹. Diferentemente dos parques nacionais na concepção estadunidense, esta categoria concebe a presença e habitação de pessoas, formando grandes “paisagens vivas” e, conseqüentemente, colabora para o reconhecimento da área como patrimônio relevante para os interesses e necessidades das populações locais (NATIONAL PARKS SERVICE, 2017).

A criação de uma área protegida foi determinante para que as cidades e vilas passassem a utilizar a orla e as águas do Canal do Erie como áreas de lazer e para o fomento de atividades econômicas relacionadas ao turismo. O Erie Canalway, enquanto área protegida e patrimônio cultural, corresponde a um território que envolve mais de 850 quilômetros de via navegável, cortando 234 cidades, vilas e aldeias, onde habitam cerca de 2,7 milhões de pessoas. Hoje, 80% dos residentes do estado de Nova York vivem numa distância de menos de 25 quilômetros do Canal.

O Canal do Erie, antes um catalisador do desenvolvimento econômico e social, relacionado ao símbolo de progresso, foi reconfigurado em um atrativo turístico e área de lazer, designado agora como área protegida e ícone do patrimônio cultural estadunidense. Museus, casas de ópera e demais patrimônios históricos dos séculos XIX e XX que serviram como espaços de cultura e lazer aos moradores e trabalhadores vinculados ao Canal do Erie estão, atualmente, ressignificados e atendendo às demandas atuais, trazendo, segundo Dibella (2013), impactos positivos às populações locais.

Com a criação do *National Heritage Corridor* do Canal do Erie, as *waterfronts* tornaram-se um espaço para a realização de atividades de lazer, recreação e turismo. Com relação às atividades aquáticas, são comercializados passeios de cruzeiros, remo, canoagem e caiaque, e barco a motor que podem ser alugados em conjunto com bicicletas, para que o visitante possa explorar o “lado terra” do Canal.

Às margens, as principais atividades de lazer realizadas são piquenique, acampamento, pesca amadora, ciclismo, esqui *crosscountry* e demais esportes variados. É no Canal do Erie que está a mais longa trilha contínua do país, que perpassa por edificações históricas e paisagens rurais e urbanizadas. Nas cidades que surgiram e cresceram com a abertura do Canal, atualmente está instalada uma vasta rede de serviços e comércio em torno do Canal: museus, centros culturais e edificações históricas (como aquedutos, eclusas e docas), restaurantes com especialidades locais, hospedagens e, também, são organizados eventos públicos, como festivais de música,

¹⁴¹ Atualmente, existem 49 Áreas de Patrimônio Nacional em todo os EUA (NATIONAL PARKS SERVICE, 2017).

espetáculos de teatro, com o objetivo exaltar o Canal do Erie como patrimônio histórico e, assim, manter o envolvimento dos moradores com o sítio (ERIE CANALWAY, 2017).

O National Park Service, órgão público que institui a área protegida, exalta seu potencial econômico do turismo: o Erie Canalway abrange seis regiões turísticas do Estado de Nova York e gera um impacto econômico que contribui com cerca de 12 bilhões de dólares ao ano para a economia nacional, tendo o turismo e a visitação como um dos principais fatores que estimulam a economia, funcionando como catalisadores de outras atividades econômicas nas regiões onde ocorrem (NATIONAL PARKS SERVICE, 2017).

Além da sua importância para o turismo e atividades de uso público, o Erie Canalway é uma área protegida relevante para a manutenção da diversidade ecológica. Como recurso hídrico, as vias navegáveis do Corredor correspondem a aproximadamente 40% dos recursos de água doce e também servem para drenagem de quase a metade da área total do Estado de Nova York. Os diversos rios, lagos, zonas úmidas e bosques que compõem o contexto da área protegida são o *hábitat* de peixes, aves e outros animais da floresta, incluindo uma série de espécies ameaçadas de extinção (ERIE CANALWAY, 2017).

A área de abrangência do Erie Canalway inclui, como num mosaico, outras áreas protegidas, além de trilhas cênicas, pontos turísticos de categoria nacional e edificações históricas. Forma, assim, um grande corredor cultural, histórico e de paisagens naturais, atualmente patrimonializado para servir ao turismo, ao lazer e ao entretenimento.

McGreevy (*apud* WIDDIS, 2010) destaca a importância do Canal do Erie como símbolo tangível da filosofia e dos ideais de progresso e de modernidade dos Estados Unidos da América no século XIX e, portanto, possui grande importância na narrativa da história do país.

Com base no que foi apresentado a respeito das experiências no exterior, buscou-se defender a ideia de que a construção de canais foi parte de um contexto histórico, orientada a partir de interesses econômicos e políticos, conforme se deu também no caso do Canal Campos-Macaé. Mas os canais da Inglaterra, França e EUA estudados neste trabalho possuem outro sentido para as atuais gerações, relacionado à ideia de pertencimento, de patrimônio e ainda outra funcionalidade, que é atender às atividades comerciais vinculadas ao turismo, ao lazer e ao entretenimento, mantendo, neste caso, um interesse econômico para as cidades, vilas e demais localidades. É

preciso reconhecer que os países em questão são uns dos maiores produtores do mercado de turismo, seja como emissores ou receptores de turistas, e isso se dá pelos interesses públicos e privados que vislumbram na atividade turística um potencial catalisador para as economias locais e, assim, são realizados investimentos em políticas públicas de patrimonialização dos canais e transformação em recurso para o turismo.

Não se pretende, neste trabalho, realizar qualquer tipo de comparação entre os canais no contexto brasileiro e do exterior (ou entre eles), pois seria necessário um investimento outro de investigação sobre dados econômicos do turismo e das políticas públicas relacionadas ao uso do patrimônio para o turismo. Sabe-se que no Brasil as políticas públicas de turismo não possuem um diálogo aproximado com as políticas de patrimônio e de meio ambiente, estando direcionadas, principalmente, para o fomento da atividade econômica de forma regionalizada (SANSOLO; CRUZ, 2003). Ainda assim, é possível citar um exemplo de uso de canal histórico para o turismo. Este é o caso de parte do trecho do Canal do Itajuru, localizado no Bairro da Gamboa, em Cabo Frio, na Região Baixadas Litorâneas no Estado do Rio de Janeiro. Este município faz parte da Região Turística Costa do Sol e é considerado um destino turístico de grande interesse para o desenvolvimento de projetos e investimentos públicos e privados¹⁴².

O processo histórico de constituição de Cabo Frio remete ao período colonial, quando a localidade dispunha de reservas de pau-brasil e, a partir de 1801, passou a ser uma referência na indústria salineira, além de seu vínculo com a pesca (RAMÃO, 2014).

O Canal do Itajuru possui seis quilômetros navegáveis de extensão e liga a Lagoa de Araruama ao Oceano Atlântico. Além do município de Cabo Frio, recobre também o território do município de São Pedro da Aldeia. O Canal foi construído com o objetivo de facilitar a entrada das embarcações com o carregamento da produção de sal na cidade de Cabo Frio. Para representar o momento histórico importante de abertura do Canal, foi erguida, em 1907, a estátua “Deusa da Vitória”, um anjo de asas abertas que foi inclinado pela correnteza (MAPA DE CULTURA, 2017).

Atualmente, o trecho do Canal do Itajuru correspondente ao Boulevard Canal, no bairro da Gamboa, em Cabo Frio, constitui um dos principais atrativos turísticos do município e da Região Turística Costa do Sol. A partir do Canal, podem ser contratados serviços de turismo náutico, como passeios em embarcações variadas (escuna, bote,

¹⁴² Cabo Frio está classificado na categoria A no Mapa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2016).

dentre outros) que realizam roteiros. Do “lado terra” estão localizados restaurantes, casas de entretenimento e *shows* e feira de artesanato (RIBEIRO; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Ramão (2014), no processo histórico de desenvolvimento econômico de Cabo Frio¹⁴³ o ciclo econômico do turismo inicia-se a partir do impulso das atividades salineira e da pesca. Foi consolidado gradativamente com apoio do poder público local e com intensa participação de grupos empresariais e de representantes da elite da cidade do Rio de Janeiro.

Especificamente no caso da região onde está localizado o Canal do Itajuru, Moura (2010) nos conta que o processo de planejamento do Bairro da Gamboa teve o objetivo de atender às demandas do mercado de turismo e iniciou-se ainda na década de 1960, com a construção de marinas, em especial o Projeto Marinas do Canal. Segundo o autor, o projeto justificava a necessidade de urbanização e limpeza de pântanos, para a garantia da saúde pública. Porém, o objetivo era, claramente, fomentar a especulação imobiliária a partir do desenvolvimento do mercado de turismo.

Nesse mesmo período histórico, as políticas públicas para o desenvolvimento de municípios fluminenses tiveram por objetivo impulsionar o turismo e, assim, surgiram as primeiras leis municipais para a pasta, a criação de órgãos públicos do poder executivo, os quais eram responsáveis também pelo processo de urbanização e ocupação da cidade. Nesse contexto, “ganha força o processo de privatização dos espaços e do uso dos elementos do meio ambiente como mercadoria na cidade de Cabo Frio” (RAMÃO, 2014, p. 19).

Como resultado desse processo de ocupação do território do canal histórico, de um lado da margem foram estabelecidos condomínios de casas de segunda-residência de proprietários da classe social econômica alta, originários principalmente da cidade do Rio de Janeiro, em local anteriormente habitado por pescadores artesanais que não conseguiram comprovar a propriedade das terras historicamente ocupadas por eles (MOURA, 2012). De outro lado da margem, iniciou-se o processo de planejamento urbanístico, com a transformação estética e paisagística do antigo Canal do Itajuru, atualmente intitulado Boulevard Canal. Nesse projeto urbanístico, o lado terra do Canal ganhou calçamento, com ampliação de espaço para pedestres, “revitalização” dos

¹⁴³ Na década de 1950, a população de Cabo Frio era reduzida a menos de 20 mil habitantes, com empregos escassos e ocupação urbana direcionada para a Lagoa de Araruama, tendo como atividades econômicas a indústria salineira e a pesca. Ao final dessa década, a instalação de indústrias de grande porte para o processamento do sal mobiliza toda a região no processo produtivo, gerando empregos e, com isso, gerando o crescimento demográfico (RAMÃO, 2014).

estabelecimentos comerciais, com a instalação de restaurantes, bares e casas de entretenimento com padrão comercial direcionado para a classe social alta (RIBEIRO, OLIVEIRA, 2009, p. 112). A atividade turística provoca uma densidade populacional sazonal e em locais específicos (porção norte da Lagoa e áreas próximas ao Canal do Itajuru) com concentração de residências não ocupadas (BERTUCCHI *et al.*, 2016).

No caso brasileiro, estudiosos do Canal do Itajuru apontam que o processo de planejamento do espaço público para atender à demanda e à oferta turística não conseguiu resolver problemas socioambientais historicamente estabelecidos no município de Cabo Frio. Moura (2012, p. 12) afirma que este processo, promovido por investidores imobiliários com o objetivo de especular o território, acarretou “consequências sociais gravíssimas” para o grupo de pescadores artesanais, que teve seu território reduzido, os acessos à água e ao saneamento básico muito precarizados, o que reforça ainda mais a segregação social expresso nas atividades do cotidiano, nas rotinas e eventos do bairro da Gamboa. Além disso, Moura (2012) afirma que, apesar de o município de Cabo Frio ter sido planejado para o turismo, são comuns as reclamações de turistas sobre a ausência de equipamentos suficientes para atender toda a demanda por hospedagem e alimentação, bem como são comuns problemas relacionados à falta de água potável e proteção do patrimônio histórico-cultural, o que afeta também a qualidade de vida de toda a população local.

Ramão (2014, p. 27) aponta que esse processo resultou na consolidação da ideia de natureza como mercadoria para o turismo. Para o autor, a natureza como mercadoria adquire um novo valor, em que aquilo “que é velho, arcaico, simbolizado pela pesca” é simbolicamente negado em troca daquilo que representa o “novo, moderno, simbolizado pelo turismo, pelos condomínios”. Esse processo acarretou a explicitação de conflitos envolvendo a elite local (representada por habitantes da cidade do Rio de Janeiro com segunda residência em Cabo Frio) e a população local empobrecida, sem acesso aos espaços que antes eram de uso coletivo e, atualmente, tornaram-se de “uso exclusivo” para atividades relacionadas ao lazer e ao turismo.

Além disso, baseado na especulação imobiliária, o processo de planejamento para o desenvolvimento do turismo no âmbito do Canal do Itajuru – e, também, no contexto do restante da cidade de Cabo Frio e região – resultou em uma pressão antrópica ainda maior sob os recursos naturais. Devido a esse processo, a Lagoa de Araruama, que possui alimentação hídrica majoritariamente através do Canal do Itajuru, teve a qualidade ambiental de seu ecossistema prejudicada, com elevada taxa de

introdução artificial de água doce e de efluentes domésticos e industriais sem o tratamento adequado (BERTUCCI *et al.*, 2016).

A Lagoa de Araruama e o Canal do Itajuru fazem parte do território da Área de Proteção Ambiental do Pau-Brasil¹⁴⁴, administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA), e está localizada entre Cabo Frio e Armação dos Búzios. Esta área protegida compõe a Reserva da Biosfera de Mata Atlântica (CNUC, 2017). Possui grande diversidade de espécies arbóreas e faunísticas, algumas inclusive com grande valor comercial, como a carapeba, camarão rosa e também a tainha. Estas espécies entram na lagoa, ainda na fase de pós-larva, pelo Canal do Itajuru, através da maré enchente, e retornam ao oceano após quatro meses (BERTUCCHI *et al.*, 2016). Além do Canal do Itajuru e da Lagoa de Araruama, compõem parte da APA ilhas e ilhotas, lagoas, praias, dunas e áreas de restinga, com grande beleza cênica que atraem investidores e especuladores imobiliários interessados em fomentar a atividade turística (CNUC, 2017).

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que a apropriação do Canal pelo mercado turístico possibilitou o incremento econômico e o uso de um patrimônio anteriormente esquecido, trouxe também efeitos sociais, ambientais e no uso do território. Esse caso pode servir de inspiração para pensar e planejar o processo de turistificação do Canal Campos-Macaé, observando as suas características intrínsecas da região. Sendo assim, é importante verificar como os atores sociais implicados no PNRJ e na região interpretam as possibilidades de desenvolvimento do turismo, tendo o Canal como elo entre os municípios, sítios, comunidades e parque. Este é o tema abordado no próximo capítulo.

¹⁴⁴ A Área de Proteção Ambiental do Pau Brasil foi criada pelo Decreto Estadual 31.346 de 6 de julho de 2002 e tem objetivos básicos “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (CNUC, 2017b).

4 INICIATIVAS LOCAIS E POSSIBILIDADES DE TURISMO SITUADO NO CONTEXTO DO PARQUE NACIONAL DA RESTINGA DE JURUBATIBA

4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS INICIATIVAS LOCAIS

Esse capítulo analisa as possibilidades de desenvolvimento do turismo situado no contexto do PNRJ, considerando as fontes primárias e secundárias. Os resultados são apresentados e discutidos a partir de quatro perguntas elementares: de que forma o grupo constitui uma comunidade? Quais os sítios simbólicos de pertencimento apontados pela comunidade? Como o fenômeno do turismo ocorre no contexto do PNRJ? E de que forma os resultados encontrados podem ser compatíveis com o desenvolvimento do turismo situado?

Conforme a teoria de Zaoual, as comunidades são organizadas com base no padrão relacional estabelecido entre seus membros, em que a identidade coletiva é internalizada a partir dos “espaços vividos” e economias informais, evidenciando o local em detrimento do global. De acordo com Bartholo (2009), as dinâmicas e as relações são promovidas pelos encontros “face a face”. O sítio é onde se enredam hábitos, rotinas e relações de confiança, de cooperação e de reconhecimento. Nessa dinâmica, são construídos modos de interlocução, canais abertos à alteridade em que pode ser estabelecido um tipo de diálogo entre comunidades e turistas (ZAOUAL, 2003; BARTHULO, 2013) – neste caso, o desenvolvimento de um turismo situado no contexto do PNRJ.

Sendo assim, a análise é elaborada a partir do entrelaçamento da teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento” e da leitura que as comunidades fazem, por meio de seus interlocutores, a respeito do turismo e os vínculos com os sítios, verificando como atuam ou vivenciam a visitação e o turismo no contexto do PNRJ.

Considerando esta prerrogativa conceitual, a análise do caso se concentra nos seguintes grupos: os empreendedores locais Embaixadores de Jurubatiba; os pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus; e o Quilombo Machadinha.

Além destes, foram identificados outros grupos¹⁴⁵, mais ou menos organizados, que, devido ao tempo e recursos exíguos para a realização do trabalho de campo, não foi possível aprofundar no entendimento sobre os padrões relacionais que identificam e

¹⁴⁵ Pesquisadores; ciclistas; observadores de aves; banhistas; praticantes de esportes aquáticos; produtores de assentamentos rurais; moradores do Bairro Lagomar (Macaé).

unem as pessoas que deles fazem parte. Assim, concentrou-se naqueles grupos que estavam participativos nos temas relacionados ao turismo e à visitação no PNRJ, conforme explicado no item iii (Pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa). A fim de se buscar o complemento para o entendimento em questão, recorreu-se a outros atores, tais como Prefeitura Municipal de Quissamã, a Prefeitura Municipal de Carapebus, o SEBRAE e analistas ambientais do PNRJ.

A coleta dos dados primários se deu por meio de pesquisa de campo, que envolveu entrevistas com roteiros semi-estruturados, diálogos situados, observação direta e visitas *in loco*.

4.1.1 Os Embaixadores de Jurubatiba

Os Embaixadores de Jurubatiba são um grupo de pequenos empreendedores locais, formalizados ou não, que ofertam serviços turísticos, tendo como um dos “atrativos” o PNRJ. A organização do grupo é resultante do projeto “Fomento do Turismo em Unidades de Conservação e na Cadeia Produtiva do Turismo”, através de convênio entre Ministérios do Turismo e do Meio Ambiente, sendo o SEBRAE responsável pela execução (Cf. item 3.4.3 do capítulo 3).

Conforme exposto anteriormente, inicialmente, a seleção das empresas que participariam do projeto teve como critério o cadastramento no SEBRAE e atendimento a exigências do mercado convencional do turismo (informação verbal da interlocutora P2 – SEBRAE). Segundo a interlocutora P2, “o ideal seria o empresário já ter um negócio consolidado e se preparar ao longo do projeto, sobretudo com relação à percepção sobre a importância da UC”.

No período inicial do projeto, o cenário de crise econômica do petróleo despontava, e a tendência era que os empresários do setor hoteleiro de Macaé interpretassem o turismo como “o salvador de qualquer crise, pois ele vai movimentar o lugar, e trazer lucratividade” (Interlocutora P2 – SEBRAE). Nesse contexto, a expectativa foi a de que haveria engajamento de empresários do setor hoteleiro de Macaé, devido à dependência deles na cadeia produtiva do petróleo e a recente crise que ameaçou seus negócios. Somado a isso há o fato de o projeto ser coordenado por uma instituição como o SEBRAE – que, em tese, teria uma maior capacidade de “diálogo” com o grupo, poderia dar confiabilidade no projeto e aproximá-los do PNRJ. Porém, a

oferta desses empresários visa atender estritamente à demanda do turismo de negócios¹⁴⁶ e não demonstram interesse em trabalhar com outro segmento de mercado, como o ecoturismo. Segundo a interlocutora P2 (SEBRAE),

Tivemos uma dificuldade para convencer os empresários que tinham uma margem de lucro mais alta a entrarem no projeto, em um contexto em que a cadeia produtiva do Petróleo atendia às necessidades de lucro por meio de altas taxas de ocupação, sobretudo durante a semana e não tinham interesse em trabalhar com turismo, para atender aos finais de semana. (Interlocutora P2 – SEBRAE)

Para além da disponibilidade de trabalhar aos fins de semana, entende-se que o público-alvo inicial do projeto não se adequava ao padrão relacional que o tipo de turismo no PNRJ demandava, considerando as atuais características do uso público e da visitação da UC. Isso porque o tipo de turismo ofertado por esses empreendimentos pode ser caracterizado como aquele que Bartholo (2013) classificou como “padrões relacionais estéreis”, sobretudo na sua relação com a área natural protegida pelo PNRJ. Ou seja, padrões relacionais baseados em discursos que “aportam adições inócuas ao já sabido, e esgotam-se em confirmações repetidas de si mesmos” (BARTHOLO, 2013, p. 142).

Se por um lado isso foi um “problema”, no ponto de vista do SEBRAE, por outro, pequenos empreendedores locais visualizaram uma oportunidade de reunir e fortalecer a suas operações de serviços e atividades de visitação no PNRJ. Na perspectiva dos interlocutores dos Embaixadores, o projeto

é uma oportunidade para trazer dinheiro para as nossas comunidades, uma comunidade que sobreviveu somente dos *royalties* e é preciso enxergar que o turismo é a melhor porta que se abre para todos nós. (Interlocutora P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Em um contexto de crise econômica, os pequenos empreendedores locais vislumbram no turismo a possibilidade de depender menos dos *royalties* em um futuro próximo. Conforme exposto por Barbosa e Silva (2017), os empresários locais possuem um papel importante no circuito da “pequena economia”, tendo em vista que atendem a um público misto (turismo de lazer regional e turismo de negócios) e concentram os gastos de receitas nos municípios.

¹⁴⁶ Segundo o Ministério do Turismo, “Turismo de Negócios & Eventos compreende o conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social” (BRASIL, 2010).

Sendo assim, a intervenção do chefe do PNRJ na definição do público-alvo do projeto foi importante, pois foi direcionada aos membros do Conselho Consultivo da UC¹⁴⁷, tendo como critério “quem quer participar?” (Informação verbal do Interlocutor P1 – PNRJ). Parte deste colegiado respondeu positivamente e, atualmente, 14 empreendedores locais formam o grupo. Segundo o interlocutor P1 (PNRJ), os embaixadores são

um grupo de pessoas, que trabalham com o turismo no entorno da UC e que se juntam para se vender em conjunto. (...) São as pessoas que operam o *trade* turístico que resolveram se juntar e apoiar o parque e desenvolver trabalhos junto ao parque. (...) (Interlocutor P1 - PNRJ)

Os Embaixadores têm como características o fato de serem moradores dos municípios do entorno e gerirem pequenos negócios em diferentes áreas do turismo, tais como hospedagem, agenciamento receptivo, transportadora, guiamento e alimentação. Os interlocutores P3 e P4 (Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus) avaliam que

[somos] moradores do entorno do parque e investidores do entorno do parque, empreendedores do entorno do parque. Aí depois surgiu o nome oficial mesmo de Embaixadores (...) (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Eu estou achando interessante por exemplo, no meu caso, porque quando reuniu o grupo que já trabalha com suas atividades, né, na região, e acompanha já o desenvolvimento do parque de tempo e transformou esse grupo em Embaixadores, eles acabaram nos reunindo. (Interlocutor P3 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Nesse sentido, os Embaixadores do PNRJ são interpretados, neste trabalho, como uma comunidade a partir dos padrões relacionais que caracterizam e identificam o grupo (conforme exposto por Bartholo e Zaoual), tais como: vínculos afetivos com o território; reconhecimento do potencial para o fomento da visitação e do turismo em função da beleza paisagística e dos aspectos culturais associados; e o desejo e disponibilidade de empreender para fomentar o turismo regional, em conjunto, atrelado às características do PNRJ. Será apresentada, a seguir, a leitura dos interlocutores sobre o turismo no PNRJ, justificando a interpretação de como se organizam enquanto comunidade.

¹⁴⁷ Os empreendedores representam, no âmbito do Conselho Consultivo, cargos e órgãos de prefeituras dos municípios abrangidos pelo PNRJ. Sendo assim, pode-se afirmar que dois interesses estão sendo ali representados: um do poder público municipal, e outro do interesse privado e empresarial.

No caso do PNRJ, o vínculo afetivo está para além da compreensão de um território protegido com atrativos turísticos para exploração comercial, pois são conexões simbólicas, constituídas antes mesmo de se tornar parque nacional: “o ‘interlocutor P3’ viu o parque nascer, ele e o irmão dele que era também atuante no turismo, ele acompanhou o parque nascer desde bebê” (Interlocutora P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus).

Este vínculo é expresso em diversas situações percebidas no campo de pesquisa e, também, nas entrevistas. No caso do município de Carapebus, isso se evidencia quando os interlocutores manifestam que a criação do PNRJ foi interpretada, inicialmente, como a apropriação “indevida” pelo Estado daquilo que era de todos, “público”. O estabelecimento de normas restringiu o uso de áreas em que historicamente praticavam-se atividades de lazer e turismo, sobretudo no município de Carapebus:

Pra falar a verdade a gente sofreu bastante os impactos dessa mudança de regras, né, porque a gente não só viu crescer como a gente usufruiu de todo aquele espaço ali, aí de repente vieram regras do parque nacional, então os mesmos conflitos que nós tivemos a comunidade toda teve, né, aprender a conviver com o que pode e o que não pode mais fazer. (Interlocutor P3 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Não era um parque, era aberto para todos, então realmente são anos de conquista. (...) toda a nossa orla tá sendo ocupada pelo parque, o único pedacinho que não faz diretamente o parque, é um pedacinho que tá destinado ao balneário (...) (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Com a criação do Parque, os empreendedores convivem, atualmente, com as novas regras, adaptando suas atividades de uso público: de uso da área para atividades de lazer, para uso da área para empreender na visitação e no turismo. Nessa direção, a formação da comunidade aproxima os interesses entre Parque – que tem como um dos objetivos o fomento da recreação, turismo e lazer – e os interesses dos empreendedores locais, que têm no turismo uma atividade complementar de renda.

Segundo o interlocutor P1 (PNRJ), faz parte do escopo de atuação como analista ambiental fomentar a visitação: “não tenho interesse, tenho a *obrigação* de fazer o parque nacional funcionar”. Na opinião de um dos representantes dos Embaixadores, cabe aos empreendedores locais investir no turismo local e operar os serviços – e o papel do poder público é apoiar a atividade:

Sou embaixador, conselheiro, acredito no parque. (...). Por que eu tenho interesse. Lógico que eu tenho interesse. Ainda bem. Mas eu tenho interesse que todos se integrem. Todos que possam se inserir. Eu só vou ter sucesso se todos tiverem. (...) Tanto o parque como prefeitura não vai trabalhar com turismo. Vai apenas ajudar a estruturar. O parque vai dar a concessão. Quem vai trabalhar é o cara do caiaque, do barco. Não é o parque que tem que fazer este papel. É o pessoal do turismo. (Interlocutor P7 – Embaixador do Parque/Quissamã)

Sendo assim, o Projeto Embaixadores de Jurubatiba constitui uma ação do poder público que, em parceria com os empreendedores locais, abriu possibilidades para a execução de um dos objetivos de um parque nacional, que é o turismo, recreação e lazer em contato com a natureza. Nessa direção, o Projeto viabilizou a formação de uma comunidade de pequenos empreendedores locais que, organizada, atua em conjunto para a formatação de produtos a serem oferecidos:

Mas ainda não foram consolidados os produtos, as atividades, de utilização do parque, e agora essa ferramenta, o fato de se ter criado os Embaixadores, é uma forma de consolidar, de garantir que a gente venha pra ficar, que a gente vai fazer a coisa acontecer. (...) e com a criação dos Embaixadores foi criado já um guia, já com todas as atividades, quem e onde encontrar. (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Em consonância com esse discurso, o interlocutor P3 (Embaixador do Parque/Carapebus) afirma que “o interessante é que já tem um certo tempo de criação do parque, e esse parque tem um potencial incrível”. Assim, os Embaixadores de Jurubatiba identificam que o PNRJ possui potencial para a visitação e o turismo, mas que ainda é pouco explorado. Para o interlocutor P6 (Embaixador do Parque/Carapebus), há atividades de visitação que precisam ser aprimoradas, sendo a criação de roteiros uma importante estratégia:

Vêm pesquisadores e pessoas interessadas de toda a região. Fazemos um evento em outubro, uma espécie de mutirão da fotografia, para ir a campo para fotografar as aves do entorno do parque. Em um dia identificamos 400 espécies, sendo três não haviam ainda sido registradas, e tem apenas três registros no Estado do Rio. A ideia é fazer roteiros, construir uma sede, uma área para as pessoas chegarem. E fazer roteiros. Ainda está no início. (...) (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Sendo assim, as atividades de lazer e recreação estão em processo de formatação pela comunidade. Dentre elas, destacam-se a consolidação do uso público e roteiros, tais

como: trilhas aquáticas pelo Canal Campos-Macaé e lagoas; trilhas terrestres para observação de aves, que podem ser realizadas a pé ou com veículo de tração; e atividades de lazer e esportes aquáticos e eventos esportivos, tendo a Lagoa de Carapebus o principal atrativo.

A definição das atividades foi feita em conjunto com os representantes do Conselho Consultivo, em momento de elaboração do Programa de Uso Público do PNRJ (Cf. Capítulo 3). Isso pode indicar que a comunidade Embaixadores de Jurubatiba tem influenciado nas decisões da gestão por meio da sua participação social no Conselho Consultivo, sendo esta uma importante instância de negociação de interesses.

Somado a isso, há um entendimento – tanto dos membros da comunidade quanto do PNRJ – de que os empreendedores locais, quando agregados, podem se fortalecer ao atuarem em colaboração. Para tanto, é necessária a indicação dos serviços um dos outros no esforço de alavancar o turismo no Parque:

Gente, eu sozinho, não vou a lugar nenhum. Eu preciso de mais gente comigo. Cada um tem seu papel, sua função no contexto. E o turismo só vai funcionar quando estiverem todos andando numa direção só. (Interlocutor P7 – Embaixador do Parque/Quissamã)

Facilita, por exemplo, quem tem menos condições de acompanhar o grupo pelo menos na promoção das atividades, nesse ponto eu achei bom demais. (...) às vezes a gente já tem uma atividade, mas as pessoas ligam, geralmente o do barco não pode, o guia não tá aí, aí você voltar sem fazer uma atividade com esse tipo de coisa. Um circuito até pro turismo, né, porque a gente acaba um oferecendo o serviço do outro, acaba retornando essa oferta. (Interlocutor P3 – Embaixador do Parque/Carapebus)

A ideia é fortalecer, um ajuda a fortalecer o outro, de alguma forma acaba criando um elo que antes não existia, né? (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

É aquilo, não tem estrutura burocrática, não tem ninguém que manda em ninguém, cada um vai ter seu espaço, o único diferencial é que você tem que falar dos outros. Quando chegar em [Quilombo] Machadinha, você tem que divulgar o passeio de barco do outro. (...). Para começar a gente quer isso. (...) O negócio é operar em rede. (Interlocutor P1 – PNRJ)

Assim, o projeto foi desenvolvido no PNRJ a partir de uma perspectiva local, sendo que a intervenção do interlocutor do ICMBio na dinâmica de execução do projeto foi importante nesse sentido. Somado a isso, o gestor do PNRJ busca destacar que o planejamento das atividades de uso público deve estar vinculado ao contexto em que a UC está inserida:

A gente vê, que não tem como tirar o parque da região que ele ocupa. É essa visão que eu tento passar para a galera. Não adianta a gente ficar falando do uso público do parque se não tiver casado com outras coisas. Porque a gente vai ter pouco visitante que vai querer ver exclusivamente o parque. (Interlocutor P1 – PNRJ)

Desse discurso, infere-se que há uma inovação no processo de gestão de parques nacionais, visto que, historicamente, essas áreas foram administradas de forma centralizada, com enfoque na fiscalização, sem participação social e isoladas do contexto em que estão inseridas, conforme apontado por Kinker (2002).

Mas, na leitura de alguns interlocutores da comunidade, a participação social em projetos não significa, necessariamente, que há autonomia nos processos de decisão. Na opinião de um dos interlocutores, a administração do PNRJ poderia estar mais aberta ao diálogo e proposições da comunidade, pois isso tem repercutido, por exemplo, na definição dos produtos turísticos a serem oferecidos.

Mas não se pode negligenciar que a forma de condução do processo pela gestão do PNRJ evitou que se mantivesse a proposta inicial do SEBRAE, ou seja, a homogeneização da cadeia produtiva do turismo no entorno de parque. No caso do PNRJ, o projeto transcorreu atendendo às características da paisagem e dos aspectos culturais associados no processo de definição dos produtos e serviços. Conforme o interlocutor do PNRJ, houve um esforço em conjugar os aspectos do patrimônio natural e cultural nos produtos turísticos formatados, ressaltando as potencialidades locais:

No mundo inteiro, quando a gente consegue encaixar patrimônio histórico cultural e ambiental, você tem um pacote fantástico. Porque aquele negócio, o cara não se cansa. Quando ele se cansar da restinga, chegou a hora dele conhecer o jongo da [Quilombo] Machadinha. Na hora que ele pensar que tem o jongo da [Quilombo] Machadinha ele vai ver passarinho, então aumenta o prazer, a experiência. O parque nacional visa aumentar a experiência de visitação. E não somente o nosso próprio ambiente. Tudo isso tem que levar em conta ao falar do turismo em Jurubatiba. (Interlocutor P1 – PNRJ)

Esse aspecto reforça a ideia de um “turismo situado”, ou seja, vinculado ao território, às comunidades, e valorizando os recursos naturais e culturais, voltado para o intercâmbio e a experiência do visitante (Zaoual, 2008; Bartholo, 2009), que, neste caso, pode ser viabilizada por meio dos serviços dos Embaixadores.

Considerando os estágios iniciais do projeto e da visitação no PNRJ, a comunidade Embaixadores de Jurubatiba se caracteriza também pelo desejo expresso de empreender para fomentar o turismo no contexto do PNRJ, fazendo com que a UC seja reconhecida e valorizada pelos visitantes.

Em função dos Embaixadores do Parque, em função de umas visitas que a gente fez ao redor do Rio de Janeiro, tentando divulgar pra os guias de turismo as nossas potencialidades. (...). Sonhar compete a todos nós, infeliz aquele que não sonha. A gente vem de uma luta grande para implantar o turismo na região e finalmente vejo que as sementes estão sendo plantadas. Durante esse percurso, e quando você chega com essa ideia de estarmos trabalhando esses roteiros, esses recursos novos. (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Na hora de fazer um *famtur/fampress*, é um dos mecanismos para expor estes potenciais pacotes. O SEBRAE colabora com uma parte do dinheiro. A pousada não cobra, e o cara da cachaça cobra menos, e todos cedem um pouco do seu lucro para expor o produto. Todo mundo está investindo e tem que expor todos. (Interlocutor P1 – PNRJ)

A consonância no fomento do turismo no contexto do PNRJ também foi percebida nos diálogos situados com os interlocutores durante as visitas *in loco*. Os Embaixadores de Jurubatiba demonstram entusiasmo ao contarem as histórias da região, ao apresentarem a opulência dos casarões do século XX e a riqueza das usinas em ruínas, evidenciando o quanto eram estimados pela capital do Império devido à produção agrícola e, também, ao exaltarem a beleza paisagística do PNRJ e do Canal Campos-Macaé. Os Interlocutores P6 (Embaixador de Jurubatiba/Carapebus) e P7 (Embaixador do Parque/Quissamã) contam memórias recentes da sua relação com o Canal Campos-Macaé. Ambos destacam a importância do Canal no desenvolvimento econômico de Carapebus e Quissamã e sua forte correlação, no passado, com as usinas e os produtos da monocultura da cana de açúcar:

A igreja veio pra aqui (no alto do morro). A igreja em Saras, no Carlinho, era perto da pousada da 'interlocutora P4'. Na época que fez o Canal a água da lagoa elevou muito. Se abrisse a barra a navegação não conseguia passar as balsas que transportavam o açúcar, a cana, não conseguia passar pelo canal. E quase não abria a lagoa. Levou cinco a seis anos sem abrir e começou a alagar tudo. Alagou onde era a igreja, era uma área povoada. Quando começou alagar muito viram o ponto mais alto e trouxeram a igreja. Ainda tem a ruína, o pessoal procura, pois os antigos que sabiam onde era. Era a matriz. (Interlocutor P6 – Embaixador de Jurubatiba/Carapebus)

O Alto Grande é o local com maior corte que temos. Na época foi uma tecnologia, como conseguiu fazer isso tão bem feito? (...) O trecho mais bonito é dentro do parque. Mas a fauna está toda concentrada fora do parque. O que você tem de pássaro é fora do parque. Não depende do horário. Para o [Quilombo] Machadinha, você vê marreca, socó, pato. (...). Antes da Prefeitura, a usina que era a grande mantenedora. Só tinha emprego na usina, só a usina que mandava. Se precisava de um caminhão de barro, era a usina. A usina fazia o papel de poder público. E tijolo, a usina tinha um armazém que fornecia. Então o comércio era com ela... quando formou o município quebrou tudo isso. (Interlocutor 7 – Embaixador do Parque/Quissamã).

Atualmente, o Canal Campos-Macaé assume uma importância para os Embaixadores: seja como sítio simbólico de pertencimento – representado pelo reconhecimento da história, tecnologia e vanguardismo econômico que representam a região – quanto pela possibilidade de uso turístico – tendo em vista o potencial paisagístico e o conteúdo histórico que resguarda – sobretudo na área de abrangência do PNRJ:

Tem um potencial incrível, incrível, eu sempre falei que do canal além da beleza dele, né, porque está cortando um parque nacional, a facilidade de você encontrar ali boa parte da flora e de restinga um trecho muito bonito, é um dos poucos lugares que você tem contato mais próximo com a fauna, porque você anda na restinga e vê poucos bichos, né, e ali é mais fácil de você encontrar. (...) É, e ele ainda é um canal histórico, né, ele foi inaugurado por Dom Pedro II, ele tem todo um contexto histórico que traz uma beleza apesar de uma história triste em relação aos escravos que sofreram ali e muito, mas é uma riqueza cultural, isso tem que ser lembrado. (...) O trecho entre a lagoa de Carapebus e a lagoa paulista, é o trecho mais bonito que tem. Porque desde que se perdeu o interesse econômico por ele a vegetação toda do canal se restabeleceu ali e cobriu uma boa parte do canal tornando realmente um cenário muito bonito de se ver. (Interlocutor P3 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Os embaixadores também expressam seu conhecimento e admiração sobre a paisagem e os recursos naturais caracterizados pela restinga, conforme exposto pelos Interlocutores P3 e P4:

(...) a restinga é uma esponja gigante, né, que é o solo de areia todo arenoso, as folhas que caem vão se decompondo, quando vem a chuva coa e vai parar na lagoa, então a lagoa é chá de restinga. (...). E cada lagoa tem uma água uma composição diferente, nenhuma das catorze. (Interlocutor P3 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Dá até pra a gente perceber assim, quando você nada e sai quando você entra no mar você seca e fica cheio de sal, ali não você fica com a pele boa, você fica diferente. (Interlocutor P4 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Percebeu-se, assim, um esforço em demonstrar que ali existem atrativos diversos que ainda não foram “aproveitados” pelo mercado ou pelo poder público.

Aqui é mais o lazer na praia, não se ligaram que pode desenvolver o turismo e ganhar recurso. Tem que organizar. (...) Mas o pessoal não se organiza. (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Diante do exposto, verifica-se que os membros do grupo Embaixadores de Jurubatiba possuem uma vinculação relacionada à memória, saberes, usos e apropriações do ambiente e dos recursos naturais da restinga para fins de lazer e, atualmente, vinculam essas relações com o PNRJ. Nessa interpretação, entende-se que o PNRJ é, para os Embaixadores de Jurubatiba, um sítio. Este sítio pode abrir-se para diálogos fecundos, a fim de oferecer uma experiência enriquecedora para aquele que visita. Esses diálogos podem ser mediados pelos Embaixadores de Jurubatiba que, interessados em empreender e fomentar a visitação em conjunto, formam uma *comunidade*.

No entanto, os Embaixadores encontram dificuldades de operar a visitação e o turismo nos sítios. Uma dessas dificuldades é o fato de o turismo ser uma atividade complementar, pois muitos dos Embaixadores são funcionários públicos dos municípios do entorno e admitem que a renda obtida através do turismo não é suficiente para que se dediquem somente a esta atividade:

Todos que trabalham com o parque têm outra atividade, se não morrem de fome. (...). Eu não posso me disponibilizar durante a semana, porque trabalho onde é meu ganha pão. A realidade é diferente. A visitação e o turismo não me sustentam, eu ainda não tive lucro. (Interlocutor P14 – Embaixador do Parque/Macaé)

Segundo este interlocutor, o turismo no PNRJ ainda não foi capaz de gerar lucro para os empreendedores. Isso porque os empreendedores ainda carecem de formação complementar para qualificar os serviços prestados, como, por exemplo, higiene e qualidade no atendimento, algo que o SEBRAE poderia ter focado ao longo do projeto. Assim, o projeto Embaixadores do Parque, coordenado pelo SEBRAE, falhou

ao tentar homogeneizar os serviços turísticos, desenraizados do contexto, ao invés de buscar atender às necessidades locais de ordem técnica. O interlocutor P14 explica que:

O projeto dos Embaixadores poderia ter resolvido os problemas relacionados ao atendimento, aos serviços prestados, se estivessem com o intuito de ajudar os empresários, e não apenas vender produtos. Antes de ensinar a fazer coquetel com um chefe de cozinha contratado, mas não fez o proprietário do restaurante a entender que o banheiro dele está próximo à cozinha, e não pode. Trouxeram um chefe, mas não foram conhecer o empreendimento. Não fez consultoria aos proprietários de restaurante. (Interlocutor P14 – Embaixador do Parque/Macaé)

Nessa mesma direção, outros interlocutores entendem que o projeto desenvolvido pelo SEBRAE “pasteuriza” as intervenções e ações, uma vez que não considera a realidade local. Um exemplo disso foram as ações de *benchmarking* promovidas. As experiências de outros projetos tidos como “modelos inspiradores” não serviram para o caso em questão, devido às realidades serem diferentes, na opinião de um dos interlocutores. Segundo ele, isso trouxe poucos resultados práticos para a realidade vivenciada ali, havendo uma rejeição ao formato “inflexível” e “adaptável” do SEBRAE, conforme exposto a seguir:

Eles [os consultores do SEBRAE] foram verificar outros lugares onde tinha Embaixadores. Foram para Bariloche [Argentina], pra neve, que não tem nada a ver com a gente. Poderia ter ido para outros lugares no Brasil (...). Dão exemplo de outros lugares que não adéquam aqui. (...). Eles tem todo um planejamento, mas não deu muito certo aqui no parque (...). (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus).

Para o interlocutor P14, essa característica se explica devido ao fato de o projeto coordenado pelo SEBRAE ter sido “de cima para baixo”. Assim, o projeto se distanciou da realidade local e investiu em ações que trouxeram poucas contribuições práticas para o fomento da cadeia produtiva do turismo no contexto do PNRJ. Segundo essa avaliação, faltou o SEBRAE

Fazer o que você está fazendo. Entender a nossa realidade para desenvolver alguma coisa pra gente. É sentar no domingo e ver o que está faltando. Isso é que é fazer de cima pra baixo. Não adianta trazer um especialista em um assunto sem antes entender a realidade daqui. É essa a diferença. Tinha que ter feito uma pesquisa de campo para entender a realidade a necessidade de cada um. (Interlocutor P14 – Embaixador do Parque/Macaé)

Diante do exposto, o método adotado pelo SEBRAE para executar o Projeto Embaixadores do Parque não resultou no fomento do turismo e da visitação situados ao PNRJ, e sim replicou modelos, como os discursos estéreis e repetidos a que Bartholo (2013) se refere.

Mas na visão de um dos interlocutores, ao conhecer outras realidades, o projeto permitiu identificar problemas em comum e, soluções que podem ser adotadas na realidade vivenciada. Além disso, o projeto tende a dar visibilidade para os empreendedores locais ao serem divulgados junto a outros que já estão consolidados, uma vez que ocorre em outros parques também:

[O principal resultado é] a divulgação das nossas atividades, né, um tipo de empreendimento que a gente tem, abrir as nossas portas pra o mundo, não é, porque esse é um projeto que não é só do Rio de Janeiro, não é só de Macaé Carapebus Quissamã, é um projeto do Brasil, né, porque são embaixadores do parque, é um projeto do SEBRAE com os parques nacionais, eu acho que isso é bacana porque você tá trabalhando tipo assim, tendo uma linha, né, parecida de trabalho nos diversos parques nacionais, e você tá envolvido nessa linha, acho que você deixa de estar sozinho, mesmo que o seu parceiro esteja muito longe, né, você já tem onde buscar alguma realidade parecida com a que você vive, então mesmo diante das dificuldades você já tem alguém que já, poxa, eu posso procurar fulano porque ele tem uma atividade igual a minha no entorno do parque e deve estar passando o mesmo problema que eu passo, então eu acho que é uma forma, mesmo distante, tem como a gente estar interagindo e trocando, eu achei que por aí já era uma coisa legal. (Interlocutora P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Outros aspectos positivos foram apontados. Para os interlocutores, o projeto foi capaz de reunir pequenos empreendedores locais com uma mesma identidade: a proposta de oferecer uma experiência turística coesa com a identidade local e de forma colaborativa, conforme exposto pela Interlocutora P4 (Embaixadora do Parque/Carapebus)

Eu acho que os Embaixadores do parque precisam ser mais que um símbolo, precisa ser um laço de união, para que a gente trabalhe junto, fale a mesma língua, se a gente quer um turismo bom, organizado, produtivo, precisamos falar a mesma língua. A gente está começando a colher, já plantamos bastante. (Interlocutora P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Considerando o estágio inicial de organização da comunidade, o grupo não está formalizado em uma associação ou cooperativa. Nesse sentido, para se manter enquanto

comunidade, mais do que formalizar-se, é importante que o grupo crie e mantenha as relações identitárias com os sítios, possibilitando que o turista/visitante conheça os atrativos e se reconheça no diálogo com “o outro” ao experienciar os serviços de apoio à visitação no PNRJ.

A comunidade de Embaixadores do Parque pode ser ampliada, agregando outros empreendedores locais a fim de fortalecer ainda mais as atividades comerciais do grupo e, assim, fomentar o turismo e a visitação no PNRJ. Porém, não há consenso com relação ao critério a ser utilizado para tal. Alguns membros da comunidade questionam que o critério utilizado para a formação do grupo teria sido excludente ao convidar somente quem tem capital financeiro para investir: “pegou a ‘elite’ do parque, quem tem condições de botar alguma coisa” (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus). Segundo ele, há vários outros empreendedores locais que poderiam ser agregados, pois possuem vínculos com a região e poderiam oferecer serviços:

Tem várias pousadas (...). Tem vários bares na praia. (...) Tem outro bar que trabalha bem pra caramba, mais pro centro da praia. Tudo limpo. (...) (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Outros membros da comunidade concordam com o fato de que poderia haver mais empreendedores:

O projeto tá caminhando. Mas tem pouca gente, tinha que ter gente mais inserida. É pouca gente. (Interlocutor P7 (Embaixador do Parque/Quissamã)

Dentre os possíveis membros, os interlocutores sugerem que o Quilombo Machadinha poderia ser agregado como um dos Embaixadores de Jurubatiba, conforme expõe o Interlocutor P7 (Embaixador do Parque/Quissamã):

Estou há cinco anos [oferecendo serviços de apoio à visitação no PNRJ]. Mas sozinho não dá, tem que ter mais gente. (...) Tem que ter mais parceiros. Tem que atrair o pessoal de [Quilombo] Machadinha. Cada um tem o seu papel. Precisamos aprimorar o produto mais com o lado do Quilombo e não consegue porque eles não estão inseridos. E agora a gente espera até eles terem vontade, porque ninguém pode obrigá-los. (Interlocutor P7 – Embaixador do Parque/Quissamã)

Não se pode ignorar que o Quilombo Machadinha já possui um fluxo de visitantes e inseri-lo como Embaixador de Jurubatiba poderia fortalecer este grupo,

sobretudo no aspecto comercial. Porém, seria coerente considerar a possibilidade de o Quilombo Machadinha participar da comunidade de Jurubatiba se os quilombolas se tivessem em comum sítios simbólicos de pertencimento. Sendo assim, é preciso compreender de que forma o Quilombo Machadinha está organizado, enquanto comunidade, e como interpreta os sítios simbólicos de pertencimento e sua relação com o turismo.

Diante do exposto, o principal legado do projeto coordenado pelo SEBRAE não são os “produtos entregues”, tais como folders, ações de divulgação, *benchmarking*, *famtur/fampress* e matérias jornalísticas, mas sim, a possibilidade de reunir pequenos empreendedores locais, com atuação na visitação e no fomento do turismo no PNRJ, e que mantêm vínculos simbólicos com a UC, desde uma perspectiva situada.

Isso é importante, sobretudo se levar em conta que as políticas públicas para o fomento do turismo e da visitação em parques nacionais, no âmbito do ICMBio, tem concentrado esforços no estabelecimento de concessões para a exploração de bens e serviços pela iniciativa privada (RODRIGUES, 2009; RODRIGUES, GODOY, 2013; BOTELHO, RODRIGUES, 2016). Conforme discutido no Capítulo 2, este modelo, entendido como via única para fomentar a visitação nos parques, gera diversas implicações de ordem social e econômica para as comunidades do entorno (MORE; MANNING, 2004). Pensando no caso do PNRJ, a formalização da comunidade Embaixadores de Jurubatiba tende a se tornar uma alternativa viável a esse modelo, na medida em que a comunidade possui interesse em empreender está situada à região onde se localiza o PNRJ e oferece serviços diretamente vinculados às características paisagísticas, naturais e culturais desta área protegida, configurando o que se interpreta nesta tese como turismo situado – ou turismo de base comunitária.

Por assim se caracterizar, avalia-se que as políticas públicas devem dar atenção aos modos de organização e estimular o fortalecimento dos vínculos locais, por meio da priorização ao empreendimento situado em detrimento às políticas de concessões de serviços. No caso do PNRJ, a formalização do processo de uso e exploração dos recursos naturais, entendidos como espaços públicos de lazer, poderia se dar por meio do instrumento “autorização” destinado ao ente particular, conforme exposto por Rockstaechel (2006). Neste caso, cabe ao ICMBio prover o PNRJ com infraestrutura de apoio para a visitação, entendendo-o como um bem público que deve cumprir com sua função social de espaço destinado ao lazer e ao turismo, além da proteção e outros objetivos legais.

Mas não se pode criar “ilusões” (CRUZ, 2017) de que o turismo no PNRJ será capaz de ser um catalisador do desenvolvimento econômico e social da região num futuro próximo. Da mesma forma, não é possível afirmar que a atividade poderá garantir independência econômica dos empreendedores locais em relação aos *royalties* e, até mesmo, em relação à principal fonte de renda destes trabalhadores. É preciso considerar que os fluxos turísticos – tipos, sazonalidades, áreas abrangidas e produção de atrativos – são determinados pelo mercado em conjunto com as políticas públicas, em que regiões são definidas como “mais” ou “menos” prioritárias para investimentos (CRUZ, 2005).

Nesta pesquisa, não se encontraram evidências de políticas públicas que demonstrassem que a região abrangida pelo PNRJ é uma prioridade de investimentos públicos e privados capazes de formar um “novo atrativo turístico” ou uma “nova região turística” no Estado do Rio de Janeiro, ou no contexto das políticas públicas do ICMBio. Portanto, é muito provável que a dependência dos *royalties* para o desenvolvimento econômico e social dessa região se estenda por todo o ciclo produtivo do petróleo.

Nesse contexto, é importante que a gestão do PNRJ apoie os membros dos Embaixadores de Jurubatiba para que possam dar prosseguimento à comunidade, para que possam formalizar a organização e, assim, fortalecer o processo de fomento do turismo no PNRJ e entorno. A entrada de novos membros é um ponto a se considerar, a comunidade poderá se fortalecer comercialmente a partir de um maior número e diversidade de serviços de apoio à visitação, mantendo a identidade do grupo. Nesse sentido, a comunidade Embaixadores de Jurubatiba deve manter o grupo ativado por meio do comprometimento dos membros com o desenvolvimento do turismo e da visitação no contexto do PNRJ.

A partir do exposto, entende-se que há contradição das políticas públicas atuais. Não há priorização de investimentos públicos e privados para o setor na região Norte Fluminense e, ao mesmo tempo, o ICMBio tem de cumprir o compromisso de um parque nacional, o que depende de recursos. Sendo assim, a principal demanda da comunidade deve ser a demanda por investimentos diretamente realizados pelo ICMBio a fim de assegurar a infraestrutura de apoio para que torne o PNRJ passível de visitação e comercialização dos serviços autorizados.

Dessa forma, a tendência é a de que o fomento do turismo e da visitação no contexto do PNRJ seja liderado pelos empreendedores locais, em detrimento aos

“empresários do petróleo” de Macaé, permitindo que seja formada uma base coesa que tende a fortalecer o sentido de comunidade: as relações interpessoais e permanente interlocução entre os Embaixadores e a pactuação negociada de compromissos, conforme exposto por Bartholo (2009). Nesse contexto, a comunidade poderá fazer da visita no PNRJ uma oportunidade para o diálogo com os visitantes/turistas, apresentando os sítios simbólicos de pertencimento de forma autêntica, sem pasteurização ou programação de instituições do tipo do SEBRAE.

4.1.2 O Quilombo de Machadinha

A Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) Machadinha constitui uma área protegida do município de Quissamã, habitada por cerca de 210 famílias distribuídas em cinco diferentes núcleos da Fazenda Machadinha: Mutum (36 famílias), Sítio Boa Vista (45 famílias), Sítio Santa Luzia (46 famílias), Bacurau (31 famílias) e Machadinha (49 famílias). Embora distribuídos em núcleos habitacionais diferentes, os moradores fazem parte de uma rede de parentesco e possuem relações de “vizinhança, amizade e compadrio” (SONEGHETTI, 2016, p. 46).

Conforme exposto no Capítulo 3, o processo de planejamento do turismo protagonizado pela Prefeitura Municipal de Quissamã durante a primeira década dos anos 2000 trouxe consequências para as relações em torno dos sítios simbólicos de pertencimento do CRQ Machadinha, ora esquecidos, ora transformados em produtos turísticos. Nesse processo, governantes, produtores do turismo e quilombolas desempenham papéis que definem o desenho do turismo e sua relação com demais atores sociais, entre eles o ICMBio e o PNRJ.

As ações da Prefeitura Municipal de Quissamã, realizadas entre os anos de 2000 e 2010, limitaram-se no objetivo de produzir um complexo turístico, utilizando os quilombolas, seu patrimônio imaterial e as edificações históricas da Fazenda Machadinha como elementos para criar atrativos turísticos, no contexto de uma política pública de fomento do turismo local. Mas essas ações não forneceram subsídios para o auto-reconhecimento dos quilombolas e para o reconhecimento da população de Quissamã sobre o sentido (histórico, legal, cultural, ambiental) daquele patrimônio. Também não foram encontradas evidências de que a Fundação Palmares, após reconhecer a Comunidade Remanescente de Quilombo, tenha realizado ações com o

objetivo identificar, resgatar e valorizar a memória dos moradores locais e seus sítios simbólicos de pertencimento. Ao contrário, o processo de turistificação delimitou o que “serviria” ao propósito do tipo de turismo desejado pela Prefeitura, focado apenas no núcleo Machadinha.

Ainda que os projetos da Prefeitura tivessem o lema “turismo sustentável de base comunitária”, as ações desenvolvidas buscaram fomentar o turismo *na* comunidade, e não *com a* comunidade ou *da* comunidade. Este fato fica evidenciado a partir do relato dos jovens que, quando crianças, foram *treinadas* para decorar um discurso programado pelo governo para receber turistas e visitantes, conforme exposto pelos interlocutores da pesquisa:

Nós fizemos o curso de condutor de turismo, e vieram as crianças da escola para a gente receber e falar as coisas. Falar sobre as senzalas. Chegou na hora me deu um branco. Eu não consegui falar nada. (...) Era muito coisa. A gente tinha que gravar tudo. (Interlocutora P20/Machadinha)

Na época, esse curso foi muito rígido. Os professores ditavam e a gente tinha que falar o que eles falavam pra gente falar. Uma coisa é contar a história de Machadinha pelo que os professores entendem, mandam a gente contar, outra coisa é contar pelo que a gente entende. Pra nós moradores aqui tem um roteiro. Só que no papel, a gente tinha que fazer o que eles queriam: chegar em frente a casa grande e abrir os abraços para o turista. (Interlocutor P15/Machadinha)

Tinha que decorar da cabeça! (...) quando a gente fez curso de turismo, eles montaram um texto e você era obrigada a gravar aquele texto. Idêntico. (...) eu dormia em cima do papel tentando gravar aquilo. (Interlocutora P16/Bacurau)

Eles acham que as coisas têm que ser do jeito deles, e não da comunidade. (Interlocutora P17/Sítio Boa Vista)

Segundo os interlocutores, os guias-mirins se viam pressionados a decorar o discurso pronto apresentado pelo coordenador do projeto. O percurso do roteiro programado pela Prefeitura envolvia, basicamente, os espaços e edificações então reformados e definidos pela prefeitura: a partir da recepção no Memorial Machadinha, os visitantes acompanhavam com os guias mirins até a Casa Grande em ruínas; de lá para o armazém, depois a capela; de onde eram apresentadas as senzalas. O percurso terminava no restaurante Casa de Artes com almoço e apresentação artística do grupo de jongo.

Outro aspecto a se considerar sobre as transformações da Prefeitura foi o uso e a finalidade do salão comunitário, um dos principais pontos de encontro dos quilombolas,

onde ocorriam festas, foi transformado pela Prefeitura em um Memorial, para servir como “centro de visitantes”. De acordo com a interlocutora P18 (Machadinha),

Antes aqui era onde era realizado o baile da comunidade. Inclusive, eu já dancei muito baile aqui. Meu avô, que era conhecido como Vovô Cazeto, foi músico aqui, tocou muito baile. Meu pai era músico aqui, muita gente se conheceram, se casaram através dos bailes que eram tocado aqui. Meu segundo marido, que eu fiquei viúva, meu segundo marido eu conheci dançando baile aqui (Interlocutora P18/Machadinha).

Com a transformação da Fazenda Machadinha em atrativo, o local passou a abrigar uma exposição permanente contada a partir do ponto de vista do governo municipal em que eram exibidos artefatos comprados pela Fundação de Cultura do Município em viagem a Angola, em uma forçada analogia com a cidade angolana de Kissama.

A partir dos debates em torno dessa experiência passada, pode-se inferir que o roteiro organizado pelo governo municipal foi realizado impositivamente “de cima para baixo”. Não houve então protagonismo dos remanescentes de quilombolas na produção desses atrativos turísticos espetacularizados. Além disso, diversos outros núcleos que compõem o território do Quilombo Machadinha foram excluídos do processo. O roteiro turístico expressa uma visão da Prefeitura sobre o território dos quilombolas e apresenta aos visitantes discursos inócuos e programados, sem promover o diálogo entre visitantes e visitados em sítios simbólicos de pertencimento, conforme o entendimento de Bartholo (2009) e Zaoual (2008).

A interlocutora P16 (Bacurau) explica que o projeto desenvolvido pela Prefeitura pouco ou nada beneficiou os quilombolas e, assim, se sentem “explorados” por aqueles que possuem algum interesse em desenvolver projetos em Machadinha:

De verdade, o que eu penso, em Machadinha, que vieram essas pessoas, que vieram para nos ajudar (...) As pessoas da nossa cidade só querem saber da gente, para se beneficiar a si próprio. E não dá nada de retorno. Nem que fosse uma cartilha. É isso que o centro da cidade faz com a gente. É um exercício que a gente faz de avaliar a parceria, até onde vamos ganhar com isso, até onde vão ganhar. (...) Eles projetaram uma coisa para ganhar muito dinheiro aqui. Tudo que eles gastaram, eles queriam retorno. (Interlocutora P16/Bacurau)

Nessa mesma direção, o interlocutor P19 (Mutum) afirma que somente a Prefeitura se beneficiou com o turismo no núcleo de Machadinho, obtendo prestígio social e político, sobretudo entre empresários do setor de petróleo:

(...) Por isso, que eu falo com você que as histórias não é só de [núcleo de] Machadinho. (...) Isso acontece depois que a Prefeitura entrou lá em Machadinho para fazer um trabalho. Na minha visão foi um trabalho de exploração, pois não proporcionou nada para eles. Não houve sustentabilidade. Cansei de falar para o pessoal de Machadinho que a Prefeitura só os explorava. Mas eles [núcleo de Machadinho] falavam, que eu estava doido. Eu contra argumentava dizendo que ninguém de Machadinho usava a Casa de Artes, pois tinha que pagar cerca de 30 reais, que incluía o almoço. Mas a bebida era por fora. Daí o povo ficava sem condições de se apresentar. Porém, quando iam fazer apresentações para empresários da Petrobrás e da China tinha uns artesanatos que a menina fazia; comida. Contudo, na hora do prêmio quem recebia era o irmão do Prefeito e o Projeto da Secretaria de Governo. (Interlocutor P19/Mutum)

O processo de turistificação do núcleo Machadinho pode ter, inclusive, colaborado para o “esquecimento” ou desvalorização, ainda que temporário, dos sítios simbólicos de pertencimento dos demais núcleos, gerando tanto desconhecimento e dúvida sobre o “ser quilombola” como a possibilidade de “encontro com a diversidade”, na perspectiva do visitante. As interlocutoras P16 (Bacurau), P17 (Sítio Boa Vista) e P19 (Mutum) expõem esse fato:

Eu vejo que o Mutum é muito sacrificado nessa parte dos projetos sociais, dos pesquisadores quando vem, dá-lhe Machadinho. Fica esquecido. (Interlocutor P19/Mutum)

E com o turismo, a Prefeitura fez o que fez, foi focado para [o núcleo] Machadinho. A gente pensar numa coisa para nossa comunidade [Bacurau] é até mais difícil. (...) E lá, se for pensar, lá no Bacurau, eu iria levar pra quê? Só se fosse pra ver os cavalos e as plantações. Tem uma agricultura lá um pouquinho forte. Tem pessoas que plantam para o sustento próprio e comercializam pra própria comunidade mesmo. (Interlocutora P16/Bacurau)

O que eu posso oferecer da minha comunidade? Eu sei que tem pessoas que plantam, que tem cavalo, que tem... lá é mais parte esportiva, recreativa, tem futebol. Vou levar o turista para fazer o que, tem o quê? Só tem cavalo, futebol, plantações. Eu traria o visitante para Machadinho! (...) Para a nossa comunidade [Sítio Boa Vista] para turismo é tudo muito novo. Os olhos são voltados para [o núcleo] Machadinho mesmo. (Interlocutora P17/Sítio Boa Vista)

Embora o reconhecimento do Quilombo Machadinho tenha se dado por lei, para muitas pessoas (tanto ocupando cargos públicos na Prefeitura local como atuando no

mercado de turismo) isso ocorreu somente “no papel”. Os questionamentos muitas vezes se centram no argumento que os moradores desse território nunca “fugiram”:

Os escravos foram libertos, mas eles ficaram lá. (Interlocutor P13/Prefeitura Municipal de Quissamã)

Um dos empreendedores locais da comunidade Embaixadores de Jurubatiba compreende da mesma forma:

Quilombo, que não é quilombo, né? (Interlocutora P4, Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus)

Entre os quilombolas, o processo de auto-reconhecimento também parece ser algo recente, conforme exposto por um dos interlocutores da pesquisa. Ao mesmo tempo, isso parece denotar que ser quilombola pouco influi ou interfere no cotidiano de vida de alguns moradores:

Eles dizem esse negócio de quilombola, dizem que eu sou, então eu sou, né? (Interlocutora P22/Machadinha)

Há na região um desconhecimento do significado legal, antropológico ou adoção de um senso comum do “ser quilombola”. Porém, isso em si não faz dos quilombolas de Machadinha “menos” quilombolas. Práticas, conhecimentos, trocas, simbolismos, vinculados aos ancestrais, se fazem presentes nos diferentes núcleos. Em discurso proferido a pesquisadores e turistas que visitam o “Memorial Machadinha”, a Interlocutora P18 (Machadinha) explica a relação de parentesco, a distribuição dos núcleos e os resquícios, ainda recentes, do período escravista:

E que aqui são ocupadas cinco comunidades de afrodescendentes. Aqui é o núcleo da Machadinha. Aquela entrada ali é onde exatamente a ‘Interlocutora 17’ mora. A ‘Interlocutora 17’ é minha prima. Aqui todo mundo é parente. Onde a ‘Interlocutora 17’ mora faz parte daqui. A ‘Interlocutora 17’ também é quilombola. Lá é Boa Vista. Tem Mutum. Aqui é o núcleo da Machadinha, lá Santa Luzia e tem o Bacurau. Então são cinco comunidades de afrodescendentes. (...). Porque eu lembrava muito do meu pai. Então isso daqui era ainda escravo. Embora a libertação foi lá em 1888, houve a libertação dos escravo, mas ainda hoje, ainda hoje em dia disfarçadamente a gente ainda vê escravidão por aí. (...) (Interlocutora P18/Machadinha)

A mesma interlocutora destaca que as cinco comunidades são integradas ao território do Quilombo devido às relações de parentesco e, também, pelo

reconhecimento de que a Fazenda Machadinho explorou o trabalho de negros escravizados.

Por que Machadinho foi, é quilombo. Muita gente chega, ‘ué, aqui não é quilombo, quilombo não é pra onde fugia os negros?’ É. Mas por quê? Isso aqui foi tombado em 2006. Então o INEPAC e Palmares registrou isso daqui como quilombo. Por quê? Nós descendentes não saímos daqui. Nós permanecemos aqui. E aqui, o mais importante, houve escravidão. Por isso ficou registrado como quilombo. (Interlocutora P18/Machadinho)

As edificações do núcleo Machadinho (especialmente as chamadas de “senzalas”¹⁴⁸) são testemunhos do sistema escravista.

E aí hoje eu descobri que Machadinho é o *único* complexo de senzalas que ainda tem em pé. E eu acho que a nível internacional. Porque a gente tem ido, a outros quilombos né ‘Interlocutora 17’, que você tem ido, não tem senzala. Lá a gente vê casa de estuque, vê conforme lá em Valença, quilombo São José, casa de sape, estuque. Mas a gente não vê. Só em *Machadinho*. (...) Cada casa é uma janela, é uma casa que se estende pros fundos. Eu digo, eu moro em uma delas. Eu moro na ala C, número 25. Eu tenho orgulho de morar lá, eu tenho orgulho de morar aqui. Eu tenho muito orgulho. Porque aqui é o marco de uma história, eu sinto orgulho disso. Eu tenho orgulho de estar preservando isso. A gente mantendo isso. Eu sinto orgulho [ênfase da interlocutora]. (Interlocutora P18/Machadinho)

Segundo a Interlocutora P18 (Machadinho) os moradores mantêm uma forte relação de vida e trabalho com a agricultura: “quilombola vive da terra, a gente não sente mais liberto porque não tem onde plantar”, se referindo às alterações na distribuição e no uso do espaço realizadas no passado. O processo de auto-reconhecimento ocorre de forma gradual e espontânea. Para a Interlocutora P18 (Machadinho),

O importante é que eu fui descobrir, quando estava na faculdade, que quando eu falei que era quilombola, eu aprendi muita coisa lá, porque eles quiseram pesquisar em cima da minha origem. (...)

A Interlocutora P16 (Bacurau) afirma que

¹⁴⁸ Somente as moradias do núcleo Machadinho que são tombadas pelo INEPAC são chamadas de senzalas, e participam deste discurso, que não possui conotação positiva ou negativa, moradores do Quilombo, os atores sociais vinculados ao setor de turismo e representantes do poder público. Não foi possível, durante a pesquisa, identificar a origem deste discurso.

A gente evolui bastante na aceitação de ser quilombola. A gente pensava que quilombo era só [no núcleo] Machadinha.

Instituições de ensino e pesquisa têm sido desenvolvido projetos no passado recente visando valorizar aspectos culturais do quilombo, garantir direitos sociais e, também, promover o turismo no território. O interlocutor P15 (Machadinha) destaca um destes projetos:

Aí com a vinda do [projeto da UFF] Territórios Criativos começou a abrir a mente, né, porque uma coisa vai levando a outra, né, a gente tem aquilo ali, mas o turista quer vir, quer assistir o jongo, quais são as agendas do jongo, que horário, tem fogueira ou não, e se ele vier à noite o que tem pra comer, então uma coisa vai levando a outra, se ele quiser dormir onde ele pode ficar, já que aqui não tem uma pousada, então isso cria aquela confusãozinha na nossa cabeça e a gente fica também. (Interlocutor P15/Machadinha)

Cada uma das cinco comunidades possui características e vocações próprias, embora todas mantenham aspectos que as identifica e une: o lugar representa, para eles, suas “raízes, o início de tudo” (Interlocutora P16/Bacurau) em referência à ancestralidade, às tradições culturais, às relações com a paisagem e o ambiente e os espaços de convivência. Estes sítios têm, em geral, uma abertura para o acolhimento e recepção de visitantes e foram apontados como espaços que poderiam ser incluídos em roteiros turísticos.

O núcleo Machadinha é o acesso mais divulgado e, portanto, mais utilizado por visitantes para acessar o Quilombo. Ali, foram concentradas as ações da Prefeitura, em que as moradias, capela e infraestruturas de apoio (centro de visitantes e restaurante) foram planejadas para funcionarem como um “complexo turístico”. A paisagem composta pelas ruínas da Casa Grande, capela, “senzalas”, armazém, árvores de grande porte e gramado do campo de futebol trazem a impressão, de quem visita, que se está em um “museu a céu aberto”.

Nos demais núcleos destacam-se espaços, costumes, práticas e formas de convivência social desde uma perspectiva local. Há significativo potencial para intercâmbios culturais entre visitantes e visitados.

No Bacurau, os moradores produzem queijo, doces e mantêm a cozinha de farinha e hortas. Os sítios simbólicos de pertencimento também se fazem presentes no uso dos recursos naturais e da paisagem, como os passeios na “areia”, local com vegetação típica da restinga em bom estado de conservação. Em meio à “areia”, são

encontrados frutos típicos de restinga, como o cambuim¹⁴⁹, utilizado para temperar cachaça, e também, árvores centenárias, como o Angelim. A imagem 22 retrata parte desta diversidade biológica.

Imagem 27 – Vista aérea do Quilombo Machadinha – Núcleo Machadinha



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Imagem 28 – Angelim Amargoso (*Andira anthelmia*) localizado na “areia”



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

O interlocutor P15 (Machadinha) discorre sobre os usos recreativos e alimentares da “areia”:

Na areia dá pra catar cambuim, almácegas, pitanga, luizinha, ingá, calda, baco, barim. Você chupa, faz doce, põe na cachaça. Tem muitas histórias para contar da areia. A gente saía da escola e ia pra lá, encontrava nas férias. (Interlocutor P15/Machadinha)

¹⁴⁹ Fruta presente na restinga, de pequeno porte, de cor amarelada e sabor azedo (GOMES, 2010).

Outras opções de entretenimento no Bacurau são o Bar do Joel, que, segundo os interlocutores. “é o ponto principal do Bacurau, é histórico”, as corridas a cavalo e as pistas de laço. Ocorrem campeonatos em que

O pessoal fica no cavalo e laça o cavalo. Se laçar perto da orelha é um ponto, se laçar no pescoço é dois. Ganha boi, bezerro, ganha dinheiro. Tem até *show*. Tem casal que se forma na pista de laço”¹⁵⁰ (Interlocutora P20/Machadinha).

No Sítio Boa Vista, os interlocutores destacaram a Capela de São João Batista, na qual encontram-se no entorno o salão comunitário e o campo de futebol, onde são realizados campeonatos que atraem moradores de todo o quilombo. Os moradores deste núcleo produzem doces, biscoitos, artesanatos de pano e mantêm roça e casas de farinha. Além disso, uma das interlocutoras, moradora deste núcleo, é uma das principais articuladoras da hospedagem domiciliar, o “pernoite quilombola”.

No Mutum, existem pequenas hortas, produção de leite e o biju, produzido na cozinha de farinha de D. Preta. Esta foi destacada pelos interlocutores como um atrativo que pode ser apresentado ao turista, pois a cozinha possui os equipamentos elétricos e a tecnologia necessários para todo o processo produtivo, desde o beneficiamento da mandioca até a produção de biju, que é vendido diretamente por ela na feira no centro da cidade. O interlocutor P19 (Mutum) discorre sobre suas memórias em torno da produção de farinha:

Na casa daquele rapaz ali tem uma roda daquelas que rala mandioca para fazer farinha manual. (...) lá onde a gente tava no Canal, era a nossa roça ali. A gente morava do lado de cá, tinha roça aqui e a gente vinha para aqui fazer farinha. Tinha uma casa de farinha, a gente trazia mandioca, trazia lenha, e fazia farinha. Era muito trabalho. Eu gosto de onde eu morava, era um sossego, você não tem vizinho perto. (Interlocutor P19/Mutum)

Além disso, há resquícios do “tempo da cana”, como o casarão Francisco Ramos, com valor histórico-cultural, porém, em mal estado de conservação e, também, trilhos da estrada de ferro. Os interlocutores também destacaram moradores “mais antigos”, como o Interlocutor 21, que tem muitas histórias para contar. Os interlocutores P19 e P21 (Mutum) relatam memórias a respeito da estrada de ferro, uma das razões do declínio do uso do Canal como via de transporte:

¹⁵⁰ Espaço para o entretenimento e competição em que cavaleiros laçam animais em tempo cronometrado.

P21 - Esse Mutum aqui vinha um vagão, nele a gente embarcava a cana.

Entrevistadora – ah, o senhor alcançou estrada de ferro aqui, é?

P21 – sim. Mas eu era garoto. Daí eu só vi o meu pai embarcar cana, que ia até Machadinha e depois para usina.

Entrevistadora – essa estrada de ferro era só dá usina?

P21 – sim. Ela ligava a fazenda (Mutum, Machadinha, Floresta, Conde, Pato, Dore) com a usina. Ela era movida a lenha.

P19 – até pouco tempo tinha uma ai. Mas foi vendida.

P21 – aqui na estrada tem muitos pneus de carros que são furados pelos grampos da linha do trem.

Entrevistadora – e tudo saía das áreas desse casarão?

P21 – era. Naquele casarão tinha cana, carros de bois. Os carros de bois colocava as canas nas grades para chegar até o vagão (trem). Eu era garoto. Mas eu lembro. Naquela época não tinha carteira assinada.

P19 – a casa não esta abandonada. Ela é mais o menos conservada pelo proprietário do terreno. Passou nas mãos de vários donos e acabou caindo nas mãos desse dono atual. Mas esta com ele há mais de 50 anos. Mas ele nunca reformou como deveria. Hoje necessita de restauração. Mas também, ele nunca deixou ela cair. Faz parte do quilombo, mas o INCRA tem que regularizar.

No Sítio Santa Luzia, como espaços de convivência social, destacam-se a Igreja, o salão comunitário, as festas religiosas, como a quadrilha, e os campeonatos e festas na pista de laço. Os moradores deste núcleo produzem queijo, doces e mantêm hortas. Ali, os cavalos são criados soltos no pasto sem cercas. É nesta comunidade que o Canal Campos-Macaé possui mais fácil acesso, onde os moradores costumam tomar banho e pescar.

Imagem 29 – Moradores pescando às margens do Canal Campos-Macaé



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Os sítios simbólicos de pertencimento do Quilombo Machadinha se expressam na cultura, em edificações, danças, culinária, tradições e costumes:

Aqui é quilombo sim, porque tem a cultura viva (...). Aqui nós temos o jongo. Ainda permanecem de pé as senzalas e as tradições, que é a dança, o jongo, o fado e a culinária local (...). (Interlocutora P18/Machadinha)

O jongo é uma manifestação cultural ancestral, com participação ativa de moradores idosos e jovens. A Interlocutora P18 (Machadinha) destaca a importância da atuação de moradores locais para a manutenção da expressão cultural do jongo:

E aí como vocês estão vendo, tem o histórico do jongo, é uma manifestação que deve ser preservada. A gente tem aqui os mestres, a D. Cheiro, foi um dos mestres aqui. Veio a ser até minha parenta, todo mundo aqui é parente. Essa mulher que ajudou, ela que levou o jongo pra frente. Ela deixou as netas. (...) Ela deixou essa lição de vida. Esse jongo não morreu graças a ela. A ela, seu Gilson, Dona Preta (...). A minha bisavó, lavava roupa cantando o jongo. A minha tia, esse dia mesmo eu estava lembrando. Ela andava e fazia o gesto do corpo. (Interlocutora P18/Machadinha)

O jongo é uma manifestação cultural que foi ressignificada a partir dos projetos da Prefeitura, com a intenção de torná-lo um atrativo turístico. No passado, a Prefeitura liderou o processo para formar um grupo a fim de realizar apresentações artísticas em eventos. Mas, mesmo após o fim das intervenções do poder público municipal, o grupo deu continuidade às suas atividades até os dias atuais. A interlocutora P18 (Machadinha) discorre como foi este processo:

Aí, depois que juntou, lá em 2004, por aí, aí juntaram um grupo e formaram um grupo, Grupo Cultural Tambores de Machadinha. Juntou Dona Cheiro, se reuniu com os mais velhos, resgatou o jongo, formou o Grupo Cultural Tambores de Machadinha. E também lá na escola, ela me ensinou a continuar com as crianças, eu formei na escola, o jongo mirim. (Interlocutora P18/Machadinha)

A interlocutora P16 (Bacurau), membro do grupo de jongo desde sua criação pela Prefeitura, avalia que esta ação foi positiva e que isso é uma fonte de renda para os quilombolas, além de ser uma oportunidade de manter e divulgar essa manifestação cultural:

O jongo está organizado, já tem muitos anos. Recebemos [dinheiro], vamos até os lugares, fazemos rodas quinzenais. No momento está um pouco parado. Já tem eventos que entrou para o calendário, já tem página. Está um pouquinho parado. O jongo está bem adiantado. (Interlocutora P16/Bacurau)

O processo de ressignificação do jongo fez com que a valorização do jongo como atrativo turístico se sobrepusesse às manifestações culturais locais espontâneas, impondo-lhes gradual perda de importância no cotidiano dos moradores. Tende a prevalecer uma organização programada de apresentações artísticas para participantes dos roteiros turísticos. Lima (2011, p. 136) entende que esse processo resultou na “reinvenção da tradição” com base na caracterização espetacularizada dos dançantes como escravos do século XIX, “descalços e com roupas brancas”.

Outra manifestação cultural que distingue o Quilombo Machadinha é o fado, que não possui um grupo organizado e não faz apresentações artísticas para turistas:

é diferente do fado português, mas é um fado africano. Só tem aqui.
(Interlocutora P16/Bacurau)

Então a gente tomou iniciativa de resgatar o fado aqui dentro. Não existe fado em Quissamã. O fado é de Bacarau, não é de [do núcleo] Machadinha. (Interlocutor P15/Machadinha)

Mas, Machadinha não tem um grupo de Fado adulto. O Fado que era da região e, não só de Machadinha. (...) Dá a sensação que Machadinha rouba a história, pois as coisas não pertencem apenas a eles. O Fado começou no Bacarau, Mutum, Palmeira. (Interlocutor P19/Mutum)

Não danço tambor; só o fado. Tambor eu vi a pouco tempo. Mas Fado eu gosto. Precisa de pares. Mas na hora arruma. Em junho tem a festa de Santo Antônio. É uma festa boa. (...). A minha mãe dançava com o meu pai todos os meses lá em casa. Eu aprendi a tocar o pandeiro do Fado. Os bailes era feito dentro de casa. Não havia festas em bares. O meu tio Euclides Ribeiro, tinha o apelido Chiquite, que também era tio do ‘Interlocutor P19’, era o maior cantador daqui do Mutum. O tio fazia muita rima; se ele olhasse pra você com um namorado tirava rima na hora. Eu rimo, mas igual o tio, não. Ele era muito bom!
(Interlocutor P21/Mutum)

Outras manifestações culturais têm sido interpretadas pelos quilombolas como um potencial atrativo turístico, como festas religiosas e eventos esportivos, tais como: as festas de Santo Antônio em junho; Festa de Nossa Senhora do Patrocínio, em novembro; a Feijoada de Cheiro e Cici (ou Feijoada da Liberdade); e as competições na pista de laço; os campeonatos de futebol. Os festejos, que recebem em média 200 a 400 pessoas, atraem como público moradores do centro de Quissamã, e de outros municípios próximos, bem como parentes que emigraram para outros municípios. São em geral organizados por um “casal de festeiro”, responsável pelos preparativos, patrocínio e organização das barracas. Alguns festejos são realizados com missas,

feijoada, jongo, músicos locais, rodas de contação de história, unindo saberes e fazeres locais na relação entre griôs e crianças. Segundo o interlocutor P15 (Machadinha), existe o interesse em produzir eventos como atrativos turísticos de modo a gerar renda para a comunidade, desde que prevaleça como intenção maior o entretenimento:

Na feijoada, a gente perde muito dinheiro. Por exemplo, o jongo é de graça. A gente faz a feijoada também para incluir a comunidade. Talvez dá para fazer na feijoada de maio. Para mim, é tudo novo, eu não tenho experiência. (...) Nossa roda funciona assim. Tem a missa, tem a feijoada na Casa de Artes, tem as oficinas aqui fora. À noite, tem o acendimento da fogueira e a roda de jongo. Como você controla dá 50 reais na roda de jongo, mas se no nosso evento já vai ter a roda de jongo do lado de fora? (...). Essa é a minha preocupação. Mesmo que não tenha ninguém pagando, o grupo de jongo vai acender a fogueira e ter a roda. A Feijoada da Liberdade é nossa. Para além do turista a gente faz para a gente. (Interlocutor P15/Machadinha)

Cabe ressaltar a relação que as comunidades estabelecem com o Canal Campos-Macaé, que perpassa por todos os núcleos¹⁵¹ do quilombo. O Canal Campos Macaé é utilizado pelos moradores do Quilombo Machadinha para diferentes finalidades, como, por exemplo, drenagem de água da chuva, bebedouro para o gado e manutenção do lençol freático (Informação verbal, Interlocutor P7/Embaixador de Jurubatiba/Quissamã). Enquanto área de lazer, o Canal, em um passado recente, foi utilizado para banho, e às suas margens os moradores faziam churrasco e pescavam com samburás e juquiás, utensílios produzidos localmente. Segundo os interlocutores P15 (Machadinha) e P16 (Bacurau),

O Canal tem história... (Interlocutor P15/Machadinha)

O Canal foi a piscina da maioria das crianças. A gente se encontrava no porto. (Interlocutor P16/Bacurau)

O Canal Campos-Macaé é, assim, um patrimônio histórico-cultural para as instituições formais. Mas, para os quilombolas, no trecho correspondente ao território que ocupam, constitui um sítio simbólico de pertencimento, que compõe o cotidiano de vida, de lazer e faz parte da paisagem natural do Quilombo. Atualmente, o Canal está assoreado e, devido à falta de manutenção e limpeza, não é possível manter os usos recreativos.

¹⁵¹ Apenas no Mutum não tem acesso, pois a área é “propriedade privada”, mas no futuro contemplará o território do Quilombo.

Precisa fazer um local para banho de novo. (Interlocutora P16/Bacurau)

Está cheio de lama e poluído. (Interlocutor P17/Sítio Boa Vista)

Precisa de limpeza, está muito sujo. Como vai levar o turista para pescar? Tem que dar o fundo do canal. (Interlocutora P20/Machadinha)

Os interlocutores da comunidade quilombola afirmam que, no processo de criação do complexo turístico, a Prefeitura Municipal subsidiou a implementação de píer para viabilizar passeios de barco pelo Canal Campos-Macaé, interligando o centro de Quissamã e Machadinha. O passeio era complementado com almoço na Casa de Artes. Porém, os interlocutores relatam que, apesar de considerarem a proposta potencialmente atrativa devido aos aspectos culturais e paisagísticos, nunca se beneficiaram economicamente. Assim, questionam se, caso haja retomada do projeto de uso do Canal para fins turísticos, de que modo poderiam usufruir, afirmando que alguns moradores e vizinhos ao Quilombo possuem embarcações e que estes poderiam explorar o Canal, uma vez que já existem empresários que o façam, como o interlocutor (Interlocutor P7/Embaixadores de Jurubatiba).

O que a gente ganhou com aquele passeio de barco? (Interlocutora P16/Bacurau)

Construíram píer. Eu não sei se tem mais ali em baixo. Construíram aqui, no sítio, e atrás de Luis Carlos no centro. Para ele fazer o serviço, não era para mais ninguém fazer. Então, quanto dinheiro ele ganhou nisso? Então é muito complicado para gente hoje. É um exercício que a gente faz de avaliar a parceria, até onde vamos ganhar com isso, até onde vão ganhar. (Interlocutor P15/Machadinha)

Os moradores engajados nas ações de fomento do turismo no Quilombo, tendo em vista as experiências de um passado recente, demonstram preocupação em torno de como organizar, o que oferecer e que visitante receber, a fim de não permitir que “pessoas de fora” interfiram na proposta. Segundo o Interlocutor P15 (Machadinha),

Eu e a ‘Interlocutora P16’, a gente que presenciou esse momento da prefeitura, né, a ideia de criar um espaço de visitação e tudo o mais, a gente volta àquele pensamento, né, a gente vai querer reproduzir o que o poder público faz? Mas a gente quer fazer com a comunidade, né, e se for com a comunidade a gente sabe que vai ser mais difícil. (...) Vem com um grupo, eles mesmo conduzem dentro, e pegam o dinheiro embora. E a gente fica a ver navio. Às vezes contratam o jongo. Às vezes levam para o restaurante. (Interlocutor P15/Machadinha)

Sabe por que a gente fala isso? Porque quando Machadinha começou a transformação e falaram que ia trazer e trouxeram o turismo. Mas para começar, eles contratam a gente. Quem guiava o turista? Eles, do centro. Não só uma forma de gastar dinheiro, de falar que investiu na comunidade. Mas não investiu. O problema deles, é que eles, numa classe maior, financeira, né, pensam só neles. Crescer, crescer. E a gente seria os bonecos de fantoche deles. Tipo assim, ah eles são os personagens. Chega lá, conta a história deles, e mostra eles. O problema é esse. (Interlocutora P16/Bacurau)

Segundo os interlocutores, os moradores de Machadinha, em sua maioria, têm interesse e gostam de receber visitantes. Mas avaliam que precisam se organizar melhor em diferentes aspectos, como, por exemplo, melhoria da hospedagem que precisa de abastecimento de água regular e o direito de uso do restaurante. Segundo eles, todos os aspectos dependem do que entendem como prioridade da ARQUIMA, atualmente, que é a titulação das terras¹⁵². Este processo está em curso no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁵³.

São 384 alqueires de terra. Aqui é a terra reivindicada pelos quilombolas. Aqui está mais preservado, parece. Quando foi criado ... quando a gente começou a ter ciência dos direitos quilombolas por um decreto até onde o homem caçava e pescava era o seu habitat. Então, é onde a gente reivindicou. Como a gente estava mais focado na terra onde a usina explorou muito os escravos, começou a reivindicar. Então, reivindicamos 300 e poucos alqueires. É onde tinha a mata. (Interlocutor P19/Mutum)

Mas esse processo aqui em Machadinha é só a Prefeitura. Não depende do INCRA. Porque este território aqui foi comprado da usina pela Prefeitura. Então é só assinar um decreto devolvendo a propriedade para a comunidade. Aí a comunidade passa ser responsável pelo patrimônio. Só que Lei Orgânica do município diz que a Prefeitura tem que dar apoio na manutenção e preservação destes patrimônios. O que eles queriam? Eles queriam entregar para a comunidade e não fazer mais nada. (Interlocutor P15/Machadinha)

Com a titulação das terras, os quilombolas poderão ter condições de decidir sobre o uso das estruturas presentes no núcleo Machadinha e que, atualmente, são propriedade da Prefeitura Municipal de Quissamã e, também, os modos de

¹⁵² A partir da pesquisa de campo, foi identificado que a reforma curricular da educação básica é outra prioridade das ações da ARQUIMA.

¹⁵³ Existem 1536 processos com pedido de regularização fundiária abertos no INCRA, sendo 279 na região Sudeste e 23 no Estado do Rio de Janeiro. O processo de titulação das terras de Machadinha (Quissamã – RJ, 8 54180.001124/2006-64) foi iniciado em 2006 e ainda não foi concluído (INCRA, 2017).

comercialização dos serviços turísticos. Esse processo, porém, tende a ser demorado, pois envolve estudos e pesquisas e permanente interlocução com o órgão.

Para que possam protagonizar o turismo, a ARQUIMA reivindica, junto à Prefeitura, a cessão de uso do restaurante Casa de Artes. Também dependem de investimentos públicos para realizar reformas nas edificações e manutenção dos equipamentos, além da realização de cursos que os capacitem para o gerenciamento. Mas é importante que este processo seja acompanhado da formação de autonomia dos quilombolas, e não apenas explorá-los como objeto de intencionalidades privadas ou outras, como foi o caso dos fatos passados.

Outra prioridade é a melhoria da proposta de hospedagem domiciliar, recentemente implementada pela ARQUIMA sob a denominação “Pernoite Quilombola”. Os interlocutores afirmam que esse serviço precisa, ainda, de alguns ajustes internos, como a melhoria na comunicação entre a associação e anfitrião, bem como aspectos externos, que dependem do poder público, como o abastecimento de água tratada e saneamento básico.

A gente tem um padrão de qualidade. Tem que ter uma estrutura mínima e, claro, as pessoas querem conhecer o quilombola. Mas tem que ter um chuveiro, tem que ter um ventilador no quarto. Tem que ter cobertura de cama, travesseiro, limpo. Tem que ter um padrão mínimo. Não adianta a gente ficar enchendo a casa das pessoas. Realmente estamos testando até dar certo. (Interlocutor P15/Machadinha)

Quem fica em Machadinha, tem o prazer de dormir na senzala. Da última vez que veio, foi uma professora e o marido dela. Ela gostou muito. Um contexto totalmente diferente do que é a cidade. Mas precisa de ajustes. O pessoal quer banho quente, tem que ter tudo nos conformes. (Interlocutor P17/Sítio Boa Vista)

Ainda segundo eles, a formatação de um roteiro autoral – preparado pelos quilombolas, com a inclusão de lugares e pessoas, valorizando os aspectos da cultura local – poderia tornar a proposta do pernoite ainda mais atrativa, pois envolve atividades e experiências. Poderia também ser oferecido como atividade nos festejos e eventos realizados no quilombo:

Queremos melhorar, organizar direitinho. Precisamos ter o roteiro e a Casa de Artes disponível para a gente. (...). Tem que falar sem se preocupar com o jeito que a gente acha que o turista quer ouvir. Na verdade, eu acho que ele vem pra escutar o que a gente tem pra dizer, do jeito que a gente quiser. (Interlocutor P16/Bacurau)

Vamos contar a história do nosso jeito, do jeito que a gente sabe, o que a gente lembrar do jeito que nossos avós contou. E não do jeito de decorar e passar pro pessoal. Se não dá branco. (Interlocutora P20/Machadinha)

A comunidade precisa definir o roteiro onde vai percorrer, onde vai andar, o que vai achar. De base comunitária são as pessoas daqui executarem este roteiro. Trabalharem para este roteiro ser executado. (Interlocutor P15/Machadinha)

Igualmente no Quilombo de Paraty. Oferecer o que tem de melhor. O visitante chegar e ter o que fazer. (...) A própria pessoa da comunidade contar a própria história. (Interlocutor P17/Sítio Boa Vista)

Atualmente, a visitação ocorre, na maior parte das vezes, com grupos programados, tendo como principal perfil de visitantes pesquisadores e grupos de estudantes. Eventualmente, são turistas que se deslocam até o Quilombo de maneira espontânea e não planejada. E, quando ocorrem festejos religiosos e eventos de lazer organizados pelos quilombolas, moradores de Quissamã e municípios do entorno participam.

Normalmente, os visitantes dirigem-se ao Memorial Machadinha e são recebidos pela Interlocutora P18 (Machadinha), que apresenta a história de Quissamã e a vinculação com o Quilombo, discursa sobre os atributos culturais e explica a distribuição do território em cinco núcleos.

O visitante ele chega, quando tem evento tem programação, mas ele chega ele só acha o Memorial. A 'Interlocutora P18' não pode se estender e mostrar tudo. O visitante chega e ter o Memorial e mais alguma coisa. (Interlocutora P16/Bacurau)

Interlocutora 18 fica aqui [no Memorial Machadinha], só ela. O turista quando vem, começa a perambular por Machadinha, aéreo. Eu sei que ele fica angustiado, querendo alguma informação por aqui. Ele quer andar, quer conhecer. Se a 'Interlocutora 18' tivesse mais uma pessoa aqui, essa pessoa poderia andar e caminhar junto com o turista. Mas isso não é suficiente. A gente precisaria de uma sede da associação ficar ali uma pessoa. (...) E a 'Interlocutora 18' poderia avisar que chegou turista e Juliana¹⁵⁴ já vem, para receber o turista, a gente passa uma tabela de preço. (Interlocutor P15/Machadinha)

Hoje em dia, o Memorial Machadinha, além de servir como espaço para receber visitantes, mantendo parcialmente a exposição criada pelo governo municipal nos anos anteriores, recebe também as reuniões da ARQUIMA e o encontro entre mulheres,

¹⁵⁴ Nome fictício atribuído pela autora para garantir o sigilo ético da pesquisa de campo junto aos interlocutores, conforme termo de consentimento informado.

jovens e crianças que participam de atividades de artesanato, jongo, fado e contação de história, com “o objetivo é manter viva as tradições” (Interlocutora 18/Machadinha). Com a ocupação do espaço pelos quilombolas, o Memorial tornou-se, novamente, organizado a partir da lógica local, servindo de espaço de encontro e de diálogo de moradores entre si e, também, destes com visitantes, o que foi fundamental para o sentido de (re)apropriação do sítio simbólico de pertencimento, conforme exposto pela interlocutora 18/Machadinha:

Em 2015 eu fui promovida como diretora daqui desse espaço. Eles avaliaram que eu vivo essa cultura. Já trabalhava com o jongo na escola. Mesmo trabalhando com conteúdo, mas sempre com aptidão com aquela cultura. Fado, resgatando fado o jongo mirim. Eu trabalhava igual aos outros, mas eu trabalhava mais porque eu queria manter isso. Ai então eles achavam que quem tinha perfil para estar aqui sou eu, eu vivo essa cultura, eu moro ali, eu vivo essa cultura. Então ai quando eu assumi a direção do espaço em 2015. O que eu fiz? Já que eu já trabalhava o fado e o jongo lá na escola, eu escrevi um projeto, e batizei como flores da senzala, como vocês estão vendo lá. Aqui antes não tinha nada, não tinha nada. E entrei com este projeto, onde nos temos oficinas de artesanato, o fado mirim, o jongo mirim, e a contação de história. (Interlocutora 18/Machadinha)

Nena, Raimunda¹⁵⁵ e mais dez mulheres se reúnem na sexta-feira à tarde para a oficina [de artesanato] aqui no Memorial [Machadinha]. (Interlocutor P15/Machadinha)

O método de pesquisa buscou mediar, entre os interlocutores, a concepção de possíveis roteiros elaborados pelos interlocutores. Os roteiros concebidos apresentam grande variedade de atividades, lugares, pessoas, produtos que os visitantes poderiam usufruir, conhecer, consumir e intercambiar. Como resultado desse processo, foram elaborados cinco diferentes roteiros, envolvendo os cinco núcleos. Dentre os atrativos elencados para visitação: as edificações históricas – senzalas, ruínas da Casa Grande, capelas –, para conhecer a ancestralidade de Machadinha; as margens do Canal Campos-Macaé, para pescar e se refrescar; a “areia”, ambiente de restinga onde é possível apreciar a biodiversidade; a casa de moradores onde se pode aprender sobre a produção rudimentar de farinha de mandioca, comprar artesanato, biscoitos, queijos, doces e cachaça com cambuim, visitar hortas e, até mesmo, ouvir causos. Além disso, os espaços de convivência dos quilombolas estão abertos às trocas com os visitantes, como os salões comunitários, as capelas, os bares e as “pistas de laço”, presentes em

¹⁵⁵ Nome fictício atribuído pela autora para garantir o sigilo ético da pesquisa de campo junto aos interlocutores, conforme termo de consentimento informado.

cada um dos cinco agrupamentos. O percurso poderia ser feito por diferentes meios de locomoção: a pé, a cavalo, carroça, bicicleta ou carro. Para cada representante de um núcleo, o roteiro desenhado pelos interlocutores considerou os sítios simbólicos de pertencimento:

Cada lugar representa uma coisa muito forte pra mim. (...) Eu receberia as pessoas aqui na casa, nestas raízes, porque elas representam muita resistência. É uma resistência incomum. Raízes, Memorial, Igreja, Casas, Casarão, no final Casa de Artes. (...) Vindo de Quissamã, para cá, pelo asfalto, entrava no Sítio Bonfim, mostrava a cozinha de farinha, que nem é daqui [do Quilombo], mas mostrava. Onde tem cavalo, as roças, chegava no central, tem a capela São João Batista, iria no Mutum, mostrava que a maioria do povo planta coco, aipim, ia na casa da Dona Maricota¹⁵⁶, tentava mostrar o casarão do Mutum, mostrava que tem a questão da terra que está sendo loteada, mas está sendo pleiteada pela gente, e aqui ia vinha para Machadinha. (Interlocutor P16/Bacurau)

As raízes é o início de tudo. É o marco de Machadinha. (Interlocutora P17/Sítio Boa Vista)

Receberia os turistas no Canal, na carroça, iria pra Casa de Artes, Casa Grande. (Interlocutor P15/Machadinha)

Os roteiros poderiam ser agregados às celebrações e festejos que reúnem os quilombolas e moradores da região ao longo de todo o ano, ampliando a permanência e o convívio entre visitantes e visitados. Para o interlocutor P15 (Machadinha),

A gente já tem um evento concreto. Estamos pensando para a feijoada de maio. (...) A gente tem um público estimado. A gente sabe que estudante vai querer ter o roteiro. Mas vem muita gente de fora. As pessoas de Quissamã não se interessam pelo roteiro. (Interlocutor P15/Machadinha)

Para a concretização dos roteiros, no entanto, é preciso um debate ampliado aos membros da comunidade sobre quem estará envolvido e o que se pode oferecer, como será a operacionalização e a distribuição do lucro. Segundo os interlocutores,

A pessoa que vai vender o roteiro vai precisar mobilizar e saber quem tem o quê. O cara tem a carroça, já vai mobilizar o cara. Não ficar em cima de uma pessoa sozinha. Mas na hora de vender, vai ter uma pessoa como suporte, que vai ter que ir lá ver a pessoa, outro vai ver o cara da bicicleta. Quem vender vai ter que mobilizar. Eu acho que tem que sentar todo mundo e conversar. Eu não tenho ideia de como deve ser a divisão do lucro. Tem que conversar. Eu acho que de todo o

¹⁵⁶ Nome fictício atribuído pela autora para garantir o sigilo ético da pesquisa de campo junto aos interlocutores, conforme termo de consentimento informado.

lucro que tiver, tem que tirar um valor para manutenção em alguma coisa. Não pode dividir assim, se tiver dez pessoas, divide em dez e cada um faz o que quiser com o seu. Eu acho que alguma pessoa que tem esse turismo, esse contato todo, eu não tenho certeza, com base nisso tirar uma porcentagem. Porque alguma coisa vai ter que ter manutenção. (Interlocutor P19/Mutum)

A definição sobre como serão operacionalizados os roteiros no Quilombo Machadinha envolve, também, a negociação junto aos demais atores sobre o protagonismo comunitário no desenho do turismo situado neste território. Para a Interlocutora P16 (Bacurau), isso é fundamental, sobretudo na relação com guias de turismo que levam visitantes até o Memorial Machadinha, mas não envolvem os quilombolas neste processo:

Como, por exemplo, essa visita que tem ai hoje, eu tenho uma queixa. O 'guia de turismo' vem, a Interlocutora P18 faz a parte dela no Memorial. A Interlocutora P18 recebe por isso pela Prefeitura. E daqui pra fora? De dentro do Memorial para fora. Machadinha tem outras coisas para conhecer. Quem conta, é ele. É ele mesmo que guia. Então ele poderia estar contratando uma pessoa da comunidade, para contar a história da comunidade, pela comunidade. (...). Não é [falta de] conversa, não tem conversa. Eles sabem. (...). Por que não chega aqui, por que não entra em contato com a Associação? Agora a gente se legalizou, entra em contato com a Associação! *Avisa que está vindo!* [ênfase da interlocutora] (Interlocutora P16/Bacurau)

Segundo a Interlocutora P16 (Bacurau), os demais atores sociais do mercado de turismo de Quissamã não reconhecem que os modos de organização e as capacidades do quilombo em receber visitantes.

Eles vão sempre botar a culpa na comunidade. Como eles sempre falaram, que nós que tínhamos que nos organizar. (...) Eles falavam assim: a comunidade de Machadinha precisa se organizar. Para eles falarem que a comunidade de Machadinha não tem capacidade. Esse é o grande problema. (...). O interesse é aproveitar mesmo. (Interlocutora P16/Bacurau)

Sobre as possibilidades de negociar parcerias com os atores sociais do mercado de turismo, a Interlocutora P16 (Bacurau) destaca a necessidade de que, no processo de planejamento do turismo local, os quilombolas sejam os propositores, e não o contrário, como ocorreu no passado:

A gente pode até fazer parceria. Mas se for assim, o roteiro feito pela gente, o papel regido pela gente, e eles assinarem o que a gente propôs, dentro do que a gente propor com eles. E não eles chegarem e falarem assim, nós temos um projetinho aqui e você assina aqui, tá

tudo bom. Não. Esse papel ser inverso. Nós ir até eles. (Interlocutora P16/Bacurau)

Os quilombolas têm, assim, condições favoráveis para a negociação de parcerias com os atores sociais do mercado de turismo e, também, dos Embaixadores de Jurubatiba, pois há reconhecimento do potencial turístico. Daí a autonomia para definir que tipo e com quem serão estabelecidas as parcerias.

Porém, é preciso reconhecer também que o turismo no Quilombo depende de financiamentos externos, apoio do poder público e iniciativa autônoma na oferta de serviços (alimentação e hospedagem). Quando da realização da pesquisa de campo, a autorização de uso e exploração do restaurante Casa de Artes era a principal demanda. Segundo os interlocutores:

Na Casa de Artes, primeiro, tem que ver um administrador da comunidade. Porque vai envolver patrimônio. A gente vai pedir essa posse, eu creio que vão ser com os materiais. Os materiais são patrimonializados. A cessão tem que ficar de responsabilidade ou com a Associação, ou com a cooperativa Raízes do Sabor. Porque a Casa de Artes não foi pra frente por conta de administração. Já conversei com o pessoal de [do IFF] Campos para ver um plano de negócios. Para ver o que entra, o que sai, qual o gasto com cada pessoa que está ali. Isso daí ver, quais os contratos que são individuais e vão pro coletivo. (Interlocutor P15/Machadinha)

Para o interlocutor P7 (Embaixadores de Jurubatiba/Quissamã), empreendedor da comunidade Embaixadores de Jurubatiba,

É necessário voltar a funcionar a Casa de Artes. A Casa de Artes sempre teve subsídio. A prefeitura coibiu as pessoas e as pessoas não se sentiram dono daquilo. Acabavam e rateavam o dinheiro. Tem que ser feito o inverso. A comunidade tem que ficar, a prefeitura dá o subsídio, mas a responsabilidade tem que ser da comunidade. O modelo foi errado. (Interlocutor P7, Embaixadores de Jurubatiba/Quissamã)

Além da reforma das edificações, conforme comentado anteriormente, as ruínas da Casa Grande poderiam ser estabilizadas para que sirvam de espaço para interpretação e memória da história da Fazenda Machadinha. Outro patrimônio a ser conservado é o Canal Campos-Macaé, que precisa de limpeza para que se possa utilizá-lo como espaço de lazer e para as atividades de pesca, banho e passeios de barco.

Embora a criação da ARQUIMA pela geração de jovens do Quilombo Machadinha ainda seja recente, é importante destacar que isso tem possibilitado a

reflexão sobre as necessidades e potencialidades locais e também a definição de estratégias para o protagonismo quilombola no processo de fomento do turismo.

No que tange à organização da Associação, é preciso ajustar as equipes de trabalho para atuar nas diferentes frentes (alimentação, hospedagem, guiamento e recepção), a fim de ampliar as oportunidades de ocupação e engajamento para o fomento do turismo situado no Quilombo Machadinha. O planejamento, a organização e o fomento da visitação e do turismo, protagonizado pela ARQUIMA, requer o atendimento de demandas sociais e econômicas, de infra-estrutura e serviços relacionados ao saneamento básico e à regularização fundiária.

É interessante notar que durante a pesquisa de campo, os interlocutores da comunidade do Quilombo Machadinha não apontaram o território do PNRJ, ou parte dele, como sítio simbólico de pertencimento. Não foi identificado vínculo cultural, afetivo, simbólico ou econômico com a UC, por parte dos interlocutores do Quilombo.

A atual gestão do PNRJ tem interesse em “estretar os laços” com o Quilombo, entendendo que o turismo na região onde está inserido somente se viabilizará quando os atores sociais do setor estiverem atuando em parceria e os atrativos turísticos estiverem integrados.

O Quilombo sozinho não é um destino turístico bom. Da mesma forma que o parque sozinho não é um destino turístico bom. Mas a gente, eles e as fazendas antigas da cachaça dão um grande programa turístico. Conta a história ambiental, história da exploração, história, dos explorados. Ai fica bacana. Mas isso precisa que eles estejam a fim. É muito difícil, autoridade agir sem ser provocado a gente extrapola a nossa competência. (Interlocutor 1/PNRJ)

As ações passadas da Prefeitura consolidaram o Quilombo Machadinha como um atrativo turístico do município de Quissamã. O interlocutor do PNRJ entende que o Quilombo poderia compor o grupo dos Embaixadores de Jurubatiba, pois complementa a temática de possíveis roteiros sobre a história, o ambiente e a cultura da região:

Não tem muita viabilidade ficar falando do turismo no Parque Nacional. (...) Não adianta a gente ficar falando do uso público do Parque se não tiver casado com outras coisas, porque a gente vai ter pouco visitante que vai querer ver exclusivamente o Parque. (...). Eles são complementares, eles não brigam entre si. É a briga da gente a gente quer sim o Quilombo. (...) Sozinho não é bom, junto vira um ‘negoção’. Todo mundo que entende alguma coisa fala isso. Porque eles já tem uma área de restaurante grandão, eles tem uma cozinha para receber um grupo enorme, já tem um grupo de jongo, de fado,

aptos a entreter. Tem tudo. Só que a pessoa se deslocar do Rio de Janeiro para fazer só isso, é pouco. Se ela deslocar para um dia ter: de dia, atividades ambientais, de noite o jongo, o fado, e um ‘jantarão’. No dia seguinte sai para ver as fazendas da cachaça, prova da cachaça, volta para Machadinho, tem outro almoço. É um ‘programação’.
(Interlocutor 1/PNRJ)

Para o interlocutor do PNRJ, seria importante o Quilombo participar do Projeto Embaixadores de Jurubatiba, coordenado pelo SEBRAE.

Por enquanto vai ser somente “Sete Capitães”. Eu não posso falar “restinga, cachaça e quilombo” se a galera do Quilombo não participa (...). É aquele negócio, se o Quilombo quiser vir, ele será bem vindo, (...). Ele é quisto, mas essa vontade tem que ser deles. (Interlocutor 1/PNRJ)

Na perspectiva do SEBRAE, o Quilombo Machadinho poderia estar integrado ao projeto Embaixadores de Jurubatiba como atrativo e não como empreendedor local. A ARQUIMA não atende aos quesitos formais colocados como critérios básicos:

Na realidade, o quilombo pode divulgar o parque, o parque divulgar o quilombo. O destino tem que ser inteligente, e tem que ter parcerias e agregar todos os atrativos que um turista possa ter. (...) ao passo que se você oferecer tem o Parque de Jurubatiba, tem o quilombo, tem o restaurante, eu aumento o tempo de permanência no destino, aumento a hospedagem, no restaurante, consumo mais artesanato e movimentação toda a cadeia. Então o que é inteligente é aglutinar tudo o que o destino tem e oferecer e aglutinar para oferecer como oferta de produto do destino. Se a gente começou com o convênio com o parque e a cadeia nada impede que a gente tenha o quilombo, que tem o Roteiro Sete Capitães, que tenha o tour da experiência na cachaçaria. (...). As pessoas adoram ir pro lugar pra saber a história do lugar, da cidade, e a senhorinha vai vender o produto dela. E acho que o destino cresce assim. (Interlocutora 2/SEBRAE)

Diante do exposto, a comunidade do Quilombo Machadinho possui uma demanda para que possa desenvolver o turismo em seu território, destacando os atrativos dos cinco núcleos. Isso pode convergir com interesses dos Embaixadores de Jurubatiba, do PNRJ e, até mesmo, do SEBRAE, caso reveja seu posicionamento anterior.

4.1.3 Os pescadores artesanais de Carapebus

O grupo de pescadores da Lagoa de Carapebus foi apontado por interlocutores da pesquisa de campo e, também, a partir da análise documental, como possíveis condutores de visitantes. Isso porque, conforme exposto no Capítulo 3, a comunidade de pescadores e a gestão do PNRJ vivenciam atualmente um conflito sobre o uso da Lagoa e o ICMBio vislumbra como solução a criação de fonte de renda e de trabalho em substituição à pesca num futuro próximo. Sendo assim, entendeu-se que é pertinente investigar essa possibilidade junto ao grupo de pescadores e demais atores sociais. Assim, é verificado se o grupo constitui uma comunidade, de que forma o grupo se relaciona com a Lagoa de Carapebus e como avalia a possibilidade de trabalhar como condutores de visitantes.

A criação do PNRJ, em tese, tornaria a pesca ilegal na Lagoa de Carapebus. Porém, o grupo de pescadores da Lagoa de Carapebus mantém esta atividade extrativista como principal meio de subsistência e, também, como prática cultural presente no cotidiano de diferentes gerações. Os vínculos entre pescadores e Lagoa se manifestam quando um interlocutor do grupo assume que nem mesmo as limitações físicas e de saúde, impostas pela idade avançada, são capazes de interromper a pesca:

Eu tenho 53 anos. Temos pescadores com 65 anos pescando. Tem mais velho. Só o ‘Interlocutor P9’ está com 80. Chega lá e fala com ele que não pode mais pescar. Ele chora nos seus pés. Interlocutor 9, você não tem mais idade, não tem saúde. (...) Vou ser sincero. (...) sempre digo nas reuniões, quero morrer como pescador, tenho orgulho de ser pescador, tenho orgulho de quando a pessoa diz, sai daí comedor de peixe. Digo, sou. Porque não existe coisa melhor e mais saudável do que um peixe, entendeu? (Interlocutor P12 – Pescador)

Os pescadores possuem uma relação intrínseca – de trabalho, de conhecimento, de subsistência, de saúde – com a Lagoa de Carapebus. O grupo é formado por moradores locais, sobretudo do bairro do Caxanga, no município de Carapebus, e utiliza técnicas de pesca específicas. Por isso, são interpretados pelos interlocutores como “tradicionais”:

Pescar é igual o primeiro beijo, você não consegue esquecer. Para nós que somos nascidos e criados, chegar em casa quatro horas não é pra qualquer pessoa. Mas você não consegue ficar sem o peixe para comer. Não existe carne mais saudável do que o peixe. Aos nove anos fui pra rua vender peixe. (...) Esse cheirinho do peixe eu gosto muito.

(...) [são aqueles] mais antigos, de família, nascido e criado na pesca, pessoa que vive da pesca. (Interlocutor P12 – Pescador).

Hoje, como se desenvolveu, eles acham que não é tradicional. Mas a gente é do local. (Interlocutor P6 – Embaixador de Jurubatiba/Carapebus)

Em Caparebus, o pescador se envolve em todo o “ciclo de produção”: desde a pesca na Lagoa, o beneficiamento e distribuição comercial do pescado e venda de outros produtos¹⁵⁷ em pequenos estabelecimentos, geridos por eles. Assim, a subsistência da pesca depende também de atividades econômicas que complementam a renda:

Sempre pescava, mas pescava à noite. De dia tinha uma hortinha, vendia o peixe dele, ia fazer um outro trabalho, ter um barzinho, trabalhar no comércio. Aqui, o tradicional não é aquele que mora na Lagoa [de Carapebus]. Ele mora distante, no centro, mas vem pra Lagoa pescar. (...). O cara que fica o dia todo em pé pescando. (Interlocutor P6 – Pescador)

Mas atualmente, a pesca tradicional de Carapebus está ameaçada por diversas razões; uma delas é o fato de os jovens não demonstram interesse em dar continuidade:

Filho nenhum quis tocar a pesca. Isso daí me dói (...) Meu filho tem 25. No momento ele está desempregado, mas ele trabalhava numa firma, ele é de rateador. Dói porque, a história que meu pai deixou os filhos para contar, meu filho não vai contar, meu filho não vai dar seguimento aquela história minha, que eu acho... (Interlocutor P12 – Pescador)

Além disso, a Lagoa de Carapebus se tornou menos piscosa devido ao despejo de esgoto sanitário sem tratamento e à expansão populacional do município. Segundo os interlocutores P12 e P6,

Na época dele [do meu pai] era fartura de peixe. É muito diferente do que tem hoje. Ele tinha condição de sustentar sete filhos através da pesca. Ele tinha bar na praia. E já vendia o peixe na praia. Meu pai tinha quatro e cinco casas. (...). Aqui tinha tradição, aqui tinha tanto camarão que a gente salgava o camarão igual no Nordeste. Hoje não tem mais. (Interlocutor P6 – Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus)

A Lagoa nossa era farta mesmo. Robalo e Carapeba. (...). A gente que salgou o camarão não conseguiu vender deu pra porco. (...) Nossa Lagoa, não sabemos se é uma Lagoa ou uma fossa, porque a prefeitura, o esgoto vai todo para a Lagoa. E tem que pegar e às vezes abrir. Eu peguei um termo de responsabilidade que eu acompanharia a [abertura da] barra. Eu vinha todo dia de manhã e de tarde. (...) Até

¹⁵⁷ Peixe frito, gelo e bebida alcoólica.

tapar a barra. A abertura é renovação de vida, onde entra a criação de peixe. A nossa carapeba, ela entra pelo mar e se reproduz muito pouco na nossa Lagoa. O robalo, tainha, entra o siri, o camarão. O melhor camarão é o nosso, é o VG. (Interlocutor P12 – Pescador)

As práticas de pesca se alteraram em função da diminuição dos recursos naturais pesqueiros, sendo necessário, portanto, ter novas fontes de subsistência, sem que isso causasse uma alteração no que os interlocutores P12 e P6 entendem ser “tradicional”. A característica da informalidade das relações com a pesca traduz o atributo “tradicional” e, ao mesmo tempo, a dificuldade para monitorar o acordo entre pescadores e ICMBio:

E desde que foi dada a permissão pra alguns pescadores pescarem no Parque eles nunca tiraram uma nota de venda de um quilo de peixe, pra comprovar que eles estão realmente aumentando a renda familiar, não tem nada que comprove, porque eles vão de porta e em porta e vendem a dez vinte reais, não vão tirar nota. (Interlocutor P3 – Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus)

Além dos fatores relacionados ao desinteresse das novas gerações e à qualidade dos recursos naturais, outro fator que ameaça a pesca tradicional em Carapebus são as barreiras legais impostas a partir da criação do PNRJ. Segundo a legislação, a categoria parque nacional não permite o uso direto dos recursos naturais – neste, caso da Lagoa de Carapebus e sua biodiversidade. Mas permite o uso indireto, que, sob normas, autoriza o uso público para fins de lazer e turismo. Na visão dos pescadores, permitir o uso para lazer e turismo e proibir para a pesca é uma contradição; e, na visão dos administradores, pescar em parque nacional é uma afronta à legislação. Assim, criou-se um conflito em torno dos modos de uso e apropriação dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus.

O processo de mediação do conflito foi liderado por instituições de ensino e pesquisa, em conjunto com o MPF, e resultou na garantia – ainda que temporária – do direito dos pescadores de continuarem a pesca, sob critérios e regras determinados pelo ICMBio. Outros resultados foram a organização dos pescadores em uma associação e a realização de curso oferecido pela Capitania dos Portos, a fim de obter regularização da documentação. O interlocutor P12 (Pescador) vivenciou este processo:

Falaram que teria que ter associação, pescador teria que ter documento. (...) E ali começou aquela luta (...). Saí dali, fui para Capitania [dos Portos] no dia seguinte, encontrei um sargento, (...), eu falei, sou de Carapebus, sou nascido e criado na pesca. E eu precisava para que o senhor me desse uma luz como começar para a gente fazer um documento de pesca. Aí, ele falou que para eu começar a organizar os pescadores, para organizar 25 pessoas, que eu dou um curso para vocês. Se você conseguir mais de 25 eu te dou dois cursos. (...) E daí

eu peguei saí de porta em porta. (...) E conseguimos o curso para 52 pessoas. (...). Conseguimos o curso simplesmente com humildade. Curso de aquaviário. Era para tirar carteira de pesca. Fizemos esse curso, (...) Muitos foram trabalhar. (Interlocutor P12 – Pescador)

Mas, com o passar dos anos, os pescadores não enfrentaram conflitos ou problemas que demandassem uma ação por meio da associação, o que levou à ideia de que o direito de pescar na Lagoa “estava garantido” e não haveria mais por que lutar, desmobilizando a comunidade. Durante o período de campanha eleitoral, a associação tem servido a interesses políticos, conforme explicam os interlocutores:

O Secretário da Pesca de Carapebus, que nunca tinha aparecido para falar absolutamente nada para falar que tem que ter uma nova eleição na Associação, inclusive com a entrada de novos membros. Eu não posso fazer nada. É um direito de se associar. Mas eu só não reconheço mais a Associação como um ator legítimo para dialogar comigo. Porque ela hoje não representa mais os interesses dos pescadores atingidos pelo TAC e sim por um grupo que tem vontade de pescar dentro do parque. Pela sensação de que “a gente pode tudo, que ninguém vai fazer nada contra gente, e agora eu vou pescar aqui o resto da vida. Quando eu morrer meu filho vai poder pescar, quando ele morrer meu neto vai poder pescar”. Eles venderam para ele uma ideia que eu não sei de onde tiraram. Por que o TAC que foi assinado ele tem uma duração de dois anos. Ele caducou em 2013. Eles acham que não. Que é um direito absoluto. (...) Agora, nas eleições estão se mobilizando, por um interesse político. Mas na hora que precisavam se mobilizar para renovar o TAC não se mobilizaram. (Interlocutor P1 – PNRJ)

Não tem uma associação formada, não saber passar essa informação direito pra eles porque eu entendo que nem todo mundo tem a mesma facilidade de assimilar informação. Aí hoje eu vejo assim, hoje falta a estrutura da associação dos pescadores pra poder ter uma fábrica de gelo, pra poder ter um comércio de peixe, porque eles não sabem nem brigar por isso, porque eles pescam, entendeu? (Interlocutor P5 – Prefeitura Municipal de Carapebus)

Atualmente, a atual liderança não tem sido capaz de mobilizar e articular os membros da Associação para a garantia de interesses e direitos. Embora o grupo tenha identidades e objetivos em comum, há discordâncias e disputas, tanto no âmbito das estratégias e espaços para pesca – “às vezes tem rede sobre rede” (Interlocutor P12 – Pescador) – quanto no campo político e representativo.

O ‘Interlocutor P12’ não entendem ele como líder. (Interlocutor P14 – Embaixador de Jurubatiba/Macaé)

Alguns pescadores praticam a pesca predatória na Lagoa e não respeitam o acordo estabelecido com o Parque. Segundo o Interlocutor P1 (ICMBio), os pescadores

(...) Usando apetrechos proibidos. Tendo hábitos de pesca proibidos. Por exemplo, amarrar a rede de um lado do Canal [Campos Macaé], até o outro lado, fechando o Canal em 100%. (...) O TAC que eles têm assinado diz que não pode ter ato de pesca entre nove da manhã e cinco da tarde. E é raro que a gente chega da Lagoa, e não tem um deles durante o dia. (Interlocutor P1 – PNRJ)

Eles deixam pesca predatória, de arrasto, rede em toda a extensão da Lagoa [de Carapebus]. (Interlocutor P14 – Embaixador de Jurubatiba/Macaé)

A atual liderança reconhece a prática “fora das normas” e demonstra preocupação em proteger os recursos naturais do qual dependem, buscando diálogo com o ICMBio e esforçando-se para que os pescadores cumpram as normas:

O parque foi uma coisa importante que muitos vieram a criticar. Mas tudo tem que ter ordem. (...) há pessoas que querem entrar de qualquer jeito, caçar, pescar sem primeiro saber como vai entrar, por onde posso entrar, o que eu posso fazer, o que eu não posso, eu acho que no meu modo de ver, a nossa Lagoa... (...). A mãe natureza exige respeito. Muita gente acha que a rede pode ser de qualquer malha, que pode dar um passo ali e matar. Você quer viver, o pássaro também quer. Se tem uma cobra ali, você tem que respeitar. (...) Então quanto mais proteger, se você não proteger você não tem uma história para deixar para seu filho. Às vezes tem pescador que fica puto. Porque eu defendo muito o parque. (Interlocutor P12 – Pescador)

Mas há pescadores que rejeitam as tentativas em dialogar com o ICMBio e entendem que possuem o direito de manter suas práticas, como sempre foi realizado. O interlocutor P14 (Embaixadores de Jurubatiba) afirma que o acordo com o ICMBio teria sido positivo se os pescadores atendessem às normas, mas não é o que ocorre atualmente:

O problema do pescador é, quando foi criado o Parque, o pescador já vivia daquilo. (...) O parque deu barco no padrão do Parque, roupa no padrão do Parque, rede no padrão do Parque. Mas os caras estavam acostumados a fazer dali uma reserva extrativista ao extremo e tudo aquilo que o Parque deu serviu para apoiar e eles não deixaram de fazer o que estão fazendo. Pesca predatória. (Interlocutor P14 – Embaixador de Jurubatiba/Macaé)

Para o interlocutor dos pescadores, parte desses problemas está relacionada à gestão do ICMBio, que não conduziu o diálogo e a fiscalização de forma eficaz. Segundo ele, este diálogo não tem sido suficiente para garantir a pactuação de interesses e formas de uso e apropriação do patrimônio natural (Interlocutor P12 – Pescador).

Eu achei que o parque, o parque num ponto ele, eu digo o seguinte, às vezes o pessoal que trabalhou aí, eles não soube botar ordem para que o pescador pudesse respeitar. (Interlocutor P12 – Pescador)

Mas, para o interlocutor do PNRJ, o conflito existe atualmente devido à inação dos pesquisadores que mediarão o acordo no processo de monitoramento do TAC, uma vez que não há dados para avaliar a eficácia, nem houve monitoramento:

Para que o TAC existisse, juntaram vários pesquisadores, para mostrar a importância de que a pesca no parque tinha para essa população. E durante o TAC foi previsto que teria ações de monitoramento. E nenhum dos pesquisadores que participaram da pressão para que a gente liberasse fez sua parte no monitoramento. E agora na hora de uma possível renovação do TAC eu não tenho nem dado suficiente para falar que, se pescou muito, se pescou menos, se deu certo, se não deu. (...) No final, o que a gente tem para decidir? A lei. Agora, eu não tenho nada que fale bem dos pescadores. Eu só tenho a lei e os relatórios de fiscalização relatando as irregularidades que eles cometeram. (Interlocutor P1/PNRJ)

Inicialmente, o uso da Lagoa pelos pescadores parece ter sido uma “jogada de marketing” de cunho social que poderia indicar um diálogo amistoso entre ICMBio e pescadores. Mas essa interpretação se reverteu em um aspecto negativo devido à ausência de acompanhamento do processo e ao não atendimento das regras por parte dos pescadores. Segundo o interlocutor P14 (Embaixador de Jurubatiba):

(...) Como jogada de marketing, mas também como jogada social, o Parque divulgou que era o primeiro parque do Brasil a dar licença para o pescador continuar pescando. O Parque preparou eles para uma estrutura ecologicamente correta, mas eles não obedecem. (Interlocutor P14 – Embaixadores do Parque/Macaé)

Atualmente, o ICMBio iniciou um processo para avaliar o TAC e sua continuidade (Cf. Capítulo 3). Segundo o ICMBio, muitos dos pescadores poderão perder o direito adquirido, sob o argumento de que a legislação não permite que possuam outra fonte de renda – o que, em tese, significaria a não dependência exclusiva da pesca para subsistência.

Estamos com uma série de problemas. (...) Porque a maior parte dos pescadores ditos tradicionais, que boa parte são aposentados, boa parte são empregados da prefeitura e que isso a lei não permite, pois antes de mais nada, embora eles sejam artesanais, eles têm que cumprir a lei brasileira (...) O que a lei permite que vai ser feito. O que a lei não permite, não vai ser feito! (Interlocutor P1/PNRJ)

Mas o exercício de outras atividades econômicas vinculadas à pesca é uma prática “tradicional”, conforme exposto anteriormente, e também uma necessidade para complementação da renda, considerando o contexto socioeconômico em que vivem:

Se o cara viver somente da pesca nunca deu nem nunca vai dar. Porque para você ter uma renda melhor, você tem que vender seu peixe. (Interlocutor P12 – Pescador)

Na realidade a maioria dos pescador aqui é complemento de renda, não consegue viver só da pesca. Eles [o ICMBio] não aceitam isso. Acham que o cara tem que ser só pescador. E acabou. E nesse mundo que a gente vive, de crise, várias coisas. A gente que trabalha em outra coisa, melhor, e temos que procurar outro complemento de renda. (Interlocutor P6 – Embaixador de Jurubatiba/Carapebus)

O principal argumento para que os pescadores continuem a realizar as práticas culturais e de subsistência em paralelo a outras atividades é a de que o ICMBio compara a realidade de Carapebus, um município urbanizado inserido no contexto do ciclo econômico do petróleo, a realidades muito diferentes, como os pescadores amazônicos:

E eles querem comparar com um cara da Amazônia a 200 quilômetros de Manaus, que só vive da pesca que não tem mais o que viver com um cara que mora a dois minutos do centro da cidade. (Interlocutor P6 – Embaixadores do Parque/Carapebus)

Para o interlocutor do ICMBio, os pescadores possuem um direito que não é dado a nenhuma outra comunidade e, sendo assim, é um privilégio. Por conta disso, os pescadores sentem-se “donos” da Lagoa:

Eles têm *privilégios*. Nenhum cidadão brasileiro tem o direito de pescar no parque. E eles têm esse direito. (...) Então são pessoas que embora tenham um privilégio, acham que não é só o privilégio. Que é o poder total. Que eles podem fazer qualquer coisa. E para mim isso é inadmissível. Ninguém pode fazer qualquer coisa. (...). E eles acham que tem que ser assim por resto da vida. (...). Assinou, não monitorou, passou muito a mão na cabeça. ‘Coitado, usa uma malha pequeninha’. Por que coitado? Se ele tem o privilégio de acessar um recurso pesqueiro que nenhum outro cidadão tem. (...) se ele se empenhar no trabalho de pesca dentro de uma Lagoa que tem acesso ao seu recurso restrito, ele está com a sua segurança alimentar e familiar garantida. (...) nem todo brasileiro tem essa chance. (Interlocutor P1/PNRJ)

Outros interlocutores, representantes dos Embaixadores, reforçam a interpretação de que os pescadores da Lagoa de Carapebus são privilegiados, acompanhando o discurso do representante do ICMBio:

Hoje a gente já tem problemas com os pescadores com a própria atividade deles, porque esse parque nacional já é novidade, não é permitido. (...) Abriu-se uma exceção pra um pequeno grupo, né, um privilégio pra esse pequeno grupo. (...) Tá gerando conflito demais por ter recebido essa permissão, porque nem todos agem corretamente, né, esse privilégio eles estão tendo, eles estão causando transtornos também, né, no próprio parque. (Interlocutor P3 – Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus)

Mas para o interlocutor P12 (Pescadores), os pescadores não são nem “coitadinhos”, nem privilegiados, trata-se de um direito pelo qual eles buscam reconhecimento. A fragilidade do grupo consiste em não ter tido a mesma oportunidade de estudo que os demais interlocutores:

O pescador é um trabalhar como outro qualquer, mas não teve oportunidade de ir ao colégio. As autoridades não veem desse jeito. Isso é filho de pobre. O ‘Interlocutor P1’ fala que “o pescador vem pra cá dando uma de coitadinho”. Isso me dói um pouco. Nós não somos coitadinhos. Simplesmente pretendemos defender o nosso direito, que não se está sendo respeito por ele. (Interlocutor P12 – Pescador)

É importante salientar que a Lagoa de Carapebus constitui um espaço protegido e manejado pelos pescadores da região, ao longo de diferentes gerações, antes mesmo da criação do PNRJ. Os relatos dos interlocutores vinculados à comunidade de pescadores permitem inferir que a necessidade de renda para subsistência não é a única razão que justifica a prática da pesca na Lagoa de Carapebus. Demonstra também que, ainda que no processo de criação do PNRJ houvesse participação, diálogo e negociação, a imposição de uma UC com objetivo de proteção integral não teria sido acatada pelos pescadores. Nesse contexto, outros modos de uso e apropriação da Lagoa atualmente são rejeitados por essa comunidade, como, por exemplo, os usos públicos com objetivo de lazer e de pesquisa. Os pescadores interpretam que o seu sítio foi “invadido”.

Os pescadores é uma guerra à parte. Eles entendem que aquilo dali é deles e que estamos aqui para atrapalhar. Já ocorreu de pesquisadores passarem de barco pela Lagoa [de Carapebus] e levarem a rede de pescadores que estavam em lugar irregular. (Interlocutor P14 – Embaixadores de Jurubatiba/Carapebus)

Existe uma fiscalização sobre a pesca, mas sobre o turismo tem que ter também desde a chegada da praia. Existe ‘cidadões’ que querem colocar o barco e sair de qualquer jeito. Isso é um parque, tem uma porção de norma, tem que ser respeitada. (...) Tem que ter pessoa para acompanhar. Tem que ser cobrado mais da guarda ambiental que fica ali na praia. Ele tem que ter autoridade, para quando chegar um barco, cobrar autorização. (...). Porque hoje você sabe, há uma invasão na nossa lagoa de pessoas de fora. E hoje existe um parque. É uma unidade, temos que respeitar, mas para que nossos pescadores também sejam respeitados. Porque há pessoas de fora, inclusive, há barco grande, passando pelo pescador em alta velocidade, botando um risco de vida no pescador. (Interlocutor P12 – Pescador)

Para os pescadores, a Lagoa de Carapebus constitui um conjunto complexo de sítios simbólicos de pertencimento, aliados a práticas econômicas para subsistência, sociais, culturais e também ecológicas. Essas práticas são expressas na pesca como meio de subsistência através da venda direta ao consumidor final; no peixe como alimento principal e saudável; no conhecimento tradicional sobre os recursos naturais da Lagoa; nos tipos de pesca executada, nos apetrechos utilizados; na preocupação com a qualidade da água, no manejo dos recursos naturais da Lagoa. Mas, segundo o relato dos pescadores, há outros “lugares especiais”:

Todo lugar é especial, essa região toda. É aqui. Apreciar, tem a beirada para chegar. Para lá tem muito lugar especial para pescador. Qualquer lugar é especial para o pescador. Para o visitante é mais aqui. Tem um lugar que muito especial para mim, que é o Boqueirão. (Interlocutor P9 – Pescador)

Poxa minha filha, essa daí você mexeu no meu coração, porque a Lagoa se chama ‘minha vida’. A Lagoa, pra mim, é onde eu nasci e me criei, como pescador eu morrerei. (...) [A relação com a Lagoa] é uma coisa muito importante. A gente tem que ter amor no que a gente faz. Eu sou nascido e criado na Lagoa de Carapebus, eu e minha família, meus irmãos. Foi ali onde nós aprendemos. A Lagoa, sem brincadeira, é uma palavra que você mexeu muito fundo. É a minha vida, a Lagoa é onde eu me sinto bem (...). Porque eu ia parar de comer aquele saudável. Porque você vai no mercado, então você chegando com aquele peixe fresquinho eu tenho certeza que aquele peixe é mais gostoso que aquele peixe congelado. Então eu paro para analisar em vez de eu estar dizendo que eu tô te vendendo saúde. A pesca em Carapebus eu vou torcer para que continue. (Interlocutor P12 – Pescador)

Uma das coisas que eu gosto de falar sempre é que, o ‘pescador’ fala que a restinga é uma farmácia natural, boa parte daquela vegetação ali é usada pra fins medicinais, (...) imagina quantas substâncias ali medicinais curativas que você encontra ali. (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

Com base no padrão de relação que estabelecem com sítios simbólicos de pertencimento, o PNRJ não é, para os pescadores, um sítio em si. Apenas a Lagoa de Carapebus, espaço utilizado por eles, constitui um sítio. O PNRJ é configurado, na interpretação dos pescadores, como um ente que veio impor normas e priorizar o uso público das atividades relacionadas ao turismo e de lazer.

Esta extensa Lagoa é um sítio composto por vários outros sítios, para os quais os pescadores estabelecem um tipo de relação, formando o todo complexo. A partir do olhar de um visitante, a paisagem se apresenta plana, repetitiva e homogênea. Porém, com o relato dos pescadores sobre os locais revela que cada local possui uma especificidade, quando perguntados sobre os diversos nomes dos sítios:

É os mais velhos que botaram isso aí. (Interlocutor P10 – Pescador)

Eu vou pescar, daí vou te esperar em tal lugar. (Interlocutor P9 – Pescador)

Cada lugar que nós bota o nome, teve pescador que morreu aqui, afogado, quando ‘o pescador’ morreu, caiu onde? Na “Passagem”, na “Beirada”, ou na “Coroa”, no lugar mais baixo. Cada lugar tem uma explicação. (Interlocutor P12 – Pescador)

“Quixaba”. É o lugar mais bonito que tem. (Interlocutor P10 – Pescador)

Lá [Quixaba] dá todo tipo de pássaro. Você vê tudinho, dá pra ver Carapebus, “Bico do Urubu”. Por causa da fruta, fruta pretinha. E de lá da pra ver Carapebus. (Interlocutor P11 – Pescador)

“Boqueirão” pra mim é um lugar fundo. É a boca da praia, um lugar fundo. (...) (Interlocutor P12 – Pescador)

A “Coroa da Passagem” é um lugar muito bom de carapeba. (Interlocutor P11 – Pescador)

A carapeba é uma pescaria mais ... tem que ter paciência, tem que saber. O Paraty você pesca com uma rede de uma malha. A carapeba é um peixe de fundo. O robalo é um peixe que observar muito onde ele está. A carapeba é uma pescaria mais sofisticada, tem que ter sabedoria, paciência, experiência. Às vezes nos fazemos arrastão, graaande, era obrigada a entrar dentro do cofre. Ai você cercou. (Interlocutor P12 – Pescador)

Ela [a carapeba] deita. É um peixe inteligente. (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Aqui é “Passagem” ponto muito bom de carapeba. Aqui tem bastante pedra. (...). Estamos indo para o “Canto da Cruz”. Aqui é área todo respeitosa no robalo, na carapeba (...). No “Boqueirão” ficava

acampado com os pescadores e em uma semana comprei um barco. Matamos tanta carapeba! (...). A “Pedra do Souza”, era um cara que morava aqui perto. Ali onde o outro morava, era o “Canto do Rato”. Ele xingava a gente porque ele não concordava. Esse nome é que nossos pais deixaram. Cada lugar hai um nome, uma identificação. (Interlocutor P12 – Pescador)

Assim, cada sítio possui uma singularidade: possui um “causo” relacionado a um personagem da comunidade; exige uma habilidade na travessia de um ponto a outro ou conhecimento para a pesca; tem algum atributo topológico (fundo de areia, de pedra ou de vegetação, profundidade); ou é uma área com abundância de determinada espécie de peixe (carapeba, robalo, siri), da fauna (local onde as lontras frequentam) ou da flora (tipo de vegetação aquática que a carapeba se alimenta ou fruta da restinga). Há lugares destinados a descanso e acampamento; as áreas onde há cajueiros; onde se dá para observar determinada espécie de ave; ou, ainda, lugares onde a paisagem se mostra mais tocante para a comunidade pela sua beleza cênica.

Imagem 30 – Vegetação aquática da Lagoa de Carapebus



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Imagem 31 – Carapeba (*Diapterus rhombeus*)



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Imagem 32 – Beleza cênica da Lagoa de Carapebus



Fonte: Arquivo pessoal, 2016.

Outro local que, segundo os pescadores, apresenta beleza cênica, é o Canal Campos-Macaé. Apenas um trecho é utilizado para pesca e, mais raramente, como via, devido à dificuldade de navegabilidade; assim, não ultrapassam o limite territorial dos municípios de Carapebus e Quissamã, local conhecido como “Imbuí”. É considerado um local perigoso, devido a cobras e lontras, além de troncos, que ali caem e atrapalham a passagem. Os interlocutores demonstraram ter apenas o conhecimento elementar sobre a história do Canal Campos-Macaé:

O Canal é o seguinte. Foi uma história que foi feita pelos escravos e ele tem ligação de Macaé com Campos. (...). É uma história que na verdade só as pessoas muito antigas para te mandar. (...). Ele hoje está entupido sem navegação. Eu já fui até o “Paulista”, até o “Imbiú”. (...). Ele é um Canal muito bonito, mas você corre muito risco nele. Porque hai ponta de pau. Cai as árvores. Porque não tem navegação, não tem ninguém pra limpar. Daqui a pouco você olha ali embaixo, tá limpinho. Amanhã chove, tiro e queda (...). Mas eu hoje paro para analisar. Você já imaginou se esse Parque hoje, se esse Canal fosse navegável. Ia ser uma história bonita, né? (...). A turma fazia viagem pelo canal à noite. É o lugar mais perigoso para pescar. Ali é bom pra pescar sob o céu. O cara coloca rede suspensa. É proibido. Bota vara dentro d’água e bota rede suspensa. Ela pula dentro d’água e cai naquela que esta suspensa. É proibido fechar o canal para a navegação. (Interlocutor P12 – Pescador)

É um canal. Vou de Campos até Macaé, tem um pedaço. Aí da Lagoa do Paulista até ali tem outro pedaço. Depois não tem mais porque é mato. Tem pedaço. Macaé não tem, é pedaço pequeno. Da “Paulista” até Campos tem, mas tem lugar que não tem mais. (Interlocutor P9 – Pescador)

Assim, a Lagoa de Carapebus é um sítio permeado de significados, histórias, vínculos afetivos e território de subsistência econômica e manifestação cultural. Possui

uma identidade coletiva própria. A identidade é formada pela diversidade, manifesta nos vários sentidos de pertencimento do grupo, formando o que Zaoual (2003, 2006) denomina de “diversidade endógena” de cada sítio. O sítio, composto por “marcadores imaginários” do espaço vivido, são espaços de trocas entre os pescadores – de hábitos, de rotinas, memórias e histórias – e ainda que haja discordâncias e conflitos, a comunidade mantém relações de confiança, de cooperação e de reconhecimento.

O complexo de sítios simbólicos Lagoa de Carapebus está aberto a trocas com o outro – neste caso, o turista. Quando perguntados sobre a possibilidade de conduzir um turista ou visitante aos “lugares especiais” da Lagoa, os pescadores indicaram os sítios, a partir de uma proposta autoral de roteirização:

Prainha – Barra – Canto do Rato – Hospital – Sutuba – Bico do Passarinho – Coroa Grande – Pedra de Fora – Pedra de Dentro – Passagem – Boqueirão – Passagem de Areia – Passagem de Pedra – Areia Grossa – Matias – Bico do Urubu – Pedra do Socó – Canal de Macaé – Canal de Campos – Quixaba (pássaros) – Pedra da Elisa – Espoço do Ubás – Largo do Caxanga – Fundão. (Interlocutor P11 – Pescador)

Antes mesmo da criação do PNRJ, existia relação entre turismo e pesca na Lagoa de Carapebus e estas atividades se complementavam:

(...) O pessoal vinha do Rio e ficava acampado aqui. Naquela época era mais voltado para turismo, sem saber, do que é hoje. Como meu pai pescava e vendia peixe para esse pessoal. (Interlocutor P6 – Embaixador do Parque/Carapebus)

Mas atualmente, os pescadores não realizam atividades de condução de visitantes pela Lagoa ou por trilhas terrestres com a finalidade de obter renda. Eventualmente, alguns pescadores atendem a demandas pontuais do PNRJ para que conduzam estudantes em atividades escolares e pesquisadores interessados em obter informações do conhecimento tradicional sobre as espécies da restinga.

Sobre turismo é o seguinte, a gente pega e leva para conhecer o turista. Eu também levo. Só que eu não tenho autorização ainda do parque, só para pesca. Pelo conhecimento às vezes eu levo. Porque a gente leva. Só que eu cada lugar que eu paro para descer, ali eu explico não pode esse, não pode esse. A embarcação que vai fazer o turismo ela tem o dever e a obrigação de ter um depositosinho de lixo. Na verdade eu levei muito é aluno, já aí é por terra, não é por água. Porque quando você vai trabalhar com criança é um problema sério. Tem que ter boia. Muito colete. Eu já fiz passeio, daqui de casa, lá pro

Paulista. Ir e voltar. Duas horas e meia. Passa pelo canal. O canal está seco, e gera um risco muito grande. (Interlocutor P12 – Pescador)

Essas atividades, embora eventuais, tendem a colaborar para o diálogo entre visitantes, pescadores e PNRJ. Nesse caso, os pescadores têm sua profissão e conhecimentos valorizados, sem que haja substituição da atividade tradicional por outra. O Interlocutor P12 expõe essa visão:

Eu dou muita importância do que vocês estão falando. Parabéns. Mas eu me sinto orgulhoso quando a ‘pesquisadora’ fala em passeio, como a gente fez ontem, no remo. É muito melhor, tem muito mais proposta. Um passeio que quer começar a realidade da nossa Lagoa, o que é a nossa história de Carapebus. Eu me sinto orgulhoso de poder fazer no remo. Porque no motor ele não vai curtir o passeio como no remo. O passeio se poderia ter uma brecha, ser no remo, de Carapebus até o canal, no remo. É motivo de orgulho pra mim, pro pescador, pro turista que vem conhecer a história de Carapebus. (Interlocutor P12 – Pescador)

A interlocutora da comunidade Embaixadores de Jurubatiba destaca a experiência que teve ao ser conduzida por pescadores na Lagoa de Carapebus e no Canal Campos-Macaé; pescadores deram informações sobre a flora e fauna da restinga e detalhes sobre os diferentes locais, além de recitarem rimas e poesias:

Eu confesso que uma das vezes que eu mais me emocionei nesse canal Campos-Macaé foi com pescador, eu fiz um passeio com ‘pescador 1’, gente, é tudo de bom, o cara é um poeta. O ‘pescador 2’ é amigo da natureza, ele conhece as plantas da restinga como ninguém, sabe tudo o cara é fera. (...) Então eu tive tanta sorte, que no dia que eu fui, eu e meu marido, só nós dois, falei gente é muita benção pra duas pessoas só, não sei se é por causa do motor, o que era, naquele dia os peixes pulavam sobre nós, você já viu isso? Gente isso é uma benção, a gente naquela beleza daquele lugar maravilhoso, e os peixes assim na nossa frente, iam pra a frente e pulavam por cima, e enquanto isso, ‘pescador 2’ dá-lhe poesia ((risos)) era uma combinação incrível, não é pra você esquecer nunca mais. E também fiz um outro passeio incrível também com um pescador que era ‘pescador 3’, (...) ele conhece esse interior cara a cara, ele fala aqui é a propriedade de não sei quem, aqui é não sei o quê. Entendeu? Então assim, essas pessoas podem trazer uma riqueza fantástica em termos de conhecimento não só pra a nossa Secretaria, mas também pra aquele turista que quer conhecer aquelas áreas. (Interlocutor P4 – Embaixadora do Parque/Carapebus)

A proposta de inserir os pescadores como condutores de visitantes surgiu em gestões do ICMBio anteriores à atual, mas este objetivo não foi sucedido. Segundo a interlocutora representante da Prefeitura Municipal de Carapebus,

É um monte de omissão porque no parque na época a gente fez se não me engano logo depois que o TAC com os pescadores tinham sido assinado, então era tentar transformar, os pescadores em condutores, isso também não foi pra a frente, acabou o TAC deles vencendo, eles não renovaram, agora estão tentando fazer. (Interlocutora P5 – Prefeitura Municipal de Carapebus)

Atualmente, a impossibilidade legal de manter uma atividade extrativista em áreas de um parque nacional obriga o ICMBio a encontrar alternativa de renda para os pescadores tradicionais, visto que a prerrogativa de pesca é, de acordo estabelecido no TAC, apenas temporária. Quando perguntado a este respeito, o interlocutor do ICMBio afirma que migrar os pescadores para a prestação de serviços de apoio ao turismo “[é] o que a gente deseja!”. Mas, segundo ele, os pescadores não estão interessados em mudarem de ofício:

Eles não... , eles são os senhores da lagoa, eles acham que vão pescar ilegalmente, então eles não precisam do turismo, turista é um cara que vai encher o saco dele. Ele não precisa disso. Ele quer o direito de fazer o que ele quiser, na hora que quiser. E isso eles não vão ter mais. Por quê? Porque o coordenador de conflitos do ICMBIO, Murilo¹⁵⁸, me ligou para deixar claro que não topa nenhum tipo de renovação sem previsão de saída. Não pode ter direito eterno sobre um recurso que está sob proteção integral. Não pode, ele não aceita. Eu tenho que prever cláusula de saída. E uma das mais claras é promover a capacitação de X pescadores por ano, para que possam se dedicar ao serviço turístico. (...). Isso eu posso fazer, desde que eles queiram. Eu não posso impor. Mas vai ter uma hora que vão ter que sair. Querendo ou não. Eles vão ter que sair. Por quê? É um parque nacional. Essa situação tem que ser temporária. Enquanto não se consiga se garantir uma renda digna para eles. Se eu oferecer e eles não quiserem aí não é problema meu. (Interlocutor P1 – ICMBIO)

A substituição da pesca pelas atividades de prestação de serviços de apoio ao turismo parece ser, portanto, a via única definida pelo ICMBio para consolidar uma UC de proteção integral. Segundo a interlocutora da Prefeitura Municipal de Carapebus,

O pessoal também aqui, eu entendo que a cultura daqui, o pessoal não conseguiu assimilar o que seria prática de esporte, os próprios pescadores, não sei se não foi informado direito, como seria esse trabalho de condutores tudo muito confuso na cabeça deles. (Interlocutora P5 – Prefeitura Municipal de Carapebus)

¹⁵⁸ Nome fictício atribuído pela autora para garantir o sigilo ético da pesquisa de campo junto aos interlocutores, conforme termo de consentimento informado.

Ainda que exista uma abertura por parte do ICMBio em autorizar o uso da Lagoa pelos pescadores para a condução de visitantes, devem ser cumpridas exigências legais e burocráticas. Segundo o Interlocutor P1 (ICMBio), ainda há um longo processo nessa direção:

Com os pescadores a gente sem dúvida nenhuma, vou deixar claro desde hoje, a conversa vai ser muito mais longa. Porque eu tenho operadores, por portaria, que deles é exigido tudo o que deve ser exigido para operação de passeios de turismo embarcado. E o pescador não cumpre. Cadê a carteira de habilitação de vocês? Estava no TAC e vocês não fizeram. Não existe a menor possibilidade de a gente assinar uma autorização para uma pessoa sem a mínima habilitação naval para conduzir alguém. Não existe essa hipótese. Porque a gente vai preso. Na hora que eu autorizar conduzir uma embarcação, sem sua respectiva habilitação, o capitão dos portos me prende. Com vocês a gente tem que conversar longamente. Porque falta: habilitação, colete salva vidas, material de salvamento dentro do parque. O ‘interlocutor P7’, o ‘interlocutor P3’ e o ‘Condutor’ tem que ter no barco e tem. E a gente tem que conversar com a Capitania dos Portos para saber qual vai ser o grau de exigibilidade deles com vocês. Não vou deixar expectativa, não vai começar a trabalhar com turismo.

A visão do ICMBio é baseada na legislação, somente. Nesse sentido, tende a desconsiderar as especificidades sociais, econômicas e culturais que compõem a realidade local dos pescadores, em uma comparação desigual e desproporcional com os interlocutores que compõem a comunidade Embaixadores de Jurubatiba, considerado como “a elite do Parque” (informação verbal – Interlocutor P6), e que tem como fonte de renda principal o funcionalismo público (informação verbal – Interlocutor P14).

Por sua vez, os pescadores são categóricos ao afirmarem que não têm a intenção de terem suas atividades substituídas ou, até mesmo, de realizar atividades de condução de visitantes, pois não pretendem interromper a pesca. O interlocutor P12 (Pescadores), em diferentes momentos da pesquisa de campo, declarou:

Nós fazemos [condução de visitantes]. Às vezes a gente faz essa coisa. Mas pescador que é pescador ele ainda gosta da pesca. Está no sangue. Se for amanhã ou depois, que a pesca acaba, que é doido, não gosto nem de imaginar que pode acontecer isso. É como tirar o pão da minha mão ou da boca do meu filho. (...) Mas se você é uma família tradicional, o turismo não significa tradicional para nós. (...) Isso aqui [o passeio de barco para turismo] é prejudicativo, não é para [proteger] o meio ambiente!

E nos se tirar a nossa Lagoa nossa, é como tirar é como tirar a chupeta da boca da criança. Porque a nossa Lagoa a gente tem muito orgulho. (...) Nós fomos criados, eu fui criado com meu povão aqui. Vivendo na Lagoa. Aí o meu medo.

Meus olhos chegou a brilhar, acaba emocionando a gente. A Lagoa, quando chegar a hora que não pode pescar mais, é como se você fosse e me desse uma punhalada. Porque eu ali eu aprendi viver, aprendi crescer, aprendi respeitar. Aprendi a tirar meu sustento para poder ir no colégio.

A Lagoa, sem brincadeira, é uma palavra que você mexeu muito fundo. É a minha vida, a Lagoa é onde eu me sinto bem. Me tirar da Lagoa, Deus que me perdoe, eu prefiro a morte. Porque foi ali que eu comecei a minha vida (Interlocutor P12 – Pescador).

Portanto, os pescadores não vislumbram a possibilidade de trabalhar com turismo como forma de sustento, pois entendem que isso significaria a proibição da pesca, atividade a que dedicaram o seu esforço e trabalho a vida toda. O interlocutor P6 (Embaixador de Jurubatiba/Carapebus) apoia essa ideia, ao afirmar que não é possível que os pescadores deixem de ser pescadores para assumir outra profissão:

É igual a nossa formação, mandar parar e agora você vai ser outra coisa. Não tem como! Tem que ajudar o pescador, ajudar a família com algum projeto, de artesanato. Poderia fazer artesanato fazer lembrancinha do barco para levar, dizendo que tem o TAC. Trabalhar como guia de turismo. Dar um auxílio para o pescador, um curso para ele ser guia autorizado pelo parque. Tem um curso para guia do parque. Ao invés de procurar os pescadores e sua família, eles procuram pessoas que não tem nada a ver com o parque, às vezes nem aqui moram. (Interlocutor P6 – Embaixador de Jurubatiba)

É necessário que o ICMBio crie oportunidades para que as famílias dos pescadores tenham condições de atuar no turismo, complementando a renda e articulando natureza e cultura por meio dos serviços de apoio à visitação.

De um modo geral, outros interlocutores entendem que existe viabilidade para a inserção dos pescadores como condutores de visitantes no PNRJ. Justificam essa ideia com a afirmação de que poderia servir como uma nova atividade de subsistência somado ao fato de o passeio poderia ser enriquecido com o conhecimento que possuem a respeito da Lagoa, da vegetação de restinga e também a fauna, além dos causos que possuem na relação com a Lagoa. O conhecimento do pescador seria, neste caso, o principal atrativo quando agregado ao uso turístico e recreativo da Lagoa, sob sua condução:

Se eles alegam que eles necessitam de uma atividade financeira extra, turismo seria uma delas, e quem conhece a Lagoa melhor do que eles? Então seriam ótimas pessoas pra estimular já essa atividade de visitação ao parque. (...) Alguns conhecem a flora, a fauna, conhecem tudo como ninguém, eles vivem lá. Um papel principal da minha

pessoa como gestor público é estimular a iniciativa privada investir no turismo, mas uma atividade que não é comum aqui eles acreditam que não dá certo, então uma das coisas que eu imaginei, se eu colocar e começar a fazer essa atividade, logo logo os pescadores vão ver isso dar certo, que funciona, a comunidade, outras pessoas vão seguir o caminho e também vão passar a investir. (Interlocutor P3 – Embaixador de Jurubatiba)

Eles conhecem a Lagoa, as espécies, tanto de vegetais quanto de peixes, os animais, eles têm esse conhecimento, né. Costumes, né, tudo, então realmente eles poderiam acrescentar muito. (Interlocutor P4 – Embaixadora de Jurubatiba)

Outra possibilidade seria criar uma marca para o pescado, especialmente a carapeba, podendo ser vendido para restaurantes de luxo na capital como um produto de um parque nacional e artesanalmente pescado por pescadores locais tradicionais:

Existem restaurantes especializados que pagariam muito bem por um peixe pescado de forma artesanal dentro de um parque nacional, então é o peixe, não é qualquer peixe, esse é um produto que eles têm e que podem trabalhar nisso e pode aumentar e muito a renda deles. (Interlocutor P3 – Embaixador de Jurubatiba)

Mas, para outros, esta ideia não é viável, porque a cultura alimentar estaria distanciada do sítio simbólico de pertencimento, além da questão da viabilidade técnica e econômica de exportação da carapeba:

Ele [Interlocutor P1] fala que o pescador tem que ter nota fiscal, que tem que se organizar para mandar o peixe para Copacabana, para restaurante de alta gastronomia. Deu exemplo do cara que compra dourado porque não tem peixe pra vender. Mas tem vários detalhes nesta história. O pessoal da cidade não come o peixe nosso aqui. Eles são acostumados com peixe de posta, peixe com menos espinhos, a gente gosta já do nosso peixe, que tem muitos espinhos, e o preparo é diferente. Igual na Amazônia. Tem vários tipos de peixe, mas quem come aquele peixe é o ribeirinho. Que sabe comer aquele peixe. É a mesma coisa nossa.

Nessa direção, transformar os pescadores em condutores de visitantes pode ser algo, a princípio, positivo, pois pode valorizar o conhecimento dos pescadores. Por outro lado, isso pode significar o fim da pesca, que é algo de muito valor para o município de Carapebus, seja pelo fato de ser uma profissão ancestral, seja pelo fato de a população do município depender deste pescado para a sua alimentação, tendo que, neste caso, comprar em outras localidades:

Agora eu tenho uma preocupação que eu acho que é importante,

assim, o pescador, eu já até discuti isso com eles, é uma das categorias mais antigas do mundo, né, desde... a gente vê os documentos da igreja, a Bíblia, desde a época de Cristo, anteriores a Cristo, a gente já vê a pesca como uma fonte de alimento, e o nosso município precisa disto, e precisa até pela falta de atividade que nós temos aqui no município, e o número de pescadores que já faziam determinadas pescas de forma organizada ou não, né, mas é um grupo considerável, o meu medo é que o TAC ele pode aos poucos ele vai enxugando, enxugando, enxugando, até que essa atividade extra de vista vai se desconsolidar, e aí nós vamos ficar sem os pescadores e todo peixe que a gente for precisar pescar vai ter que vir de outros espaços de outros lugares, quando nós temos nossas grandes possibilidades aqui mesmo no município. (...) E até pra todos nós também porque a gente só vai poder ter peixe se for lá em Macaé buscar. (Interlocutora P4 – Embaixadora de Jurubatiba)

É mais fácil ele [ICMBio] (...) acabar de vez [com a pesca], que também eu acho que é muito ruim pra o município, porque ele vai criar um problema social terrível no entorno. (Interlocutora P5 – Prefeitura Municipal de Carapebus)

Nesse contexto, a comunidade de pescadores da Lagoa de Carapebus tem sua prática ancestral ameaçada, tanto em função da criação do PNRJ, que determinou normas para a proteção integral dos recursos naturais, quanto pela possibilidade de transformar os pescadores em condutores de visitantes, atendendo ao mercado turístico.

Interpreta-se que, caso os pescadores venham a ter a atividade de condução de visitantes como única via possível para subsistência na Lagoa de Carapebus, é provável que o sítio simbólico de pertencimento venha a ser extinto, sendo decomposto *apenas* em negócio. Nessa hipótese, o ICMBio estaria negligenciando os aspectos sociais e culturais que vinculam os pescadores à Lagoa.

Ainda nessa direção, entende-se que o argumento que defende a “turistificação” dos pescadores tradicionais da Lagoa de Carapebus tem ênfase apenas econômico-mercantil, conforme explicado por Diegues (2004). Mas o que a princípio se justifica com base na proteção da biodiversidade ou geração de renda, pode gerar problemas sociais para os pescadores da Lagoa de Carapebus (etimologicamente: o local onde há carapeba). O que restaria de identidade cultural do município de Carapebus sem a comunidade da Lagoa de Carapebus e a pesca da carapeba?

Cabe salientar que os interlocutores que vislumbram a alternativa de futuro dos pescadores tornarem-se condutores de visitantes são os mesmos que possuem já hoje outras fontes de renda. Não deixa de ser significativo que interlocutores que propõem essa alternativa para os pescadores sejam os mesmos que afirmam que o fluxo e o

mercado turístico local ainda não são capazes de gerar lucro para suas atividades empreendedoras e que, portanto, necessitam de outras fontes de renda.

Por tudo o que foi exposto, nos é possível afirmar que o grupo de pescadores da Lagoa de Carapebus constitui uma comunidade organizada com base em padrões relacionais de confiança, de cooperação e de reconhecimento de uma identidade cultural e de uma economia informal, elementos estes enraizados nos diversos “micro sítios” da Lagoa de Carapebus. Essa comunidade não rejeita o encontro “face a face” (BARTHOLO, 2009) com turistas e visitantes, mas defende seus hábitos identitários. Diante dos desafios colocados por essa situação de “conflito crônico”, o ICMBio precisa buscar uma real aproximação ao diálogo com os pescadores, o que parece desvelar a necessidade de rever paradigmas de gestão, conforme exposto por Irving *et al.* (2003): uma gestão social da biodiversidade, que envolva o estabelecimento de estratégias de proteção da biodiversidade associadas à mediação de interesses de diferentes atores sociais, considerando as especificidades locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa contribui para a produção do conhecimento sobre visitação e turismo em parques nacionais, com foco no caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PNRJ), localizado na região Norte Fluminense, buscando compreender as possibilidades de implementação do “turismo situado”. O trabalho, inserido na linha de pesquisa Estudos estratégicos e gestão de iniciativas sociais, analisou potencialidades e ferramentas de gestão para a visitação e o turismo no PNRJ, apoiando-se nas teorias do desenvolvimento situado.

Nos últimos dez anos, a estratégia executada pelo ICMBio para fomentar a visitação e o turismo em parques nacionais tem privilegiado o procedimento de delegação de bens e serviços para a exploração da iniciativa privada, por meio de concessões. A literatura sobre o tema afirma que esse modelo de gestão do uso público de parques nacionais colabora para a implementação de infraestrutura e serviços de apoio à visitação, pode gerar efeitos econômicos positivos em toda a cadeia produtiva do turismo e tende a contribuir com a geração de recursos financeiros para o órgão público. Assim, o ICMBio pode se concentrar em atividades “de primeira ordem”, tais como a proteção e a fiscalização ambientais. Essa perspectiva tende a priorizar uma mercantilização dos parques sobre os efeitos sociais e culturais a valorização dos modos de vida das populações locais.

O turismo foi interpretado nesse estudo como um fenômeno complexo que pode inclusive aportar elementos e tendências contraditórios e mesmo conflitivos. A busca por uma maximização da rentabilidade econômica monetária dos investimentos financeiros engendra efeitos sociais e culturais nos territórios. Isso se reproduz nos parques nacionais quando o Estado fomenta a visitação e o turismo por meio da delegação de serviços à iniciativa privada, como as concessões, inclusive quando no processo licitatório é exigido dos proponentes o cumprimento de normas que envolvem investimentos e negócios robustos e formalizados, tendendo a excluir iniciativas locais imersas na chamada economia informal da prestação de serviços de apoio à visitação.

Os parques podem ser, para as populações locais e suas iniciativas empreendedoras, “sítios simbólicos de pertencimento”, ou seja, espaços de convivência, de trocas, de pertencimento, de aprendizagem e de vínculos afetivos, enraizados em relações valorativas, histórico-culturais e mesmo identitárias, apoiadas nas localidades em um amplo campo de interações informais, não só econômicas, mas também

recreativas, contemplativas e de entretenimento ou lazer, conforme explicitado por Zaoual (2009) e Bartholo (2009).

No caso do PNRJ, o estudo identificou um elenco de iniciativas locais organizadas desde uma perspectiva comunitária, onde a área protegida (ou “pedaços” dela) pode ser compreendida como “sítio simbólico de pertencimento” aberto para intercâmbios que ultrapassem a dimensão estritamente econômica. Foi assim que a pesquisa apontou como essas comunidades estabelecem vínculos com o PNRJ (ou com o ecossistema da restinga), de forma diferenciada, formando um verdadeiro “complexo de sítios”. Para isso a pesquisa se apoiou tanto na pesquisa bibliográfica como na de campo, adotando os instrumentos da observação direta em eventos e reuniões, da organização de oficinas com interlocutores, das visitas *in loco* aos espaços e da realização de 13 entrevistas semi-estruturadas. Tendo como embasamento teorizações de Zaoual (2003, 2006, 2008 e 2009) e Bartholo (2009, 2013) foram identificadas três iniciativas de base comunitária: o grupo de empreendedores autodenominado Embaixadores de Jurubatiba, o Quilombo Machadinho e o grupo dos pescadores artesanais da Lagoa de Carapebus.

Os Embaixadores de Jurubatiba apoiam-se nos atrativos do PNRJ para promover a visitação e o desenvolvimento local. O grupo foi formado a partir de um projeto coordenado pelo SEBRAE, voltado para a formalização e a eficácia de pequenos negócios. Hoje, os Embaixadores de Jurubatiba mantêm uma organização social que fortalece vínculos afetivos com o PNRJ e afirma o desejo de empreender iniciativas de apoio ao desenvolvimento de um turismo situado. Concluído o projeto do SEBRAE, os Embaixadores de Jurubatiba evidenciam potencial para se constituir em comunidade empreendedora com atividades mais autônomas.

O Quilombo Machadinho tem importância potencial para o fomento do turismo e da visitação no contexto do PNRJ. Apesar disso, são ainda precários os vínculos identitários dos quilombolas com o PNRJ como sítio simbólico de pertencimento, inclusive em razão da distância física e conexões territoriais. Por razões associadas ao patrimônio histórico-cultural, o Quilombo é frequentemente “demandado” a promover o turismo pelo poder público e por empresários do setor. Inclusive no passado próximo, o território quilombola recebeu investimentos do poder público municipal com a promoção do turismo fomentando uma espetacularização do patrimônio histórico-cultural local. A mais recente criação da ARQUIMA tem potencial para promover o “turismo situado” na localidade, associando-o a pautas mais abrangentes, tais como a titulação das terras e a inclusão no currículo escolar da questão histórica do quilombo.

Os pescadores artesanais possuem fortes vínculos com a Lagoa de Carapebus, incorporada ao território do PNRJ quando da sua criação. Tal fato gerou um “conflito crônico”, que até o presente permanece sem mediação: os pescadores interpretam que seu sítio foi “apropriado indevidamente” pelo Estado enquanto o ICMBio interpreta que eles possuem o “privilégio” de manterem suas práticas. Essa tensão tem desdobramentos para o turismo e a visitação. Se, por um lado, o encontro entre pescadores artesanais, turistas e visitantes poderia proporcionar um rico intercâmbio e servir de importante suporte para o “turismo situado” na localidade, por outro lado, os pescadores ainda não possuem autorização legal do ICMBio e da Capitania dos Portos para promover atividades de visitação e turismo, e tampouco expressam *interesse* em trabalhar como meros condutores de visitantes, ainda que recebendo para isso alguma renda. A pesca lhes é identitária. Não querem perder o direito de praticá-la ali, em seu sítio simbólico de pertencimento.

A pesquisa de campo ofereceu material para análises e revisões de premissas a respeito da importância do fomento da visitação e do “turismo situado” como estratégia de desenvolvimento local. As principais linhas de argumentação abertas podem ser sumariadas em quatro pontos, apresentados a seguir.

O modo de organização social para o “turismo situado” não é restrito a iniciativas constituídas por cooperativas ou associações, tampouco protagonizadas apenas por populações tradicionais. É possível que o “turismo situado” seja fomentado por empreendedores locais, com negócios formalizados ou não. A especificidade do TBC, nesse caso, atende a características identificadas no grupo Embaixadores de Jurubatiba, que constitui uma comunidade que mantém padrões relacionais com os sítios – neste caso, o PNRJ.

As iniciativas na perspectiva do “turismo situado” se distinguem dos empreendimentos do “tipo convencional” pelo enraizamento com o lugar, utilizando as peculiaridades que lhe são próprias, tais como a beleza paisagística e os aspectos culturais associados à UC, como atrativos para seus negócios. Os empreendedores estão agrupados a outros do mesmo tipo, e compõem uma “rede de empreendimentos situados” que atuam em colaboração para o fomento da visitação e do turismo, organizados ou não em associação e/ou cooperativa. Nas relações estabelecidas com visitantes e turistas, os serviços tendem a abranger a subjetividade presente nas trocas simbólicas e intercâmbios culturais, além da dimensão econômica.

As comunidades tradicionais não são perenes e podem desenvolver práticas turísticas desenraizadas de suas tradições de origem. No caso estudado, a ARQUIMA pode vir a desenvolver diferentes formas de visitação e de turismo no Quilombo Machadinha – que, por meio de roteiros, podem estar associadas ao PNRJ. O turismo pode ser organizado *na* comunidade tradicional, de modo que seus patrimônios material e imaterial são transformados em meros atrativos turísticos, conforme foi imposto aos quilombolas pelo governo municipal no passado recente. Diante das consequências analisadas e para evitar que elas se repitam, a ARQUIMA possui um papel central na representação da comunidade de protagonizar o desenvolvimento do turismo no Quilombo. Isso envolve o fortalecimento das bases políticas e culturais e do modo de organização democrática para participar dos processos de decisão em instâncias e fóruns externos, como o conselho consultivo do PNRJ e projetos desenvolvidos pelo ICMBio.

Porém, mesmo que o turismo seja protagonizado pela comunidade quilombola, é possível que os modos de organização, desde o planejamento até a execução dos serviços, reproduzam práticas turísticas de tipo “convencional”, com foco apenas nos efeitos econômicos que podem ser gerados – processo este que, se acompanhado de uma descaracterização da comunidade como comunidade, poderia contribuir para uma descaracterização do próprio Quilombo como sítio simbólico de pertencimento.

O TBC não é o único modelo possível e desejável para a inserção das comunidades locais num desenvolvimento situado. No caso estudado, os pescadores da Lagoa de Carapebus empenham-se por exercer o direito de não terem na visitação e no turismo (ainda que situado) a atividade de subsistência norteadora de seu modo de vida. Para eles visitação e turismo podem ser desejáveis, mas como atividades subsidiárias, não substitutas da pesca. A implantação de um centro cultural em referência à pesca na Lagoa de Carapebus (como aventado em projetos da Prefeitura em administrações municipais anteriores), a venda de pescado para os restaurantes locais ou diretamente ao turista (conforme mencionado por interlocutores da pesquisa) ou, ainda, a participação da Associação de Pescadores Artesanais em atividades pedagógicas promovidas pelo ICMBio no PNRJ (como foi realizado no passado) podem ser importantes iniciativas subsidiárias e complementares à afirmação do ofício da pesca como atividade principal.

A pesquisa identificou que, para além das peculiaridades de cada comunidade, existe entre elas e a gestão do PNRJ, algo que as identifica e une: o Canal Campos-Macaé, atualmente negligenciado, apesar de seu importante potencial turístico como patrimônio histórico-cultural-paisagístico.

A criação do PNRJ colaborou para a proteção do Canal e sua paisagem natural de beleza singular: a porção mais bem conservada de toda a extensão do Canal está situada dentro dos limites da UC. E o trecho que faz melhor correspondência com os usos históricos, recreativos e culturais é aquele abrangido pelo Quilombo Machadinho e os diversos braços da Lagoa de Carapebus, utilizados pelos pescadores. O fomento do turismo e da visitação nos municípios de Quissamã e Carapebus pode se dar por meio de projetos e ações organizadas pela comunidade Embaixadores de Jurubatiba¹⁵⁹. O Canal Campos-Macaé pode ser o elo articulador de um complexo de sítios simbólicos de pertencimento. Os canais situados em diversos países estrangeiros¹⁶⁰, que ao longo do tempo também perderam importância como vias aquáticas para transporte de mercadorias, são importantes atrativos para o “turismo em canais” e podem servir de referência para o caso estudado nesta tese. Mas, certamente, viabilizar tal proposta não é tarefa simples. Isso porque, o Canal, apesar de ser um bem público, não há um ente responsável pela sua administração, manutenção, e valorização quanto patrimônio. Além disso, são necessárias articulações políticas para restauração e conservação do Canal Campos-Macaé, um projeto que exige aportes adequados de financiamento, o que não foi objeto de estudo da tese. Destacamos, sim, que tal projeto poderia se apoiar nos quatro protagonistas identificados (PNRJ, “Embaixadores”, quilombolas, pescadores) como agentes articuladores de iniciativas locais para o desenvolvimento situado.

O PNRJ não evidenciou dispor de projeto específico para o Canal Campos-Macaé, embora o reconheça como atrativo turístico. Tampouco no âmbito do Programa de Uso Público estão previstas ações específicas para o Canal que visem estabelecer infraestruturas e serviços ou criar roteiros integrados a outros atrativos no contexto regional.

O Programa de Uso Público do PNRJ visa suprir a necessidade de infraestrutura e serviços por meio do procedimento de delegação de bens e serviços para a exploração da iniciativa privada, seguindo o padrão adotado em outros parques nacionais. Porém, ainda não se tem uma previsão de sua implementação e o ICMBio não dispõe, até o momento, de outros instrumentos capazes de estimular e apoiar a visitação e o turismo. É um dado significativo que o número estimado de visitas no PNRJ (165.437, em 2017) seja maior que o registrado no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT) (158.365, no mesmo ano), ocupando assim o 10º lugar no *ranking* oficial dos parques

¹⁵⁹ Os Embaixadores de Jurubatiba poderiam promover roteiros a pé, a cavalo, de bicicleta, embarcações e veículos 4X4, em todo o percurso ou em pequenos trechos.

¹⁶⁰ Os Canais do Erie (Estados Unidos), Deux Mers (França) e de Bridgwater (Reino Unido) foram os exemplos utilizados como inspirações.

nacionais mais visitados, conforme dados disponibilizados pelo ICMBio. Certamente o PNRJ poderia ser ainda mais visitado caso dispusesse de melhor infra-estrutura e serviços regulares de qualidade.

No cenário atual, é muito provável que a proposta de fomentar a visitação e o turismo por meio do procedimento de delegação de bens e serviços para a exploração da iniciativa privada não venha se concretizar no PNRJ. Esta análise apoia-se em três argumentos. Primeiramente, as últimas concessões promovidas pelo ICMBio demonstram que há uma tendência para a formação de consórcios de empresas apenas nos parques nacionais com forte apelo turístico do mercado convencional, como Tijuca (RJ), Serra dos Órgãos (RJ), Fernando de Noronha (PE) e Iguaçu (PR). Em segundo lugar, a região Norte Fluminense não é território prioritário de interesse de cadeias hoteleiras e agências de turismo com foco no turismo de lazer, sendo assim um destino pouco acessível ao mercado convencional. Por fim, não há precisão sobre quando serão realizados estudos técnicos sobre os procedimentos de delegação de bens e serviços à iniciativa privada para o PNRJ.

Além de apresentar desafios, esse cenário também aponta para oportunidades. A gestão do ICMBio no PNRJ tem a chance de contribuir para a implantação de um turismo situado em parceria com as iniciativas locais das comunidades identificadas nessa pesquisa. Atuando como agente articulador de tais iniciativas, a gestão do PNRJ pode vir a desenvolver uma estratégia inovadora nos modelos de gestão das áreas protegidas. No caso específico, o processo requer articulação de interesses, ações e diálogo entre ARQUIMA, os Embaixadores de Jurubatiba, pescadores e o ICMBio, fazendo do Canal Campos-Macaé o vetor de integração de um complexo de sítios simbólicos de pertencimento que ultrapassa os limites do próprio PNRJ.

Cabe ressaltar, ainda, que não pretendeu-se afirmar que concessões ou TBC serão *sempre* a solução. As realidades são complexas e diversificadas e não pretendemos propor nenhum modelo único como caminho necessário de desenvolvimento. Destacamos apenas que as iniciativas locais e o empreendedorismo situado podem ser uma alternativa para a promoção de práticas turísticas e de visitação que sejam fecundas de possibilidades de melhoramentos para a qualidade de vida das populações do entorno do PNRJ. Ampliar a escuta do ICMBio para estas possibilidades pode ser, talvez, a principal contribuição dessa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAD, Carlos J. Pardo. Rutas y lugares de patrimonio industrial en Europa: consideraciones sobre su aprovechamiento turístico. *In: Espaço, Tempo y Forma, Serie VI, Geografía*, t. 15, 2002, págs. 69-94.

ADLER, Mortimer J.; VAN DOREM, Charles. **Como ler um livro**. Trad. Aulyde Soares Rodrigues. Ed. Rev. e atual. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan, 1990.

AGEVAP (Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul). **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**: Resumo Caderno de Ações Área de Atuação do GT-Foz. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC - Laboratório de Hidrologia e Estudos de Meio Ambiente, 2006. Disponível em: <http://bit.ly/2r5pnUh>. Acessado em 26/mai/2017.

AHEBWA, Wilber Manyisa; VAN DER DUM, René. Conservation, Livelihoods, and Tourism: A Case Study of the Buhoma-Mukono Community- Based Tourism Project in Uganda. **Journal of Park and Recreation Administration**, [S.l.], v. 31, n. 3, aug. 2013. ISSN 2160-6862. Available at: <<http://js.sagamorepub.com/jpra/article/view/4112>>. Date accessed: 27 May. 2016.

AMBIENTAL CONSULTORIA. **Projeto específico**: passeio de barco no Canal Campos-Macaé. [s.d.]. Nota: documento técnico acessado no arquivo da Prefeitura Municipal de Quissamã.

ALENCAR, Emanuel. Governo investe 0,15% do prometido no programa Parques da Copa. *In: O Globo*. Publicado em 28/maio/2014. Atualizado 18/jun/2014. Acessado em 19/nov/2017. Disponível em <https://oglobo.globo.com/sociedade/sustentabilidade/governo-investe-015-do-prometido-no-programa-parques-da-copa-12624725#ixzz4yuwRD2wl>.

ALMEIDA, Raquel do Nascimento. O complexo agroindustrial do coco no município de Quissamã/RJ: uma análise das disparidades entre o grande e pequeno produtor. *In: Anais do V Encontro de Grupos de Pesquisa Agricultura, Desenvolvimento regional e transformações socioespaciais*. Universidade Federal de Santa Maria: 2009.

AMARAL, Carmélia. Ecoturismo e envolvimento comunitário. *In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). Turismo e Meio Ambiente*. Fortaleza: UECE, 1998.

ANA (Agência Nacional de Águas). **O Comitê de Bacia Hidrográfica**: o que é e o que faz? Cadernos de capacitação em recursos hídricos, v.1. Brasília: SAG, 2011.

ANDRADE, José Vivente de. **Turismo**: fundamentos e dimensões. 8ª. Ed. São Paulo: Ed. Ática, 2008.

AQUARIO. **O Projeto**. Disponível em: <http://bit.ly/1pMIUIJ>. Acessado em 24/mar/2016.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *In: Ambiente & Sociedade*. Ano II, No. 5, 2. Sem. 1999.

ASEC/PPD/OMT. **Manual de buenas prácticas turismo en áreas naturales com gestión comunitaria**. Disponível em: <http://bit.ly/2hSL5ab>. Acessado em mar/2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **IDH**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em: 24/mar/2016.

AZEVEDO, Fernanda Soares de. A Cultura do Boi Malhadinho em Quissamã. *In: Minhoca da Terra: Revista Eletrônica dos alunos de Comunicação Social*. Macaé, RJ: Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora. Ano 1, Nov. 2004. ISSN 1982-4211. Disponível em: <http://bit.ly/2q2w3AH>. Acessado em 22/abr/2017.

BLACKLEY, William. **The Erie Canal: developing new york and the nation**. *In: History 290: Historical Methods*. Dr. Matthew O'Brien April 27, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2uxAg34>. Acessado em 19/mar/2017.

BALBI, Aloysio. **Quissamã: a raiz de uma história**. Grupo MPE/Instituto Sete Capitães. Sol Gráfica, Rio de Janeiro, RJ: 2011.

BALLESTER, Patrice. Les paysages de la biodiversité a Toulouse. De nouveaux paysages urbains pour de nouveaux usages? Le cas du Canal du Midi. *In: MINISTÈRE DE L'ÉCOLOGIE, DU DÉVELOPPEMENT DURABLE, DES TRANSPORTS ET DU LOGEMENT. Programme de recherche "Colloque international Paysages de la vie quotidienne: Regards croisés entre La recherche et l'action"*. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2vGIoOJ>. Acessado em 25/jul/2017.

BARBOSA, Luiz Otávio de Moura; DA SILVA, Silvana Cristina. O circuito espacial de produção do petróleo e a rede hoteleira de Macaé/RJ: reflexões sobre a especialização territorial. *In: Boletim Petróleo, Royalties e Região*. Campos dos Goytacazes/RJ, Ano XV, nº 58 – dezembro/2017.

BARCELOS, Fernanda Tavares. **Proposta de método de avaliação de potencial de atrativos turísticos: uma aplicação no Canal Campos-Macaé**. Orientadores: Roberto dos Santos Bartholo Júnior. Édison Renato Pereira da Silva. Dissertação de Mestrado. Programa de Engenharia de Produção; Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2016.

BARRETO FILHO, Luis Eduardo Pereira. Apresentação. *In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. *In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. RJ: Letra e Imagem. 2009

BARTHOLO, R. Desatando a imaginação: breves notas sobre ética e crítica no mundo contemporâneo. *In: Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 22, n. 39, p. 1-250, jan./jun. 2013.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. **Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement**. *Touchpoint – The Journal of Service Design*, v. 1, p. 94-98, 2009.

BASTOS, Emanuelle de Souza; DA ROSA, Maycon Peter; PIMENTA, Márcio Marvila. Os Impactos da Operação Lava Jato e da Crise Internacional do Petróleo nos Retorno Anormais e Indicadores Contábeis da Petrobras 2012-2015. *In: Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 49-56, set./dez. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2kEUVjP>. Acessado em 20/02/2017.

BÉGUIN, Pascal; PUEYO, Valérie. **Qual o lugar do trabalho dos agricultores na criação de uma agricultura sustentável?** *In: PISTES – Perspectives Interdisciplinaires sur le Travail et la Santé*, Vol 13 N 1, Canadá, maio de 2011. Disponível em www.pistes.uqam.ca.

BENSUSAN, 2014 Diversidade e unidade: um dilema constante. *In:* BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula. **A diversidade cabe na unidade?** Áreas protegidas no Brasil. Brasília: IEB, 2014.

BERTUCCI, Thayse Cristina Pereira; SILVA, Edson Pereira; MARQUES JR, Aguinaldo Nepomuceno; MONTEIRO NETO, Cassiano. Turismo e urbanização: os problemas ambientais da Lagoa de Araruama - Rio de Janeiro. *In:* **Ambiente e Sociedade**. vol.19 no.4 São Paulo out./dez. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2vgUmkm>. Acessado em 31/jul/2017.

BETTI, P.. 2012. “Turismo Comunitário na Economia Solidária.” **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Disponível em: <http://bit.ly/2oZB6oW>. Acessado em abr/2017.

BLACKLEY, William. The Erie Canal: developing New York and the nation. April 27, 2015 *In:* **Academia.edu**. Disponível em: <http://bit.ly/2uxAg34> . Acessado em 25/jul/2017.

BLACKSTOCK, Kirsty. **A critical look at community based tourism**. *In:* Community Development Journal, Volume 40, Issue 1, 1 January 2005, Pages 39–49, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cdj/bsi005>. Acessado em 26/out/2017.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora,1994.

BORGES, Armando. **História do Canal Macaé a Campos**: Parque Nacional de Jurubatiba. Julho, 2000. Ed. Damadá, sem identificação de local.

BOTELHO, E. S.; BARTHOLO, R. Desenvolvimento Local e o Turismo em Parques Nacionais: os casos da Restinga de Jurubatiba e do Quilombo Machadinho. *In:* **Anais do XIV Seminário da ANPTUR 2017**. UNIVALI, Balneário Camburiu, SC, 2017. ISSN 2359-6805.

BOTELHO, E. S.; BARTHOLO, R. O turismo no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e as possíveis aproximações com o Quilombo Machadinho (Quissamã – RJ). *In:* **Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS e III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS**. UFF, Niterói, RJ: 2017. ISSN: 978-85-8328-055-2.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. Educação ambiental e visitação em parques nacionais: a experiência do Parque Nacional da Tijuca (RJ) com guias de turismo e condutores de visitantes. *In:* HANAZAKI, N.; HERBST, D. F. (Orgs.). **Anais do VII SAPIS II ELAPIS**. UFSC, 2015.

BOTELHO, Eloise Silveira; MACIEL, Gláucio Gleij; GONÇALVES, Rafael Soares; IRVING, Marta de Azevedo. Reflexões sobre Educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. *In:* IRVING, Marta de Azevedo. RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira; RABINOVICI Andrea; COSTA, Helena. **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2016.

BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva. **Turismo de Base Comunitária**: Ressignificando a concepção de comunidade. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo da Universidade de Brasília. (Mestrado). Orientadora: Prof^ª Dr^ª Marutschka Martini Moesch. Universidade de Brasília: Brasília, 2014.

BRASIL OFFSHORE. **Post show report**. Disponível em: <http://bit.ly/2leOL6c>. Acessado em 23/fev/2017.

BRASIL. **Decreto 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/2I5vf8g>. Acessado em 04/mar/2016.

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979**. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em: <http://bit.ly/2CZwQsa>. Acessado em 04/mar/2018.

BRASIL. **Lei nº 9.985 de 19 de julho de 2000**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acessado em 04/mar/2016.

BRASIL, **Decreto nº 1.905, de 16 de maio de 1996**. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm. Acessado em 03/nov/2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/1RHhEjX>. Acessado em 04/mar/2018.

BRASIL. **Programa nacional de educação ambiental**. Brasília, DF, 1994.

BRASIL. **Resolução nº 303, de 20 de março de 2002**. Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Disponível em: <http://bit.ly/2G6NY51>. Acessado em 18/mar/2018.

BRASIL. **Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007**. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Disponível em: <http://bit.ly/2FSpGJD>. Acessado em 03/mar/2018. 2007a.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <http://bit.ly/160q0Tj>. Acessado em 22/ago/2017. 2007b.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: <http://bit.ly/1jLGbtu>. Acessado em 30/out/2017.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967**. Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. Disponível em: <http://bit.ly/2pVjOHt>. Acessado em: 07/mar/2017.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de negócios e eventos**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2.ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**: guia de políticas públicas para as comunidades quilombolas. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Brasília – DF, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2saTZ5P> Acessado em out/2017.

BRASIL. **Riotur estima que turistas devem gastar US\$ 691 milhões no réveillon no Rio de Janeiro.** Disponível em: <http://bit.ly/2Dwwyu0>. Publicado: 24/12/2016 11h11Última modificação: 27/01/2017 17h39 Acessado em 24/jan/2018.

BRIDGEWATER CANAL. *About us.* Disponível em: <http://bit.ly/2r32cvs>. Acessado em 10/dez/2016.

BRUNER, A. G.; GULLISON, R. E.; RICE, R. E.; FONSECA, G. A. B. Effectiveness of parks in protecting tropical biodiversity. **Science**, Vol. 291, 2001.

BUBER, Martin. **Eu e Tu.** Tradução. Newton Aquiles Von Zuben. 10ª ed. Rev. São Paulo: Centauro, 2001.

BUCKLEY, Ralf. Tourism, Conservation and the Aichi Targets. In: IUCN WCPA. **Parks: The International Journal of Protected Areas and Conservation.** Vol. 18, n.2, Gland, Switzerland: IUCN, 2012.

BURSZTYN, I. **Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia.** Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Engenharia de Produção. Orientador: Roberto Bartholo. COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2012.

BURSZTYN, I. SANSOLO, D. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. In **Anais IV Congresso Latino Americano de Investigacion Turística.** Montevideo (Uruguay). CD ROM. 2010.

BUTCHERT, S. H. M.; SCHARLEMANN, J. P. W.; EVANS, M. I.; QUADER, S.; ARICÒ, S.; ARINAITWE, J., *et al.* Protecting Important Sites for Biodiversity Contributes to Meeting Global Conservation Targets. **PLoS ONE.** Vol. 7, n. 3, 2012.

CALVANTE, Eurico Antônio. O acervo arquitetônico das fazendas de Quissamã. In: MARCHIORI *et al.* **Quissamã.** Rio de Janeiro: SPHAN. Fundação Nacional Pró Memória. 6ª. Diretoria Regional, 1987.

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAPEBUS. **Lei Orgânica Municipal de Carapebus.** 20/mai/1998. Disponível em: <http://bit.ly/2ml1gjU>. Acessado em 03/mar/2017.

CAMPAGNOL, Gabriela. Usinas de açúcar: formação e transformação de seu espaço. In: **Arqueologia industrial.** 4ª. S., Vol. IV, n. 1-2, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2tLdkM> . Acessado em 03/mar/2017.

CAÑADA, Ernest.; GASCÓN, Jordi. Urbanizar el paisaje: turismo residencial, descampesinización, gentrificación rural. Una introducción. In: Gascón, J. y Cañada, E. (Coords.) *Turismo residencial y gentrificación rural.* La Laguna (Tenerife): PASOS, RTPC. www.pasosonline.org. Colección PASOS Edita nº 16, 2016.

CANAL DE GARONNE. **Canal de Garonne, L'autre Canal.** [site oficial] Disponível em: <http://bit.ly/2tX8UEC>. Acessado em 02/jul/2017.

CANAL DU MIDI. **Le port où tout commence.** [site oficial] Disponível em: <http://bit.ly/2uwTsR6>. Acessado em 02/jul/2017.

CANAL DUEX MERS A VELO. **Le Canal des 2 mers à vélo, de l'Atlantique à la Méditerranée.** [site oficial] Disponível em: <http://bit.ly/2tYzI5P>. Acessado em 02/jul/2017.

CANALFRIENDS 2017 GUIDE. **The Garonne Canal & the Garonne River:** from Toulouse to Bordeaux. [site oficial] Disponível em: www.canalfriends.com. Acessado em 02/jul/2017.

CANALFRIENDS 2017 GUIDE. **The source of the Canal du Midi:** from the Alzeau water intake to the Canal Du Midi. [site oficial] Disponível em: www.canalfriends.com. Acessado em 02/jul/2017.

CASTRO, Camila Cabral de. **Análise sobre as potencialidades turísticas de Carapebus (RJ)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, Orientador: Prof. Rodrigo da Costa Caetano. Campos dos Goytacazes – RJ. 2015.

CATARATAS DO IGUAÇU S.A. **Quem somos**. [site oficial] Disponível em: <http://bit.ly/1pMn5aS>. Acessado em 24/mar/2016.

CEPERJ. Projeto de cadastramento das populações indígenas e quilombolas em doze municípios do estado do rio de janeiro com vistas à inclusão no CADÚNICO. CEPERJ: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2pm5RTX> . Acessado em 01/set/2016

CHANTILLON, Alain. **Rapport de mission Du sénateur**. Une ambition légitime pour Le canal Du Midi et Le canal Deux Mers. Paris, Março de 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2vj8wlH>. Acessado em 30/jul/2017.

CHAVES, Douglas. Limpeza no Canal Macaé-Campos revela descaso e poluição ambiental. **O Debate On**. Publicado em 19/07/2011 às 16h39. Disponível em: <http://bit.ly/2qTGoRk> . Acessado em: 23/mai/2017.

CIPOLLA, C. Relational services and conviviality. *In: Satu Miettinen. (Org.). Designing Services with Innovative Methods*. Helsinki: TAIK Publications/University of Art and Design Helsinki, 2009.

COBRA, Marcos. **Marketing de Turismo**. São Paulo: Cobra Editora e Marketing, 2001.

CONSTÂNCIO, Paulenir. **Concessão nos parques sairá no início de 2017**. Publicado em 16/dez/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2A0BOVW>. Acessado em 21/nov/2017.

CONVENÇÃO DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA. Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Disponível em: <http://bit.ly/1nEQjmJ>. Acessado em 25/mar/2016; MMA, 2015. Brasília - DF

CORDEIRO, Wellington. **O Debate On**. Jurubatiba vai ganhar Mirante de Observação. 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2kGNaZN> . Acessado em 06/fev/2017.

CORIOLOANO, L. N. O turismo comunitário no contexto da globalização. *In: CORIOLOANO, L.N. (Org.). Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C.. Territórios solidários latino-americanos e turismo comunitário no reatamento aos megaempreendimentos transnacionais. *In: CORIOLOANO, L.N. (Org.). Turismo, território e conflitos imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, 2012.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro *In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G. ;BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA JÚNIOR, Jackson de Figueiredo. **Projeto Básico e Termo de Referência**. XI Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1UaGI9b> . Acessado em 27/mai/2016.

COSTA, G. V.; CATÃO, H. ; PRADO, R. M. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G. ; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

COSTA, Rafael Nogueira; YU-MING, Juliette; SANCHEZ, Celso. O encontro do cinema com a educação ambiental crítica no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. *In*: **Anais do VIII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Rio de Janeiro, 19 a 22 de Julho de 2015**. Disponível em: <http://bit.ly/2kSMpdz> Acessado em 01/fev/2017.

CRUZ, Rita de Cassia Ariza da. “Patrimonialização do patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. *In*: **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

CRUZ, J. G.; COSTA NOVO, C. B. M.; DA SILVA, C. L.. Turismo comunitário no Amazonas: considerações preliminares acerca da estruturação de uma política pública local. *In*: COSTA NOVO, C. B. M.; CRUZ, J. G.. **Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014.

CRUZ, José Luis Vianna da; Shimoda Eduardo. **Info Royalties: petróleo, royalties e região**. Universidade Cândido Mendes, 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2DE8BVI>. Acessado em jan/2018.

CRUZ, José Luís Vianna da. Origem, natureza e persistência das desigualdades sociais no Norte Fluminense. *In*: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Org.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.

CRUZ, R. C. A.. “Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira.” *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G. ; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, Rita C. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *In*: **Geosul**, Florianópolis, v. 20, n. 40, p 27-43, jul./dez. 2005.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da Cruz. Patrimônio cultural, turismo e produção do espaço urbano : notas críticas. Apresentação oral. III Colóquio Turismo e Cidades, UNIRIO, 2017.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza. **Política de turismo e território**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

DA COSTA, Carmen Cira Lustosa. **Comunidades Quilombolas**. Publicado 09/04/2014 11h51. Disponível em: <http://bit.ly/13lpn4O> .Acessado em 13/abr/2017.

DAVENPORT, W. Y.; BROCKELMAN, P. C.; WROGHT, K. R.; DEL VALLE, F. B. R. Ferramentas de ecoturismo para parques. *In*: TERBORGH, J.; SCHAİK, C. V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. (Orgs.). **Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DAVENPORT, Lisa & RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado edesafios do futuro. *In*: TERBORGH, J.; SCHAİK, C.; DAVENPORT, E. & RAO, M.

(orgs.) **Tornando os parques eficientes:** Estratégias para a conservação da natureza nos Trópicos. Curitiba: Editora UFPR / Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

DE CASTRO, Camila Cabral. **Análise sobre as potencialidades turísticas de Carapebus (RJ).** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, como pré-requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais. Campos dos Goytacazes – RJ. 2015.

DERANI, Cristiane. **Privatização e serviços públicos:** as ações do Estado na Produção Econômica. São Paulo: Max Limonad, 2002.

DEROSE, Anne Marie. Overview of community participation. *In: Parks: the international journal for protected area managers.* Durban Vth World Parks Congress Special Issue. Vol. 14. No. 2. IUCN, Gland, Switzerland. Produced by the NatureBureau, UK, 2004.

DIBELLA, Gina M. **Curtain Call:** The Role of Historic Theatres in the Revitalization of Erie Canalway Communities. Tese apresentada ao Programa MA in Historic Preservation do Goucher College. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2eKQOAR>. Acessado em 25/jul/2017.

DICIONÁRIO INFORMAL. **Ciclópico.** Disponível em: <http://bit.ly/2q4YEpr>. Acessado em 20/mar/2017.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, NUPAUB/Universidade de São Paulo, 2004.

DRUMM, A.; MOORE, A. **Desenvolvimento do Ecoturismo:** Um Manual para Planejadores e Gestores de Conservação, Vol. 1. The Nature Conservancy, USA: 2003.

EAGLES, Paul F.J., MCCOOL, Stephen F.; HAYNES, Christopher D.A. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management.** IUCN: Gland, Suíça/Cambridge, Reino Unido, 2002.

EMBRATUR. **Estudo sobre o turismo praticado em ambientes naturais conservados:** relatório final. EMBRATUR: São Paulo, 2002.

EMERSON, R., FRETZ, Rachel; SHAW, Linda. **Writing Ethnographic Fieldnotes.** Chicago Guides to Writing, Editing, and Publishing, 2011.

ERIE CANALWAY. **The Erie Canal helped define who we are as Americans.** Disponível em: <http://bit.ly/2vqFDjI> . Acessado em 02/jul/2017.

ERIE MUSEUM. Pre and Post Visit Instructional Materials for Fourth and Seventh Grade Students. Disponível em: <http://bit.ly/2FTxRo1>. Acessado em 19/mar/2017.

ESTEVES, Francisco de Assis. **Do índio goitacá à economia do petróleo:** uma viagem pela história e ecologia da maior restinga protegida do Brasil. Campos dos Goytacazes (RJ): Essentia Editora, 2011.

EXPRESSO ON LINE. **Secretários discutem sobre o acordo de convivência da Praia de Carapebus.** Disponível em: <http://bit.ly/2kKX90x> Acessado em 07/fev/2017.

FARIA, Teresa Peixoto. Gênese da rede urbana no Norte e Noroeste Fluminenses. *In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Org.). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense.* Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.

FARIAS, Edson. Culturas na dinâmica da economia simbólica: um estudo sobre a Fazenda Machadinha em Quissamã (RJ). In: **Latitude**, Vol. 2, nº1, pp.44-63, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2q2GFjj> Acessado em 22/abr/2017.

FARJALLA, M. S. *et al.* O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: a restinga em evidência. In: IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATTINI, A. C. (Orgs.). **Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade**. Folio Digital, Letra e Imagem, 2013.

FAURÉ, Yves-A.; HASENCLEVER, Lia (Org.). **O desenvolvimento local no Estado do Rio de Janeiro: estudos avançados nas realidades municipais**. Ed. E-papers: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=qH_zbk3fYi4C&pg=PA109&lpg=PA109&dq=programa+rio+cana&source=bl&ots=SnWSFbhUFZ&sig=Ny15jvxUBloqMZePr9p_yCEmXOk&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwju4t33lO3RAhUDvZAKHaJKAP8Q6AEIJzAD#v=onepage&q=programa%20rio%20cana&f=false. Acessado em 31/01/2017.

FERNANDES, Ludmila. Canal Macaé-Campos sofre com seca e descarte de resíduos irregulares. **O Debate On**. Publicado em 15/10/2014 às 12h36. Disponível em: <http://bit.ly/2qTGoRk> . Acessado em: 23/mai/2017.

FERNANDES, Ludmila. **O Debate On**. Gerente do tráfico do Lagomar e quatro suspeitos são detidos com drogas e pistola. 15/dez/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ldCa78> . Acessado em 07/fev/2017.

FERREIRA, Maria Inês Paes; MELLO, Dalila Silva. **Jurubatiba Sustentável: Plano de Sustentabilidade do Entorno do PARNA Jurubatiba**. Brasília, DF: MMA/FNMA, 2002.

FIRJAN. **Retratos regionais: perfil econômico regional**. Região Norte Fluminense. FIRJAN: Rio de Janeiro, 2017.

FOLHARINI, O.; OLIVEIRA, R.C.; DOS SANTOS FURTADO, A. L.; CONCEIÇÃO, A. F. Compartimentação geomorfológica do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e sua zona de amortecimento terrestre. In: **A Jangada de Pedra: Geografias Ibero-Afro-Americanas**. Atas do XIV Colóquio Ibérico de Geografia. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2HFTclt>. Acessado em 18/mar/2018.

FONTES, Mariana. FONTES, Mariana. Canal Macaé-Campos sofre com o esgoto. **O Debate On**. Publicado em 17/mai/2012 às 11h43. Disponível em: <http://bit.ly/2qTGoRk> . Acessado em: 23/mai/2017.

FONTES, Mariana. **Lagomar: Moradores cobram manutenção em área de lazer**. Bairro com cerca de 40 mil habitantes conta apenas com um espaço, que sofre com abandono e vandalismo. In: **O Debate On**. Em 28/07/2017 às 19h00. Disponível em: <http://bit.ly/2DPePBv>. Acessado em jan/2018.

FONTES, Mariana. **O Debate On**. Abastecimento ainda é precário no Lagomar. 05/jan/2017. Disponível em: <http://bit.ly/2kBzcGo>. Acessado em 07/fev/2017.

FONTES, Mariana. **O Debate On**. Lagomar: Zona de amortecimento vira depósito de lixo eletrônico. Em 04/jun/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2lj50jl>. Acessado em 07/fev/2017.

FONTES, Mariana. Pequeno lixão se forma próximo ao Canal Macaé-Campos. **O Debate On**. Publicado em 16/04/2015 às 11h54. Disponível em: <http://bit.ly/2qTGoRk> . Acessado em: 23/mai/2017.

FONTES, Mariana. Turismo pode movimentar a economia local. **O Debate On**. Disponível em: <http://bit.ly/2lrd4Nx> Acessado em 01/mar/2017

FONTOURA, Ana Gabriela da Cruz. **Redes de turismo comunitário no Brasil: A experiência da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL)**. Anais do Fórum Global Sobre Turismo. Disponível em: <http://bit.ly/2iKml0c>. Publicado em 2009. Acessado em 29/out/2017.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto; NINIS, Alessandra Bortoni. A Visitação às UCs como vetor de sua inserção na economia e na sociedade locais. *In: Anais do II Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social*. EICOS/UFRJ: 2006.

FRANCO, Maira Laura P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, 3. Ed., Liber Livro Editora, 2008.

FREITAS, Mariana Almeida Passos de. **Zona costeira brasileira: delimitação, questões jurídicas, unidades de conservação e natureza de patrimônio nacional**. Publicado em 30/jun/2015. Disponível em: <http://bit.ly/2qGEaaa> . Acessado em: 07/mai/2017.

FREITAS, Stella. Canal Campos-Macaé, RJ, ainda incomoda moradores e especialistas **G1 Norte Fluminense**. Publicado em 22/06/2015 17h40. Disponível em: <https://glo.bo/2rykIgb>. Acessado em 23/mai/2017.

FROST, Peter G. H. BOND, Ivan. The CAMPFIRE programme in Zimbabwe: Payments for wildlife services. *In: Ecological Economics*. Vol. 65, n. 4, May, 2008, Pages 776-787. Disponível em: <http://bit.ly/2AaS3lS>. Acessado em 26/nov/2017.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. **Patrimônio histórico-cultural**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2006.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). Portaria CEPERJ/PR nº 8509 de 23 de agosto de 2016. Publica o índice final de conservação ambiental, relativo ao ICMS ecológico do Estado do Rio de Janeiro - ano fiscal 2017, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Ano XLII, nº 156, Parte I, 26/ago/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2oLXbn0> Acessado em 01/abr/2017.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **ICMS ECOLÓGICO 2016/ ano fiscal 2017 do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível em: <http://bit.ly/2oLXbn0> . Acessado em 01/abr/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Quissamã, RJ, tem dois encontros culturais nesta segunda-feira. *In: G1 Norte Fluminense*. Atualizado em 03/11/2014. Disponível em: <https://glo.bo/2p88z01>. Acessado em 22/abr/2017.

G1 NORTE FLUMINENSE. Ministério da Cultura e UFF realizam ação em quilombos de Quissamã, RJ. *In: G1 Norte Fluminense*. Publicado 18/ago/2015. Disponível em: <https://glo.bo/2pZWvP9> Acessado em 22/abr/2017.

G1 REGIÃO DOS LAGOS. **Hotéis de Macaé, RJ, registram queda significativa no número de reservas**. 05/04/2014. Disponível em: <http://glo.bo/2mFfQRb>. Acessado em 01/mar/2017.

G1 REGIÃO SERRANA. **Parque de Jurubatiba, RJ, aberto há dois anos, recebe poucos visitantes.** 2014. Disponível em: <http://glo.bo/2kGLAaq>. Acessado em 06/fev/2017.

GASTÓN, J.; CAÑADA, E., ARGÜELLO, A. S... **El turismo y sus mitos.** Managua: Enlace. 2007.

GIAMPICCOLI, A.; MTAPURI, O.. Beyond community based tourism. Towards a new tourism sector classification system. Más allá del turismo comunitario: hacia un nuevo sistema de clasificación turística. *In: **Gazeta de Antropología***, 33 (1), artículo 11. 2017.

GIRARDI, Giovana. Parques da Copa ficam na promessa. *In: **O Estado de S. Paulo. Publicado em 28/Jun/2014.*** Disponível em <http://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,parques-da-copa-ficam-na-promessa,1520376> . Acessado em 19/nov/2017.

GHIRARDI, André Garcez. Petrobras: as causas da crise, além da Lava Jato. *In: **Carta Capital.*** Ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/22A5Bfy> Acessado em 20/Fev/2017.

GLON, Eric. O indígena participativo como ícone de um turismo de natureza protegida em escala mundial: algumas reflexões críticas. *In: IRVING, M. A.; CALABRE, L.; BARTHOLO, R.; LIMA, M. A. G.; ALBERTINO, E. M.; EGREJAS, M.; LIMA, D. R. (Orgs.). **Turismo, natureza e cultura: diálogos interdisciplinares e políticas públicas.*** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

GONÇALVES, Antônio Felipe. **Obras do Centro de Visitantes de Jurubatiba na reta final.** Prefeitura de Macaé. Disponível em: <http://bit.ly/2itPMFj> . Acessado em jan/2017.

GOOGLE MAPS. [**Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**]. [2010]. Nota: Imagem de satélite Landsat/Copernicus, Data SIO, NOAA, U.S. Navy, NGA, GEBCO. Disponível em: <http://bit.ly/2IzHGt8> . Acesso em: 18/mar/2018.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Lei nº 5101 de 04 de outubro de 2007.** Dispõe sobre a criação do Instituto Estadual do Ambiente – INEA e sobre outras providências para maior eficiência na execução das políticas estaduais de meio ambiente, de recursos hídricos e florestais. Disponível em: <http://bit.ly/2rsmKit>. Acessado em: 27/mai/2017.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Campinas: Papirus, 1991.

HALL, M. C. **Planejamento Turístico: Políticas, Processos e Relacionamentos.** Editora: Contexto, 2001.

HARTOG, Mayara Raupp. **Desafios do turismo na Capital Nacional do Petróleo: um estudo exploratório sobre a imagem do município de Macaé.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial de avaliação para obtenção do grau de Bacharel em Turismo. Orientadora: Verônica Feder Mayer. Universidade Federal Fluminense, 2011.

HASCHAR-NOÉ, Nadine. Usages sociaux et appropriation d'un espace public urbain: l'exemple des berges du Canal du Midi à Toulouse. *In: G. CAPRON ET N. HASCHAR-NOE. **L'espace public urbain: de l'objet au processus de construction,*** Toulouse, pum, p. 135-155, 2007.

HORNBACK, Kenneth E.; EAGLES, Paul F. J. **Guidelines for public use measurement and reporting at parks and protected áreas.** IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK, 1999.

HVENEGAARD, Glen T.; HALPENNY, Elizabeth A.; MCCOOL, Stephen F. **Editorial: protected area tourism and the aichi targets** In: IUCN WCPA. **Parks: The International Journal of Protected Areas and Conservation.** Vol. 18, n.2, Gland, Switzerland: IUCN, 2012.

IBAMA/GTZ. **Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação.** Documento elaborado por ROCKTAESCHEL, B. M. M. Brasília, 1999.

IBGE. **Atlas Brasil 2013 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Disponível em: <http://bit.ly/2kFgbCd>. Acessado em 14/fev/2017.

IBGE. **Carapebus.** Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riodejaneiro/carapebus.pdf>. Acessado em 03/mar/2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003.** Disponível em: <http://bit.ly/2kFgbCd>. Acessado em: 14/fev/2017.

ICMBIO. **Dados da visitação 2007 – 2016.** Disponível em: www.icmbio.gov.br. Acessado em 10/jun/2017.

ICMBIO. **Plano de Uso Público Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.** Brasília, ICMBIO: 2008.

ICMBIO. **Sisbio.** Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/sisbio/saiba-mais.html>. Acessado em 19/01/2016

ICMBIO. **Seminário avalia ecoturismo de base comunitária em reservas extrativistas.** Publicado: 28/nov/2011. Disponível em: <http://bit.ly/2AfSVTJ>. Acessado em: 27/nov/2017.

ICMBIO. **Fomento ao turismo em parques nacionais e entorno:** Manual de orientações metodológicas. Brasília, MMA, 2011a.

ICMBIO. **Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://bit.ly/2zSlZ5z>. Acessado em 20/nov/2017.

ICMBIO. **Portaria nº 01, de 05 de janeiro de 2012.** Estabelece normas e procedimentos para o credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes, transporte em barco e transporte em veículo tracionado, com fins turísticos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba – PARNA Jurubatiba. Disponível em: <http://bit.ly/2pk6REY>. Acessado em 07/mai/2017.

ICMBIO. **Programa de Turismo nos Parques.** Disponível em: <http://bit.ly/2DDSSBb>. Acessado em 19/nov/2017.

ICMBIO. Manejo comunitário e geração de renda: desafios e potencialidades do turismo em áreas naturais protegidas. Comunicação oral. **VIII Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social - SAPIS e III Encontro Latino Americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social – ELAPIS.** UFF, Niterói, RJ: 2017a.

ICMBIO. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação:** princípios e diretrizes. MMA, Brasília, 2017b. Disponível em: <http://bit.ly/2D0qb0T>. Acessado em 04/mar/2018.

ICMBIO. **Plano de Uso Público do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**. 2016.

ICMBIO. **Roteiro metodológico para manejo de impactos da visitação**: com Enfoque na Experiência do Visitante e na Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/218vd6E>. Acessado em 13/fev/2017.

ICMBIO. **Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**: Consolidação dos Dados de Visitação de 2017. ICMBIO, 2017.

ICMBIO. **Mapa de localização do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**. Disponível em: <http://bit.ly/2IzYX5h>. Acessado em 18dez//2016.

INEA. **Região Hidrográfica Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana**. Disponível em: <http://bit.ly/2s5oJFr>. Acessado em 26/mai/2017.

INEPAC. **Processo de tombamento da Fazenda Machadinho: E-03/37.199/78**. INEPAC: 1979.

INEPAC. **Processo de tombamento do Canal Campos Macaé**: Processo INEPAC n. E. 18/001134/2002. INEPAC: 2002.

IORI, Greta Francesca. **Analysis of the current status of the Simien Mountains in Ethiopia**: Managing the paradox between Community-based tourism, Nature Conservation and National Parks. Thesis presented at International Tourism Management and Consultancy Bachelor Degree Program. NHTV Breda University of Applied Sciences ITMC, Breda, Netherlands, May, 2012.

IPHAN. **Bens tombados e processos de tombamento em andamento**. Atualização: 25.11.2016. Disponível em: <http://bit.ly/2reUWhk> . Acessado em 23/mai/2017.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. RJ: Letra e Imagem, 2009.

IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATINNI, A.; CONTI, B. R. Parques Nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. *In*: IRVING, M. A.; CORRÊA, F. V.; ZARATINNI, A. (Org.). Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2013.

IRVING, M. A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: Interpretando a gestão de parques nacionais. *In*: IRVING, M. A. (Org.) **Áreas protegidas e inclusão social**: construindo novos significados. Rio de Janeiro: Aquarius, 2006.

IRVING, Marta. A. Refletindo sobre o ecoturismo em áreas protegidas: tendências no contexto brasileiro. *In*: IRVING, Marta. A.; AZEVEDO, Júlia. (Orgs.) **Turismo**: o desafio da sustentabilidade. São Paulo: Futura, 2002.

IUCN. **Protected Area Categories**. Disponível em: <http://bit.ly/2zJ3RLA>. Acessado em 15/nov/2017.

UNEP-WCMC, IUCN. **Protected Planet Report 2016**. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK and Gland, Switzerland. 2016.

KAARISTO, Maarja; RHODEN, Steven. Everyday life and water tourism mobilities: mundane aspects of canal travel. *In: Tourism Geographies*, Vol 19, No 1. P. 78-95. 2016.

JUFFE-BIGNOLI, D., BURGESS, N.D., BINGHAM, H., BELLE, E.M.S., de Lima, M.G., DEGUIGNET, M., BERTZKY, B., MILAM, A.N., MARTINEZ-LOPEZ, J., LEWIS, E., EASSOM, A., WICANDER, S., GELDMANN, J., van SOESBERGEN, A., ARNELL, A.P., O'CONNOR, B., Park, S., SHI, Y.N., DANKS, F.S., MACSHARRY, B., KINGSTON, N. **Protected Planet Report: Tracking progress towards global targets for protected areas.** UNEP-WCMC: Cambridge, UK., 2014.

JURUBATIBA TURISMO. **Passeio de barco no Canal Campos Macaé.** [fotografia digital]. 2010.

KAZIMIERCZAK, Jarosław. The influence of the revitalization of former industrial urban areas on new urban and tourism spaces: case studies of Manchester and Lyon. **Tourism** 2012, 22/1. Acessado em 20/7/17.

KAARISTO, Maarja; RHODEN, Steven. Everyday life and water tourism mobilities: mundane aspects of canal travel, **Tourism Geographies**, 19:1, 78-95, 2017.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais.** São Paulo: Papirus, 2002.

KRIPPENDORF, Jost. **A Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo.** 2ª. Ed. Ed. Lidador, Rio de Janeiro, 1974.

LEAL, G. F. **Justiça ambiental, conflitos latentes e externalizados: estudo de caso de pescadores artesanais do norte fluminense.** Ambiente e sociedade. SP: v. XVI, n. 4, p. 83 – 102. Out – dez 2013.

MARTY, Lee.; BEARD, Jim; THOMPSON, Floyd. **Recreation Opportunity Spectrum (ROS).** Northern Arizona University, US Forest Service. [S.D]. Disponível em: <http://bit.ly/2lJhAZ7> . Acessado em 13/fev/2017.

LEITE, Ariene. Roteiro: a beleza superlativa dos Lençóis Maranhenses. As lagoas dos Lençóis Maranhenses continuam cheias e a temporada 2017 deve seguir até outubro. **Viagem e Turismo.** Publicado em 15/set/2017, 18h15. Disponível em: <http://abr.ai/2faV3pW>. Acessado em 07/nov/2017.

LEUZINGER, M.D.. **Uso público em unidades de conservação.** Anais do Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental. Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/1lSkypf>. Acessado em jul/2014

LIMA, Soraya Castro de. **Território e territorialidade quilombola : investigação do Quilombo de Machadinha em Quissamã/RJ sob ótica da geografia cultural / Soraya Castro de Lima.** Campos dos Goytacazes, RJ : 2011. 114 f.; il. Orientador: Gustavo Siqueira da Silva. Monografia (Licenciatura em Geografia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campus Campos- Centro. Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

LINDBERGH, K.; HUBER JR., R. M. Questões econômicas relativas ao ecoturismo. *In: LINDBERGH, K.; HAWKINGS, D. E. (Orgs.). Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão.* 4.ed. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2002.

LOGAN, Ikubolajeh; MOSELEY, William G.. The political ecology of poverty alleviation in Zimbabwe's Communal Areas Management Programme for Indigenous Resources (CAMPFIRE). *In: Geoforum*. Vol.33, N. 1, 2002, Pages 1-14. Disponível em: <http://bit.ly/2A8JhEO>. Acessado em 26/nov/2017.

LOHMANN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e conselho de UC: aspectos teóricos e metodológicos**. Ibase: Instituto TerraAzul: Parque Nacional da Tijuca, 2007.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; AZAZIEL, Marcus; FRANCA, Nahyda; BRASILEIRO, Renata de Faria; MUSSI, Sultane M.; LAFAILLE, Thais M. Salmito; LEAL, Waleska de Oliveira. **Educação ambiental e gestão participativa em Unidades de Conservação**. 2ª Ed. Atual. IBAMA: Rio de Janeiro, 2005.

MACAÉ NEWS. **Queda de reserva na Rede Hoteleira preocupa classe empresarial**. Publicado em 06/04/2014. Disponível em: <http://bit.ly/2kSzBYa>. Acessado em 01/mar/2017.

MACAÉ NEWS. Quissamã: Machadinho ganha associação de remanescentes de Quilombo. *In: Macaé News*. Publicado em 06/11/2015. Disponível em: <http://bit.ly/2oZtNN4>. Acessado em 22/abr/2017.

MACHADO Wesley. **Sociedade civil aprova Nova Beira-Valão**. Publicado em 23/12/2011. Disponível em <http://bit.ly/2qupiHP> : Acessado em: 27/mar/2017.

MACHADO, Fábio da Silva. **Fazenda Machadinho: memória e tradições culturais em uma comunidade de descendentes de escravos**. Fundação Getúlio Vargas Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Programa de Pós Graduação em História Política e Bens Culturais (PPHPBC). Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais. Dulce Chaves Pandolfi (Orientadora). 2006.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. Índios do Brasil. **Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco**, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 23/jan/2017.

MACIEL, Glaucio Gleí. **A mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e suas implicações na gestão de unidades de conservação: um estudo sobre a concessão do Setor Paineiras/Corcovado (Parque Nacional da Tijuca - RJ)**. Rio de Janeiro, 177p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2015.

MAGALHÃES Guilherme. Macaé ganha novo destaque no cenário turístico. **O Debate On**. 07/Jan/2016. Disponível em: <http://bit.ly/2mfmc6>. Acessado em 01/mar/2017.

MAGALHÃES, Guilherme. Macaé ganha classificação do Ministério do Turismo. **O Debate On**. Disponível em: <http://bit.ly/2lcHXtO>. Acessado em 01/mar/2017.

MAHONY, Karin; VAN ZYL, Jurgens. **Practical strategies for pro-poor tourism: case studies of Makuleke and Manyeleti tourism initiative**. PPT Pro-Poor Tourism, 2001. Disponível em: <http://bit.ly/2BgnFmR>. Acessado em 26/nov/2017.

MALDONADO, Carlos. Turismo rural comunitario en America Latina: las experiencias da REDTURS. *In: COSTA NOVO, C. B. M.; CRUZ, J. G. Turismo comunitário: reflexões no contexto amazônico*. Manaus: Edua, 2014.

MAPA DE CULTURA. **Canal do Itajuru**. Disponível em: <http://bit.ly/2hifcdL>. Acessado em 31/jul/2017.

MAPA DE CULTURA. **Carapebus**. Disponível em: <http://bit.ly/2pp74d5>. Acessado em 05/mar/2017.

MAPA DE CULTURA. **Lagoa de Carapebus**. Disponível em <http://bit.ly/2GEhixu> . Acessado em 02/fev/2017.

MAPA DE CULTURA. **Macaé**. Disponível em: <http://bit.ly/2lXlpKJ>. Acessado em 01/mar/2017.

MAPA DE CULTURA. **Quissamã**. Disponível em: <http://bit.ly/2ngxfCp>. Acessado em 20/mar/2017.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Algumas aproximações entre lazer e sociedade. *In: Animador Sociocultural*: Revista Iberoamericana vol.1, n.2, mai./set. 2007.

MARCHIORI, Maria Emilia Prado *et al.* **Quissamã**. Rio de Janeiro; SPHAN, Fundação Nacional Pró Memória, 6ª. Diretoria Regional, 1987.

MARCONDES, Vanessa. Vanessa Marcondes de Souza. Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da península de Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ. 2017. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunid.E Ecologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, . Orientador: Carlos Frederico Bernardo Loureiro.

MATTOSO, Guilherme de Queirós. A festa do fado de Quissamã. *In: Anais da 6ª. Conferência Brasileira de Folkcomunicação*. 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2HM0HqZ> Acessado em 19/mar/2017.

MAXWELL, J. A. **Qualitative research design**: an interactive approach. 3a ed. SAGE publications: EUA, 2013.

MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. Evolução e implementação dos planos de manejo em Parques Nacionais do Estado do Rio de Janeiro. *In: Revista Árvore*. Viçosa, (MG), v. 35, n. 2, p. 279-288, 2011.

MELO, Ricardo Moreno de. **Tambor de Machadinha: devir e descontinuidade de uma tradição musical em Quissamã**. Dissertação de Mestrado – Música. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Música da Unirio, 2006.

MELLO, Dalila; RANGEL, Germano; FERREIRA, Maria Inês; AZIZ, Jorge; JUNIOR, Alfredo; DA SILVA, Isaura Maria; MAGALHÃES, Marisa; FERNANDES, Luiz Antônio; CHAGAS, Oscar Luiz; QUEIRÓS, Maria José; DOS SANTOS, Marcos Cezar; JARDIM, Eduardo Jalles. Capacitação de guias locais no entorno do PARNA Jurubatiba. *In: Anais do I Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em unidades de conservação*. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: Acessado em 13/fev/2017.

MIELKE, E. J. C.. **Desenvolvimento turístico de base comunitária**: uma abordagem prática e sustentável. Campinas, SP: Alínea. 2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Programa de Regionalização do Turismo, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2o0jsla> . Acessado em 21/fev/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária**: desafio para a formulação de política pública / Ministério do Turismo. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Ecoturismo**: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Estatísticas e indicadores**. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/1cxQ0UF>. Acessado em 24/jan/2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Glossário do Turismo**. Disponível em: <http://bit.ly/2hWZin8>. Acessado em mar/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Mapa do Turismo Brasileiro**: perguntas e respostas. Programa de Regionalização do Turismo, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2cmqfuG>. Acessado em 21/fev/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – uma viagem de inclusão. Brasília: Ministério do Turismo, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2nfyGkF>. Acesso em: Acessado em 20/fev/2018. 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016**. Disponível em: <http://bit.ly/2wwMCfy>. Acessado em: out/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Programa Brasil Mais Turismo**. Disponível em <http://bit.ly/2oIkSNu>. Acessado em 30/out/2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo. **Edital de chamada pública de projetos MTur/no. 001/2008**. MINISTÉRIO DO TURISMO, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://bit.ly/2BFtMo5>. Acessado em 20/fev/2018.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **CADASTUR**. Disponível em: <http://bit.ly/2pmSSjX>. Acessado em 18/dez/2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21 Brasileira**: Ações Prioritárias. Brasília, DF, MMA, 1997.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Convenção da Diversidade Biológica**. Brasília – DF: MMA, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Sítios Ramsar do Brasil**. Disponível em: www.mma.gov.br. Acessado em 03/nov/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA)**. Disponível em: <http://bit.ly/2oJG5Jn>. Acessado em 18/abr/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Áreas Úmidas - Convenção de Ramsar**. Disponível em: <http://bit.ly/2qQCpnk>. Acessado em: 07/mai/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas **Diretrizes para a visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/ascom_boletins/arquivos/livro.pdf. Acessado em 14/mar/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Metas de Aichi**. Disponível em: <http://bit.ly/1k0xMD4>. Acessado em 10/10/2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <http://bit.ly/1khmuv4>. Acessado em 02/mar/2018 às 15h

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.. **Relatório Parametrizado - Unidade de Conservação. Área de Proteção Ambiental Pau Brasil**. Disponível em: <http://bit.ly/2p0Djk3> . Acessado em 31/jul/2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE... **Relatório Parametrizado. Unidade de Conservação Município de Macaé (RJ)**. Disponível em: <http://bit.ly/2p0Djk3> . Acessado em 13/abr/2017.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico**. 2 ed. são Paulo: Contexto, 2002.

MORE, Thomas A; MANNING, Robert E. The Public Function of Parks and Protected Areas. [2004]. (Working Papers of the Finnish Forest Research Institute, 2). Disponível em: <http://www.metla.fi/julkaisut/workingpapers/2004/mwp002-42.pdf> . Acesso em: 12 fev. 2015.

MORETTO, Maria Azevedo. **A ‘maceguenta’ memória social na política cultural da ‘azamboada’ Campos dos Goytacazes**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. Orientador: Prof. Dr. Nilson Alves de Moraes. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. 2010.

MORIN, Edgard; KERN, Anne Brigitte. **Terra Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

MOURA, Rafael Peçanha. E o mar vai virar aterro - antropologia, direito e conflito nas disputas por espaços num bairro do interior fluminense. **Perspectiva Sociológica**, v. 3, p. 1-15, 2012. Disponível em: <http://bit.ly/2hiGsZL>. Acessado em 31/jul/2017.

MTAPURI, Oliver.; GIAMPICCOLI, Andrea. Towards a comprehensive model of community based tourism development. **South African Geographical Journal**. 2014.

MUSEUS DO RIO. **Complexo cultural Fazenda Machadinho**. Disponível em: <http://bit.ly/2owbWLR> . Acessado em 14/abr/2017.

NATIONAL PARK SERVICE. **History and Culture**. Disponível em: <http://bit.ly/2ttNFXB> . Atualizado em: 15/fev/2015. Acessado em 02/jul/2017.

NELSON, Sherre Prince. Uso público nas Unidades de Conservação. *In*: WWF-Brasil/IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. **Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação**. WWF-Brasil/IPÊ: Brasília, 2012.

NEVEL, Michael.; TERRY, Wyke. Bridgewater 250: researching the archeology and history of the first industrial canal. *In*: **Bridgewater 250: The Archaeology of the World's First Industrial Canal** , Centre for Applied Archaeology, University of Salford, Salford, pp. 1-16. Disponível em: <http://bit.ly/2GEyoeJ>. Acessado em 19/03/2017.

NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida; GANTOS, Marcelo Carlos. **Políticas Públicas de Cultura em Quissamã: o caso da comunidade quilombola de Machadinho**. *In*: Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. Foz do Iguaçu PR: UNIOESTE, 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2mdmNHL>. Acessado em 18/mar/2017.

NOGUERO, Félix Tomillo. El concepto de turismo según la OMT. *In*: CASTILLO, Marcelino Nechar. **Epistemología del turismo**: ensaios críticos, México: Trillas, 2010.

O GLOBO. **Empresa que opera trem do Corcovado ganha licitação para explorar sistema por mais 20 anos**. Disponível em: <http://glo.bo/1UOiRvY>. Acessado em 25/mar/2016.

OGX, HABTEC. **Diagnóstico ambiental**: Lazer, turismo e cultura. Teste de Longa Duração e Desenvolvimento da Produção de Waimea, no Bloco BM-C-41, Bacia de Campos. Março, 2011. Disponível em: http://licenciamento.ibama.gov.br/Petroleo/Producao/Producao%20-%20Waimea%20-%20Bacia%20de%20Campos%20-%20Blocos%20BM-C-39,40,41%20e%2042%20-%20OGPar/CD_pdf/5.%20Diagn%F3stico%20Ambiental/5.3.%20Meio%20Socioecon%F4mico/I_Lazer%20turismo%20e%20cultura.pdf. Acessado em 22/fev/2017.

OLIVEIRA, E. M. A crise ambiental e suas implicações na produção do conhecimento. *In*: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. IBAMA: Brasília, DF, 2000. P. 77 – 92

OLIVEIRA, Roberta. Parque do Ibitipoca fecha 'Janela do Céu' por tempo indeterminado. Proibição é por medida de segurança e falta de funcionários, diz gerente. *In*: **G1 Zona da Mata**. Publicado em 28/10/2016 14h58. Disponível em: <https://glo.bo/2hcR8pE> . Acessado em 07/nov/2017.

OLIVEIRA, Roberta. Parque do Ibitipoca fecha 'Janela do Céu' por tempo indeterminado. Proibição é por medida de segurança e falta de funcionários, diz gerente. *In*: G1 Zona da Mata. Publicado em 28/10/2016 14h58. Disponível em: <https://glo.bo/2hcR8pE> . Acessado em 07/nov/2017.

OMT/ONU. **Turismo para la naturaleza y el desarrollo**: Guía de buenas prácticas. Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica, Organización Mundial del Turismo y Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente: Montreal, 2009.

ORPHEO, Cristina; CAMBELL, Morrow Gaines. O Plano nacional de turismo (2007-2010): uma análise crítica do Plano Nacional de Turismo sob a ótica da participação e de um turismo sustentável de base comunitária. *In*: FBOMS. **Grupo de Trabalho Turismo sustentável**. Publicado em 2009. Disponível em: <http://fboms.org.br/grupo-de-trabalho/gt-turismo-sustentavel/>. Acessado em out/2017.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo**: fetichismo e dependência. Campinas: Alínea, 2005.

PALACIOS, Carlos García. Nuevos emprendimientos de turismo comunitario en Latinoamérica: la fuerza de las redes como instrumento de cohesión. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**. Mar, 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/caribe/2016/03/turismo.html>. Acessado em out/2017.

PARANHOS, Paulo. O Açúcar no Norte Fluminense. **Histórica**: Revista Online do Arquivo Público do Estado de São Paulo. N°. 8, ano 2. Março, 2006. ISSN 1808-6284. Disponível em: <http://bit.ly/2kBmmqm>. Acessado em 27/jan/2017.

PATRIMÔNIO FLUMINENSE. **Casa Mato de Pipa**. Disponível em: <http://bit.ly/2DCPjv8>. Acessado em 26/jan/2017.

PDA MATA ATLÂNTICA. **Ficha do projeto**: Turismo Sustentável de Base Comunitária na Região do Parque Nacional da restinga de Jurubatiba: Projeto Piloto

Quissamã. MMA, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2FKatxb>. Acessado em 26/jan/2017.

PENHA, Ana Lucia Nunes. Rumos da civilização: plantadores fluminenses na abertura de estradas e canais. *In: Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, Rio de Janeiro, n. 4, mai. 2014.

PENHA, Ana Lucia. **Nas águas do canal: política e poder na construção do canal Campos – Macaé (1835 – 1875)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Doutora. Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (orientador). Niterói. 2012.

PEREIRA, M.L.M; SOUZA, K. I. S.; VIEIRA, C.V. Restingas: ser ou não ser, eis a questão... **Anais do XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário ABEQUA, III Encontro do Quaternário Sulamericano, XIII ABEQUA Congress - The South American Quaternary: Challenges and Perspectives**. 2011. Disponível em: <http://bit.ly/2jGXIVU>. Acessado em jan/2017.

PEREIRA, Sheila Nunes. **As contradições do Turismo de Base Comunitária: o caso da comunidade Challapampa na Bolívia**. (Dissertação). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal da Grande Dourados. Orientador: Claudio Reis. Dourados, MS: UFGD, 2016.

PEREIRA, F.; MARTINS, R. **Atrativos do PARNA Jurubatiba: turismo e educação ambiental**. Macaé: NUPEM/UFRJ, 2012.

PINTO, Verônica Moraes de Oliveira. **Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: desafio para o desenvolvimento local do município de Carapebus/RJ**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Intensivo de Pós- Graduação em Administração Pública – CIPAD Pós-Graduação *lato sensu*, Nível de Especialização Fundação Getúlio Vargas Escola Brasileira de Administração Pública e de Pesquisa-EBAPE. Rio de Janeiro, 2008.

PIRES, Paulo S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

PORTAL BRASIL. **Rio recebeu 1,2 milhão de visitantes durante Jogos Olímpicos**. Publicado: 23/08/2016 16h03. Última modificação: 23/08/2016 16h13. Disponível em: <http://bit.ly/2bKJkrB> Acessado em 20/fev/2018.

PORTAL ODM. **Relatórios dinâmicos**. Disponível em: <http://bit.ly/2nTqJj4> . Acessado em: 01/abr/2017.

PRATES, Ana Paula; SOUSA, Nadinni, Oliveira de Matos. Panorama geral das áreas protegidas no Brasil: desafios para o cumprimento da meta 11 de Aichi. *In: BENSUSAN, Nurit; PRATES, Ana Paula. A diversidade cabe na unidade? Áreas protegidas no Brasil*. Brasília: IEB, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS. **Carapebus cria Conselho Municipal de Turismo**. 23 de maio de 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2ljYVXf> . Acessado em 20/dez/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAPEBUS. **Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Carapebus**. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2mBDTnm>. Acessado em: 20/nov/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Informações socioeconômicas**. Disponível em: <http://bit.ly/2mF9IIK>. Acessado em 01/mar/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Macaé Turismo Showcase**. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2kRFXr3>. Acessado em 23/fev/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Turismo de negócios**. Disponível em: <http://bit.ly/2merXr5>. Acessado em 01/mar/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Quissamã**. [Folheteria]. Nota: Folheteria turística sobre os roteiros. s.d.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Banda Musical União Quissamaense**. Disponível em: <http://bit.ly/2pRIhQa>. Acessado em 22/abr/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Estação da Freguesia, Quissamã –RJ**. Folder. Quissamã – RJ: Fundação Cultural, 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Praias**. Disponível em: <http://bit.ly/2IAoPBT>. Acessado em 11/fev/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ. **Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Quissamã – PDA Mata Atlântica**. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2oJjOJ0>. Acessado em 18/abr/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ. **Estrutura administrativa**. Disponível em: <http://www.macaee.rj.gov.br/sedec>. Acessado em: 13/abr/2017.

PROENÇA JUNIOR, D.; SILVA, E. R.. Contexto e processo do Mapeamento Sistemático da Literatura no trajeto da Pós-Graduação no Brasil. *In: Transinformação*, Campinas, v. 28, n. 2, p. 233-240, 2016. Disponível em <http://bit.ly/2i6Fm3R>. Acessado em 02/out/ 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2318-08892016000200009>.

PROJETO DOCES MATAS. **Manual de Introdução à Interpretação Ambiental**. IEF-MG/IBAMA/Fundação Biodiversitas/GTZ. Belo Horizonte, 2002.

PROJETO BAGAGEM. **Apresentação**. Disponível em: <http://bit.ly/2ARZLSF>. Acessado em 03/dez/2017.

PROJETO PARCERIAS AMBIENTAIS PÚBLICO-PRIVADAS. **Sobre**. Disponível em: www.papp.org.br. Acessado em 21/nov/2017.

PRO-POOR TOURISM. **What is pro-poor tourism?** Disponível em: <http://bit.ly/2xzQpK4>. Acessado em out/2017.

QUINTAS, José Silva. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO Ronaldo Souza (Orgs.). **Repensar a educação ambiental: um olhar crítico**, Cortez: São Paulo. 2009.

QUINTINO, Amaro Sebastião de Souza; ALMEIDA, Carolina Vieira Caldeira de Lima de Souza; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos. Gestão participativa: recurso único para o resgate do Canal Campos-Macaé. *In: Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*. v. 1 n. 2, jul./ dez., Campos dos Goytacazes/RJ: 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2qZT3Up>. Acessado em 27/mai/2017.

QUIPEA. **Sobre o QUIPEA**. Disponível em: <http://bit.ly/2q2MKQj>. Acessado em 22/abr/2017.

RAMÃO, Felipe de Souza. A “privatização” do meio ambiente na cidade de Cabo Frio: Uma reflexão a partir das contribuições de Pierre George. *In: Espaço e economia*:

revista brasileira de geografia econômica. Ano II, N. 44, 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2uOYN5j>. Acessado em 31/jul/2017.

RAMIRO, Julia. Administração esclarece fechamento da Janela do Céu em Ibitipoca. **Diário Regional.** Publicado em 03/Nov/2016 às 19:14. Disponível em: <http://bit.ly/2hRihzj>. Acessado em 07/nov/2017.

RAMIRO, R. **Economia solidária e turismo:** uma avaliação da experiência de incubação de cooperativas populares na cadeia produtiva do turismo na região nordeste do Brasil. Brasília: IABS. 2010.

RAMSAR. **About Ramsar.** Disponível em: <http://www.ramsar.org/>. Acessado em 03/nov/2017.

RED TUSOCO. **About us.** In: <http://tusoco.com/es/sobre-nosotros/> . Acessado em 28/jul/2017.

REDE TUCUM. **Quem somos.** Disponível em: <http://bit.ly/2yZ6ybo> . Acessado em 28/out/2017.

REDE TURISOL. **Sobre a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – TURISOL.** Publicado em 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2z1dipb>. Acessado em 29/out/2017.

REIS, Juliane. **O Debate On.** Jurubatiba é o segundo Parque a autorizar a pesca em lagoas. 2010. Disponível em: <http://bit.ly/2kf8Cli> . Acessado em 06/fev/2017.

REIS, Juliane. **O Debate On.** Parque de Jurubatiba: ICMbio prevê inauguração do Centro de Visitantes para junho. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2kzwHUQ> . Acessado em 06/fev/2017.

REZENDE, Maria José de. As metas socioeconômicas denominadas Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: os percalços de um projeto de combate à pobreza absoluta e à exclusão social. **Convergência**, Toluca, v. 14, n. 43, p. 169-209, abr. 2007.

REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, L.N.(Org.). **Turismo, território e conflitos imobiliários.** Fortaleza: EdUECE. 2012.

RIBEIRO, Guilherme; OLIVEIRA, Leandro Dias de. As Territorialidades da Metrópole no Século XXI: Tensões entre o Tradicional e o Moderno na Cidade de Cabo Frio-RJ. In: **Geo UERJ.** Ano 11, v.3, n.20, 2º sem. 2009. p. 108-127. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs. Acessado em 31/jul/2017.

RIBEIRO-DIAS, Juliana Soares; FIGUEIRÓ, Ronaldo; GRENHA, Viviane. Caracterização da percepção dos moradores do entorno do canal Macaé-Campos: da questão das macrófitas ao delineamento de políticas de Educação ambiental. In: **Revista Educação Ambiental em Ação.** No. 39, Ano X. Março-Maio/2012. Disponível em: <http://bit.ly/2r7aALP> . Acessado em 21/mai/2017.

ROCKTAESCHEL, Benita M. M. **Terceirização em Áreas Protegidas** – estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. In: **Desenvolvimento e Meio Ambiente.** V. 28, p. 75-88, jul-dez, 2013. Editora UFPR.

RODRIGUES, C. G. O.; IRVING, M. A.; DRUMMOND, J. A. A Valoração das propriedades Estéticas e Recreativas da Biodiversidade e o Turismo em Parques Nacionais. *In: ANAIS do V Encontro Nacional da Anppas*. 2010a.

RODRIGUES, C. G. O.; IRVING, M. A.; DRUMMOND, J. A. Da visita e do turismo: uma reflexão sobre o uso público em parques nacionais. *In: ANAIS do XI Encontro Nacional se Turismo com Base Local: Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios*. UFF: Niterói – RJ, 2010.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade**. Tese de Doutorado apresentada ao CDS/UnB. Orientador: José Augusto Drummond. Brasília, 2009.

ROSA, Bruno. Queda nos *royalties* do petróleo gera crise nas cidades do Rio. *In: O Globo*. 28/fev/2016. Acessado em: 20/Fev/2017. Disponível em: <http://glo.bo/1UFJJMd>.

RUA, João. Aragão, Luciano Ximenes; Lima, Luiz Claudio Motta; de Oliveira, Neusa Amaro; Ramuz, Pedro Francisco. Diagnóstico preliminar das condições sócio-ambientais do município de Quissamã. **Boletim Gaúcho Versão de Geografia**, 21: 162-167, ago., 1996. Disponível em: <http://bit.ly/2pm9VDD>. Acessado em 18/mar/2018.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Plano Nacional do Turismo: uma análise crítica. *In: Caderno Virtual de Turismo*. Vol. 3, Nº 4, 2003.

SANSOLO, Davis Gruber; CRUZ, Rita de Cássia Ariza. Geografias do turismo no vasto continente africano. *In: GEOUSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 29, 2011. p. 171 – 186.

SANTOS, Juvandí de Souza. Métodos classificatórios dos indígenas do Brasil do pós-contato: uma rápida revisão bibliográfica. **TARAIRIÚ – Revista Eletrônica do Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da UEPB**. Campina Grande, Ano III – Vol.1 - Número 04 – Abr/Mai de 2012. Disponível em: http://mhn.uepb.edu.br/revista_tarairiu/n4/art3.pdf. Acessado em 23/jan/2017.

SANTOS, Maiza. Parques sob gestão privada. *In: Correio Brasiliense*. Publicado em 10/set/2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10212281821538003&set=gm.172178376690918&type=3&theater&ifg=1>. Acessado em 04/out/2017.

SANTOS, Marcelo Guerra; FEVEREIRO, Paulo César Ayres; REIS, Geisa Lauro; BARCELOS, Jorge Inácio. Recursos vegetais da Restinga de Carapebus, Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Biol. Neotrop.** 6(1):35-54, 2009. Disponível em: <http://bit.ly/2jnjWvk>.

SANTOS, Marcos Cezar. **Contribuição à gestão das lagoas costeiras: conhecimento tradicional, técnico e científico associado ao manejo dos recursos naturais da Lagoa de Carapebus, Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba - RJ**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Engenharia Ambiental. Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos, 2008. Macaé : [s.n.], 2008. 135 f.

SAPORITI, N. Managing national parks: how public-private partnership can aid conservation. *In: THE WORLD BANK GROUP. Public policy for the private sector*.

Note number 209, June 2006. Disponível em: <http://rru.worldbank.org/PublicPolicyJournal>. Acessado em 24/ago/2015.

SCHMIDT, Hugo Gorziglia; BENITO, Victoria López. *Manchester, ejemplo referente de revitalización del patrimonio industrial*. In: **Tour&her**. Volumen I, número 1, marzo-abril 2012, pp. 77-84.

SEBELE, Lesego S. Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. In: **Tourism Management** . n. 31, 2010. P. 136–146. Disponível em: <http://bit.ly/2zqVvVI>. Acessado em 26/nov/2017.

SEBRAE. **Painel regional**: Norte Fluminense. Observatório SEBRAE/RJ. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, 2015.

SEBRAE. **Setor de Turismo no Rio de Janeiro**: Projetos Desenvolvidos. Disponível em: <http://bit.ly/2j1ftN3>. Acessado em jan/2017.

SEBRAE ES. **Benchmarking**. Disponível em: <http://bit.ly/2ks2uFL> . Acessado em 14/fev/2017.

SEBRAE. **Manual de Ações de Promoção e Apoio à Comercialização em Turismo**. Disponível em: <http://bit.ly/21KN4y2>. Acessado em 14/fev/2017.

SEBRAE. **Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**: fomento ao turismo nas unidades de conservação. SEBRAE. 2014.

SECRETARÍA DEL CONVENIO SOBRE LA DIVERSIDAD BIOLÓGICA. Directrices sobre Diversidad Biológica y Desarrollo del Turismo: Directrices internacionales para actividades relacionadas con el desarrollo del turismo sostenible en ecosistemas vulnerables, terrestres, marinos y costeros y hábitats de gran importancia para la diversidad biológica y áreas protegidas, incluidos los ecosistemas frágiles, ribereños y de montañas. (Directrices del CDB) Montreal: Secretaría del Convenio sobre la Diversidad Biológica, 30 p. 2004.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (2015) Tourism supporting Biodiversity - A Manual on applying the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development. Montreal, 2015.

SERRA, Rodrigo Valente; TERRA, Denise Tavares. Notas sobre a região petro-rentista da Baía de Campos. In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Org.). **Formação histórica e econômica do Norte Fluminense**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.

SILVA TELLES, Pedro Carlos da. **História da Engenharia do Brasil**: séculos XVI a XIX. 2ª. Ed. Rev. Ampl. Rio de Janeiro: Clavelo, 1994.

SILVA, Juliana Barreto. **O papel dos mediadores na (re)construção da identidade étnica de duas comunidades quilombolas do norte fluminense**: Barrinha e Machadinho. [Dissertação de Mestrado – Sociologia Política] Campos dos Goytacazes: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UENF, 2009.

SILVA, Ana Cláudia Cruz. Política, cultura e posse da terra na Fazenda Machadinho. Cosmologias, territorialidades e políticas de quilombolas e de povos tradicionais (dossiê). **Aceno**, Vol. 3, N. 6, p. 36-51. Ago. a Dez. de 2016. ISSN: 2358-5587.

SILVA, Kátia T. P., RAMIRO, Rodrigo C., TEIXEIRA, Breno S.. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.;

- SANSOLO, D. G. ;BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- SILVA NETO, Romeu. Indústria e desenvolvimento na região Norte Fluminense: crescimento econômico e o problema da extrema heterogeneidade econômico-espacial no Estado do RJ. *In: CARVALHO, Ailton Mota; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira (Org.). Formação histórica e econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2006.
- SIMON, Alba. Conflitos na conservação da natureza: o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca. *In: Confluências: - revista interdisciplinar de Sociologia e Direito*. Vol. 4, n. 1. UFF, PPGSD: Niterói, RJ. 2005. P. 27 – 37.
- SIQUEIRA, Marcela. **Participação no processo de gestão do PARNA da Restinga de Jurubatiba: possibilidades e dificuldades**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2009. Orientador: Carlos Frederico B. Loureiro.
- SIQUEIRA, Márcio. Turismo passa a ser estratégia de passaporte para o futuro de Macaé. **O Debate On**. Publicado em 04/01/2017 às 15h01. Disponível em: <http://bit.ly/2lBnL1S> . Acessado em 22/fev/2017.
- SIQUEIRA, Márcio. Aeroporto de Macaé segue como referência na logística offshore. Publicado em 09/12/2014. **O Debate On**. Disponível em: <http://bit.ly/2mmyuQu> Acessado em 03/mar/2017.
- SIQUEIRA, Márcio. Do Canal ao Porto: Macaé alcança anos de progresso através das águas. *In: O DEBATE ON*. Publicado Em 04/07/2017 às 11h53. Disponível em: <http://bit.ly/2rOHNg3>. Acessado em jan/2018.
- SIQUEIRA, Márcio. Preço do barril de petróleo e alta do dólar elevam a parcela dos royalties. Abril/2015. *In: O Debate On*. Disponível em: <http://bit.ly/2lAxO9j> Acessado em 20/fev/2017.
- SIQUEIRA, Márcio. *Royalties* rendem ao governo maior parcela do ano: R\$ 30,3 milhões. 26/dez/2016. *In: O Debate On*. Disponível em: <http://bit.ly/2kFwGSv>. Acessado em 20/fev/2017.
- SOFFIATI, Arthur. A história do nome do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. *In: Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego*. v. 3, n. 1, 2009. Disponível em <http://bit.ly/2kxI6q>. Acessado em jan/2017.
- SOFFIATI, A. A. Histórico Sócio-ecológico: Aspectos históricos das lagoas do norte do estado do Rio de Janeiro *In: ESTEVES, F. A. Ecologia das lagoas costeiras*. Macaé: NUPEM/UFRJ, 1998.
- SOFFIATI, Arthur. Canal Campos-Macaé. Folha da Manhã. Campos (RJ), 18/jan/1995. *In: SOFFIATI, Arthur. As lagoas do Norte Fluminense: uma contribuição à história de uma luta*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2013.
- SOFFIATI, Arthur. Dragagem de canais. Folha da Manhã. Campos (RJ), 17/SET/1996. *In: SOFFIATI, Arthur. As lagoas do Norte Fluminense: uma contribuição à história de uma luta*. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2013.
- SOFFIATI, Arthur. História das ações antrópicas sobre os ecossistemas vegetais nativos das regiões norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro. **Perspectivas**. Campos dos Goytacazes, v.4, n.7, p. 67-79, janeiro/julho 2005.

SOFFIATI, Arthur. Limpeza de Canais. Folha da Manhã. Campos (RJ), 21/fev/1996. In: SOFFIATI, Arthur. **As lagoas do Norte Fluminense: uma contribuição à história de uma luta.** Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia Editora, 2013.

SOFFIATI, Arthur. **Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense.** Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, v. 1 n. 2, jul./ dez. 2007.

SONEGHETTI, Pedro Moutinho da Costa. **Comunidade, fazenda, complexo cultural, quilombo:** transformações do espaço e discursos do patrimônio em Machadinho (Quissamã – RJ). Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, T. V. S. B.; THAPA, B.; RODRIGUES, C. G. O.; IMORI, D. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira:** Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015: Sumário Executivo. ICMBio. Brasília, 2017.

SOUZA, T. V. S. B. **Recreation classification, tourism demand and economic impact analyses of the federal protected areas of Brazil.** A dissertation presented to the graduate school of the University of Florida in partial fulfillment of the requirements for the degree of doctor of philosophy. University of Florida, 2016.

SPRADLEY, James. **The Ethnographic Interview.** Nova Iorque: Holt, Rinehart & Winston, 1979.

TEIXEIRA, Simonne. VIEIRA, Silvine de Souza. Um *continuum* de Histórias: o canal Campos – Macaé. In: **Cadernos de Pesquisa do CDHIS.** No. 33, Especial, Ano 18, 2005.

THE BRIDGEWATER CANAL TRUST. **The Bridgewater Way:** connecting Communities with History. [site oficial]. Disponível em: <http://bit.ly/1OsVlgX>. Acessado em 19/03/2017.

THIOLLENT, Michel. Apresentação. In: ZAOUAL, Hassan. **Nova economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.

THOMPSON, A., MASSYN, P.J., PENDRY, J., PASTORELLI, J.. **Tourism Concessions in Protected Natural Areas:** Guidelines for Managers. United Nations Development Programme, 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. **Estudo socioeconômico:** Quissamã. Rio de Janeiro, RJ: TCE, 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2nMfitp> Acessado em: 20/mar/2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. **Estudo socioeconômico:** Quissamã. Rio de Janeiro, RJ: TCE, 2003. Disponível em: <http://bit.ly/2nhhI5M> Acessado em: 20/mar/2017.

UFF NEWS. UFF intensifica intercâmbio cultural com a África. In: **UFF.** Publicado em 05/abr/2017, 12:14. Disponível em: <http://bit.ly/2oGoAHc>. Acessado em 22/abr/2017.

UNEP-WCMC and IUCN (2016). Protected Planet Report 2016. UNEP-WCMC and IUCN: Cambridge UK and Gland, Switzerland.

UNESCO. **Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural.** Disponível em: <http://bit.ly/29YCtvi>. Acessado em 03/mar/2018. 1972

UNESCO. **A UNESCO e o Ano Internacional do Turismo Sustentável**. Disponível em: <http://bit.ly/2g2PvdX/>. Acessado em 08/mar/2017.

UNESCO. **Canal Du Midi**. Disponível em: <http://bit.ly/1CuVQj9> Acessado em 02/jul/2017.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Multinational Federation of Community Tourism in Ecuador (FEPTCE)**, Ecuador. Equator Initiative Case Study Series. New York, NY. 2012.

OMT/UNWTO. **Destination wetlands: supporting sustainable tourism**. Secretariat of the Ramsar Convention on Wetlands, Gland, Switzerland, Madrid, Spain, 2012. Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284414697>. Acessado em 01/ago/2017.

UNWTO. Glossary of tourism terms. *In*: UNWTO. **International Recommendation for tourism statistics**. 2008. Disponível em: <http://statistics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/glossaryterms.pdf> , . Acessado em 05/nov/2017.

UNWTO. **Glossary of tourism terms**. Last update february 2014. Disponível em: <http://cf.cdn.unwto.org/sites/all/files/Glossary-of-terms.pdf>

UNWTO. **Why tourism?** Disponível em: <http://www2.unwto.org/content/why-tourism> Acessado em 04/mar/2017.

UOL. **Novo engenho São Miguel, em Quissamã, produz cachaça artesanal premiada**. Atualizado em 29/11/2013. Disponível em: <http://bit.ly/2pkHiF0>. Acessado em 14/abr/2017.

UOL. **Quer entender o que acontece na Petrobras?** Disponível em: <http://bit.ly/2m18cUj>. Acessado em 20/fev/2017.

URANO, Débora Goes. **Turismo e redes de participação comunitária: análise das relações dos atores sociais da Rede Tucum, estado do Ceará, no período de 2008 a 2016**. 2016. 136f. Dissertação (Mestrado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

URRY, John. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VAINER, A. G. Conflitos ambientais em evidência na criação e manejo de um parque nacional: o caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba. *In*: **ANAIS do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**. Fortaleza (CE), Jun, 2010. Disponível em: Acessado em: 20/fev/2016.

VARGAS, Alan Carlos Vieira; SILVA, Marcus Vinícius G.; LIMA, Rodrigo Torres; COUTINHO, Roger Rangel; SOUZA, Sergio Otávio de. Um breve olhar sobre o sistema de canais da Baixada Campista: sua origem, conflitos, situação atual e sugestões para o futuro. *In*: **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**. V. 1 n. 2, jul./ dez. 2007. Disponível em: <http://bit.ly/2rQ6Xab>. Acessado em 23/mai/2017.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar: Epistemologia e Metodologia Operativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2002.

VASCONCELLOS, J. M. O. Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. **Cadernos de Conservação**. Ano 03, nº04, dez/2008.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. São Paulo: Aleph, 2011.

- VISIT MANCHESTER. **Aqueduto Barton Swing**. Disponível em: <http://bit.ly/2tkboOd>. Acessado em 27/jun/2017.
- VISIT TOULOUSE. **Canal Du Midi**. Disponível em: <http://bit.ly/2ttGgrj>. Acessado em 02/jul/2017.
- WESTERN, D. Definindo ecoturismo. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D.E. (Ed.) *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC-SP, 1995.
- WEICHERT Karlheinz. O Canal Campos-Macaé: obra ciclópica esquecida da engenharia nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)**. Rio de Janeiro, ano 166, n.º. 428, p. 261-303, jul-set, 2005. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsRmRqQUkyTG9LdG8/view
- WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katálisis**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 105-115 jan./jun. 2008.
- WIDDIS, RANDY W. *Stairway to Empire: Lockport, the Erie Canal and the Shaping of America*. In: *The Canadian Geographer / Le Géographe canadien* 54, no 2 (2010). 255–260.
- WIKIPEDIA. **Construção ciclópica**. Disponível em: <http://bit.ly/2rEzPkJ>. Acessado em 20/mai/2017.
- WIKIPEDIA. **Eutrofização**. Disponível em: <http://bit.ly/2q511J0>. Acessado em 20/mai/2017.
- WORD TOURISM ORGANIZATION (UNWTO). **Why tourism: tourism as na economic and social phenomenon**. Disponível em: <http://bit.ly/2DxqP7r>. Acessado em 24/jan/2018.
- ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. Trad. Michel Thiollent. São Paulo: Cortex, 2003.
- ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**. vol. 8, n. 2. 2008.
- ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A; COPPE/UFRJ, 2006.
- ZAPATA, M. J.; HALL, C. M.; LINDO, P.; *et al.*. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. In: **Current Issues in Tourism**. Vol. 14, Iss. 8. <https://doi.org/10.1080/13683500.2011.5592002011>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Termo de consentimento informado para oficinas



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social
Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo
Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Entrevista

Objetivo da entrevista: Conhecer as possibilidades de pesquisa sobre iniciativas comunitárias para o desenvolvimento do turismo no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, pelo Quilombo Machadinho, via Canal Campos Macaé.

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado em Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social (PEP/COPPE/UFRJ) realizada por Eloise Silveira Botelho (doutoranda) e Roberto Bartholo (orientador).

A pesquisa em questão é sobre a possibilidade estabelecer vínculos entre parques nacionais e comunidades tradicionais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, especificamente sobre as possibilidades de vínculos entre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e o Quilombo Machadinho através de roteiros de visitação no Canal Campos Macaé. É importante que você saiba:

- Você não terá nenhum gasto e não receberá pagamento com a sua participação neste estudo.
- A sua identidade será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade na divulgação de dados gerados durante o estudo. O interesse dos pesquisadores é mostrar o panorama geral dessas entrevistas. Dessa forma, comentários individuais serão utilizados somente com esse objetivo. Além disso, todo o material produzido será divulgado apenas para fins educacionais e relacionados com os objetivos desta pesquisa.
- Todos os participantes desta pesquisa [que incluem você] terão o direito de conhecer os resultados finais (ou parciais) do projeto, caso manifestem esse desejo.
- Sua participação é muito importante e voluntária. Dessa forma, a interrupção de sua participação em qualquer etapa do estudo pode ser também voluntária.

Apesar de a pesquisa não trazer nenhum benefício direto a você, por outro lado, a pesquisa poderá colaborar para a indicação de políticas públicas que envolvam o turismo local e a gestão do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Se você tem alguma dúvida ou reclamação a respeito de sua participação na pesquisa, por favor, entre em contato com Roberto Bartholo (orientador) nos seguintes endereços:

Email: roberto.bartholo@gmail.com.

Endereço: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), localizado na Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco F, Sala 123, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 21941-972.

Telefones:

Meus contatos:

Nome: Eloise Silveira Botelho.

Telefone:

Email: @hotmail.com

Recebi uma explicação completa da pesquisa e concordo em participar da pesquisa e deixar que registrem o conteúdo em meio audiovisual e escrito.

Local e Data _____

Nome do Participante	Assinatura
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	

APÊNDICE 2 – Termo de consentimento informado para entrevistas



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social
Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo
Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

TERMO DE CONSENTIMENTO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa de doutorado em Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social (PEP/COPPE/UFRJ) realizada por Eloise Silveira Botelho (doutoranda) e Roberto Bartholo (orientador).

A pesquisa em questão é sobre a possibilidade estabelecer vínculos entre parques nacionais e comunidades tradicionais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, especificamente sobre as possibilidades de vínculos entre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e o Quilombo Machadinho e pescadores artesanais através de roteiros de visitação no Canal Campos Macaé.

É importante que você saiba:

- Você não terá nenhum gasto e não receberá pagamento com a sua participação neste estudo.
- A sua identidade será mantida em sigilo, assegurando a sua privacidade na divulgação de dados gerados durante o estudo. O interesse dos pesquisadores é mostrar o panorama geral dessas entrevistas. Dessa forma, comentários individuais serão utilizados somente com esse objetivo. Além disso, todo o material produzido será divulgado apenas para fins educacionais e relacionados com os objetivos desta pesquisa.
- Todos os participantes desta pesquisa [que incluem você] terão o direito de conhecer os resultados finais (ou parciais) do projeto, caso manifestem esse desejo.
- Sua participação é muito importante e voluntária. Dessa forma, a interrupção de sua participação em qualquer etapa do estudo pode ser também voluntária.

Apesar de a pesquisa não trazer nenhum benefício direto a você, por outro lado, a pesquisa poderá colaborar para a indicação de políticas públicas que envolvam o turismo local e a gestão do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Se você tem alguma dúvida ou reclamação a respeito de sua participação na pesquisa, por favor, entre em contato com Roberto Bartholo (orientador) nos seguintes endereços:

Email: roberto.bartholo@gmail.com.

Endereço: Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), localizado na Cidade Universitária - Ilha do Fundão, Centro de Tecnologia, Bloco F, Sala 123, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 21941-972.

Telefones: (21) 2562-8294, 2562-8295, 2562-8297

Meus contatos: Eloise Silveira Botelho: *Telefone: e Email: @hotmail.com*

Recebi uma explicação completa da pesquisa e concordo em participar da pesquisa e deixar que registrem o conteúdo em meio audiovisual e escrito.

Local e Data _____

Nome do Participante

Assinatura

7. Em uma das reuniões, foi afirmado que “a portaria que autoriza condutores de visitantes, passeio de 4x4, passeio de barco está desatualizada e deverá ser revista, com justificativa fundamentada.”
- Como foi o processo de construção desta portaria?
 - Quais foram os procedimentos adotados pelo PNRJ com a instalação da portaria?
 - Como é a fiscalização?
 - Poderia esclarecer novamente por que a portaria será alterada?
8. Sobre a visitação no parque atualmente, como é feito o controle de visitantes?
- Quais são os maiores problemas relacionados à visitação?
 - Quais são as maiores dificuldades relacionadas à gestão do uso público?
9. Quais os próximos passos para o projeto Embaixadores do PNRJ?
- Que outras ações prevê o projeto?
 - Quais os resultados esperados?
10. Fala-se muito em envolvimento da população local no processo de desenvolvimento do turismo. Este discurso está presente nas recomendações da IUCN, no discurso acadêmico, e há diretrizes neste sentido no SNUC.
- Como você avalia esta recomendação na gestão do PNRJ, ou seja, na prática, no dia-a-dia?
 - Num plano ideal, de que modo o PNRJ vislumbra esta possibilidade?
 - O que seria necessário para tal?
 - Quais os maiores desafios neste sentido?
11. Como as instituições (e respectivas pessoas que as representam) que compõem a câmara técnica de uso público foram agregadas?
12. Qual o instituto de delegação de serviços de apoio à visitação à iniciativa que será adotado?
- Concessão, permissão, autorização, ppp?
 - Por quê?
13. Como Será o desenho do negócio?
- Cada parceiro será responsável por uma área, ou pelo conjunto de áreas?
 - Qual a previsão de lançamento do edital?
14. Não ficou claro a questão sobre a parceria com a prefeitura. Poderia explicar novamente?
15. Como é a situação fundiária do Parque?
- A delegação de serviços será feitas em áreas do parque ou áreas de particulares?
16. Você afirmou que “a portaria que autoriza condutores de visitantes, passeio de 4x4, passeio de barco está desatualizada e deverá ser revista, com justificativa fundamentada.”
- Como foi o processo de construção desta portaria?
 - Quais foram os procedimentos adotados pelo PNRJ com a instalação da portaria?
 - Como é a fiscalização?
 - Poderia esclarecer novamente por que a portaria será alterada?
17. Como é a visitação no parque atualmente?
- Quais as principais atividades de recreação, esporte, lazer realizadas?
 - Há turismo organizado? (Tipo excursão)

- c. Como é feito o controle de visitantes?
- d. Quais são os maiores problemas relacionados à visitação?
- e. Quais são as maiores dificuldades relacionadas à gestão do uso público?
- 18. Além das propostas apresentadas, de delegação de áreas para churrasco, trilha e camping, existe alguma outra proposta ou potencial identificado de uso público?
- 19. O que é o projeto Embaixadores do PNRJ? Qual o objetivo?
 - a. Quem compõe o projeto?
 - b. Como foi o processo de envolvimento de quem iria participar do projeto?
 - c. Que ações prevê o projeto?
 - d. Quais os resultados esperados?
- 20. O parque mantém relações com alguma associação ou cooperativa? Qual/quais? De que?
 - a. E com comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores)? Qual/quais?
 - b. Existem associações, cooperativas e/ou comunidades tradicionais (quilombolas e pescadores) que utilizam as áreas do parque para lazer?
 - c. E para comercialização?
- 21. O parque tem registro do projeto?
 - a. Qual foi o objetivo?
 - b. De que modo envolveu o Parque?
 - c. De que modo envolveu a população?
 - d. Quais foram os principais resultados do projeto PDA Mata Atlântica?
- 22. Fala-se muito em envolvimento da população local no processo de desenvolvimento do turismo. Este discurso está presente nas recomendações da IUCN, no discurso acadêmico, e há diretrizes neste sentido no SNUC.
 - a. Como você avalia esta recomendação?
 - b. Num plano ideal, de que modo o PNRJ vislumbra esta possibilidade?
 - c. O que seria necessário para tal?
 - d. Quais os maiores desafios neste sentido?

APÊNDICE 4 – Roteiro semi-estruturado para entrevista com Embaixadores de Jurubatiba

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Quissamã; Verificar a possibilidade de uso do canal; Verificar a possibilidade de parceria com o PNRJ.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data:

1. Quais as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Quissamã?
2. Qual a **relação** da Prefeitura de Quissamã e o **Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba**?
3. Atualmente, está sendo discutida a possibilidade de parceria com a iniciativa privada para operação de serviços turísticos no Parque. Como você avalia esta proposta?
4. Como você avalia o projeto Embaixadores do PNRJ?
 - a. Quais as ações que você participou?
 - b. Quais os resultados esperados?
5. **Como você avalia** a possibilidade passeios turísticos pelo canal?
6. Já fizeram o *passeio* saindo (ou chegando) da **Lagoa Feia para a Lagoa de Carapebus ou Jurubatiba**?
7. Atualmente, é viável a **utilização do canal** para turismo?
8. O que impede?
 - a. canal assoreado
 - b. necessidade de investimento para adaptação do barco
 - c. Discordância com o parque
 - d. falta de disponibilidade de tempo
 - e. desinteresse
 - f. ausência de habilidades e competências
 - g. interesse em ter outra fonte de trabalho.
 - h. Política
9. Em caso de resposta **positiva**,
 - a. De que forma isso poderia ocorrer?
 - b. O que seria necessário?
 - c. Quem poderia colaborar/apoiar?
 - d. Que história você considera importante contar, que mensagem deseja passar?
10. Já ocorreram **projetos** direcionadas para o **TBC**? Como foram?
11. Como surgiu a **ideia** de **receber visitantes** na Machadinha?
12. Como você avalia o interesse dos moradores de Machadinha em promover o turismo local? De que forma a **Prefeitura/ Câmara de Vereadores/Iniciativa** privada pode colaborar?
13. Qual a **relação entre** Fazenda Machadinha e senzalas com a **construção do Canal**?
14. Este canal **era utilizado** pelos moradores da Fazenda Machadinha, **no passado**? **Para quê**?
15. Como você avalia o interesse do Parque em inserir o Quilombo Machadinha nas atividades e ações do Parque com relação ao uso público.

APÊNDICE 5 – Roteiro semi-estruturado para entrevista com Pescadores

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Entrevista

Objetivo da entrevista: Conhecer as possibilidades de pesquisa sobre iniciativas comunitárias para o desenvolvimento do turismo em parceria com o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Nome do informante:

Instituição: Associação dos Pescadores Artesanais da Lagoa de Carapebus **Data:**

1. **Como surgiu** a associação de pescadores da Lagoa de Carapebus?
2. **Quem faz parte** desta associação?
3. Como você **avalia a situação** da associação **hoje**?
4. **Quantos** pescadores fazem parte?
5. **De que forma** (atuante, passiva, ausente)?
6. Qual a **situação da pesca, atualmente**, na Lagoa de Carapebus, para fins de **subsistência**?
7. A possibilidade de **trabalhar com turismo** já foi **discutida em reuniões** da associação ou outro fórum de participação?
8. **Como você avalia** a possibilidade dos pescadores artesanais em **trabalhar com passeio** de turistas? **Por quê**?
9. Em caso de resposta **negativa**, o que impede?
 - a. Navegabilidade da lagoa
 - b. Necessidade de investimento para adaptação do barco
 - c. Autorização do parque
 - d. Falta de disponibilidade de tempo
 - e. Desinteresse
 - f. Ausência de habilidades e competências
 - g. Interesse em ter outra fonte de trabalho que não o turismo.
10. Em caso de resposta **positiva**,
 - a. De que forma isso poderia ocorrer? Como seria a acolhida?
 - b. O que seria necessário?
 - c. Quem poderia colaborar/apoiar?
 - d. Que história você considera importante contar, que mensagem deseja passar?
11. **É viável a utilização do canal** para passeios?
12. Que trechos são utilizados pelos pescadores artesanais?
13. Já fizeram o trajeto saindo (ou chegando) da **Lagoa Feia para a Lagoa de Carapebus ou Jurubatiba**?
14. Que outros trabalhos, direcionados para o **Turismo, já ocorreram**? Como foi?
15. Está em curso um projeto **Embaixadores do Parque**. O que vocês sabem sobre este projeto?
16. Caso participassem deste projeto, que **benefícios** você acredita que poderia trazer para a associação e para os pescadores?
17. Está em curso um **novo TAC**. **Como** está sendo este processo, **na sua opinião**?
18. O que deveria **ser diferente** ou o que **deveria se manter**, em comparação ao **TAC passado**?

APÊNDICE 6 – Roteiro de entrevista com ex-representantes do prefeitura de Quissamã
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção
Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social
Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo
Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Entrevista

Objetivo da pesquisa de doutorado: A pesquisa em questão é sobre a possibilidade estabelecer vínculos entre parques nacionais e comunidades tradicionais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, especificamente sobre as possibilidades de vínculos entre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e o Quilombo Machadinho através de roteiros de visitação no Canal Campos Macaé.

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Quissamã, no passado recente; Conhecer as bases que fundamentaram as ações no Quilombo Machadinho, pelo projeto Raízes do Sabor e formação de guias de turismo.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data:

1. Em qual período (ano, semestre) foi desenvolvido o projeto PDA Mata Atlântica (Plano de Sustentabilidade do entorno do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba)?
2. Qual a relação deste projeto com a Prefeitura de Quissamã?
3. Quais foram os principais resultados alcançados?
4. O projeto envolveu “as comunidades instaladas no entorno do PARNA Jurubatiba”. Que comunidades são essas?
5. Que outras atividades foram desenvolvidas por você no município de Quissamã?
6. O que o projeto entendeu por “Turismo de base comunitária”?
7. Que ações foram desenvolvidas sobre o “Turismo de base comunitária”?
8. Como surgiu a ideia de receber visitantes na Machadinho?
9. Como surgiu a ideia de realizar passeios turísticos pelo canal Campos-Macaé?

APÊNDICE 7 – Roteiro de entrevista com representantes da Prefeitura Municipal de Quissamã

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações, projetos e políticas públicas para a cultura e o turismo em Quissamã; Verificar a possibilidade de visitas turísticas no Canal Campos Macaé, no Quilombo Machadinho e no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data da entrevista:

1. Quais as ações, projetos e políticas públicas da Prefeitura em relação à **Cultura e ao Turismo** em Quissamã?
2. Em Quissamã, que patrimônios você destacaria para visitação e o turismo? Por quê?
3. O que está previsto no Plano Municipal de Cultura de Quissamã em relação ao Canal Campos Macaé, ao Quilombo Machadinho e ao Parque de Jurubatiba?
4. **O Canal Campos Macaé é um patrimônio tombado.**
5. Neste governo, e em governos passados, já foram realizadas ações para viabilizar a visitação no Canal Campos Macaé? Quais?
6. O que você poderia destacar em relação ao Canal? (Algum ponto de parada relevante, paisagem, história).
7. Como você avalia a possibilidade passeios turísticos pelo canal Campos-Macaé?
8. Por que não são mais realizados passeios pelo canal?
 - a. canal assoreado
 - b. necessidade de investimentos para a viabilidade econômica do passeio
 - c. prioridades em outros setores
 - d. ausência de habilidades e competências
 - e. Política
9. O que seria necessário para viabilizar passeios turísticos pelo Canal?
 - a. Como seriam estes passeios?
 - b. Quem poderia colaborar/apoiar?
 - c. Que história você considera importante contar aos visitantes/turistas sobre o Canal?
10. **Em Machadinho, há um patrimônio histórico tombado e uma comunidade quilombola.**
11. Como surgiu a ideia de receber visitantes em Machadinho?
12. Como você avalia a visitação turística em Machadinho, atualmente?
13. O que você poderia destacar em relação à visitação e ao turismo no Quilombo Machadinho (envolvendo as cinco comunidades)?
14. Como você avalia o interesse dos quilombolas de Machadinho em promover o turismo?
15. De que forma a Prefeitura e a Iniciativa privada podem apoiar?

16. O que seria necessário para a visitação no Quilombo Machadinha?
- 17. O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba   uma importante área protegida, que abrange o município de Quissamã.**
18. Como você avalia a visitação turística no Parque, atualmente?
19. Como você avalia o projeto Embaixadores do PNRJ?
20. Quais as a oes que você participou?
21. Quais os resultados esperados?
22. De que forma a Prefeitura e a Iniciativa privada podem apoiar?
23. O que seria necessário para aumentar a visitação no Parque?

APÊNDICE 8 – Roteiro semi-estruturado para entrevista com Embaixadores de Jurubatiba

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Carapebus; Conhecer o uso da Lagoa de Carapebus e do Canal Campos Macaé para o turismo; Verificar a possibilidade de concepção de roteiros turísticos de base comunitária pelos pescadores na Lagoa de Carapebus; de uso do canal.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data:

1. Quais as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Carapebus?
2. Como é a relação da Prefeitura de Carapebus e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba?
3. Atualmente, está sendo discutida a possibilidade de parceria com a iniciativa privada para operação de serviços turísticos no Parque. Como você avalia esta proposta?
4. Como você avalia o projeto Embaixadores do PNRJ?
5. Quais as ações que você participou?
6. Quais os resultados esperados?
7. **Como é o turismo e a visitação na Lagoa de Carapebus?**
8. Li o documento “Proposta Preliminar de Programa de Uso Público para o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na área do Município de Carapebus”, elaborado pela Prefeitura de Carapebus. Você poderia me explicar mais a respeito deste documento (ano, como foi elaborado, quem participou, etc).
9. **Neste documento, há menção sobre a necessidade de se elaborar um “roteiro náutico” e uma “trilha aquática” na Lagoa do Paulista, Carapebus e Canal Campos Macaé.**
10. Este trabalho foi realizado?
11. Como é este roteiro?
12. Quem opera?
13. **Também se menciona sobre a necessidade de um estudo sobre o tipo e motor de embarcação para o roteiro náutico.**
14. Este estudo foi realizado?
15. Qual é a orientação?
16. Esta também é a orientação para os pescadores?
17. **Como é a relação entre os pescadores artesanais e o turismo, no uso da Lagoa de Carapebus?**
18. Neste documento, explana-se diversos atrativos, tais como a proposta do “Complexo Carapeba”, Igreja N. S. da Conceição no Caxanga; Conjunto Histórico do Açúcar; Cine de Carapebus; Estação Ferroviária e pela Igreja N. S. da Glória. Existe atualmente um roteiro à pé?
19. **Como você avalia a possibilidade passeios turísticos pelo Canal?**
20. **Atualmente, é viável a utilização do canal para turismo? O que impede?**
21. De que forma isso poderia ocorrer?
22. O que seria necessário?
23. Quem poderia colaborar/apoiar?
24. Que história você considera importante contar, que mensagem deseja passar?
25. Já ocorreram projetos direcionadas para o TBC? Como foram?
26. **Como você avalia a possibilidade dos pescadores artesanais em trabalharem com turismo?**

- 27. Como você avalia o interesse do Parque em envolver os pescadores artesanais nas atividades de turismo?**
28. Qual o trabalho desenvolvido pela ONG Ecoanzol?
29. De que forma os royalties tem sido aplicados em Carapebus?
30. Quais as ações da prefeitura com relação ao saneamento básico da área da Lagoa de Carapebus?

APÊNDICE 9 – Roteiro semi-estruturado para entrevista com Embaixadores de Jurubatiba

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Entrevista

Objetivo da pesquisa de doutorado: A pesquisa em questão é sobre a possibilidade articular o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e as as iniciativas locais para o desenvolvimento do turismo situado, através de roteiros de visitação no Canal Campos Macaé.

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Macaé; Conhecer a operacionalização, o uso e os roteiros turísticos nas Lagoas do Parque e no Canal Campos Macaé; Conhecer a abordagem sobre o Parque; Conhecer a relação com os pescadores.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data:

1. Como é o seu negócio? Que serviços oferecem?
2. Você possui uma autorização para operar dentro do Parque. Como foi esse processo?
3. Atualmente, está sendo discutida a possibilidade de expandir a parceria com a iniciativa privada para operação de serviços turísticos no Parque. Como você avalia esta proposta?
4. Como você avalia o projeto Embaixadores do PNRJ?
5. Quais as ações que você participou?
6. O que se espera como resultado?
7. Como é o turismo e a visitação no Parque de Jurubatiba? Como você avalia?
8. Atualmente, é viável a utilização do canal para turismo? O que impede?
9. De que forma isso poderia ocorrer?
10. O que seria necessário?
11. Quem poderia colaborar/apoiar?
12. Que história você considera importante contar, que mensagem deseja passar?
13. Como é a relação com os pescadores artesanais e o turismo, no uso da Lagoa de Carapebus?
14. Como você avalia a possibilidade dos pescadores artesanais em trabalharem com turismo?
15. Como é a relação da Prefeitura de Macaé e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba?
16. Quais as ações, projetos e políticas públicas para o turismo em Macaé?

APÊNDICE 10 – Roteiro de entrevista funcionário da Prefeitura Municipal de Quissamã

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Objetivo da entrevista: Conhecer as possibilidades de pesquisa sobre iniciativas comunitárias para o desenvolvimento do turismo em parceria com o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Nome do informante: **Instituição:** Espaço cultural

Data:

1. Qual a **relação** do Espaço Cultural e o **parque**?
2. **Como você avalia** a possibilidade de transportes e passeios turísticos pelo canal?
3. Já fizeram o *passeio* saindo (ou chegando) da **Lagoa Feia para a Lagoa de Carapebus ou Jurubatiba**?
4. Atualmente, é viável a **utilização do canal** para transporte turístico de passageiros?
5. O que impede?
6. canal assoreado
7. necessidade de investimento para adaptação do barco
8. Discordância com o parque
9. falta de disponibilidade de tempo
10. desinteresse
11. ausência de habilidades e competências
12. interesse em ter outra fonte de trabalho.
13. Política
14. Em caso de resposta **positiva**,
 - a. De que forma isso poderia ocorrer?
 - b. O que seria necessário?
 - c. Quem poderia colaborar/apoiar?
 - d. Que história você considera importante contar, que mensagem deseja passar?
15. Já ocorreram **projetos** direcionadas para o **TBC**? Como foram?
16. Como surgiu a **ideia** de **receber visitantes** na Machadinha?
17. **Como era** feita a recepção de visitantes?
18. **Atualmente, como é feita a acolhida de visitantes**?
19. Existe, atualmente ou no passado, alguma **relação entre o Parque e o Quilombo**? De que forma?
20. Como você avalia a possibilidade de **parceria** com **SEBRAE** para as atividades de **TBC** no quilombo?
21. Está em curso um projeto **Embaixadores do Parque**. O que você sabe sobre este projeto?
22. Caso participassem deste projeto, que **benefícios** você acredita que pode trazer?
23. Qual a **relação entre o local** (Fazenda Machadinha e senzalas) com a **história da plantação de cana de açúcar**?
24. Qual a **relação entre o local** (Fazenda Machadinha e senzalas) com a **construção do Canal**?
25. Este canal **era utilizado** pelos moradores da Fazenda Machadinha, **no passado**? **Para quê?**

APÊNDICE 11 – Roteiro de entrevista semi-estruturado SEBRAE

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Objetivo da entrevista: Conhecer as ações em torno do projeto “Embaixadores do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba”.

Nome do informante:

Idade:

Profissão:

Instituição:

Data:

1. O que é o projeto Embaixadores do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba?
2. Qual o período de realização do projeto? (De mês/ano A mês/ano).
3. Quais as principais ações desenvolvidas?
4. Como foi o processo de definição das ações?
5. Como foi o processo de escolha das pessoas/empresas que participariam do projeto, ou seja, os “embaixadores”?
6. Quais os resultados esperados?
7. De que forma o projeto pretende influir na cadeia produtiva do turismo? Que ações são realizadas neste sentido?
8. Quais pontos a serem visitados no Roteiro dos Sete Capitães?
9. Como foi o processo de seleção dos atrativos, instituições e lugares a serem visitados?
10. Todos os atrativos/lugares/instituições são embaixadores ou há instituições que não integraram o projeto, mas participarão do roteiro?
11. Este projeto é desenvolvido em outros parques no Brasil? Os projetos seguem o mesmo padrão ou se diferenciam?
12. O Quilombo Machadinho faz parte do projeto?
 - a. Se positivo, de que forma?
 - b. Se negativo, por quê? Como poderia participar?
13. O Canal Campos Macaé compõe o Roteiro dos Sete Capitães?
 - a. Se positivo, de que forma?
 - b. Se negativo, por quê? Como poderia ser incluído?

APÊNDICE 12 - Roteiro de oficina com pescadores

Oficina Roteiros de Turismo de Base Comunitária - Pescadores artesanais de Carapebus

1. APRESENTAÇÃO

Pesquisa de Doutorado – LTDS/COPPE/UFRJ

Eu estou escrevendo sobre a possibilidade estabelecer vínculos entre **parques nacionais e comunidades tradicionais para o desenvolvimento do turismo de base comunitária**, especificamente as possibilidades de vínculos entre o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e pescadores artesanais de Carapebus através de roteiros de visitação no Canal Campos Macaé.

Professora do Curso de Turismo da UNIRIO (presencial e CEDERJ).

2. PROGRAMAÇÃO:

18/11, sexta-feira, 2016.

Local: Bairro Caxanga

Mediadora: Eloise S. Botelho

Objetivo: Criar um roteiro de turismo de base comunitária na Lagoa de Carapebus, envolvendo os pescadores tradicionais, incluindo o Canal Campos Macaé, por meio de um diagnóstico sobre o potencial de visitação.

Público-alvo: Membros da Associação de Pescadores de Carapebus.

De 10h às 11h

- Apresentação e acordos
 - Identificação e avaliação dos pontos para visitação e histórias na Lagoa Carapebus e Canal.
 - Criar o roteiro.
 - Lanche.
- **APRESENTAÇÃO PARTICIPANTES:** Apresentação, Nome, Comunidade, Expectativa em relação à oficina.

a. Roteiros de Turismo de base comunitária com pescadores artesanais de Carapebus.

Vocês já debateram, no âmbito da Associação, sobre trabalhar com passeios?

- b. Querem receber visitantes?
- c. Podem receber visitantes?
- d. Roteiros de Turismo de base comunitária. O que quero dizer com isso?

A partir da troca de conhecimentos entre os participantes, construir roteiros de visitação, que sejam organizados e oferecidos pelas **pessoas daqui** aos **visitantes interessados** em conhecer a cultura, as pessoas, a comida, a natureza, os lugares especiais das pessoas que aqui moram a fim de:

- criar uma fonte de **renda complementar** para o coletivo;
- servir de instrumento para **afirmação da identidade de pescador**;
- fazer com que a comunidade possa ter o **direito de opinar e decidir sobre como deseja o turismo** e a visitação na Lagoa de Carapebus.

3. FECHER OS OLHOS E IMAGINE: O QUE VOCÊ FARIA AO RECEBER UM VISITANTE?

- a. Onde você iria levá-lo?
- b. O que vocêalaria para este visitante sobre este lugar?
- c. Que história contaria para ele?
- d. Como você iria demonstrar para o visitante o significado que este lugar tem para você e para a minha comunidade?
- e. Algum de vocês pensou no Canal Campos Macaé e Lagoa de Carapebus? Por quê?

4. VAMOS REFLETIR...

- a. O que este lugar tem de bom a oferecer?
- b. O que este lugar/atividade precisa melhorar para receber meu visitante?
- c. O que pode ser feito para este lugar melhorar?
- d. Como vocês avaliam o Canal Campos Macaé e Lagoa de Carapebus?

5. PLANEJAR O ROTEIRO DE VISITAÇÃO NA LAGOA DE CARAPEBUS

a. Correlacionar os atrativos

- Criar circuitos, linhas transitáveis, podendo ser:
- **Tema:** Ex.: Talentos locais; Natureza; Rural.
- **Distância/tempo:** pequeno ou longo percurso; 2 ou 4 horas.
- **Público-alvo:** escola; grupo de agência; pesquisadores; outros.

6. Identificando os turistas

- Que tipo de pessoa que HOJE vem à lagoa de Carapebus?
- Que tipo de visitante eu DESEJO receber?

APÊNDICE 13 – Roteiro de oficina com os quilombolas

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Local: Memorial da Machadinho – Complexo cultural Fazenda Machadinho – quilombo Machadinho.

Mediadora: Eloise Botelho

Objetivo: Criar um roteiro de turismo de base comunitária no Quilombo Machadinho por meio de um diagnóstico sobre o potencial de visitação.

Público-alvo: Moradores de Machadinho, Boa Vista, Bacurau, Mutum, Santa Luzia.

Datas: 06/10 (quinta-feira), de 10h às 13h; e 07/10 (sexta-feira), de 14h às 18h.

Local: Memorial da Machadinho

Número esperado de pessoas: 20.

PROGRAMAÇÃO

1. Dinâmica de apresentação

2. Diagnóstico e análise

A. Queremos receber visitantes? Podemos receber visitantes? De que forma?

B. **Em círculo, fechem os olhos... Imaginem que você irá receber um visitante.**

Você está muito feliz com a chegada desta pessoa e está na expectativa de poder apresentar a ela um pouco sobre você e sua comunidade. Você quer mostrar o quanto você tem orgulho do seu lugar, da sua cultura, dos lugares e das pessoas da sua comunidade. Você quer mostrar ao visitante tudo o que tem de bom aqui.

Então, ainda de olhos fechados, imagine e pense:

- O que eu faria ao receber este visitante?
- Onde eu iria levá-lo?
- O que eualaria para este visitante sobre este lugar?
- Que história contaria para ele?
- Como eu iria demonstrar para o visitante o significado que este lugar tem para mim e para a minha comunidade?

- **Por que eu levaria o visitante ao lugar?**
- **O que este lugar tem de bom a oferecer?**
- **O que este lugar precisa melhorar para receber meu visitante?**
- **O que pode ser feito para este lugar melhorar?**

C. **Quando a gente fala em turismo, devemos pensar primeiramente, o que é estar turista? E o qual a diferença entre turismo e turismo de base comunitária?**

D. Diagnóstico participativo

a. o que faria/iria oferecer com meu visitante? Onde eu levaria o visitante? Que história contaria a ele?

b. **Contar a todos de explicando por que levaria o visitante ao lugar.**

Onde eu levaria o visitante? Que história contaria a ele?	O que este lugar tem de bom a oferecer?	O que este lugar precisa melhorar para receber meu visitante?	O que pode ser feito para este lugar melhorar? Ex.: Parcerias? Autorização prefeitura?
	Que bom	Que pena	Que tal

3. Proposição

Que tipo de pessoa que HOJE vem a Machadinha? Que tipo de visitante eu DESEJO receber?

A. Classificar os atrativos: Vamos separar os atrativos em **hospedagem, alimentação, entretenimento, transporte.**

B. Hierarquizar os atrativos

Em que condições se apresentam os atrativos?

- **Atrativos contemplados internamente:** está pronto para receber o visitante. Não é necessário nenhum ajuste, ou é necessário pequenos ajustes possíveis.
- **Atrativos contemplados externamente:** Para receber os visitantes, será preciso alguns ajustes: pequenas obras, pedir autorização da prefeitura, realizar parcerias com a iniciativa privada ou poder público.
- **Quadrado vermelho** – não está apto a receber visitante e não deverá compor o roteiro.

C. Localizar os atrativos - Identificá-los no mapa.

D. Correlacionar os atrativos (por tema, por distância, por público-alvo)

Criar linhas transitáveis, podendo ser:

- circular: possibilidade de se voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no retorno. O visitante faça o percurso sem passar por outros visitantes no sentido contrário.
- oito/zig-zag: em áreas limitadas, pois aumentam a possibilidade de uso desses espaços.
- de um ponto a outro/linear: conectar o caminho principal a algum destino secundário, como lagoa, ou outro.
- atalho: início e fim em diferentes pontos de um caminho principal.

E. Outros passos necessários para a implementação dos roteiros:

- Elaborar um plano de ação, que pode ser iniciado contemplando as questões:
 - O que fazer? (ação, atividade, tarefa)
 - Quem vai fazer? (comissão, GT, pessoa da comunidade etc.)
 - Quando fazer? (período estimado de duração)
- Elaborar um plano de negócios detalhado, por meio de planejamento participativo, em quatro etapas básicas: mobilização; análise do cenário; formulação de visão e missão; marketing (preço, promoção, praça, produto).
- Indicar parceiros potenciais e grupos de interesse.
- Compartilhar o diagnóstico e a proposta de roteiro de visita com parceiros.
- Verificar o marco legal junto ao Parque Nacional, a Prefeitura, e atores estratégicos.
- Definir recursos, equipamentos e infraestrutura necessários para a implementação;
- Realizar testes e fazer visita técnica pelo Canal Campos Macaé utilizando embarcação, envolvendo os atores parceiros identificados.
- Captar um curso de formação sobre interpretação ambiental e patrimonial e, a partir dos temas, desenvolver os conteúdos e metodologia de abordagem;
- Propor o estabelecimento de políticas públicas para o turismo de base comunitária no Quilombo Machadinha.
- Implementar e acompanhar das ações.

APÊNDICE 14 – Roteiro de oficina Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e Quilombo Machadinho (Quissamã) e Pescadores Artesanais (Carapebus)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

Linha de pesquisa: Gestão de Iniciativas Sociais e Inovação Social

Orientador: Prof. Dr. Roberto Bartholo

Pesquisadora: Eloise Silveira Botelho

Data: 14/12/2016

Local: Centro de Visitantes do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Convidados:

- Presidente da ARQUIMA
- Representante da ARQUIMA, comunidade do Bacurau.
- Representante da ARQUIMA, comunidade do Mutum. (Ausente)
- Chefe do PNRJ
- Analista ambiental ICMBIO/PNRJ
- Empresário e funcionário público em Carapebus (Embaixadores de Jurubatiba)
- Representante da Associação de Pescadores Artesanais (Carapebus)
- Guarda ambiental de Carapebus e Observação de Aves (Embaixadores de Jurubatiba)
- Associação de Observação de Aves de Jurubatiba (Embaixadores de Jurubatiba)
- Empresário do setor de Turismo e vereador em Quissamã (Ausente)

Objetivo do encontro: Construir, de forma conjunta, um roteiro de visitação pelo Canal Campos Macaé envolvendo a Associação Remanescentes do Quilombo Machadinho e a Associação de Pescadores de Carapebus e o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

APRESENTAÇÃO: Nome e entidade; Interesse em projetos de visitação e turismo.

A. O QUE FOI FEITO ATÉ AQUI?

- Oficina para a concepção de roteiros turísticos de base comunitária **NO Quilombo Machadinho (cinco comunidades) e NA Lagoa de Carapebus** envolvendo os pescadores artesanais.
- O Canal Campos Macaé constitui um sítio histórico presente no cotidiano dessas comunidades e também mencionado como atrativo nos roteiros criados.

O que quero dizer com isso? Roteiros que sejam organizados e oferecidos pelas comunidades tradicionais aos visitantes interessados em conhecer a cultura, as histórias, as pessoas, a comida, a natureza, os lugares especiais dos quilombolas e pescadores.

B. Turismo em canais históricos: algumas experiências internacionais

- Inglaterra - Bridgwater Canal
- França - Canal Deux Mers e Canal de Briare
- Estados Unidos - Canal Erie

C. Imaginem um roteiro envolvendo o Parque, o Quilombo, os pescadores e o Canal Campos Macaé.

1. Este roteiro é possível?
2. De que forma poderia ser este roteiro?
 - a. Aquaviário (tipo/Tempo de duração)
 - b. Rodoviário (tipo/Tempo de duração)
 - c. Ciclovário (tipo/Tempo de duração)
 - d. À pé (tipo/Tempo de duração)
 - e. Outro
3. Quais histórias cada um de vocês considera importante contar? Que mensagem consideram importante passar ao visitante?
4. O que impede que este roteiro seja realizado, atualmente?

5. O que seria necessário para que este roteiro ocorresse?
6. Quem poderia colaborar/apoiar?
7. O que cada um de vocês (Parque, quilombo, pescadores, empresários, prefeitura) pode ou precisa fazer para que este roteiro seja viabilizado?
8. Que parcerias seriam necessárias?
9. De que forma poderiam ser essas parcerias?
10. Qual o perfil do visitante para este roteiro?

APÊNDICE 15 – Mapa de localização das comunidades, PNRJ e Canal Campos-Macaé



Fonte: adaptado de Barcelos, 2016.

ANEXO
ANEXO 1 – Decreto de Criação do PNRJ
Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 1998.

Cria o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e no Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979,

DECRETA:

Art 1º Fica criado o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, no Estado do Rio de Janeiro, abrangendo terra dos Municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã, com o objetivo de proteger e preservar amostras dos ecossistemas ali existentes e possibilitar o desenvolvimento de pesquisa científica e de programas de educação ambiental.

Art. 2º O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba está localizado em região litorânea, na porção norte do Estado do Rio de Janeiro, com área total aproximada de quatorze mil, e oitocentos e sessenta hectares, apresentando as seguintes coordenadas aproximadas, tomadas pelo método absoluto (GPS), descritas com base nas cartas topográficas Lagoa Feia - folha SF-24-M-II-1, MIR 2719/1; Cabiúnas - folha SF-24-M-I-4, MIR 2718/4 e Carapebus - folha SF-24-M-I-2, MIR 2718/2, escala 1:50.000, editadas pelo IBGE em 1968: a área se inicia no ponto de coordenadas UTM 263.072 m E e 7.547.476 m N, localizado na praia de Ubatuba, em Quissamã (P01), daí, segue pela linha de praia, no sentido sul, até o ponto com coordenadas UTM 250.229 m E e 7.543.674 m N, na margem da lagoa do Visgueiro (P02); daí, segue pela margem da referida lagoa até o ponto com coordenadas UTM 250.821 m E e 7.544.682 m N (P03), daí, segue no sentido oeste, em linha reta, até o ponto com coordenadas UTM 250.804 m E e 7.545.124 m N (P04); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 249.159 m E e 7.544.611 m N, na estrada do Visgueiro (P05); daí, segue pela antiga Estrada do Visgueiro até o ponto com coordenadas UTM 249.088 m E e 7.544.257 m N (P06); daí, segue pelo caminho que margeia a lagoa do Robalo até o ponto com coordenadas UTM 249.353 m E e 7.544.302 m N (P07); daí, segue pela estrada do Visgueiro até a margem da lagoa do Robalo, no ponto com coordenadas UTM 249.557 m E e 7.544.196 m N (P08); daí, segue pela margem da referida lagoa até o ponto com coordenadas UTM 249.964 m E e 7.543.594 m N, na praia do Visgueiro (P09); daí, segue pela praia, no sentido sul, até o ponto com coordenadas UTM 245.356 m E e 7.542.064 m N, na lagoa de Piripiri (P10); daí, segue pela margem da referida lagoa, com aterro, até o ponto com coordenadas UTM 245.170 m E e 7.542.789 m N (P11); daí, segue em linha reta, margeando o balneário de João Francisco, até o ponto com coordenadas UTM 244.896 m E e 7.542.807 m N (P12); daí, segue em linha reta até a intersecção da estrada asfaltada que dá acesso à praia de João Francisco com os loteamentos Remanso e Terramares, em ponto com coordenadas UTM 243.994 m E e 7.542.816 m N (P13); daí, segue em sentido sul, pela via que divide esses dois loteamentos, até o ponto à margem da lagoa da Garça com coordenadas UTM 243.738 m E e 7.542.029 m N (P14); daí, segue pelo caminho que margeia a lagoa até a praia, no ponto com coordenadas UTM 244.153 m E e 7.541.719 m N (P15); daí, segue pela linha de praia no sentido sul até o ponto com coordenadas UTM 234.408 m E e 7.537.430 m N (P16); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 234.071 m E e 7.538.138 m N (P17); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 232.833 m E e 7.537.695 m N, na margem da lagoa de Carapebus (P18); daí, segue pela margem desta lagoa até a sua barra, no ponto com coordenadas UTM 232.710 m E e 7.536.705 m N (P19); daí, segue pela linha de praia até o ponto com coordenadas UTM 231.613 m E e 7.536.157 m N, ainda na margem da lagoa de Carapebus (P20); daí, segue pela margem da referida lagoa até o ponto com coordenadas UTM 231.737 m E e 7.536.891 m N (P21); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 231.578 m E e 7.536.970 m N (P22); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 230.958 m E e 7.536.988 m N (P23); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 230.888 m E e 7.536.652 m N (P24); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 230.552 m E e 7.536.484 m N (P25); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 230.481 m E e 7.536.157 m N (P26); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 230.684 m E e 7.535.679 m N (P27); daí, segue pela linha de praia até o ponto com coordenadas UTM 222.274 m E e 7.531.027 m N, no Município de Macaé, na praia do Lagomar, ponto de intersecção entre a praia e a faixa de servidão do Gasoduto Enchova-Cabiúnas da Petrobrás (P28); daí, segue no sentido oeste, pela margem leste da referida faixa até a sua intersecção com a via que dá acesso à unidade de emergência de captação de água de Torguá/Cabiúnas, no ponto com coordenadas UTM 221.027 m E e 7.532.318 m N (P29); daí, segue por esta via até a referida unidade de captação, à margem da lagoa de Cabiúnas, no ponto com coordenadas UTM 221.991 m E e 7.533.194 m N (P30); daí, segue pela margem da referida lagoa até o ponto de desembocadura do córrego Cabiúnas na mesma lagoa, com coordenadas UTM 222.000 m E e 7.533.468 m N (P31); daí, segue pelo referido córrego até o ponto de intersecção deste com a ferrovia da RFFSA, com coordenadas UTM 222.619 m E e 7.534.238 m N (P32); daí, segue pela

referida linha férrea até o ponto com coordenadas UTM 223.432 m E e 7.535.051 m N (P33); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 224.069 m E e 7.534.441 m N (P34), até encontrar o canal Macaé/Campos; daí, segue por este canal até a intersecção deste com a via municipal de acesso à lagoa Comprida, em ponto com coordenadas UTM 224.821 m E e 7.535.237 m N (P35); daí, segue por esta via em direção a praia até o ponto com coordenadas UTM 225.254 m E e 7.534.742 m N (P36); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 226.015 m E e 7.534.888 m N (P37); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 225.274 m E e 7.535.971 m N (P38); daí, segue em linha reta até encontrar uma via sem denominação que dá acesso à praia, no ponto com coordenadas UTM 225.595 m E e 7.536.303 m N (P39); daí, segue por esta via até sua intersecção com a ferrovia, em ponto com coordenadas UTM 225.252 m E e 7.536.689 m N (P40); daí, segue pela ferrovia até o ponto com coordenadas UTM 226.214 m E e 7.537.928 m N (P41), no limite da fazenda Retiro; daí, segue por uma linha reta, acompanhando o limite desta fazenda até o ponto de intersecção deste ponto com o canal Macaé/Campos, com coordenadas UTM 227.065 m E e 7.536.844 m N (P42); daí, segue por este canal até o ponto à margem da lagoa de Carapebus, na confluência do referido canal com a lagoa, com coordenadas UTM 230.503 m E e 7.538.889 m N (P43); daí, segue em linha reta até a margem oposta, no ponto onde o córrego Maracujá desemboca na lagoa de Carapebus, com coordenadas UTM 230.956 m E e 7.539.962 m N (P44); daí, segue pelo referido córrego até o ponto com coordenadas UTM 232.869 m E e 7.540.868 m N (P45); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 232.913 m E e 7.540.592 m N (P46); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 233.432 m E e 7.540.791 m N (P47); daí, segue em linha reta até o córrego Maracujá com coordenadas UTM 233.455 m E e 7.541.133 m N (P48); daí, segue por esse córrego até o ponto com coordenadas UTM 233.941 m E e 7.541.443 m N (P49); daí, segue em linha reta até o córrego Joaquim Bento no ponto com coordenadas UTM 234.040 m E e 7.542.051 m N (P50); daí, segue por este córrego até a sua intersecção com a lagoa do Paulista e o canal de Macaé/Campos, no ponto com coordenadas UTM 236.782 m E e 7.542.689 m N (P51); daí, segue pelo canal Macaé/Campos até o ponto com coordenadas UTM 237.211 m E e 7.542.948 m N (P52); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 236.812 m E e 7.544.687 m N (P53); daí, segue em linha reta o canal Macaé/Campos, no ponto com coordenadas UTM 237.321 m E e 7.544.687 m N (P54); daí, segue pelo referido canal até o ponto de intersecção deste com o córrego da Cacimba, coordenadas UTM 237.291 m E e 7.545.287 m N (P55); daí, segue pelo referido córrego até a intersecção deste com a via que liga a estrada do telégrafo ao desativado loteamento Terramares, no ponto com coordenadas UTM 240.129 m E e 7.546.296 m N (P56); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 240.309 m E e 7.544.008 m N (P57); daí, segue até o ponto com coordenadas UTM 240.099 m E e 7.543.938 m N (P58); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 240.219 m E e 7.543.638 m N (P59); daí, segue pela via que liga a estrada de Telégrafo ao loteamento Terramares até a sua intersecção com a via perimetral do referido loteamento, no ponto com coordenadas UTM 240.399 m E e 7.543.698 m N (P60); daí, segue pela referida via até o seu final, no ponto com coordenadas UTM 244.585 m E e 7.545.137 m N (P61); daí, segue em linha reta até o ponto localizado numa trilha carroçável que liga a estrada do Visgueiro às proximidades da lagoa de Maria Menina, com coordenadas UTM 245.365 m E e 7.544.647 m N (P62); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 248.152 m E e 7.545.676 m N, na estrada do Visgueiro (P63); daí, segue em linha reta até a estrada da Capororoca, no ponto com coordenadas UTM 249.172 m E e 7.545.626 m N (P64); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 249.182 m E e 7.545.626 m N (P65); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 250.361 m E e 7.547.165 m N (P66); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 250.011 m E e 7.548.834 m N, localizado na estrada da Capororoca (P67); daí, segue pela referida estrada até o ponto com coordenadas UTM 255.868 m E e 7.549.988 m N (P68); daí segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 256.718 m E e 7.548.939 m (P69); daí, segue em linha reta até o ponto com coordenadas UTM 262.819 m E e 7.548.939 m N (P70); daí, segue em linha reta até o ponto P01, onde se iniciou esta descrição, fechando assim o perímetro.

Art. 3º O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba será administrado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, que adotará as medidas necessárias a sua efetiva implantação.

Art. 4º O Ministério da Fazenda, por intermédio da Secretaria de Patrimônio da União, providenciará a cessão de uso ao IBAMA da área de domínio da União, para fins de implantação do referido Parque.

Art. 5º As terras e as benfeitoras localizadas dentro dos limites descritos no art. 2º deste Decreto, ressalvado o disposto no artigo anterior, ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956, e Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970.

Art. 6º Fica estabelecido o prazo máximo de cinco anos, a partir da data de publicação deste Decreto, para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 29 de abril de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO

HENRIQUE

CARDOSO

Gustavo Krause

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.4.1998